A CULTURA
DO RENASCIMENTO
NA ITÁLIA
Jacob Burckhardt
ISBN: 85-230-0266-9

A CULTURA DO RENASCIMENTO NA ITÁLIA

Jacob Burckhardt

Título original:
Die Kultur der Renaissance in Italien

Tradução feita sobre a versão inglesa editada em 1878, que corresponde ao texto integral da segunda edição alemã, de 1869, e cotejada com as edições alemã e espanhola, de 1928 e 1959, respectivamente.

Agradecemos à Casa do Estudante do Brasil pela autorização para reproduzir, como prefácio desta obra, o ensaio de Otto Maria Carpeaux, cujos direitos autorais são preservados.

Editora Universidade de Brasília
Caixa Postal 15-3001
70910 Brasília, DF

Tradução:
Vera Lúcia de Oliveira Sarmento e Fernando de Azevedo Corrêa

Revisão da tradução:
Sérgio Fernando Guarischi Bath e Alberto de los Santos

Preparação de originais e revisão de provas:
Ana Tereza Perez Costa, Fátima Rejane de Meneses,
Mauro Caixeta de Deus e Regina Coeli Andrade Marques.

Supervisão gráfica:
Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro

Capa:
Fernando Lopes

ISBN 85-230-0266-9

Dados de catalogação na publicação

Burckhardt, Jacob (1818-1897)
A cultura do Renascimento na Itália : um ensaio / Jacob Burckhardt ; tradução de Vera Lucia de Oliveira Sarmento e Fernando de Azevedo Corrêa. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1991.

347 p.

SUMÁRIO

Parte I

O ESTADO COMO OBRA DE ARTE

Parte II

O DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

Parte III

O REFLORESCIMENTO DA ANTIGUIDADE

Parte IV

A DESCOBERTA DO MUNDO E DO HOMEM

Parte V

AS FESTAS E A VIDA SOCIAL

Parte VI

MORALIDADE E RELIGIÃO

JACOB BURCKHARDT: PROFETA DA NOSSA ÉPOCA

Otto Maria Carpeaux

A Glória, já se disse, é o conjunto dos mal-entendidos que se criam em torno de um nome. Muitas vezes esses mal-entendidos formam um denso nevoeiro, donde surge um busto de gesso, o ídolo das Obras Completas, cobertas de poeira: é o caso dos 'clássicos'. Às vezes esses nevoeiros desaparecem, de súbito, para permitir uma ressurreição surpreendente: é o caso dos 'poetas malditos'. É muito raro que o véu se levante pouco a pouco, oferecendo o espetáculo de uma renovação incessante, toda a história de uma glória: é o caso de Jacob Burckhardt.

Os seus contemporâneos conheciam-no pouco. A posteridade imediata reconheceu o grande historiador da civilização, para depois enganar-se profundamente sobre as suas teorias. Para nós, no momento que atravessamos, tornou-se o conselheiro íntimo da nossa angústia. Amanhã será um profeta, o último dos profetas talvez, já que o tempo não terá mais futuro. Eis quatro etapas da história de uma glória. O caminho para a compreensão está traçado.

A sua biografia é muito simples. Filho de uma velha família patrícia de Basiléia, nascido em 1818, consagra-se aos estudos mais diversos. Uma incursão no jornalismo político fracassa. De 1844 a 1893, ensina história das belas-artes na velha universidade da sua cidade natal, pouco conhecido do público, mas muito estimado dos seus colegas. Burckhardt ama a sua cidade, as estreitas ruas medievais, os telhados e torres, observatório do grande mundo batalhador *fuori le mura,* a cidade íntima, pátria; só a abandona para viagens à Itália, país da sua nostalgia, nunca atenuada. Recusa cargos honrosos nas grandes universidades alemãs, traço de profunda significação que compreenderemos depois. Enfim velho e fatigado, retira-se da atividade para morrer docemente num dia de agosto de 1897. Uma vida fora vivida.

Como explicar essa mistura dum patrício reservado e dum pequeno-burguês afável, dum professor pedante e dum poeta fracassado? Essa decifração revelará algumas surpresas. Os seus alunos também se surpreenderam, quando da primeira visita protocolar de

Este ensaio, publicado originalmente no *Correio da Manhã,* do Rio de Janeiro, foi reproduzido na coletânea: *A cinza do Purgatório,* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1942, p. 15-26.

um estudante: o sábio inabordável falava na intimidade o dialeto rude, quase humorístico, dos suíços, regalava o seu convidado com bons vinhos, explicava as suas coleções artísticas, tocava ao piano o seu querido Mozart, para enfim queixar-se dos seus criados. Oh! que velho epicurista, esse professor de história, esse historiador de segunda ordem! Até faz rir: ele teria, no seu auditório, chorado lágrimas de crocodilo, ao recordar as obras perdidas da Antiguidade, destruídas pelos bárbaros; não será isso um anacronismo, no nosso século iluminado? Um dia o bom velho foi encontrado morto, bem morto. Mas atentai: ele voltará.

Alguns anos depois da sua morte voltava, por uma segunda edição surpreendente, o grande historiador da *Cultura do Renascimento na Itália.* O livro, quase despercebido quando seu autor estava vivo, esse livro imenso, reconstrução integral de um século, de uma civilização desaparecida, esse livro é uma primeira revelação e cria o primeiro desses mal-entendidos que fazem uma glória. O livro provoca uma moda européia, o culto do Renascimento, a adoração dos grandes animais ferozes de gênio artístico. O burguês de dinheiro, ansioso por uma árvore genealógica, acredita reconhecer-se nesses homens geniais que devem tudo a si mesmos. Hoje, nos palácios e nas casas burguesas da Europa os móveis à Renascença, tipo 1890, são obstáculos à circulação, colecionadores de poeira. Mas os filhos desses burgueses ainda não se despiram do costume renascentista dos seus pais: misturando o fraco poema de Gobineau e as visões de Spengler, esses *señoritos,* para empregar a expressão de Ortega y Gasset, fazem-se confirmar pelo professor de seus pais, confirmam os seus próprios princípios maquiavélicos e desumanos, para se tornar, cada um deles, o seu próprio *condottiere.* Seria necessário fechar este livro, grande e perigoso, e escrever na sua capa: *É proibido citá-lo!*

Não se queria do Burckhardt morto senão Renascimento. Mas alguns discípulos fiéis não paravam de pesquisar nos seus manuscritos. Apareceu enfim a *História da civilização grega.* Mais uma vez, uma revelação. Está definitivamente destruído o idílio dos anacreônticos, o mundo ideal da alegria olímpica; e acha-se descoberto o *bas-fond* da alma helênica, o pessimismo de um Sófocles, o desespero de um Tucídides, a angústia de um Platão. A arte grega não é senão um grito de dor transfigurado em mármore.

É certo que esse mundo helênico, visto através de um temperamento schopenhaueriano, está impregnado da consciência cívica de Burckhardt, cidadão-patrício de uma pequena república medieval, agora radicalmente democratizada. O mistério do pessimismo antigo, de acordo com Burckhardt, é o martírio da *polis,* da cidade, desaristocratizada, despida dos seus fundamentos religiosos, apóstata, vítima da tirania demagógica. Se bem que não chegando à compreensão dum Fustel de Coulanges, Burckhardt fornece o primeiro exemplo de sociologia religiosa, logo mal compreendido como programa de renovação política e cultural, sobre as bases de uma nova religião. O autor desse mal-entendido não é outro senão Nietzsche, jovem colega de Burckhardt na Universidade de Basiléia. Durante toda a sua vida Nietzsche tentou basear as suas doutrinas nas idéias de Burckhardt: durante toda a sua vida Nietzsche tentou conseguir a amizade do velho professor. Tudo em vão. A última carta do filósofo, já louco, é dirigida a Burckhardt: "Agora, você é, tu és o mestre!" Esse "tu" nunca foi retribuído. Mas a falsa interpretação ficou.

Por fim a herança de manuscritos inéditos devolve o tesouro mais precioso: as *Considerações sobre a história universal.* É o manuscrito de um curso universitário feito sob a impressão da guerra de 1870, sob a impressão da queda da civilização francesa e do advento do império militar dos alemães. Contam que, ouvindo durante a aula o falso boato de que o Louvre havia sido incendiado com todos os seus tesouros artísticos, Burckhardt chorou diante dos seus alunos indolentes. Não seriam coisas impossíveis na nossa época ilustrada? Esperem! Daqui a alguns anos aparecerá um livro sobre a guerra, sobre as grandes crises, sobre a felicidade e sobre a desgraça na história, sobre a verdadeira e a falsa grandeza humana, um livro que será o breviário e o consolo de uma geração sem esperança: a nossa geração.

Sobretudo, algumas passagens quase proféticas fizeram deste livro o último apoio espiritual de milhares de intelectuais da Europa Central.

Burckhardt não queria profetizar. Procurou somente as reações invariáveis dos homens diante dos seus destinos históricos. Fixados os traços, acontece que reaparecerão num mundo que Burckhardt, para sua felicidade, não chegou a ver.

Quando nos consola dizendo que os males da história são sempre maiores que os nossos, ao mesmo tempo desfaz beneficamente as nossas ilusões de progresso. Acha a guerra inevitável; mas "o que não é certo é que a uma guerra ou a qualquer invasão suceda necessariamente uma renovação, uma ressurreição. O nosso planeta é talvez bem velho; não se prevê como grandes povos, petrificados nas suas civilizações, recomeçariam as suas vidas; assim povos desapareceram e outros desaparecerão... Muitas vezes, a defesa mais justa torna-se inútil, e já é muito se Roma concorre para celebrar a glória de

Numância e se o vencedor se ressente da grandeza do vencido." Sente-se Marco Aurélio nestas palavras.

A guerra é o auge dessas convulsões que sacodem periodicamente a humanidade: as crises. Burckhardt é sobretudo o criador da noção moderna de crise, à qual se subordinarão todas as teorias posteriores.

A crise é a passagem das massas por um período de soberania; massas incapazes de compreender e de conservar o que foi, incapazes de conceber e de construir o que será. A crise é uma fase intermediária entre a democracia nascente e a democracia abolida, única época da democracia realizada; segue-se-lhe o despotismo, que restabelece a ordem, a ordem dos cemitérios, cemitério daquilo que não voltará nunca. Foi Burckhardt quem primeiro descreveu a hora decisiva, quando a crise explode: "Subitamente o processo subterrâneo evolve com terrível rapidez; evoluções que levariam, em outro caso, séculos a se realizarem, cumprem-se num mês, numa semana, como fantasmas. Soa a hora, e a infecção se espalha num instante, sobre centenas de milhas e sobre as populações mais diversas, que não se conhecem umas às outras... Aos protestos acumulados contra o passado juntam-se terrores imaginários, e à vontade de tudo mudar se junta a vontade de vingar-se dos vivos, em lugar dos mortos, os únicos inacessíveis." Evitando os psicologismos fáceis, Burckhardt não se presta às generalizações de um Le Bon, como também a sua superior erudição histórica evita as teorias cíclicas de um Sorel. Burckhardt nem louva nem censura: comprova; mas notar-se-á nas suas palavras sobre os mortos, inacessíveis aos terrores do futuro, um suspiro de alívio.

Burckhardt conhece, pois, o terrível caráter das crises, incompreensíveis no "século estúpido" do "progresso irresistível". "Existe ainda uma oposição conservadora: todas as instituições estabelecidas tornadas direitos, tornadas o próprio direito, indissoluvelmente ligadas a tudo o que era, até então, moral e civilização; e depois todos os indivíduos que as representam, a elas ligados pelos deveres e pelas vantagens. Daí é que vem a gravidade dessas lutas, o desprendimento do *pathos,* de um lado e de outro. Cada partido defende o seu 'mais sagrado', aqui um dever e uma religião, ali uma nova teoria do mundo. Daí é que vem a indiferença pelos meios, a mudança até das armas e das atitudes, de modo que o reacionário faz o papel de democrata e o demagogo representa o ditador."

O que se eleva sobre essas terríveis baixezas é a meditação acerca do grande homem; ele não é, absolutamente, o exemplo, o modelo: é a exceção, a *ultima ratio* da história. "Ninguém é insubstituível" – diz o provérbio. – "Mas aqueles que ninguém pode substituir, esses são grandes." Burckhardt não cai no *hero-worship* de um Carlyle. Poderia subscrever a frase de Luís XVIII: "Quand le grand homme apparaît, sauve qui peut!" "Pois raríssima é a grandeza d'alma pronta a renunciar às vaidades criminosas, à grande tentação dos poderosos: o poder pelo poder. É por esta razão que o poder não melhora os homens." Surge a velha desconfiança do calvinista contra o poder temporal: não existe poder temporal de direito divino; mais depressa será de direito satânico. "O mal, como mal, domina freqüentemente sobre a terra, e por muito tempo, e a doutrina verdadeiramente cristã chama Lúcifer de príncipe deste mundo." Sobretudo "todo poder é mau". "Todo poder é mau." Aqui está o centro da doutrina burckhardtiana, muito impregnada de Schopenhauer e do seu pessimismo anti-histórico, muito impregnada do fatalismo dos estóicos; herança, afinal, dos antepassados, calvinistas e cidadãos livres da república medieval de Basiléia, e da sua desconfiança dos poderes temporais. As obras da civilização necessitam de ordem, é verdade. Mas o estado florescente da arte, sob a ordem dos déspotas, não passa de uma razão atenuante, boa para fazer reaparecer os tempos longínquos, sob a luz de uma falsa transfiguração. "Uma ilusão de óptica nos engana sobre a felicidade em certas épocas, em relação a certos povos. Mas essas épocas eram também, para outros, épocas de destruição e de escravatura; tais épocas são consideradas felizes, porque não se leva em conta, *et pour cause,* a euforia dos vencedores." A felicidade não é senão uma ilusão de óptica dos historiadores.

Nas suas *Considerações sobre a história universal,* Burckhardt não disse tudo. O comentário indispensável é a sua correspondência. Aqui o aristocrata reservado, o sábio tímido, abre-se em confidências aos seus raros amigos e lhes comunica os seus receios apocalípticos. Adverte e adverte: "Um terrível despertar está reservado aos homens de bem que, em vista dos grandes inconvenientes reais, participaram do jogo da oposição; eles verão, horrorizados, surgirem aqueles de quem eram cúmplices." (26 de janeiro de 1846). Cedo ele desanima: "Nada espero do futuro. E possível que alguns lustros passavelmente suportáveis nos estejam ainda reservados, à maneira dos imperadores adotivos de Roma; porém nada mais." (14 de setembro de 1849). "De há muito sei que o mundo está sendo levado para a alternativa entre a democracia perfeita e o despotismo perfeito; mas este não mais será exercido pelas dinastias, demasiado fracas, mas por destacamentos militares *soi-disant* republicanos." (13 de abril de 1882). "Um pressentimento, hoje considerado louco, diz-me: o Estado militar será um grande industrial; as massas, nas cidades e nas

usinas, não serão mais deixadas na miséria e livres nos seus desejos; um certo grau de miséria, fixado e controlado pela autoridade, iniciado e encerrado cada dia com o rufar dos tambores: é o que deverá advir de acordo com a lógica." (26 de abril de 1872). E se quiséssemos opor a esta lógica cruel? Uma anotação, inédita durante muito tempo, responde: "Os povos transformaram-se em um velho muro, onde não se pode mais fixar um prego, pois não fica seguro. É esta a razão por que, no agradável século XX, a Autoridade reerguerá a cabeça, e será uma cabeça terrível."

Terminou a profecia.

É privilégio dos profetas serem mal compreendidos. Burckhardt, depois de ter sido confundido com Gobineau, com Nietzsche, com Le Bon, foi confundido com Spengler. Julga-se ter sido Burckhardt o profeta da Decadência do Ocidente; fazem-no confessor dos intelectuais desesperados, que desesperam do mundo e de si próprios. Mas a verdade é outra, a doutrina é muito mais profunda.

Burckhardt é formado na civilização da velha Europa luxemburgo-borgonhesa entre a Itália e a Bélgica, os países de sua predileção; vemo-lo hoje à luz dos seus 'irmãos no espírito', Jan Huizinga e Benedetto Croce. Como eles, é patrício e burguês ao mesmo tempo, é conservador e humanista ao mesmo tempo; o intelectual que fez *parte per se stesso.* Burckhardt era um protótipo do intelectual, e ele o sabia: "Pereceremos todos; mas queria ao menos fazer a minha escolha, escolher a coisa pela qual perecerei: a civilização da velha Europa." (5 de março de 1846). Diz, porém, essa verdade pessoal quase a sorrir. Não desespera, opõe-se: "Espero crises terríveis; mas nenhuma revolução anulará a minha sinceridade, a minha verdade interior. Antes de tudo, será preciso ser sincero, sempre sincero." (13 de junho de 1842). Ele era um homem. Era um homem, no sentido dos estóicos.

Si fractus illabatur orbis,

Impavidum ferient ruinae.

Eis por que todas as suas simpatias eram para os vencidos:

Victrix causa Diis placuit, sed victa Catoni.

É a frase-epígrafe invisível de toda a sua obra.

Este estoicismo sofreu a ação de vinte séculos de cristianismo. O resultado foi essa atitude, que, reconhecendo embora a pequenez do homem, o colocava no centro do Universo. Burckhardt, no seu auditório, em meio à luta encarniçada dos imperialismos e das classes, falava, pela última vez, não de política, não de economia, mas sim do homem. Sobre o fundo trêmulo de um mundo revolvido, ele permanecia o que seus pais basileenses haviam sido: um humanista.

Burckhardt é o último dos humanistas. O que significa: formara-se, apoliticamente, no mundo do cristianismo secularizado, mundo da adoração da civilização e da arte, da cultura intelectual e artística, mundo acima da política, formado pela Itália da Renascença, pela França de Luís XIV, pela Inglaterra das universidades aristocráticas e pela Alemanha de Weimar. Esse caráter apolítico da sua cultura o preservava da *trahison des clercs;* e é o fundamento de toda a sua obra, que gira, inteiramente, em torno da política. Amando ao mesmo tempo o seu Olimpo, reconheceu, com um olho inexorável, a fragilidade do seu mundo ilusório, neste mundo material e materialista, a fragilidade do homem num mundo sem Deus. Por isso, mesmo sendo um humanista não deixou de ser um cristão. Sendo um intelectual não deixou de ser um patrício.

O velho professor fez uma estranha figura no traje burguês do século XIX; muitos, desde Nietzsche, imaginavam outra coisa atrás da modesta casaca: talvez os instintos selvagens das 'bestas geniais' da Renascença. Mas Burckhardt era bem burguês; burguês, porém, no sentido de cidadão das pequenas repúblicas livres da Idade Média, herdeiro altivo da liberdade feudal. Burckhardt era burguês como os burgueses de Antuérpia, de Florença e de Basiléia; não era burguês como os burgueses da burguesia. A sua substância, em nada burguesa, tornava-o capaz de revelar o mundo da Renascença florentina. A sua substância, em nada burguesa, tornava-o capaz de desvendar o enigma da Cidade Antiga.

Ele próprio era um 'cidadão'. Filho e cidadão de Basiléia, velha cidade humanista; cidade do Concílio que se revoltou contra o papa; cidade de Erasmo, que defendeu o livre-arbítrio católico, contra Lutero; cidade de Holbein, que gravou na sua madeira a dança macabra da Idade Média e de todos os tempos. Essa cidade, último reduto do humanismo, conservava a sua liberdade patrícia, contra bispos e heresiarcas, contra imperadores e tribunos. Ali ainda se podia estar bem, enquanto fora, *fuori le mura,* nas estradas de Paris, de Milão, de Antuérpia e de Colônia, as grandes potências deste mundo se debatiam no campo de batalha. Era-se fraco demais para se tomar partido nisso; mas cada um tinha as suas simpatias. Tremia-se, com viva emoção, sobre os telhados e sobre as torres, observando as grandes batalhas. Era este observatório que Burckhardt não queria abandonar jamais, se bem que as agitações

demagógicas lhe tivessem feito perder o gosto da vida. Nessas agitações reconheceu os furores da Cidade Antiga que perdera o seu deus. Burckhardt era, pois, conservador. "Eu tinha a coragem de ser conservador e de não ceder" – disse orgulhosamente. Era um homem.

Conservador, acreditava, como Maquiavel, na constância da substância humana, em todos os tempos e em todos os povos. Isso o tornava pessimista, e todo pessimista tem em si a matéria de um profeta.

Humanista, acreditava na superioridade do espírito em relação a todas as agitações da matéria. Isto o fazia incorruptível, inflexível, modelo supremo do intelectual. Intelectual, enfim, tocou no problema talvez mais grave dos nossos tempos: a natureza dos deveres do espírito. Karl Marx, que não queria interpretar o mundo, e sim transformá-lo, é o inspirador de toda 'crítica de ação', tanto da esquerda como da direita. *Hinc nostrae lacrimae.* No paraíso das suas ilusões os intelectuais reencontraram, de repente, a besta apocalíptica. Decepção que os fez compreender, no dizer de Ortega y Gasset, "su esplendor y su miseria, su virtud y su limitación". Os intelectuais não têm a obrigação de transformar o mundo; o seu dever é transfigurá-lo pela criação, a criação artística. Ninguém poderia dizê-lo melhor do que Burckhardt nas últimas palavras das suas *Considerações:*

"Seria um espetáculo maravilhoso seguir o espírito da humanidade, quando ele se constrói um novo edifício, ligado a todos esses fenômenos exteriores e portanto a eles infinitamente superior. Quem disso tivesse uma idéia, fosse ela como uma sombra, esqueceria toda felicidade e desgraça, para viver somente cheio do desejo desse conhecimento."

E assim foi: "Minha vida foi um outono. Mas o outono também tem o seu encanto – uma luz muito nobre."

A CULTURA DO RENASCIMENTO NA ITÁLIA: UM ENSAIO

PARTE I

O ESTADO COMO OBRA DE ARTE

INTRODUÇÃO

Esta obra tem o título de ensaio, no sentido mais estrito da palavra. Ninguém está mais consciente do que o autor quanto à limitação dos meios e da energia que dedicou a uma tarefa tão árdua. E, mesmo que pudesse ter mais confiança na sua própria pesquisa, não se sentiria mais seguro da aprovação dos juízes competentes. Para cada um, os contornos de uma dada época cultural podem apresentar um quadro diferente; e, ao estudar uma civilização que é a mãe da nossa, e cuja influência ainda está ativa entre nós, é inevitável que o julgamento e o sentimento individual atuem a todo momento, tanto no autor como no leitor. Nesse amplo oceano no qual nos aventuramos, são muitos os meios e direções possíveis; e os mesmos estudos que serviram para esta obra poderiam facilmente, noutras mãos, não só receber tratamento e aplicação totalmente diferentes como levar a conclusões essencialmente diversas. Tamanha é a importância do assunto que ele ainda solicita novas investigações, e pode ser proveitosamente estudado sob os pontos de vista mais variados. Enquanto isso, estaremos felizes se nos for concedida uma paciente atenção, e se este livro for tomado e julgado como um todo. A dificuldade mais séria da história da cultura reside no fato de que um grande processo intelectual precisa ser dividido em categorias isoladas, muitas vezes de modo que parece arbitrário, a fim de que possa ser de algum modo compreensível. Nossa intenção original era preencher os claros deste livro com uma obra especial sobre a "Arte do Renascimento" – intenção, porém, que só em parte pudemos realizar.

A luta entre os papas e os Hohenstaufen deixou a Itália numa situação política que diferia essencialmente da de outros países do

Ocidente. Enquanto na França, na Espanha e na Inglaterra o sistema feudal era tão organizado que ao terminar se transformara naturalmente numa monarquia unificada, e enquanto na Alemanha ajudou a manter, pelo menos externamente, a unidade do império, a Itália livrara-se dele quase por completo. Mesmo nos casos mais favoráveis os imperadores do século XIV não eram recebidos e respeitados como senhores feudais, mas sim como possíveis líderes e defensores de poderes já existentes; enquanto isso o papado, com seus prepostos e aliados, era forte o suficiente para prejudicar a futura unidade nacional, mas não para alcançar essa unidade. Entre ambos havia muitos agentes políticos – repúblicas e déspotas – alguns, antigos; outros, de origem recente, cuja existência se fundamentava apenas no seu poder de manter aquela unidade[1]. Neles detectamos pela primeira vez o moderno espírito político da Europa, entregue livremente a seus próprios instintos, revelando muitas vezes as piores feições de um egoísmo desabrido, ultrajante a todos os direitos, e matando cada germe de uma cultura mais saudável. Mas, sempre que essa tendência maléfica era superada, ou de alguma forma compensada, um fato novo aparecia na história – o Estado resultante da reflexão e do cálculo, o Estado como obra de arte. Esta nova vida se manifesta numa centena de formas, tanto nos Estados republicanos como nos despóticos, e determina sua constituição interna, não menos que sua política exterior. Limitar-nos-emos à consideração do tipo mais completo e mais claramente definido: o dos Estados despóticos.

A situação interna dos Estados governados despoticamente tinha um paralelo memorável no Império Normando da Baixa Itália e da Sicília, depois das transformações efetuadas pelo Imperador Frederico II. Criado entre traições e perigos, nas vizinhanças dos sarracenos, Frederico, o primeiro governante de tipo moderno a sentar-se num trono, desde cedo se acostumara a tratar os assuntos do Estado de forma totalmente objetiva. Seu conhecimento da situação interna e da administração dos Estados sarracenos era próximo e íntimo; e a luta mortal na qual se empenhou contra o papado o impelia, não menos que a seus adversários, a utilizar todos os recursos à sua disposição. As medidas tomadas por Frederico (especialmente depois do ano de 1231) visavam à completa destruição do Estado feudal, à transformação do povo numa multidão destituída de vontade e meios de resistência, mas lucrativa ao máximo para os cofres públicos. Ele centralizou toda a administração política e judicial, de

[1] Os governantes e seus dependentes eram chamados em conjunto *lo Stato* e esse nome adquiriu mais tarde o significado da existência coletiva de um território.

forma até então desconhecida no Ocidente. Daí por diante nenhum cargo deveria ser preenchido mediante eleição popular, sob pena de ser devastado o distrito ofensor e serem escravizados os seus habitantes. Os impostos, baseados em avaliação abrangente, e distribuídos de acordo com as práticas maometanas, eram coletados mediante aqueles métodos cruéis e irritantes sem os quais, na verdade, é impossível retirar qualquer dinheiro dos orientais. No Império Normando da Baixa Itália e da Sicília, em resumo, encontramos não um povo, mas uma multidão de súditos disciplinados. Eram proibidos, por exemplo, de se casarem fora do país sem permissão especial, e em nenhuma circunstância recebiam permissão para estudar no estrangeiro. Pelo que sabemos a Universidade de Nápoles foi a primeira a restringir a liberdade de estudo, enquanto que no Oriente, pelo menos neste particular, os jovens eram deixados livres. Baseando-se nos exemplos das leis maometanas, Frederico passou a comerciar por conta própria em todas as partes do Mediterrâneo, reservando-se o monopólio de muitas mercadorias, e restringindo de várias formas o comércio para seus súditos. Os califas fatimitas, com toda sua descrença esotérica, pelo menos na fase inicial da sua história, eram tolerantes a todas as diferenças na fé religiosa de seu povo; Frederico, por outro lado, coroou seu sistema de governo com uma inquisição religiosa, que irá parecer ainda mais repreensível quando nos lembrarmos de que perseguiu como hereges os representantes da liberdade municipal. Finalmente, a polícia interna e o corpo principal do exército empregado no serviço estrangeiro eram compostos por sarracenos, trazidos da Sicília para Nocera e Lucera – homens surdos aos gritos da miséria e desatentos aos vetos da Igreja. Num período posterior, os súditos, que há muito se haviam esquecido do uso das armas, foram testemunhas passivas da queda de Manfredo e da tomada do governo por Carlos de Anjou; este continuou a usar o sistema que já encontrou em andamento.

Ao lado do monarca centralizador apareceu um usurpador da espécie mais peculiar – seu genro e substituto, Ezzelino da Romano. Ele se projeta não como representante de um sistema de governo ou administração, pois toda sua atividade se perdia em lutas pela supremacia na parte oriental da Itália Superior; contudo, como tipo político foi uma figura de não menor importância para o futuro do que seu protetor imperial, Frederico. As conquistas e usurpações que até então haviam ocorrido na Idade Média baseavam-se em herança real ou pretendida e outras reivindicações desse tipo, ou então eram levantadas contra incréus e excomungados. Aqui, pela primeira vez, houve uma tentativa clara de fundar uma monarquia através do

assassínio em massa e barbaridades infindas, pela adoção, em suma, de quaisquer meios com vistas à finalidade ambicionada. Nenhum de seus sucessores, nem mesmo Cesare Borgia, chegou a rivalizar com a culpa colossal de Ezzelino, mas o exemplo, uma vez estabelecido, não foi mais esquecido, e sua queda não levou a uma volta da justiça entre as nações, nem serviu de aviso para futuros transgressores.

De nada adiantou, nessa época, que São Tomás de Aquino – súdito nato de Frederico – criasse a teoria da monarquia constitucional, na qual o príncipe deveria ser apoiado por uma assembléia superior, nomeada por ele mesmo, e por um corpo de representantes eleito pelo povo. Teorias como essa não encontravam ressonância alguma fora das salas de conferências, e Frederico e Ezzelino foram e permaneceram para a Itália o grande fenômeno político do século XIII. A personalidade de ambos, já meio legendária, forma o tema mais importante das *Cento novelle antiche* (ed. 1525), cuja composição original recai certamente dentro desse século. Nelas fala-se de Ezzelino com aquela reverência que todas as impressões poderosas deixam como rastro. Sua pessoa tornou-se o centro de toda uma literatura, desde a crônica de testemunhas oculares à tragédia semimitológica dos poetas posteriores.

DÉSPOTAS DO SÉCULO XIV

As grandes e pequenas tiranias do século XIV dão provas constantes de que exemplos como esse não devem ser deixados de lado. Seus malfeitos são gritantes e foram contados de maneira circunstanciada pelos historiadores. Como Estados dependentes só de si mesmos, e organizados cientificamente com vistas a seu objetivo, para nós eles têm interesse maior do que o da mera narrativa.

A adaptação deliberada dos meios aos fins, dos quais nenhum príncipe fora da Itália chegara a ter sequer idéia àquela época, unida a um poder quase absoluto dentro dos limites do Estado, produziu entre os déspotas homens e meios de vida de características peculiares. O principal segredo de governo nas mãos do governante prudente consiste em manter a incidência da tributação o mais perto possível de onde a encontrou ou a arranjou em primeiro lugar. As principais fontes de renda eram: um imposto sobre terras, baseado na valorização; taxas definidas sobre artigos de consumo e tarifas sobre as mercadorias importadas e exportadas; juntamente com a fortuna particular da família governante. O único aumento possível derivava do crescimento dos negócios e da prosperidade geral. Empréstimos,

tais como encontramos nas cidades livres, eram desconhecidos; como meio de levantar dinheiro considerava-se preferível um confisco bem planejado, desde que não abalasse o crédito público – uma finalidade conseguida, por exemplo, pela prática verdadeiramente oriental de depor o responsável pelas finanças e confiscar seus bens.

Com essas rendas pagavam-se as despesas da pequena corte, dos guarda-costas, das tropas mercenárias e dos prédios públicos, assim como as dos artistas e dos homens de talento incluídos entre os atendentes particulares do príncipe. A ilegitimidade desta regra isolava o tirano e o cercava de perigo constante; a aliança mais honrosa que ele podia fazer era com o mérito intelectual, sem considerar sua origem. A liberalidade dos príncipes setentrionais do século XIII ficava restrita aos cavaleiros, à nobreza que os servia e louvava. As coisas eram outras no caso do déspota italiano. Com sua ânsia de fama e sua paixão pelas obras monumentais, era do talento, e não do nascimento que ele precisava. Na companhia do poeta e do sábio sentia-se numa nova posição, quase na posse de uma nova legitimidade.

Sob este aspecto nenhum príncipe foi mais famoso que o governante de Verona, Can Grande della Scala, que contava com representantes de toda a Itália entre os exilados ilustres que recebia em sua corte. Os homens de letras não eram ingratos. Petrarca, cujas visitas às cortes de governantes dessa espécie foram tão severamente censuradas, traçou o retrato ideal de um príncipe do século XIV. Ele exige grandes coisas de seu protetor, o Senhor de Pádua, mas de maneira tal que o considera capaz delas. "Vós não deveis ser o amo, mas sim o pai de vossos súditos, e deveis amá-los como vossos filhos; sim, como membros de vosso corpo. Armas, guardas e soldados vós podeis empregar contra o inimigo – com vossos súditos basta a boa-vontade. Por cidadãos, naturalmente, eu me refiro àqueles que amam a existência da ordem; pois aqueles que desejam mudanças cada dia são rebeldes e traidores, e contra eles uma justiça severa deve seguir seu caminho."

Aqui se segue, elaborada em detalhes, a ficção puramente moderna da onipotência do Estado. O príncipe deve tomar tudo a seu cuidado, manter e restaurar igrejas e prédios públicos, prover a polícia municipal, drenar os pântanos, cuidar dos estoques de vinho e cereais; distribuir os impostos de tal modo que o povo possa reconhecer sua necessidade; deve sustentar os doentes e os incapazes, e dar sua proteção e companhia aos sábios famosos, dos quais dependerá sua fama nas eras futuras.

Mas fossem quais fossem os lados brilhantes do sistema, e os

méritos dos governantes individuais, ainda assim os homens do século XIV não estavam destituídos de uma consciência mais ou menos distinta da brevidade e incerteza do mandato da maioria desses déspotas. As instituições políticas desse tipo gozam de uma segurança proporcional ao tamanho do território que ocupam; assim, os principados maiores se sentiam constantemente tentados a engolir os menores. Houve verdadeiras hecatombes de pequenos governantes, nessa época, sacrificados a Visconti. Como resultado desse perigo externo, ocorria incessante fermentação interna, e os efeitos de tal situação sobre o caráter do governante eram, de maneira geral, os mais sinistros. O poder absoluto, com todas suas tentações de luxúria e egoísmo sem peias, bem como os perigos aos quais o governante estava exposto por parte de conspiradores e inimigos, tornavam-no quase inevitavelmente um tirano – no pior sentido da palavra. Bom para ele se pudesse confiar nos parentes mais próximos! Mas, onde tudo era ilegítimo, não podia haver leis regulares sobre os direitos de herança, tanto para a sucessão quanto para a divisão dos bens do governante. Por conseguinte, o herdeiro, se incompetente ou menor de idade, podia ser suplantado, no próprio interesse da família, por um tio ou um primo de caráter mais resoluto. O reconhecimento ou exclusão de bastardos era fonte caudalosa de conflitos, e a maioria das famílias era acossada por uma multidão de parentes descontentes e vingativos. Tal circunstância dava origem a contínuas eclosões de traição e a cenas apavorantes de derramamento de sangue. Às vezes, os pretendentes vivam exilados no estrangeiro, e, como Visconti, que exercia o ofício de pescador no lago de Garda, encaravam a situação com paciente indiferença. Quando um mensageiro de seu rival lhe perguntou quando e como pensava voltar a Milão, respondeu: "Pelos mesmos meios com que fui expulso, mas só depois que seus crimes tiverem ultrapassado os meus." Outras vezes o déspota era sacrificado pelos parentes, para salvar a família, dada a consciência pública de que tinha cometido ultrajes em demasia. Em alguns casos, o governo se encontrava nas mãos de toda uma família, ou o governante se inclinava a seguir seus conselhos; aí também a distribuição de propriedades e de influência provocava muitas vezes amargas disputas.

Todo esse sistema excitava o ódio profundo e persistente dos escritores florentinos da época. Até a pompa e a ostentação, com as quais o déspota talvez pretendesse gratificar a própria vaidade mais do que impressionar a imaginação popular, despertavam nesses escritores o sarcasmo mais agudo. Ai do aventureiro que lhe caísse nas mãos, como o novo-rico Doge Agnello de Pisa (1364), que costumava sair do palácio com um cetro de ouro, e exibia-se à janela de sua casa "como são exibidas as relíquias", reclinado sobre almofadas e cortinados, servido por empregados de joelhos, como se fosse um papa ou imperador. Mas freqüentemente os antigos florentinos tratam esse tema com elevada seriedade. Dante viu e caracterizou bem a vulgaridade e o lugar-comum que marcavam a ambição dos novos príncipes. "Que mais querem dizer seus clarins e sinos, suas buzinas e flautas, se não 'venham, carrascos – venham, abutres'!" Retratado pela mentalidade popular o castelo do tirano é elevado e solitário, cheio de calabouços e orifícios de escuta, o lar da crueldade e da tristeza. Prevê-se o infortúnio para todos os que entram no serviço do déspota, que chega a ser objeto de pena: é o inimigo de todo homem bom e honesto; não pode confiar em ninguém, e lê no rosto dos súditos a expectativa de sua queda. "Como o despotismo surge, cresce e se consolida, da mesma forma cresce em seu meio o elemento oculto que produzirá necessariamente sua dissolução e ruína." Contudo, a razão mais profunda dessa rejeição ainda não foi mencionada: Florença era cenário do mais rico desenvolvimento da individualidade humana, mas para o déspota nenhuma outra individualidade poderia vicejar senão a sua própria e a de seus dependentes mais próximos. O controle do indivíduo era efetuado com o máximo rigor, chegando à criação de um sistema de passaportes.

As superstições astrológicas e a descrença religiosa de muitos tiranos davam um colorido peculiar à sua detestável existência, amaldiçoada por Deus. Quando o último Carrara não podia mais defender as muralhas e os portões de Pádua, assolada pela peste, cercada por todos os lados pelos venezianos (1405), os soldados da guarda o ouviram chamar o diabo para que "viesse e o matasse".

O tipo mais rematado e mais ilustrativo das tiranias do século XIV pode ser encontrado, sem dúvida alguma, entre os Visconti de Milão, a partir da morte do Arcebispo Giovanni (1354). A parecença familiar entre Bernabò e o pior dos imperadores romanos é inquestionável; a mais importante função pública era a caçada de javali pelo príncipe; quem interferisse com a mesma era condenado à morte sob torturas, o povo aterrorizado era forçado a manter cinco mil cães para a caça do javali, sendo responsável por sua saúde e segurança. Extorquiam-se impostos com todos os artifícios; sete filhas do príncipe receberam um dote de cem mil florins de ouro cada uma; e um tesouro importante foi coletado. Na morte de sua esposa (1384), foi ordenado aos súditos que compartilhassem de sua tristeza, como no passado haviam compartilhado de sua alegria, e usassem luto por

um ano. O *coup de main* (1385) pelo qual seu sobrinho Giangaleazzo o subjugou – um daqueles complôs brilhantes que fazem bater mais depressa até mesmo o coração de historiadores bem mais modernos – foi marcadamente característico do homem.

Em Giangaleazzo a paixão pelo colossal, comum à maioria dos déspotas, evidencia-se na maior das escalas. Ele tomou a seu cargo, ao custo de trezentos mil florins de ouro, a construção de diques gigantescos, a fim de desviar, em caso de necessidade, de Mântua o Míncio, e de Pádua o Brenta, tornando assim tais cidades indefensáveis. Não é impossível que a idéia de drenar todas as lagunas de Veneza lhe tivesse passado pela cabeça. Fundou o mais maravilhoso dos conventos, a Certosa de Pavia, e a Catedral de Milão, "que excede em tamanho e esplendor todas as igrejas da Cristandade". O Palácio de Pavia, que seu pai Galeazzo iniciara, e ele mesmo terminou, era provavelmente, de longe, a mais magnífica de todas as residências principescas da Europa. Para lá transferiu sua famosa biblioteca e a grande coleção de relíquias de santos, na qual depositava uma fé peculiar. Teria sido realmente estranho que um príncipe com tais características não abrigasse também as mais elevadas ambições políticas. O Rei Venceslau o fez duque (1395); ele esperava nada menos que o reino da Itália, ou a coroa imperial, quando adoeceu e morreu (1402). Dizem que todos os seus territórios lhe pagaram num só ano, além da contribuição regular de 1 milhão e 200 mil florins de ouro, nada menos que oitocentos mil a mais em subsídios extraordinários. Depois de sua morte, os domínios que reunira mediante toda espécie de violência se despedaçaram e, por algum tempo, até mesmo o núcleo original só com dificuldade pôde ser mantido por seus sucessores. Não se pode dizer o que teria acontecido a seus filhos, Giovanni Maria (morto em 1412) e Filippo Maria (falecido em 1447), caso tivessem vivido num país diferente e com outras tradições. Mas, como herdeiros de sua casa, receberam por herança aquele monstruoso capital de crueldade e covardia que vinha se acumulando de geração em geração.

Giovanni Maria também é famoso por seus cães, que não eram mais usados para caçar, e sim para despedaçar corpos humanos. A tradição preservou seus nomes, assim como os dos ursos do Imperador Valentiniano I. Em maio de 1409, quando a guerra estava em andamento, e a população faminta gritava pelas ruas *Pace! Pace!*, ele soltou seus mercenários, e duzentas vidas foram sacrificadas; sob pena de prisão foi proibido que se pronunciassem as palavras *pace* e *guerra*, e até mesmo os padres receberam ordens de dizer *tranquillitatem*, em vez de *dona nobis pacem*! Finalmente, um bando de

conspiradores se aproveitou do momento em que Facino Cane, o *condottiere* chefe do governante louco, caiu doente em Pavia para atentar contra Giovanni Maria na igreja de São Gotardo em Milão; no mesmo dia o moribundo Facino fez com que seus oficiais jurassem ficar do lado do herdeiro Filippo Maria, ao qual ele mesmo ordenou que sua mulher tomasse por segundo marido. A esposa, Beatrice di Tenda, seguiu o conselho. Teremos ocasião de falar de Filippo Maria mais tarde.

E em tempos como esse Cola di Rienzi sonhava fundar, com base no minguado entusiasmo da população corrupta de Roma, um novo Estado, compreendendo toda a Itália. Ao lado de governantes como os que descrevemos ele parece um pobre tolo iludido.

DÉSPOTAS DO SÉCULO XV

Os despotismos do século XV têm caráter diverso. Muitos dos tiranos de menor importância, e alguns mais importantes, como Scala e Carrara, haviam desaparecido, enquanto os mais poderosos, engrandecidos pelas conquistas, haviam, cada um, dado a seu sistema um desenvolvimento próprio. Nápoles, por exemplo, recebeu impulso novo e mais vigoroso a partir da nova dinastia aragonesa. Uma feição marcante dessa época é a tentativa dos *condottieri* de fundarem dinastias independentes. Os fatos e as relações reais entre as coisas, fora das estimativas tradicionais, são considerados por si mesmos; o talento e a audácia ganham os grandes prêmios. Os pequenos déspotas, a fim de se valerem de um apoio confiável, começam a servir aos Estados maiores, e tornam-se eles mesmos *condottieri*, recebendo, como pagamento por seus serviços, dinheiro e imunidades para seus malfeitos, se não um aumento de território. Todos, pequenos ou grandes, precisam esforçar-se mais, agir com maior cautela e cálculo, e têm de aprender a conter-se ante barbaridades em grande escala; a opinião pública só permite o mal necessário aos fins a serem atingidos, algo que o observador imparcial certamente não considera errado. Não se vêem quaisquer resquícios daquela lealdade semi-religiosa com que no Ocidente os príncipes legítimos eram servidos; a popularidade pessoal é o que mais se aproxima dela. O talento e o cálculo são os únicos meios de progresso. Um caráter como o de Carlos, o Temerário, que se exauriu na busca apaixonada de objetivos pouco práticos, constituía um enigma para os italianos. "Os suíços eram apenas camponeses, e, se fossem todos mortos, isso não daria satisfação aos nobres da Borgonha que poderiam tombar na

guerra. Se o duque obtivesse a posse de toda a Suíça sem lutas, suas rendas não aumentariam em cinco mil ducados." Os traços medievais no caráter de Carlos, suas aspirações e ideais cavalheirescos, há muito se tinham tornado incompreensíveis para os italianos. Os representantes diplomáticos dos Estados do Sul o deram por perdido quando o viram bater em seus oficiais e mantê-los a seu serviço, maltratar os soldados, para puni-los de uma derrota, e depois pôr a culpa em seus conselheiros, na presença dos mesmos soldados. Por outro lado, Luís XI, cuja política sobrepujava a dos príncipes italianos com seu estilo próprio, e que era admirador declarado de Francesco Sforza, em tudo o que se refere à cultura e refinamento, deve ser colocado em posição muito inferior a esses governantes.

Nos Estados italianos do século XV o bem e o mal estão estranhamente misturados. A personalidade do governante é tão altamente desenvolvida, muitas vezes tem significação tão profunda e características tão envolvidas com as condições e necessidades da época que não é uma tarefa fácil arriscar um julgamento moral adequado.

As bases do sistema eram e permaneceram ilegítimas, e nada podia remover a maldição lançada sobre elas. A aprovação ou investidura imperial não fazia a menor diferença, já que o povo considerava de quase nenhum valor o fato de o déspota comprar um pergaminho num país estrangeiro, ou a algum estranho que passava por seu território. Se o imperador servisse para alguma coisa – essa era a lógica do senso comum acrítico – nunca teria deixado o tirano se erguer. Desde a expedição romana de Carlos IV, os imperadores não haviam feito nada mais na Itália do que sancionar tiranias surgidas sem sua ajuda; só podiam dar-lhes a autoridade prática que emanava de um alvará imperial. A conduta de Carlos na Itália foi toda ela uma escandalosa comédia política. Matteo Villani conta como os Visconti o escoltaram através de seu território, e depois fora dele; como seguia adiante como um falcão, vendendo favores (privilégios, etc.) em troca de dinheiro; que apresentação mesquinha fizera em Roma, e como, no final, sem sequer sacar a espada, atravessou de volta os Alpes com os cofres repletos. Sigismundo veio, ao menos a primeira vez (1414), com a boa intenção de persuadir João XXIII a participar do seu conselho; foi nessa viagem, quando o papa e o imperador estavam admirando o panorama da Lombardia, do alto da torre de Cremona, que seu anfitrião, o tirano Gabrino Fondolo, foi tomado pelo desejo de jogar os dois lá de cima. Na segunda visita, Sigismundo veio como mero aventureiro; por mais de meio ano permaneceu trancado em Siena, como um devedor na prisão, e só com dificuldade conseguiu mais tarde ser coroado em Roma. E que pensar de Frederico III? Suas viagens à Itália parecem viagens de férias, excursões de lazer feitas às custas daqueles que desejavam que ele confirmasse suas prerrogativas, ou a cuja vaidade lisonjeava divertir um imperador. Foi o caso de Alfonso de Nápoles, que pagou 150 mil florins pela honra de uma visita imperial. Em Ferrara, na sua segunda volta de Roma (1469), Frederico passou um dia sem sair do quarto, distribuindo nada menos que oitenta títulos; criou cavalheiros, condes, doutores, tabeliães – na verdade, os condes eram de graus diferentes; por exemplo, condes palatinos, condes com o direito de criar doutores até o total de cinco, condes com o direito de legitimar bastardos, de nomear tabeliães, e daí por diante. O chanceler, porém, esperava, em retribuição dessas patentes, uma retribuição que em Ferrara foi considerada excessiva. Não se conhece a opinião de Borso, ele próprio feito Duque de Modena e Reggio, em troca de um pagamento anual de quatro mil florins de ouro, quando seu protetor imperial distribuía títulos e diplomas aos cortesãos de menor importância. Os humanistas, principais porta-vozes da época, estavam divididos de acordo com seus interesses pessoais; alguns recebiam o imperador com as aclamações convencionais dos poetas na Roma imperial. Poggio confessava não saber mais o significado da coroação; nos velhos tempos apenas o imperador vitorioso era coroado, e era coroado com louros.

Com Maximiliano I começa não apenas a intervenção geral das nações estrangeiras, mas uma nova política imperial em relação à Itália. O primeiro passo – a investidura de Ludovico, o Mouro, no ducado de Milão, e a exclusão de seu infeliz sobrinho – não podia dar bons frutos. De acordo com a moderna teoria da intervenção, quando dois partidos estão dividindo um país em pedaços, pode surgir um terceiro e tomar a sua parte, e o império agiu com base em tal princípio. Mas não se podia mais invocar o direito e a justiça. Quando Luís XII era esperado em Gênova (1502), e a águia imperial foi removida das paredes do palácio ducal e substituída por lírios pintados, o historiador Senarega perguntou qual, afinal de contas, era o significado da águia que tinha sido poupada por tantas revoluções, e que direitos tinha o império sobre Gênova. Ninguém sabia sobre o assunto mais do que a velha frase dizendo que Gênova era uma *camera imperii*. Na verdade, ninguém na Itália seria capaz de responder claramente a uma pergunta desse tipo. Enquanto Carlos V manteve unidos o império e a Espanha, ele pôde, com as forças espanholas, fazer valer os direitos imperiais; mas é notório que o que

conseguiu com isso foi vantajoso não para o Império, mas para a monarquia espanhola.

Intimamente ligada à ilegitimidade política das dinastias do século XV, a indiferença pública ao nascimento legítimo era algo que para os estrangeiros – para Commynes, por exemplo – parecia notável. As duas coisas seguiam naturalmente lado a lado. Nos países setentrionais, como na Borgonha, a prole ilegítima era agraciada com um tipo distinto de apanágios, tais como bispados, etc.; em Portugal, uma linhagem ilegítima só se manteve no trono com esforços constantes; na Itália, pelo contrário, não havia uma casa principesca na qual, mesmo na linha direta de sucessão, os bastardos não fossem tolerados com paciência. Os monarcas aragoneses de Nápoles pertenciam à linhagem ilegítima, o próprio Aragão tendo a mesma sorte do irmão de Alfonso I. O grande Federigo de Urbino talvez não fosse, afinal, um Montefeltro. Quando Pio II estava a caminho do Congresso de Mântua (1459), oito bastardos da casa de Este foram encontrá-lo em Ferrara, entre eles Borso, o próprio duque reinante, e dois filhos ilegítimos de seu irmão e antecessor ilegítimo, Lionello. Este tivera também uma esposa legal, ela própria filha ilegítima de Alfonso I de Nápoles com uma mulher africana. Muitas vezes os bastardos eram admitidos na linha sucessória quando os filhos legítimos eram menores, e a sucessão era perigosa; reconhecia-se então uma regra de precedência sem levar em conta se o sangue era puro ou impuro. A aptidão do indivíduo, seu valor e capacidade pesavam muito mais do que em todas as leis e costumes prevalecentes noutros lugares no Ocidente. Na verdade, estávamos na época em que filhos de papas fundavam dinastias. No século XVI, com a influência de idéias estrangeiras e da contra-reforma que começava, a questão passou a ser julgada de modo mais estrito: Varchi descobre que a sucessão dos filhos legítimos "é ordenada pela razão, e é a vontade dos céus desde a eternidade". O Cardeal Ippolito de Medici baseou sua reivindicação do governo de Florença no fato de ser possivelmente o fruto de um casamento legal, e, de qualquer modo, filho de uma mulher de família e não, como no caso do Duque Alessandro, de uma criada. Nessa época tiveram início aqueles casamentos morganáticos de afeição, que, no século XV, não teriam tido o menor sentido, em termos de política ou de moralidade.

A forma mais elevada e mais admirada de ilegitimidade no século XV era a do *condottiere*, que, fosse qual fosse sua origem,

elevava-se à posição de governante independente. No fundo, a ocupação da Baixa Itália pelos normandos, no século XI, foi desse tipo. Tentativas como essa começavam agora a manter a península em constante agitação.

Era possível a um *condottiere* transformar-se em senhor de um distrito sem usurpação, quando seu empregador, carente de dinheiro ou de soldados, pagava seus serviços de tal forma; de qualquer maneira, mesmo dispensando por algum tempo o grosso de suas tropas, o *condottiere* precisava de um lugar seguro onde pudesse estabelecer seu alojamento no inverno e armazenar equipamentos e provisões. O primeiro exemplo de um capitão assim aquinhoado é o de John Hawkwood, investido por Gregório XI com o domínio de Bagnacavallo e Cotignola. Quando, com Alberigo da Barbiano, os exércitos e líderes italianos apareceram no cenário, melhoraram as possibilidades de fundar um principado, ou de aumentar um já adquirido. O primeiro grande eclodir orgiástico de ambição militar aconteceu no ducado de Milão, depois da morte de Giangaleazzo (1402). A política de seus dois filhos dirigia-se principalmente para a destruição dos novos despotismos fundados pelos *condottieri*; e, começando com o mais importante, Facino Cane, a casa de Visconti herdou, juntamente com sua viúva, uma longa lista de cidades e quatrocentos mil florins de ouro, sem falar nos soldados de seu primeiro marido, que Beatrice di Tenda trouxera consigo. Daí por diante aquela relação totalmente imoral entre os governos e seus *condottieri*, característica do século XV, tornou-se cada vez mais comum. Uma velha história – dessas que são e não são verdadeiras, em toda a parte e lugar algum – relata o seguinte: os cidadãos de uma certa cidade (Siena, ao que parece) tiveram um oficial a seu serviço que os havia libertado da agressão estrangeira; diariamente procuravam saber como recompensá-lo, e chegaram à conclusão de que nenhuma recompensa a seu alcance seria suficiente, ainda que o fizessem senhor da cidade. Finalmente alguém se levantou e disse: "Vamos matá-lo e depois adorá-lo como nosso santo padroeiro." E assim fizeram, seguindo o exemplo dado pelo senado romano com Rômulo. Na verdade os *condottieri* tinham bons motivos para não temer ninguém tanto quanto a seus empregadores: se tivessem sucesso, tornavam-se perigosos, e eram afastados, como aconteceu com Roberto Malatesta logo após a vitória obtida para Sisto IV (1482); se falhassem, a vingança dos venezianos em Carmagnola demonstrava os riscos a que estavam expostos (1432). É algo característico do aspecto moral da situação o fato de que os *condottieri* muitas vezes tinham de entregar esposa e filhos como

reféns, e nem por isso sentiam ou inspiravam maior confiança. Deviam ser heróis da abnegação, naturezas como a do próprio Belisario, para não serem corrompidos pelo ódio ou amargura, pois só a mais perfeita bondade os poderia salvar da mais monstruosa iniqüidade. Não é de espantar, então, que os encontremos cheios de desprezo por todas as coisas sacras, cruéis e traiçoeiros para com seus companheiros – homens que não se importavam em nada de morrer banidos pela Igreja. Ao mesmo tempo, e por força das mesmas condições, o gênio e a capacidade de muitos dentre eles tiveram o maior desenvolvimento concebível, granjeando-lhes a admiração devotada dos seguidores; seus exércitos foram os primeiros na história moderna a ter a imagem pessoal do líder como única força motriz. Um exemplo brilhante nos é dado pela vida de Francesco Sforza: preconceito algum de nascimento foi capaz de impedir que ele ganhasse e utilizasse, quando dela necessitava, a devoção ilimitada de cada indivíduo com o qual precisasse lidar; mais de uma vez aconteceu que seus inimigos depuseram as armas só ao vê-lo, saudando-o reverentemente, a cabeça descoberta, homenageando-o como "o pai comum dos homens de armas". A raça dos Sforza apresenta esse interesse especial: o fato de que, desde o início da sua história, podemos identificar os esforços que fizeram em busca da coroa. As bases de sua fortuna estão fundamentadas na notável fertilidade da família; o pai de Francesco, Jacopo, ele próprio um homem famoso, tinha vinte irmãos e irmãs, todos criados sem luxos em Cotignola, perto de Faenza, entre os perigos de uma das infindáveis *vendette* da Romagna, entre sua família e a dos Pasolini. A sede familiar era um arsenal, uma fortaleza; a mãe e as filhas eram tão guerreiras quanto seus parentes masculinos. Aos 13 anos de idade, Jacopo fugiu de casa, indo para Panicale, a fim de juntar-se às forças do *condottiere* papal Boldrino – o chefe que, mesmo na morte, continuou a liderar suas tropas, a palavra de ordem partindo da tenda embandeirada onde jazia o corpo embalsamado, até que finalmente fosse encontrado um líder capaz de sucedê-lo. Quando conseguiu ganhar nome a serviço de diferentes *condottieri*, Jacopo mandou buscar a família e com ela obteve as mesmas vantagens que um príncipe obtém de dinastia numerosa. Foram esses parentes que mantiveram o exército unido quando esteve no cativeiro no Castel dell'Uovo, em Nápoles; sua irmã aprisionou pessoalmente os enviados reais e assim salvou-o da morte. Uma indicação da amplitude dos seus planos está no fato de que em matéria de dinheiro Jacopo era inteiramente digno de confiança; por isso, até mesmo em suas derrotas conseguia crédito com os banqueiros. Habitualmente protegia os camponeses contra os abusos de seus soldados, e com relutância destruía ou danificava uma cidade conquistada. Deu Lucia, sua amante, a mãe de Francesco, em casamento a um outro, a fim de se liberar para uma aliança principesca. Até os casamentos de seus parentes eram arranjados com planos definidos. Mantinha-se longe da vida ímpia e devassa de seus contemporâneos, e criou Francesco, o filho, seguindo três regras: "Deixe as mulheres de outros em paz; não bata em nenhum de seus seguidores, ou, caso o faça, mande o homem ofendido para bem longe; não monte um cavalo de boca dura e nem outro que largue as ferraduras." Contudo, a fonte mais importante de sua influência estava nas qualidades, se não de grande general, pelo menos de grande soldado. Tinha muita força física, desenvolvida com todos os tipos de exercícios; seu rosto e os modos francos de camponês ganhavam popularidade geral; sua memória era maravilhosa; anos depois conseguia lembrar-se do nome de seus seguidores, o número de seus cavalos e seu soldo. Sua educação era puramente italiana: devotava o tempo vago ao estudo de história e mandava traduzir autores gregos e latinos para seu uso. Francesco, seu filho ainda mais famoso, desde o princípio pôs na cabeça que iria fundar um Estado poderoso, e através de um brilhante generalato e de uma falta de escrúpulos que o tornava incapaz de hesitar diante de qualquer coisa conseguiu apossar-se da grande cidade de Milão (1450).

Seu exemplo foi contagioso. Æneas Sylvius escreveu sobre esse período: "Na nossa Itália amante de mudanças, onde nada permanece firme, e onde não existem dinastias antigas, um criado pode facilmente se tornar rei." Um homem em particular, intitulando-se 'o homem do destino', encheu a imaginação de todo o país: Giacomo Piccinino, filho de Niccolò. Uma questão importante na Itália daquela época era se ele também teria êxito ao fundar uma casa principesca. Os maiores Estados tinham interesse óbvio em prejudicá-lo, e até mesmo Francesco Sforza achava que seria muito melhor se a lista de soberanos autoproclamados não aumentasse. Contudo, as tropas e capitães enviados contra Giacomo, como por exemplo na época em que visava ao domínio de Siena, reconheciam o interesse que havia em apoiá-lo: "Se acabarmos com ele, precisaremos voltar para casa e dedicar-nos a trabalhar nossos campos." Mesmo enquanto o assediavam em Orbetello, forneciam-lhe suprimentos, e assim ele escapou dos problemas com honra. Finalmente, o destino foi mais forte: a Itália toda apostava no resultado do seu encontro com o Rei Ferrante, em Nápoles (1465), depois de uma visita aos Sforza

em Milão. Apesar dos juramentos feitos, e de seu relacionamento com pessoas de alta posição, foi assassinado em Castel dell'Uovo.

Mesmo os *condottieri* que tinham obtido seus domínios através de heranças nunca se sentiam seguros. Quando Roberto Malatesta e Federigo de Urbino morreram no mesmo dia (1482), um em Roma e o outro em Bolonha, descobriu-se que cada um deles havia recomendado seu Estado aos cuidados do outro. Tudo era considerado permissível para uma classe de homens que não se continha diante de nada. Quando jovem, Francesco Sforza casara-se com uma rica herdeira calabresa, Polissena Ruffo, Condessa de Montalto, que lhe deu uma filha; uma tia envenenou a mãe e a criança, abocanhando a herança.

A partir da morte de Piccinino a fundação de novos Estados por *condottieri* tornou-se um escândalo que não podia ser tolerado. Os quatro grandes poderes – Nápoles, Milão, o papado e Veneza – formavam entre si um equilíbrio político que rejeitava qualquer distúrbio. Nos Estados da Igreja, pululando de pequenos tiranos, em parte *condottieri* ou antigos *condottieri,* desde os tempos de Sisto IV os sobrinhos dos papas monopolizavam o direito a tais empreendimentos. Mas, ao primeiro sinal de crise política, surgiam novamente os 'soldados do destino'. Sob a infeliz administração de Inocêncio VIII um certo Boccalino, que servira antes no exército da Borgonha, quase se entregou e a cidade de Osimo, da qual era senhor, nas mãos das forças turcas; felizmente, graças à intervenção de Lorenzo, o Magnífico, ele aceitou uma recompensa em dinheiro para se afastar. No ano de 1495, quando as guerras de Carlos VIII tinham virado a Itália de cabeça para baixo, o *condottiere* Vidovero, de Brescia, experimentou suas forças; já havia tomado a cidade de Cesena e assassinado muitos dos nobres e burgueses, mas a cidadela se manteve, e foi forçado a se retirar. Depois, comandando um bando emprestado por outro desordeiro, Pandolfo Malatesta, de Rimini, filho do já mencionado Roberto, e *condottiere* veneziano, arrancou à força, do arcebispo de Ravenna, a cidade de Castel dell'Uovo. Sentindo que o pior estava por vir, e também forçados pelo papa, os venezianos ordenaram a Pandolfo, "com as melhores intenções", que se aproveitasse de uma oportunidade para prender seu bom amigo; foi feita a prisão, embora "com um grande pesar", e em seguida vieram ordens de levar o prisioneiro à forca. Pandolfo teve a consideração de estrangulá-lo na prisão, e depois exibir o cadáver em público. O último exemplo notável de tais usurpadores é o famoso castelão de Musso que, durante a confusão no território milanês, que se seguiu à batalha de Pavia (1525), improvisou um reinado no lago de Como.

OS PEQUENOS DESPOTISMOS

De maneira geral pode-se dizer dos despotismos do século XV que os maiores crimes foram mais freqüentes nos Estados menores. Nesses, sempre que a família principesca era numerosa, com todos os membros desejando viver de maneira adequada à sua posição, eram inevitáveis as disputas com relação a heranças. Bernardo Varano, de Camerino (1434), matou dois de seus irmãos, para dividir suas propriedades entre os filhos. Se o governante de uma cidade era famoso pelo governo moderado, sábio e humano e pelo zelo com relação à cultura, em geral era membro ou dependia politicamente de alguma grande família. Era o caso, por exemplo, de Alessandro Sforza, Príncipe de Pesaro, irmão do grande Francesco, e padrasto de Federigo de Urbino (falecido em 1473). Prudente na administração, justo e afável no governo, gozou, depois de anos de guerras, de um reinado tranqüilo, reunindo uma nobre biblioteca e passando o tempo livre em conversas eruditas ou religiosas. Da mesma espécie foi Giovanni II Bentivoglio, de Bolonha (1463-1508), cuja política era determinada pelas famílias Este e Sforza. Por outro lado, quanta ferocidade e sede de sangue vamos encontrar entre os Varani, de Camerino, os Malatesta, de Rimini, os Manfreddi, de Faenza, e, acima de todos, entre os Baglioni, de Perugia. Temos, ao final do século XV, um retrato notável dos acontecimentos na última família citada, nas notáveis narrativas históricas de Graziani e Matarazzo.

Os Baglioni foram uma dessas famílias cujo domínio jamais assumiu a forma de despotismo declarado. Era mais uma liderança, por intermédio de sua vasta riqueza e da influência que exercia na escolha de pessoas para cargos públicos. Dentro da família um homem era reconhecido como chefe, mas prevalecia entre os membros dos diferentes ramos um ciúme secreto e profundo. Em oposição aos Baglioni levantava-se outro partido aristocrático, liderado pela família dos Oddi. Em 1487 a cidade foi transformada em campo de batalha e as casas dos chefes políticos foram assoladas por bandidos; cenas de violência eram acontecimento diário. No enterro de um estudante alemão, que morrera assassinado, dois colegas enfrentaram-se com armas; às vezes os antogonistas de famílias diferentes armavam verdadeiras batalhas na praça pública. Em vão reclamavam os comerciantes e artesãos; os governantes papais e os *nipoti* continham a língua, ou retiravam-se na primeira oportunidade. Finalmente os Oddi foram forçados a abandonar Perugia, e a cidade tornou-se uma fortaleza sitiada, sob o despotismo absoluto dos Baglioni, que usaram até a catedral como alojamento de sol-

dados. Complôs e atentados eram respondidos com vinganças cruéis; no ano de 1491, depois de mortos e enforcados no Palazzo Comunale 130 conspiradores que haviam entrado à força na cidade, foram erguidos trinta e cinco altares na praça, e por três dias rezadas missas e realizadas procissões para afastar a maldição que pesava sobre o local. Um *nipote* de Inocêncio VIII levou uma corrida pelas ruas, em pleno dia. Enviado para ajeitar as coisas, um *nipote* de Alexandre VI foi dispensado, com desprezo público. Durante todo esse tempo os dois líderes da casa governante, Guido e Ridolfo, mantinham freqüentes entrevistas com sóror Colomba de Rieti, uma freira dominicana de santa reputação e poderes miraculosos. Sob pena de um grande desastre, ela lhes ordenou que fizessem as pazes – em vão, naturalmente. Não obstante, a crônica aproveita a oportunidade para observar a devoção e piedade dos melhores homens de Perugia durante esse reinado do terror. Quando, em 1494, Carlos VIII se aproximava, os Baglioni de Perugia e os exilados acampados em Assis combateram com tal ferocidade que as casas do vale foram niveladas ao rés do chão. Os campos ficaram sem arar, os camponeses transformados em selvagens assassinos e saqueadores, os bosques novos povoados de lobos e cavalos, e os animais selvagens engordavam com a carne dos mortos, a chamada 'carne de cristão'. Quando Alexandre VI se retirou (1495) para a Umbria, antes de Carlos VIII (que voltava então de Nápoles), ocorreu-lhe que poderia agora, em Perugia, livrar-se dos Baglioni de uma vez por todas; propôs então a Guido uma festa, torneio ou outra função do gênero capaz de reunir toda a família. Guido, porém, opinou que "o espetáculo mais impressionante de todos seria ver toda a força militar de Perugia reunida num só corpo", o que levou o papa a abandonar o projeto. Logo após os exilados efetuaram novo ataque, em que o heroísmo pessoal dos Baglioni lhes garantiu a vitória. Foi quando Simonetto Baglione, um rapaz que mal tinha completado dezoito anos, lutou na praça com um punhado de seguidores contra centenas de inimigos; finalmente tombou, com mais de vinte ferimentos, mas recuperou-se quando Astorre Baglione veio em sua ajuda e, montado a cavalo, a armadura dourada, um falcão no elmo, "parecia Marte, paramentado, entrando na luta".

Naquela época Rafael, um menino de 12 anos de idade, estudava com Pietro Perugino. As impressões desses dias estão imortalizadas nas primeiras pinturas de São Miguel e São Jorge: pode ser que alguma coisa delas viva eternamente no grande quadro de São Miguel; e, se Astorre Baglione deve encontrar sua apoteose em algum lugar, é na figura do cavaleiro celestial, no "Heliodoro".

Os oponentes dos Baglioni foram em parte destruídos, em parte desbaratados pelo terror, e daí por diante tornaram-se incapazes de outro empreendimento do mesmo tipo. Depois de algum tempo, houve uma reconciliação parcial, e alguns dos exilados receberam permissão de voltar. Mas nem por isso Perugia se tornou mais segura ou tranqüila: as discórdias internas da família governante explodiram em excessos pavorosos. Formou-se uma oposição contra Guido, Ridolfo e seus filhos – Gianpaolo, Simonetto, Astorre, Gismondo, Gentile, Marcantonio e outros – por parte de dois sobrinhos-netos, Grifone e Carlo Barciglia; o segundo dos dois era também sobrinho de Varano, Príncipe de Camerino, e cunhado de um dos antigos exilados, Gerolamo della Penna. Acautelado por um pressentimento sinistro, em vão Simonetto tentou, de joelhos diante do tio, que Guido lhe permitisse matar Penna. O complô amadureceu de repente, por ocasião do casamento de Astorre com Lavinia Colonna, nos festejos de meados do verão de 1500. A festa durou diversos dias, entre pressentimentos sombrios, cujos efeitos profundos são descritos notavelmente por Matarazzo. O próprio Varano os encorajava, com artifícios diabólicos: agia sobre Grifone, falando acerca da perspectiva de uma autoridade não dividida, e contando uma intriga imaginária de sua esposa Zenobia com Gianpaolo. Finalmente, cada um dos conspiradores foi provido de uma vítima. (Os Baglioni moravam todos em casas separadas, a maioria na região do castelo atual.) Cada um recebeu quinze dos rufiões a sua disposição, e os demais foram colocados de vigia. Na noite de 15 de julho as portas foram forçadas e Guido, Astorre, Simonetto e Gismondo foram assassinados; os demais conseguiram escapar.

Enquanto o corpo de Astorre jazia na rua, junto ao de Simonetto, os espectadores "e especialmente os estudantes estrangeiros" o comparavam a um antigo romano, tão nobre e imponente seu aspecto. Nas feições de Simonetto ainda se podia ler a audácia e o desafio que a própria morte não domara. Os vitoriosos fizeram uma visita aos amigos da família, fazendo o possível para causar boa impressão; encontraram todos em lágrimas, preparando a fuga para o campo. Enquanto isso os Baglioni que tinham escapado reuniam forças fora da cidade, e, no dia seguinte, forçaram sua entrada. Com Gianpaolo na liderança, rapidamente encontram aderentes entre aqueles a quem os Barciglia vinham ameaçando de morte. Quando Grifone caiu em suas mãos, perto de Sant'Ercolano, Gianpaolo entregou-o a seus seguidores, para a execução. Barciglia e Penna buscaram refúgio junto a Varano, o principal responsável pela tragédia, em Camerino; num momento, quase sem perdas de vida, Gian-

paolo se assenhoreou da cidade.

Atalanta, a bela e ainda jovem mãe de Grifone, que na véspera se havia retirado para o campo, junto com Zenobia, a esposa do falecido, e mais dois filhos de Gianpaolo (e mais de uma vez tinha repelido o filho com uma maldição de mãe), voltava agora com a nora em busca do moribundo. Todos se afastaram à aproximação das duas mulheres, cada homem temendo ser reconhecido como o assassino, temeroso da maldição materna. Estavam enganados, porém: ela própria rogou ao filho que perdoasse aquele que lhe dera o golpe fatal, e Grifone morreu com sua bênção. Os olhos da multidão seguiram as duas mulheres com reverência enquanto elas cruzavam a praça, os trajes sujos de sangue. Foi para Atalanta que Rafael mais tarde pintou a mundialmente famosa "Deposição", na qual as tristezas maternas são postas aos pés de um sofrimento ainda maior e mais santo.

A catedral, em cuja vizinhança se passara a maior parte desta tragédia, foi lavada com vinho e novamente consagrada. O arco do triunfo erguido para o casamento ainda estava de pé, pintado com os feitos de Astorre e com versos laudatórios do narrador desses acontecimentos, o valoroso Matarazzo.

Uma história legendária, simples reflexo dessas atrocidades, apareceu nos primeiros dias dos Baglioni. Segundo se dizia, todos os membros dessa família haviam morrido de morte violenta – vinte e sete deles juntos em uma ocasião; dizia-se que suas casas tinham sido derrubadas e as ruas de Perugia calçadas com os tijolos – e outras coisas do mesmo teor. Sob Paulo III a destruição de seus palácios realmente aconteceu.

Por algum tempo eles pareciam ter adotado boas resoluções, organizado o próprio partido para assegurar a ordem, protegendo os servidores públicos dos atos arbitrários da nobreza. Mas a antiga maldição irrompeu outra vez. Em 1520 Gianpaolo foi atraído a Roma, sob Leão X, e lá decapitado; um de seus filhos, Orazio, que governou Perugia apenas por curto período e pelos meios mais violentos, como partidário do Duque de Urbino (este mesmo ameaçado pelo papa), mais uma vez repetiu na própria família os horrores do passado. Seu tio e três primos foram assassinados, momento em que o duque mandou avisar que já fizera o bastante. Seu irmão, Malatesta Baglione, o general florentino, tornou-se imortal graças à traição de 1530; e Ridolfo, o filho de Malatesta, último membro da família, fez, mediante o assassínio do legado e dos magistrados, no ano de 1534, um breve e sanguinário governo.

Vamos tornar a encontrar os nomes dos governantes de Rimini.

A falta de escrúpulos, a impiedade, a perícia militar e a grande cultura raramente se combinam num só indivíduo como ocorreu com Sigismondo Malatesta (falecido em 1467). No entanto, os crimes acumulados de uma família desse gênero devem, finalmente, ter superado todo o seu talento, por grande que fosse, arrastando o tirano para o abismo. Pandolfo, sobrinho de Sigismondo, de quem já falamos, conseguiu manter seu território pelo único motivo de que os venezianos se recusaram a abandonar seu *condottiere,* fossem quais fossem as acusações que lhe imputassem; quando seus súditos (em 1497), depois de ampla provocação, bombardearam-no em seu castelo de Rimini, e mais tarde lhe permitiram a fuga, um comissário veneziano o trouxe de volta, marcado como estava pelo fratricídio e todas as outras abominações. Trinta anos mais tarde os Malatesta se haviam transformado em exilados sem um centavo. No ano de 1527, como na época de Cesare Borgia, uma espécie de epidemia caiu sobre os pequenos tiranos; poucos deles sobreviveram depois dessa data, e nenhum deles para seu próprio bem. Em Mirandola, governada pelos príncipes insignificantes da casa de Pico, vivia no ano de 1533 um sábio pobre, Lilio Gregorio Giraldi, que tinha fugido do saque de Roma para o lar hospitaleiro do idoso Giovanni Francesco Pico, sobrinho do famoso Giovanni; as discussões sobre o monumento sepulcral que o príncipe estava construindo para si deram origem a um tratado, cuja dedicatória ostenta a data de abril daquele ano. O pós-escrito é bem triste – "Em outubro do mesmo ano o infeliz príncipe foi atacado durante a noite e roubado da vida e do trono pelo filho de seu irmão; eu mesmo escapei por pouco, e agora me encontro na mais profunda miséria."

A forma de despotismo, sem moral ou princípios, tal como o exercido por Pandolfo Petrucci a partir de 1490 em Siena (então dividida em facções) não merece uma consideração mais profunda. Insignificante e malévolo, governou com a ajuda de um professor de jurisprudência e de um astrólogo, apavorando seu povo com algum assassínio ocasional. Seu passatempo, nos meses de verão, era rolar blocos de pedra retirados do alto do monte Amiata, sem se importar com o que ou quem viessem atingir. Depois de ter êxito onde os mais prudentes haviam falhado, escapar dos artifícios de Cesare Borgia, finalmente morreu, abandonado e desprezado. Depois disso, seus filhos mantiveram uma supremacia qualificada durante muitos anos.

AS GRANDES DINASTIAS

Ao tratar das principais dinastias da Itália, é conveniente

discutir os aragoneses, por causa de seu caráter especial, diferente dos demais. O sistema feudal, que havia sobrevivido desde os dias dos normandos, sob a forma de supremacia territorial dos barões, dava um colorido característico à constituição política de Nápoles. Em todos os outros lugares na Itália – exceto na parte sul do domínio eclesiástico e em alguns outros distritos – prevalecia um domínio de posse direta da terra, e por lei não se permitiam quaisquer poderes hereditários. O grande Alfonso, que reinou em Nápoles de 1435 em diante (falecendo em 1458), foi um homem diferente de seus descendentes reais ou supostos. Brilhante durante toda a vida, sem medo de se misturar às pessoas, digno e afável de convívio, admirado ao invés de criticado mesmo em sua paixão senil por Lucrezia d'Alagno, só pecava por um defeito – a extravagância –, a qual, porém, tinha as conseqüências naturais. Financistas inescrupulosos há muito eram onipotentes na corte, até que o rei falido os roubasse dos despojos; pregou-se uma cruzada como pretexto para se taxar o clero; quando houve um grande terremoto nos Abruzzi, os sobreviventes foram compelidos a contribuir em nome dos mortos. Com esses meios Alfonso era capaz de receber hóspedes distintos com um esplendor sem rival; comprazia-se em gastos sem fim, mesmo para o benefício de inimigos, e não conhecia limites ao recompensar as obras literárias. Poggio recebeu 500 peças de ouro para traduzir a *Cyropaedeia*, de Xenofonte, para o latim.

Ferrante, que o sucedeu, passava por seu filho ilegítimo com uma dama espanhola, mas não era improvável que fosse filho de um mouro mestiço de Valença. Se foram os complôs contra sua vida planejados pelos barões, ou seu próprio sangue, o que amargurava e ensombrecia sua natureza, certo é que não foi igualado em ferocidade por nenhum dentre os príncipes de seu tempo. Ativo e inquieto, reconhecido como uma das mentes políticas mais poderosas de seus dias, e isento dos vícios da devassidão, concentrava todos seus poderes, entre os quais a dissimulação profunda e um irreconciliável espírito de vingança, na destruição de oponentes. Fora ferido em todos os pontos nos quais um governante está aberto à ofensa, pois os líderes dos barões, embora aparentados a ele pelo casamento, assim mesmo eram aliados de seus inimigos estrangeiros. Medidas extremas tornaram-se parte de sua política diária. Os meios para essa luta com seus barões e para suas guerras externas eram arrancados da mesma maneira maometana inaugurada por Frederico II; só o governo podia fazer o comércio de óleo e cereais; todo o comércio do país foi colocado por Ferrante nas mãos de um rico mercador, Francesco Coppola, que controlava os portos e dividia os lucros com

o rei. Os déficits eram compensados através de empréstimos compulsórios, execuções e confiscos, pela simonia aberta e por contribuições impostas às corporações eclesiásticas. Além da caça, que praticava sem respeitar quaisquer direitos de propriedade, seus prazeres eram de duas espécies: gostava de ter os oponentes junto a si, vivos em prisões bem guardadas, ou mortos e embalsamados, vestidos nos trajes que haviam usado em vida. Divertia-se ao falar dos cativos com os amigos, e não fazia qualquer segredo de seu museu de múmias. Suas vítimas eram, em sua maioria, homens de quem se havia apoderado pela traição; alguns chegaram a ser presos enquanto comiam como convidados à mesa real. Sua conduta para com o primeiro-ministro Antonello Petrucci, que ficara grisalho e doente a seu serviço, e de cujo crescente medo da morte ele ia extorquindo "presente após presente", era literalmente diabólica. Finalmente, uma suspeita de cumplicidade com a última conspiração dos barões forneceu o pretexto para sua prisão e execução. Com ele morreu Coppola. A maneira como tudo isso nos é narrado por Caracciolo e Porzio deixa-nos de cabelos em pé.

O mais velho dos filhos do rei, Alfonso, Duque de Calábria, gozou, anos mais tarde, de uma co-regência junto ao pai. Era um devasso selvagem e brutal, que só levava uma vantagem sobre Ferrante, a franqueza, e declarava abertamente seu desprezo pela religião e suas práticas. As características melhores e mais nobres dos despotismos italianos não são encontradas entre os príncipes dessa linha; tudo o que possuíam da arte e da cultura da época servia para luxo ou exibição. Até mesmo os espanhóis legítimos parecem ter quase sempre degenerado na Itália; mas o final dessa casa de sangue misto (1494 e 1503) dá-nos uma clara prova de sua má qualidade. Ferrante morreu de problemas mentais e preocupações; Alfonso acusou de traição o irmão Federigo, a única pessoa honesta da família, insultando-o da forma mais baixa. Finalmente, embora até então passasse por um dos generais mais capazes da Itália, perdeu a cabeça e fugiu para a Sicília, deixando seu filho, o Ferrante mais jovem, como presa fácil para os franceses e a traição doméstica. Uma dinastia que havia governado como esta o fizera deveria pelo menos ter vendido caro a própria vida, se algum dia seus filhos devessem esperar por uma volta ao poder. Mas, segundo Commynes observou de um ponto de vista particular, assim mesmo com todo direito: *Jamais homme cruel ne fut hardi.* (Nunca houve um homem mais cruel.)

O despotismo dos duques de Milão, cujo governo desde a época

de Giangaleazzo foi uma monarquia absoluta da espécie mais rematada, mostra o genuíno caráter italiano do século XV. O último dos Visconti, Filippo Maria (1412-1447), é um personagem de peculiar interesse e do qual, por sorte, nos ficou uma descrição admirável[2]. Aqui se demonstra, com o que se poderia chamar de precisão matemática, até onde um homem de dons incomuns e posição elevada pode chegar, levado pela paixão do medo. Todos os recursos do Estado foram devotados à única finalidade de assegurar sua segurança pessoal, embora, por sorte, seu egoísmo cruel não tenha degenerado em sede de sangue. Vivia na cidadela de Milão cercado por magníficos jardins, bosques e gramados. Por anos a fio não pôs o pé na cidade, fazendo suas excursões apenas no campo, onde ficavam diversos de seus esplêndidos castelos; a flotilha que, puxada pelos cavalos mais rápidos, o levava aos mesmos, ao longo de canais construídos para esse fim, era arranjada de forma a possibilitar o uso da etiqueta mais rigorosa. Quem quer que entrasse na cidadela era observado por uma centena de olhos; era proibido chegar às janelas, para que não fossem passados sinais para fora. Todos aqueles admitidos entre os assistentes pessoais do príncipe eram submetidos a uma série de exames dos mais restritos; uma vez aceitos, eram encarregados tanto dos assuntos diplomáticos mais elevados quanto dos serviços pessoais mais humildes, considerados igualmente honrosos. Era esse o homem que conduzia guerras longas e difíceis, que lidava habitualmente com assuntos políticos de primeira importância, e cada dia enviava plenipotenciários a todas as partes da Itália. Sua segurança residia no fato de que nenhum de seus empregados confiava nos outros; seus *condottieri* eram vigiados e conduzidos a pistas falsas por espiões; os embaixadores e funcionários superiores viviam intrigados e eram mantidos isolados por ciúmes nutridos artificialmente e, em particular, pelo esquema de juntar um homem honesto a um canalha. Seu caráter se apoiava em sistemas opostos e contraditórios: acreditava na necessidade cega e na influência das estrelas, recorrendo, ao mesmo tempo, a auxílios de todas as espécies; estudava os autores antigos, bem como as histórias francesas de cavalaria. Assim mesmo, esse homem, que jamais permitia que se mencionasse a morte em sua presença, fazendo com que os moribundos fossem removidos do castelo, para que nenhuma sombra caísse sobre a moradia da felicidade, apressou deliberadamente a própria morte fechando uma ferida e recusando-se a ser sangrado. Morreu, finalmente, com dignidade e graça.

2 *Petri Candidi Decembrii Vita Phil. Mariae Vicecomitis* (Muratori, *Scriptores rerum Italicarum*, Milão, 1750, vol. xx).

Seu genro e sucessor, o afortunado *condottiere* Francesco Sforza (1450-1466), foi talvez, entre todos os italianos do século XV, o homem mais representativo do espírito de sua era. Nunca o triunfo de um gênio e sua força individual foram exibidos com mais brilho que nele, e aqueles que não reconhecem seu mérito são forçados, pelo menos, a maravilhar-se perante ele como o filho mimado do destino. Os milaneses afirmavam abertamente ser uma honra serem governados por mestre tão distinto; quando entrou na cidade, a multidão exaltada levou-o, em seu cavalo, para dentro da catedral, sem lhe dar tempo de desmontar. Vamos ouvir a folha corrida de sua vida, na estimativa do Papa Pio II, árbitro em tais assuntos: "No ano de 1459, quando o duque chegou para o congresso em Mântua, estava com 60 (na verdade eram 58) anos de idade; montado a cavalo parecia um rapaz; de estatura ereta e imponente, com feições sérias, calmo e afável na conversa, principesco no porte, com uma combinação de dons corporais e intelectuais sem rival em nossa era, invicto no campo de batalha – um homem que foi capaz de se elevar de uma posição humilde ao controle de um império. Sua esposa era bela e virtuosa, seus filhos semelhantes a anjos do céu; raramente adoecia, e seus principais desejos sempre se realizavam. Assim mesmo, não lhe faltaram infortúnios. Por ciúmes, sua esposa matou-lhe a amante; Troilo e Brunoro, seus velhos camaradas e amigos, abandonaram-no e passaram-se para o Rei Alfonso; viu-se forçado a mandar enforcar um outro, Ciarpollone, por traição; teve de suportar que seu irmão Alessandro mandasse os franceses contra ele; que um de seus filhos o vitimasse com intrigas e precisasse ser aprisionado; as fronteiras de Ancona, que ganhara na guerra, perdeu outra vez da mesma maneira. Homem algum goza de um destino tão límpido que não se veja, em algum ponto, forçado a lutar contra a adversidade. Feliz daquele que tem poucos problemas." É com esta definição negativa da felicidade que o letrado papa dispensa o leitor. Se tivesse sido capaz de prever o futuro, ou se se dispusesse a parar e discutir as conseqüências de um despotismo incontrolável, um fato inquestionável não teria escapado a seus olhos – a ausência de qualquer garantia quanto ao futuro. Aquelas crianças, belas como anjos, educadas cuidadosa e completamente, caíram vítimas, quando cresceram, da corrupção e do egoísmo desmedido. Galeazzo Maria (1466-1476), solícito apenas para efeito externo, orgulhava-se da beleza das próprias mãos, dos altos salários que pagava, do crédito financeiro de que gozava, de seu tesouro, de suas mil peças de ouro, das pessoas famosas que o cercavam, de seu exército e de suas aves de cetraria. Gostava do som da própria voz, e falava bem, mais fluentemente, talvez, quando

tinha a oportunidade de insultar algum embaixador veneziano. Era sujeito a caprichos, tais como mandar decorar um quarto numa noite; e, o que era pior, a ataques de devassidão sem sentido e de revoltante crueldade para com os amigos mais próximos. A um punhado de entusiastas parecia um tirano ruim demais para viver; assassinaram-no e entregaram o Estado a seus irmãos, um dos quais – Ludovico, o Mouro – jogou o sobrinho na prisão e tomou o governo nas próprias mãos. A essa usurpação seguiu-se a intervenção francesa e os desastres que se abateram sobre toda a Itália.

Ludovico Sforza, cognominado *Il Moro*, o Mouro, é o tipo mais perfeito do déspota daquela época e, como uma espécie de produto da natureza, quase desarma nosso julgamento moral. Apesar da profunda imoralidade dos meios que empregava, usava-os com a mais perfeita ingenuidade; talvez ninguém ficasse mais espantado do que ele ao saber que um ser humano é moralmente responsável tanto pela escolha dos meios como pelos fins; é possível que preferisse manter como uma virtude singular o fato de que, até onde possível, abstinha-se do uso generalizado da pena de morte. Aceitava como algo mais do que merecido o respeito quase fabuloso que os italianos sentiam por seu gênio político. Em 1496, gabou-se de que o Papa Alexandre era seu capelão, o Imperador Maximiliano seu *condottiere,* Veneza sua camareira, e o rei da França seu mensageiro, precisando ir e vir às suas ordens. Com maravilhosa presença de espírito foi capaz de avaliar, mesmo na hora extrema (1499), todos os meios de fuga possíveis, decidindo-se finalmente pela própria honra, e confiando na bondade da natureza humana; rejeitou a proposta do irmão, o Cardeal Ascanio, que desejava permanecer na cidadela de Milão, com base numa antiga contenda. "Monsenhor, não me leve a mal, mas não confio na sua pessoa, irmão como possa ser", e nomeou para o comando do castelo, "como garantia de seu retorno", um homem a quem sempre fizera o bem, mas que assim mesmo o traiu. Em casa o Mouro foi um bom governante, e até o final gozou de popularidade, tanto em Milão quanto em Como. Nos últimos anos (depois de 1496) abusou dos recursos do Estado e, em Cremona, ordenou, por puro expediente, que um cidadão de respeito, que falara contra os novos impostos, fosse estrangulado em surdina. Desde essa época, ao dar audiências mantinha os visitantes afastados por meio de uma barra, de modo que, ao conversar com ele, fossem forçados a usar a capacidade máxima de suas vozes. Em sua corte, a mais brilhante da Europa desde que a de Borgonha tinha deixado de existir, prevalecia a imoralidade da pior espécie: a filha era vendida pelo pai, a esposa pelo marido, a irmã pelo irmão. O próprio príncipe mantinha atividade

incessante e, como era filho de seus próprios feitos, alegava parentesco com todos aqueles que, como ele, sobressaíam pelos próprios méritos – sábios, poetas, artistas e músicos. A academia que fundou servia mais aos seus próprios fins do que à instrução dos estudiosos; e nem era pela fama dos homens de distinção que o rodeavam que tinha interesse, mas por sua companhia e seus serviços. É verdade que Bramante foi a princípio miseravelmente pago; Leonardo, por outro lado, teve remuneração adequada até 1496 – além disso, o que o mantinha na corte, se não sua própria vontade? O mundo abria-se diante dele, talvez como para nenhum outro mortal da época; e se faltassem provas do elemento mais elevado na natureza de Ludovico, o Mouro, iríamos encontrá-las na longa estada do enigmático mestre em sua corte. O fato de mais tarde Leonardo ter passado a prestar serviços a Cesare Borgia e Francisco I deveu-se provavelmente ao interesse que sentia pelo caráter marcante desses dois homens.

Depois da queda do Mouro, seus filhos, vivendo entre estranhos, não foram bem criados. O mais velho, Massimiliano, não se parecia nada com ele; ao mais jovem, Francesco, pelo menos não faltava espírito. Milão, que naquela época mudava de governantes com tanta freqüência, sofrendo inenarravelmente com essas mudanças, conseguiu defender-se contra uma reação. No ano de 1512, ao se retirarem diante das armas de Massimiliano e dos espanhóis, os franceses foram induzidos a fazer uma declaração de que os milaneses não haviam tomado parte na sua expulsão e, sem serem culpados de rebelião, poderiam entregar-se a um novo conquistador. Tem uma certa importância política o fato de que, em tais momentos de transição, uma cidade infeliz, tal como Nápoles quando da fuga dos aragoneses, poderia cair presa de bandidos (muitas vezes aristocráticos).

A família Gonzaga, em Mântua, e a de Montefeltro, de Urbino, estavam entre as mais bem organizadas e mais ricas em homens capazes durante a segunda metade do século XV. Os Gonzaga eram uma família toleravelmente harmoniosa; por um longo período não se soube de nenhum assassinato entre eles, e seus mortos podiam ser mostrados ao mundo, sem medo. O Marquês Francesco Gonzaga e sua esposa, Isabella de Este, apesar de algumas irregularidades, eram um casal unido e respeitável, e criaram seus filhos para que se tornassem homens notáveis e bem-sucedidos, numa época em que seu Estado, pequeno, mas de enorme importância, estava exposto a perigos incessantes. O fato de Francesco, como homem de Estado e como soldado, ter adotado uma política de excepcional honestidade era o que nem o imperador, nem Veneza ou o rei da França poderiam

ter esperado ou desejado; mas, certamente, desde a batalha de Taro (1495), no concernente à honra militar, ele sentiu e agiu como um patriota italiano, passando o mesmo espírito à esposa. Cada feito de lealdade e heroísmo, tal como a defesa de Faenza contra Cesare Borgia, era sentido por ela como uma vingança da honra da Itália. Nosso julgamento quanto ao seu caráter não necessita apoiar-se nos elogios dos artistas e escritores que recompensavam regiamente a bela princesa por seu patrocínio; suas próprias cartas nos mostram que era uma mulher de firmeza inabalável, cheia de gentileza e observações bem-humoradas. Bembo, Bandello, Ariosto e Bernardo Tasso enviavam suas obras a essa corte, embora pequena e pouco poderosa, com o tesouro vazio. Não se via na Itália um círculo mais polido e encantador desde a dissolução da antiga corte de Urbino (1508); apenas num aspecto, na liberdade de movimentos, a sociedade de Ferrara era inferior à de Mântua. Em assuntos artísticos Isabella possuía conhecimentos precisos, e o catálogo de sua coleção, pequena mas bem selecionada, não pode ser lido sem emoção pelo amante da arte.

No grande Federigo (1444-1482), fosse ou não um genuíno Montefeltro, Urbino tinha um belo representante da ordem principesca. Como *condottiere,* compartilhou da moralidade política dos soldados do destino, uma moralidade cujo erro não reside apenas neles; como governante de seu pequeno território, adotou o plano de gastar em casa o dinheiro ganho no exterior, e cobrar o mínimo de impostos de sua gente. Sobre ele e seus dois sucessores, Guidobaldo e Francesco Maria, lemos: "Ergueram prédios, ampliaram o cultivo da terra, viviam na pátria, e deram emprego a um grande número de pessoas: seus súditos os amavam." Mas não apenas o Estado, toda a corte era também uma obra de arte e organização, em todos os sentidos da palavra. Federigo mantinha quinhentas pessoas a seu serviço; os arranjos da corte eram tão completos como nas capitais dos maiores monarcas. Nada se desperdiçava; tudo tinha seu objetivo, tudo era cuidadosamente vigiado e controlado. A corte não era palco para os vícios e desperdícios: servia de escola para a educação militar dos filhos das grandes casas, cuja cultura e instrução constituíam pontos de honra para o duque. O palácio que construiu, embora não fosse dos mais esplêndidos, era clássico na perfeição da sua arquitetura; nele foi colocado o maior dos seus tesouros, a famosa biblioteca. Sentindo-se seguro numa terra onde todos deviam lucros ou emprego a seu governo, e onde não havia mendigos, normalmente saía desarmado e quase desacompanhado; entre os príncipes de seu tempo, só ele se aventurava a caminhar ao ar livre, e a fazer suas

refeições frugais em aposento aberto, enquanto ouvia a leitura de Lívio ou, em tempos de jejum, de alguma obra devota. No decorrer da mesma tarde ouvia uma palestra sobre um tema clássico e ia ao mosteiro das Clarissas, conversar com a abadessa sobre assuntos sagrados, através das grades. À noite supervisionava os exercícios marciais dos jovens de sua corte nos prados de San Francesco, conhecidos pela vista magnífica, e cuidava para que todos os movimentos fossem executados da maneira mais perfeita. Sempre se esforçava por ser afável e acessível ao máximo, visitando os artesãos que trabalhavam em suas oficinas, dando audiências freqüentes e, se possível, atendendo aos pedidos de cada indivíduo no mesmo dia em que fossem apresentados. Não é de espantar que quando passava pelas ruas as pessoas se ajoelhassem dizendo: *"Dio ti mantenga, signore!"* As pessoas pensantes o chamavam de "Luz da Itália". Seu prendado filho, Guidobaldo, visitado pela doença e infortúnios de toda a espécie, foi finalmente capaz (1508) de passar o Estado às mãos seguras de um sobrinho, Francesco Maria (também *nipote* do Papa Júlio II), que conseguiu preservar o território contra a ocupação estrangeira permanente. É notável a confiança com que Guidobaldo fugiu perante Cesare Borgia, assim como Francesco ante as tropas de Leão X; os dois sabiam que o retorno ao trono seria tanto mais fácil e popular quanto menos o país sofresse com uma defesa inútil. Quando Ludovico fez os mesmos cálculos em Milão, esqueceu-se dos muitos motivos de ódio que existiam contra ele. A corte de Guidobaldo foi imortalizada, como escola de boas maneiras, por Baldassare Castiglione, que representou sua écloga *Thyrsis* perante aquela sociedade (1506) que, mais tarde (1508), usou como cenário dos diálogos do seu *Cortigiano* no círculo da prendada Duquesa Elisabetta Gonzaga.

O governo da família Este em Ferrara, Modena, e Reggio demonstra curiosos contrastes de violência e popularidade. Dentro do palácio perpetravam-se feitos pavorosos; uma princesa foi decapitada (1425) pelo alegado adultério com um enteado; filhos legítimos e ilegítimos fugiam da corte, e até no estrangeiro suas vidas eram ameaçadas por assassinos que os perseguiam (1471). Complôs externos eram incessantes; o filho bastardo de um bastardo tentou arrancar a coroa do herdeiro legal, Ercole I, pela violência; diz-se que Ercole, mais tarde (1493), mandou envenenar a esposa quando descobriu que, por instigação de seu irmão Ferrante, de Nápoles, ela ia envenená-lo. A lista de tragédias encerra-se com o complô de dois bastardos contra seus irmãos, o Duque Alfonso I, o governante, e o Cardeal Ippolito (1506), descoberto a tempo, e punido com prisão

perpétua. O sistema financeiro nesse Estado era do tipo mais perfeito, e tinha de ser assim, já que em toda a Itália nenhum dos poderes maiores ou de segunda categoria estava exposto a tanto perigo, ou sentia a necessidade tão constante de armamentos e fortificações. Os governantes esperavam que a crescente prosperidade do povo acompanhasse o crescente peso da tributação, e o Marquês Niccolò (falecido em 1441) costumava expressar o desejo de que seus súditos fossem mais ricos que os cidadãos de outros países. Se o aumento rápido da população pode ser uma medida da prosperidade realmente obtida, tem importância o fato de que, em 1497, apesar da considerável ampliação da capital, não havia nenhuma casa para alugar. Ferrara é a primeira cidade realmente moderna na Europa; surgiam bairros amplos e bem construídos, conforme as ordens do governante; pela concentração das classes oficiais e a ativa promoção do comércio, foi criada ali pela primeira vez uma capital de verdade; pessoas de recursos, foragidas de todas as partes da Itália (especialmente florentinos) estabeleciam-se em Ferrara, onde construíam seus palácios. Mas a tributação indireta, de qualquer modo, deve ter atingido um ponto em que mal podia ser suportada. O governo, é verdade, tomou medidas de alívio, adotadas também por outros déspotas italianos, tais como Galeazzo Maria Sforza: em tempos de fome, os cereais eram trazidos de longe e parecem ter sido distribuídos gratuitamente, mas, em tempos comuns, isso era compensado pelo monopólio, se não dos cereais, de muitos outros produtos de grande necessidade – peixe, sal, carne, frutas e legumes, os últimos cuidadosamente plantados nas muralhas da cidade e junto a elas. A fonte de renda mais considerável, porém, era a venda anual de cargos públicos, prática comum em toda a Itália, e de cuja prática em Ferrara temos informações mais precisas. Lemos, por exemplo, que no ano novo de 1502 a maioria dos funcionários comprou seus cargos a *prezzi salati* (preços exorbitantes); funcionários públicos das espécies mais variadas, oficiais alfandegários, meirinhos (*massari*), notários, *podestà*, juízes e até administradores de cidades provincianas são citados pelo nome. Como um dos "devoradores do povo", que pagavam caro por seus lugares, e que eram "odiados mais do que o diabo", menciona-se Tito Strozza – esperemos que não seja o famoso poeta latino. Na mesma época, mais ou menos, cada ano, os duques costumavam fazer uma série de visitas em Ferrara, as assim chamadas *andar per ventura*, onde recebiam presentes pelo menos dos cidadãos mais ricos. Presentes que não consistiam em dinheiro, mas em produtos naturais.

Era motivo de orgulho para o duque que por toda a Itália se

soubesse que, em Ferrara, os soldados recebiam o soldo, e os professores da universidade o salário exatamente no dia do seu vencimento; que os soldados não ousavam explorar os cidadãos ou camponeses; que a cidade era inexpugnável aos ataques; e que havia grandes somas em moedas armazenadas na cidadela. Manter um orçamento público separado do familiar parecia desnecessário; o ministro das Finanças era, ao mesmo tempo, o gerente dos bens da casa ducal. Os edifícios erguidos por Borso (1430-1471), Ercole I (até 1505) e Alfonso I (até 1534) eram numerosos, mas pequenos; são característicos de uma casa principesca que, apesar de toda a inclinação pelo esplendor – Borso aparecia sempre vestido com bordados e usando jóias – não aceitava despesas inúteis. Alfonso talvez pudesse ter previsto o destino que aguardava suas encantadoras e pequenas *villas:* Belvedere com os jardins sombreados e Montana com suas fontes e belos afrescos.

É inegável que os perigos aos quais tais príncipes estavam constantemente expostos desenvolvessem neles notavelmente certas faculdades. Num mundo tão artificial, só um homem de muito tino podia ter sucesso; todos os que se candidatavam à distinção eram forçados a fazer valer suas reivindicações pelo mérito pessoal, demonstrando-se capazes da coroa que procuravam. O caráter dessas pessoas não estava isento de facetas sombrias; mas em todas havia algumas daquelas qualidades que na Itália de então se procurava como o ideal. Que monarca europeu da época trabalharia pela cultura como, por exemplo, Alfonso I? Suas viagens à França, Inglaterra e Países Baixos eram empreendidas com a finalidade do estudo: por intermédio delas ganhava conhecimento preciso da indústria e do comércio de tais países. É ridículo reprová-lo pelo trabalho de torneiro que praticava nas horas de folga, atividade relacionada com sua perícia na fundição de canhões e com a liberdade sem preconceitos com a qual se fazia rodear por mestres de todas as artes. Ao contrário do que acontecia com seus contemporâneos do Norte, os príncipes italianos não dependiam de uma aristocracia, que se julgava a única classe digna de consideração, e que contaminava o monarca com o mesmo preconceito. Na Itália o príncipe podia conhecer e usar homens de todos os escalões da sociedade; e a nobreza, considerada uma casta por nascimento, era forçada, no intercâmbio social, a valer-se apenas de suas qualificações pessoais. Este, porém, é um ponto que iremos discutir melhor mais adiante.

Os sentimentos dos ferrarenses para com a classe dominante era uma estranha mescla de temor silencioso, do senso verdadeiramente italiano do interesse bem-calculado e da lealdade do súdito moderno:

a admiração pessoal era transferida para um novo sentimento de dever. Em 1451 a cidade de Ferrara ergueu uma estátua eqüestre de bronze ao Príncipe Niccolò, falecido dez anos antes; Borso (1454) não teve escrúpulos em colocar sua própria estátua, também de bronze, mas em posição sentada, quase ao lado, no mercado; além disso, no início do seu reinado a cidade ofereceu-lhe uma "coluna triunfal de mármore". Um cidadão que, quando no estrangeiro, em Veneza, falara mal de Borso em público foi informado de que não deveria voltar para casa, e que tinha sido condenado ao ostracismo e ao confisco de seus bens; um súdito leal foi contido, a custo, de esfaqueá-lo perante o próprio tribunal e, com uma corda no pescoço, o ofensor foi ao duque e implorou pleno perdão. O governo era bem provido de espiões, e o duque inspecionava pessoalmente a lista diária de viajantes que os estalajadeiros eram obrigados a apresentar. Sob o domínio de Borso, sempre ansioso para não deixar qualquer estrangeiro famoso passar pela cidade sem receber honrarias, esse regulamento servia a essa finalidade hospitaleira; Ercole I usava-o simplesmente como medida de segurança. Em Bolonha, sob o governo de Giovanni II Bentivoglio, havia também a regra de que cada viajante de passagem que entrasse por um portão tinha de obter um cartão para poder sair por um outro. Um meio infalível de ganhar popularidade era demitir repentinamente funcionários opressores. Quando Borso prendeu pessoalmente seu conselheiro-chefe e os conselheiros confidenciais, e quando Ercole I afastou um coletor de impostos que havia anos vinha sugando o sangue do povo, foram acesas fogueiras e sinos badalaram em sua homenagem. Com um de seus criados, porém, Ercole deixou as coisas irem longe demais. O chefe de polícia, ou fosse qual fosse o título correspondente (*capitano di giustizia*), era Gregorio Zampante, de Lucca – já que um cidadão local era pouco adequado a um cargo desse tipo. Até os irmãos e filhos do duque tremiam diante desse homem; as multas que infligia somavam centenas e milhares de ducados, e a tortura era aplicada antes mesmo de ouvir um depoimento; aceitavam-se subornos de criminosos ricos, e obtinha-se o perdão do duque por intermédio de representações falsas. A população teria pago alegremente qualquer soma a seu governante para se ver livre de tal "inimigo de Deus e do homem". Contudo, Ercole o fizera cavaleiro e o convidara para padrinho de seus filhos; ano após ano, Zampante depositava dois mil ducados. Só ousava comer pombos criados em sua própria casa e não podia atravessar a rua sem seu bando de arqueiros e capangas. Era hora de se livrar dele; em 1496, dois estudantes e um judeu convertido, a quem ele ofendera mortalmente, mataram-no em casa, enquanto

dormia a sesta; depois atravessaram a cidade, que já os estava esperando, gritando: "Saiam todos, saiam todos! Nós matamos Zampante!" Os perseguidores chegaram tarde demais e os encontraram já em segurança, do outro lado da fronteira. Naturalmente, logo choveram as sátiras – algumas delas sob a forma de sonetos ou odes.

Recaía totalmente dentro do espírito do sistema o fato de um soberano impor seu próprio respeito pelos servidores que eram úteis à corte e ao povo. Quando em 1469 morreu o conselheiro particular de Borso, Lodovico Casella, não se permitiu que abrisse qualquer tribunal, estabelecimento comercial ou sala de aula na universidade: todos tiveram de acompanhar o corpo a San Domenico, uma vez que o duque pretendia estar presente. E, na verdade, "o primeiro da família Este a velar o corpo de um súdito" caminhou, vestido de preto, atrás do caixão, chorando, enquanto atrás dele vinham os parentes de Casella, conduzidos pelos cavalheiros da corte: o corpo desse simples cidadão foi carregado por nobres da igreja até o claustro, onde foi enterrado. Na verdade, era a primeira vez que se via essa solidariedade oficial com a emoção principesca nos Estados italianos. Na raiz de tal prática pode encontrar-se um belo sentimento humano; mas sua expressão, especialmente por parte dos poetas, é, via de regra, de sinceridade equívoca. Um dos poemas juvenis de Ariosto, na ocasião da morte de Leonora de Aragão, esposa de Ercole I, contém, além das inevitáveis flores de cemitério, salpicadas nas elegias de todas as eras, algumas feições totalmente modernas: "Esta morte golpeou Ferrara com violência da qual ela não se recuperaria por anos: sua benfeitora era agora sua advogada nos céus, pois a terra não era digna de sua pessoa; na verdade, o anjo da morte não chegara para ela como para nós, mortais comuns, com a foice manchada de sangue, mas com uma bela aparência (*onesta*), o rosto tão compassivo que todos os temores se extinguiram." No entanto, também encontramos solidariedade de uma espécie diferente. Os novelistas, que dependiam totalmente dos favores de seus patrocinadores, contam-nos histórias de amor do príncipe, mesmo antes de sua morte, as quais, em tempos posteriores, pareceriam o cúmulo da indiscrição, mas que na época passavam simplesmente por homenagem inocente. Os poetas líricos chegavam ao ponto de cantar os amores ilícitos de seus senhores legalmente casados. Angelo Poliziano, por exemplo, cantava os amores de Lorenzo, o Magnífico, e Gioviano Pontano, os de Alfonso da Calábria com singular entusiasmo. O poema em questão trai, de forma inconsciente, a disposição odiosa do governante aragonês; nessas coisas, também, era preciso que ele fosse o mais afortunado, se não, ai daqueles que tivessem

melhor sucesso! Que os maiores artistas, Leonardo, por exemplo, pintassem as amantes de seus mecenas era apenas uma obrigação.

A família Este, porém, não se satisfazia com o elogio dos outros; resolveu celebrar a si própria. No Palazzo Schifanoia, Borso fez com que o pintassem numa série de representações históricas, e Ercole (de 1472 em diante) celebrava o aniversário de sua ascensão ao trono com uma procissão comparável à festa de *Corpus Christi*; as lojas eram fechadas, como se domingo fosse; no centro caminhavam todos os membros da casa principesca (inclusive os bastardos), vestidos em trajes bordados. O fato de que a coroa era a fonte da honra e da autoridade, que toda a distinção pessoal só dela emanava, há muito se expressava nessa corte pela Ordem da Espora de Ouro – uma ordem que nada tinha em comum com o cavalheirismo medieval. Ercole I acrescentara à espora uma espada, um manto rendado a ouro e uma retribuição em dinheiro, em troca dos quais, não há dúvida, exigia-se o serviço regular.

O patrocínio das artes e das letras, através do qual essa corte obteve reputação mundial, era exercido através da universidade, uma das mais perfeitas da Itália, e com a designação para posições no serviço pessoal ou oficial do príncipe; em conseqüência, não envolvia despesas adicionais. Boiardo, rico proprietário rural e magistrado importante, pertencia a essa categoria. Na época em que Ariosto começou a se distinguir, não havia outra corte, no verdadeiro sentido da palavra, em Milão ou Florença, e logo não haveria outra em Urbino ou Nápoles. Precisou contentar-se com um lugar entre os músicos e acrobatas do Cardeal Ippolito, até que Alfonso o tomasse a seu serviço. Num período posterior a situação era bem outra, quando a presença de Torquato Tasso na corte era disputada com ciúmes.

OS OPONENTES DOS DÉSPOTAS

Em face desta autoridade centralizada, era inútil toda oposição legal dentro das fronteiras do Estado. Os elementos necessários à restauração da república estavam para sempre destruídos, e o terreno preparado para a violência e o despotismo. Os nobres, destituídos de direitos políticos, mesmo quando dispunham de possessões feudais, podiam intitular-se guelfos ou gibelinos à vontade, podiam vestir seus partidários com malhas acolchoadas e bonés emplumados, ou como lhes aprouvesse; homens de idéias, como Maquiavel, sabiam muito bem que Milão e Nápoles eram 'corruptas' demais para uma república. Julgamentos estranhos recaíam sobre esses dois 'partidos', que agora só serviam para dar sanção oficial a discórdias pessoais e familiares. Um príncipe italiano, a quem Agrippa de Nettesheim aconselhou que acabasse com eles, replicou que as discórdias entre ambos lhe rendiam mais de 12 mil ducados por ano de multas. Quando, no ano de 1500, durante o breve retorno de Ludovico, o Mouro, a seu Estado, os guelfos de Tortona mandaram convocar um grupo pertencente ao exército francês, que se encontrava nas cercanias, a fim de que terminasse de uma vez por todas com os seus oponentes; os franceses, é claro, começaram por saquear e arruinar os gibelinos, mas terminaram por fazer o mesmo com os guelfos, até Tortona ficar inteiramente arrasada. Em Romagna, fonte de todas as paixões, esses dois nomes haviam há muito perdido toda significação política. Era um sinal da ilusão política em que vivia o povo o fato de não ser rara a crença de que os guelfos eram aliados naturais dos franceses, e os gibelinos, dos espanhóis. É difícil ver que os que tentaram beneficiar-se com tal erro tenham ganho muito com isso. Após todas as suas intervenções, a França teve que abandonar finalmente a península, e o que aconteceu com a Espanha, depois de ter derrotado a Itália, é do conhecimento de todos os leitores.

Voltemos porém aos déspotas do Renascimento. Uma mente pura e simples talvez argumentasse que, já que todo o poder deriva de Deus, se fossem leal e honestamente apoiados por todos os súditos, esses príncipes deveriam com o tempo melhorar a si próprios e perder todos os indícios de suas origens violentas. Mas não se podia esperar um raciocínio dessa espécie de caracteres e imaginações inflamados pela paixão e ambição. Como os maus médicos, pensavam curar a doença pela remoção dos sintomas, e imaginavam que, eliminado o tirano, a liberdade seria uma decorrência natural. Ou então, sem refletir, procuravam apenas dar vazão ao ódio universal, ou vingar-se de algum infortúnio familiar ou afronta pessoal. Já que os governos eram absolutos, e isentos de todas as restrições, a oposição escolhia suas armas com igual liberdade. Boccaccio declara abertamente: "Devo chamar o tirano de rei ou príncipe, e obedecê-lo lealmente como meu senhor? Não, pois ele é o inimigo da comunidade. Contra ele posso usar armas, conspirações, espiões, emboscadas e fraudes; isto é obra sagrada e necessária. Não há sacrifício mais aceitável do que o sangue de um tirano." Não necessitamos nos ocupar com casos individuais; num capítulo famoso dos seus *Discorsi*, Maquiavel trata das conspirações dos tempos antigos e modernos, desde os dias dos tiranos gregos, e classifica-as com indiferença e sangue-frio, de acordo com seus planos e resultados. Precisamos fazer, porém, duas observações: sobre os assassínios cometidos nas igrejas e a influência

da Antiguidade clássica. O tirano era tão bem guardado que era quase impossível tocá-lo, a não ser nas cerimônias religiosas solenes; e em nenhuma outra ocasião podia-se encontrar toda a família reunida. Foi dessa maneira que os fabrianenses mataram (em 1435) todos os membros de sua casa governante, os Chiavelli, durante a missa solene, o sinal sendo dado pelas palavras do Credo, *Et incarnatus est.* Em Milão o Duque Giovan Maria Visconti (1412) foi assassinado na entrada da igreja de São Gotardo, Galeazzo Maria Sforza (1476) na igreja de Santo Estêvão e Ludovico, o Mouro (1484), escapou das adagas dos aderentes da Duquesa de Bona, enviuvada, por ter entrado na igreja de Santo Ambrósio por outra porta, e não por aquela pela qual era esperado. Não havia impiedade intencional; os assassinos de Galeazzo não deixaram de rezar ao santo padroeiro da igreja antes do assassínio, assistindo devotadamente à primeira missa. No entanto, uma das causas da falha parcial da conspiração dos Pazzi contra Lorenzo e Giuliano Medici (1478) foi o fato de que o bandoleiro Montesecco, que fora contratado para realizar o assassinato durante um banquete, recusou-se a perpetrá-lo na catedral de Florença. Certos membros do clero "que conheciam bem o lugar sagrado e, conseqüentemente, não tinham medo" foram induzidos a agir em seu lugar.

Quanto à imitação da Antiguidade, e sua influência nas questões morais, e mais especialmente nas questões políticas, a que muitas vezes nos iremos referir, o exemplo era dado pelos próprios governantes. Tanto em sua concepção de Estado quanto na sua conduta pessoal eles tomavam o antigo Império Romano como modelo declarado. Da mesma maneira seus oponentes, quando se dispunham a seguir uma teoria deliberada, espelhavam-se nos antigos tiranicídios. Pode ser difícil provar que no ponto principal – a decisão em si – seguissem conscientemente um exemplo clássico: mas, o apelo à Antiguidade não era apenas uma frase vazia. As revelações mais marcantes nos foram deixadas com respeito aos assassinos de Galeazzo Sforza – Lampugnani, Olgiati e Visconti. Embora os três tivessem objetivos pessoais, assim mesmo seus feitos podem ser atribuídos, em parte, a uma razão mais genérica. Mais ou menos nessa época, Cola de' Montani, humanista e professor de eloqüência, despertara em muitos membros da jovem nobreza milanesa uma vaga paixão pelos feitos gloriosos e patrióticos, e mencionara a Lampugnani e a Olgiati sua esperança de libertar Milão. Logo se levantaram suspeitas contra ele, que foi banido da cidade; seus alunos foram abandonados ao fanatismo que excitara. Aproximadamente dez dias antes do feito, reuniram-se e fizeram um juramento solene no

mosteiro de Santo Ambrósio. "Então" – diz Olgiati – "num canto remoto ergui meus olhos para o retrato do santo padroeiro e implorei sua ajuda para nós e para o *seu* povo." O protetor celêstial da cidade foi chamado a abençoar o empreendimento, como aconteceu mais tarde com Santo Estêvão, em cuja igreja foi executado. Muitos dos seus camaradas estavam agora informados do complô, reuniões noturnas eram efetuadas na casa de Lampugnani, e os conspiradores se exercitavam com adagas embainhadas. A tentativa foi bem-sucedida, mas Lampugnani foi morto pelos camareiros do duque; e os outros foram capturados: Visconti declarou-se arrependido, mas Olgiati afirmou, durante as torturas, que o atentado era um oferecimento aceitável a Deus, e exclamou, enquanto o carrasco lhe quebrava as costelas: "Coragem, Girolamo! Serás lembrado por muito tempo; a morte é amarga, mas a glória é eterna."

Contudo, embora o objetivo e o propósito de tais conspirações possam parecer idealistas, a maneira como eram conduzidas trai a influência do pior de todos os conspiradores – Catilina – um homem em cujos pensamentos a liberdade não tinha o menor lugar. Os anais de Siena nos falam expressamente que os conspiradores eram estudiosos de Salústio, e o fato é indiretamente confirmado pela confissão de Olgiati. Em outros lugares, deparamo-nos também com o nome de Catilina, e é difícil descobrir um padrão mais atraente de conspirador, independentemente dos seus objetivos.

Entre os florentinos, sempre que se livravam, ou tentavam livrar-se de um Medici, o tiranicídio era prática universalmente aceita e aprovada. Depois da fuga dos Medici, no ano de 1494, o grupo de bronze de Donatello – Judite com Holofernes morto – foi retirado da sua coleção e colocado diante do Palazzo della Signoria, no mesmo lugar onde agora está o "Davi", de Michelangelo, com a inscrição: *Exemplum salutis publicae cives posuere 1495*. Nenhum exemplo era mais popular que o do jovem Bruto que, em Dante, está com Cássio e com Judas Iscariotes no poço mais profundo do inferno, por causa da traição ao império. Pietro Paolo Boscoli, cujo complô contra Giuliano, Giovanni e Giulio Medici falhou (1513), era um admirador entusiasta de Bruto, e, para seguir seus passos, esperava apenas encontrar um Cássio. Tal parceiro ele foi encontrar em Agostino Capponi. Suas últimas frases na prisão – prova marcante do sentimento religioso da época – mostram com que esforço libertou a mente de tais fantasias clássicas, a fim de morrer como um cristão. Um amigo e seu confessor tiveram ambos de afirmar que São Tomás de Aquino condenava inteiramente os conspiradores; o confessor, porém, admitiu mais tarde ao mesmo amigo que São Tomás traçou

uma distinção e permitia as conspirações contra o tirano que se houvesse imposto a um povo contra sua vontade.

Após Lorenzino Medici ter assassinado o Duque Alessandro (em 1537) e fugido, apareceu uma apologia[3], provavelmente obra de seu próprio punho, certamente composta por interesse próprio, na qual ele elogia o tiranicídio como um ato do maior mérito; na suposição de que Alessandro era um Medici legítimo e, portanto, um parente, mesmo que distante, ele se compara ousadamente a Timoleonte, que matou o irmão pelo bem da pátria. Outros, na mesma ocasião, usaram a comparação com Bruto, e o fato de que o próprio Michelangelo, numa época posterior da vida, não era muito avesso a idéias desse tipo pode ser depreendido de seu busto de Bruto, no Bargello. Ele o deixou inacabado, como quase todas as suas obras, mas certamente não foi porque lhe repugnasse a morte de César, como declaram os versos ali gravados.

O radicalismo popular, na forma com que se opõe às monarquias de épocas posteriores, não seria encontrado nos Estados despóticos do Renascimento. Os indivíduos protestavam intimamente contra o despotismo, mas estavam dispostos a articular-se com ele de forma tolerável ou lucrativa, ao invés de conspirar para sua destruição. As coisas deviam ser igualmente más em Camerino, Fabriano ou Rimini antes que os cidadãos se unissem para destruir ou expulsar a casa dominante. Sabiam muito bem que na maioria dos casos esse esforço só levaria a uma troca de amos. A estrela das repúblicas estava certamente em declínio.

AS REPÚBLICAS: VENEZA E FLORENÇA

As municipalidades italianas já tinham exibido sinais da força que transformara cidades em Estados. Só faltava que essas cidades se combinassem numa grande confederação; e essa idéia estava sempre ocorrendo aos estadistas italianos, fossem quais fossem as diferenças de forma que pudesse mostrar, de tempos em tempos. Com efeito, durante as lutas dos séculos XII e XIII, grandes e formidáveis ligas se formaram entre as cidades, e Sismondi é da opinião de que na época da mobilização final da confederação lombarda contra Barbarossa (de 1168 em diante) uma liga italiana universal já se tornara possível. Contudo, os Estados mais poderosos tinham desenvolvido características marcantes que tornavam impraticáveis quaisquer esquemas

[3] Vide Roscoe, *Vita di Lorenzo de' Medici*, vol. IV, apêndice 12.

desse tipo. Em suas atividades comerciais, não se esquivavam de quaisquer medidas, por extremas que fossem, que pudessem prejudicar os competidores; mantinham os vizinhos mais fracos em condições de dependência – em suma, cada Estado imaginava poder sobreviver sem a ajuda dos demais, e assim abriam caminho para a futura usurpação. O usurpador apareceria quando os longos conflitos entre a nobreza e o povo, e entre as diferentes facções da nobreza, houvessem despertado o desejo de um governo forte, e quando os bandos de mercenários prontos a vender seus serviços a quem pagasse mais superassem o recrutamento de cidadãos, considerado inadequado aos seus propósitos pelos líderes políticos. Os tiranos destruíram a liberdade na maioria das cidades; aqui e ali foram expulsos, mas não completamente, ou apenas por um curto período; e retornavam sempre ao poder, quando as condições internas os favoreciam e as forças de oposição estavam exaustas.

Entre as cidades que mantiveram a independência há duas de significado profundo para a história da raça humana: Florença, a cidade das mudanças incessantes, que nos deixou um arquivo dos pensamentos e aspirações de cada um e de todos os que, por três séculos, tomaram parte nessas mudanças; e Veneza, a cidade da aparente estagnação e do segredo político. Nenhum contraste pode ser imaginado com mais força que aquele oferecido por essas cidades, e nenhuma delas poderia ser comparada a qualquer outra coisa que o mundo tenha até agora produzido.

Veneza reconhecia-se desde o princípio como uma criação estranha e misteriosa – o fruto de um poder superior ao engenho humano. As fundações solenes da cidade eram objeto de uma lenda: ao meio-dia de 25 de março de 413, emigrantes de Pádua lançaram a primeira pedra em Rialto, a fim de que pudessem ter um asilo sagrado e inviolável contra as devastações dos bárbaros. Escritores posteriores atribuíam aos fundadores o pressentimento da futura grandeza da cidade; M. Antonio Sabellico, que celebrara o acontecimento no fluir solene dos seus hexâmetros, faz o sacerdote que completa o ato de consagração gritar aos céus: "Quando daqui por diante tentarmos grandes coisas, dai-nos prosperidade! Agora nos ajoelhamos diante de um altar pobre; mas, Senhor: se nossos votos não são feitos em vão, uma centena de templos de ouro e de mármore se erguerão para Vós." No final do século XV a ilha-cidade era o escrínio das jóias do mundo. É descrita dessa forma pelo mesmo Sabellico, com suas cúpulas

antigas, torres inclinadas, fachadas em mármore entalhado, seu esplendor condensado onde as decorações mais ricas não prejudicavam o emprego prático de cada recanto. Ele nos leva diante da apinhada Piazza San Giacometto, no Rialto, onde os negócios do mundo são efetuados, não entre gritos e confusão, mas com o murmúrio abafado de muitas vozes; onde nos pórticos ao redor da praça, e naqueles das ruas adjacentes, sentam-se centenas de ourives e cambistas de dinheiro, com infindáveis fileiras de lojas e armazéns. Ele descreve o grande Fondaco dos alemães, além da ponte, onde ficavam suas mercadorias e moradias, e diante das quais eram ancorados seus navios, lado a lado, no canal; mais acima havia toda uma esquadra carregada de vinho e óleo e, paralela à mesma, na praia enxameando de carregadores, ficavam as fortalezas subterrâneas dos comerciantes; dali em diante, depois de Rialto e até a praça de São Marcos, ficavam as estalagens e gabinetes dos perfumistas. Assim ele conduz o leitor de um quarteirão a outro da cidade, até que chegue finalmente aos dois hospitais, que se contavam entre aquelas instituições de utilidade pública que em parte alguma eram tão numerosas como em Veneza. O cuidado com o povo, tanto na paz como na guerra, era característica desse governo, e sua atenção para com os feridos, mesmo os inimigos, despertava a admiração dos outros Estados.

Instituições públicas de toda espécie encontravam seus modelos em Veneza; o pagamento de pensões para empregados aposentados era efetuado sistematicamente, e incluía provisão para viúvas e órfãos. A riqueza, a segurança política e o conhecimento de outros países haviam amadurecido a compreensão dessas questões. Esses homens esbeltos e de cabelos claros, de passos calmos e cautelosos, de fala deliberada diferiam muito pouco uns dos outros no traje e no porte; os enfeites, especialmente as pérolas, eram reservados às mulheres e meninas. Naquela época, apesar das perdas infligidas pelos turcos, a prosperidade geral era ainda enorme; a energia acumulada na cidade e o preconceito a seu favor difundido por toda a Europa permitiram-lhe, em época posterior, sobreviver aos duros golpes representados pela descoberta do caminho marítimo para as Índias, à queda dos mamelucos no Egito e à guerra da Liga de Cambrai.

Sabellico, nascido nas vizinhanças de Tivoli e acostumado à loquacidade franca dos eruditos de sua época, observa noutro lugar, com algum espanto, que os jovens nobres que vinham de manhã ouvir suas palestras não gostavam de entrar em discussões políticas. "Quando lhes pergunto o que as pessoas pensam e dizem a respeito

deste ou daquele movimento na Itália, todos respondem a uma só voz que ignoram o assunto." Assim mesmo, apesar da imposição rígida do Estado, havia muito a ser aprendido com os membros mais corruptos da aristocracia, pelos que se dispusessem a pagar o bastante para isso. No último quarto do século XV havia traidores entre os funcionários mais graduados; os papas, os príncipes italianos e até mesmo os *condottieri* de segunda classe a serviço dos governantes tinham informantes em suas folhas de pagamento, às vezes com salários regulares; as coisas foram tão longe que o Conselho dos Dez achou prudente esconder certas importantes notícias políticas do Conselho dos Pregadi, e se supunha mesmo que Ludovico, o Mouro, tivesse o controle de alguns votos entre os membros daquele segundo Conselho. É difícil saber se o enforcamento de delinqüentes primários e as altas recompensas – tais como uma pensão vitalícia de sessenta ducados paga àqueles que informassem contra eles – eram de muita valia; uma das principais causas desse mal, a pobreza de muitos nobres, não podia ser afastada num só dia. No ano de 1492 foi apresentada uma proposta pedindo que o Estado gastasse setenta mil ducados para auxiliar os nobres mais pobres que não tivessem cargos públicos; o assunto quase chegou à apreciação do Grande Conselho, no qual poderia ter conseguido a maioria, quando o Conselho dos Dez interferiu a tempo, e baniu por toda a vida para Nicósia, em Chipre, os dois proponentes. Mais ou menos nessa época um Soranzo foi enforcado (embora não na própria Veneza), por sacrilégio, e um Contarini colocado em correntes por arrombamento; outro membro da mesma família esteve em 1499 perante a Senhoria e reclamou que há muitos anos estava sem um cargo, que contava apenas com dezesseis ducados por ano, tinha nove filhos e suas dívidas somavam sessenta ducados; não conhecia nenhum ofício e já não tinha onde morar. Podemos entender por que alguns dos nobres mais ricos construíam casas, às vezes fileiras delas, para fornecer alojamento grátis a camaradas necessitados. Tais obras figuram nos testamentos entre feitos de caridade.

No entanto, se algum dia os inimigos de Veneza tinham baseado seriamente suas esperanças em abusos dessa espécie, incorriam em erro. Poder-se-ia pensar que a atividade comercial da cidade, que colocava ao alcance dos mais humildes obter rica compensação por seu trabalho, e as colônias do litoral leste do Mediterrâneo afastariam da política os elementos perigosos da sociedade. Mas não foi a história política de Gênova, apesar de vantagens similares, das mais tempestuosas? A causa da estabilidade de Veneza deveria ser encontrada mais numa combinação de circunstâncias que não se

reuniam em nenhum outro lugar. Inatingível graças à sua posição, ela fora capaz, desde o início, de tratar os assuntos exteriores com a mais completa e calma reflexão, e ignorar quase por completo os partidos que dividiam o resto da Itália, escapando aos emaranhados de alianças permanentes e podendo impor os mais altos preços às alianças que julgava apropriadas. A chave do caráter veneziano era, por conseqüência, um espírito de isolamento orgulhoso e altaneiro que, unindo-se ao ódio que os outros Estados da Itália sentiam pela cidade, deu origem a um forte senso de solidariedade interna. Seus habitantes eram unidos pelos mais poderosos laços de interesses, ao lidar tanto com as colônias como com as possessões no continente, forçando a população destas, ou seja, de todas as cidades até Bergamo, a comprar e vender apenas em Veneza. Um poder apoiado em meios tão artificiais só se conseguiria manter através da harmonia e unidade internas; tal convicção era tão amplamente difundida entre os cidadãos que os conspiradores encontravam poucos elementos sobre os quais agir. E os descontentes, se é que existiam, eram mantidos a distância pela divisão entre os nobres e os burgueses, de modo que não era fácil um entendimento mútuo. Por outro lado, nas fileiras da própria nobreza, as viagens, os empreendimentos comerciais e as guerras incessantes contra os turcos poupavam os ricos e os perigosos do ócio – essa fonte de conspirações. Nessas guerras os nobres eram poupados pelo general do comando, às vezes de modo criminoso, e a queda da cidade foi prevista por um catão veneziano, se continuasse, a expensas da justiça, esse medo dos nobres "de causar dor uns aos outros". Apesar de tudo, essa movimentação livre dava à aristocracia veneziana como um todo uma propensão saudável.

Quando a inveja e a ambição reclamavam satisfação, apresentava-se uma vítima oficial, as autoridades e meios legais estavam a postos. A tortura moral padecida muitos anos pelo Doge Francesco Foscari (falecido em 1457) perante os olhos de toda Veneza é um exemplo pavoroso de um tipo de vingança que só é possível na aristocracia. O Conselho dos Dez, que participava de tudo, e dispunha, sem apelações, da vida e da morte, dos assuntos financeiros e nomeações militares, que incluía inquisidores entre suas fileiras, que destituiu Foscari, da mesma forma como destituíra tantos homens poderosos antes dele – esse conselho era escolhido anualmente dentre todo o corpo governante, o Grande Conselho, e era, por conseguinte, a expressão mais direta de sua vontade. Não é provável que ocorressem intrigas sérias nessas eleições, já que a curta duração do cargo e a prestação de contas que se seguia não o tornavam objeto de grandes ambições. No entanto, por violentos e misteriosos que pudessem ser os procedimentos destas e de outras autoridades, o veneziano genuíno respeitava suas sentenças, não só porque a República tinha braços longos, e se não conseguisse apanhar o condenado podia punir sua família, mas também porque na maioria dos casos ela agia por motivos racionais, não por sede de sangue. Na verdade, Estado algum jamais exerceu uma influência moral mais importante sobre seus súditos, tanto na pátria quanto no estrangeiro. Se se podiam encontrar traidores entre os membros do Conselho Menor, dos Pregadi, para isto era amplamente compensado pelo fato de que, no estrangeiro, cada veneziano era um espião nato trabalhando para seu governo. O fato de que em Roma os cardeais venezianos enviavam para sua terra informes sobre as transações dos consistórios papais secretos era considerado rotineiro. O Cardeal Domenico Grimani mandava interceptar os despachos que Ascanio Sforza enviava a seu irmão Ludovico, o Mouro, nas vizinhanças de Roma (1500), e os remetia a Veneza; seu pai, exposto mais tarde a uma acusação séria, alegou perante o Grande Conselho, noutras palavras, perante todo o mundo, crédito público por esse serviço prestado pelo filho.

A conduta do governo veneziano com respeito ao pagamento dos *condottieri* já foi mencionada. A única garantia de fidelidade que podiam obter estava no seu grande número, pelo qual a traição era difícil de praticar e fácil de ser descoberta. Ao examinar a lista do exército veneziano, só podemos nos surpreender ao ver que forças de composição tão mista pudessem realizar qualquer ação em comum. No catálogo para a campanha de 1495 encontramos 15 526 cavaleiros, divididos em inúmeras pequenas divisões. Sozinho, Gonzaga de Mântua tinha 1 200 cavaleiros só para si, e Gioffredo Borgia, 740; seguem-se seis oficiais com um contingente entre seiscentos e setecentos; dez com quatrocentos; 12 entre duzentos e quatrocentos; 14, aproximadamente, entre cem e duzentos; nove com oitenta; seis entre cinqüenta e sessenta, e assim por diante. Tais forças eram compostas, em parte, por antigos soldados venezianos e, em parte, por veteranos liderados por nobres da cidade ou do campo; a maioria dos líderes era, porém, composta de príncipes ou governantes de cidades e seus parentes. A tais forças devemos somar 24 mil infantes – não nos dizem como era obtidos ou comandados – juntamente com 3 300 soldados adicionais, pertencentes provavelmente aos serviços especiais. Em tempos de paz, as cidades do continente ficavam totalmente desprotegidas, ou tinham guarnições insignificantes. Veneza se apoiava, se não exatamente na lealdade, pelo menos no bom-senso de seus súditos; na guerra da Liga de Cambrai (1509),

absolveu-os, como amplamente se sabe, do seu juramento de fidelidade, e deixou que comparassem as amenidades de uma ocupação estrangeira com o governo suave a que estavam acostumados. Como não houvera traição na deserção em São Marcos, por conseqüência não se devia temer qualquer punição, e os venezianos voltaram a seus antigos senhores com a maior ansiedade. Essa guerra, podemos observar incidentalmente, foi resultado do clamor de um século contra o desejo veneziano de engrandecimento. Os venezianos, na verdade, não estavam isentos do erro cometido por aqueles povos superdotados, que atribuem a seus oponentes a incapacidade de se conduzir irracionalmente. Iludidos por tal otimismo – possivelmente uma fraqueza peculiar das aristocracias –, haviam ignorado não só os preparativos de Maomé II para a captura de Constantinopla como também as armas de Carlos VIII, até que aconteceu o golpe inesperado. A Liga de Cambrai foi um evento do mesmo tipo, na medida em que se opunha claramente aos interesses dos dois membros principais, Luís XII e Júlio II. O ódio de toda a Itália contra a cidade vitoriosa parecia concentrar-se na mente do papa, cegando-o aos malefícios da intervenção estrangeira; e, quanto à política do Cardeal d'Amboisi e seu rei, Veneza deveria há muito tê-la reconhecido como uma peça de imbecilidade maldosa, colocando-se por inteiro em guarda contra ela. Os outros membros da Liga tomaram parte devido àquela inveja que pode ser um corretivo salutar para a grande riqueza e poder, mas que em si mesma é um sentimento rasteiro. Veneza saiu do conflito com honras, mas não sem danos duradouros.

Um poder cujas fundações eram tão complicadas, cujas atividades e interesses enchiam um cenário tão amplo, não pode ser concebido sem uma sistemática omissão do todo, sem um cálculo regular de meios e encargos, lucros e perdas. Veneza pode fazer valer sua reivindicação de constituir o berço da ciência estatística – juntamente, talvez, com Florença –, seguida pelos despotismos mais esclarecidos. O estado feudal da Idade Média só conhecia os catálogos de direitos senhoriais e posses (*Urbaria*); considerava a produção como quantidade fixa, o que ela é, aproximadamente, desde que só consideremos as propriedades fundiárias. As cidades de todo o Ocidente, por outro lado, desde os primeiros tempos, devem ter tratado a produção, que nelas dependia da indústria e do comércio, como algo enormemente variável; contudo, mesmo nos tempos mais florescentes da Liga Hanseática, nunca foram além de um simples balanço comercial. Esquadras, exércitos, poder político e influências caem ante o débito e o crédito de um livro de assentamentos de um

comerciante. Nos Estados italianos combinaram-se uma clara consciência política, o modelo da administração maometana e o exercício longo e ativo do comércio, produzindo, pela primeira vez, uma verdadeira ciência estatística. A monarquia absoluta de Frederico II, na Baixa Itália, foi organizada com o objetivo único de assegurar um poder concentrado para a luta de morte na qual ele se empenhava. Em Veneza, ao contrário, os objetivos supremos eram o gozo da vida e do poder, o aumento das vantagens herdadas, a criação de formas de indústria de máxima lucratividade e a abertura de novas vias de comércio.

Os escritores da época falam dessas coisas com a máxima liberdade. Sabemos que a população da cidade somava 190 mil 'almas' no ano de 1422; os italianos foram, talvez, os primeiros a calcular não de acordo com lares, homens capazes de portar armas, pessoas aptas a caminhar, e assim por diante, mas de acordo com o número de *animae*; e assim obter uma base mais neutra para cálculos posteriores. Por volta dessa época, quando os florentinos desejaram formar uma aliança com Veneza contra Filippo Maria Visconti, foram momentaneamente rejeitados, na crença de que, com base na retribuição comercial precisa, uma guerra entre Veneza e Milão, ou seja, entre vendedor e comprador, era tolice. Mesmo se o duque simplesmente aumentasse seu exército, os milaneses, através do aumento da tributação, se tornariam fregueses piores. "É melhor deixarmos os florentinos serem derrotados, e depois, acostumados como estão à vida em uma cidade livre, eles farão as pazes conosco e trarão suas indústrias de seda e de lã com eles, como fizeram os habitantes de Lucca nos tempos difíceis." O discurso do moribundo Doge Mocenigo (1423) para alguns dos senadores que mandara chamar é ainda mais notável. Contém os elementos principais de uma contabilidade estatística para todos os recursos de Veneza. Não posso dizer se existe, ou onde pode ser encontrada uma elucidação para esse documento sugestivo; à guisa de ilustração, podemos citar os seguintes fatos. Após pagar um empréstimo de guerra de quatro milhões de ducados, o débito da república (*il monte*) ainda totalizava seis milhões de ducados; o comércio corrente (ao que parece) rendia dez milhões, que davam, segundo o texto nos informa, um lucro de quatro milhões. Os três mil *navigli*, as trezentas *navi* e as 45 galeras eram tripuladas, respectivamente, por 17 mil, oito mil e 11 mil marinheiros (mais de duzentos para cada galera). A esses devem-se acrescentar os 16 mil empregados na construção de navios. As casas em Veneza eram avaliadas em sete milhões, proporcionando um

aluguel de meio milhão[4]. Havia cerca de mil nobres cujas rendas variavam entre setenta e quatro mil ducados. Noutro trecho, a renda ordinária do Estado naquele ano é calculada em 1 100 000 ducados; através da perturbação do comércio causada pelas guerras ela caiu, por volta de meados do século, para oitocentos mil ducados.

Se, graças a este espírito de cálculo, e pelo objetivo prático que lhe dava, Veneza foi a primeira cidade a manifestar inteiramente este importante lado da vida política moderna, por outro lado, naquela cultura que a Itália então mais valorizava ela não ocupou a linha de frente. O impulso literário, em geral, era fraco, especialmente o entusiasmo pela Antiguidade clássica que prevalecia noutras localidades[5]. Segundo Sabellico, a aptidão dos venezianos para a filosofia e a eloqüência não era em si menor que aquela para o comércio e a política. George de Trebizond, que em 1459 colocou aos pés do doge a tradução das *Leis,* de Platão, foi nomeado professor de filologia com um salário anual de 150 ducados, e dedicou sua *Retórica* à Senhoria. No entanto, se examinarmos a história da literatura veneziana, que Francesco Sansovino colocou como apêndice a seu livro tão conhecido, quase nada encontraremos no século XIV a não ser história e obras especiais sobre teologia, jurisprudência e medicina; no século XV, até chegarmos a Ermolao Barbaro e Aldo Manuzio, a cultura humanística está representada da maneira mais parca, para uma cidade de tamanha importância. A biblioteca que o Cardeal Bessarion doou ao Estado (1468) escapou por pouco da dispersão e destruição. O saber podia ser importado da Universidade de Pádua, onde, porém, médicos e juristas recebiam, de longe, os salários mais altos. A parte de Veneza na criação poética do país há muito vinha sendo insignificante, até que, no início do século XVI, essas deficiências foram compensadas. Até mesmo a arte da Renascença era importada e só depois do final do século XV a cidade aprendeu a se movimentar nesse campo, com força e liberdade. Contudo, encontramos ainda exemplos notáveis de atraso intelectual. O governo, que tinha o clero tão inteiramente sob controle, reservando-se o direito de nomeação para todos os cargos eclesiásticos importantes, e que ousava desafiar continuamente a corte de Roma, exibia uma singular piedade oficial: os corpos de santos e outras

[4] Aqui estão citadas todas as casas, não simplesmente aquelas possuídas pelo Estado. Estas, porém, às vezes proporcionavam aluguéis enormes. (Vasari, *Vida de Jac. Sansovino,* xiii, 83.)

[5] Esse desgosto parece ter crescido e se transformado num ódio positivo no pontificado do Papa Paulo II, que chamou todos os humanistas de hereges.

relíquias importadas da Grécia, após a conquista turca, eram comprados com os maiores sacrifícios, e recebidos pelo doge em procissão solene[6]. Decidiu-se oferecer (em 1455) dez mil ducados por uma túnica inconsútil, que não chegou a ser adquirida. Tais medidas não eram fruto da excitação popular, mas sim de tranqüilas decisões dos chefes do governo, e poderiam ter sido omitidas sem atrair quaisquer comentários; em Florença, em situação similar, teriam certamente sido omitidas. Não devemos dizer nada sobre a piedade das massas, e de sua firme crença nas indulgências de um papa como Alexandre VI. No entanto, o Estado em si, depois de absorver a Igreja num grau sem paralelo, tinha na verdade um certo elemento eclesiástico na sua composição, e o doge, símbolo do Estado, aparecia em 12 grandes procissões (*andate*), num caráter semiclerical. Estas eram quase todas festivais em memória de acontecimentos políticos e competiam em esplendor com as grandes festas da Igreja; a mais brilhante de todas, o famoso casamento com o mar, caía no Dia da Ascensão.

O pensamento político mais elevado e as formas mais variadas de desenvolvimento humano são encontrados combinados na história de Florença, que, neste sentido, merece o título de primeiro Estado moderno. Todo o povo se ocupava daquilo que nas cidades despóticas era assunto de uma só família. O maravilhoso espírito florentino, ao mesmo tempo agudamente crítico e artisticamente criativo, vivia transformando, de maneira contínua, a condição social e política do Estado e descrevendo e comentando essa mudança de forma incessante. Florença tornou-se assim a sede das doutrinas e teorias políticas, das experiências e das mudanças repentinas, mas também, como Veneza, a sede da ciência estatística, e sozinha e acima de todos os outros Estados do mundo, a sede da representação histórica no sentido moderno da expressão. O espetáculo da Roma antiga e uma certa familiaridade com seus principais escritores não deixaram de exercer sua influência; Giovanni Villani confessa que recebeu o primeiro impulso para sua grande obra no jubileu do ano de 1300[7], e iniciou-a de imediato, na volta para casa. Assim mesmo, quantos dentre os duzentos mil peregrinos daquele ano poderiam se assemelhar a ele nos dons e tendências, mas nem por isso escreveram a história de suas cidades natais! Pois nem todos podiam encorajar a si

[6] Quando o corpo de São Lucas foi trazido da Bósnia, surgiu uma disputa com os beneditinos de Santa Giustina, em Pádua, que se afirmavam já donos dó mesmo, e o papa precisou tomar uma decisão entre as duas partes.

[7] O ano de 1300 é também uma data fixada na *Divina comédia* de Dante.

próprios com o pensamento: "Roma está afundando; minha cidade natal está se erguendo, e pronta para alcançar grandes coisas; desta forma, desejo relatar sua história passada, e espero continuar a história até os tempos atuais, enquanto durar minha vida." E, ao lado do testemunho do passado, Florença obteve algo mais, através de seus historiadores – uma fama maior do que a de qualquer outra cidade da Itália.

Nossa tarefa não é escrever a história desse Estado notável, mas sim dar algumas indicações quanto à liberdade e independência intelectual que os florentinos devem a ela.

Em nenhuma outra cidade da Itália as lutas entre partidos políticos foram tão acirradas, de origem tão prematura e tão permanentes. As descrições dessas lutas, pertencentes a um período ligeiramente posterior, constituem clara evidência da superioridade da crítica florentina.

E que político é a grande vítima dessas crises? Dante Alighieri, amadurecido igualmente pela vida na sua cidade e no exílio! Ante as mudanças incessantes e as muitas experiências na constituição de sua cidade natal, ele expressava seu escárnio em versos bem sonantes, que continuarão proverbiais toda vez que voltarem a ocorrer eventos políticos da mesma espécie[8]; ele se dirigia à pátria com palavras de desafio e de ansiedade saudosa que devem ter despertado o coração dos compatriotas. Mas seus pensamentos abrangiam toda a Itália e todo o mundo; e, se sua paixão pelo Império, como ele o concebia, não passava de uma ilusão, é preciso admitir que, no seu caso, os sonhos juvenis de uma especulação política recém-nascida não são destituídos de uma certa grandeza. Ele se orgulha de ser o primeiro a pisar este terreno[9], nas pegadas de Aristóteles, é certo, mas, a seu próprio modo, de forma independente. Seu imperador ideal é um juiz justo e humano, dependente apenas de Deus, o herdeiro da influência universal de Roma à qual pertenciam as sanções da natureza, do direito e da vontade divina. De acordo com este ponto de vista, a conquista do mundo era algo de direito, apoiando-se num julgamento divino entre Roma e as outras nações da terra. Deus deu sua aprovação a esse Império, já que sob o mesmo Ele se tornou Homem, submetendo Seu nascimento ao censo do Imperador Augusto, e Sua morte ao julgamento de Pôncio Pilatos. Podemos achar difícil apreciar esse e outros argumentos da mesma espécie, mas a paixão de Dante não falha nunca em transportar-nos. Nas suas cartas ele

[8] *Purgatorio,* VI, no final.

[9] *De Monarchia,* I, 1.

aparece como um dos primeiros publicistas[10], e talvez seja o primeiro leigo a publicar tratados políticos dessa forma. Começou cedo: logo depois da morte de Beatriz, dedicou um panfleto sobre o Estado florentino "aos Grandes da Terra"; e os discursos públicos de seus últimos anos, datando do período do banimento, são todos dirigidos a imperadores, príncipes e cardeais. Nessas cartas e no seu livro *De vulgari eloquentia* (sobre a língua vernácula), aparece constantemente o sentimento, provocado por tanta dor pungente, de que o exilado pode encontrar em qualquer lugar, além de sua pátria nativa, um lar intelectual na língua e na cultura que não lhe pode ser retirado. Sobre este ponto teremos mais a dizer adiante.

Aos dois Villani, Giovanni e Matteo, devemos não tanto a reflexão política profunda, mas as observações novas e práticas, juntamente com os elementos das estatísticas florentinas e notícias importantes sobre outros Estados. Ali também os negócios e o comércio haviam dado impulso tanto à ciência econômica quanto à política. Em nenhum outro lugar no mundo poder-se-ia obter informações tão precisas sobre os assuntos financeiros. A riqueza da corte papal de Avignon, que, com a morte de João XXII somava 25 milhões de florins de ouro, seria inacreditável nas palavras de qualquer autoridade menos digna de confiança. Aqui apenas, em Florença, deparamos com empréstimos colossais como aquele que o Rei da Inglaterra obteve das casas florentinas dos Bardi e Peruzzi, que perderam para Sua Majestade a importância de 1 365 000 florins de ouro (1338) – dinheiro deles e de seus sócios – e assim mesmo conseguiram recuperar-se do choque. Os fatos mais importantes estão aqui registrados com respeito às condições de Florença nessa época[11]: as rendas públicas (acima de trezentos mil florins de ouro) e os gastos; a população da cidade calculada *grosso modo,* de acordo com o consumo de pão, em noventa mil *bocche,* ou seja, bocas; e a população de todo o território; o excesso de trezentas a quinhentas crianças do sexo masculino entre as 5 800 a seis mil batizadas anualmente[12]; as crianças escolarizadas, das quais de oito mil a dez mil aprendiam a ler, de mil a 1 200 freqüentavam seis escolas de aritmética; além dessas, seiscentos estudantes que aprendiam gramática latina e lógica em quatro escolas. Seguiam-se as estatísticas

[10] Dante desejava manter o papa, como o imperador, sempre na Itália. Vide sua carta, escrita durante o Conclave de Carpentras, 1314.

[11] Nas *Storie fiorentine* de Maquiavel (Livro II, capítulo 42), lemos que 96 mil pessoas morreram de peste, em 1348.

[12] O padre colocava de lado um feijão preto para cada menino, e um branco para cada menina. Este era o único meio de registro.

das igrejas e mosteiros; dos hospitais, que contavam com mais de mil leitos; do comércio de lã, contendo os mais valiosos detalhes; da fundição de moedas, do abastecimento da cidade, dos funcionários públicos e daí por diante[13]. Incidentalmente ficamos sabendo de muitos fatos curiosos; como, por exemplo, que quando foram instituídos os fundos públicos (*monte*) no ano de 1353, os franciscanos falaram do púlpito em favor da medida, e os dominicanos e os augustinianos, contra. Os resultados econômicos da peste negra não foram nem puderam ser observados e descritos, em lugar algum da Europa, como nessa cidade[14]. Apenas um florentino teria deixado registrado, como era de esperar, que a redução da população deveria ter barateado tudo, mas, ao invés disso, a mão-de-obra e as mercadorias dobraram de preço; como as pessoas do povo, no princípio, não queriam executar qualquer trabalho, mas simplesmente entregar-se às diversões; como, na própria cidade, não se conseguiam criados e criadas, a não ser pagando-se salários extravagantes; como os camponeses só aravam as melhores terras, deixando as restantes sem cultivo; e como os enormes legados, deixados em testamento aos pobres nos tempos da peste, mais tarde pareciam inúteis, já que os pobres ou haviam morrido ou não eram mais pobres. Por fim, que por ocasião de um enorme legado, através do qual um filantropo sem filhos deixou seis *denarii* a cada mendigo, foi feita uma tentativa de levantar uma estatística abrangente da mendicância florentina.

Este ponto de vista estatístico foi, num período posterior, ainda mais cultivado em Florença. O aspecto digno de nota é que, via de regra, podemos perceber sua conexão com os aspectos superiores da história, com a arte e com a cultura em geral. Um inventário do ano de 1422 menciona, no âmbito do mesmo documento: os 72 escritórios de câmbio que rodeavam o Mercato Nuovo; a quantidade de moeda cunhada em circulação (dois milhões de florins de ouro); a nova indústria da fiação de ouro; as mercadorias de seda; Filippo Brunellesco, então ocupado no escavar peças da arquitetura clássica; e Leonardo Aretino, secretário da república, trabalhando pelo renascimento da antiga literatura e eloqüência; finalmente, o documento fala da prosperidade geral da cidade, então isenta de conflitos políticos, e da boa sorte da Itália, que se libertara dos mercenários estrangeiros. As estatísticas venezianas citadas acima, datando

---

[13] Já havia uma brigada de incêndio permanente em Florença.

[14] A melhor autoridade para a peste em si é a famosa descrição de Boccaccio, no início do *Decamerão*.

aproximadamente do mesmo ano, dão, é certo, evidência de maiores propriedades e lucros e de um cenário de ação mais extenso; Veneza há muito já era a senhora dos mares antes de Florença enviar suas primeiras galeras a Alexandria (1422). No entanto, leitor algum deixará de reconhecer a qualidade superior dos documentos florentinos. Essas, e listas similares, voltam a aparecer a intervalos de dez anos, arranjadas e tabuladas sistematicamente, enquanto que, noutras cidades, encontramos no máximo notícias ocasionais. Podemos fazer um cálculo aproximado das propriedades e negócios dos primeiros Medici; eles pagaram em obras de caridade, edifícios públicos e taxas, de 1434 a 1471, nada menos que 663 755 florins de ouro, dos quais mais de quatrocentos mil recaindo apenas em Cosimo; e Lorenzo, o Magnífico, ficou felicíssimo porque o dinheiro fora gasto tão bem. Em 1478 temos novamente um relato da máxima importância e, a seu modo, completo sobre o comércio e as atividades mercantis da cidade, algumas das quais podem ser, no todo ou em parte, atribuídas ao ramo das belas-artes – tais como as relativas a tecidos adamascados e bordados de ouro ou prata, a escultura de madeira e *intarsia*, a escultura de arabescos em mármore e arenito, retratos de cera, joalheria e trabalhos em ouro. O talento inato dos florentinos para a sistematização da vida pública é demonstrado em seus livros sobre agricultura, negócios e economia doméstica, marcadamente superiores àqueles de outros povos europeus do século XV. Tem-se decidido, corretamente, publicar extratos de tais obras, embora sejam necessários estudos extensos para que se possa extrair das mesmas resultados claros e definidos. De qualquer forma, não temos dificuldade em reconhecer a cidade onde os pais moribundos imploravam ao governo, em seus testamentos, que multassem os filhos em mil florins se se recusassem a praticar uma profissão regular.

Para a primeira metade do século XVI, provavelmente nenhum Estado possui um documento como a magnífica descrição de Florença, de Varchi. Nas estatísticas descritivas, como em muitas coisas mais, outro modelo ainda nos foi deixado, antes que a liberdade e a grandeza da cidade afundassem num abismo.

Esse registro estatístico da vida pública é, porém, acompanhado de maneira uniforme pela narrativa dos acontecimentos políticos aos quais já nos referimos.

Florença não só viveu sob formas políticas mais variadas que aquelas dos Estados livres da Itália e da Europa em geral, mas refletiu-se sobre elas de maneira muito mais profunda. É o espelho fiel das relações entre indivíduos e classes e, de outro lado, um todo

variável. Os retratos das grandes democracias cívicas da França e de Flandres, conforme delineados em Froissart, e as narrativas dos cronistas alemães do século XIV são, na realidade, de grande importância; mas, na abrangência do pensamento, e no desenvolvimento racional da história, nada é comparável aos documentos florentinos. O domínio da nobreza, as tiranias, as lutas da classe média com o proletariado, a democracia limitada e ilimitada, a pseudodemocracia, a primazia de uma única casa, a teocracia de Savonarola e as formas mistas de governo que prepararam o terreno para o despotismo mediciano estão todas descritas de tal modo que as motivações mais secretas dos personagens são expostas à luz, sem véus[15].

Finalmente, Maquiavel, em *Storie fiorentine* (até 1492), representa sua cidade natal como um organismo vivo e seu desenvolvimento como um processo natural e individual; ele é o primeiro dentre os modernos a chegar a uma concepção desse tipo. Está dentro de nossa província determinar em que pontos Maquiavel pode ter causado violência à história real, como é notoriamente o caso na sua vida de Castruccio Castracani – retrato fantasioso de um déspota típico. Podemos muito bem encontrar alguma coisa a dizer a respeito de cada linha de *Storie fiorentine,* e assim mesmo o valor sem igual do todo não seria afetado. E seus contemporâneos e sucessores – Jacopo Pitti, Guicciardini, Segni, Varchi, Vettori – que círculo de nomes ilustres! E que história esses mestres nos contam! Desenrola-se o grande e memorável drama das últimas décadas da república florentina. Os volumosos arquivos sobre o colapso da vida mais elevada e original que havia no mundo de então pode parecer a alguém uma mera coleção de curiosidades, ou mesmo provocar um deleite diabólico com o naufrágio de tanta nobreza e grandeza. Outros falarão num grande julgamento histórico; tudo isso será objeto de reflexão e estudo até o final dos tempos. O mal que perturbava sempre a paz da cidade era seu domínio sobre rivais outrora poderosos e depois conquistados, como Pisa – situação cuja conseqüência necessária era um estado crônico de violência. O único remédio, certamente

[15] Em relação aos preços e à riqueza na Itália, na falta de outros meios de investigação, posso apenas acrescentar alguns fatos isolados, recolhidos aqui e ali. Exageros óbvios são ignorados. As moedas de ouro que vale a pena citar são o ducado, o cequim, o *fiorino d'oro* e o *scudo d'oro.* O valor de todas elas é praticamente o mesmo, de 11 a 12 francos suíços. Por volta de 1460, o Patriarca de Aquiléia, Ludovico Patavino, que possuía duzentos mil ducados, era considerado "bem perto de ser o mais rico dentre todos os italianos". Entre 1400 e 1580, Francesco Sansovino calcula uma depreciação de 50% no valor do dinheiro.

estranho, e que ninguém a não ser Savonarola poderia ter persuadido Florença a aceitar (e isso somente com a ajuda de oportunidades favoráveis) teria sido a oportuna dissolução da Toscana numa união federativa de cidades livres. Num período posterior, esse esquema, que não passava então do sonho de uma era passada, levou (em 1548) ao cadafalso um patriota de Lucca. Deste mal e da malfadada simpatia dos guelfos de Florença por um príncipe estrangeiro, que a familiarizou com a intervenção estrangeira, vieram todos os desastres. Mas quem não admira o povo levado por seu venerado pregador a um estado de espírito de tão duradoura elevação que, pela primeira vez na Itália, deu o exemplo de poupar um inimigo conquistado, enquanto toda a história do seu passado só ensinava a vingança e o extermínio? O brilho que fundia o patriotismo num sentimento único com a regeneração moral poderia, quando visto de longe, extinguir-se logo; mas ele retorna novamente no futuro, no memorável assédio de 1529-30. Eram *tolos,* conforme Guicciardini, os que faziam cair essa tempestade sobre Florença, mas ele admite que conseguiram coisas aparentemente incríveis; e quando observa que pessoas sensatas teriam saído da rota do perigo, quer dizer nada mais nada menos que Florença deveria ter-se entregue silenciosa e ingloriamente nas mãos do inimigo. Isso teria sem dúvida preservado seus esplêndidos subúrbios e jardins, as vidas e a prosperidade de incontáveis cidadãos; mas ela estaria mais pobre de uma de suas lembranças mais enobrecedoras e memoráveis.

Em muitos de seus principais méritos, os florentinos são o padrão e a espécie mais precoce dos modernos italianos e europeus; mas também o são em muitos de seus defeitos. Quando Dante compara a cidade, sempre remendando sua constituição, com o homem doente que vive mudando de posição para escapar à dor, toca um traço permanente da vida política de Florença. A grande ilusão moderna de que uma constituição pode ser manufaturada pela combinação de forças e tendências existentes vivia brotando em tempos difíceis; até mesmo Maquiavel não estava totalmente isento dela. Nunca faltavam 'artistas constitucionais' que, por uma engenhosa distribuição e divisão de poder político, mediante eleições indiretas das mais complicadas, pela criação de cargos nominais, procuravam encontrar uma ordem duradoura e satisfazer, ou enganar, tanto o rico quanto o pobre. Ingenuamente, iam buscar exemplos na Antiguidade clássica, e tomavam emprestado o nome de seus partidos: *ottimati* e *aristocrazia*[16]. Desde então o mundo se acos-

[16] Este primeiramente em 1527, depois da expulsão dos Medici.

tumou ao uso dessas expressões e deu-lhes um sentido europeu convencional, mas os antigos nomes de partidos eram todos puramente nacionais; caracterizavam a causa do momento ou dependiam do capricho do acaso. Mas como um nome dá cor ou a tira de uma causa política!

Dentre todos os que achavam possível construir um Estado, o maior foi Maquiavel. Ele trata as forças existentes como vivas e ativas, assume uma perspectiva ampla e precisa das possibilidades alternativas e procura não enganar nem a si nem aos outros. Homem algum poderia estar mais isento de vaidade ou da ostentação; não escreve para o público, mas para príncipes e administradores, ou então para amigos pessoais. Nele o perigo não reside na afetação do gênio ou numa falsa ordem de idéias, mas na imaginação poderosa que evidentemente controla com dificuldade. A objetividade do seu julgamento político é às vezes espantosamente sincera; mas reflete uma época de extraordinários perigos e necessidade, quando era difícil crer no direito, ou creditar outros pelo trato justo. A indignação virtuosa se derrama sobre nós às suas custas, mas temos visto em que sentido a moralidade política é compreendida pelos estadistas do nosso próprio século. De qualquer modo, Maquiavel era capaz de esquecer de si mesmo, mergulhado em sua causa. Na verdade, embora seus escritos, com a exceção de umas poucas palavras, sejam totalmente destituídos de entusiasmo, e embora no final os próprios florentinos o tratassem como a um criminoso, ele era um patriota no sentido mais completo da palavra. Livre, como a maioria de seus contemporâneos, no tocante à fala e à moral, o bem-estar do Estado era seu primeiro e último pensamento.

Seu programa mais completo para a construção de um novo sistema político em Florença foi exposto no memorial a Leão X, composto após a morte do Lorenzo Medici mais jovem, o Duque de Urbino (falecido em 1519), a quem dedicou *O Príncipe*. O Estado estava, naquela época, inteiramente corrompido. Chegava ao fim, e as soluções propostas nem sempre são moralmente justificáveis; mas é extremamente interessante ver como ele espera construir a república na forma de uma democracia moderada, como herdeira dos Medici. É difícil imaginar um esquema mais engenhoso de concessões ao papa, aos seus vários clientes e aos diferentes interesses florentinos. Temos a impressão de estar olhando para o mecanismo de um relógio. Princípios, observações, comparações, previsões políticas – coisas assim são encontradas em grande número nos *Discorsi*, e entre eles os lampejos de uma maravilhosa intuição. Maquiavel reconhece, por exemplo, a lei do desenvolvimento contínuo, embora não uniforme, das instituições republicanas, e exige que a constituição seja flexível e capaz de mudanças, como o único meio de acabar com o derramamento de sangue e os banimentos. Por igual motivo, a fim de resguardar-se contra a violência particular e a interferência estrangeira – "a morte de toda a liberdade" –, deseja ver introduzido um processo judicial (*accusa*) contra os cidadãos odiados, em lugar do que havia em Florença até então: o tribunal do escândalo. Com mão magistral são caracterizadas as decisões tardias e involuntárias que, em momentos críticos, desempenham um papel tão importante nos Estados republicanos. Uma vez, é verdade, ele é levado erroneamente pela imaginação e pela pressão dos acontecimentos ao elogio não qualificado do povo, o qual, segundo diz, escolhe seus magistrados melhor do que qualquer príncipe, e que pode ser curado de seus erros por 'bons conselhos'. Em relação ao governo da Toscana, não tem dúvidas de que o mesmo pertence à sua cidade natal, e afirma, num *Discorso* especial, que a reconquista de Pisa é questão de vida ou morte; lamenta que depois da rebelião de 1502, Arezzo não tenha sido arrasada até os alicerces; admite em geral que as repúblicas italianas devem ter permissão para se expandir livremente e para aumentar seus territórios, a fim de gozar de paz em casa, e para não serem atacadas, mas declara que Florença nunca soubera como agir, e desde o início fizera de Pisa, Lucca e Siena inimigas mortais, enquanto Pistoia, "tratada como irmã", submetera-se voluntariamente.

Seria pouco razoável traçar um paralelo entre as poucas repúblicas que ainda existiam no século XV e essa cidade sem igual – a mais importante oficina do espírito italiano e, na verdade, de todo o espírito europeu moderno. Siena sofria de doenças orgânicas das mais graves, e sua prosperidade relativa nas artes e na indústria não nos deve enganar. Æneas Sylvius olha com inveja de sua cidade natal para as 'alegres' cidades imperiais alemãs, onde a vida não é amargurada por qualquer confisco de terras ou de mercadorias, funcionário arbitrário ou facção política. Gênova mal entra no campo do nosso interesse, já que, antes dos tempos de Andrea Doria ela praticamente não tomou parte na Renascença. Na verdade, os habitantes da Riviera eram conhecidos entre os italianos pelo seu desprezo a toda cultura superior. Conflitos partidários assumiam ali um caráter tão feroz e perturbavam tão violentamente todo o curso da vida que mal podemos entender como, depois de tantas revoluções e invasões, os

genoveses ainda conseguiam retornar a uma situação suportável. Talvez isso se devesse ao fato de que todos os que tomavam parte nos assuntos públicos fossem, ao mesmo tempo e quase sem exceções, homens de negócios. O exemplo de Gênova demonstra de maneira notável como a insegurança é compatível com a riqueza e um comércio importante, e a desordem interna com a posse de colônias distantes.

POLÍTICA EXTERNA

Assim como a maioria dos Estados italianos eram, em sua constituição interna, verdadeiras obras de arte, ou seja, fruto de cuidadosa adaptação e reflexão, também o eram em seu relacionamento uns com os outros e com os países estrangeiros. O fato de que quase todos eles resultavam de usurpações recentes exercia influência tão fatal na sua política externa quanto na interna. Nenhum reconhecia outro sem reservas; os mesmos desígnios da sorte que poderiam ajudar a fundar e consolidar uma dinastia poderiam também derrubar uma outra. E nem sempre era questão de escolha para um désposta respeitar as fronteiras. A necessidade de ação e engrandecimento é comum a todos os poderes ilegítimos. Assim, a Itália tornou-se cenário de uma 'política externa' que, gradualmente, foi adquirindo o *status* de um sistema reconhecido de lei pública, como também aconteceu noutros países. O tratamento puramente objetivo dos assuntos internacionais, isento de preconceitos e de escrúpulos morais, atingiu uma perfeição tal que muitas vezes não deixava de ter uma certa beleza e grandeza próprias. Em conjunto, porém, deixa-nos a impressão de um abismo sem fundo.

Intrigas, armamentos, ligas, corrupção e traição constituem a história externa da Itália desse período. Veneza, em particular, há muito era acusada por todos de procurar conquistar toda a península, ou de fazer com que se reduzissem gradualmente as forças de um Estado após outro, para que todos caíssem nas suas mãos. No entanto, sob exame mais apurado, torna-se evidente que essa acusação não partia do povo, mas sim das cortes e das classes oficiais, geralmente detestadas pelos súditos, enquanto que o governo moderado de Veneza gozava da confiança geral do povo. Até mesmo Florença, com suas inquietas cidades submissas, encontrava-se numa falsa posição em relação a Veneza, além de todo o ciúme pelo comércio e o progresso veneziano na Romagna. Por fim, a Liga de Cambrai desfechou um sério golpe no Estado que toda a Itália deveria ter apoiado com força solidária.

Os outros Estados eram também animados por sentimentos não menos inamistosos e estavam quase sempre prontos a usar, uns contra os outros, quaisquer recursos que sua má consciência pudesse sugerir. Ludovico, o Mouro, os reis aragoneses de Nápoles e Sisto IV – para não falar dos poderes menores – mantinham a Itália numa constante e perigosa agitação. Seria muito bom se esse jogo atroz se confinasse à Itália, mas a intervenção e a ajuda terminavam sendo solicitadas no exterior – aos franceses, em particular, e aos turcos.

As simpatias do povo em geral estavam inteiramente do lado da França. Florença jamais deixara de confessar, com chocante *naïveté,* sua antiga preferência guelfa pela França. E, quando Carlos VIII apareceu ao sul dos Alpes, toda a Itália o aceitou com um entusiasmo que pareceu inexplicável ao próprio rei e seus seguidores[17]. Na imaginação dos italianos, que tomava Savonarola como um exemplo, vivia o retrato ideal de um salvador e governante sábio, justo e poderoso, com a diferença de que ele não era mais o imperador invocado por Dante, mas o rei capeto da França. Com sua partida quebrou-se a ilusão; mas isso aconteceu muito antes de todos entenderem o quão completamente Carlos VIII, Luís XII e Francisco I haviam entendido mal seu verdadeiro relacionamento com a Itália, e como se inspiravam em motivos tão mesquinhos. Os príncipes, de sua parte, tentavam se utilizar dos franceses de forma totalmente diferente. Quando as guerras franco-inglesas chegaram ao fim, Luís XI começou a lançar ao redor suas redes diplomáticas, e Carlos da Borgonha a embarcar em suas tolas aventuras, os governos italianos saíram ao seu encontro. Tornou-se claro que a intervenção francesa era apenas uma questão de tempo, mesmo se as reivindicações de Nápoles e Milão não houvessem jamais existido, e que a antiga interferência em Gênova e no Piemonte era apenas uma amostra do que estava para vir. Os venezianos, é verdade, já a esperavam mesmo em 1462. O terror mortal do Duque Galeazzo Maria, de Milão, durante a guerra borgonhesa, na qual era aparentemente aliado ao mesmo tempo de Carlos e de Luís e em conseqüência tinha motivos para temer um ataque de ambos, é demonstrado de forma marcante na sua correspondência. O plano de chegar a um equilíbrio entre os quatro principais poderes italianos, conforme entendido por Lorenzo, o Magnífico, não passava da presunção de um espírito otimista, que se havia libertado da inquietação de uma política experimental e das superstições do guelfismo florentino, e continuava a esperar pelo melhor. Quando Luís XI lhe ofereceu ajuda na guerra contra

[17] Commynes, *Charles VIII,* capítulo 10: os franceses eram vistos *"comme saints".*

Ferrante, de Nápoles, e Sisto IV, ele replicou: "Não posso colocar minha vantagem própria acima da segurança de toda a Itália; queira Deus que nunca venha à mente dos reis franceses virem experimentar suas forças neste país! Se algum dia o fizerem, a Itália estará perdida." Para os outros príncipes, o Rei da França era alternadamente um bicho-papão para eles e para seus inimigos, e ameaçavam chamá-lo sempre que não viam um caminho mais conveniente para saírem de suas dificuldades. Os papas, por sua vez, achavam que poderiam se utilizar da França sem qualquer perigo e até mesmo Inocêncio VIII imaginou que poderia retirar-se para o Norte, voltando à Itália como conquistador, à frente de um exército francês.

Algumas pessoas mais imaginosas previram as conquistas estrangeiras muito antes da expedição de Carlos VIII. E quando Carlos já se achava de volta do outro lado dos Alpes tornou-se claro a todos que começara uma era de intervenções. Infortúnios seguiam-se a infortúnios; compreendeu-se tarde demais que a França e a Espanha, os dois principais invasores, haviam se tornado grandes potências européias, que não se satisfariam mais com homenagens verbais, mas lutariam até a morte para ganhar influência e territórios na Itália. Haviam começado a assemelhar-se aos Estados italianos centralizados e, na realidade, a copiá-los, só que em escala gigantesca. Esquemas para a anexação ou troca de territórios multiplicaram-se indefinidamente, por algum tempo. A finalidade disso, como bem se sabe, era a completa vitória da Espanha que, como escudo e espada da contra-reforma, de há muito mantinha o papado entre seus súditos. As reflexões melancólicas dos filósofos mostravam que todos aqueles que tinham chamado os bárbaros para o seu seio haviam tido um péssimo fim.

Ao mesmo tempo também se faziam alianças com os turcos, com poucos escrúpulos ou disfarces; elas não eram consideradas piores do que quaisquer outros expedientes políticos. Durante diversos períodos, no decurso das Cruzadas, a crença na unidade da Cristandade ocidental havia sido seriamente abalada, e Frederico II provavelmente já a abandonara. No entanto, os novos avanços das nações orientais e a ruína do Império Grego tinham reavivado o velho sentimento (embora não na sua força primitiva) em toda a Europa Ocidental. A Itália, porém, era uma notável exceção a essa regra. Embora fosse grande o terror sentido com relação aos turcos, e o perigo real imposto pelos mesmos, praticamente não houve um só governo de alguma importância que não conspirasse contra os outros Estados italianos junto a Maomé II e seus sucessores. E, quando não o faziam, assim mesmo recebiam o crédito correspondente. O que não era pior

do que mandar emissários envenenar as cisternas de Veneza, acusação levantada contra os herdeiros de Alfonso, Rei de Nápoles. De um canalha como Sigismondo Malatesta não se poderia esperar nada melhor do que chamar os turcos para a Itália. Contudo, os monarcas aragoneses de Nápoles, dos quais Maomé tinha certa vez retirado Otranto (1480) – por instigação de outros governos italianos, especialmente o de Veneza – mais tarde açularam o Sultão Bajazet II contra os venezianos. Acusação do mesmo teor foi feita contra Ludovico, o Mouro. "O sangue dos mortos e o sofrimento dos prisioneiros nas mãos dos turcos clamam a Deus por vingança contra ele" – diz o historiador do Estado. Em Veneza, onde o governo era informado de tudo, sabia-se que Giovanni Sforza, governador de Pesaro, primo de Ludovico, havia recebido embaixadores turcos a caminho de Milão. Os dois mais respeitáveis entre os papas do século XV, Nicolau V e Pio II, morreram na mais profunda tristeza ante o progresso dos turcos; o segundo, na realidade, durante os preparativos para uma cruzada que esperava liderar pessoalmente. Seus sucessores apropriaram-se fraudulentamente das contribuições enviadas de todas as partes da Cristandade para tal propósito, degradando as indulgências concedidas em troca das mesmas em uma especulação comercial particular. Inocêncio VIII consentiu em ser o carcereiro do fugitivo Príncipe Djem em troca de um salário pago pelo irmão do prisioneiro, Bajazet II; e Alexandre VI apoiou as medidas tomadas por Ludovico, o Mouro, em Constantinopla, a fim de favorecer um ataque turco contra Veneza (1498), tendo sido por isto ameaçado com um Concílio. É claro que a notória aliança entre Francisco I e Soliman II não era nada de novo ou jamais visto.

Na verdade, encontramos exemplos de populações para as quais bandear-se em massa para o lado dos turcos não parecia nenhum crime. Mesmo que isso fosse apenas uma ameaça para governos opressivos, no mínimo prova que a idéia se tornara aceitável. Muito cedo, em 1480, Battista Mantovano dá-nos claramente a entender que a maioria dos habitantes da costa adriática já previa alguma coisa desse teor, e Ancona, em particular, o desejava. Quando Romagna sofria com o governo opressor de Leão X, um emissário de Ravenna declarou abertamente ao seu enviado, o Cardeal Giulio Medici: "Monsenhor, a honorável República de Veneza não nos receberá, com medo de uma disputa com a Santa Sé; mas, se os turcos vierem para Ragusa, nós nos entregaremos a eles."

Era um pobre consolo, mas não totalmente infundado, tendo em vista a escravização da Itália iniciada pelos espanhóis, saber que pelo menos o país estava assegurado contra uma recaída no

barbarismo, que aconteceria sob o domínio turco. Sozinha, dividida como estava, a Itália dificilmente teria escapado a esse destino.

Se com todas essas falhas os estadistas italianos desse período ainda merecem nosso elogio, isso se deve apenas ao modo prático e sem preconceitos como tratavam as questões não afetadas pelo medo, a paixão ou a malícia. Não havia na Itália um sistema feudal copiado dos países setentrionais, com seu esquema artificial de direitos; o poder de cada um existia na prática e em teoria. Não encontramos uma nobreza submissa, que fomentasse na mente do príncipe aquele senso medieval de honra com suas estranhas conseqüências, mas sim príncipes e conselheiros que concordavam em agir de acordo com as exigências de cada caso em particular e para as finalidades em vista. Não existia um orgulho de casta com relação aos homens cujos serviços eram utilizados, e os aliados, viessem de onde viessem, e a classe dos *condottieri*, onde o berço era irrelevante, mostra-nos claramente em que espécie de mãos se encontrava o verdadeiro poder. Finalmente, o governo, nas mãos de um déspota esclarecido, estava muito mais claramente familiarizado com seu próprio país e com aqueles vizinhos do que seus contemporâneos ao norte, podendo avaliar nos menores detalhes a capacidade econômica e moral tanto dos amigos quanto dos inimigos. Os governantes eram, apesar de seus graves erros, mestres inatos da ciência estatística. Com tais homens era possível negociar; presume-se que seriam capazes de mudar de opinião diante de razões práticas convincentes. Quando o grande Alfonso de Nápoles foi aprisionado (1434) por Filippo Maria Visconti, ele garantiu a seu carcereiro que o governo da casa de Anjou, e não o seu próprio em Nápoles, transformaria os franceses em senhores da Itália; Filippo Maria libertou-o sem resgate e com uma aliança. Um príncipe do Norte dificilmente agiria da mesma maneira; certamente não um príncipe cuja moralidade fosse noutros aspectos como a de Visconti. A confiança que se sentia no poder do auto-interesse é demonstrada pela famosa visita (em 1478) que Lorenzo, o Magnífico, para espanto universal dos florentinos, fez ao infiel Ferrante em Nápoles. Ferrante certamente se sentiria tentado a aprisioná-lo, e não sentiria o menor escrúpulo em fazê-lo, pelo gosto de prender um monarca poderoso, extorquir-lhe a assinatura e insultá-lo de outras maneiras, como Carlos, o Temerário, fez com Luís XI em Péronne (1468). A visita parecia loucura aos italianos, e esperava-se que Lorenzo voltasse coberto de glórias ou simplesmente não voltasse. A arte da persuasão política estava tão desenvolvida nessa época – principalmente por parte dos embaixadores venezianos – que as nações setentrionais foram aprendê-la com os italianos, e os pronunciamentos oficiais nos dão uma idéia imperfeita disso. Esses pronunciamentos não passam, na verdade, de retórica humanística. E, apesar da etiqueta cerimoniosa habitual no relacionamento diplomático não faltavam conversas duras e francas, em caso de necessidade. Um homem como Maquiavel aparece, em suas *Legazioni,* sob uma luz quase patética. Munido de parcas instruções, miseravelmente equipado, tratado como um agente de hierarquia inferior, ele jamais perde seu dom de observação livre e ampla, ou o prazer das descrições pitorescas.

Uma seção especial desta obra tratará do estudo do homem como indivíduo e em cada nação, o que entre os italianos seguia passo a passo com o estudo das condições externas da vida humana.

A GUERRA COMO OBRA DE ARTE

Neste ponto precisamos indicar brevemente os passos com que a arte da guerra assumiu o caráter de um produto da reflexão. Em todos os países do Ocidente, durante a Idade Média a educação do soldado individual era perfeita dentro dos limites do sistema de defesa e ataque então prevalecente; também não havia falta de inventores engenhosos nas artes do assédio e das fortificações. No entanto, o desenvolvimento da estratégia e da tática era prejudicado pelo caráter e a duração do serviço militar e pela ambição dos nobres, que disputavam questões de precedência em face do inimigo, e pela simples falta de disciplina levavam à derrota em grandes batalhas como Crécy e Maupertuis. A Itália, pelo contrário, foi o primeiro país a adotar o sistema de tropas mercenárias, que exigiam organização totalmente diferente; a introdução das armas de fogo teve também sua parte no tornar a guerra um empreendimento democrático, não só porque os melhores castelos eram incapazes de suportar um bombardeio, como porque a perícia do sapador, do canhoneiro e do artilheiro – homens pertencentes a outra classe que não a nobreza – passavam a ter capital importância numa campanha. Sentia-se, com pesar, que o valor do indivíduo, que fora a alma dos pequenos bandos de mercenários, admiravelmente organizados, sofreria com esses novos meios de destruição, que obravam à distância, e houve *condottieri* que se opuseram ao máximo à introdução até mesmo do mosquete, inventado na Alemanha. Lemos que Paolo Vitelli, embora respeitando e adotando o canhão, arrancava os olhos e cortava fora as mãos dos *schioppettieri* (arcabuzeiros) capturados, pois achava indigno que um cavaleiro de coragem, quem sabe um nobre, fosse ferido e

derrubado por um desprezível soldado comum, a pé. De modo geral, porém, as novas descobertas iam sendo aceitas e postas em uso, e os italianos se tornaram os professores de toda a Europa, tanto da construção de fortificações como dos meios para atacá-las. Príncipes como Federigo de Urbino e Alfonso de Ferrara adquiriram mestria no assunto, e, comparado a eles, o conhecimento de até mesmo um Maximiliano I parece superficial. Antes de qualquer outro lugar já existia na Itália uma ciência e arte abrangentes de assuntos militares; ali se sentia pela primeira vez a satisfação imparcial com o profissional militar, capacitado por seus próprios méritos, o que se poderia esperar, na realidade, das freqüentes mudanças de partido e do comportamento totalmente objetivo dos *condottieri*. Durante a guerra entre Milão e Veneza de 1451 e 1452, entre Francesco Sforza e Jacopo Piccinino, o quartel-general do segundo era freqüentado por Gian Antonio Porcellio dei Pandoni, encarregado por Alfonso de Nápoles de preparar um relatório sobre a campanha. Foi escrito não no mais puro latim, mas de maneira bastante fluente, um pouco excessivamente no bombástico estilo humanístico da época, modelando-se nos Comentários de César e salpicado de discursos, prodígios, etc. Como nos cem anos anteriores vinha-se discutindo seriamente quem era o maior, se Cipião Africano ou Aníbal, Piccinino é chamado de Cipião em todo o livro, e Sforza, de Aníbal. Algo positivo, porém, tem de ser relatado com relação ao exército milanês; o sofista apresentou-se a Sforza, foi conduzido ao longo das fileiras do exército, elogiou muito o que viu e prometeu passar tudo para a posteridade. A literatura italiana da época é rica em descrições de guerras e esquemas estratégicos, escritos para o uso dos homens cultos, de modo geral e também para especialistas, enquanto as narrativas contemporâneas dos setentrionais, tais como *Guerra borgonhesa*, de Diebold Schilling, conservam ainda a falta de uma forma determinada, a secura e o caráter direto de uma simples crônica. O maior *dilettante* a tratar de assuntos militares desse gênero, Maquiavel, ocupava-se em escrever sua *Arte della guerra*. Mas o desenvolvimento do soldado individual encontrava sua expressão mais completa nos combates públicos e solenes entre um ou mais pares de combatentes, praticados muito antes do famoso Desafio de Barletta (1503). O vitorioso tinha assegurados os elogios dos poetas e dos acadêmicos, negados aos guerreiros do Norte. O resultado desses combates não era mais considerado um julgamento divino, mas sim um triunfo do mérito pessoal, e para os espectadores parecia tanto a decisão de uma disputa interessante como uma satisfação para a honra do exército ou das nações.

É evidente que esse tratamento puramente racional do tema da guerra permitia, sob certas circunstâncias, as piores atrocidades, mesmo na ausência do ódio político; como, por exemplo, quando o saque de uma cidade era prometido aos soldados. Depois dos quarenta dias de devastação de Piacenza, que Sforza foi forçado a permitir aos seus soldados (1477), a cidade permaneceu vazia por muito tempo, e finalmente precisou ser povoada pela força. Assim mesmo, esses ultrajes não eram nada comparados com a miséria trazida mais tarde à Itália pelas tropas inimigas, principalmente pelos espanhóis. Nestes, talvez um toque de sangue oriental, ou a familiaridade com os espetáculos da Inquisição, haviam liberado o elemento diabólico da natureza humana. Depois de vê-los saquear Prato, Roma e outros lugares, não é fácil sentir respeito por Fernando, o Católico, e Carlos V, que sabiam como agiam essas hordas, e, no entanto, as soltavam. Os documentos que são trazidos à luz gradualmente, vindos dos gabinetes desses governantes, constituirão sempre uma fonte importante de informação histórica; mas deles não se pode esperar qualquer concepção política promissora.

O PAPADO

O papado e os domínios da Igreja são criações tão peculiares que, até agora, ao estudar as características gerais dos Estados italianos, nos referimos a elas apenas ocasionalmente. A escolha deliberada e a adaptação de expedientes políticos, que dão um interesse tão grande aos outros Estados, é o que menos podemos encontrar em Roma, já que aqui o poder espiritual podia constantemente esconder ou suprir os defeitos do temporal.

E que provações infernais esse Estado sofreu, no século XIV e no início do século XV, quando o papado foi conduzido em cativeiro para Avignon! A princípio, foi lançado na maior confusão; mas o papa tinha dinheiro, soldados e um grande general e estadista, o espanhol Albornoz, que mais uma vez submeteu o Estado eclesiástico a completo controle. O perigo de uma dissolução final foi ainda maior nos tempos do cisma, quando nem o papa romano e nem o francês eram ricos o bastante para reconquistar o Estado recém-perdido; isso porém foi conseguido sob Martinho V, depois de restaurada a unidade da Igreja, e novamente sob Eugênio IV, quando o perigo ressurgiu. No entanto o Estado eclesiástico era e continuou sendo uma verdadeira anomalia entre os poderes da Itália; em Roma, e perto dela, o papado era desafiado pelas grandes famílias dos Colonna, Orsini, Savelli e

Anguillara; na Umbria, na Marche e na Romagna, as repúblicas quase haviam deixado de existir, uma vez que o papado lhes demonstrara tão pouca gratidão; seu lugar fora tomado por dinastias principescas, grandes ou pequenas, cuja lealdade e obediência não tinham grande significação. Como poderes autodependentes, baseados nos próprios méritos, têm interesse e, desse ponto de vista, as mais importantes já foram discutidas.

No entanto, não podemos dispensar algumas observações gerais sobre o papado. Novos e estranhos perigos e provações caíram sobre ele no decorrer do século XV, quando o espírito político da nação começou a influenciá-lo sob vários aspectos e a atraí-lo para o interior de sua esfera de ação. O menor de tais perigos vinha do povo ou do estrangeiro; o mais sério baseava-se no caráter dos próprios papas.

No momento, vamos deixar de lado as considerações sobre os países para além dos Alpes. Na época, quando o papado estava exposto a perigos mortais, ele nem recebia nem poderia receber a menor ajuda da França, então sob o domínio de Luís XI, ou da Inglaterra, distraída com a Guerra das Duas Rosas; da desorganizada monarquia espanhola ou da Alemanha, recentemente traída pelo Concílio de Basiléia. Na própria Itália havia um certo número de pessoas, instruídas e até mesmo não instruídas, cujo orgulho nacional era lisonjeado pelo caráter italiano do papado; os interesses pessoais de muitos dependiam de tal caráter; e no povo era grande o número dos que ainda acreditavam nas virtudes das bênçãos e consagrações papais[18]; entre eles alguns notáveis transgressores, como Vitelozzo Vitelli, que rezava para ser absolvido por Alexandre VI quando o filho do papa o mandou estrangular. No entanto, somadas todas essas simpatias não teriam bastado para salvar o papado dos seus inimigos, estivessem estes realmente dispostos a destruí-lo e soubessem tirar vantagem da inveja e do ódio com que a instituição era vista.

E, justamente no momento em que a perspectiva de ajuda externa era tão pequena, os mais perigosos sintomas apareceram dentro do próprio papado. Vivendo como vivia, e agindo dentro do espírito dos principados seculares, o papado era forçado a atravessar as mesmas experiências sombrias; no entanto, a excepcionalidade da sua natureza dava um colorido peculiar às sombras.

As agitações internas da cidade de Roma não mereciam grande preocupação: muitos papas tinham voltado depois de expulsos por tumulto popular, e a presença da Cúria servia muito bem aos interesses do povo romano. Apesar disso, Roma não só exibia às vezes um radicalismo específico dirigido contra os papas, como também, nos complôs mais sérios, dava provas do trabalho de mãos invisíveis agindo de fora. Foi esse o caso na conspiração de Stefano Porcari contra Nicolau V (1453), o papa que mais contribuíra para a prosperidade da cidade. Porcari visava à derrocada total da autoridade papal, e tinha cúmplices famosos que, embora seus nomes não tenham chegado até nós, certamente poderiam ser encontrados nos governos italianos da época. Sob o mesmo pontificado Lorenzo Valla concluiu sua famosa declamação contra a doação de Constantino, expressando o desejo da rápida secularização dos Estados da Igreja.

A quadrilha de catilinarianos, contra a qual Pio II teve de lutar (em 1460), declarava com igual franqueza sua resolução de derrubar o governo dos padres; seu líder, Tiburzio, jogava a culpa nos videntes que tinham previsto o cumprimento de seus desejos para aquele mesmo ano. Diversos dos mais importantes cidadãos de Roma, o Príncipe de Taranto, e o *condottiere* Jacopo Piccinino, eram cúmplices e seguidores de Tiburzio. Na verdade, quando pensamos nas riquezas acumuladas nos palácios de ricos prelados – os conspiradores tinham em vista especialmente o Cardeal de Aquiléia – surpreendemo-nos de que, numa cidade quase desguarnecida, essas tentativas não fossem muito mais freqüentes e mais bem-sucedidas. Não era sem motivos que Pio II preferia morar em qualquer outro lugar e não em Roma, e até mesmo Paulo II foi vítima de grande ansiedade devido ao complô armado por alguns abreviadores dispensados que, sob o comando de Platina, sitiaram o Vaticano por vinte dias. Mais cedo ou mais tarde o papado teria sido vitimado por tais aventuras, se não houvesse aniquilado as facções aristocráticas sob cuja proteção esses bandos proliferavam.

Essa tarefa foi executada pelo terrível Sisto IV, o primeiro papa a ter Roma e todas as cercanias sob seu inteiro controle, especialmente após o bem-sucedido ataque à casa dos Colonna. Em conseqüência, tanto na política italiana como nos assuntos internos da Igreja, podia aventurar-se a agir com audácia, neutralizando as reclamações e ameaças de convocar um concílio, que surgiam em todas as partes da Europa. Muniu-se dos fundos necessários pela simonia, que chegou a proporções jamais conhecidas, estendendo-se da nomeação de cardeais até a concessão dos menores favores. O próprio Sisto não teria obtido a dignidade papal sem recorrer a esses meios.

Uma corrupção tão generalizada teria, mais cedo ou mais tarde,

[18] Para a impressão causada pela bênção de Eugênio IV em Florença, vide *Memórias de Vespasiano.*

de ter conseqüências desastrosas para a Santa Sé, mas elas apareciam na perspectiva de um futuro incerto. Por outro lado, era o nepotismo que ameaçava destruir totalmente o papado. Dentre todos os *nipoti*, o Cardeal Pietro Riario gozava a princípio do favor principal e quase exclusivo de Sisto. Logo atraiu para si os olhos de toda a Itália, em parte pelo fabuloso fausto da sua vida, em parte devido aos relatos correntes sobre sua falta de religiosidade e planos políticos. Ele negociou com o Duque Galeazzo Maria, de Milão (em 1473), para que este se tornasse o Rei da Lombardia, passando depois a ajudá-lo com dinheiro e soldados para voltar a Roma e ascender ao trono papal: Sisto, aparentemente, lhe teria cedido seu lugar. Esse plano, que, ao tornar o papado hereditário, provocaria a secularização do Estado papal, falhou devido à morte repentina de Pietro. O segundo *nipote,* Girolamo Riario, permaneceu leigo e não cobiçou o pontificado. A partir dessa época os *nipoti,* com suas tentativas de fundar principados, tornaram-se uma nova fonte de confusão para a Itália. Já tinha acontecido de os papas tentarem valer suas reivindicações feudais sobre Nápoles em favor de parentes, mas, desde a derrota de Calisto III, tal esquema não era mais praticável. Frustrada a tentativa de conquistar Florença (e quem sabe quantos outros lugares) Girolamo Riario foi forçado a contentar-se em fundar um Estado dentro dos limites dos próprios domínios papais. Isso era justificável, uma vez que a Romagna, com seus príncipes e déspotas, ameaçava libertar-se por completo da supremacia papal, e corria o risco de cair presa dos Sforza ou dos venezianos, quando Roma interferiu para impedi-lo. Mas, em tais tempos e circunstâncias, quem poderia garantir a obediência continuada dos *nipoti* e seus descendentes, transformados em governantes soberanos, a papas com os quais não tinham a menor ligação? Até mesmo durante seu próprio tempo de vida o papa não estava sempre seguro de seus filhos ou sobrinhos, e a tentação de expulsar o *nipote* de um antecessor e substituí-lo por um seu era forte. A reação de todo o sistema contra o papado em si era séria; todos os meios de compulsão, temporais e espirituais, eram usados sem escrúpulos para os fins mais questionáveis, e a esses todos os outros objetivos da Sé Apostólica ficavam subordinados. E, quando eram atingidos, a qualquer custo, por revoluções e proscrições, fundava-se uma dinastia cujo interesse maior era a destruição do papado.

Com a morte de Sisto, Girolamo só se pôde manter no seu principado usurpado de Forli e Imola mediante um grande esforço e ajuda da casa dos Sforza, à qual pertencia sua esposa. No conclave (1484) que se seguiu à morte de Sisto – aquele que elegeu Inocêncio VIII – aconteceu um incidente que pareceu dar ao papado mais uma garantia externa. Dois cardeais que eram também príncipes de casas governantes – Giovanni d'Aragona, filho do Rei Ferrante, e Ascanio Sforza, irmão de Ludovico, o Mouro – venderam afrontosamente seus votos de modo que as casas governantes de Nápoles e de Milão se tornaram interessadas, graças à sua participação no butim, na continuação do sistema papal. Mais uma vez, no conclave seguinte, quando todos os cardeais (menos cinco) se venderam, Ascanio recebeu somas enormes como suborno, não sem acalentar a esperança de que, na eleição seguinte, ele próprio seria o candidato favorecido.

De sua parte, Lorenzo, o Magnífico, estava ansioso para que a casa de Medici não ficasse com as mãos vazias. Casou sua filha Maddalena com o filho do novo papa – o primeiro deles a reconhecer publicamente os filhos –, Franceschetto Cibo, esperando não apenas favores de todas as espécies para o próprio filho, o Cardeal Giovanni (mais tarde Leão X), como também a rápida promoção do genro. No entanto, com relação a este último, pedia o impossível. Sob Inocêncio VIII não houve oportunidade para o nepotismo audacioso com o qual muitos Estados foram fundados; Franceschetto era uma pobre criatura que, como seu pai, o papa, procurava o poder com os mais baixos desígnios: a aquisição e acumulação de dinheiro. No entanto, a maneira pela qual agiam pai e filho deveria resultar, mais cedo ou mais tarde, numa catástrofe final – a dissolução do Estado. Se Sisto enchera seu tesouro com a venda de favores e dignidades espirituais, Inocêncio e o filho, de sua parte, estabeleceram um escritório para a venda de favores seculares, onde perdões por assassinatos e carnificinas eram vendidos por enormes somas de dinheiro. De cada multa, 150 ducados eram pagos ao tesoureiro papal, e o que excedia, a Franceschetto. Durante a última parte do seu pontificado, Roma enxameava de assassinos com e sem licença; as facções que Sisto começara a derrotar estavam agora mais ativas do que nunca; bem guardado no Vaticano, o papa satisfazia-se em preparar de vez em quando uma armadilha onde algum rico malfeitor era ocasionalmente preso. Para Franceschetto, o principal problema consistia em saber por que meios conseguiria escapar com os cofres bem abastecidos depois da morte do papa. Traiu-se, por fim, na ocasião de um falso rumor sobre a morte do pai (1490): tentou tirar todo o dinheiro do tesouro papal e, como isso não era possível, insistiu em que o príncipe turco, Djem, o acompanhasse para servir como capital vivo – seria vendido vantajosamente, talvez a Ferrante, de Nápoles. É difícil calcular retrospectivamente as possibilidades políticas em períodos

remotos, mas não podemos deixar de especular se Roma teria sobrevivido a dois ou três pontificados dessa espécie. Também com relação aos países cristãos da Europa, era imprudência deixar que as coisas fossem tão longe – não apenas viajantes e peregrinos eram roubados, mas toda uma embaixada de Maximiliano, rei dos romanos, foi deixada sem as camisas nas vizinhanças de Roma. Muitas vezes os embaixadores tinham de voltar para casa sem pôr o pé dentro da cidade.

Esse estado de coisas era incompatível com a concepção de poder e seus prazeres que inspirava o bem-dotado Alexandre VI (1492-1503), e a primeira coisa que ele fez foi restaurar, pelo menos provisoriamente, a ordem pública e o pagamento pontual de todos os salários.

Estritamente falando, já que agora estamos discutindo fases da civilização *italiana*, deveríamos passar por cima deste pontificado, pois a casa dos Borgia não é mais italiana que a de Nápoles. Alexandre falava espanhol em público com Cesare; quando chegou a Ferrara, Lucrezia usava um traje espanhol, ouvia cantores espanhóis, seus criados particulares eram espanhóis, assim como a mais mal-afamada companhia dos soldados de Cesare, na guerra de 1500; até mesmo seu carrasco, Don Micheletto, e o envenenador Sebastiano Pinzon Cremonese parecem ter vindo da Espanha. Entre seus outros feitos, Cesare, à verdadeira moda espanhola, matou, de acordo com as regras da arte, seis touros selvagens numa arena fechada. Entretanto, a corrupção romana, que pareceu chegar ao auge com essa família, já estava muito avançada quando eles chegaram à cidade.

O que eram e o que faziam já foi descrito amplamente e muitas vezes. Seu propósito imediato, que realmente alcançaram, era a completa subjugação do Estado pontifical. Todos os pequenos déspotas, vassalos em maior ou menor grau refratários à Igreja, foram expulsos ou destruídos, e, na própria Roma, as duas grandes facções aniquiladas: os assim chamados Guelfos – Orsini, e os assim intitulados Gibelinos – Colonna. No entanto, os meios empregados foram tão pavorosos que certamente teriam determinado a ruína do papado, se repentinamente não houvesse ocorrido a morte simultânea de pai e filho, por envenenamento, o que modificou totalmente a situação. A indignação moral da Cristandade certamente não era uma grande fonte de perigo para Alexandre; em casa ele era forte o bastante para impor o terror e a obediência; governantes estrangeiros estavam do seu lado, e Luís XII chegou a ajudá-lo com o máximo de seus poderes. Em toda a Europa o povo não tinha idéia do que se passava na Itália Central. O único momento de perigo real – quando Carlos VIII esteve na Itália – passou com uma boa sorte inesperada e, mesmo então, não era o papado como tal que corria perigo, mas sim Alexandre, que poderia ter sido suplantado por um papa mais respeitável. O grande perigo, permanente e cada vez mais forte, estava no próprio Alexandre e, acima de tudo, em seu filho, Cesare Borgia.

Na natureza do pai, a ambição, a avareza e a sensualidade combinavam-se com qualidades fortes. Ele cortejou todos os prazeres que o poder e o luxo podiam obter, desde o primeiro dia do seu pontificado, da maneira mais completa possível. Na escolha dos meios para atingir esse fim não tinha o menor escrúpulo; soube-se de imediato que ia compensar-se amplamente pelos sacrifícios envolvidos na sua eleição, e que a simonia do vendedor excederia de muito a do comprador. Deve-se lembrar que o cargo de vice-chanceler, e outros que Alexandre ocupara anteriormente, haviam lhe ensinado o caminho e a dar finalidades mais práticas às várias fontes de rendas, como nenhum outro membro da Cúria o faria. Já em 1494, um carmelita, Adamo de Gênova, que pregara em Roma contra a simonia, foi encontrado assassinado na cama com vinte ferimentos. Praticamente nenhum cardeal foi nomeado sem o pagamento de enormes somas em dinheiro.

Mas quando o papa, no decorrer do tempo, caiu sob a influência de seu filho Cesare Borgia, seus atos de violência assumiram o caráter de diabólica perversidade, que tinha necessariamente de influenciar os fins almejados. O que fez na luta contra os nobres romanos e contra os tiranos da Romagna excede em barbaridade até mesmo aquelas medidas a que os monarcas aragoneses de Nápoles já haviam acostumado o mundo; e seu gênio para a fraude era ainda maior. A maneira como Cesare isolou o pai, assassinando seu irmão, cunhado e outros parentes e cortesãos, sempre que seu favorecimento pelo papa ou sua posição em qualquer outro aspecto os tornavam inconvenientes é literalmente estarrecedora. Alexandre foi forçado a aquiescer no assassinato de seu filho preferido, o Duque de Gandia: ele próprio vivia em terror constante de Cesare.

Quais eram os objetivos finais de Cesare Borgia? Até mesmo nos últimos meses de tirania, quando já havia assassinado os *condottieri* em Sinigaglia, e era, para todos os fins e propósitos, o senhor do Estado eclesiástico (1503), aqueles que o cercavam respondiam modestamente que o duque só desejava aniquilar as facções e os déspotas, e isso tudo para o bem da Igreja; que para si pretendia apenas o governo da Romagna, e merecia a gratidão de todos os papas futuros por havê-los livrado dos Orsini e dos Colonna. Ninguém, porém, aceitaria essa resposta. O próprio Papa Alexandre, nas suas

conversas com o embaixador veneziano, foi além disso, ao recomendar o filho à proteção de Veneza: "Vou cuidar de que um dia o papado pertença a ele ou a Veneza." Na verdade, Cesare acrescentou que ninguém poderia se fazer papa sem o consentimento de Veneza, e para esse fim os cardeais venezianos só precisavam manter-se unidos. Não sabemos se pensava em si mesmo ou não; de qualquer modo, a declaração do pai é suficiente para provar seus desígnios quanto ao trono pontifical. Mais adiante obtemos de Lucrezia Borgia certas provas indiretas, uma vez que alguns trechos dos poemas de Ercole Strozzi podem ter ecoado expressões que ela, como Duquesa de Ferrara, se tivesse permitido usar. Aqui, também, fala-se principalmente das esperanças de Cesare quanto ao papado; mas, de quando em vez, insinua-se uma supremacia sobre toda a Itália; e, finalmente, é-nos dado a entender que, como governante temporal, os projetos de Cesare eram dos mais importantes e para consegui-los ele anteriormente desistira do seu cardinalato. Na verdade, não pode haver dúvida de que, fosse ou não escolhido papa após a morte de Alexandre, Cesare pretendia manter a qualquer custo a posse do Estado pontifical, e que isso, depois de todas as enormidades que cometera, não poderia, como papa, conseguir de modo permanente. Mais do que qualquer outra pessoa, ele poderia ter secularizado os Estados da Igreja, e teria sido forçado a fazê-lo a fim de mantê-los. A menos que muito nos enganemos, era este o motivo real da secreta simpatia com que Maquiavel trata o grande criminoso; de Cesare, ou de ninguém mais, poder-se-ia esperar que "sacasse o aço da ferida", ou, em outras palavras, que aniquilasse o papado – a fonte de todas as intervenções estrangeiras e de todas as divisões da Itália. Os intrigantes que pensavam adivinhar os desígnios de Cesare, quando alimentavam suas esperanças quanto ao Reino da Toscana, parecem ter sido afastados com desprezo.

Apesar disso, todas as conclusões lógicas a respeito de sua linha de ação são vãs, não devido ao gênio inexplicável, que na verdade era-lhe uma característica tão menor como em Wallenstein, mas porque os meios que empregava não eram compatíveis com qualquer curso de ação de maior porte e coerência. Talvez, na verdade, no próprio excesso de perversidade pudesse ter havido alguma perspectiva de salvação para o papado, mesmo sem o acidente que pôs fim ao seu poder.

Mesmo se presumirmos que a destruição dos pequenos déspotas no Estado pontifical só lhe tivesse valido simpatias, mesmo se tomássemos como prova de seus grandes projetos o exército composto pelos melhores soldados e oficiais da Itália, tendo como enge-

nheiro-chefe Leonardo da Vinci, que estava a seu lado em 1502, ainda assim outros fatos nos parecem tão ilógicos que nosso julgamento, assim como o dos observadores contemporâneos, fica totalmente perdido para explicá-los. Por exemplo: a devastação e os maltratos do Estado recém-conquistado, que Cesare pretendia manter e governar. Outro desses fatos é a situação de Roma e a da Cúria nas últimas décadas do pontificado. Quer tivessem preparado, pai e filho, uma lista formal de proscritos, quer fossem sendo os assassínios decididos um a um, de qualquer modo os Borgia inclinavam-se à destruição secreta de todos os que lhes atrapalhassem o caminho, ou cuja herança ambicionassem. Deste último ponto de vista, o dinheiro e os bens móveis tinham menos importância para o papa do que a suspensão dos proventos dos dignitários clericais em questão devido a sua morte, o recebimento das receitas dos seus cargos, quando vagos, e os preços obtidos por eles quando do seu preenchimento pelos sucessores. O embaixador Paolo Capello, de Veneza, relatou, no ano de 1500: "A cada noite são descobertos quatro ou cinco homens assassinados – bispos, prelados e outros; toda Roma treme de medo de ser destruída pelo duque (Cesare)." Ele mesmo costumava vagar por Roma durante a noite, acompanhado por sua guarda, e há motivo para acreditar que o fazia não apenas porque, como Tibério, evitasse mostrar à luz do dia suas feições (que se haviam tornado repulsivas), mas também para gratificar a sede insana de sangue, talvez até em pessoas desconhecidas.

Já em 1499 o desespero era tão grande e generalizado que muitos dos guardas papais eram emboscados e mortos. Mas, aqueles que os Borgia não podiam atacar pela violência aberta caíam vítimas de seu veneno. Nos casos em que uma certa discrição parecia necessária, empregavam um pó branco de sabor agradável, o qual não agia na hora, mas devagar e gradualmente, e podia ser misturado sem ser notado em qualquer prato ou taça. O Príncipe Djem tomara um pouco dele numa beberagem, antes de Alexandre entregá-lo a Carlos VIII (1495), e, no final de sua carreira, pai e filho envenenaram-se acidentalmente com o mesmo pó, quando provaram por acaso um doce destinado a um rico cardeal. O relator oficial da história dos papas, Onofrio Panvinio, menciona três cardeais, Orsini, Ferrerio e Michiel, que Alexandre mandou envenenar, e faz insinuações com respeito a um quarto, Giovanni Borgia, que Cesare tomou aos seus cuidados – embora raramente falecesse um rico prelado em Roma, nessa época, sem levantar suspeitas desse tipo. Até mesmo tranqüilos estudiosos que se haviam retirado para alguma cidade provinciana não estavam fora do alcance do veneno impiedoso. Um secreto horror

parecia pairar sobre o papa; tempestades e trovões, derrubando paredes e aposentos, o haviam alarmado nos primeiros tempos em diversas ocasiões; no ano de 1500, quando tais fenômenos se repetiram, foram considerados *cosa diabolica*. O relato de tais acontecimentos, através do muito freqüentado jubileu de 1500, foi levado para longe, para os outros países da Europa, e o tráfico infame de indulgências fez o que era necessário para atrair todos os olhares para Roma. Além dos peregrinos de regresso, estranhos penitentes vestidos de mantos brancos viajavam para o Norte, vindos da Itália, entre eles fugitivos disfarçados do Estado papal, que provavelmente não desejavam permanecer em silêncio. Assim mesmo, ninguém pode calcular até onde o escândalo e a indignação da Cristandade poderiam ter chegado antes de se tornarem um perigo real para Alexandre. Em outro lugar, diz Panvinio: "Ele teria afastado todos os outros cardeais e ricos prelados para se apoderar de suas propriedades, se não houvesse sido colhido pela morte, no meio dos grandes planos que preparava para o filho." E o que Cesare não teria conseguido se, no momento em que o pai morreu, não guardasse também o leito, enfermo! Que conclave não teria sido aquele no qual, armado com todos os trunfos, ele iria extorquir a própria eleição de um colégio cujo número fora judiciosamente reduzido pelo veneno – e isso numa época em que não havia um exército francês nas proximidades! Seguindo tal hipótese, a imaginação se perde num abismo.

Em vez disto o que houve foi o conclave no qual foi eleito Pio III e, após sua breve morte, aquele que escolheu Júlio II – ambas as eleições fruto de reação generalizada.

Fossem quais fossem os princípios morais de Júlio II, em todos os aspectos essenciais ele foi o salvador do papado. Sua familiaridade com os acontecimentos desde o pontificado de seu tio Sisto lhe dera uma visão profunda das bases e condições da autoridade papal. Nisso ele baseou sua política, e a isso devotou toda a força e paixão da sua alma, inabalavelmente. Subiu os degraus do trono de São Pedro sem simonia e entre aplausos gerais, e com ele cessaram todos os exemplos do tráfico descarado de altos postos na Igreja. Júlio tinha favoritos, e entre eles havia alguns destituídos de valor, mas um acaso especial o colocou acima da tentação do nepotismo. Seu irmão, Giovanni della Rovere, era marido da herdeira de Urbino, irmã de Guidobaldo, o último dos Montefeltro, e desse casamento nasceu, em 1491, um filho – Francesco Maria della Rovere – que era, ao mesmo tempo, *nipote* papal e herdeiro legal do Ducado de Urbino. O que Júlio havia adquirido noutras fontes, no campo de batalha ou por meios diplomáticos, ele doou orgulhosamente à Igreja e não à família; o território eclesiástico, que encontrou em estado de dissolução, transferiu ao sucessor em completa paz, acrescentado de Parma e Piacenza. Não foi por sua culpa que Ferrara também não foi acrescida aos domínios da Igreja. Os setecentos mil ducados armazenados no Castel Sant'Angelo não seriam entregues a ninguém, mas ao futuro papa. Ele se fez herdeiro dos cardeais e, na verdade, de todo o clero que morresse em Roma, e isso pelos meios mais despóticos, mas não assassinou ou envenenou qualquer um deles. O fato de liderar pessoalmente suas forças em combate era uma necessidade inevitável, mas certamente só lhe fez bem, numa época em que na Itália um homem era forçado a ser martelo ou bigorna, e sua personalidade tinha muito mais valor do que o direito mais inquestionável. Se apesar do seu bem sonante "fora com os bárbaros!" não tivesse contribuído mais do que qualquer outra pessoa para o firme estabelecimento dos espanhóis na Itália, ele poderia ser considerado uma questão de indiferença para o papado, ou até mesmo uma vantagem relativa, no pé em que estavam as coisas. E a quem, antes da Espanha, a Igreja poderia recorrer em busca de respeito sincero e duradouro, numa era em que os príncipes da Itália só abrigavam projetos sacrílegos contra ela? Seja como for, sua natureza poderosa, original, incapaz de engolir a raiva e de esconder a boa-vontade genuína, causava em geral impressão mais do que desejável em sua situação – aquela do *Pontefice terribile.* Ele podia até, com a consciência comparativamente limpa, aventurar-se a convocar um concílio em Roma, e assim demonstrar seu desafio àquele clamor por um conselho que se erguia da oposição, por toda a Europa. Um governante dessa estampa precisava de algum grande símbolo externo de suas concepções; Júlio encontrou-o na reconstrução da Basílica de São Pedro. O plano para a mesma, conforme Bramante queria construí-la, é talvez a maior expressão de poder unitário que se pode imaginar. Nas outras artes, além da arquitetura, o rosto e a lembrança do papa vivem em sua forma mais ideal, e não deixa de ter significação o fato de que até mesmo a poesia latina da época dá provas de um entusiasmo por Júlio, totalmente diferente daquele demonstrado por seus antecessores. A entrada em Bolonha pelo Cardeal Adriano da Corneto, no final do *Iter Julii Secundi*, tem um esplendor especial, e Giovan Antonio Flaminio, numa das melhores elegias, apela para o patriotismo do papa, para que estenda sua proteção à Itália.

Numa constituição do Concílio de Latrão, Júlio denunciara solenemente a simonia das eleições papais. Depois de sua morte, em 1513, os cardeais corruptos tentaram contornar a proibição, propondo

que as dotações e cargos que cabiam ao candidato escolhido fossem divididos igualmente entre eles, hipótese em que teriam eleito o cardeal melhor dotado, o incompetente Raphael Riario. Mas uma reação, principalmente dos membros mais jovens do Sacro Colégio – que, acima de tudo, desejavam um papa liberal –, anulou a combinação mesquinha; Giovanni Medici foi eleito – o famoso Leão X.

É um nome que vamos encontrar várias vezes, ao falar do apogeu da Renascença; aqui, bastará indicar que sob seu pontificado o papado ficou novamente exposto a grandes perigos internos e externos. Entre estes não incluímos a conspiração dos Cardeais Petrucci, De Sauli, Riario e Corneto (em 1517), que poderia, no máximo, ter ocasionado uma troca de pessoas, e para a qual Leão encontrou um antídoto na criação, até então jamais vista, de 31 novos cardeais, medida que tinha a vantagem adicional de recompensar, pelo menos em certos casos, o mérito real.

Contudo, alguns dos caminhos que Leão escolheu durante seus primeiros dois anos no cargo foram extremamente perigosos. Por meio de negociações procurou obter o reino de Nápoles para seu irmão Giuliano; para o sobrinho Lorenzo quis formar um poderoso Estado no Norte devendo compreender Milão, a Toscana, Urbino e Ferrara. Está claro que assim cercado por todos os lados o Estado pontifical ficaria dependente dos Medici, e isso, na verdade, terminaria com qualquer necessidade de secularizá-lo.

O plano encontrou um obstáculo insuperável nas condições políticas da época. Giuliano morreu cedo. Para cuidar dos interesses de Lorenzo, Leão resolveu expulsar de Urbino o Duque Francesco Maria della Rovere, mas da guerra só colheu pobreza e ódio, e foi forçado, quando em 1519 Lorenzo se juntou ao tio no túmulo, a entregar à Igreja as conquistas duramente ganhas. Ele fez pela força, sem ganhar crédito, o que, se tivesse conseguido voluntariamente, lhe asseguraria fama imorredoura. O que tentou contra Alfonso de Ferrara, e conseguiu com respeito a alguns déspotas e *condottieri* de pequena importância, não era certamente de molde a aumentar-lhe a reputação. E isso numa época em que os monarcas do Ocidente, a cada ano, se habituavam mais e mais a manobras políticas em escala colossal, em que os prêmios eram esta ou aquela província da Itália. Como as últimas décadas tinham visto um aumento tão grande do seu poder, quem poderia garantir que sua ambição se deteria ante os Estados da Igreja? O próprio Leão assistiu ao prelúdio do que viria acontecer no ano de 1527; alguns bandos de infantes espanhóis apareceram – por conta própria, ao que parece –, no final de 1520, nas fronteiras do território pontifical, visando impor ao papa um tributo,

mas foram rechaçados pelas forças pontifícias. O sentimento público contra a corrupção da hierarquia vinha também se aproximando do auge, e alguns homens de visão, como o jovem Pico della Mirandola, pediam reformas urgentes. Enquanto isso, Lutero aparecia em cena.

Sob Adriano VI (1521-23), algumas poucas e tímidas melhoras, efetuadas em face da grande Reforma alemã, chegaram tarde demais. Ele pouco podia fazer, além de declarar seu horror ao curso que as coisas tinham tomado até então no concernente à simonia, nepotismo, prodigalidade, banditismo e devassidão. O perigo representado pelos luteranos não era absolutamente o maior; um observador arguto de Veneza, Girolamo Negro, expressou seu temor de que um rápido e terrível desastre estivesse por se abater sobre a própria cidade de Roma.

Sob Clemente VII, todo o horizonte romano estava repleto de vapores, como aquele véu plúmbeo que o siroco lança sobre a Campagna, e que torna os últimos meses de verão tão pesados. O papa não era menos detestado em casa que no exterior. As pessoas de sensibilidade estavam ansiosas; apareciam eremitas nas ruas e praças de Roma, fazendo previsões sobre o destino da Itália e do mundo e chamando o papa pelo nome de anticristo; a facção dos Colonna erguia a cabeça em desafio; o indominável Cardeal Pompeo Colonna, cuja mera existência era uma ameaça permanente ao papado, aventurou-se a surpreender a cidade, em 1526, pensando tornar-se papa ali e na hora, com a ajuda de Carlos V, tão logo Clemente fosse morto ou capturado. Não foi nenhum golpe de sorte para Roma o fato de ele ter conseguido escapar para o Castel Sant'Angelo, e o destino que lhe estava reservado pode muito bem ser considerado pior do que a morte.

Por uma série desses logros em que apenas os poderosos podem aventurar-se, mas que ocasionam a ruína dos mais fracos, Clemente provocou o avanço do exército germano-espanhol, sob o comando de Bourbon e de Frundsberg (1527). É certo que o governo de Carlos V pretendia infligir-lhe um castigo severo e não se pode calcular de antemão até onde o levaria o zelo de suas hordas, que não recebiam salário. Teria sido um vão esforço tentar convocar soldados na Alemanha, sem lhes pagar qualquer soldo, se não se soubesse muito bem que o objetivo da expedição era Roma. Pode ser que as ordens escritas passadas a Bourbon ainda sejam encontradas qualquer dia, e não é improvável que tenham sido redigidas com palavras suaves. No entanto, a crítica histórica não se deixará desviar. O rei e imperador católico deveu apenas à própria sorte o fato de que o papa e os cardeais não foram assassinados por seus soldados. Se isso tivesse

acontecido, não haveria sofisma capaz de isentá-lo da sua parcela de culpa. O massacre de incontáveis pessoas de menor conseqüência, o saque e todos os horrores da tortura e tráfico da vida humana mostram o que foi possível acontecer no *sacco di Roma.*

Carlos parece ter pretendido levar para Nápoles o papa, que tinha fugido uma segunda vez para o Castel Sant'Angelo, depois de extorquir-lhe enormes somas de dinheiro; a fuga de Clemente para Orvieto deve ter acontecido sem a menor conivência por parte da Espanha. Provavelmente nunca ficará esclarecido se o imperador pensou seriamente na secularização dos Estados da Igreja, para o que todos estavam bastante preparados, e se foi realmente dissuadido disso por representação de Henrique VIII da Inglaterra.

Mas, se tais projetos realmente existiram, não podem ter durado muito: na cidade devastada surgiu rapidamente um novo espírito de reforma, tanto na Igreja como no Estado. O Cardeal Sadoleto, uma testemunha entre muitas, assim o descreve: "Se através de nosso sofrimento se der uma satisfação à ira e à justiça de Deus, se essas pavorosas punições abrirem de novo o caminho para melhores leis e moralidade, então nosso infortúnio talvez não seja dos maiores... Deus cuidará daquilo que lhe pertence; diante de nós abre-se uma vida de reformas, que violência alguma nos poderá tirar. Vamos assim regulamentar nossos atos e pensamentos para procurar em Deus apenas a verdadeira glória do sacerdócio e nossa própria grandeza e poder."

Na realidade, esse ano crítico, 1527, já dera um fruto: fazer com que as vozes de homens sérios pudessem novamente ser ouvidas. Roma sofrera demais para poder voltar, mesmo sob um Paulo III, à alegre corrupção de Leão X.

O papado começou também a excitar simpatias, em parte religiosas, em parte políticas, quando seus sofrimentos se tornaram grandes demais. Os reis não podiam tolerar que um deles se devesse arrogar o direito de atuar como carrasco papal, e concluíram (a 18 de agosto de 1527) o Tratado de Amiens, um dos objetivos do qual era a libertação de Clemente. Dessa maneira conseguiram, pelo menos, transformar a seu favor a impopularidade que os feitos dos soldados imperiais haviam excitado. Ao mesmo tempo, o imperador viu-se em sérios embaraços, mesmo na Espanha, onde os prelados e os membros da nobreza nunca o viam sem fazer as mais urgentes exortações. Quando se planejou uma delegação geral do clero e de leigos, todos vestidos de luto, Carlos, sentindo que dali poderiam surgir problemas semelhantes aos da insurreição abafada alguns anos antes, proibiu o plano. Não só não ousava prolongar os maltratos ao

papa como também se sentia impelido, mesmo fora de todas as considerações dos políticos estrangeiros, a reconciliar-se com o papado, que ferira de forma tão grave. Quanto ao temperamento do povo alemão, que certamente apontava para um curso diferente, não lhe parecia, como de resto os assuntos germânicos em geral, oferecer a menor base para uma política. É possível, também, como afirma um veneziano, que a memória do saque de Roma pesasse muito em sua consciência, e o levasse a apressar a expiação que foi selada pela sujeição dos florentinos à família Medici, da qual o papa era membro. O *nipote* e novo duque, Alessandro Medici, era casado com a filha natural do imperador.

Nos anos seguintes o plano de um concílio permitiu a Carlos manter o papado sob seu controle em todos os pontos essenciais, e ao mesmo tempo protegê-lo e oprimi-lo. O maior perigo de todos – a secularização –, o perigo que vinha de dentro, dos próprios papas e de seus *nipoti,* foi adiado por séculos pela Reforma alemã. Esta já tornara a expedição contra Roma (1527) possível e bem-sucedida, e também forçava o papado a tornar-se mais uma vez a expressão de um poder espiritual de amplitude mundial, a fim de elevar-se da degradação sem alma na qual caíra, e colocar-se à frente de todos os inimigos dessa reforma. A instituição assim desenvolvida durante os últimos anos de Clemente VII, e sob Paulo III, Paulo IV e seus sucessores, em face da defecção de metade da Europa, era uma nova hierarquia regenerada, que evitava todos os grandes e perigosos escândalos dos tempos passados, particularmente o nepotismo, com suas tentativas de engrandecimento territorial, e que, na aliança com os príncipes católicos, e impelida por uma força espiritual recém-nascida, encontrava sua obra principal na recuperação do que se perdera. Ela existia, apenas, e só era compreensível por oposição aos que pregavam a secessão. Neste sentido pode-se dizer, dentro da mais perfeita expressão da verdade, que a salvação moral do papado deveu-se aos seus inimigos mortais. E agora sua posição política também se tornava inexpugnável, embora certamente sob a tutela permanente da Espanha; quase sem esforço ele herdou, dada a extinção de seus vassalos, a linhagem legítima das casas dos Della Rovere, Este, dos ducados de Ferrara e Urbino. Mas, sem a Reforma – se, na verdade, é possível imaginar que não tivesse ocorrido – todo o Estado eclesiástico teria há muito passado a mãos seculares.

PATRIOTISMO

Em conclusão, consideremos brevemente o efeito dessas cir-

cunstâncias políticas no espírito da nação em geral.

É evidente que a incerteza política geral na Itália, durante os séculos XIV e XV, era de uma espécie capaz de excitar, nos melhores espíritos da época, desgosto e oposição patrióticos. Dante e Petrarca. em seus dias, proclamaram alto e bom som uma Itália comum, objetivo dos maiores esforços de todos os seus filhos. Pode-se objetar que esse era apenas o entusiasmo de uns poucos homens altamente instruídos, no qual a grande massa popular não tinha a menor participação; mas é muito difícil que as coisas se tivessem passado de outra forma, mesmo na Alemanha, embora nominalmente ao menos aquele país estivesse unido e reconhecesse no imperador o chefe supremo. Se excetuarmos alguns versos dos *Minnesänger*, as primeiras manifestações patrióticas da literatura alemã pertencem aos humanistas da época de Maximiliano I e posteriores, e parecem um eco das declamações italianas. Assim mesmo, por exemplo, a Alemanha há muito era uma nação no sentido mais verdadeiro do que a Itália jamais o fora desde os dias romanos. A França deve a consciência de sua unidade nacional, principalmente, a seus conflitos com os ingleses, e a Espanha jamais teve êxito permanente na absorção de Portugal, embora os dois países fossem parentes próximos. Para a Itália, a existência do Estado eclesiástico e as condições sob as quais ele apenas continuava a existir eram um obstáculo permanente à unidade nacional, um obstáculo cuja remoção parecia impossível. Assim, quando no intercâmbio político do século XV a pátria comum é às vezes enfaticamente nomeada, isso é feito, na maioria dos casos, para irritar algum outro Estado italiano. Mas aqueles apelos profundamente sérios e cheios de tristeza ao sentimento nacional não se fazem ouvir de novo até bem mais tarde, quando a época para a unidade já havia passado, quando o país estava inundado por franceses e espanhóis. Pode-se dizer que o senso de patriotismo local, até certo ponto, deve ter tomado o lugar desse sentimento, embora fosse um pobre substituto.

PARTE II

O DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

PERSONALIDADE

No caráter desses Estados, repúblicas ou despotismos, está não a única, mas a principal razão para o desenvolvimento precoce dos italianos. Isso se deve ao fato de que eles são os primogênitos, entre os filhos da Europa moderna.

Na Idade Média, os dois lados da consciência humana – aquele voltado para o interior e o outro, para o exterior – jaziam ou semi-adormecidos ou semidespertos, sob um véu comum. Véu tecido de fé, ilusão e preconceitos infantis, através do qual o mundo e a história eram vistos com tonalidades estranhas. O homem só estava consciente de si próprio como membro de uma raça, de um povo, de um partido, de uma família ou corporação – somente através de alguma categoria geral. Foi na Itália que este véu se desfez primeiro; um tratamento *objetivo* do Estado e de todas as coisas deste mundo se tornou possível. Ao mesmo tempo, o lado *subjetivo* se afirmava com ênfase correspondente; o homem se tornava um *indivíduo*[19] espiritual, e se reconhecia como tal. Do mesmo modo os gregos se haviam distinguido dos bárbaros no passado, e os árabes se haviam sentido indivíduos numa época em que os outros povos asiáticos se reconheciam apenas como membros de uma raça. Não será difícil demonstrar que esse resultado deveu-se, acima de tudo, às circunstâncias políticas da Itália.

Em tempos muito anteriores podemos detetar aqui e ali um desenvolvimento da personalidade livre que, no Norte da Europa, ou nem chegou a ocorrer ou não se podia revelar da mesma forma. O

[19] Observem-se as expressões *uomo singolare* e *uomo unico,* usadas para os estágios superior e máximo do desenvolvimento individual.

bando de malfeitores audazes do século X, descrito por Liutprando, alguns dos contemporâneos de Gregório VII (por exemplo, Benzo de Alba) e alguns dos oponentes dos primeiros Hohenstaufen mostram-nos personalidades desse tipo. No entanto, no ocaso do século XIII, a Itália começou a enxamear de individualidade; o veto colocado sobre a personalidade humana dissolveu-se; e mil individualidades nos encontram com formas próprias e trajes especiais. O grande poema de Dante teria sido impossível em qualquer outro país da Europa; mesmo se apenas pelo motivo de que todos ainda se encontravam encantados pela noção de raça. Para a Itália o poeta augusto, através da riqueza da individualidade que expôs, foi o mais nacional dos arautos de seu tempo. Todavia, este desenrolar dos tesouros da natureza humana na literatura e na arte – essas representações e críticas multifacetadas – será matéria discutida em capítulo separado; aqui temos a ver apenas com o fato psicológico em si, que aparece na forma mais decisiva e inquestionável. Os italianos do século XIV conheciam pouco da falsa modéstia, ou da hipocrisia em qualquer forma; nenhum deles sentia medo da singularidade, de ser e parecer[20] diferente dos vizinhos.

Como já vimos, o despotismo fomentava a individualidade ao mais alto grau, não apenas do tirano ou do *condottiere,* mas também dos homens que ele protegia ou usava como instrumentos – o secretário, o ministro, o poeta, o companheiro. Essas pessoas eram forçadas a conhecer todos os recursos internos da sua própria natureza, de passagem ou permanentes; e sua apreciação da vida era aumentada e concentrada pelo desejo de obter a maior satisfação possível em um período muito breve de poder e influência.

Mas, mesmo os súditos que governavam não estavam isentos do mesmo impulso. Deixando de lado aqueles que desperdiçavam a vida em oposições e conspirações secretas, referimo-nos à maioria daqueles que se sentiam contentes com uma posição estritamente particular, como a maior parte da população urbana do império bizantino e dos Estados maometanos. Não há dúvida de que muitas vezes era difícil para os súditos de um Visconti manterem a dignidade de suas pessoas e famílias, e multidões podem ter perdido em caráter moral pela servidão em que viviam. Mas não era o que acontecia com relação à individualidade, pois a impotência política não impede as diferentes tendências e manifestações de vida particular de vicejar com o maior vigor e variedade. A riqueza e a cultura, cuja exibição e

---

[20] Por volta do ano de 1390 não havia mais qualquer moda prevalecente para os trajes masculinos em Florença, cada um preferindo vestir-se à sua própria maneira.

rivalidade não eram proibidas; uma liberdade municipal considerável; uma Igreja que, diferindo daquela do mundo bizantino, ou do mundo maometano, não se identificava com o Estado – todas essas condições favoreciam sem dúvida o crescimento do pensamento individual, e o necessário tempo de lazer foi proporcionado pela cessação dos conflitos partidários. O homem particular, indiferente à política, ocupado parcialmente com empreendimentos sérios, em parte com os interesses de um *dilettante,* parece ter-se formado por completo primeiramente nesses despotismos do século XIV. Evidências documentais, naturalmente, não podem ser exigidas. Os novelistas, dos quais poderíamos esperar obter tais informações, descrevem-nos muitos comportamentos individuais, mas de um ponto de vista determinado, e só até onde as necessidades do enredo o exigem. Por outro lado, seu cenário é quase sempre o das cidades republicanas.

No segundo caso, as circunstâncias também foram favoráveis ao crescimento do caráter individual, embora de maneira diversa. Quanto mais freqüentemente se mudava o partido do governo, mais o indivíduo era levado a tirar o máximo proveito do exercício e do gozo do poder. Os estadistas e líderes populares, especialmente na história florentina, adquiriram um caráter tão marcadamente pessoal que dificilmente podemos encontrar, mesmo excepcionalmente, um paralelo para eles na história contemporânea, nem mesmo em Jacob van Arteveldt.

Os membros dos partidos derrotados, por outro lado, muitas vezes assumiam uma posição como a de súditos dos Estados despóticos, com a diferença de que a liberdade ou poder já gozados, e em alguns casos, a esperança de recuperá-los, dava maior energia à sua individualidade. Entre esses homens de lazer involuntário encontramos, por exemplo, um Agnolo Pandolfini (morto em 1446), cuja obra sobre economia doméstica é o primeiro programa completo de uma vida particular desenvolvida. Seus cálculos quanto aos deveres do indivíduo contra os perigos e ingratidões da vida pública são, a seu modo, um verdadeiro monumento da era.

O banimento também tinha este efeito, acima dos demais: ele exauria o exilado ou então desenvolvia nele o que tinha de grande. "Em todas as nossas cidades mais populosas" – diz Gioviano Pontano – "vemos uma multidão de pessoas que deixaram seus lares por livre e espontânea vontade; mas um homem leva suas virtudes aonde quer que ele vá." E, na verdade, não eram apenas exilados, mas milhares deixavam a pátria voluntariamente, por considerarem suas condições políticas ou econômicas intoleráveis. Assim as colônias de emigrantes florentinos, em Ferrara, e os de Lucca, em Veneza.

O cosmopolitismo que crescia nos círculos mais bem-dotados já representava, em si, um alto estágio de individualismo. Dante, como já dissemos, encontra uma nova pátria na linguagem e cultura da Itália, mas vai além disso ao dizer: "Meu país é o mundo inteiro." E quando lhe foi oferecido o retorno a Florença em condições que considerava indignas, escreveu: "Será que não posso olhar para a luz do sol e das estrelas em qualquer lugar; meditar sobre as verdades mais nobres em qualquer lugar, sem aparecer vergonhosa e ingloriamente perante a cidade e o povo? Até mesmo o pão não me faltará." Os artistas exultam não menos desafiadoramente em sua liberdade dos constrangimentos de uma residência fixa. "Só aquele que já tenha aprendido tudo" – diz Ghiberti – "não é um estranho em parte alguma; roubado de sua fortuna e sem amigos, ainda assim ele é o cidadão de cada país, e pode sem medo desprezar as mudanças da sorte." Da mesma forma, um humanista exilado escreve: "Onde quer que um homem de saber fixe seu lar, ali será sua pátria[21]."

Um olhar agudo e prático poderá ser capaz de traçar, passo a passo, o aumento no número de 'homens completos' durante o século XV. Se eles tinham ante si, como objetivo consciente, o desenvolvimento harmonioso da sua existência material e espiritual, é difícil dizer; mas diversos deles o conseguiram, até onde isso é coerente com a imperfeição de tudo o que é terreno. Pode ser melhor renunciarmos à tentativa de fazer um cálculo quanto à parcela desempenhada pela sorte, o caráter e o talento na vida de Lorenzo, o Magnífico. Mas, consideremos uma personalidade como a de Ariosto, especialmente conforme o demonstrado em suas sátiras. Com que harmonia lá estão expressados o orgulho do homem e do poeta, a ironia com a qual ele trata seus próprios prazeres, a sátira mais delicada e a mais profunda boa-vontade!

Quando este impulso para o desenvolvimento individual mais elevado se combinava com uma natureza poderosa e variada, que já se havia assenhoreado de todos os elementos da cultura, surgia o 'homem multifacetado' – *l'uomo universale* – que pertencia só à Itália. Durante a Idade Média havia homens de conhecimento enciclopédico em muitos países, pois esse conhecimento estava confinado por limites estreitos; e até mesmo no século XII já encontramos artistas universais, mas os problemas da arquitetura eram relativamente simples e uniformes; na escultura e na pintura a matéria tinha mais importância que a forma. Mas no Renascimento italiano encontramos artistas que, em todos os ramos, criavam obras

[21] *Codri Urcei vita,* Bolonha, 1502.

novas e perfeitas, e que causavam também a maior impressão como homens. Outros, além das artes que praticavam, eram mestres de um amplo círculo de interesses espirituais.

Dante, que mesmo durante a vida era chamado por alguns de poeta, por outros de filósofo e por outros ainda de teólogo[22], coloca em todos os seus escritos um fluxo de força pessoal pelo qual o leitor, independentemente do seu interesse pelo tema, se sente transportado. Que força de vontade deve ter requerido a elaboração contínua e ininterrupta da *Divina comédia*! E se olharmos para a matéria do poema, verificaremos que em todo o mundo espiritual ou físico não há praticamente nenhum assunto importante em que o poeta não se tenha aprofundado, e sobre o qual suas expressões – às vezes apenas umas poucas palavras – não sejam as de maior peso no seu tempo. Para as artes visuais ele tem a maior importância, e isso por razões melhores que as poucas referências feitas a artistas contemporâneos – ele mesmo logo se transformou em fonte de inspiração[23].

O século XV é, acima de tudo, a época desses homens protéicos. Não há biografia que, além da obra principal do protagonista, não fale de outros feitos, todos ultrapassando os limites do diletantismo. O estadista e mercador florentino era muitas vezes letrado em ambas as línguas clássicas; os humanistas mais famosos liam a *Ética* e a *Política* de Aristóteles para seus filhos; até as filhas da casa eram altamente instruídas. Nesses círculos a educação particular foi, pela primeira vez, levada a sério. O humanista, por sua vez, era levado aos feitos mais variados, já que seu aprendizado filológico não se limitava, como acontece agora, ao conhecimento teórico da Antiguidade clássica, mas tinha de servir às necessidades práticas da vida diária. Enquanto estudava Plínio, fazia coleções de história natural; a geografia dos antigos era seu guia ao lidar com a geografia moderna; sua história era um molde para escrever crônicas contemporâneas, mesmo quando compunha em italiano; não só traduzia comédias de Plauto como as produzia, quando eram encenadas; procurava imitar cada forma efetiva da literatura antiga, até os diálogos de Luciano; e, além disso, atuava como magistrado, secretário e diplomata – nem sempre em seu próprio benefício.

Mas, entre esses homens multifacetados, alguns, que podemos chamar de homens de conhecimento universal, erguem-se como

[22] Boccaccio, *Vita di Dante.*

[23] Os anjos que desenhou em pequenas pranchas, no aniversário da morte de Beatriz *(Vita Nuova),* podem ter sido mais do que a obra de um *dilettante.* Leonardo Aretino diz que ele desenhava *egregiamente,* e era um grande amante da música.

torres entre os demais. Antes de analisar as fases da vida e da cultura desse período, podemos aqui, no limiar do século XX, considerar por um momento a figura de um desses gigantes – Leon Battista Alberti (nascido em 1404 e falecido em 1472). Sua biografia, que é apenas um fragmento, fala pouco dele como artista e não faz qualquer menção ao seu grande significado na história da arquitetura. Vamos ver quem foi ele, além dessas marcas especiais de distinção.

Em todas as atividades em que se pode ganhar elogios, Leon Battista foi, desde a infância, o primeiro. Entre seus vários feitos no campo da ginástica e dos exercícios físicos, lemos com espanto que, de pés juntos, era capaz de saltar sobre a cabeça de um homem; que na catedral jogou para o ar uma moeda, até que a ouviram tilintar contra o teto distante; que os cavalos mais selvagens tremiam sob seu corpo. Em três campos queria parecer sem defeito aos demais: no caminhar, no montar e no falar. Aprendeu música por si mesmo, e suas composições eram admiradas por juízes profissionais. Sob a pressão da pobreza, por muitos anos estudou tanto as leis civis como as canônicas, até que a exaustão ocasionou-lhe uma severa enfermidade. No seu vigésimo quarto ano, sentindo a memória para palavras enfraquecida, mas o sentido dos fatos não prejudicado, dispôs-se a estudar física e matemática. Enquanto isso, ia adquirindo toda a sorte de habilidades e destrezas, interrogando artistas, sábios e artesãos de todas as espécies – até mesmo sapateiros – querendo descobrir segredos e peculiaridades de suas artes. Incidentalmente, praticava a pintura e a modelagem, e primava em especial por retratos admiráveis, pintados de memória. Excitava grande admiração com sua misteriosa *camera obscura*[24], na qual mostrava ora as estrelas e a Lua se elevando sobre montanhas rochosas, ora paisagens com montanhas e golfos sumindo em perspectiva enevoada, com esquadras que avançavam sobre as águas, na sombra ou ao sol. E aquilo que os outros criavam ele recebia alegremente, e considerava cada realização humana perseguindo as leis da beleza quase como algo divino. A tudo isso deve-se acrescentar suas obras literárias, primeiro aquelas sobre arte, que são autoridades de primeira ordem sobre o renascimento da forma, especialmente na arquitetura; depois suas obras em prosa latina – novelas e outras –, algumas dentre as quais foram consideradas como produções da Antiguidade: elegias, éclogas e discursos humorísticos para jantares. Escreveu também um tratado

[24] Outras invenções, especialmente uma tentativa para uma máquina voadora, haviam sido feitas aproximadamente em 880, pelo andaluz Abul Abbas Kasim ibn Firnas.

em italiano sobre a vida doméstica, em quatro volumes, e até mesmo uma oração fúnebre para seu cachorro. Seus ditos sérios e humorísticos foram considerados dignos de colecionadores, e exemplos longos, de muitas colunas, são citados na sua biografia. Tudo o que tinha e sabia passava para os outros sem a menor reserva, como as naturezas ricas sempre fazem, distribuindo suas maiores descobertas sem nada receber em troca. No entanto, a fonte mais profunda de sua natureza ainda está por ser comentada – a intensidade da empatia com que penetrava em toda a vida a seu redor. A visão de árvores nobres e de campos ondulantes de trigo o fazia derramar lágrimas; homenageava como "um deleite da natureza" aos homens idosos de figura digna, sem se cansar de vê-los. Admirava os animais perfeitamente formados, como seres especialmente favorecidos pela natureza; e mais de uma vez, quando doente, a visão de uma bela paisagem o curou. Não é de espantar que aqueles que o vissem nessa íntima e misteriosa comunhão com o mundo lhe atribuíssem o dom da profecia. Diz-se que previu uma catástrofe sangrenta na família Este, o destino de Florença e o dos papas muitos anos antes de que acontecessem, e diziam que era capaz de ler a fisionomia e o coração dos homens. Não é necessário acrescentar que uma vontade de ferro invadia e sustentava sua personalidade; como todos os grandes homens da Renascença, ele afirmava: "Os homens podem fazer tudo, se quiserem."

Leonardo da Vinci foi, para Alberti, aquele que termina o que o outro iniciara, como o mestre para o *dilettante.* Seria ótimo se a obra de Vasari fosse aqui suplementada por uma descrição como a de Alberti! As feições colossais da natureza de Leonardo nunca poderão ser mais do que entrevistas de forma obscura e distante.

GLÓRIA

A este desenvolvimento interior do indivíduo corresponde uma nova espécie de distinção externa – a forma moderna da glória.

Nos outros países da Europa, as diferentes classes sociais viviam separadamente, cada uma com seu próprio senso de honra, derivado das castas medievais. A fama poética dos trovadores e *Minnesänger* era peculiar à ordem dos cavaleiros. Na Itália, porém, a igualdade social surgiu antes do tempo das tiranias e democracias. Lá encontramos os primeiros traços de uma sociedade geral, tendo uma base comum na literatura italiana e latina – como mais tarde ficará melhor demonstrado. Base necessária para que esse novo elemento se desenvolvesse. Deve-se acrescentar que os autores

romanos, que passaram a ser zelosamente estudados, estão impregnados da concepção da fama, e seu próprio tema – o império universal de Roma – erguia-se na mente italiana como um ideal permanente. Por este motivo, as aspirações e ações das pessoas eram governadas por um postulado moral ainda desconhecido em outras partes da Europa.

Aqui, mais uma vez, como em todos os pontos essenciais, a primeira testemunha é Dante. Ele lutou pela fama poética com todas as forças[25]. Como publicista e homem de letras, punha ênfase no fato de que aquilo que fazia era novo, e desejava não só inovar, mas ser reconhecido como o primeiro a trilhar aquele caminho[26]. Mas, nas suas obras em prosa, ele fala também nas inconveniências da fama; sabe com que freqüência vir a conhecer um homem famoso pode ser desapontador, e explica que isso se deve em parte às fantasias infantis dos homens, em parte à inveja, e também às imperfeições do próprio herói. E, no seu grande poema, mantém com persistência a afirmação do vazio da fama, embora deixando entrever que seu coração não estava isento desse desejo. No Paraíso, a esfera de Mercúrio é o lugar daqueles seres abençoados[27] que na terra buscam a glória e, por isso, vêem diminuídas "as alegrias do verdadeiro amor". É significativo que no Inferno as almas perdidas implorem a Dante para manter viva na Terra sua memória e fama[28], enquanto as do Purgatório só peçam suas preces, e as dos outros, para sua libertação[29]. Numa passagem famosa[30], a paixão pela fama – *lo gran disio dell'eccellenza* (o grande desejo da excelência) – é reprovada porque a glória intelectual não é absoluta, mas relativa aos tempos, e pode ser sempre suplantada e eclipsada.

A nova estirpe de poetas eruditos que surgiu depois de Dante logo se tornou mestra desta nova tendência; num duplo sentido, pois esses poetas eram os mais famosos dentre as celebridades da Itália e, ao mesmo tempo, como poetas e historiadores, dispunham conscientemente da reputação alheia. Um símbolo externo desse tipo de fama é a coroação dos poetas, da qual falaremos mais tarde.

---

25 *Paradiso,* XXV, no início.

26 *De vulgari eloquentia,* I, 1 e *De Monarchia,* I, 1.

27 *Paradiso,* VI, 112 e ss.

28 Por exemplo, *Inferno,* VI, 89; XIII, 53; XVI, 85; XXXI, 127.

29 *Purgatorio,* V, 70, 87, 133; VI, 26; VIII, 71; XI, 31; XIII, 147.

30 *Purgatorio,* XI, 85-117.

Um contemporâneo de Dante, Albertinus Musattus ou Mussatus, coroado poeta de Pádua pelo bispo e reitor, gozou de tal fama que chegou perto da deificação. Todos os dias de Natal, professores e estudantes das duas faculdades na universidade saíam em procissão solene até sua casa, com trombetas e velas acesas para saudá-lo e levar-lhe presentes. Sua reputação se manteve até 1318, quando ele caiu em desgraça com o tirano governante, da casa de Carrara.

Esse novo incenso, antes queimado apenas em honra de santos e heróis, era oferecido em nuvens a Petrarca, persuadido, nos seus últimos anos, de que tudo não passava de uma tolice muito incômoda. Sua carta "À Posteridade" é a confissão de um homem velho e famoso, forçado a gratificar a curiosidade pública. Admite que deseja a fama dos tempos ainda por vir, mas preferiria passar sem ela enquanto vivesse. No seu diálogo entre a fortuna e o infortúnio, leva a melhor o interlocutor que afirma a futilidade da glória. No entanto, ao mesmo tempo Petrarca sente-se satisfeito ao saber que o autocrata de Bizâncio conhece tão bem suas obras quanto Carlos IV. Na verdade, mesmo em vida sua fama estendia-se muito além da Itália, e era natural a emoção que sentiu quando, por ocasião de visita à sua Arezzo natal (1350), amigos o levaram a visitar a casa onde nascera e disseram-lhe que a cidade cuidara para que nela não se fizesse qualquer mudança. Nos velhos tempos as moradias de certos santos haviam sido preservadas e reverenciadas dessa maneira, como a cela de São Tomás de Aquino no convento dominicano em Nápoles, e a Porciúncula de São Francisco, perto de Assis; um ou dois grandes juristas gozaram também a reputação quase mítica que levava a tal honraria. Mais para o final do século XIV, os habitantes de Bagnolo, perto de Florença, conheciam um velho prédio como "Estúdio de Accorso" (falecido em 1260), mas apesar disso aceitaram que fosse destruído. É provável que as grandes rendas e a influência política de alguns juristas, obtidas como advogados consultores, causasse uma impressão duradoura na imaginação popular.

O culto dos lugares de nascimento de homens famosos deve ser acrescentado ao de seus túmulos, e, no caso de Petrarca, ao do lugar onde morreu. Em sua memória Arquà tornou-se a estação de veraneio favorita dos paduanos, pontilhada de graciosas vilas. Nessa época não havia 'lugares clássicos' na Europa Setentrional, e só eram feitas peregrinações a pinturas e relíquias. Constituía um ponto de honra para as diferentes cidades a posse dos ossos de celebridades do lugar e estrangeiros; é mais notável ainda o quão seriamente os florentinos, até mesmo no século XIV – muito antes da construção da igreja da Santa Croce –, já lutavam para fazer de sua catedral um

panteão. Accorso, Dante, Petrarca, Boccaccio e o jurista Zanobi della Strada teriam túmulos magníficos. Mais tarde, no século XV, Lorenzo, o Magnífico, dirigiu-se em pessoa aos espoletanos pedindo-lhes o corpo do pintor Filippo Lippi para a catedral; foi-lhe respondido que a cidade tinha poucos ornamentos, e especialmente relíquias de pessoas famosas, motivo pelo qual imploravam que fossem poupados; na verdade Lorenzo teve de contentar-se com a construção de um cenotáfio. E mesmo Dante, apesar de todas as amargas e enfáticas solicitações dirigidas por Boccaccio aos florentinos, continuou dormindo tranqüilamente em San Francesco, em Ravenna, "entre túmulos antigos de imperadores e abóbadas de santos, em companhia mais honrosa que vós, ó Florença, lhe poderíeis oferecer". Certa vez um homem tirou as luzes do altar onde estava o crucifixo, para colocá-las junto ao túmulo, dizendo: "Recebei-as, sois mais digno delas que Ele, o Crucificado!" (Franco Sacchetti, Novella 121.) E não foi punido!

As cidades italianas começavam agora a lembrar-se de seus antigos cidadãos e habitantes. Quanto a Nápoles, possivelmente não se esquecera do túmulo de Virgílio, nome que tinha como apanágio uma espécie de aura mística.

Os paduanos mesmo no século XVI acreditavam firmemente possuir não só os ossos genuínos do fundador da cidade, Antenor, mas também os do historiador Lívio. "Sulmona" – diz Boccaccio – "lamenta que Ovídio esteja enterrado muito longe, no exílio; e Parma alegra-se porque Cássio dorme dentro de suas muralhas." Em 1257 os mantuanos cunharam uma medalha com o busto de Virgílio, e ergueram-lhe uma estátua. Num ataque de aristocrática insolência, em 1392, o guardião do jovem Gonzaga, Carlo Malatesta, mandou derrubá-la e mais tarde, ao descobrir que a fama do velho poeta era grande demais, foi forçado a erguê-la outra vez. É possível que na mesma época fosse mostrada aos visitantes a gruta, a alguns quilômetros da cidade, onde se dizia que Virgílio havia meditado – como acontecia com a *Scuola di Virgilio,* em Nápoles. A cidade de Como afirmava que os dois Plínios eram seus; no final do século XV ergueu estátuas em sua homenagem – sentados sob graciosos baldaquinos, na fachada da catedral.

A história e a nova topografia tinham agora o cuidado de não deixar despercebida qualquer celebridade local. No mesmo período, as crônicas do Norte poucas vezes acrescentam às listas de papas, imperadores, terremotos e cometas a observação de que, em tal época, "floresceu" este ou aquele homem famoso. O que precisaremos mostrar adiante é que, principalmente sob a influência dessa

idéia da fama, desenvolveu-se uma admirável literatura biográfica. Devemos limitar-nos aqui ao patriotismo local dos topógrafos, que registravam as reivindicações de suas cidades à fama.

Na Idade Média as cidades se orgulhavam de seus santos e dos ossos e relíquias das igrejas. Com eles o panegirista de Pádua, Michele Savonarola, começa sua lista, em 1450; dali passa "aos homens famosos que não foram santos, mas que, por seu grande intelecto e força (*virtus*), merecem ser acrescentados aos santos" – exatamente como na Antiguidade clássica os homens famosos se aproximavam do herói. A enumeração seguinte é característica da época. Primeiro vem Antenor, o irmão de Príamo, fundador de Pádua, junto de um bando de troianos fugitivos; o Rei Dárdano, que derrotou Átila nas montanhas Euganeanas, seguiu-o em perseguição e feriu-o de morte em Rimini com um tabuleiro de xadrez; o Imperador Henrique IV, que construiu a catedral; um certo Rei Marco, cuja cabeça foi preservada em Monselice; depois cardeais e prelados que fundaram escolas, igrejas, etc.; o famoso teólogo augustiniano Fra Alberto; uma série de filósofos, começando com Paolo Veneto e o famoso Pietro de Abano; o jurista Paolo Padovano; por fim Lívio e os poetas Petrarca, Mussato, Lovato. Se faltam celebridades militares na lista, o poeta se consola com a abundância de homens de saber, e com a natureza mais duradoura da glória intelectual – a fama do soldado é enterrada com seu corpo, ou, se dura, isso se deve ao sábio. De qualquer forma, é uma honra para a cidade o fato de que guerreiros estrangeiros foram ali enterrados por sua livre e espontânea vontade, como Pietro de' Rossi, de Parma; Filippo Arcelli, de Piacenza e, em especial, Gattemelata de Narni (falecido em 1443), cuja vistosa estátua eqüestre ("um césar em triunfo") já se erguia junto à igreja do santo. O autor nomeia uma lista de juristas e médicos, nobres "que, como tantos outros, não haviam apenas recebido a honra de terem sido feitos cavalheiros, mas a tinham merecido". Em seguida temos uma lista de famosos engenheiros, pintores e músicos e, para concluir, o nome de um mestre da esgrima, Michele Rosso, que, como o mais famoso da sua profissão, foi retratado em muitos lugares.

Ao lado desses templos locais da fama, criados em conjunto pelo mito, a lenda, a admiração popular e a tradição literária, os poetas eruditos construíram um grande panteão de celebridades mundialmente famosas. Colecionavam homens e mulheres famosos, muitas vezes em imitação direta de Cornélio Nepos, o pseudo-Suetônio, Valério Máximo, Plutarco (*Mulierum virtutes*), Jerônimo (*De viris illustribus*), e outros: ou então escreviam sobre imaginárias

procissões triunfais e reuniões olímpicas, conforme fez Petrarca no seu *Trionfo della fama,* e Boccaccio no *Amorosa visione,* com centenas de nomes, dentre os quais pelo menos três quartos pertenciam à Antiguidade, e o restante à Idade Média. Com o passar do tempo esse elemento novo e comparativamente moderno foi tratado com maior ênfase; os historiadores começaram a inserir descrições psicológicas e surgiram coletâneas de biografias de contemporâneos ilustres, como aquelas de Filippo Villani, Vespasiano Fiorentino, Bartolommeo Fazio e Paolo Giovio.

Até a influência italiana começar a se fazer sentir sobre seus escritores – como por exemplo, sobre Trithemius, o primeiro alemão a escrever sobre a vida de homens famosos –, o Norte da Europa possuía apenas lendas de santos, ou então descrições de príncipes e homens da Igreja, compartilhando em grande parte do caráter das lendas, e sem qualquer sinal da idéia da fama, ou seja, da distinção ganha pelo homem com seus esforços pessoais. A glória poética ainda se confinava a certas classes da sociedade, e os nomes dos artistas setentrionais dessa época só nos chegaram na medida em que participaram de certas associações ou corporações.

Como dissemos, na Itália o poeta erudito tinha perfeita consciência de ser fonte da fama e da imortalidade; ou, se o desejasse, do esquecimento. Boccaccio se queixa de uma bela dama, que permanecera refratária a suas homenagens a fim de que ele continuasse a elogiá-la, fazendo-a famosa. Boccaccio insinua que tentará valer-se dos efeitos de um pouco de remorso. Em dois sonetos magníficos, Sannazaro ameaça Alfonso de Nápoles com o esquecimento eterno pela fuga covarde diante de Carlos VIII. Angelo Poliziano exorta seriamente o Rei João de Portugal (1491) a pensar na imortalidade, com vistas às novas descobertas na África, enviando-lhe material para Florença, para ser ali amoldado a uma forma apropriada (*operosius excolenda*). Caso contrário, ele teria por destino "jazer oculto na enorme pilha da fragilidade humana", como já acontecera a outros cujos feitos foram ignorados pelos estudiosos. O rei (ou seu chanceler humanista) concordou, e prometeu-lhe que as crônicas portuguesas sobre assuntos africanos seriam traduzidas para o italiano e enviadas a Florença a fim de serem vertidas para o latim. Não se sabe se a promessa foi cumprida. Tais pretensões não são infundadas, como poderia parecer à primeira vista; pois a forma como até mesmo os mais importantes acontecimentos são contados aos vivos e à posteridade é tudo menos uma questão indiferente. Com seu modo de exposição e o estilo latino, os humanistas italianos tinham há muito completo controle do mundo leitor europeu, e até o século

passado os poetas italianos eram mais amplamente conhecidos e estudados do que quaisquer outros. O nome de batismo do florentino Amerigo Vespucci foi dado, por causa de seu livro sobre viagens, a uma quarta parte do globo. Se Paolo Giovio, com toda a sua superficialidade e capricho, prometia a imortalidade, a expectativa não foi desapontadora.

No meio desses preparativos para ganhar a fama pública, de vez em quando a cortina é corrida e vemos o espetáculo pavoroso da ambição ilimitada e a busca da grandeza sem medir meios e conseqüências. Por exemplo, no prefácio da história de Florença, de Maquiavel, no qual ele culpa seus antecessores Leonardo, Aretino e Poggio pela respeitosa reticência com respeito aos partidos políticos na cidade: "Eles erraram muito e mostraram entender pouco da ambição dos homens e do seu desejo de perpetuar o nome. Quantos que não se poderiam distinguir por nada elogiável lutaram para conseguir fama por meios infames!" Esses escritores não levavam em conta que ações grandes por si mesmas, como no caso daquelas praticadas pelos governantes e os Estados, parecem trazer sempre mais glória do que culpa, quaisquer que sejam seus resultados. Em mais de um empreendimento ao mesmo tempo notável e pavoroso, o motivo assinalado é o desejo ardente de realizar um feito memorável. Não se trata de um simples caso extremo da mera vaidade comum, mas de algo demoníaco, envolvendo a renúncia da vontade, o emprego de quaisquer meios, por mais atrozes, e até uma certa indiferença pelo sucesso. É assim, para dar um exemplo, que Maquiavel concebe o caráter de Stefano Porcari; sobre os assassinatos de Galeazzo Maria Sforza (em 1476) os documentos nos dizem praticamente o mesmo; e o assassínio do Duque Alessandro de Florença (em 1537) é atribuído pelo próprio Varchi ao desejo de notoriedade que atormentava o assassino, Lorenzino Medici. Paolo Giovio dá ainda mais ênfase a essa motivação. Segundo ele, ridicularizado por um panfleto de Molza, Lorenzino medita sombriamente sobre uma ação cuja novidade pudesse fazer esquecer sua desgraça, e termina por assassinar o príncipe, seu parente. Esses são os traços característicos dessa era de paixões e forças, tensas e desesperadas ao extremo, que lembram o incêndio do templo de Diana em Éfeso, na época de Filipe da Macedônia.

O RIDÍCULO E O HUMOR

O corretivo desse apetite moderno pela fama, como de toda individualidade altamente desenvolvida, é o ridículo, especialmente

quando expresso como humor, essa manifestação vitoriosa. Lemos que na Idade Média exércitos, príncipes e nobres hostis se provocavam uns aos outros com insultos simbólicos, e a parte derrotada era simbolicamente ultrajada. Aqui e ali, sob a influência da literatura clássica, o humor começou a ser usado também como uma arma nas disputas teológicas, e a poesia de Provença produziu toda uma série de composições satíricas. Até mesmo os *Minnesänger,* conforme mostram seus poemas políticos, quando era necessário[31] podiam adotar esse tom. No entanto, o humor não podia ser um elemento independente até que surgisse sua vítima apropriada – o indivíduo desenvolvido com suas pretensões pessoais. Suas armas não se limitavam então à língua e à pena, mas incluíam truques e brincadeiras – as chamadas *burle* e *beffe* – que constituem o tema principal de muitas coletâneas de novelas.

As *Cem novelas antigas,* que devem ter sido escritas aproximadamente no final do século XIII, ainda não têm como tema nem o humor, fruto do contraste, nem a *burla;* seu objetivo é meramente dar expressão simples e elegante a ditos inteligentes e a belas histórias ou fábulas. Mas, se alguma coisa prova a grande antiguidade da coleção, é exatamente a ausência da sátira. Pois o século XIV trouxe Dante, que deixa para trás todos os outros poetas ao expressar desprezo e que, apenas pelo seu grande retrato dos impostores[32], deve ser considerado o mestre supremo da comicidade. Com Petrarca têm início as coleções de ditos chistosos, ao molde de Plutarco (*Apophthegmata,* etc.).

O fato de que as histórias de humor estavam concentradas em Florença durante esse século é demonstrado da maneira mais característica pelas novelas de Franco Sacchetti. Em sua maioria, elas não são histórias, porém respostas dadas em certas circunstâncias – exemplos chocantes de *naïveté,* com os quais tolos, bobos da corte, embusteiros e mulheres devassas recitam suas respostas. A comédia da história jaz no contraste espantoso desta *naïveté* real ou presumida com a moralidade convencional e as relações ordinárias do

[31] A Idade Média é rica também nos assim chamados poemas satíricos; a sátira, porém, não é pessoal, mas dirigida a classes, profissões e populações inteiras, e assume facilmente um tom didático. O espírito dessa literatura é melhor representado por Reynard, a Raposa, em todas as suas formas, entre as diferentes nações do Ocidente. Para esse ramo na literatura francesa, vide a admirável obra de Lenient, *La satire en France au Moyen-âge,* Paris, 1860, e a continuação, igualmente excelente, *La satire en France, ou la littérature militante au XVI Siècle,* Paris, 1866.

[32] *Inferno,* XXI, XXII. Aristófanes é o único paralelo possível.

mundo – as coisas são postas de cabeça para baixo. Todos os recursos pitorescos são usados, inclusive a introdução de certos dialetos do Norte italiano. Muitas vezes o lugar do humor é ocupado pela mera insolência, engodos desajeitados, blasfêmias e obscenidades; há uma ou duas anedotas sobre os *condottieri* que estão entre as mais brutais e maliciosas jamais registradas. Muitas das *burle* são exclusivamente cômicas, outras são apenas mostras reais ou imaginárias da superioridade pessoal, do triunfo sobre outrem. Não se pode saber quanto as pessoas estavam dispostas a suportar, com que freqüência a vítima se satisfazia em rir também, do seu lado, pelo revide de algum truque. Havia nesse conjunto muita malícia cruel e inútil, o que fazia com que às vezes a vida em Florença se tornasse bastante desagradável. Os inventores e repetidores de anedotas logo se tornaram figuras inevitáveis, e entre elas seguramente algumas se tornaram clássicas – muito superiores aos simples bobos da corte, aos quais a competição, um público cambiante e a percepção rápida por parte da audiência (todas vantagens de Florença) tornavam a vida difícil. Alguns dos humoristas de Florença eram recebidos como estrelas nas cortes despóticas da Lombardia e da Romagna, muito melhor recompensados do que em casa, onde seu talento era barato e abundante. O melhor desses tipos era o homem divertido (*l'uomo piacevole*), os piores eram o bufão e o parasita vulgar, que se apresentavam em casamentos e banquetes com o argumento: "Se não fui convidado, a culpa não é minha." De vez em quando esses últimos se combinavam para depenar algum jovem com dinheiro para gastar, mas em geral eram desprezados como parasitas, enquanto os humoristas de posição mais elevada se comportavam como príncipes, e consideravam seu talento como se fosse soberano. Dolcibene, a quem Carlos IV chamou de "rei dos humoristas italianos", disse-lhe em Ferrara: "O senhor conquistará o mundo, já que é amigo meu e do papa; o senhor luta com a espada, o papa com suas bulas, e eu com minha língua." Isso não era apenas uma brincadeira, mas a antecipação de Pietro Aretino.

Em meados do século XV os dois humoristas mais famosos eram um padre de perto de Florença, chamado Arlotto (1483), para o humor mais refinado (*facezie*), e o bobo da corte de Ferrara, Gonnella, para bufonarias. Não podemos comparar suas histórias com aquelas do cura de Kalenberg e Till Eulenspiegel, que surgiram de maneira diferente, até certo ponto mítica: frutos da imaginação de todo um povo, tocando mais naquilo que era geral e inteligível para todos. Arlotto e Gonnella foram seres históricos, recebendo de influências locais sua forma e colorido. Mas, se a comparação pode ser permitida, e estendida aos humoristas de nações não italianas,

encontraremos como característica geral o fato de que nos *fabliaux* franceses, assim como entre os alemães, o humor se dirige principalmente à obtenção de alguma vantagem, enquanto que o humorismo de Arlotto e de Gonnella constitui um fim em si mesmo, existe simplesmente para o triunfo da sua elaboração (Till Eulenspiegel também forma uma classe exclusiva, como indagação personificada, quase sempre sem propósitos, de certas classes e profissões em particular). O bobo da corte de Este revidou mais uma vez, com uma sátira aguçada e refinada vingança.

Esse tipo de *uomo piacevole* e o *buffone* sobreviveram em muito à liberdade de Florença. Sob o Duque Cosimo floresceu a reputação de Barlacchia, e no início do século XVII, Francesco Ruspoli e Curzio Marignolli. No Papa Leão X, o amor genuinamente florentino pelos humoristas aparecia de forma marcante. Esse príncipe, cujo gosto pelos prazeres intelectuais mais refinados era insaciável, sustentava e convidava para a própria mesa bufões e palhaços espirituosos, entre os quais dois monges e um aleijado; nas festas tratava-os desdenhosamente, como parasitas, mandando servir-lhes macacos e gralhas em lugar de carnes saborosas. Na verdade, Leão tinha um gosto peculiar pela *burla*; era característico de sua personalidade tratar às vezes seus interesses mais marcantes – a música e a poesia – de maneira irônica, parodiando-as com seu factótum, o Cardeal Bibbiena. Nenhum dos dois considerava indigno enganar um secretário honesto e idoso fazendo-o considerar-se um mestre de música. Baraballo de Gaeta, o improvisador, foi a tal ponto iludido pelas lisonjas de Leão que se candidatou seriamente à coroação como poeta, no Capitólio. Na festa de São Cosme e São Damião, padroeiros da casa de Medici, foi persuadido a divertir com recitações os convidados papais, paramentado com lauréis e púrpura; quando todos estavam prontos a estourar em gargalhadas, montou um elefante arreado em ouro na corte do Vaticano, enviado a Roma como presente de Dom Manuel, o Venturoso, rei de Portugal, enquanto o papa assistia a tudo do alto, com uma luneta[33]. O animal, porém, ficou tão aterrorizado com o barulho dos clarins e tambores e os gritos da multidão que não houve meios de fazê-lo atravessar a Ponte de Sant'Angelo.

[33] Minhas conclusões quanto à luneta se baseiam não apenas no retrato pintado por Rafael, onde ela poderia ser explicada como uma lente de aumento para olhar as miniaturas no livro de orações, mas também numa declaração de Pelicano, de acordo com a qual Leão assistia a uma procissão de monges que avançavam através de um *specillum* (cf. *Züricher Taschenbuch* para 1858, p. 177), e do *cristallus concava*, que, de acordo com Paolo Giovio, ele usava quando caçava.

A paródia do solene e do sublime, que vamos encontrar aqui sob a forma de uma procissão, já havia assumido um lugar importante na poesia[34]. Era forçada naturalmente a escolher vítimas de outra espécie que não as de Aristófanes, que introduziu os grandes trágicos em suas peças. Contudo, a maturidade cultural que, num certo período, produziu entre os gregos a paródia teve o mesmo efeito na Itália. Já no fim do século XIV, os lamentos de amor dolorido dos sonetos de Petrarca e outros da mesma espécie, eram ironizados pelos caricaturistas, e o ar solene dessa forma de versos era parodiado com tagarelices místicas. Um convite constante à paródia era oferecido pela *Divina comédia,* e Lorenzo, o Magnífico, escreveu uma paródia das mais admiráveis no estilo do "Inferno" (*Simposio* ou *I Beoni*). No seu *Morgante* Luigi Pulci imita obviamente os *improvisatori,* e tanto sua poesia como a de Boiardo são, pelo menos em parte, uma paródia semiconsciente da poesia cavalheiresca da Idade Média. Uma caricatura desse tipo foi feita deliberadamente pelo grande parodiador Teofilo Folengo (cerca de 1520). Sob o nome de Limerno Pitocco ele compôs o *Orlandino,* no qual o cavalheirismo aparece apenas como um cenário engraçado para um mundo de figuras e idéias modernas. Sob o nome de Merlinus Coccaius, contou as viagens e ações dos seus vagabundos fantásticos (também no mesmo espírito de paródia), em hexâmetros semilatinos, com toda a afetada pompa das eruditas epopéias da época (*Opus Macaronicorum*). A caricatura vinha aparecendo constantemente no parnaso italiano muitas vezes com grande brilho.

Aproximadamente em meados da Renascença, foi empreendida uma análise teórica do humor e sua aplicação prática na boa sociedade foi regulada com maior precisão, pelo teórico Gioviano Pontano. Na sua obra sobre a fala, especialmente nos livros terceiro e quarto, ele tenta, pela comparação de muitos ditos de humor ou *facetiæ,* chegar a um princípio geral. No *Cortigiano,* Baldassare Castiglione ensina como usar o humor entre pessoas de alta posição social. Sua função principal é, naturalmente, animar os presentes pela repetição de histórias e ditos cômicos; o humor dirigido às pessoas, porém, é desencorajado, pois magoa aqueles que são infelizes, demonstra atração excessiva a malfeitores e faz inimigos dos

[34] Vamos encontrá-la também nas artes visuais – por exemplo, no famoso entalhe parodiando o grupo de Laocoonte como três macacos – mas aqui a paródia raran ente ia além de esboços e semelhantes, embora seja verdade que muito possa ter sido destruído. A caricatura, mais uma vez, é algo diferente. Leonardo, nas faces grotescas da Biblioteca Ambrosiana, representa o horrível enquanto cômico e exagera o elemento lúdico no prazer.

poderosos e dos protegidos da sorte; mesmo na repetição, recomenda grande reserva no uso de gestos dramáticos. Segue-se não apenas para serem citados, mas como padrão para futuros humoristas, uma vasta coleção de trocadilhos e chistes, arranjados metodicamente de acordo com a espécie, entre eles alguns realmente admiráveis. Aproximadamente vinte anos mais tarde, a doutrina de Giovanni della Casa, no seu guia de boas maneiras, é muito mais estrita e cautelosa; tendo em vista as possíveis conseqüências, ele anseia ver o desejo pelo triunfo inteiramente banido das anedotas e *burle*. É o arauto de uma reação que certamente teria de acontecer, mais cedo ou mais tarde.

Na verdade, a Itália tornara-se uma escola de escândalos, de forma tal que o mundo não exibiria nem mesmo na França dos tempos de Voltaire. Nele e em seus camaradas havia, é certo, espírito de oposição; mas onde, no século XVIII, seria encontrada aquela multidão de vítimas apropriadas, uma assembléia incontável de seres humanos altamente desenvolvidos com suas características próprias; celebridades de toda espécie; estadistas, eclesiásticos, inventores e descobridores, homens de letras, poetas e artistas, todos os que davam vazão da forma mais livre e completa à sua individualidade? Essa multidão já existia nos séculos XV e XVI, e a seu lado a cultura geral da época educara uma geração de humoristas impotentes, de críticos zombeteiros natos, cuja inveja solicitava uma hecatombe de vítimas; e a tudo isto se somava a inveja dos homens famosos entre si. Neste terreno os filólogos abriam notoriamente o cortejo – Filelfo, Poggio, Lorenzo Valla e outros –, enquanto os artistas do século XV viviam em competição pacífica e amigável. A história da arte pode tomar nota desse fato.

Florença, o grande mercado da fama, estava neste particular na dianteira das outras cidades, como já dissemos. "Olhos aguçados e línguas malvadas" – é a descrição de seus habitantes. Um desprezo amável por tudo e todos era o tom prevalecente na sociedade. Maquiavel, no notável prólogo da sua *Mandrágora*, se refere correta ou erradamente, ao declínio visível das forças morais ante o hábito da maledicência e ameaça seus detratores com o aviso de que também sabe dizer frases ferinas. Em seguida vinha a corte papal, há muito o ponto de encontro das línguas mais amargas e mordazes. As *facetiæ* de Poggio são datadas da Câmara de Mentiras (*bugiale*) dos notários apostólicos; e, quando nos lembramos do número dos caçadores de emprego desapontados, dos inimigos e competidores sem esperanças dos favoritos, dos prelados desocupados e devassos ali reunidos, é fácil entender por que Roma se tornou o centro das pasquinadas

selvagens, assim como das sátiras mais filosóficas. Se acrescentarmos a isso o ódio amplamente difundido contra os padres, e o bem conhecido instinto das multidões de debitar todos os horrores à conta dos poderosos, o resultado é uma massa inenarrável de infâmia. Os que podiam protegiam-se da melhor forma, desprezando as acusações falsas e as verdadeiras, e com exibições alegres e brilhantes. As vítimas de personalidade mais sensível mergulhavam em profundo desespero quando eram culpadas, e ainda mais quando atingidas pela calúnia. Com o tempo esta se tornou universal, e a virtude mais estrita era a melhor forma de desafiar os ataques da maldade. Sobre o grande pregador Fra Egidio de Viterbo – que Leão fez cardeal por causa de seus méritos, e que demonstrou ser um amigo do povo, e monge corajoso na calamidade de 1527 – Giovio dá-nos a entender que ele preservava sua palidez ascética com fumaça de palha úmida e outros meios artificiais. Giovio é um verdadeiro especialista nesse assunto. Geralmente começa contando uma história, afirma em seguida que não acredita nela e finalmente insinua que, afinal de contas, pode conter alguma verdade. No entanto, o verdadeiro bode expiatório da zombaria romana era o pio e moralista Adriano VI. Parecia haver um acordo geral para tomá-lo apenas pelo lado cômico. Ele teve problemas, desde o princípio, com o formidável Francesco Berni, ameaçando mandar jogar no Tibre não só a estátua de Pasquino, como se dizia, mas os autores de sátiras, em pessoa. A vingança foi o famoso *Capitolo* contra o Papa Adriano, inspirado não exatamente pelo ódio, mas pelo desprezo com relação ao cômico bárbaro alemão. As ameaças mais selvagens eram reservadas aos cardeais que o tinham eleito. A peste então prevalecente em Roma lhe foi atribuída. Berni e outros pintam o ambiente em torno do papa com a mesma brilhante inverdade com que o moderno *feuilletoniste* transforma o preto no branco, mudando todas as coisas. A biografia que o Cardeal de Tortosa encomendou a Paolo Giovio, e que deveria ser um elogio fúnebre, é, para quem possa ler nas entrelinhas, uma peça sem par de sátira. Parecia ridículo – pelo menos aos italianos da época – ouvir como Adriano solicitou ao Capítulo de Saragoça o maxilar de São Lamberto; como os espanhóis devotos o paramentaram até que ficou parecendo "um papa muito bem vestido"; como participou de uma procissão confusa e sem o menor gosto, de Ostia a Roma, para aconselhar-se sobre se devia mandar queimar ou afogar Pasquino, e interrompia a discussão do assunto mais importante quando o jantar era anunciado; e, por fim, após um reinado infeliz, como morreu de tanto beber cerveja – a casa do seu médico foi coberta de flores por boêmios noturnos, e adornada com a inscrição: *Liberatori Patriæ*

S.P.Q.R. É verdade que Giovio tinha perdido seu dinheiro no confisco geral de fundos públicos, e só recebera uma compensação por que "não era poeta", o equivalente a dizer que não era pagão. No entanto, estava decretado que Adriano seria sua última grande vítima. Depois do desastre que se abateu sobre Roma em 1527, as calúnias diminuíram visivelmente, assim como a maldade irrestrita da vida particular.

Mas, enquanto ela ainda florescia, principalmente em Roma, viveu o maior satirista dos tempos modernos, Pietro Aretino. Um olhar em sua vida e caráter poupar-nos-á o trabalho de mencionar outros membros menos importantes da sua classe.

Nós o conhecemos principalmente nos últimos trinta anos de sua vida (1527-56), que passou em Veneza, o único asilo possível para ele. Dali mantinha tudo o que havia de famoso na Itália numa espécie de estado de sítio permanente, e ali recebia presentes dos príncipes estrangeiros que necessitavam sua pena, ou a temiam. Carlos V e Francisco I lhe davam uma pensão, cada um esperando que praticasse uma maldade com o outro. Aretino lisonjeou os dois, mas naturalmente ligou-se mais a Carlos, que era o senhor da Itália. Depois da vitória do imperador em Túnis, em 1535, esse tom de adulação passou para o da mais ridícula adoração. Não se deve esquecer que Aretino abrigava a esperança de que Carlos iria ajudá-lo a obter o título de cardeal. É provável que gozasse de proteção especial como agente espanhol, já que sua fala ou seu silêncio poderiam ter um grande efeito nas cortes italianas menores e de modo geral na opinião pública italiana. Demonstrava desprezo pela corte papal, porque a conhecia muito bem; o motivo verdadeiro dessa atitude era que Roma nem podia nem queria pagar-lhe mais. Quanto a Veneza, que o abrigara, ele teve a sabedoria de deixar inatacada. Suas relações com os outros grandes da época não passam de mendicância e extorsão vulgar.

Aretino nos dá o primeiro grande exemplo do abuso da publicidade. A polêmica de cem anos antes, entre Poggio e seus oponentes, é igualmente infame no tom e na finalidade, mas não se dirigia para o público, tinha uma espécie de circulação particular. Aretino auferia todos os lucros da completa publicidade e, de certa forma, pode ser considerado pai do jornalismo moderno. Suas cartas e artigos variados eram impressos periodicamente, depois de já terem circulado entre um público razoavelmente numeroso[35].

Comparado às penas aguçadas do século XVIII, Aretino tinha a vantagem de não estar sobrecarregado de princípios, nem com liberalismo, filantropia ou qualquer outra virtude; nem sequer com a ciência; toda a sua bagagem consistia no bem-conhecido lema: *Veritas odium parit.* Por conseguinte, nunca se encontrou na falsa posição de Voltaire, forçado a negar ter sido autor de *Pucelle* e a esconder por toda a vida a autoria de outras obras. Aretino punha seu nome em tudo o que escrevia, e vangloriava-se abertamente disso nos famosos *Ragionamenti.* Seu talento literário, o estilo claro e brilhante, suas observações variadas quanto a coisas e homens teriam feito dele um escritor notável em quaisquer circunstâncias, embora não pudesse conceber uma verdadeira obra de arte, tal como uma autêntica comédia dramática; e acrescentava à malícia mais rude, tanto quanto à mais refinada, um humor grotesco tão brilhante que, em alguns casos, não fica muito longe do de Rabelais.

Em tais circunstâncias, e com tais objetivos e meios, ele se dispunha ao trabalho de atacar ou frustrar a presa. Parece zombaria de um diabo, ou macaco o tom com que apelou para Clemente VII, não para reclamar ou pensar em vingança, mas para perdoar, no momento em que os lamentos da cidade devastada subiam ao Castel Sant'Angelo, onde o próprio papa estava prisioneiro. Às vezes, quando forçado a abandonar a esperança de receber as dádivas esperadas, sua fúria irrompe num grito fantástico, como no *Capitolo* ao Príncipe de Salerno – que, depois de lhe dar dinheiro por algum tempo, recusou-se a continuar a fazê-lo. Por outro lado, parece que o terrível Pierluigi Farnese, Duque de Parma, jamais lhe deu a menor atenção. Como esse cavalheiro provavelmente renunciara por completo a todos os prazeres da boa reputação, não era fácil irritá-lo; Aretino tentou, comparando sua aparência pessoal à de um soldado de polícia, um moleiro, um padeiro. Aretino é particularmente cômico ao exprimir a mendicância lamentosa, como no *Capitolo* para Francisco I; no entanto, as cartas e os poemas feitos de ameaças e elogios não podem deixar de ser lidos com o mais profundo desgosto. Uma carta como a que escreveu a Michelangelo, em novembro de 1545, é única em sua espécie; juntamente com toda a admiração expressa pelo "Juízo Final", ele acusa o artista de falta de religião,

[35] O medo que esses meios inspiravam em homens famosos, especialmente artistas, não pode ser descrito aqui. A arma da propaganda da Reforma alemã era principalmente os panfletos, tratando dos fatos conforme ocorriam; Aretino é um jornalista no sentido de que encontrava dentro de si motivação perpétua para escrever.

indecência e roubo dos herdeiros de Júlio II; e acrescenta, num pós-escrito conciliatório: "Só quero mostrar que, se és *divino*, de minha parte eu não sou *d'acqua*." Aretino salientava bastante esse ponto – motivado pela insanidade do orgulho, ou com o propósito de parodiar alguns homens famosos. Queria ser chamado de divino, como um de seus aduladores já começara a fazer; e certamente alcançara tal celebridade que sua casa em Arezzo era um dos pontos turísticos do lugar. Mas durante meses inteiros não se aventurava a cruzar a soleira da porta de sua casa em Veneza, com medo de encontrar algum florentino enraivecido, como o jovem Strozzi. Também não escapou aos atentados dos inimigos, embora estes não obtivessem o efeito profetizado por Berni num famoso soneto: Aretino morreu em casa, de apoplexia.

As diferenças dos vários modos como lisonjeava eram notáveis: com os não italianos era grosseiro ao extremo; às pessoas como o Duque Cosimo de Florença tratava de forma muito diversa. Elogiava a beleza do jovem príncipe, que, na verdade, partilhava com Augusto essa qualidade; elogiava sua conduta, numa referência oblíqua aos empreendimentos financeiros da mãe de Cosimo, Maria Salviati, concluía com um lamento sobre os tempos ruins, e assim por diante. Quando Cosimo lhe deu uma pensão – de pelo menos 160 ducados por ano, o que significa que foi bastante liberal, se considerarmos sua parcimônia costumeira – ele sem dúvida estava de olho no caráter perigoso de Aretino como agente espanhol. Aretino podia ridicularizar e ofender Cosimo, e, ao mesmo tempo, ameaçar o agente florentino dizendo que ia obter do duque sua chamada imediata; e se o príncipe se sentisse descoberto por Carlos V, naturalmente não estaria ansioso de que os chistes e rimas de Aretino contra sua pessoa circulassem na corte imperial. Uma peça curiosamente qualificada de elogio foi aquela dirigida ao famoso Marquês de Marignano, que, como castelão de Musso, tentara fundar um Estado independente. Ao agradecer-lhe o presente de 100 coroas, Aretino escreve: "Todas as qualidades que um príncipe deve ter estão presentes em vossa pessoa; e todos os homens pensariam assim, não fossem os atos de violência, inevitáveis no início de qualquer empreendimento, que vos fazem parecer um tanto rude (*aspro*)."

Um fato singular sempre notado era o de que Aretino só lançava injúrias contra o mundo, nunca contra Deus. A crença religiosa de um homem que vivia como ele é assunto de perfeita indiferença, como também as obras edificantes que compôs por motivos só dele. Na verdade, é difícil dizer por que deveria blasfemar. Não era professor, pensador ou escritor teórico; e não poderia extorquir qualquer dinheiro de Deus, com ameaças ou elogios. Em conseqüência, jamais se viu forçado a blasfemar em represália. Um homem como ele não se dá ao trabalho de fazer alguma coisa em troca de nada[36].

É um bom sinal para o atual espírito italiano que um caráter desses e uma carreira desse tipo se tenham tornado mil vezes impossíveis. Mas a crítica histórica terá sempre em Aretino um objeto de estudo importante.

[36] Pode ter tido a esperança de obter o cardinalato ou então medo das novas atividades da Inquisição, que ele se aventurara a atacar acremente em 1535, e que, depois de reorganizada em 1542, recebera um novo alento de vida, e em breve silenciaria as vozes de todos os opositores.

PARTE III

O REFLORESCIMENTO DA ANTIGUIDADE

INTRODUÇÃO

Ao chegar a este ponto em nossa visão histórica da civilização italiana, é hora de falar da influência da Antiguidade, cujo 'renascimento' deu origem ao nome unilateralmente escolhido como capaz de sintetizar todo esse período. As condições até aqui descritas bastariam, além da Antiguidade, para amadurecer e reestruturar a mentalidade nacional; e a maior parte das tendências intelectuais que ainda estavam por ser observadas seriam concebíveis sem elas. Mas, tanto o que já vimos como o que ainda nos resta discutir de mil maneiras recebeu a influência do mundo antigo; e embora sem o reflorescimento clássico a essência dos fenômenos pudesse ter sido a mesma, é através deste reflorescimento que ela veio se manifestar para nós. O Renascimento não teria sido o processo de importância mundial que foi se seus elementos pudessem ser facilmente separados uns dos outros. Temos de insistir em uma das principais teses deste livro: não foi apenas o reflorescimento da Antiguidade, mas sua união com a índole do povo italiano que levou à conquista do mundo ocidental. Nesta união, o grau de independência do espírito nacional variou de acordo com as circunstâncias. Na literatura latina moderna do período é muito pequeno, mas é notável nas artes visuais, como em outras esferas; daí a aliança entre duas épocas distantes na civilização do mesmo povo: concluídas em termos iguais, mostraram ser justificáveis e fecundas. O restante da Europa estava livre para repelir ou aceitar, em parte ou no todo, o poderoso impulso originário da Itália. No segundo caso, podemos muito bem evitar as reclamações sobre a decadência precoce da fé e da civilização medievais. Tivessem sido fortes o bastante para manter terreno, estariam vivas até hoje. Se as pessoas de temperamento elegíaco que desejam vê-las retornar

pudessem passar uma hora nesse meio, ansiariam por voltar a respirar o ar moderno. É certo que num grande processo histórico deste tipo flores de beleza rara podem perecer, sem terem sido imortalizadas pela poesia ou pela tradição; assim mesmo, não podemos desejar desfazer o processo. O resultado geral é o seguinte: pelo lado da Igreja, que até então mantivera unidos os países do Ocidente (embora fosse incapaz de manter essa união por muito mais tempo) surgiu uma nova influência espiritual que, espraiando-se de seu leito na Itália, veio a tornar-se sopro de vida para todas as mentes mais instruídas da Europa. O pior que se pode dizer do movimento é que foi antipopular, e que através dele, pela primeira vez, a Europa viu-se distintamente dividida em classes – culta e inculta. Tal crítica parecerá infundada se refletirmos que, mesmo agora, embora claramente reconhecido, tal fato não pode ser alterado. A separação, também, não é na Itália absolutamente cruel e definitiva como em outros lugares. O mais artístico de seus poetas, Tasso, pode ser encontrado em mãos até mesmo dos mais pobres.

A civilização da Grécia e de Roma desde o século XIV obteve o controle da vida italiana, como fonte e base de cultura, como objetivo e ideal de existência e em parte também como reação declarada contra tendências anteriores. Esta civilização vinha há muito exercendo alguma influência na Europa medieval, mesmo além dos limites da Itália. Em face do barbarismo dos séculos VII e VIII, a cultura da qual Carlos Magno foi representante era essencialmente um Renascimento, e não podia adquirir qualquer outra forma. Exatamente como acontece na arquitetura romanesca do Norte, ao lado dos contornos gerais herdados da Antiguidade ocorrem também notáveis imitações diretas do antigo, e, assim, a erudição excessivamente monástica não só absorveu aos poucos uma enorme massa de materiais originados nos escritores romanos como também seu estilo mostra traços de imitação consciente, dos dias de Einhard em diante.

No entanto, o redespertar da Antiguidade teve na Itália forma diferente daquela assumida no Norte. A onda de barbarismo mal passara perante o povo, cuja vida anterior encontrava-se apenas meio apagada, e este já mostrava consciência do passado, e um desejo de reproduzi-lo. Por toda a parte na Europa os homens, deliberada e refletidamente, pediam emprestado este ou aquele elemento da civilização clássica; na Itália, as simpatias, tanto dos eruditos como do povo, estavam naturalmente empenhadas no partido da Antiguidade como um todo, erguendo-se para eles como um símbolo da grandeza passada. A língua latina era fácil para um italiano; os numerosos monumentos e os documentos abundantes estimulavam a volta ao passado. Com esta tendência, outros elementos – o caráter popular que o tempo agora modificara grandemente, as instituições políticas importadas da Alemanha pelos lombardos, o cavalheirismo e outras formas setentrionais de civilização e a influência da religião e da Igreja – combinaram-se para produzir o moderno espírito italiano, destinado a servir de modelo e ideal para todo o mundo ocidental.

As construções toscanas do século XII e as esculturas do século XIII mostram claramente como a Antiguidade influenciou as artes visuais tão logo diminuiu a enchente do barbarismo. Na poesia, também, não faltam analogias similares, mostrando que era italiano o maior poeta latino do século XII, o escritor que deu o tom a toda uma classe de poemas latinos: o autor das melhores peças dos assim chamados *carmina Burana*. O gozo franco da vida e de seus prazeres, invocando o patrocínio dos deuses do paganismo, com catões e cipiões no lugar dos santos e heróis da Cristandade, flui em quantidade através dos versos rimados. Ao lê-los durante algum tempo não podemos deixar de chegar à conclusão de que é um italiano, provavelmente um lombardo, quem fala; na verdade, há base positiva para pensarmos assim. Até certo ponto, estes poemas latinos dos *clerici vagantes* do século XII, com toda a sua notável frivolidade, são, sem sombra de dúvida, produto para o qual toda a Europa contribuiu com sua parte; mas o autor da canção *De Phyllide et Flora* e da *Æstuans Interius* tem tão pouca probabilidade de ser um meridional quanto o educado observador epicurista a quem devemos *Dum Dianæ vitrea sero lampas oritur.* Aqui, na realidade, encontramos uma reprodução de toda visão antiga de vida, ainda mais notável a partir da forma medieval do verso do qual se originou. Há muitas obras, desse século e dos seguintes, nas quais encontramos uma cuidadosa imitação dos antigos, tanto no hexâmetro e no pentâmetro da métrica como no caráter clássico, muitas vezes mitológico do assunto, que ainda assim nada tem de semelhante ao espírito da Antiguidade. Nas crônicas em hexâmetro de outros trabalhos de Guglielmo Apuliense e seus sucessores (cerca de 1100) encontramos traços freqüentes de um diligente estudo de Virgílio, Ovídio, Lucano, Estácio e Claudiano; contudo, esta forma clássica não passa de tema arqueológico, assim como clássico é o tema de compiladores como Vicente de Beauvais, ou no escritor mitológico e alegórico Alanus ab Insulis. A Renascença, porém, não é uma imitação fragmentada ou uma compilação, mas um renascimento; e os sinais disto são visíveis nos poemas do desconhecido *clericus* do século XII.

Mas o entusiasmo intenso e generalizado dos italianos pela Antiguidade clássica não se manifestou antes do século XIV. Para

isto era necessário um desenvolvimento da vida cívica, que só aconteceu na Itália, e ali, não antes dessa época. Era imperioso que nobres e burgueses primeiro aprendessem a conviver em termos de igualdade, e que surgisse uma sociedade que necessitasse da cultura e tivesse tempo livre e meios para ganhá-la. A cultura, porém, tão logo liberada dos grilhões fantásticos da Idade Média, não poderia adiar de imediato e sem ajuda o caminho para a compreensão do mundo físico e intelectual. Precisava de um guia, e foi encontrá-lo na civilização antiga, com sua abundância de verdade e conhecimento em todos os campos do interesse espiritual. Tanto a forma como a substância desta civilização foram adotadas com grata admiração; tornaram-se a parte mais importante da cultura da época. A condição geral do país favorecia tal transformação. Desde a queda dos Hohenstaufen o império medieval tinha renunciado a manter suas reivindicações na Itália, ou se revelara incapaz disso. Os papas haviam migrado para Avignon. A maior parte dos poderosos políticos existentes deviam sua origem a meios violentos e ilegítimos. O espírito do povo, despertado para o autoconhecimento, procurava um ideal novo e estável onde se apoiar. Desta maneira, a visão do império mundial da Itália e de Roma tomou posse da mente popular de tal forma que Cola di Rienzi pôde efetivamente tentar colocá-la em prática. Sua concepção desta tarefa, particularmente quando foi tribuno pela primeira vez, só poderia terminar em alguma comédia extravagante; não obstante, a memória da antiga Roma não era um apoio insuficiente para o sentimento nacional. Armados de novo com sua cultura, os italianos logo iriam sentir-se os verdadeiros cidadãos da nação mais adiantada do mundo.

Nossa tarefa agora é esboçar este movimento espiritual, não em toda a sua grandeza, mas em seus aspectos mais relevantes, e, especialmente, nos seus primórdios.[37]

---

[37] Para particularidades temos de enviar o leitor a Roscoe, *Lorenzo Magnifico*, e *Leo X*, e a Voigt, *Enea Silvio* (Berlim, 1856-63). Para uma idéia geral da extensão dos estudos no início do século XVI, nada melhor do que recorrer aos *Commentarii Urbani*, de Raphael Volaterrano (ed. Basle, 1544, fol. 16, etc.), que mostram como a Antiguidade constituiu introdução e principal assunto de estudos em todos os ramos do conhecimento, desde a geografia e história local às vidas dos grandes e famosos homens, à filosofia popular, à moral e ciências especiais, concluindo com a análise de todo Aristóteles. Para compreender seu significado como autoridade para a história da cultura, devemos compará-la com as primeiras enciclopédias. Uma resenha completa e circunstanciada do assunto é encontrada na admirável obra de G. Voigt, *Die Wiederbelebung des Klassischen Altertums oder Das erste Jahrhundert des Humanismus*, Berlim, 1859.

AS RUÍNAS DE ROMA

A própria Roma, a cidade das ruínas, tornava-se agora objeto de uma espécie de piedade totalmente diferente daquela do tempo em que as *Mirabilia Romæ* e as coleções de William de Malmesbury foram compostas. Nos relatos da época a imaginação dos peregrinos devotos, do caçador de tesouros ou de maravilhas é suplantada pelos interesses do patriota e do historiador. Nesse sentido, temos de compreender as palavras de Dante ao afirmar que as pedras das muralhas de Roma merecem reverência, e que o solo sobre o qual a cidade está construída é mais valioso do que dizem os homens. Os jubileus incessantes mal deixaram um único registro de devoção na literatura propriamente dita. O melhor que Giovanni Villani trouxe de volta do jubileu do ano de 1300 foi a resolução de escrever sua história, despertada pela visão das ruínas de Roma. Petrarca dá-nos evidências de um gosto dividido entre a Antiguidade clássica e a cristã. Fala-nos da freqüência com que ele e Giovanni Colonna ascendiam às formidáveis abóbadas das Termas de Diocleciano, e lá, no ar transparente, em meio a profundo silêncio, o amplo panorama estendendo-se ao seu redor até o horizonte, falavam, não de negócios ou de assuntos políticos, mas da história que as ruínas aos seus pés sugeriam. Nesses diálogos, Petrarca aparecia como partidário do espírito clássico, e Giovanni como adepto da Antiguidade cristã; discorriam assim sobre filosofia e os inventores das artes. Com que freqüência, desde essa época até os dias de Gibbon e Niebuhr, as mesmas ruínas despertaram as mentes dos homens para as mesmas reflexões!

Esta dupla corrente de sentimentos é reconhecível também no *Dittamondo*, de Fazio degli Uberti, composto por volta do ano de 1360 – uma descrição de viagens visionárias, nas quais o autor é acompanhado pelo velho geógrafo Solino, como Dante o foi por Virgílio. Visitam Bari, em memória de São Nicolau, o monte Gárgano, de São Miguel Arcanjo e, em Roma, aparecem citadas as lendas de Aracoeli e de Santa Maria no Trastevere. Assim mesmo, o esplendor pagão da antiga Roma exerce sobre eles, sem sombra de dúvida, um encanto maior. Uma venerável matrona em trajes rasgados – trata-se da própria Roma – fala do passado glorioso, fazendo-lhes uma descrição minuciosa dos seus antigos triunfos; depois guia os forasteiros pela cidade, mostra-lhes as sete colinas e muitas das ruínas principais – *che comprender potrai, quanto fui bella.*

Infelizmente esta Roma dos papas cismáticos e avinhonenses não era mais, em relação aos restos clássicos, o que fôra algumas gerações antes. A destruição de 140 casas fortificadas dos nobres romanos, pelo senador Brancaleone, em 1257, deve ter alterado totalmente o caráter dos prédios mais importantes então de pé; pois os nobres, sem dúvida alguma, haviam se escondido nas ruínas mais imponentes e mais conservadas[38]. Não obstante, havia muito mais do que agora encontramos, e provavelmente muitas ruínas ainda tinham suas incrustações de mármore, entradas com pilares e outros ornamentos, onde agora só vemos o esqueleto dos trabalhos com tijolos. Neste estado de coisas, iniciou-se o estudo topográfico da cidade antiga.

Nas caminhadas de Poggio por Roma, o estudo das ruínas pela primeira vez se combina mais intimamente com o dos autores e inscrições antigas – estas procuradas entre a vegetação que as recobria – e a imaginação do escritor é severamente limitada, as memórias da Roma cristã cuidadosamente excluídas. É pena que o trabalho de Poggio não seja maior, nem ilustrado com esboços. Na sua época havia muito mais do que o descoberto por Rafael, oitenta anos mais tarde. Ele viu a tumba de Cæcilia Metella e as colunas defronte a um dos templos nas encostas do Capitólio, primeiro plenamente preservadas e depois semidestruídas, por causa daquela qualidade infeliz que o mármore possui de ser facilmente queimado e transformado em cal. Uma vasta colunata perto de Minerva tombou aos poucos, vítima do mesmo destino. Uma testemunha do ano de 1443 conta-nos que essa fabricação da cal ainda continuava: "o que é uma lástima, já que os novos prédios são dignos de pena, e a beleza de Roma está nas suas ruínas". Para os estrangeiros os habitantes daquela época, com seus mantos e botas de camponeses, pareciam vaqueiros. Na verdade, o gado pastava na cidade, subindo pelos *banchi*. As únicas reuniões sociais eram as cerimônias nas Igrejas, ocasião em que era possível ver também belas mulheres.

Nos últimos anos de Eugênio IV (morto em 1447), Biondo de Forli escreveu sua *Roma instaurata*, utilizando-se de Frontino e dos velhos *Libri regionali*, e aparentemente também de Anastácio. Seu objetivo era não apenas descrever o que existia mas, principalmente, recuperar o que se havia perdido. De acordo com a dedicatória ao papa, ele se consola das ruínas generalizadas com a idéia das preciosas relíquias de santos, das quais Roma era tão rica.

Com Nicolau V (1447-1455) surgiu na sede papal esse novo espírito monumental, tão característico do período da Renascença. A paixão pelo embelezamento da cidade trouxe consigo, por um lado, novo perigo para as ruínas e, por outro, o respeito por elas, pois representavam uma das reivindicações de Roma à distinção. Pio II foi totalmente possuído pelo entusiasmo com relação ao antigo, e, se fala pouco das antiguidades de Roma, estudou intimamente todas aquelas de outras partes da Itália, e foi o primeiro a conhecer e a descrever com precisão as ruínas abundantes nos distritos alguns quilômetros ao redor da capital. É verdade que, como sacerdote e cosmógrafo, interessava-se igualmente pelos monumentos clássicos e cristãos e pelas maravilhas da natureza. Estaria ele violentando-se ao escrever que Nola era mais altamente honrada pela memória de São Paulino que por todas as reminiscências clássicas e a luta heróica de Marcelo? Na verdade, sua fé nas relíquias não era simulada; mas sua mente estava aberta, evidentemente, pelo interesse da pesquisa da natureza e da antiguidade, o zelo pelas obras monumentais, uma observação aguda e sensível da vida humana. Nos últimos anos de seu papado, afligido pela gota, mas ainda assim num alegre estado de espírito, foi transportado em sua liteira por montanhas e vales até Túsculo, Alba, Tíbure, Ostia, Falérios e Otriculo; via e tomava notas. Seguiu as estradas de aquedutos romanos, e tentou fixar os limites das antigas tribos que haviam residido ao redor da cidade. Numa excursão a Tivoli, com o grande Federigo de Urbino, o tempo foi passado alegremente em conversas sobre os sistemas militares dos antigos e, em particular, sobre a Guerra de Tróia. Mesmo em sua viagem ao Congresso de Mântua (1459) procurou, embora sem êxito, o labirinto de Clusium mencionado por Plínio e visitou a chamada *villa* de Virgílio, no Mincio. Que tal papa exigisse um estilo latino clássico de seus abreviadores é o que se poderia esperar. Foi ele também que, na guerra com Nápoles, anistiou os homens de Arpino, como conterrâneos de Cícero e de Mário, nomes que muitos usavam. Foi só a ele, como juiz e patrono, que Bionda pôde dedicar sua *Roma triumphans*, a primeira grande tentativa de expor integralmente as antiguidades romanas.

Nesse período, o entusiasmo pelo passado clássico da Itália não se confinava à capital. Boccaccio já chamara as enormes ruínas de Baiæ de "velhas paredes, mas novas para os espíritos modernos"; e, desde sua época, afirmava-se serem elas o que havia de mais

[38] Abrindo um parêntese, podemos citar testemunhos estrangeiros de que Roma, na Idade Média, era considerada uma pedreira. O famoso Abade Suger, que por volta de 1140 saiu à procura de pilares grandiosos para a reconstrução da catedral de São Denis, pensou primeiro em se apoderar dos monólitos de granito das Termas de Diocleciano, mas depois mudou de idéia. Carlos Magno, sem dúvida alguma, foi muito mais modesto nas suas exigências.

interessante para ver perto de Nápoles. Eram comuns as coleções de antiguidades de todas as espécies. Ciríaco de Ancona (morto em 1457) viajou não apenas pela Itália como por todos os outros países da velha *Orbis terrarum,* e trouxe de volta incontáveis desenhos e inscrições. Quando lhe perguntaram porque se dera a tanto trabalho, respondeu: "Para acordar os mortos." Desde tempos imemoriais as histórias das muitas cidades da Itália gabavam-se de conexões imaginárias ou verdadeiras com Roma, alegando povoamento ou colonização originários da capital; e os obsequiosos fabricantes de linhagens nobres atribuíam constantemente a várias famílias o sangue mais antigo e mais famoso de Roma. Essa distinção era tão valorizada que os homens agarravam-se a ela mesmo à luz do emergente criticismo do século XV. Quando Pio II estava em Viterbo, disse francamente aos enviados romanos que imploravam sua volta: "Roma é meu lar tanto quanto Siena, pois minha família, a dos Piccolomini, veio para Siena nos primeiros tempos, partindo da capital, conforme se pode provar pelo uso constante dos nomes Æneas e Sylvius." Provavelmente não teria feito objeções a ser considerado descendente dos Julii. Paulo II, um Barbo de Veneza, lisonjeava a própria vaidade ao deduzir que sua família, apesar da derivação contrária, segundo a qual se teria originado na Alemanha, vinha do romano Ahenobarbus, que fundara uma colônia em Parma e cujos sucessores teriam sido levados a migrar para Veneza, por conflitos de grupo. Não nos surpreende que os Massimi alegassem descender de Q. Fabius Maximus, e os Cornaro dos Cornelii. Por outro lado, é bastante excepcional o fato de que, no século XVI, o romancista Bandello tentasse misturar seu sangue com o de uma família nobre de ostrogodos.

Voltemos a Roma. Seus habitantes, "que então já se intitulavam romanos", aceitavam avidamente as honrarias que lhes eram prestadas pelo restante da Itália. Sob Paulo II, Sisto IV e Alexandre VI, magníficas procissões faziam parte do carnaval, representando a cena mais atraente para a imaginação da época – o triunfo do imperador romano. O sentimento do povo expressava-se naturalmente dessa forma e de outras semelhantes. Neste estado do sentimento público, surgiu a notícia, no dia 18 de abril de 1485, de que o cadáver de uma jovem dama romana do período clássico – magnificamente bela – fora descoberto perfeitamente conservado. Quando alguns pedreiros lombardos escavavam um túmulo antigo, numa propriedade do Convento de Santa Maria Nuova, na Via Appia, além da tumba de Cæcilia Metella, haviam supostamente encontrado um sarcófago em mármore com a inscrição: "Júlia, filha de Cláudio." Com base em tal

fato, elaborou-se a seguinte história: os lombardos desapareceram com as jóias e os tesouros encontrados no sarcófago, junto ao cadáver. O corpo fora recoberto por uma essência antisséptica e estava tão fresco e flexível como o de uma moça de 15 anos logo após a morte. Diziam que ainda mantinha as cores da vida, os olhos e a boca entreabertos. O corpo foi levado ao palácio dos *Conservatori,* no Capitólio, e iniciou-se uma romaria para vê-la. Na multidão, muitos vieram para pintá-la, "pois era mais bela do que se podia dizer ou escrever, e dito ou escrito, ninguém o creria se não a tivesse visto". Por ordem de Inocêncio VIII ela foi enterrada secretamente certa noite do lado de fora da Porta Pinciana, e o sarcófago vazio continuou na corte dos *Conservatori.* Provavelmente uma máscara colorida, de cera ou outro material, fora modelada sobre a face do cadáver, no estilo clássico, harmonizando-se admiravelmente com os cabelos dourados sobre os quais lemos. O ponto tocante na história não é o fato em si, mas a firme crença de que um corpo antigo, que se acreditava verdadeiramente recuperado diante dos olhos dos homens, devesse ser muito mais bonito que qualquer outro, moderno.

Enquanto isso, crescia o conhecimento da Roma antiga através das escavações. Sob Alexandre VI foram descobertos os chamados 'grotescos', ou seja, as decorações murais dos antigos, e o Apolo do Belvedere foi encontrado em Porto d'Anzio. Sob Júlio II seguiram-se as memoráveis descobertas do Laocoonte, da Vênus do Vaticano e do Torso de Cleópatra[39]. Os palácios dos nobres e dos cardeais começaram a se encher de fragmentos e estátuas antigas. Rafael empreendeu, para Leão X, a restauração ideal de toda a cidade antiga, de que nos fala uma famosa carta (de 1518 ou 1519, sua ou de Castiglione). Depois de amargas reclamações sobre as devastações que ainda não haviam cessado, e que tinham sido particularmente freqüentes nos tempos de Júlio II, ele implora ao papa que proteja as poucas relíquias restantes, capazes de testemunhar o poder e a grandeza daquela divina alma da Antiguidade, cuja memória inspirava todos os que eram capazes de grandes ações. E continua formulando penetrante julgamento para o estabelecimento das bases de uma história comparativa da arte, concluindo com a definição de uma pesquisa arquitetônica aceita desde sua época; requisita a planta do terreno, projeção vertical e corte, separadamente, para cada um dos prédios remanescentes. Não podemos relatar aqui como, depois desses dias, a arqueologia devotou-se ao estudo da cidade venerada e

[39] Já no período de Júlio II foram feitas escavações na esperança de encontrar estátuas (Vasari, em *Vita di Giovanni da Udine).*

cresceu para transformar-se numa ciência especial, e como a Academia Vitruviana se propôs a realizar grandes feitos. Vamos fazer uma pausa nos dias de Leão X, quando o gozo da Antiguidade combinou-se a todos os outros prazeres para dar à vida romana um cunho e consagração sem par. O Vaticano ressoava com canções e músicas, seu eco ouvido por toda a cidade, como convocando para a alegria e a felicidade, apesar de Leão não ter conseguido afastar assim as preocupações e a dor de sua própria vida – sua deliberação de prolongar os próprios dias através da alegria foi frustrada por uma morte prematura. Conforme descrita por Paolo Giovio, a Roma de Leão é um quadro esplêndido demais para dele nos afastarmos; inconfundível, assim também o são seus aspectos mais sombrios – a escravidão daqueles que lutavam para subir; a miséria secreta dos prelados, que, apesar das dívidas pesadas, eram forçados a viver num estilo que combinava com seu posto; o sistema de patrocínio literário, criando parasitas e aventureiros; por fim, a má administração escandalosa das finanças do Estado. Assim mesmo, o próprio Ariosto, que conhecia e ridicularizava tão bem tudo aquilo, dá-nos na sexta sátira um retrato anelante do seu esperado relacionamento com os prendados poetas que iriam conduzi-lo através da cidade das ruínas, dos conselhos doutos que ali encontraria para seus próprios esforços literários e dos tesouros da biblioteca do Vaticano. Isto, diz ele, e não a esperança de proteção dos Medici há muito abandonada, era o que realmente o atrairia, se fosse novamente convidado a ser Embaixador de Ferrara em Roma.

No entanto, as ruínas dentro e fora de Roma despertavam não apenas zelo arqueológico e entusiasmo patriótico, mas uma melancolia elegíaca ou sentimental, sentimentos de que encontramos traços em Petrarca e Boccaccio. Poggio Bracciolini visitava freqüentemente o templo de Vênus e Roma, na crença de que era o de Castor e Pólux, onde o senado costumava reunir-se com tanta freqüência; perdia-se na lembrança dos grandes oradores – Crasso, Hortênsio, Cícero. A linguagem de Pio II, especialmente ao descrever o Tivoli, tem um timbre inteiramente sentimental. Logo depois (1467) apareceram as primeiras gravuras das ruínas, com um comentário de Polifilo[40]. Ruínas de poderosos arcos e colunatas, semi-ocultas entre plátanos, loureiros, ciprestes e arbustos, figuram em suas páginas. Nas lendas sacras tornou-se costume, não sabemos por que, representar a cena do nascimento de Cristo nas ruínas de um palácio magnífico. O fato

[40] Franciscus Colonna, *Polifili Hypnerotomachia,* impressos por Aldo Manúcio em Veneza, em 1499.

de ruínas artificiais se terem tornado mais tarde necessárias no paisagismo de jardins é apenas uma conseqüência prática desse sentimento.

OS CLÁSSICOS

Mas os legados literários da Antiguidade, tanto grega quanto latina, foram mais importantes do que os arquitetônicos e, na verdade, do que todos os restos artísticos que ela nos deixou. Eram considerados, no sentido mais absoluto, a mola-mestra de todo conhecimento. As condições literárias daquela época de grandes descobertas já foram muitas vezes descritas; não podemos aqui senão indicar algumas feições menos conhecidas desse quadro.

Grande como foi a influência dos antigos escritores na mente italiana no século XIV, e mesmo antes, tal influência se deveu mais à ampla difusão daquilo que já há muito se conhecia do que às grandes descobertas. Os poetas, historiadores, oradores e missivistas latinos mais populares constituíam, juntamente com algumas traduções para o latim de obras únicas de Aristóteles, Plutarco e outros autores gregos, um tesouro do qual uns poucos indivíduos privilegiados do tempo de Boccaccio e Petrarca tiravam sua inspiração. Este, como é sabido, possuía e guardava com cuidado religioso um Homero grego, que era incapaz de ler. Uma tradução completa para o latim da *Ilíada* e da *Odisséia,* muito ruim, foi feita por sugestão de Petrarca, e, com a ajuda de Boccaccio, por um grego calabrês, Lorenzio Pilato. Com o século XV, porém, teve início a longa lista de novas descobertas, a criação sistemática de bibliotecas por intermédio de cópias e a rápida multiplicação de traduções do grego.

Não fosse pelo entusiasmo de alguns colecionadores daquela época, que em suas buscas não se esquivavam de qualquer esforço ou privação, certamente teríamos hoje só uma pequena parte da literatura agora em nossas mãos, especialmente a dos gregos. O Papa Nicolau V, quando era um simples monge, incorreu em dívidas importantes para comprar manuscritos e para mandar copiá-los. Mesmo naquela época ele não fazia segredo de sua paixão pelos dois grandes interesses da Renascença: livros e construções. Como papa, manteve seu objetivo. Copistas escreviam e espiões percorriam meio mundo à procura de obras. Perotto recebeu 500 ducados pela tradução latina de Políbio; Guarino, 1 000 florins de ouro pela de Estrabão, e teria recebido outros 500, não fosse a morte do papa. Filelfo deveria receber 10 000 florins de ouro por uma tradução metrificada de Homero, e só a morte do papa impediu sua ida de

Milão para Roma. Nicolau deixou uma coleção de cinco mil volumes (segundo outra maneira de calcular, nove mil) para uso dos membros da Cúria, que veio a tornar-se a base da biblioteca do Vaticano. Deveria ser preservada no próprio palácio, como seu ornamento mais nobre, à semelhança da biblioteca de Ptolomeu Filadelfo, em Alexandria. Quando a peste (1450) levou-o e à sua corte para Fabriano, de onde então, como agora, provinha o melhor papel, fez-se acompanhar dos seus tradutores e compiladores, para não correr o risco de perdê-los.

O florentino Niccolò Niccoli, membro daquele culto grupo de amigos que cercava Cosimo de' Medici, o Velho, gastou toda a sua fortuna na compra de livros. No fim, quando seu dinheiro já terminara por completo, os Medici lhe abriram a bolsa, para que retirasse qualquer importância necessária de modo a cumprir seu objetivo. A ele devemos os últimos livros de Ammianus Marcellinus, o *De Oratore,* de Cícero, e outras obras; foi ele que persuadiu Cosimo a comprar de um mosteiro de Lübeck o melhor manuscrito de Plínio. Com nobre confiança, emprestava seus livros àqueles que pediam, permitindo a todos os visitantes estudá-los em sua própria casa. Estava sempre pronto a conversar com os estudantes sobre aquilo que liam. Sua coleção de oitocentos volumes, avaliada em 6 000 florins de ouro, passou após sua morte, com a intervenção de Cosimo, ao Mosteiro de São Marcos, sob a condição de que ficasse acessível ao público.

Dentre os dois grandes descobridores de livros, Guarino e Poggio, este, por ocasião do Concílio de Constança, e agindo em parte como agente de Niccoli, procurou cuidadosamente nas abadias do sul da Alemanha. Descobriu seis discursos de Cícero, e o primeiro Quintiliano completo, aquele de São Galeno, agora em Zurique; e em 32 dias, segundo se diz, copiou-o todo, com bela caligrafia. Pôde fazer importantes acréscimos a Sílio Itálico, Manílio, Lucrécio, Valério Flaco, Ascônio Pediano, Columela, Celso, Aulo Gélio, Estácio e outros. Com a ajuda de Leonardo Aretino desenterrou as 12 últimas comédias de Plauto, bem como as *Verrinas*.

Bessarion, o famoso cardeal grego cujo patriotismo mesclava-se ao zelo pelas letras, colecionou com grande sacrifício seiscentos manuscritos de autores cristãos e pagãos. Depois procurou um lugar onde os pudesse guardar em segurança, até que seu infeliz país recuperasse a liberdade, se algum dia isso acontecesse, e pudesse então reclamar sua literatura perdida. O governo veneziano declarou-se pronto a erguer um prédio adequado, e até hoje a Biblioteca Marciana guarda parte de tais tesouros.

A formação da célebre Biblioteca Mediciana tem sua própria história, na qual não podemos entrar aqui. O colecionador principal de Lorenzo, o Magnífico, era Johannes Lascaris. Sabe-se que a coleção, depois do saque no ano 1494, teve de ser recuperada pouco a pouco pelo Cardeal Giovanni Medici, mais tarde Leão X.

A biblioteca de Urbino, agora no Vaticano, foi em sua totalidade obra do grande Federigo de Montefeltro (página 30). Quando menino, começara a colecionar; anos depois mantinha entre trinta e quarenta *scrittori* empregados em vários lugares, e gastou, no decorrer do tempo, mais de 30 000 ducados nessa coleção. Esta era sistematicamente aumentada e completada, principalmente com a ajuda de Vespasiano, cuja descrição da mesma apresenta o retrato ideal de uma biblioteca da Renascença. Em Urbino havia catálogos das bibliotecas do Vaticano, de São Marcos em Florença, da dos Visconti em Pavia, e até mesmo da biblioteca de Oxford. Fazia-se notar com orgulho que, em riqueza e plenitude, nenhuma podia rivalizar com Urbino. A teologia e a Idade Média estavam, talvez, mais amplamente representadas. Havia São Tomás de Aquino completo, Alberto Magno completo, Bonaventura completo. A coleção, porém, era multifacetada, e incluía todos os tratados sobre medicina que se podia então obter. Entre os 'modernos', os grandes autores do século XIV – Dante e Boccaccio, com suas obras completas – ocupavam a primeira posição. Seguiam-se 25 humanistas selecionados, invariavelmente representados por seus escritos em latim e em italiano, e todas as respectivas traduções. Entre os gregos, os manuscritos dos Pais da Igreja superavam muito em número o resto; assim mesmo, na lista dos clássicos, encontrávamos todos os trabalhos de Sófocles, Píndaro e Menandro. O último códice deve ter desaparecido cedo de Urbino, se não os filólogos logo o teriam editado.

Temos, ainda, um bom número de informações quanto ao modo pelo qual se multiplicavam os manuscritos e as bibliotecas. A compra de um manuscrito antigo, contendo um texto raro, ou o único completo, ou o único ainda existente de um autor venerável, era um acidente da sorte, do qual não precisamos nos ocupar. Entre os copistas profissionais, aqueles capazes de entender o grego atingiam o lugar mais proeminente, e eram eles, em especial, que recebiam o nome honrado de *scrittori.* Seu número era sempre limitado, e o pagamento que recebiam, muito grande. Os demais, intitulados simplesmente *copisti*, eram em parte simples auxiliares que ganhavam a vida com tal trabalho, e em parte professores e homens de saber empobrecidos, que desejavam um ganho adicional. Os copistas em

Roma, nos tempos de Nicolau V, eram em sua maioria alemães ou franceses – "bárbaros", como os chamavam os humanistas italianos, provavelmente homens em busca de favores na corte papal, os quais sobreviviam, enquanto esperavam, graças a tal atividade. Quando Cosimo de' Medici estava com pressa de formar uma biblioteca para sua obra favorita, a abadia perto de Fiesole, mandou procurar Vespasiano, e dele recebeu o conselho de desistir da idéia de comprar livros, pois aqueles que valiam a pena não podiam ser encontrados facilmente. Foi aconselhado a fazer uso de copistas. Cosimo barganhou quanto ao seu pagamento e Vespasiano, tendo 45 escritores sob seu comando, entregou duzentos volumes em 22 meses. O catálogo das obras a serem copiadas foi enviado a Cosimo por Nicolau V, que o escreveu de próprio punho. Evidentemente, a literatura eclesiástica e os livros necessários para os serviços corais ocupavam posição principal na lista.

A caligrafia era a bela italiana moderna, que já estava em uso no século precedente, e torna um prazer a vista de um desses livros. O Papa Nicolau V, Poggio, Gianozzo Manetti, Niccolò Niccoli e outros eruditos famosos escreviam eles próprios com bela caligrafia, e não toleravam ou desejavam outra. Os elementos decorativos, mesmo quando as iluminuras não faziam parte deles, eram de muito bom gosto, como se pode ver, em especial, nos manuscritos laurencianos, com leves e graciosas volutas iniciando e terminando as linhas. Quando o trabalho era encomendado por pessoas importantes ou ricas, o material usado para a escrita era sempre o pergaminho; a encadernação, tanto no Vaticano quanto em Urbino, era uniforme, em veludo escarlate com presilhas de prata. Onde havia tanto cuidado em demonstrar louvor ao conteúdo de um livro pela beleza de sua forma exterior, é de se entender que o repentino aparecimento de livros impressos fosse visto a princípio com desprezo. Federigo de Urbino "ter-se-ia envergonhado de possuir um livro impresso".

Apesar disso, os cansados copistas – não aqueles que viviam da profissão, mas os muitos forçados a copiar um livro para poder tê-lo – alegraram-se muito com a invenção alemã. E ela foi logo aplicada na Itália à multiplicação primeiro de autores latinos, e em seguida dos gregos; por um longo período, em nenhum outro lugar, a não ser na Itália, e dali, no entanto, se espalhou, mas não com a rapidez que poderíamos esperar pelo entusiasmo geral despertado por tais obras. Depois de algum tempo começou a se desenvolver a forma moderna de relacionamento entre autor e editor, e, sob Alexandre VI, quando não era mais tão fácil destruir um livro – como Filadelfo foi obrigado a prometer a Cosimo –, surgia a censura proibitiva.

O desenvolvimento da crítica textual, que acompanhou o estudo progressivo dos idiomas e da Antiguidade, pertence tão pouco aos objetivos deste livro quanto a história da erudição de modo geral. Ocupamo-nos aqui não com a erudição na Itália, mas com a reprodução da Antiguidade na literatura e na vida. Assim mesmo, cabe mais uma palavra sobre esses estudos.

Os estudos gregos estavam confinados principalmente a Florença, ao século XV e ao início do século XVI. O impulso que receberam de Petrarca e Boccaccio, embora o conhecimento que tinham do grego fosse superficial, foi muito poderoso, mas não marcou seus contemporâneos de imediato, exceto uns poucos; por outro lado, o estudo da literatura grega morreu por volta do ano de 1520, com o fim da comunidade de exilados gregos cultos. Foi um acaso singular da sorte que setentrionais, como Erasmo, os Estienne e Budé tivessem conseguido nesse intervalo dominar o idioma. Essa comunidade tivera início com Manuel Chrysoloras, um parente, João, e com George de Trebizonda. Depois se seguiram, por volta e depois da época da conquista de Constantinopla, Johannes Argyropulos, Theodore Gaza, Demetrios Chalcondylas, que criou seus filhos Theophilos e Basilios para serem excelentes helenistas, Andronikos Kallistos, Marcos Musuros e a família dos Lascaris, para não citar outros. Mas depois da submissão da Grécia aos turcos, essa sucessão de eruditos só foi mantida pelos filhos dos fugitivos, e talvez, aqui e ali, por um ou outro refugiado candiota ou cipriota. O fato de a deterioração dos estudos helenísticos ter-se iniciado por volta do período da morte de Leão X deveu-se parcialmente a uma mudança geral da atitude intelectual, fazendo-se sentir então uma certa saciedade de influências clássicas; sua coincidência, porém, com a morte dos fugitivos gregos, não foi totalmente uma questão de acaso. Se tomarmos o ano 1500 como padrão, o estudo do grego entre os italianos parece ter sido praticado com extraordinário zelo. Muitos daqueles que aprenderam a língua ainda podiam falá-la meio século mais tarde, na velhice, como os Papas Paulo III e Paulo IV. Esta forma de domínio pressupõe um relacionamento com pessoas de origem grega.

Além de Florença, Roma e Pádua quase sempre mantinham no seu orçamento professores de grego; Verona, Ferrara, Veneza, Perugia, Pavia e outras cidades tinham professores ocasionais. Os estudos helenísticos deviam muito às prensas de Aldo Manúcio, em Veneza, onde os autores mais importantes eram impressos pela primeira vez no original. Aldo dava tudo de si ao seu empreendimento; era um editor como o mundo raramente viu igual.

Em concomitância com este renascimento clássico, os estudos orientais também assumiam proporções consideráveis. Os controversos escritos contra os judeus, do grande estadista e erudito florentino Giannozzo Manetti (morto em 1459) proporcionam um exemplo precoce de completo domínio da língua e da ciência. Seu filho Agnolo foi desde a infância instruído em latim, grego e hebraico. O pai, a pedido de Nicolau V, traduziu toda a Bíblia de novo, enquanto os filólogos da época insistiam em desistir da *Vulgata*.

Antes de Reuchlin, muitos outros humanistas se devotaram ao estudo do hebraico, entre eles Pico della Mirandola, que não se satisfez com o conhecimento da gramática hebraica e das Escrituras, mas penetrou na Cabala e chegou até mesmo a conhecer a literatura talmúdica tanto quanto qualquer rabino.

Entre os idiomas orientais, o árabe era estudado tanto quanto o hebraico. Não mais se satisfazendo com as antigas traduções latinas dos grandes médicos árabes, a ciência da medicina recorria constantemente aos originais, cujo fácil acesso era permitido pelos consulados venezianos no Oriente, onde médicos italianos eram mantidos regularmente. Hieronimo Ramusio, um médico veneziano, traduziu do árabe uma grande parte de Avicena, e morreu em Damasco, em 1486. Andrea Mongaio, de Belluno, morou muito tempo em Damasco, com a finalidade de estudar Avicena; aprendeu árabe e emendou o texto do autor. Mais tarde o governo veneziano o nomeou professor desta matéria, em Pádua.

Temos de nos deter por um momento em Pico della Mirandola antes de passar às conseqüências gerais do humanismo. Era o único a defender alta e vigorosamente a verdade e a ciência de todas as eras, contra a adoração unilateral da Antiguidade clássica. Sabia valorizar não apenas Averróis e os estudiosos judeus como também os autores escolásticos da Idade Média, de acordo com o tema de seus escritos. Numa de suas obras, ele os faz dizer: "Viveremos para sempre, não nas escolas dos caçadores de palavras, mas no círculo dos sábios, onde se conversa não sobre a mãe de Andrômaco ou os filhos de Níobe, mas sobre as causas mais profundas das coisas divinas e humanas; aquele que procurar bem verá que mesmo os bárbaros tinham inteligência (*mercurium*), não na língua, mas no peito." Ele mesmo, escritor em latim vigoroso e nada deselegante, e mestre da clara exposição, desprezava o purismo dos pedantes e a atual valorização excessiva de formas tomadas por empréstimo, especialmente quando estas se unem, como muitas vezes acontece, à unilateralidade e involucram a indiferença pela verdade mais ampla das coisas em si. Olhando para Pico podemos adivinhar os altos vôos

que a filosofia italiana teria alcançado se a Contra-Reforma não tivesse aniquilado a vida espiritual superior do povo.

OS HUMANISTAS

Quem eram os que agiam como mediadores entre sua própria era e a venerável Antiguidade, e a tornavam o elemento principal de sua cultura?

Eram muitos, das espécies mais variadas, usando uma máscara hoje outra amanhã; mas sentiam claramente, e isto era bastante reconhecido por sua época, que formavam um elemento totalmente novo na sociedade. Os *clerici vagantes* do século XII podem talvez ser considerados seus antecessores – tinham a mesma existência instável, os mesmos pontos de vista livres e mais do que livres para com a vida, e sua poesia continha os germes de todos os acontecimentos originando-se das mesmas tendências pagãs. Agora, porém, como competidora de toda a cultura da Idade Média, essencialmente clerical e fomentada pela Igreja, aparecia uma nova civilização, fundamentando-se naquela que havia do outro lado da Idade Média. Seus representantes ativos tornaram-se influentes porque sabiam o que os antigos sabiam, tentavam escrever como os antigos escreviam, começaram a pensar e a sentir como os antigos pensavam e sentiam. A tradição à qual se devotavam passou a ser em tudo uma reprodução genuína.

Alguns autores modernos deploram o fato de que os germes de uma cultura essencialmente nacional e muito mais independente, como a surgida em Florença por volta do ano 1300, fosse mais tarde tão completamente dominados pelos humanistas. Segundo nos dizem, na época não havia em Florença quem não soubesse ler; até os condutores de burros recitavam os versos de Dante; os melhores manuscritos italianos que possuímos pertenceram originalmente a artesãos florentinos; tornou-se possível publicar uma enciclopédia popular, como o *Tesoro* de Brunetto Latini. Tudo isso se fundava na força e integridade de caráter devidos à participação universal em assuntos públicos, ao comércio e às viagens, e à sistemática reprovação da ociosidade. Os florentinos, urge dizer, eram na época respeitados e influentes em todo o mundo, e com razão foram chamados naquele ano pelo Papa Bonifácio VIII de "o quinto elemento". O rápido progresso do humanismo, depois do ano 1400, paralisou os impulsos nativos. Daí por diante os homens passaram a olhar apenas para a Antiguidade em busca da solução de todos os

problemas, e, em conseqüência, permitiram que a literatura se transformasse num mero enumerar de citações. Não só isto, mas a própria queda da liberdade civil é atribuída parcialmente a esse processo, pois os novos conhecimentos dependiam da obediência à autoridade, sacrificaram os direitos individuais ao direito romano, e portanto procuravam e encontraram o favor dos déspotas.

Essas acusações irão ocupar-nos agora e mais tarde, num estágio posterior de nossas indagações, quando tentaremos então reduzi-las a seu verdadeiro valor, e estimar as perdas e os ganhos do movimento. No momento, temos de nos restringir a mostrar como a civilização, até mesmo do vigoroso século XIV, preparou necessariamente o caminho para a vitória completa do humanismo, e como precisamente os maiores representantes do espírito nacional italiano abriram amplos portões para a devoção desmedida à Antiguidade no século XV.

Começaremos por Dante. Se uma sucessão de homens de igual gênio houvesse presidido a cultura italiana, fossem quais fossem os elementos que pudessem ter absorvido da Antiguidade, assim mesmo não poderiam ter deixado de reter características de marcado cunho nacional. No entanto, nem a Itália nem a Europa Ocidental produziram outro Dante; ele foi e permanece o homem que primeiro projetou a Antiguidade para a vanguarda da cultura nacional. Na *Divina comédia,* trata os mundos antigo e cristão não como se tivessem igual autoridade, mas como universos paralelos. Dante nos dá constantemente ilustrações cristã e pagã para o mesmo fato, exatamente como, num período anterior da Idade Média, procuravam-se tipos e antitipos na história do Velho e do Novo Testamentos. Deve-se lembrar que o ciclo cristão da história e da lenda era bem conhecido, enquanto que o antigo era relativamente desconhecido, mas cheio de promessas e interesses; deve ter ganho o primeiro lugar na competição pela simpatia popular quando não havia mais um Dante para manter o equilíbrio entre os dois.

Petrarca, que vive hoje na memória da maioria das pessoas primeiramente como um grande poeta italiano, devia a fama, entre seus contemporâneos, mais a ser uma espécie de representante vivo da Antiguidade, pois imitava todos os estilos da poesia latina, esforçando-se, em seus volumosos escritos históricos e filosóficos, por não suplantar as obras dos antigos, mas sim por torná-las conhecidas. E também escrevia cartas que, verdadeiros tratados sobre assuntos da Antiguidade, obtinham uma reputação talvez incompreensível para nós, porém bastante natural numa era sem manuais impressos.

O mesmo aconteceu com Boccaccio. Por dois séculos, quando muito pouco do *Decamerão* era conhecido ao Norte dos Alpes, ele já era famoso por toda a Europa, simplesmente devido às suas compilações latinas sobre mitologia, geografia e biografia. Uma destas, *De genealogia deorum,* contém nos livros décimo-quarto e décimo-quinto um apêndice notável, no qual ele discute a posição do então juvenil humanismo em relação à época. Não nos devemos deixar enganar por suas referências exclusivas à "poesia", uma vez que uma observação mais acurada demonstra que ele quer descrever toda a atividade mental dos poetas eruditos[41]. Os inimigos que combate com tanto vigor são os ignorantes frívolos, interessados só na devassidão; o teólogo sofista, para quem o Hélicon, as fontes castalianas e o bosque de Apolo não passavam de tolices; os advogados ambiciosos, para os quais a poesia era supérflua, pois com ela não se ganhava dinheiro, finalmente, os frades mendicantes, descritos de forma perifrásica, mas com suficiente clareza, que não poupavam acusações de paganismo e imoralidade. Segue-se depois a defesa e elogio da poesia e, em especial, da significação mais profunda e alegórica que devemos sempre atribuir a ela. Defesa também daquela obscuridade calculada destinada a repelir as mentes embotadas dos ignorantes.

Por fim, numa clara referência ao seu próprio trabalho erudito[42], o autor justifica a nova relação em que sua época se encontrava frente ao paganismo. A situação era totalmente diferente, argumenta, quando em seus primórdios a Igreja tinha de lutar para abrir caminho entre os pagãos. Agora – louvado seja Jesus Cristo! – a verdadeira religião estava reforçada, o paganismo destruído e a Igreja vitoriosa, de posse do campo hostil. Era possível portanto, abordar e estudar o paganismo quase (*fere*) sem perigo. Este o argumento que seria invariavelmente usado em períodos posteriores para defender a Renascença.

Desta forma, surgia uma nova causa no mundo, e uma nova classe de homens para apoiá-la. Inútil perguntar se esta causa deveria ou não ter-se detido no início de sua carreira vitoriosa, ter-se restringido deliberadamente, concedendo primazia a elementos da cultura puramente nacionais. Nenhuma convicção estava mais

41 'Poeta', até mesmo em Dante *(Vita nuova,* p. 47), significa apenas um escritor de versos latinos, enquanto que para os poetas italianos são usadas as expressões *rimatore, dicitore per rima.* É verdade, porém, que esses nomes e idéias vieram a se misturar no correr do tempo.

42 Boccaccio, numa carta que escreveu mais tarde a Jacobo Pizinga *(Opere volgari,* vol. XVI), confina-se mais estritamente à poesia. De qualquer modo, porém, ignora os trovadores e só reconhece como poesia aquela que trata da Antiguidade.

firmemente enraizada na mente popular do que a idéia de que a Antiguidade era o mais alto título de glória possuído pela Itália.

Havia uma cerimônia simbólica, peculiar às primeiras gerações de poetas-doutos, que perdurou até os séculos XV e XVI, embora perdendo o sentimento superior que a inspirou – a coroação dos poetas com coroa de louros. A origem deste costume na Idade Média é obscura, e o ritual da cerimônia jamais se tornou fixo. Era uma demonstração pública, uma manifestação externa e visível do entusiasmo literário e, naturalmente, sua forma variava. Dante, por exemplo, parece tê-la entendido no sentido de uma consagração semi-religiosa; quis receber seus louros no batistério de São Giovanni, onde, como milhares de outras crianças florentinas, fora batizado[43]. Segundo afirma seu biógrafo, ele a poderia ter recebido em qualquer outro lugar, em virtude de sua fama, mas escolheu sua cidade natal; assim, morreu sem ter sido coroado. Pela mesma fonte ficamos sabendo que tal prática até então era incomum, e afirmava-se que teria sido herdada dos gregos pelos romanos antigos. Nossa fonte mais recente são os Torneios Capitolinos, para músicos, poetas e outros artistas, fundados por Domiciano, em imitação aos gregos e celebrados a cada cinco anos, os quais poderiam ter sobrevivido algum tempo à queda do Império Romano; mas, como poucos ousariam coroar a si próprios, como Dante desejava fazer, surge a questão: A quem incumbia este ofício? Albertino Mussato foi coroado em Pádua, em 1310, pelo bispo e reitor da universidade. A universidade de Paris, que tinha na época (1341) um reitor florentino, e as autoridades municipais de Roma competiram pela honra de coroar Petrarca. O Rei Roberto de Anjou, que se intitulara seu examinador, achava aconselhável realizar a cerimônia em Nápoles, mas Petrarca preferiu ser coroado no Capitólio pelo senador de Roma. Esta honraria era há muito objeto de elevada ambição, e assim o parecia a Jacobus Pizinga, um ilustre magistrado siciliano. Aconteceu então a viagem italiana de Carlos IV, que se divertia em lisonjear a vaidade dos ambiciosos, e também em impressionar a multidão ignorante com belas cerimônias. Partindo da ficção de que a coroação dos poetas era uma prerrogativa dos velhos imperadores romanos e, por conseguinte, era também sua, coroou (a 15 de maio de 1355) o estudioso florentino Zanobi della Strada, em Pisa, para

43 Boccaccio, na sua *Vita di Dante:* "Dante estava disposto a receber a coroa só em Florença, e sobre a fonte de São Giovanni. Apenas no lugar onde recebera seu primeiro nome, pelo batismo, poderia vir a receber um segundo nome, pela coroação." Vide também, *Paradiso,* XXV, 7-12.

grande desgosto de Boccaccio, que se recusou a reconhecer esta *laurea pisana* como legítima. Na realidade, parecia razoável perguntar com que direito esse estranho, meio eslavo por nascimento, vinha julgar os méritos dos poetas italianos. Daí por diante, porém, os imperadores coroavam poetas aonde quer que fossem em suas viagens; e, no século XV, os papas e outros príncipes assumiram o mesmo direito, até que, por fim, nenhuma consideração mais era dada ao lugar e às circunstâncias. Em Roma, sob Sisto IV, a academia de Pomponius Lætus atribuía a coroa de louros por sua própria autoridade. Os florentinos tinham o bom gosto de não coroar seus famosos humanistas senão após a morte. Carlo Aretino e Leonardo Aretino foram assim coroados; o elogio fúnebre do primeiro foi pronunciado por Matteo Palmieri, o do segundo por Giannozzo Manetti, perante os membros do conselho e de todo o povo, o orador de pé à cabeceira do esquife, onde o cadáver jazia vestido num manto de seda. Carlo Aretino foi também homenageado com um túmulo em Santa Croce, que está entre os mais belos dentre todos os da Renascença.

UNIVERSIDADES E ESCOLAS

A influência da Antiguidade na cultura, assunto do qual temos de falar agora, pressupõe que o novo conhecimento tenha tomado posse das universidades. Isso aconteceu, mas não com a extensão e os resultados que poderíamos esperar.

Poucas das universidades italianas[44] mostram-se em pleno vigor até os séculos XIII e XIV, quando o aumento da riqueza tornou possível um cuidado mais sistemático com a educação. A princípio, havia de modo geral três tipos de cadeiras – uma para o direito civil, outra para a lei canônica e a terceira para a medicina; no correr do tempo, cadeiras de retórica, filosofia e astronomia foram acrescentadas, a última quase sempre, mas não sempre, abrangendo a astrologia. Os salários variavam grandemente. Às vezes uma

44 Bolonha, como é amplamente sabido, era mais antiga que as outras universidades. Pisa floresceu no século XIV, caiu devido às guerras com Florença, e foi mais tarde restaurada por Lorenzo, o Magnífico, *ad solatium veteris amissæ libertatis,* segundo afirma Giovio. A Universidade de Florença, que já existia na data remota de 1321, com freqüência reservada para os nativos da cidade, tornou a ser fundada depois da peste negra, em 1348, quando foi dotada de uma renda de 2 500 florins de ouro; caiu novamente em decadência, e foi reaberta em 1357. A cátedra para a explicação de Dante, criada em 1373 a pedido de muitos cidadãos, foi mais tarde reunida numa só com a do ensino de filologia e retórica, como quando Filelfo a ocupou.

soma importante era paga adiantadamente. Com a ampliação da cultura, a competição tornou-se tão ativa que universidades diferentes disputavam entre si professores famosos, circunstância em que, segundo se diz, Bolonha chegou às vezes a empenhar na universidade metade da sua receita pública (20 000 ducados). Via de regra as nomeações eram feitas para um certo período, às vezes por apenas um semestre, de modo que os professores eram forçados a levar vida errante, como a dos atores. Entretanto, sabe-se de algumas nomeações vitalícias. Às vezes era extraída a promessa de não ensinar em outro lugar o que já fora ensinado num lugar. Havia também professores voluntários, não pagos.

Das cadeiras mencionadas, a de retórica era especialmente procurada pelo humanista; ainda assim, o fato de alguém aspirar às matérias de direito, medicina, filosofia ou astronomia dependia mais da sua familiaridade com os conhecimentos da Antiguidade. As condições internas das ciências da época eram tão variáveis quanto as condições externas do professor. Certos juristas e médicos recebiam de longe os melhores dentre todos os salários; os primeiros, principalmente, na condição de advogados consultores para os processos e reivindicações do Estado, que os empregava. Em Pádua, um advogado do século XV recebia um salário de 1 000 ducados, e houve uma proposta para a nomeação de um médico famoso com um pagamento anual de 2 000 ducados, além do direito a consultório particular, tendo o mesmo homem recebido anteriormente 700 florins de ouro em Pisa. Quando o jurista Bartolommeo Socini, professor em Pisa, aceitou uma nomeação veneziana em Pádua, e estava para iniciar a viagem, foi preso pelo governo florentino, e liberado mediante o pagamento de uma fiança no valor de 18 000 florins de ouro. O alto apreço em que estes ramos da ciência eram tidos torna fácil compreender por que famosos filólogos voltavam suas atenções para o direito e a medicina, enquanto, por outro lado, os especialistas eram compelidos cada vez mais a adquirir uma ampla cultura literária. Dentro em pouco teremos ocasião de falar do trabalho dos humanistas em outros setores da vida prática.

No entanto, a posição dos filólogos, mesmo onde o salário era grande e não excluía outras fontes de renda, era, em geral, incerta e temporária, de modo que o mesmo professor podia estar ligado a uma grande variedade de instituições. É evidente que se desejava mudar por amor à novidade, e algo de novo era esperado de cada recém-chegado, coisa natural numa época em que a ciência estava em formação, e, conseqüentemente, dependia em grau importante da influência pessoal do professor. E também nem sempre acontecia que

um professor de autores clássicos realmente pertencia à universidade da cidade onde ensinava. As comunicações eram tão fáceis, e a disponibilidade de acomodações adequadas, nos mosteiros e noutros locais, era tão abundante que muitas vezes nomeações particulares eram possíveis. Nas primeiras décadas do século XV, quando a Universidade de Florença estava no auge de seu brilho, quando os cortesãos de Eugênio IV e talvez mesmo os de Martinho V enchiam as salas de aula, quando Carlo Aretino e Filelfo competiam pela maior audiência, havia não só uma universidade quase completa entre os agostinianos do Espírito Santo, não só uma associação de estudiosos entre os camaldoleses dos anjos, mas indivíduos de distinção, preparados para fornecer sozinhos ou em comum ensino filosófico e filológico para eles próprios e para os outros. Em Roma, os estudos lingüísticos e antigos não tinham quase nenhuma conexão com a universidade (*Sapienza*), e dependiam quase que exclusivamente dos favores individuais de papas ou prelados, ou de nomeações feitas pela chancelaria papal. Só depois de Leão X (1513) ocorreu a grande reorganização da *Sapienza*, quando ela já contava com oitenta e oito professores, entre os quais estavam os homens mais capazes da Itália, lendo e interpretando os clássicos. No entanto, este novo brilho foi de duração efêmera. Já falamos resumidamente sobre as cadeiras de grego na Itália.

Para pintar um quadro acurado do método de instrução científica então existente, precisamos afastar nossos olhos o mais possível do sistema acadêmico atual. O relacionamento pessoal entre os professores e os educandos, as disputas públicas, o uso constante do latim e muitas vezes do grego, as mudanças freqüentes de professores e a escassez de livros davam aos estudos da época um aspecto difícil de representar sem grande esforço.

Havia escolas de latim em todas as cidades, até mesmo as de menor importância, servindo não apenas como cursos preparatórios da educação superior; ao lado da leitura, da escrita e da aritmética, o conhecimento do latim era uma necessidade; e depois do latim vinha a lógica. Deve-se notar particularmente que tais escolas não dependiam da Igreja, mas sim das municipalidades; e algumas delas eram simplesmente empresas particulares.

Este sistema escolar, dirigido por alguns humanistas famosos, não só atingiu uma perfeição notável na sua organização como também se tornou instrumento de educação superior, no sentido moderno da expressão. Relacionadas com a educação das crianças de duas casas principescas do norte da Itália surgiram instituições sem par na sua espécie.

Na corte de Giovan Francesco Gonzaga, em Mântua (1407-1444), apareceu o ilustre Vittorino da Feltre, um desses homens que devotam toda uma vida a um objetivo para o qual seus dons naturais constituem vocação especial.

Ele dirigiu a educação dos filhos e filhas da casa principesca, e um dos seus discípulos veio a se tornar mais tarde uma mulher de grande saber. Quando sua reputação estendeu-se por toda a Itália e mais além, e membros de famílias importantes começaram a chegar de muito longe, até mesmo da Alemanha, em busca de seus ensinamentos, Gonzaga não só demonstrou estar disposto a recebê-los mas parece ter tomado como uma honra para Mântua ser escolhida como a escola do mundo aristocrático. Pela primeira vez a ginástica e todos os nobres exercícios corporais eram cultivados, ao lado da instrução científica, como indispensáveis a uma educação liberal. Além desses alunos vinham outros, cuja instrução Vittorino parecia considerar seu mais alto objetivo na terra – os pobres bem dotados, que ele sustentava na sua própria casa e educava, *per l'amore di Dio,* ao lado dos jovens bem-nascidos, que ali aprendiam a conviver sob o mesmo teto com os talentosos sem título. Gonzaga pagava-lhe um salário anual de 300 florins de ouro, e contribuía para as despesas com os alunos mais pobres. Sabia que Vittorino jamais poupava um real para si e, sem qualquer dúvida, percebia que a educação dos pobres era a condição não declarada da sua dedicação. O estabelecimento era dirigido dentro de severos ditames religiosos, mais estritos, na realidade, do que os de muitos mosteiros.

Uma ênfase maior no saber puro era dada por Guarino de Verona (1370-1460), que no ano de 1429 foi chamado a Ferrara por Niccolò de Este para educar seu filho Lionello, e que, quando seu aluno já era quase um adulto, em 1436, começou a ensinar eloqüência e línguas antigas na universidade. Embora ainda atuasse como instrutor de Lionello, tinha muitos outros alunos de diversas partes do país, e mantinha na sua própria casa um grupo selecionado de estudiosos sem recursos, que sustentava total ou parcialmente. Até muito tarde da noite seu tempo era dedicado a tomar lições ou a conversas instrutivas. Sua casa era sede de estrita religião e moralidade. Para ele ou para Vittorino, pouco significava que a maioria dos humanistas da época não merecesse grandes elogios em matéria de moral ou religião. É inconcebível como, com toda a carga de trabalho diário que lhe competia, Guarino ainda encontrasse tempo para escrever volumosas obras originais e para fazer traduções do grego.

Não apenas nessas duas cortes, mas por toda a Itália, de modo geral, a educação das famílias nobres recaiu em parte nas mãos dos

humanistas, que galgaram assim mais um degrau no mundo aristocrático. A redação de tratados sobre a educação dos príncipes, antes da competência de teólogos, passou então à sua atribuição.

Desde os tempos de Pier Paolo Vergerio, os príncipes italianos eram bem cuidados neste aspecto, e o costume foi transplantado para a Alemanha por Æneas Sylvius, que dedicou longas exortações a dois jovens príncipes alemães da casa dos Habsburgos sobre o tema de sua educação posterior, no qual os dois são pressionados, como era de esperar, a cultivar e nutrir o humanismo. Talvez Æneas estivesse ciente de que, ao dirigir-se a esses jovens, estava falando sozinho; portanto, tomou providências para colocar seu tratado em circulação pública. Mas vamos examinar separadamente as relações entre humanistas e governantes.

PROPAGADORES DA ANTIGUIDADE

Primeiramente, precisamos falar daqueles cidadãos, na sua maioria florentinos, que faziam do seu interesse pela Antiguidade um dos objetivos máximos de suas vidas, e eram, eles próprios, sábios famosos, ou conhecidos *dilettanti,* que sustentavam os sábios. Tiveram significado peculiar durante o período de transição no início do século XV, uma vez que foi neles que o humanismo primeiro se manifestou praticamente como elemento indispensável na vida diária. Só mais tarde os papas e príncipes começaram a ocupar-se seriamente do humanismo.

Já nos referimos a Niccolò Niccoli e a Giannozzo Manetti mais de uma vez. Niccoli nos é descrito por Vespasiano como um homem incapaz de tolerar qualquer coisa ao seu redor que estivesse fora de harmonia com seu próprio espírito clássico. Sua figura atraente, vestindo uma longa túnica, sua fala gentil, a casa adornada com os objetos mais nobres da Antiguidade, causavam impressão singular. Era escrupulosamente limpo em todos os aspectos, principalmente à mesa, onde vasos antigos e copos de cristal eram dispostos sobre o mais branco dos linhos. A maneira como guiou um jovem florentino amante dos prazeres para os interesses intelectuais é atraente demais para ser omitida aqui, de' Pazzi, filho de um distinto comerciante, destinado ao mesmo ofício, bonito e muito dado aos prazeres do mundo, pensava em tudo, menos em literatura. Um dia, quando passava pelo Palazzo del Podestà, Niccolò chamou o jovem; apesar de nunca terem trocado uma palavra antes, o rapaz obedeceu ao chamado daquela pessoa tão respeitada. Niccolò perguntou-lhe quem

era seu pai. "Messer Andrea de' Pazzi" – respondeu. Quando lhe foi perguntado em que se ocupava, Piero replicou, como sói aos jovens: "Divirto-me" ("*attendo a darmi buon tempo*"). Niccolò disse: "Sendo filho de tal pai, e tão bonito, é uma pena que não saibas nada da língua latina, que te seria um grande ornamento. Sem a aprender, não servirás para nada e, tão logo a flor da juventude murche, serás um homem sem conseqüência" (*virtù*). Quando Piero ouviu aquelas palavras, percebeu logo que eram verdadeiras, e afirmou que com prazer se esforçaria por aprender, se tivesse um professor. Niccolò prometeu que iria cuidar do assunto. E encontrou um homem instruído, Pontano, a quem Piero tratava como alguém da família, e a quem pagava 100 florins de ouro por ano para ensinar-lhe o latim e o grego. Abandonando todos os prazeres para os quais vivera até então, o jovem estudava dia e noite, e veio a ser amigo de todos os homens de cultura e estadistas probos. Aprendeu de cor toda a *Eneida* e muitos discursos de Lívio, principalmente enquanto viajava entre Florença e sua casa de campo em Trebbio. A Antiguidade foi representada de outra forma, mais elevada, por Giannozzo Manetti (1393-1459). Precoce desde seus primeiros anos, era pouco mais que uma criança quando terminou seu aprendizado de comércio e tornou-se guarda-livros num banco. Logo porém a vida que levava lhe pareceu vazia e sem sentido, e começou a ansiar pela ciência, única maneira através da qual um homem poderia assegurar-se da imortalidade. Dedicou-se então aos livros como poucos leigos o tinham feito antes dele, e tornou-se um dos mais profundos sábios do seu tempo. Quando foi nomeado pelo governo como magistrado e coletor de impostos em Pescia e Pistoia, desempenhou seus deveres de acordo com os elementos ideais inspirados pela combinação de seus estudos humanísticos e os sentimentos religiosos. Teve sucesso na arrecadação dos impostos mais impopulares que o Estado florentino impunha, recusando-se a receber pagamento por seus serviços. Quando governador provincial, recusou todos os presentes, abominou todas as espécies de suborno, conteve os jogos de azar, manteve o país bem suprido de cereais, foi infatigável na solução amigável dos processos legais, fazendo maravilhas com sua bondade para acalmar as paixões inflamadas. Os pistoienses jamais foram capazes de descobrir a qual dos dois partidos políticos se inclinava. Como para simbolizar os direitos comuns e os interesses de todos, passava as horas de folga escrevendo a história da cidade, que foi preservada na prefeitura, encadernada em capa de púrpura, como uma relíquia sagrada. Quando se despediu, a cidade presenteou-o com uma flâmula ostentando as armas municipais e um esplêndido capacete de prata.

Para obter maiores informações sobre os cidadãos cultos de Florença nesse período, o leitor terá de recorrer em primeiro lugar a Vespasiano, que conheceu pessoalmente a todos. O estilo e a atmosfera com que escreve, o modo como se movimentava em sua sociedade são ainda mais importantes que os fatos que registra. Numa tradução, e ainda mais nas breves amostras às quais somos obrigados a nos limitar, este mérito principal do seu livro se perde. Sem ser um grande escritor, estava perfeitamente familiarizado com o assunto sobre o qual escrevia, e tinha um senso profundo do seu significado intelectual.

Se procurarmos analisar o encanto que os Medici do século XV, e em especial Cosimo, o Velho (morto em 1464), e Lorenzo, o Magnífico (morto em 1492), exerciam sobre Florença e todos os seus contemporâneos, descobriremos que ele se deve menos à sua capacidade política do que à sua posição como líderes da cultura na época. Um homem da posição de Cosimo – grande comerciante e líder de partido, que contava a seu lado com todos os pensadores, escritores e estudiosos, o primeiro dos florentinos por nascimento e o primeiro dos italianos pela cultura – já era, para todos os propósitos, um príncipe. A Cosimo pertence a glória especial do reconhecimento da filosofia platônica como a mais bela flor do pensamento do mundo antigo[45], o haver inspirado os amigos com essa crença e, desta forma, favorecido, dentro dos próprios círculos humanísticos, uma outra e ainda superior ressuscitação da Antiguidade. Conhecemos em pormenor o episódio, devido à convocação pelo sábio Johannes Argyropoulos, e ao entusiasmo pessoal do próprio Cosimo em seu últimos anos – tão grande que o célebre Marsilio Ficino pôde intitular-se, no que se refere ao platonismo, filho espiritual de Cosimo. Sob Piero Medici, Ficino já era o chefe de uma escola; o filho de Piero e o neto de Cosimo, o ilustre Lorenzo, vieram a ele dos peripatéticos. Entre seus colegas de estudos mais distintos estavam Bartolommeo Valori, Donato Acciaiuoli e Pirfilippo Pandolfini. O professor, entusiasmado, declara em diversas passagens de suas obras que Lorenzo havia sondado todas as profundezas da filosofia platônica, e expressara a convicção de que sem Platão seria difícil ser um bom cristão ou um bom cidadão. O famoso grupo de sábios que rodeava Lorenzo mantinha-se unido, e distinguia-se de todos os outros círculos do gênero pela sua paixão por uma filosofia

[45] Até então, tudo o que se conhecia sobre Platão era apenas fragmentos. Uma estranha discussão quanto ao antagonismo de Platão e Aristóteles se deu em Ferrara, em 1438, entre Ugo de Siena e os gregos que vieram ao Concílio.

superior e idealista. Somente num mundo assim um homem como Pico della Mirandola poderia sentir-se feliz. Talvez o melhor que se pode dizer é que, com toda esta adoração da Antiguidade, a poesia italiana encontrava ali um refúgio sagrado, e de todos os raios de luz que escapavam do círculo em torno de Lorenzo este era o mais poderoso. Como estadista, que cada um o julgue como quiser; um estrangeiro hesitaria em dizer o que no destino de Florença se deveu à culpa humana e às circunstâncias, mas nunca acusação mais injusta foi levantada do que quando se afirma que, no campo da cultura, Lorenzo era o protetor da mediocridade; que só por sua culpa Leonardo da Vinci e o matemático Fra Luca Pacioli viviam no estrangeiro; e que Toscanella, Vespucci e outros não receberam apoio. Na realidade ele não tinha uma mentalidade universal; mas, dentre todos os grandes homens que lutaram para promover os interesses espirituais, poucos certamente tiveram uma ação de tal forma multifacetada e nenhum provavelmente foi movido por tão profunda necessidade interior.

A época em que vivemos proclama explicitamente o valor da cultura e, em especial, da cultura da Antiguidade. Contudo, a devoção entusiástica à cultura, o reconhecimento de sua necessidade como a primeira e a mais importante de todas, não vamos encontrar em parte alguma em grau tão elevado como entre os florentinos do século XV e dos primórdios do século XVI. Sobre este ponto temos provas indiretas que obstam quaisquer dúvidas. Não teria sido comum que as famílias dessem às filhas a oportunidade de fazer parte desses estudos, se eles não fossem considerados a mais nobre das metas terrenas; o exílio jamais se teria transformado num retiro feliz, como aconteceu com Palla Strozzi; homens que incorriam em todos os excessos concebíveis não iriam guardar a força e o ânimo para escrever tratados críticos sobre a *História natural* de Plínio, como Filippo Strozzi. Nosso objetivo aqui não é elogiar ou culpar, mas sim entender o espírito da época, em toda a sua vigorosa individualidade.

Além de Florença, havia muitas cidades na Itália onde os indivíduos e os círculos sociais devotavam todas as suas energias ao humanismo e à proteção dos estudiosos que nelas viviam. A correspondência desse período está repleta de referências a relacionamentos pessoais desta espécie. Os sentimentos das classes instruídas firmavam-se quase que exclusivamente nesta direção.

É hora, porém, de falar do humanismo nas cortes italianas. Já foi mencionada a aliança natural entre o déspota e o sábio, cada um dependendo exclusivamente de seu talento pessoal; era de esperar que o segundo devesse declaradamente preferir as cortes principescas

às cidades livres, graças aos vultosos pagamentos que ali recebia. Numa época em que o grande Alfonso de Aragão parecia prestes a tornar-se Senhor de toda a Itália, Æneas Sylvius escreveu a outro cidadão de Siena: "Prefiro que a Itália atinja a paz sob seu governo do que sob o das cidades livres, pois a generosidade real recompensa cada espécie de excelência." Nos últimos tempos, muita importância já foi dada ao caráter pouco digno deste relacionamento e às lisonjas mercenárias a que deu origem, assim como anteriormente os elogios dos humanistas levaram ao julgamento excessivamente favorável dos seus mecenas. Considerando tudo isso, é algo digno de louvores para estes o fato de estarem prontos a se colocarem à frente da cultura de sua época e do seu país, por unilateral que fosse esta cultura. Sob o domínio de alguns papas, o destemor das conseqüências às quais estes novos conhecimentos poderiam levar nos conduz a pensar em algo verdadeiramente mas inconscientemente marcante. Nicolau V confiava no futuro da Igreja, pois milhares de homens de cultura a apoiavam. Pio II esteve longe de fazer pelo humanismo sacrifícios tão esplêndidos como os de Nicolau, e os poetas que freqüentavam sua corte eram poucos; no entanto, ele mesmo foi muito mais o chefe pessoal da república das letras que seu antecessor, e gozava de tal posição sem o menor dos receios. Paulo II foi o primeiro a temer e a desconfiar da cultura dos seus secretários, e seus três sucessores, Sisto, Inocêncio e Alexandre, aceitaram a dedicação e o louvor dos poetas, em toda a medida em que estes o desejavam – chegou até a haver uma *Borgíada,* provavelmente em versos hexâmetros –, mas estavam ocupados em outros lugares e na busca de outros alicerces para seu poder e não se preocupavam demais com seus poetas eruditos. Júlio II encontrou poetas para elogiá-lo – ele próprio era um assunto para a poesia – mas não parece ter-se preocupado muito com eles. Foi seguido por Leão X, "como Rômulo por Numa" – em outras palavras, depois do tumulto belicoso do pontificado anterior, esperava-se que este fosse totalmente dedicado às musas. A apreciação da elegante prosa latina e dos versos melodiosos era parte do programa de vida de Leão; como resultado do seu patrocínio seus poetas latinos nos legaram um quadro vivo do espírito alegre e brilhante dos dias leoninos, de que a biografia de Jovius está tomada, com incontáveis epigramas, elegias, odes e discursos. É provável que em toda a história européia não tenha havido outro príncipe que, em proporção aos poucos acontecimentos notáveis de sua vida, haja recebido homenagens tão extensas. Os poetas tinham acesso a ele principalmente por volta do meio-dia, quando os músicos paravam de tocar; mas um dos melhores entre eles nos conta como também o perse-

guiam quando caminhava pelo jardim, ou se retirava para a intimidade de seus aposentos; se não o conseguiam pegar lá, tentavam vencê-lo com uma ode ou elegia mendicante, como de costume repleta com toda a população do Olimpo. Pródigo com seu dinheiro, gostando de cercar-se de rostos alegres, Leão revelava em seus presentes uma generosidade que foi fabulosamente exagerada nos períodos difíceis que se seguiram. Já comentamos a reorganização da *Sapienza*; para não depreciar sua influência no humanismo, devemos nos precaver para não sermos enganados pelo trabalho recreativo no qual ele se imiscuía, e não nos podemos permitir ser enganados pela ironia aparente com que ele próprio às vezes tratava tais assuntos. Nossa decisão, em vez disso, deve permanecer nas incontáveis possibilidades espirituais implicadas na palavra "estímulo", e que, embora não possam ser medidas como um todo, ainda podem, num estudo mais íntimo, ser acompanhadas de fato em casos particulares. Fosse qual fosse a influência que os humanistas italianos sofreram na Europa a partir de 1520, ela depende de um modo ou de outro do impulso dado por Leão. Ele foi o papa que, ao outorgar permissão para imprimir o recém-encontrado Tácito, pôde dizer que teve nos grandes escritores uma regra de vida e um consolo no infortúnio; que ajudar os homens de letras e reunir livros excelentes fora sempre um de seus objetivos mais elevados; e que agora agradecia aos céus por poder beneficiar a raça humana proporcionando a publicação deste livro.

O saque de Roma no ano de 1527 dispersou os sábios e os artistas em todas as direções, e ampliou para além dos limites da Itália a fama do grande mecenas falecido.

Entre os príncipes seculares do século XV, nenhum demonstrou tanto entusiasmo pela Antiguidade quanto Alfonso, o Grande, de Aragão, Rei de Nápoles. Ao que parece seu zelo era inteiramente espontâneo; os monumentos e escritos do mundo antigo desde os tempos de sua chegada à Itália exerceram sobre ele impressão profunda e poderosa, que reformou sua vida. Com estranha presteza, cedeu ao irmão a teimosa Aragão e devotou-se totalmente a suas novas possessões. Teve a seu serviço, sucessivamente ou ao mesmo tempo, George de Trebizond, o jovem Chrysoloras, Lorenzo Valla, Bartolommeo Fazio e Antonio Panormita – os dois últimos como historiadores. Panormita instruía diariamente o rei e sua corte sobre Lívio, mesmo durante as expedições militares. Esses homens custavam-lhe anualmente 20 000 florins de ouro. Deu a Panormita 1 000 por seu trabalho; Fazio recebeu pela sua *Historia Alfonsi,* além da renda anual de 500 ducados, um presente de mais 1 500, quando a

obra foi terminada, com a explicação: "Não constituem um pagamento, pois seu trabalho não poderia ser pago mesmo com a mais linda de minhas cidades; com o passar do tempo, porém, espero satisfazê-lo." Quando tomou Giannozzo Manetti como secretário, sob as mais brilhantes condições, disse-lhe: "Dividirei com você meu último pedaço de pão." Quando Giannozzo apareceu pela primeira vez para lhe trazer congratulações do governo florentino pelo casamento do Príncipe Ferrante, a impressão que causou foi tão grande que o rei ficou imóvel no trono, "como uma estátua de bronze, e nem sequer afastou uma mosca que pousara em seu nariz no início do discurso". Seu esconderijo favorito parece ter sido a biblioteca do castelo em Nápoles, onde sentava-se numa janela que dava para a baía e ficava a ouvir debates elevados sobre a Trindade, pois era profundamente religioso, e mandava que lhe lessem a Bíblia, assim como Lívio e Sêneca, até que, depois de quatorze leituras, já a soubesse quase de cor. Quem poderá entender a sensação com que examinou em Pádua os supostos despojos de Lívio? Quando, mediante grandes negociações, obteve um osso do braço do esqueleto, enviado pelos venezianos e recebido com pompas solenes em Nápoles, sentimentos cristãos e pagãos devem ter-se mesclado em seu coração. Durante uma campanha nos Abruzzi, quando lhe mostraram a distante Sulmona, terra natal de Ovídio, ele saudou o lugar e deu graças a seu gênio tutelar. Ele se alegrava de fazer valer a profecia do grande poeta, quanto à sua fama futura. Certa vez, em sua famosa entrada na cidade conquistada de Nápoles (1443), ele próprio escolheu aparecer perante o mundo no estilo antigo. Não muito longe do mercado, foi aberta uma brecha de quarenta varas, e ele passou através dela dirigindo uma carruagem dourada, como um triunfador romano. A memória da cena é preservada por um arco triunfal de mármore no Castello Nuovo. Seus sucessores napolitanos herdaram tão pouco desta paixão pela Antiguidade quanto de suas outras boas qualidades.

Alfonso foi superado em muito em erudição por Federigo de Urbino, que tinha apenas uns poucos cortesãos ao seu redor, nada desperdiçava e, em suas apropriações da Antiguidade como em todas as coisas mais, mergulhava no trabalho atentamente. Para ele e para Nicolau V a maioria das traduções do grego, os melhores comentários e outras obras foram escritos. Gastava muito com os estudiosos de cujos serviços se utilizava, mas gastava com um bom propósito. Não há vestígios de uma corte de poetas em Urbino, onde o próprio duque era o mais douto. Na verdade, a Antiguidade clássica formava apenas uma parte da sua cultura. Dirigente bem-dotado, capitão e

cavalheiro, dominava a maior parte das ciências da época, tendo em vista as finalidades práticas da sua aplicação. Como teólogo, era capaz de comparar Escoto com São Tomás de Aquino, e conhecia as obras dos velhos patriarcas das Igrejas ocidentais e orientais, estas últimas em traduções latinas. Na filosofia parece ter deixado Platão inteiramente para Cosimo, seu contemporâneo, mas conhecia muito bem não só a *Ética* e a *Política* de Aristóteles como a *Física* e outras obras. O resto de sua leitura abrangia principalmente os antigos historiadores, cujos livros possuía; estes, e não os poetas, "estava sempre lendo e mandando que lhe fossem lidos".

Os Sforza eram também todos eles homens de maior ou menor erudição, e patronos da literatura; já nos referimos de passagem a eles. O Duque Francesco provavelmente considerava a cultura humanística parte imprescindível na educação dos filhos, ainda que apenas por interesse político. O fato de um príncipe ser capaz de se misturar em pé de igualdade aos homens mais instruídos de sua época era universalmente reconhecido como uma vantagem. Ludovico, o Mouro, ele próprio um excelente latinista, demonstrava interesse pelos assuntos intelectuais, indo muito além da Antiguidade clássica.

Até mesmo os pequenos governantes perseguiam distinção similar; seria uma injustiça pensar que só sustentavam estudiosos em suas cortes para propagar a própria fama. Um governante como Borso de Ferrara, com toda a sua vaidade, não parece ter procurado a imortalidade através dos poetas, embora estes estivessem prontos para agradá-lo com uma *Borseida*, e obras semelhantes. Não o permitia o sentimento agudo de orgulho da sua posição, como governante. Contudo, o relacionamento com homens cultos, o interesse pelos assuntos da Antiguidade e a paixão por corresponder-se em um latim elegante eram necessidades para os príncipes daquela época. Que amargas queixas as do Duque Alfonso, competente como era em problemas práticos, ao dizer que suas fraquezas da juventude o forçavam a procurar recreação apenas em atividades manuais! Ou teria sido isto só uma desculpa para manter os humanistas à distância? Uma natureza como a dele não era fácil de entender, mesmo para seus contemporâneos.

Até o mais insignificante dos déspotas da Romagna achava difícil passar sem um ou dois homens de letras a seu lado. O instrutor e o secretário eram muitas vezes a mesma pessoa, que agia como uma espécie de factótum da corte. Tendemos a considerar a pequena escala de tais cortes como razão para desprezo, esquecendo-nos de que os mais altos objetos espirituais não podem ser medidos com precisão.

A vida e os costumes na corte de Rimini devem ter sido um espetáculo singular sob o ousado *condottiere* pagão Sigismondo Malatesta. Ele contava com um número de homens de letras ao seu redor, alguns dos quais pagava com liberalidade, dando-lhes até mesmo propriedades, enquanto outros ganhavam pelo menos o suficiente para viver como oficiais do seu exército. Na sua cidadela – *arx Sismundea* –, costumavam promover discussões, muitas vezes de tipo bastante venenoso, na presença do *rex,* como o chamavam. Em seus poemas latinos, eles lhe cantavam elogios e celebravam seu amor com a bela Isotta, em cuja homenagem se fez, como um monumento, a famosa reconstrução de São Francesco, em Rimini – *Divæ Isottæ Sacrum.* Quando os próprios humanistas morriam, eram enterrados em sarcófagos que adornavam os nichos das paredes externas da igreja, com inscrições testemunhando que ali haviam sido depositados na época em que reinava Sigismundus, o filho de Pandulfus. Para nós, atualmente é difícil acreditar que um monstro como era esse príncipe considerasse uma necessidade a sabedoria e a amizade com pessoas educadas; até mesmo o papa que o excomungou, moveu-lhe guerra e queimou-o em efígie, Pio II, disse: "Sigismondo sabia história e tinha grandes conhecimentos de filosofia; ele parecia nascido para fazer tudo aquilo que empreendeu."

REPRODUÇÃO DA ANTIGUIDADE: EPISTOLOGRAFIA: ORADORES LATINOS

Em duas atividades, porém, os humanistas eram tão indispensáveis às repúblicas como aos príncipes e papas: a correspondência oficial do Estado e a redação de discursos para ocasiões públicas e solenes.

O secretário precisava ser não só um latinista competente mas também um humanista dotado do conhecimento e habilidade necessários ao posto. Os maiores homens na esfera das ciências, durante o século XV, devotaram, em sua maioria, uma considerável parte da vida ao serviço do Estado, nessa especialização. Nenhuma importância era dada à origem ou à família de um homem. Dentre os quatro grandes secretários florentinos que ocuparam o cargo entre 1427 e 1465, três pertenceram à cidade súdita de Arezzo, a saber: Leonardo (Bruni), Carlo (Marzuppini) e Benedeto Accolti; Poggio era da Terra Nova, também em território florentino. Por um longo período muitos dos mais altos cargos do Estado eram confiados, em princípio, a estrangeiros. Leonardo, Poggio e Giannozzo Manetti foram, numa

época ou noutra, secretários particulares de papas, e Carlo Aretino também o deveria ter sido. Biondo de Forli e até mesmo Lorenzo Valla ocuparam o mesmo cargo. A partir dos tempos de Nicolau V e Pio II, a chancelaria papal continuou a atrair cada vez mais os homens capazes, o que acontecia mesmo sob os últimos papas do século XV, apesar do pouco que se importavam com as letras. Na *História dos papas*, de Platina, a vida de Paulo II é uma encantadora peça de vingança, empreendida por um humanista contra o único papa que não sabia como comportar-se junto à sua chancelaria – aquele círculo "de poetas e oradores que emprestava à corte papal tanto lustre quanto dela recebia". É delicioso ver a indignação desses senhores poderosos quando se levantava uma discussão sobre precedência. Por exemplo, quando os *Advocati consistoriales* reivindicavam posição igual ou superior à deles. O Apóstolo João, a quem foram revelados os *secreta coelestia;* o secretário de Porsena, a quem Múcio Escévola tomou pelo rei; Mecenas, que foi secretário particular de Augusto; os arcebispos, que na Alemanha eram chamados de chanceleres, são todos invocados, cada um por sua vez. "Os secretários apostólicos têm em suas mãos o negócio mais importante do mundo. Pois quem, se não eles, toma decisões sobre os problemas da fé católica, quem mais combate a heresia, restabelece a paz e age como mediador entre os grandes monarcas; quem, se não eles, prepara a contabilidade e a estatística da Cristandade? São eles que espantam os reis, os príncipes e as nações com aquilo que sai das mãos do papa. Eles escrevem ordens e instruções para os legados, e só recebem ordens do papa, a quem serve, dia e noite." Contudo, o pináculo da glória só foi atingido pelos dois famosos secretários e estilistas de Leão X: Pietro Bembo e Jacopo Sadoleto.

Nem todas as chancelarias produziam documentos de igual elegância. Era muito comum um estilo oficial grosseiro no latim mais impuro. Nos documentos milaneses preservados por Cório há um contraste notável entre este tipo de composição e as poucas cartas escritas pelos membros da casa principesca, que também devem ter sido escritas em momentos de importância crítica – modelos de pura latinidade. A manutenção de um estilo imaculado, sob todas e quaisquer circunstâncias, era uma regra da boa educação e um resultado do hábito.

As cartas de Cícero, Plínio e outros eram, nesta época, estudadas diligentemente como modelos. No início do século XV já havia surgido uma enorme massa de manuais e modelos de correspondência latina (rebentos das grandes obras lexicográficas e gramaticais), que nos deixa atônitos mesmo agora, quando as vemos nas bibliotecas. Mas, assim como a existência desses instrumentos tentava muitos a empreender uma tarefa para a qual não tinham vocação, os homens realmente capazes se sentiam estimulados à excelência até que, por fim, aparecem as cartas de Poliziano e, no início do século XVI, as de Pietro Bembo, obras-primas sem rivais, não apenas no estilo latino mas como exemplos da arte de escrever cartas.

Com elas apareceu, no século XVI, o estilo clássico de correspondência italiana, à frente do qual vamos encontrar novamente Bembo. Sua forma é totalmente moderna e deliberadamente isenta da influência latina, embora seu espírito esteja totalmente impregnado com as idéias da Antiguidade.

Contudo, numa época e entre pessoas para as quais 'ouvir' estava entre os maiores prazeres da vida, e onde a imaginação era estimulada por lembranças do Senado romano e seus grandes pregadores, o orador ocupava uma posição muito mais brilhante, em comparação à do missivista. A eloqüência abalara a influência da Igreja, na qual encontrara refúgio durante a Idade Média, e tornava-se agora um elemento indispensável, ornamento para todas as pessoas instruídas. Muitas das horas de convívio social agora preenchidas pela música eram, então, dedicadas à oratória latina ou italiana, com os resultados que os leitores podem imaginar.

A posição social do orador era motivo de perfeita indiferença; o que se desejava era, simplesmente, o talento humanístico mais cultivado. Na corte de Borso de Ferrara, o médico do duque, Girolamo da Castello, foi escolhido para fazer o discurso de congratulações nas visitas de Frederico III e de Pio II. Leigos casados subiam aos púlpitos das igrejas no decorrer de quaisquer festividades ou cerimônia fúnebre, e até mesmo nos dias santificados. Pareceu estranho aos membros não italianos do Concílio de Basiléia que o Arcebispo de Milão chamasse Æneas Sylvius, que na época ainda não havia tomado o hábito, para fazer um discurso público na festa de Santo Ambrósio; mas eles o aceitaram, apesar dos murmúrios dos teólogos, e ouviram o orador com a maior curiosidade.

Vamos olhar por um instante as ocasiões mais importantes e mais freqüentes para os pronunciamentos em público.

Não era sem motivo que os embaixadores recebiam o título de orador. O que quer que tivesse de negociar secretamente, o enviado não deixava de fazer uma aparição pública para proferir um discurso, dentro da maior pompa. Via de regra, não importando quão numerosa uma embaixada pudesse ser, uma só pessoa falava por todas; mas aconteceu a Pio II, um crítico perante o qual todos se alegravam de

discursar, ter de ouvir toda uma delegação, um membro após o outro. Os príncipes cultos, que tinham o dom da palavra, gostavam eles próprios de discursar em latim ou em italiano. Os filhos da casa de Sforza eram treinados neste exercício. Em 1455 o menino Galeazzo Maria fez um discurso fluente perante o Grande Concílio em Veneza, e sua irmã Ippolita saudou o Papa Pio II com um gracioso pronunciamento no Congresso de Mântua (1459). O próprio Pio passou toda a sua vida desenvolvendo sua oratória, a fim de abrir caminho para a elevação ao trono papal. Notável sábio e diplomata, provavelmente jamais teria chegado a papa sem a fama e o encanto de sua eloqüência. "Pois nada era mais elevado que a dignidade de sua oratória." Sem dúvida este era um motivo pelo qual as multidões o consideravam o homem mais adequado para o cargo, mesmo antes de sua eleição.

Habitualmente os príncipes também eram recebidos em funções públicas com discursos que às vezes duravam horas. Isto só acontecia, é claro, quando o príncipe era conhecido como amante da eloqüência[46], ou desejava passar por tal, e quando estava presente um orador competente, fosse professor universitário, oficial, eclesiástico, médico ou erudito da corte.

Quaisquer outras oportunidades oferecidas pela vida política eram aproveitadas com a mesma ansiedade; de acordo com a reputação do orador, a presença dos amantes da cultura era maior ou menor. Na substituição anual dos funcionários públicos, ou mesmo na consagração de novos bispos, era certo que um humanista se adiantasse e, às vezes, se dirigisse à platéia em hexâmetros ou versos sáficos. Muitas vezes um funcionário recém-nomeado era ele próprio forçado a fazer um discurso relevante para seu trabalho – como, por exemplo, sobre a Justiça. Sorte dele, se se saísse bem! Em Florença até mesmo os *condottieri,* não importando qual pudessem ser sua origem e educação, eram forçados a se acomodar aos sentimentos populares: ao receberem a insígnia do seu cargo eram forçados a ouvir longos discursos perante o povo reunido, pronunciados pelos secretários de Estado mais incultos. Ao que parece, perto da Loggia de' Lanzi – a varanda onde os governantes costumavam aparecer solenemente perante o povo – foi erguida uma plataforma (*rostra, ringhiera*) com esse propósito.

Os aniversários, especialmente aqueles da morte de príncipes,

[46] Carlos V, quando teve dificuldade em acompanhar os floreios de um orador latino, certa ocasião em Gênova, sussurrou ao ouvido de Paolo Giovio: "Ah, meu professor Adriano estava certo quando dizia que eu deveria ser castigado pela preguiça de aprender latim."

eram celebrados comumente por discursos *in memoriam.* Até mesmo as orações fúnebres, assim estritamente chamadas, eram em geral confiadas a humanistas, que as pronunciavam na igreja, vestidos em trajes seculares; e não só os príncipes, mas altos funcionários e outras pessoas de distinção mereciam tal honra. O mesmo acontecia com os discursos em noivados ou casamentos, com a diferença de que parecem ter sido feitos nos palácios, ao invés de nas igrejas, como o de Filelfo na festa de noivado de Anna Sforza com Alfonso de Este, no Castelo de Milão. É possível também que a cerimônia tenha ocorrido na capela do palácio. Famílias que não participavam do governo indubitavelmente empregavam tais oradores de casamento como um dos luxos da vida nas altas esferas. Em Ferrara, Guardino era requisitado em tais ocasiões para que enviasse um pupilo. Nos casamentos e funerais o clero desempenhava apenas as cerimônias puramente religiosas.

Os discursos acadêmicos, na nomeação de um novo professor e na abertura de um novo curso, eram feitos pelo próprio professor, e constituíam oportunidades para grande exibição de retórica. As aulas nas universidades também tinham geralmente um caráter retórico.

Em relação à eloqüência forense, a qualidade da platéia determinava a forma do discurso, que quando necessário era enriquecido com todas as espécies de sabedoria antiga e filosófica.

Uma categoria especial de discursos era a daqueles feitos em italiano no campo de batalha, antes ou após o combate. Federigo de Urbino era um clássico estimado neste gênero; costumava passar em revista suas tropas, formadas em ordem de combate, inspirando-as com orgulho e entusiasmo. Muitos dos discursos citados pelos historiadores militares do século XV, como, por exemplo, Porcellius (página 64), podem ser, pelo menos em parte, imaginários, ou talvez em parte a representação fiel de palavras realmente pronunciadas. Por sua vez, os discursos feitos à milícia florentina, organizada em 1506 principalmente devido à influência de Maquiavel, pronunciados primeiro durante as revistas às tropas, e depois em festividades especiais, cada ano, eram de espécie diferente: simples apelos genéricos ao patriotismo dos ouvintes; destinavam-se às tropas reunidas nas igrejas de cada setor da cidade, e eram recitados por um cidadão de armadura e espada à mão.

Finalmente, no século XV a oratória do púlpito começou a perder suas características. Muitos membros do clero haviam entrado para os círculos da cultura clássica, e ambicionavam adquirir ali sucesso. O pregador popular Bernardino de Siena, que mesmo em vida foi considerado santo, e era adorado pelo populacho, não

desdenhou de tomar aulas de retórica com o famoso Guarino, embora devesse pregar apenas em italiano. Na realidade, nunca se desejou tanto como naquela época que os pregadores, especialmente os pregadores quaresmais, oferecessem do púlpito uma boa dose de filosofia, e era grande o número de audiências que esperavam por isso e o exigiam. Mas aqui temos de falar especialmente dos famosos pregadores ocasionais em latim. Muitas oportunidades já lhes haviam sido retiradas, conforme observamos, pelos leigos instruídos: discursos em dias santos, casamentos e funerais, na consagração de bispos, e até mesmo os discursos de apresentação à primeira missa de um amigo do clero, bem como os pronunciamentos nas festividades de alguma ordem religiosa. Entretanto, em todos os eventos na corte papal no século XV, fosse qual fosse a ocasião, os pregadores eram em geral monges. Sob Sisto IV, Giacomo da Volterra enumera estes pregadores, criticando-os de acordo com as regras da arte. Fedra Inghirami, famoso como orador na época de Júlio II, recebera as ordens sagradas e era cônego em São João de Latrão; além dele, latinistas elegantes eram agora bastante comuns entre os prelados. Neste aspecto, como em outros, os privilégios exagerados dos humanistas profanos parecem diminuir no século XVI, aspecto que em breve iremos discutir mais longamente.

Qual era então o assunto e caráter geral de tais discursos? Não faltava aos italianos da Idade Média o dom nacional da eloqüência, e a chamada 'retórica' pertencia, desde o início, às sete artes liberais; contudo, no tocante ao renascimento dos métodos antigos, o mérito deve ser atribuído, de acordo com Filippo Villani, ao florentino Bruno Casini, que morreu de peste em 1348. Tendo como objetivo a finalidade prática de habilitar seus conterrâneos a falar em público com facilidade e efeito, ele tratou, seguindo o modelo dos antigos, da invenção, declamação, porte e gesticulação, cada qual no contexto próprio. Lemos também em outros lugares sobre o treinamento oratório dirigido unicamente às aplicações práticas. Nenhum dom era mais altamente estimado do que a habilidade de improvisar elegantemente em latim. O estudo cada vez mais difundido dos discursos e obras teóricas de Cícero, Quintiliano e os panegíricos imperiais, o aparecimento de tratados novos e originais, o progresso geral dos estudos sobre a Antiguidade, e o estoque de pensamento antigo que agora podia e devia ser consultado – tudo se combinava para dar forma à nova eloqüência.

Não obstante, essa forma diferia amplamente de acordo com o indivíduo. Muitos discursos respiravam o espírito da verdadeira eloqüência, em especial aqueles que se mantinham dentro do assunto

tratado; deste tipo é a massa do que nos restou de Pio II. Os efeitos miraculosos produzidos por Giannozzo Manetti indicam um orador sem par. Suas grandes audiências como embaixador perante Nicolau V e perante o doge e o Conselho de Veneza eram ocasiões difíceis de esquecer. Muitos oradores, ao contrário, aproveitavam-se das oportunidades para lisonjear a vaidade de ouvintes e para rechear seus discursos com tolices antigas. Só podemos entender como era possível suportar este castigo por duas ou mesmo três horas quando levamos em consideração o interesse intenso então sentido por tudo o que se relacionava com a Antiguidade, e a raridade e deficiências dos tratados sobre o assunto, numa época em que a impressão era muito pouco difundida. Tais orações tinham, no mínimo, o valor que reivindicamos (página 122) para muitas das cartas de Petrarca. Alguns oradores, porém, iam longe demais. A maior parte dos discursos de Filelfo era uma atroz colcha de retalhos de citações clássicas e bíblicas, alinhavadas com lugares-comuns. As pessoas insignes que ele desejava lisonjear eram agrupadas sob as virtudes cardeais, ou outras categorias, e, no caso de Filelfo e em muitos outros, é com o maior dos trabalhos que conseguimos extrair poucas notícias históricas de algum valor. Por exemplo, o discurso de um sábio e professor de Piacenza, na recepção do Duque Galeazzo Maria, em 1467, inicia-se com Júlio César, passa em seguida a misturar uma quantidade de citações clássicas com inúmeras outras de um trabalho alegórico da autoria do próprio discursante, e conclui com alguns conselhos ao governante, extremamente indiscretos. Por sorte, já era tarde da noite, e o orador teve de se contentar em entregar seu panegírico escrito ao príncipe. Filelfo começa um discurso numa festa de noivado com as palavras, "Aristóteles, o peripatético". Outros se iniciam com P. Cornélio Cipião, e semelhantes, como se nem eles e nem os ouvintes pudessem esperar um momento por uma citação. No final do século XV, o gosto público melhorou de repente, principalmente graças à influência florentina, e a prática de citações ficou restrita aos limites devidos. Já existiam muitas obras de referência, nas quais o primeiro que chegasse poderia encontrar tudo o que até então existia apenas para a admiração de príncipes e de sua gente.

Como a maioria dos discursos era escrita de antemão, nos gabinetes, os manuscritos serviam mais tarde para maior divulgação. Os grandes oradores extemporâneos, por outro lado, eram servidos por taquígrafos. Temos ainda de lembrar que nem todos os discursos que nos chegaram às mãos foram escritos com o propósito de serem efetivamente lidos. Por exemplo, o panegírico de Beroaldus, o mais velho, sobre Ludovico, o Mouro, lhe foi apresentado em manuscrito.

Na realidade, assim como eram escritas cartas, endereçadas a todas as pessoas e partes do mundo concebíveis, como exercícios, como formulários, ou para servir a alguma finalidade controvertida, assim também havia discursos para ocasiões imaginárias, a serem usados como modelos para a recepção de príncipes, bispos e outros dignitários.

Para a oratória, como para as outras artes, a morte de Leão X (1521) e o saque a Roma (1527) marcam o período da decadência. Foragido da desolação da cidade eterna, Giovio descreveu as causas do declínio, com uma certa parcialidade, porém de modo geral corretamente.

"As peças de Plauto e Terêncio, que haviam sido uma escola de estilo latino para os romanos instruídos, foram banidas para dar lugar a comédias italianas. Os oradores elegantes não encontram mais o reconhecimento e as recompensas que antes recebiam. Os advogados consistoriais só preparam a introdução para seus discursos, e dizem o restante – uma mixórdia confusa – sob a inspiração do momento. Os sermões e discursos ocasionais caíram no mesmo nível. Se se deseja uma oração fúnebre para um cardeal, ou outra grande personalidade, não se contratam mais os melhores oradores da cidade, aos quais ter-se-ia de pagar 100 peças de ouro, mas sim, em troca de uma bagatela, o primeiro pedante sem-vergonha, interessado em que se fale dele, bem ou mal. Os mortos, segundo se diz, não estariam em pior situação se um macaco subisse ao púlpito vestido com trajes negros e, começando com um murmúrio rouco e lamentoso, fosse passando pouco a pouco a dar uivos lancinantes. Até mesmo os sermões feitos nas grandes cerimônias papais não são mais proveitosos como costumavam ser. Monges de todas as ordens religiosas agora os têm nas mãos, e pregam como se estivessem se dirigindo à plebe. Há alguns anos, um sermão numa missa perante o papa poderia facilmente abrir caminho para um bispado."

O TRATADO E A HISTÓRIA EM LATIM

Da oratória e das epístolas dos humanistas passaremos a outras criações dos mesmos, as quais foram todas, em maior ou menor extensão, reproduções da Antiguidade.

Entre elas devemos colocar o tratado, que assumia muitas vezes a forma de um diálogo. Neste caso, era inspirado diretamente em Cícero. Para fazer alguma justiça a esta classe de literatura – para não a pormos de lado à primeira vista como maçante –, devemos levar em conta duas coisas. O século que escapou da influência da Idade

Média sentia a necessidade de algo que servisse de mediador entre ele e a Antiguidade, em muitas questões de moral e filosofia; necessidade que era preenchida pelo escritor de tratados e de diálogos. Nesses textos, muito do que nos parece simples lugar-comum era, para eles e seus contemporâneos, uma visão nova, alcançada com dificuldade, de coisas sobre as quais a humanidade silenciara desde a Antiguidade. Nesta forma de escrita, quer em italiano ou em latim, a linguagem fluía mais livre e flexivelmente do que na narrativa histórica, nas cartas ou na oratória, tornando-se em si mesma uma fonte de prazer. Diversas composições italianas deste tipo ainda mantêm seu lugar como padrões de estilo. Muitas dessas obras já foram ou serão mencionadas por causa do conteúdo; referimo-nos a elas aqui como uma classe. Desde os tempos das cartas e tratados de Petrarca, até quase o final do século XV, empilhar citações eruditas era o objetivo principal da maioria de tais escritores, como no caso dos oradores. Subseqüentemente, todo o estilo, especialmente em italiano, foi purificado, até que, nos *Asolani* de Bembo, e na *Vita sobria* de Luigi Cornaro, chegou-se à perfeição clássica. Aqui, também, foi causa decisiva o fato de que, no entretempo, conhecimentos antigos de todos os tipos começavam a ser depositados em obras enciclopédicas (agora impressas), deixando de pertencer ao domínio exclusivo do ensaísta.

Era inevitável também que o espírito humanístico devesse controlar a escrita da história. Uma comparação superficial das histórias desse período com as crônicas anteriores, especialmente com obras tão cheias de vida, cor e brilho como as de Villani, levar-nos-á a deplorar a mudança. Ao lado delas, parecem insípidos e convencionais os melhores humanistas e, em particular, seus sucessores imediatos e mais famosos dentre os historiadores de Florença – Leonardo Aretino e Poggio! A apreciação do leitor é perturbada constantemente pela noção de que, nas frases clássicas de Fazio, Sabellico, Foglietta, Senarega, Platina; nas crônicas de Mântua, Bembo; nos anais de Veneza; e até mesmo de Giovio, nas suas histórias, perdeu-se o melhor colorido local e individual, assim como a plena sinceridade no interesse da verdade dos fatos. Nossa desconfiança aumenta quando ficamos sabendo que Lívio, o padrão desta escola de escritores, foi copiado exatamente naquilo em que é menos digno de imitação – no fato de que "transformava uma tradição seca e nua em graça e riqueza". No mesmo lugar, encaramos com igual suspeita a declaração de que é função do historiador – como se ele fosse igual ao poeta – excitar, encantar ou subjugar o leitor. Finalmente, perguntamo-nos se esse desprezo pela coisas modernas,

muitas vezes declarado claramente por esses mesmos humanistas, não teria necessariamente exercido uma influência nefasta no seu tratamento delas. Inconscientemente o leitor vê com maior interesse e confiança os historiadores latinos e italianos despretensiosos, como aqueles de Bolonha e Ferrara, que permaneceram fiéis ao velho estilo; e se sente mais agradecido aos melhores cronistas genuínos, escrevendo em italiano – Marino Sanuto, Cório e Infessura – acompanhados no início do século XVI por aquele grupo novo e ilustrado de grandes historiadores nacionais, escrevendo na língua natal.

Sem dúvida alguma, a história contemporânea era mais bem escrita na linguagem do país do que quando moldada em latim. Saber se o italiano era também mais adequado à narrativa de acontecimentos passados ou à pesquisa histórica é uma questão que admite, naquele período, mais de uma resposta. O latim era então a *lingua franca* das pessoas instruídas, não só num sentido internacional – meio de comunicação entre ingleses, franceses e italianos – mas também num sentido interprovinciano. Os modos de escrita lombardo, veneziano e napolitano, embora de há muito se modelassem pelo toscano e guardassem apenas traços ligeiros de dialeto, ainda não eram reconhecidos pelos florentinos. Isto tinha menor conseqüência nas histórias contemporâneas locais, de leitura certa no local onde haviam sido escritas, do que nas narrativas do passado, para as quais se desejava um público maior. Nestas os interesses locais tinham de ser sacrificados aos interesses gerais do público culto. Até onde teria chegado a influência de um homem como Biondo de Forli se ele tivesse escrito no dialeto da Romagna grandes monumentos de erudição? Teriam, sem dúvida, afundado no esquecimento, pelo menos no que diz respeito ao desprezo dos florentinos; mas, escritos em latim, exerceram a mais profunda influência em todo o mundo da cultura européia. E até mesmo os florentinos do século XV escreviam em latim, não só porque suas mentes estavam imbuídas do humanismo, mas também para serem lidos mais amplamente.

Finalmente, existem certos ensaios latinos de história contemporânea que estão no mesmo nível das melhores obras italianas dessa espécie. Quando se abandona a narrativa contínua à maneira de Lívio – aquele leito de Procusto de tantos autores –, a mudança é maravilhosa. Até mesmo Platina e Giovio, cujas grandes histórias só lemos porque precisamos, aparecem repentinamente como mestres do estilo biográfico. Já falamos também de Tristano Caracciolo, das obras biográficas de Fazio e da topografia de Veneza de Sabellico. Mencionaremos em seguida outros livros.

Os tratados latinos sobre história tratavam, em sua maioria, da Antiguidade clássica. O que mais nos surpreende é encontrar entre esses humanistas algumas obras consideráveis sobre a história da Idade Média. A primeira é a crônica de Matteo Palmieri (449-1449), iniciando-se onde Próspero de Aquitânia pára. Ao abrirmos as *Décadas*, de Biondo de Forli, surpreendemo-nos ao encontrar uma história universal, *ab inclinatione Romanorum imperii*, como em Gibbon, cheia de estudos originais sobre os autores de cada século, e ocupada, por todas as trezentas páginas de fólio, com os primórdios da história medieval, até a morte de Frederico II. E isto quando nos países setentrionais só circulavam as crônicas sobre papas e imperadores,e o *Fasciculus temporum*. Não nos podemos deter aqui para mostrar que obras Biondo usou, e onde encontrou seus materiais, apesar de que esta justiça um dia lhe será feita pelos historiadores da literatura. Mas podemos dizer que foi o estudo da Antiguidade que tornou possível o estudo da Idade Média, pelo prévio treinamento da mente nos hábitos da crítica histórica imparcial. A isto se deve acrescentar que a Idade Média terminara para a Itália, e a mente italiana podia apreciá-la melhor, pois já estava fora dela. Não podemos dizer, porém, que ela foi logo corretamente julgada, e muito menos com piedade. Nas artes criou-se forte preconceito contra tudo o que aqueles séculos haviam criado, e os humanistas datam a nova era a partir da época de seu próprio aparecimento. "Eu começo" – diz Boccaccio – "a esperar e a acreditar que Deus tenha piedade do nome italiano, pois vejo que Sua infinita bondade coloca no peito dos italianos almas semelhantes àquelas dos antigos – capazes de procurar a fama por outros meios que não o roubo e a violência, mas percorrendo o caminho da poesia, que torna imortais os homens." Contudo, este temperamento estreito e injusto não exclui a investigação das mentes dos homens mais bem-dotados, numa época em que tais investigações estariam fora de questão em qualquer outro lugar da Europa. A crítica histórica da Idade Média só era possível porque o tratamento racional de todos os assuntos por parte dos humanistas treinara o espírito histórico. No século XV este espírito penetrara tanto na história, até mesmo das cidades individuais da Itália, que os contos de fada simplórios sobre as origens de Florença, Veneza e Milão desapareceram, embora na mesma época, e muito depois, as crônicas do Norte continuassem repletas desse lixo fantástico, destituído, em sua maior parte, de qualquer valor poético, e inventado só no século XIV.

Já nos referimos à conexão íntima entre a história local e o sentimento de glória com relação a Florença. Veneza não ficaria para

trás. Da mesma maneira que um grande triunfo retórico dos florentinos faria com que uma embaixada veneziana escrevesse para casa pedindo às pressas que lhes fosse enviado um orador, assim também os venezianos sentiam a necessidade de uma história capaz de suportar comparação com as de Leonardo Aretino e Poggio. E, para satisfazer tal sentimento, no século XV, apareceram as *Décadas* de Sabellico, e, no século XVI, a *Historia rerum Venetarum*, de Pietro Bembo, ambas escritas por encomenda expressa da república, a segunda sendo uma continuação da primeira.

Os grandes historiadores florentinos do início do século XVI eram homens de uma espécie totalmente diversa da dos latinistas Bembo e Giovio. Escreviam em italiano, não só por não poderem competir com a elegância ciceroniana dos filólogos como também porque, assemelhando-se a Maquiavel, precisavam registrar numa língua viva os resultados vivos de suas observações imediatas – e podemos acrescentar, no caso de Maquiavel, de suas observações do passado. E também porque no caso de Guicciardini, Varchi e muitos outros, o que mais desejavam era que seu ponto de vista com relação ao decurso dos acontecimentos tivesse um efeito prático tão amplo e profundo quanto possível. Até mesmo quando escreviam apenas para alguns amigos, como Francesco Vettori, sentiam necessidade íntima de dar testemunho dos homens e fatos, de explicar e justificar sua participação nos acontecimentos.

Assim mesmo, com tudo o que é característico em sua língua e estilo, eram afetados poderosamente pela Antiguidade: não podemos concebê-los sem essa influência. Não eram humanistas, mas tinham passado pela escola do humanismo e neles havia mais do espírito dos historiadores antigos do que na maioria dos imitadores de Lívio. Como os antigos, eram cidadãos que escreviam para cidadãos.

A ANTIGUIDADE COMO FONTE COMUM

Não podemos tentar observar a influência do humanismo nas ciências especiais. Cada uma tem sua própria história, na qual os estudiosos italianos deste período, principalmente através da redescoberta das realizações da Antiguidade[47], marcam uma nova época, com a qual começa com maior ou menor distinção o período moderno da ciência em questão. Em relação à filosofia, temos

[47] Na verdade, afirmava-se então que Homero, por si só, continha a totalidade das artes e das ciências – dizia-se que era uma enciclopédia.

também de enviar o leitor às obras históricas especiais sobre o assunto. A influência dos antigos filósofos sobre a cultura italiana ora nos parecerá imensa, ora de pequena monta; no primeiro caso, quando consideramos como as doutrinas de Aristóteles, principalmente as retiradas da *Ética* e da *Política* – ambas amplamente difundidas num período muito remoto –, tornaram-se propriedade comum dos italianos instruídos, e como todo o método do pensamento abstrato era governado pelo filósofo; no segundo caso, quando nos lembramos de quão pouca foi a influência dogmática dos antigos filósofos, e até mesmo dos entusiasmados platonistas florentinos, no espírito do povo em geral. O que parece ser uma influência tão grande geralmente não passa de uma conseqüência da nova cultura em geral, e do crescimento e desenvolvimento especiais da mente italiana. Quando chegarmos a falar de religião, teremos mais a dizer sobre o assunto. Mas, na grande maioria dos casos, temos de lidar não com a cultura geral do povo, mas com frases ditas por indivíduos dos círculos cultos; aqui, também, é preciso traçar a diferença entre a verdadeira assimilação das doutrinas antigas e o fingimento da moda. Com efeito, para muitos a Antiguidade era apenas uma moda, e isso mesmo entre pessoas de muita cultura.

Apesar de tudo, aquilo que a nossos olhos parece ter sido afetação não precisa necessariamente ter sido assim. O fato de se darem nomes gregos e latinos às crianças, por exemplo, é prática melhor e mais respeitável que a prática atual de os retirarmos de romances – especialmente os nomes femininos. Quando o entusiasmo pelo mundo antigo era maior do que o entusiasmo pelos santos, era simples e natural que as famílias nobres chamassem seus filhos de Agamênon, Tideus e Aquiles, e que um pintor tenha chamado seu filho de Apeles e a filha, de Minerva[48]. Nem parecerá pouco razoável que, em vez de um nome de família, dos quais muitas vezes as pessoas queriam libertar-se, se escolhesse um nome antigo e sonoro. Um nome local, compartilhado por todos os residentes no lugar, mas assim mesmo não transformado em nome de família, era abandonado de bom grado, especialmente quando suas associações religiosas o tornavam inconveniente. Filippo da San Gimignano chamava a si mesmo de Calímaco. Mal compreendido e insultado por sua família,

[48] Vasari, na vida de Sodoma, e naquela de Garofalo (Ed. Le Monnier, XI, p. 189, 257). Não é de surpreender que as mulheres devassas de Roma assumissem os nomes antigos mais sonoros – Júlia, Lucrécia, Cassandra, Pórcia, Virgínia, Pentesiléia, sob os quais aparecem em Aretino. Foi talvez nessa época que os judeus assumiram os nomes dos grandes inimigos semitas dos romanos – Aníbal, Amílcar, Asdrúbal, que ainda hoje são usados comumente em Roma.

tendo ganho uma fortuna como sábio em cidades estrangeiras, Julius Pomponius Lætus pôde dar-se ao luxo de chamar-se assim, mesmo sendo um Sanseverino. A simples tradução de um nome para o latim ou o grego, como era costume quase uniforme na Alemanha, pode ser desculpada numa geração que falava e escrevia o latim, e que precisava de nomes que pudessem ser declinados e usados com facilidade em prosa e em verso. O que julgamos ridículo e censurável é a mudança da metade de um nome, de batismo ou de família, para dar-lhe feição clássica e um novo sentido. Assim, Giovanni transformou-se em Jovianus ou Janus, Pietro em Petreius ou Pierius, Antonio em Aonius, Sannazaro em Syncerus, Luca Grasso em Lucius Crassus. Ariosto, que fala com desprezo de tudo isto, viveu para ver crianças batizadas com o nome de seus heróis e heroínas.

Também não devemos julgar com demasiada severidade a latinização de muitas práticas da vida social nos escritores do período, como os títulos de funcionários, de cerimônias e semelhantes. Enquanto as pessoas se satisfaziam com um estilo latino simples e fluente, como era o caso da maioria dos escritores desde Petrarca a Æneas Sylvius, esta prática não era tão freqüente e marcante; tornou-se inevitável quando um latim ciceroniano e imaculado passou a ser exigido. Nomes e coisas modernas não mais se harmonizavam com o estilo, a menos que fossem primeiramente mudados de maneira artificial. Os pedantes se compraziam em dirigir-se aos conselheiros municipais como *patres conscripti,* às freiras como *virgines vestales,* e de chamar cada santo de *divus,* ou *deus;* no entanto, homens de gosto mais apurado, tais como Paolo Giovio, só o faziam quando e porque não conseguiam evitá-lo. Mas, como Giovio o faz de maneira natural, sem colocar nisso a menor ênfase, não nos sentimos ofendidos se, na sua linguagem melodiosa, os cardeais aparecem como *senatores,* seu deão como o *princeps senatus,* a excomunhão como *dirae,* e o carnaval como *lupercalia.* Mas o exemplo deste autor é suficiente para acautelar-nos de fazer inferências sobre o modo de pensar de um escritor a partir dessas peculiaridades de estilo.

A história da composição latina não pode ser aqui traçada em detalhes. Por dois séculos inteiros os humanistas agiram como se o latim fosse, e devesse continuar sendo, a única língua digna de ser escrita. Poggio deplora o fato de Dante ter escrito seu grande poema em italiano; e como se sabe, Dante chegou a tentar escrever em latim, e compôs primeiramente o início do "Inferno" em hexâmetros. Todo o futuro da poesia italiana dependia de ele continuar ou não no mesmo estilo, mas até mesmo Petrarca confiava mais em sua poesia latina

que nos sonetos e *Canzoni,* e o próprio Ariosto foi exortado por alguns a escrever seu poema em latim. Nunca houve coerção mais forte na literatura; a poesia porém se livrou dela em sua maior parte, e pode-se dizer, sem correr riscos de otimismo exagerado, que foi muito bom para a poesia italiana ter tido as duas maneiras de expressar-se. Em ambas, algo de grande e de característico foi alcançado, e em cada uma podemos ver os motivos de escolha do latim ou do italiano. Talvez possamos dizer o mesmo da prosa. A posição e a influência da cultura italiana em todo o mundo dependia do fato de que certos assuntos fossem tratados em latim – *urbi et orbi* – enquanto que a prosa italiana era escrita melhor do que nunca por aqueles que precisavam enfrentar uma luta interna para não escrever em latim.

A partir do século XIV, Cícero passou a ser universalmente reconhecido como o mais puro modelo de prosa. Isto não se deveu unicamente a uma opinião desapaixonada em favor da sua escolha do idioma, da estrutura de suas frases e do seu estilo de composição, mas, em vez disso, ao fato de que o espírito italiano respondia inteira e instintivamente à afabilidade do missivista, ao brilho do orador e à exposição lúcida do pensador filosófico. Até mesmo Petrarca reconheceu claramente a fraqueza de Cícero como homem e como estadista, embora o respeitasse demais para se alegrar com isso. Depois da época de Petrarca, o estilo epistolar formou-se inteiramente nos padrões de Cícero, e o resto, com exceção do estilo narrativo, seguiu a mesma influência. Apesar disso, o verdadeiro ciceronismo, rejeitando todas as frases que não pudessem ser justificadas fora da grande autoridade, não apareceu até o final do século XV, quando as obras gramaticais de Lorenzo Valla começaram a influenciar toda a Itália, e quando as opiniões dos historiadores romanos de literatura haviam já sido peneiradas e comparadas. Então, cada tonalidade de diferença no estilo dos antigos foi estudada com atenção cada vez maior, até alcançar-se a consoladora conclusão de que só em Cícero se podia encontrar o modelo perfeito, ou, se todas as formas de literatura devessem ser abrangidas, "na era imortal de Cícero, quase celestial." Homens como Pietro Bembo e Pierio Valeriano voltavam agora todas as suas energias para este único objetivo. Até mesmo aqueles que há muito resistiam à tendência, e haviam formado para si próprios um estilo arcaico a partir de autores anteriores, finalmente cederam, e se uniram na adoração de Cícero. A conselho de Bembo, Longolius decidiu não ler nada senão Cícero por cinco anos, e finalmente prestou o juramento de não usar qualquer palavra que não ocorresse em tal autor. Foi esta têmpera que irrompeu por fim na grande guerra entre os eruditos, na qual Erasmo

e Scaliger, o Velho, lideraram o combate.

Apesar de tudo, os admiradores de Cícero não eram de maneira alguma tão parciais que o considerassem a única fonte do idioma. No século XV, Poliziano e Ermolao Barbaro fizeram um esforço consciente e deliberado para formar um estilo só deles, baseado, naturalmente, em seus conhecimentos 'transbordantes', e nosso informante, Paolo Giovio, tentou o mesmo. Procurou primeiramente, nem sempre com sucesso, mas muitas vezes com notável força e elegância, e grande esforço, reproduzir em latim um número de idéias modernas, e em particular, de estética. Suas características latinas dos grandes pintores e escultores da época contêm uma mistura das interpretações mais inteligentes e mais canhestras. Até mesmo Leão X, que colocava sua glória no fato de que *ut lingua latina nostro pontificatu dicatur facta auctior*, inclinava-se a uma latinidade liberal e não demasiadamente exclusiva que, na verdade, estava em harmonia com sua natureza amante dos prazeres. Ele se satisfazia quando o latim que tinha de ler e ouvir era gracioso, elegante e idiomático. Cícero não oferecia quaisquer modelos para a conversação em latim, de modo que outros deuses tinham de ser adorados além dele. A falta era suprida pela representação de comédias de Plauto e Terêncio, freqüentes tanto em Roma como fora dela, as quais, para os atores, eram um exercício incomparável de latim como língua da vida diária. Alguns anos mais tarde, no pontificado de Paulo II, o erudito Cardeal de Teano (provavelmente Niccolò Forteguerra, de Pistoia), tornou-se famoso por seus esforços críticos neste ramo de erudição. Ele se dispôs ao trabalho nas peças mais fracas de Plauto, que eram destituídas até de lista de personagens, e repassou por completo todos os restos desse autor, prestando atenção principalmente à linguagem. É possível que tenha sido ele quem deu o primeiro impulso para a representação pública de tais peças. Mais tarde Pomponius Lætus retomou o assunto, e atuou como produtor quando Plauto foi levado ao palco nas casas de grandes homens da igreja. O fato de tais representações irem se tornando cada vez menos comuns depois de 1520 é mencionado por Giovio, como nós já vimos, entre as causas do declínio da eloqüência.

Podemos mencionar, em conclusão, a analogia entre o ciceronianismo na literatura e a revivescência de Vitrúvio pelos arquitetos, no domínio das artes. Aqui também mantém-se de pé a lei prevalecente em todos os outros aspectos na história da Renascença, segundo a qual cada movimento artístico é precedido por um movimento correspondente na cultura geral da época. Neste caso, o intervalo não tem mais de vinte anos, se considerarmos o período desde o Cardeal

Adriano de Corneto (1505) até ós primeiros vitruvianos declarados.

A POESIA NEOLATINA

O principal orgulho dos humanistas, porém, é sua poesia latina moderna. Tratar dela está dentro dos limites de nossa tarefa, pelo menos até onde sirva para caracterizar o movimento humanista.

Já demonstramos quão favorável era a opinião pública a essa forma de poesia, e como ela quase suplantou todas as outras. Podemos ter a certeza de que as nações mais bem-dotadas e mais altamente desenvolvidas do mundo de então não renunciaram ao uso de um idioma como o italiano por mera tolice e sem uma razão. Deve ter havido um motivo poderoso para levá-los a fazer o que fizeram.

Este motivo era a devoção à Antiguidade. Como todas as devoções ardentes e genuínas, ela impelia os homens à imitação. Noutros tempos e entre outras nações, encontramos muitas tentativas isoladas da mesma espécie. Mas só na Itália estavam presentes as duas principais condições necessárias à continuação e ao desenvolvimento da poesia neolatina: um interesse geral pelo assunto entre as classes instruídas, e um redespertar parcial da antiga genialidade italiana entre os próprios poetas – o eco maravilhoso de uma melodia muito distante. O melhor do que se produz nessas condições não é imitação, mas sim produção livre. Se nos recusarmos a tolerar quaisquer formas de empréstimo na arte; se não atribuirmos qualquer valor à Antiguidade, ou então o atribuirmos a alguma virtude mágica e inabordável; se não perdoarmos o menor deslize em poetas que foram forçados, por exemplo, a adivinhar ou a descobrir um vasto número de quantidades silábicas, então o melhor que temos a fazer é esquecer essa espécie de literatura. Suas melhores obras não foram criadas para desafiar críticas, mas sim para dar prazer ao poeta e a milhares de seus contemporâneos.

O menor sucesso foi o das narrativas épicas retiradas da história ou lendas da Antiguidade. As condições essenciais para uma poesia épica viva foram negadas, não apenas aos romanos que agora serviam como modelos, mas até mesmo aos gregos depois de Homero. E não podiam ser encontradas entre os latinos do Renascimento. Assim mesmo, a *África*, de Petrarca, provavelmente teve leitores e ouvintes tão entusiasmados quanto quaisquer epopéias dos tempos modernos. O motivo e a origem do poema não são destituídos de interesse. O século XIV reconhecia, com um bem fundamentado sentido histórico, que a época da segunda Guerra Púnica fora o apogeu da

grandeza romana; e Petrarca não pôde resistir a escrever sobre ela. Se Silius Italicus já tivesse sido descoberto, Petrarca teria provavelmente escolhido outro tema; mas, do jeito que eram as coisas, a glorificação de Cipião Africano, o Velho, estava muito mais de acordo com o espírito do século XIV que outro poeta, Zanobi della Strada, que também se propôs a mesma tarefa e, apenas por respeito a Petrarca, retirou o poema, cuja redação já fizera grandes progressos. Se procurássemos qualquer justificativa para *África,* iríamos encontrá-la no fato de que, na época de Petrarca e mais tarde, Cipião era objeto do interesse público como se estivesse vivo, considerado ainda maior do que Alexandre, Pompeu e César. Quantos épicos modernos tratam de um assunto ao mesmo tempo tão popular, autêntico historicamente e marcante para a imaginação? Para nós, é verdade, o poema é impossível de ler. Para outros temas da mesma espécie, o leitor deve ser enviado às histórias da literatura.

Um veio mais rico e mais fecundo foi descoberto na expansão e complementação da mitologia greco-romana. Nisto também a poesia italiana começou cedo a se manifestar, a começar com a *Teseida,* de Boccaccio, que passa por sua melhor obra poética. Sob Martinho V, Maffeo Vegio escreveu em latim um décimo-terceiro livro para a *Eneida;* além dessas obras, deparamo-nos com tentativas muito menos dignas de consideração, especialmente no estilo de Claudiano – um *Meleagris,* uma *Hesperis,* e daí por diante. Ainda mais curiosos foram os mitos recém-inventados, que povoavam as mais belas regiões da Itália com uma raça primitiva de deuses, ninfas, gênios e até mesmo pastores, os estilos épicos e bucólicos passando aqui de uns para outros. Na écloga narrativa coloquial, depois da época de Petrarca, a vida pastoril era tratada de maneira puramente convencional, como um veículo para todos os sentimentos e fantasias possíveis; sobre este ponto, voltaremos a falar nas páginas seguintes[49]. No momento, temos apenas de lidar com estes novos mitos. Neles, mais claramente que em qualquer outra parte, vemos o duplo sentido que têm os velhos deuses para os homens da Renascença. Por um lado, substituem os termos abstratos na poesia, e tornam supérfluas as figuras alegóricas; pelo outro, servem como elementos livres e independentes nas artes, como formas de beleza, que podem ser mobilizadas em qualquer poema. O exemplo foi firmado ousadamente por Boccaccio, com seu mundo fantasioso de deuses e pastores, povoando as terras ao redor de Florença, no *Ninfale*

[49] As exceções brilhantes, onde a vida rural é tratada realisticamente, também serão mencionadas abaixo.

d'Ameto e *Ninfale Fiesolano.* Ambos os poemas foram escritos em italiano. Mas a obra-prima nesse estilo foi a *Sarca,* de Pietro Bembo, que nos conta como o deus-rio desse nome seduziu a ninfa Garda; a brilhante festa de casamento numa caverna do monte Baldo; as profecias de Manto, filha de Tirésias; o nascimento da criança Mincius; a fundação de Mântua e a futura glória de Virgílio, filho de Mincius e de Magia, ninfa de Andes. Este rococó humanístico é exposto por Bembo em versos de grande beleza, concluindo com um pronunciamento dirigido a Virgílio que qualquer poeta invejaria. Tais obras muitas vezes são desprezadas como mera declamação. Isso é uma questão de gosto, sobre a qual estamos livres para formar nossa própria opinião.

Mais ainda, encontramos longos poemas épicos em hexâmetros sobre temas bíblicos ou eclesiásticos. Os autores não estavam sempre necessariamente em busca de alguma vantagem ou de favores papais. Nos melhores e até mesmo em alguns menos dotados – como Battista Mantovano, autor de *Parthenice* – havia provavelmente um desejo honesto de servir à religião com seus versos latinos – desejo com o qual se harmonizava muito bem sua concepção meio pagã do catolicismo. Gyraldus examina uma lista de tais poetas, entre os quais aparecem em primeiro lugar Vida, com seu *Chriustiad,* e Sannazaro, com três livros, *De Partu Virginis.* Sannazaro (nascido em 1458 e falecido em 1530), impressiona pelo fluir poderoso e enérgico do seu verso, no qual elementos cristãos e pagãos se misturam sem escrúpulos; pelo vigor plástico de sua descrição e a perfeição da elaboração. Ele ousou introduzir a quarta Écloga de Virgílio na sua canção dos pastores à mangedoura, sem temer comparações. Ao tratar do mundo invisível, dá provas às vezes de uma ousadia digna de Dante – como quando o Rei Davi, no Limbo dos Patriarcas, levanta-se para cantar e fazer profecias, ou quando o Eterno, entronizado com um manto brilhante, com imagens de todos os elementos, se dirige às hostes celestiais. Em outras ocasiões não hesita em entretecer toda a mitologia clássica, sem estragar a harmonia do conjunto, já que as divindades pagãs servem apenas como figuras acessórias, e não desempenham qualquer papel importante. Para apreciar o gênio artístico dessa era, em todos os seus detalhes, não podemos recusar obras como essas. O mérito de Sannazaro parecerá maior quando considerarmos que a mistura de elementos pagãos e cristãos tende a nos perturbar muito mais na poesia do que nas artes visuais. Neste caso, ainda podem satisfazer aos olhos pela beleza da forma e da cor e, de modo geral, as artes plásticas são muito menos dependentes da significação do tema.

Com elas, a imaginação se interessa principalmente pela forma; na poesia, pelo tema. O honesto Battista Mantovano, em seu calendário das festividades, tentou ainda outro expediente: em vez de fazer os deuses e semideuses servirem aos propósitos da história sagrada, ele os coloca, como o faziam os Pais da Igreja, em ativa oposição à mesma. Quando o Arcanjo Gabriel saúda a Virgem em Nazaré, Mercúrio voa atrás dele, do Carmelo, e fica ouvindo à porta. Depois anuncia o resultado de sua bisbilhotice aos deuses reunidos e os estimula a tomar resoluções desesperadas. É verdade que, noutros lugares em sua obra, Tétis, Ceres, Éolo e outras divindades pagãs prestam homenagens à glória da Madona com toda a boa-vontade.

A fama de Sannazaro, o número de seus imitadores, as homenagens entusiasmadas que lhe foram prestadas pelos maiores homens, tudo mostra como ele foi querido, e era necessário à sua época. Na ante-sala da Reforma ele resolveu para a Igreja o problema de saber se era possível para um poeta ser ao mesmo tempo cristão e clássico, e tanto Leão como Clemente foram generosos em seus agradecimentos por suas obras.

A história contemporânea era tratada agora em hexâmetros ou dísticos, às vezes de forma narrativa, às vezes em estilo panegírico, porém, mais comumente, em homenagem a algum príncipe ou família principesca. Deparamos assim com uma *Sforziada,* uma *Borseida,* uma *Laureantiada,* uma *Borgiada,* uma *Trivulziada* e obras semelhantes. O objetivo a alcançar certamente não foi atingido, pois aqueles que se tornaram famosos, e agora são imortais, devem sua fama a tudo menos a esse tipo de poema, pelo qual o mundo sempre sentiu uma aversão impossível de erradicar, mesmo quando escritos por bons poetas. Um efeito totalmente diferente é produzido por cenas menores, mais simples e despretensiosas das vidas de homens famosos, como o belo poema sobre Leão X, "Caçada em Palo" ou a "Viagem de Júlio II", de Adriano de Corneto. Descrições brilhantes de caçadas são encontradas em Ercole Strozzi, no acima citado Adriano, e em outros; é uma pena que o leitor moderno deva se deixar irritar ou repelir pela adulação com o qual estão repletos. O tratamento magistral e o considerável valor histórico de muitos desses poemas, graciosos ao máximo, garantem-lhes uma existência mais longa do que terão provavelmente muitas obras populares de nossos dias.

Em geral tais poemas são bons na proporção do uso parcimonioso do sentimental e do genérico. Alguns dos poemas épicos menores, mesmo os de mestres reconhecidos, graças à introdução em má hora de elementos mitológicos, produzem, sem querer, uma

impressão incôngrua. É o que acontece, por exemplo, com o poema de Ercole Strozzi sobre Cesare Borgia, onde ouvimos os lamentos de Roma, que depositara todas as suas esperanças nos papas espanhóis, Calisto III e Alexandre VI, e que viu seu prometido libertador em Cesare. A história é contada até a catástrofe de 1503. O poeta pergunta então à musa qual seria o parecer dos deuses, e Erato conta-lhe como, no Olimpo, Palas toma o partido dos espanhóis; Vênus, dos italianos; e ambas abraçam os joelhos de Júpiter, que as beija, consola e explica que nada pode fazer contra o destino tecido pelas Parcas, mas que as promessas divinas serão cumpridas pelo filho das famílias Este e Borgia[50]. Depois de relatar a origem fabulosa das duas famílias, declara não poder conferir a imortalidade a Cesare, como tampouco o pudera fazer antes, apesar de todas as súplicas a Mênon ou Aquiles, e conclui com a consoladora declaração de que, antes de sua morte, Cesare destruirá muita gente na guerra. Marte então segue para Nápoles, a fim de fomentar a guerra e a confusão, enquanto Palas vai para Nepi, e lá aparece ao moribundo Cesare, sob a forma de Alexandre VI. Depois de dar-lhe o salutar conselho de submeter-se ao seu destino e satisfazer-se com a glória de seu nome, a deusa papal desaparece "como um pássaro".

A verdade, porém, é que nos privaríamos desnecessariamente de uma satisfação às vezes muito grande se puséssemos de lado tudo aquilo em que a mitologia clássica desempenha um papel – mais ou menos apropriado. Aqui, como na pintura ou escultura, a arte muitas vezes enobrece o que é em si puramente convencional. Os primórdios da paródia também serão encontrados pelos amantes desse gênero de literatura, por exemplo, na *Macarroneida* – com a qual a cômica Festa dos Deuses, de Giovanni Bellini, forma um paralelo.

Muitos desses poemas em hexâmetros não passam de exercícios, ou adaptações de histórias em prosa, que mais tarde serão preferidos pelos leitores. Finalmente, tudo – toda discussão e cada cerimônia – passou a ser dito em versos, mesmo pelos humanistas alemães da Reforma. Mas seria injusto atribuir tal fato a simples falta de ocupação ou a uma facilidade excessiva em versejar. Na Itália, isso se devia a um senso de estilo abundante, conforme fica depois provado pela massa de relatórios, histórias e até mesmo panfletos contemporâneos na *terza rima.* Exatamente como Niccolò da Uzzano publicou nesta métrica difícil seu esquema para uma nova constituição;

[50] Este foi Ercole II, de Ferrara, nascido a 4 de abril de 1508, provavelmente pouco tempo antes ou depois da composição do poema: *"Nascere, magne puer, matri expectate patrique".*

Maquiavel, seus pontos de vista sobre a história da sua própria época; um terceiro, a vida de Savonarola; um quarto, o cerco de Piombino por Alfonso, o Grande – a fim de produzirem um efeito mais forte –, assim também fizeram muitos outros, empregando os hexâmetros para ganhar seu público especial. O que se tolerava e exigia nesta forma é melhor demonstrado pela poesia didática, cuja popularidade no século XV é espantosa. Os mais famosos humanistas estavam prontos a celebrar em hexâmetros latinos os temas mais comuns, mais ridículos ou repugnantes, tais como a fabricação do ouro, o jogo do xadrez, a criação dos bichos-da-seda, a astrologia e as doenças venéreas (*morbus gallicus*), isso para não falar dos muitos e longos poemas da mesma espécie em italiano. Hoje este tipo de poema está condenado a não ser lido, e, na realidade, somos incapazes de dizer até onde eles de fato merecem ser lidos. Uma coisa é certa: períodos muito superiores ao nosso sentimento estético – a Renascença e o mundo greco-romano – não podiam dispensar esse tipo de poesia. Pode-se replicar que não é a falta de senso estético, mas uma maior seriedade e novos métodos de tratamento científico que tornam inapropriada a forma poética – ponto cujo mérito não vamos discutir.

Uma dessas obras didáticas vem sendo ocasionalmente publicada nos últimos tempos – o *Zodíaco da vida,* de Marcellus Palingenius (Pier Angelo Manzolli), um adepto secreto do protestantismo em Ferrara, escrito por volta de 1528. Com as especulações mais grandiosas quanto a Deus, a virtude e a imortalidade, o autor relaciona a discussão de muitos aspectos da vida prática e é, por isso, autoridade de algum peso na história da moral. Mas, sua obra deve ser considerada como ultrapassando os limites da Renascença, conforme o ilustra o fato de que, em harmonia com o propósito didático-sério do poema, a alegoria tende a suplantar a mitologia.

Entretanto, foi na poesia lírica, e particularmente na elegíaca, que o poeta erudito mais se aproximou da Antiguidade; e, em segundo lugar, nos epigramas.

No estilo mais leve, Catulo exerceu uma perfeita fascinação sobre os italianos. Muitos elegantes madrigais latinos, muitas pequena sátiras e maliciosas epístolas são simples adaptações a partir dele; e a morte de papagaios e cães fraldiqueiros é chorada, mesmo onde não há imitação verbal, no tom e no estilo preciso dos versos sobre o pardal de Lésbia. Há poemas curtos deste tipo, cujas datas nem mesmo um crítico seria capaz de fixar, à falta de evidências posteriores de que são obras dos séculos XV e XVI.

Por outro lado, é muito difícil encontrar uma ode sequer na métrica sáfica ou alcaica que não traia claramente sua origem

moderna. Principalmente pela verbosidade retórica, rara na Antiguidade antes dos tempos de Estácio, e pela singular falta de concentração lírica, indispensável a este estilo de poesia. Passagens isoladas numa ode, às vezes até duas ou três estrofes juntas, podem parecer um fragmento antigo, mas um extrato mais longo dificilmente manterá tal característica até o fim. E quando isso acontece, como, por exemplo, na bela ode a Vênus, de Andrea Navagero, é fácil detetar uma simples paráfrase de antigas obras-primas. Alguns dos escritores de odes tomam os santos como tema, e os invocam em versos modelados com bom gosto no padrão de odes análogas de Horácio ou Catulo. Isso é o que acontece com Navagero, na ode ao Arcanjo Gabriel, e, em particular, com Sannazaro (página 155), que vai ainda mais longe na sua apropriação do sentimento pagão. Celebra, acima de tudo, seu santo padroeiro, cuja capela era anexa à sua adorável vila nas praias de Posilippo, "lá onde as ondas do mar bebem o riacho que vem dás pedras, e crescem contra as paredes do pequeno santuário". Ele se compraz na festa anual de São Nazzaro, e os ramos e guirlandas com os quais a capela é enfeitada neste dia lhe parecem oferendas de sacrifício. Pesaroso no exílio distante, em St. Nazaire, às margens do Loire, junto ao banido Federigo de Aragão, leva coroas de folhas de buxo e de carvalho ao seu santo padroeiro, pensando nos anos passados, quando todos os jovens de Posilippo costumavam chegar para recebê-lo em barcos carregados de flores, e rezando para poder voltar à casa.

Talvez a semelhança mais enganosa com relação ao estilo clássico seja a ostentada por uma classe de poemas em elegíacos e hexâmetros, cujos temas variam em assunto desde a elegia, assim estritamente chamada, até o epigrama. Da mesma forma como os humanistas lidavam mais livremente com os textos dos poetas elegíacos romanos, assim também se sentiam mais à vontade para imitá-los. A elegia de Navagero dirigida à noite, como outros poemas da mesma espécie e período, está cheia de pontos que nos fazem lembrar seu modelo, apresentando o melhor dos ecos da Antiguidade. Na verdade, Navagero começa sempre por escolher um tema verdadeiramente poético, que depois trata não com servilismo, mas com liberdade magistral, no estilo da *Antologia,* de Ovídio ou Catulo, ou das éclogas de Virgílio. Ele usa pouco a mitologia – apenas, por exemplo, para introduzir uma cena campestre numa prece a Ceres e outras divindades rurais. Um poema dirigido a seu país, na volta de uma embaixada na Espanha, embora inacabado, poderia ter sido digno de um lugar ao lado da *Bella Italia, amate sponde,* de Vincenzo Monti, se continuasse mantendo a qualidade deste início:

Salve cura Deum, mundi felicior ora,
Formosae Veneris dulces salvete recessus;
Ut vos post tantos animi mentisque labores
Aspicio lustroque libens, ut munere vestro
Sollicitas toto depello e pectore curas!

A forma elegíaca ou hexamétrica era aquela na qual todos os sentimentos superiores encontravam expressão, tanto o mais nobre entusiasmo patriótico e as louvações mais elaboradas às famílias governantes como a terna melancolia de Tibullus. Francesco Maria Molza, que compete com Estácio e Marcial nos elogios a Clemente VII e aos Farnesi, dá-nos, em sua elegia aos "camaradas", escrita no leito de enfermo, pensamentos sobre a morte tão belos e genuinamente antigos como os que podem ser encontrados em qualquer um dos poetas da Antiguidade – e isso sem lhes pedir nada emprestado de mais importante. O espírito e o alcance da elegia romana foram mais bem compreendidos e reproduzidos por Sannazaro; nenhum outro escritor de sua época nos oferece uma escolha de poemas tão bons neste estilo. Teremos oportunidade, aqui e ali, de falar de algumas dessas elegias, com referência ao assunto de que tratam.

O epigrama latino tornou-se finalmente, naqueles dias, assunto de grande importância, já que umas poucas linhas inteligentes, gravadas em algum monumento ou citadas com bom humor na sociedade, poderiam lançar as bases da celebridade de um erudito. Desde cedo esta tendência se tornou evidente na Itália. Quando se soube que Guido da Polenta queria erguer um monumento no túmulo de Dante, epitáfios brotaram de todas as direções, "escritos por pessoas que desejavam exibir-se, homenagear o poeta morto ou ganhar as graças de Polenta". No túmulo do Arcebispo Giovanni Visconti (morto em 1354), na Catedral de Milão, lemos ao pé de 36 hexâmetros: "Mestre Gabrius de Zamoreis, de Parma, doutor em leis, escreveu estes versos." Com o correr do tempo, e em especial sob a influência de Marcial, e em parte a de Catulo, formou-se extensa literatura dessa espécie. O maior dos triunfos era ser um epigrama confundido com a cópia genuína de algum mármore antigo; ou ser tão bom que toda a Itália o aprendesse de cor, como aconteceu, por exemplo, com alguns dos de Bembo. Quando o governo veneziano pagou 600 ducados a Sannazaro por um elogio fúnebre em três dísticos, ninguém viu nisto um ato de prodigalidade. O epigrama foi valorizado pelo que significava para as classes educadas da época – a essência concentrada da fama. Por outro lado, nenhuma personalidade era tão poderosa que se pudesse considerar a salvo do alcance de

um epigrama satírico, e até mesmo os mais poderosos necessitavam da ajuda de eruditos e sábios cuidadosos para cada inscrição que colocavam diante do público, de modo que nenhum engano o qualificasse para um lugar nas coleções de epitáfios incongruentes. A epigrafia e os epigramas literários começaram a se relacionar; a primeira baseava-se no mais diligente estudo dos monumentos antigos.

Roma era, sem sombra de dúvidas, acima de todas as outras, a cidade dos epigramas e das inscrições. Neste Estado sem honras hereditárias, cada um precisava cuidar da própria imortalidade. Ao mesmo tempo, descobria-se no epigrama uma arma poderosa contra os competidores. Pio II enumera com satisfação os dísticos que Campanus, seu poeta principal, escreveu sobre qualquer fato de seu governo que podia ser transformado em narrativa poética. Sob o domínio dos papas seguintes, os epigramas satíricos entraram em moda, para alcançar o ápice da injúria desafiadora na oposição a Alexandre VI e à sua família. Sannazaro, é verdade, escreveu seus versos em relativa segurança, mas outros poetas, nas vizinhanças imediatas da corte, aventuraram-se aos ataques mais impiedosos. Numa ocasião, quando oito dísticos ameaçadores foram encontrados grudados à porta da biblioteca, Alexandre reforçou sua guarda com oitocentos homens; podemos bem imaginar o que teria feito ao poeta, caso o apanhasse. Sob o domínio de Leão X, os epigramas latinos eram o pão de cada dia. Para cumprimentar ou insultar o papa, para punir inimigos e vítimas, com ou sem nomes, com temas reais ou imaginários de engenhosidade, malícia, dor ou contemplação, nenhuma outra forma era considerada mais adequada. Nada menos que 120 pessoas escreveram versos latinos sobre o famoso grupo da Virgem com Sant'Ana e o Menino, que Andrea Sansovino esculpiu para o convento de Santo Agostinho – nem tanto por devoção quanto por consideração pelo patrocinador que encomendou o trabalho. Johann Goritz de Luxemburgo, referendário papal para petições, efetuou uma cerimônia religiosa na festa de Sant'Ana e ofereceu um grande jantar literário no seu jardim, nas encostas do Capitólio. Na época valia a pena passar em revista, num longo poema, *De poetis urbanis,* toda a multidão de cantores que buscavam a fortuna na corte de Leão. Foi o que fez Franciscus Arsillus – um homem que não precisava do patrocínio do papa ou do príncipe, e que ousou falar o que pensava, mesmo contra seus colegas. O epigrama sobreviveu ao pontificado de Paulo III apenas em alguns casos raros, mas a epigrafia continuou a florescer até o século XVII, quando finalmente pereceu sufocada pela pompa.

Em Veneza também esta forma de poesia teve uma história só sua, que podemos traçar com a ajuda de *Venezia*, de Francesco Sansovino. Uma tarefa habitual para os escritores de epigramas era representada pelos motes (*brievi*), sob os retratos dos doges nos grandes salões do palácio ducal – dois ou quatro hexâmetros, expondo os fatos mais dignos de nota no governo de cada um. Somando-se a isto, os túmulos dos doges do século XIV traziam curtas inscrições em prosa, que registravam meramente os fatos e, ao lado delas, hexâmetros empolados, ou versos leoninos. No século XV passou-se a tomar maior cuidado com o estilo; no século XVI, ele alcança o apogeu; logo depois aparecem a antítese inútil, a prosopopéia, o falso patético, o elogio das qualidades abstratas – numa palavra, a afetação, o bombástico. Muitos traços de sátira podem ser detetados, e a crítica velada aos vivos está implícita no elogio explícito aos mortos. Num período bem posterior encontramos alguns exemplos de deliberado retorno ao estilo simples, mais antigo.

As obras arquitetônicas e decorativas, em geral, eram construídas tendo em vista o recebimento de inscrições, muitas vezes em repetições freqüentes; enquanto que o gótico do Norte raramente, e com dificuldade, oferecia local adequado às mesmas; nos monumentos sepulcrais, por exemplo, só se deixavam livres as partes mais expostas – isto é, as margens.

Por tudo o que foi dito até agora, talvez tenhamos deixado de convencer o leitor do valor característico desta poesia latina dos italianos. Nossa tarefa principal era indicar sua posição e necessidade na história da civilização. No seu próprio tempo, apareceu uma caricatura da mesma – a assim chamada poesia macarrônica. A obra-prima desse estilo, a *Opus macaronicorum*, foi escrita por Merlinus Coccaius (Teofilo Folengo, de Mântua). Teremos ocasião de nos referirmos ao tema desse poema. Quanto à forma – versos hexâmetros e outros, fabricados com palavras latinas e italianas com terminações latinas –, seu efeito cômico reside principalmente no fato de que tais combinações soam como lapsos verbais, ou como as efusões de um apressado *improvisatore* latino. As imitações germânicas não dão a menor idéia deste efeito.

A DECADÊNCIA DOS HUMANISTAS NO SÉCULO XVI

Depois de uma sucessão brilhante de poetas doutos, desde o início do século XIV, ter enchido a Itália e o mundo com a adoração à Antiguidade, de haver determinado as formas da educação e da

cultura, assumindo muitas vezes a dianteira nos assuntos políticos; de ter reproduzido em larga escala a literatura antiga, de forma exaustiva no século XVI, antes de suas doutrinas e erudição terem perdido o controle sobre o gosto do público, a classe toda caiu em desgraça profunda e generalizada. Embora ainda servissem como modelos para os poetas, historiadores e oradores, ninguém pessoalmente aceitaria ser reconhecido como um dos seus membros. As duas principais acusações contra eles – a presunção mal-intencionada e a dissipação abominável – veio somar-se com escândalo uma terceira acusação, de irreligiosidade, levantada pelos crescentes poderes da Contra-Reforma.

Podemos perguntar por que tais críticas, falsas ou verdadeiras, não foram ouvidas mais cedo. Para falar a verdade, fizeram-se ouvir em período relativamente precoce, mas o efeito por elas produzido era insignificante, pelo simples motivo de que os homens dependiam demais dos eruditos para seu conhecimento da Antiguidade – porque os eruditos eram, pessoalmente, os possuidores e difusores da cultura antiga. No entanto, a difusão das edições impressas dos clássicos, de manuais e dicionários amplos e bem organizados foi mais longe para libertar as pessoas da necessidade de um relacionamento pessoal com os humanistas; tão logo estes puderam ser parcialmente dispensados, a mudança no sentimento popular tornou-se manifesta. Mudança com a qual os bons e os maus sofreram indiscriminadamente.

Os primeiros a fazer tais acusações foram certamente os próprios humanistas. Dentre todos os homens que algum dia já formaram uma classe, eles foram os que tiveram menos sensibilidade para os interesses comuns, e os que menos a respeitaram. Todos os meios eram considerados legais, se um deles vislumbrava a oportunidade de suplantar um outro. Da discussão literária passavam com espantosa subitaneidade à mais feroz e desembasada vituperação. Não satisfeitos em refutar, procuravam aniquilar o oponente. Em parte isto deve ser atribuído à sua posição e às circunstâncias; já vimos o quão ferozmente a época, de que eram os mais altos porta-vozes, era sacudida pela paixão da glória e da sátira. Na vida prática, precisavam lutar continuamente por um lugar ao sol. Sob tais injunções escreviam, falavam e descreviam uns aos outros. Só as obras de Poggio já contêm suficiente sujeira para criar preconceitos contra toda a classe – e estas *Opera Poggii* eram as mais freqüentemente editadas, tanto ao norte como ao sul dos Alpes. Temos de tomar o cuidado de não nos alegrarmos cedo demais quando encontramos entre esses homens uma figura que parece imaculada; com uma investigação mais profunda, há sempre o perigo de desencavar uma

acusação que, mesmo inacreditável, vem descolorir o panorama. A massa de poemas latinos indecentes em circulação, e coisas tais como a linguagem obscena tendo a própria família como tema, como em *Antonius,* o diálogo de Pontano, fez o que faltava para desacreditar a classe. O século XVI não só veio a conhecer todos esses feios sintomas como também foi se cansando dos humanistas. Estes tiveram de pagar tanto pelos erros que já haviam praticado como pelo excesso de honrarias que até então recebiam. A má sorte quis que o maior poeta da nação, Ariosto, escrevesse sobre eles em tom de calmo e soberano desprezo.

Dentre as críticas que se combinaram para excitar tamanho ódio, muitas tinham bons fundamentos. Assim mesmo, uma tendência clara e inquestionável à severidade em matéria de religião e moralidade estava viva em muitos dos filólogos, e o fato de toda a classe ser condenada é prova de pequeno conhecimento do período. Por outro lado, muitos eram culpados, entre eles os que falavam em voz mais alta.

Três fatos explicam e talvez diminuam essa culpa: o excesso transbordante de fervor e fortuna, quando a sorte estava ao seu lado; a incerteza quanto ao futuro, já que o luxo ou a miséria dependiam apenas dos caprichos de um protetor ou da maldade de um inimigo; finalmente, a influência enganosa da Antiguidade. Isto solapava aos poucos a moralidade, sem lhes dar a sua própria para substituí-la; e, em assuntos religiosos, como não poderiam pensar em aceitar a crença positiva nos deuses antigos, afetava-os apenas seu lado negativo e cético. Exatamente por conceberem a Antiguidade de maneira dogmática – isto é, por tomarem-na como modelo de todo o pensamento e ação – sua influência neste aspecto era perniciosa. Mas o fato de haver existido uma época em que se idolatrava com devoção exclusiva o mundo antigo e seus produtos não era culpa dos indivíduos. Deveu-se a uma providência histórica; e toda a cultura das eras que se seguiram, e das ainda por vir, se baseia no fato de assim ter sido, de que todas as finalidades da vida, exceto essa única, foram então deliberadamente postas de lado.

A carreira dos humanistas era, via de regra, de tal espécie que só os caracteres mais fortes por ela passavam incólumes. O primeiro perigo vinha, em alguns casos, dos pais, que procuravam transformar a criança precoce num milagre de sabedoria, de olho em sua futura posição na classe que era então suprema. Os prodígios juvenis, porém, raramente ultrapassam um certo nível; se o fazem, são forçados a alcançar progressos e vitórias posteriores à custa das maiores provações. Para um jovem ambicioso, a fama e a posição brilhante dos humanistas era uma tentação perigosa; devia parecer-lhe que "através do orgulho inato, não era mais possível considerar as coisas triviais e comuns da vida". Assim, era levado a mergulhar numa vida de excitações e vicissitudes, onde se sucediam as experiências com estudos exaustivos, cargos de professor particular, secretariais, acadêmicos, funções em casas principescas, inimizades e perigos mortais, o luxo e a mendicância, a admiração ilimitada e o desprezo também ilimitado. Nela o valor mais sólido e a aprendizagem eram muitas vezes postos de lado pela imprudência superficial. O pior de tudo, porém, era o fato de que a posição do humanista era incompatível com um lar fixo, pois ou tornava necessárias mudanças freqüentes de domicílio, para ganhar a vida, ou afetava de tal maneira a mente do indivíduo que ele não conseguia ser feliz por muito tempo num só lugar: cansava-se das pessoas, e não tinha paz entre as inimizades que excitava, enquanto todos lhe exigiam algo de novo. Por mais que esta vida nos recorde a dos sofistas gregos do império, descritas por Filostrato, a posição dos sofistas era mais favorável. Freqüentemente tinham dinheiro, ou podiam passar sem ele com mais facilidade do que os humanistas. Como professores profissionais de retórica, ao invés dos grandes eruditos, sua vida era mais livre e mais simples. Já o intelectual da Renascença era forçado a combinar uma grande sabedoria com o poder de resistir à influência de atividades e situações sempre em mutação. Somemos a isto o efeito amortecedor dos excessos de licenciosidade, e – com ou sem razão, só o pior se acreditava dele – uma indiferença completa pelas leis morais que os outros reconheciam. É muito difícil conceber que tais homens escapassem a um orgulho desordenado, de que precisavam ao menos para manter a cabeça fora d'água; e nele eram confirmados pela admiração, alternada com o ódio, que recebiam do mundo. São os exemplos e as vítimas mais marcantes da subjetividade sem controle.

Como já dissemos, os ataques e os retratos satíricos começaram muito cedo. Toda individualidade fortemente marcada, cada espécie de distinção tinha seu corretivo, dentro do gosto nacional pelo ridículo. E neste caso os próprios homens ofereciam abundante matéria-prima, à disposição dos satiristas. No século XV, num discurso sobre os sete monstros, Battista Mantovano inclui os humanistas, com muitos outros, sob o título *Superbia*. Descreve como, intitulando-se filhos de Apolo, eles caminhavam com afetada solenidade e expressão séria e maliciosa, ora olhando para a própria sombra, ora remoendo o elogio popular que tanto procuravam, como aves em busca de alimento. No século XVI, porém, a acusação é apresentada por inteiro. Além de Ariosto, seu próprio historiador,

Gyraldus, dá mostras deste fato no seu tratado, escrito sob o domínio de Leão X, e revisto provavelmente por volta de 1540. Tomamos conhecimento de exemplos acauteladores dos tempos antigos e modernos sobre a desordem moral e a vida deplorável dos eruditos, espantosamente abundantes; com eles, algumas acusações de natureza mais séria são levantadas formalmente. Entre estas, as de ira, vaidade, obstinação, egolatria, vida particular dissoluta, todas as gradações de imoralidade, heresia, ateísmo; e mais ainda, o hábito de afirmar sem convicção, influência sinistra sobre o governo, pedantismo no falar, falta de gratidão para com os professores e adulação abjeta dos grandes, que davam aos eruditos uma amostra de seus favores e depois os deixavam morrer à míngua. A descrição é encerrada com uma referência à idade de ouro, quando nada semelhante à ciência existia na face da Terra. Entre essas acusações, a de heresia logo se tornou a mais perigosa, e o próprio Gyraldus, quando mais tarde republicou uma obra juvenil perfeitamente inócua, foi forçado a procurar proteção sob o manto do Duque Ercole II, de Ferrara, pois os homens que agora tinham maior influência afirmavam que as pessoas deviam dedicar mais tempo a temas cristãos, e não a pesquisas mitológicas. Ele se justificava afirmando que tais pesquisas, pelo contrário, eram quase que o único ramo de estudos inócuo, pois tratavam de temas perfeitamente neutros.

Mas, se o dever do historiador é procurar evidências nas quais o julgamento moral esteja temperado pela simpatia humana, ele não encontrará autoridade comparável à obra tantas vezes citada de Pierio Valeriano, *Sobre a infelicidade do erudito.* Ela foi escrita sob as sombrias impressões deixadas pelo saque de Roma, que ao escritor parece não apenas a causa direta de inenarráveis misérias para os homens de saber, mas o cumprimento do destino maléfico que há muito os perseguia. Aqui Pierio é movido por um sentimento simples e, de modo geral, justo. Ele não descreve uma força especial que perseguisse os homens de gênio só pelo fato de serem gênios, mas relata fatos, nos quais um acaso infeliz muitas vezes ostenta a face da fatalidade. Não desejando escrever uma tragédia, ou atribuir os eventos ao conflito de forças superiores, contenta-se em colocar perante nós as cenas do dia-a-dia. Somos apresentados a homens que, em tempos difíceis, perdem primeiro suas rendas, depois suas posições; a outros que, ao tentar conseguir duas nomeações, perdem ambas; a avarentos egocêntricos, carregando o dinheiro costurado às roupas, que morrem de loucura ao serem roubados; a outros que aceitam empregos bem pagos, e depois adoecem de melancolia, pela liberdade perdida. Lemos sobre alguns que morriam jovens devido a uma praga ou à febre, e os manuscritos que lhes custavam tanto trabalho eram queimados com seus leitos e roupas; outros viviam aterrorizados com ameaças de morte recebidas dos colegas; um foi assassinado por criado invejoso, outro seqüestrado por salteadores numa viagem, e deixado apodrecer numa masmorra, pois era incapaz de pagar o próprio resgate. Muitos morreram de tristeza, devido a insultos recebidos ou a prêmios injustamente negados. Um veneziano morreu logo depois do falecimento do filho, um menino prodígio, seguido pela esposa e os outros filhos, como se a criança perdida os levasse a todos consigo. Muitos, especialmente florentinos, punham fim à vida pelo suicídio; outros, através da justiça secreta de um tirano. Quem, afinal de contas, é feliz? – e de que modo? Deixando de reagir a essas misérias? Um dos participantes do diálogo no qual Pierio expõe seus argumentos pode dar uma resposta a tais perguntas – o ilustre Gasparo Contarini, para quem nos voltamos na expectativa de ouvir algo mais profundo e verdadeiro do que aquilo que então se dizia sobre esses temas. Como exemplo de erudito feliz ele cita Frei Urbano Valeriano, de Belluno, que por muitos anos foi professor de grego em Veneza, visitou a Grécia e o Oriente, e, já idoso, viajava através de vários países sem nunca ter montado um cavalo, sem ter um real próprio, rejeitando todas as homenagens e honrarias; morreu aos 84 anos, depois de uma velhice feliz, e, se deixarmos de considerar a queda de uma escada, sem ter conhecido sequer uma hora de enfermidade. Qual a diferença entre um homem assim e os humanistas? Estes tinham muito maior liberdade de escolha, mais subjetividade do que podiam usar para sua felicidade. O frade mendicante que vivera desde a infância num mosteiro, e jamais comera ou dormira senão dentro de regras, deixara de sentir a disciplina sob a qual vivia. Pela força do hábito ele levava, entre todas as dificuldades externas, uma vida de paz interior, que impressionava seus ouvintes muito mais do que o que tinha a ensinar. Olhando para ele, todos podiam acreditar que só depende de nós entregarmo-nos aos infortúnios ou os enfrentarmos. "Vivia feliz em meio às provações e o trabalho, pois era o que desejava ser, não contraíra quaisquer maus hábitos, não era dado a caprichos, nem inconstante ou imoderado; sempre se contentava com um pouco ou com nada." Se ouvirmos o próprio Contarini, os motivos religiosos sem dúvida tinham seu papel na discussão – mas o filósofo prático de sandálias fala bastante claro. Uma personalidade semelhante, vivendo em outras circunstâncias, era Fabio Calvi, de Ravenna, o comentarista de Hipócrates. Viveu em Roma até uma idade avançada, alimentando-se apenas de grãos de leguminosas, "como os pitagóricos", e morando numa choupana pouco mais

confortável do que a barrica de Diógenes. Da pensão que o Papa Leão lhe concedia gastava apenas o bastante para sobreviver, e dava o restante aos outros. Não era um homem saudável, como Fra Urbano, nem é provável que, como ele, tenha morrido com um sorriso nos lábios. Aos noventa anos de idade, no saque de Roma, foi seqüestrado pelos espanhóis, que esperavam obter um resgate, e morreu de fome num hospital. No entanto, seu nome passou para o reino dos imortais, pois Rafael o amava como a um pai, honrava-o como professor, e procurava-o para se aconselhar sobre todas as coisas. Deviam conversar principalmente sobre a projetada restauração da Roma antiga, ou talvez sobre assuntos ainda mais elevados. Quem pode dizer que parcela Fabio pode ter tido na concepção da Escola de Atenas, e nas outras grandes obras do mestre?

Ficaríamos felizes de encerrar esta parte de nosso ensaio com o retrato de alguma personalidade agradável e simpática. Pomponius Lætus, de quem falaremos brevemente, é conhecido principalmente através da carta de seu aluno Sabellicus, na qual é apresentado propositadamente com uma coloração antiga. Assim mesmo, muitas de suas feições são facilmente reconhecidas. Era filho bastardo da casa dos Sanseverini napolitanos, príncipes de Salerno, aos quais, apesar de tudo, recusou-se a reconhecer, escrevendo em resposta ao convite para que fosse morar com eles a famosa carta: "*Pomponius Lætus cognatis et propinquis suis salutem. Quod petitis fieri non potest. Valete*". De aspecto insignificante, olhos pequenos e fugazes, trajes estranhos, viveu, durante as últimas décadas do século XV, como professor da Universidade de Roma, em seu chalé num jardim da colina Esquilina, ou no vinhedo que possuía no Quirinal. Num, criava patos e aves; no outro plantava, de acordo com os mais estritos ensinamentos de Catão, Varrão e Columela. Passava as férias pescando, apanhando pássaros na Campagna, junto a alguma fonte sombreada, ou nas margens do Tibre. Desprezava a riqueza e o luxo. Livre da inveja e da linguagem impiedosa, pouco sofria com a conduta dos outros.Só soltava a língua contra a hierarquia, e, até uma idade avançada, passou por desdenhar completamente a religião. Viu-se envolvido na perseguição aos humanistas, iniciada pelo Papa Paulo II, e foi entregue a este pontífice pelos venezianos; mas nunca se conseguiu arrancar-lhe confissões indignas. Mais tarde recebeu a amizade e o apoio de papas e prelados, e quando sua casa foi saqueada, nos distúrbios da época de Sisto IV, a coleta feita em seu favor alcançou um valor maior do que o perdido. Professor algum foi mais consciencioso. Antes do nascer do dia podia ser visto descendo o Esquilino com sua lanterna e, ao chegar à sala de aulas, já a

encontrava repleta acima da sua capacidade. A gagueira forçava-o a falar com cuidado, mas seu discurso era sempre uniforme e afetivo. Suas poucas obras mostram uma redação cuidadosa. Nenhum outro erudito tratou os textos dos autores antigos de maneira mais sóbria e precisa. Em Roma, os restos da Antiguidade que o cercavam tocavam-no tão profundamente que muitas vezes parava diante deles como em transe, ou começava repentinamente a chorar ao vê-los. Como estava sempre pronto a pôr de lado os próprios estudos para ajudar os outros, era amado, e tinha muitos amigos; quando morreu, até Alexandre VI enviou cortesãos para acompanhar o corpo, carregado pelos seus alunos mais famosos. O serviço fúnebre, em Aracœli, foi assistido por quarenta bispos e todos os embaixadores estrangeiros.

Foi Lætus quem introduziu e promoveu a reapresentação em Roma das peças antigas, principalmente as de Plauto. Todos os anos celebrava com um festival o aniversário da fundação da cidade; nele seus amigos e alunos discursavam e recitavam poemas. Tais encontros foram a origem daquilo que adquiriu, e manteve por muito tempo, o nome de Academia Romana. Era simplesmente uma livre associação de indivíduos, sem conexão com qualquer instituição fixa. Além das ocasiões citadas, reunia-se a convite de um mecenas, ou para celebrar a memória de membros falecidos, como a de Platina. Nessas ocasiões, algum prelado pertencente à academia celebrava missa; Pomponius depois subia ao púlpito e fazia um discurso, seguido por outra pessoa, que recitava uma elegia. Um banquete, com declamações e recitações, concluía o festival, fosse ele alegre ou sério, e os acadêmicos, sobretudo o próprio Platina, logo adquiriram a reputação de epicuristas. Em outras ocasiões os convidados encenavam farsas no velho estilo das atelanas. Por ser uma associação livre, de elementos muito variados, a academia persistiu em sua forma original até o saque de Roma, e incluiu entre seus participantes Angelus Coloccius, Johannes Corycius e outros. Seu valor preciso como um elemento na vida intelectual das pessoas é tão difícil de calcular como o de qualquer grupo da mesma espécie; assim mesmo, um homem como Sadoleto a colocava entre as lembranças mais preciosas de sua juventude. Muitas outras academias surgiram e desapareceram nas cidades italianas, de acordo com o número e a importância dos humanistas nelas residentes, bem como do patrocínio dos grandes poderosos. Dentre elas podemos citar a Academia de Nápoles, cujo centro era Gioviano Pontano, e que estabeleceu uma subsidiária em Lecce, e a de Pordenone, que formou a corte do *condottiere* Alviano. Já mencionamos o círculo de Ludovico, o Mouro, e a

importância peculiar que tinha para aquele príncipe.

Por volta de meados do século XVI, tais associações parecem ter sofrido uma completa mudança. Destituídos em outras esferas de sua posição de comando, e vistos de esguelha pelos homens da Contra-Reforma, os humanistas perderam o controle das academias; e nelas, como em outros lugares, a poesia latina foi substituída pela italiana. Antes de muito tempo cada cidade, mesmo da menor importância, tinha sua própria academia, algumas de nomes estranhos e fantásticos, com suas próprias dotações de fundos e subscrições. Além da recitação de versos, as novas instituições herdaram das antecessoras os banquetes periódicos e as representações de peças, às vezes encenadas pelos próprios membros, às vezes por amadores, sob a direção dos acadêmicos, às vezes por atores pagos. O destino do palco italiano, e, mais tarde, da ópera, esteve muito tempo nas mãos de tais associações.

PARTE IV

A DESCOBERTA DO MUNDO E DO HOMEM

AS VIAGENS DOS ITALIANOS

Liberada dos vínculos incontáveis que por toda a Europa impediam o progresso, tendo alcançado um alto grau de desenvolvimento individual, formada nos ensinamentos da Antiguidade, a mente italiana se voltava agora para a descoberta do universo exterior, e à sua representação na linguagem e na forma.

Aqui só cabem uns poucos comentários genéricos sobre as viagens feitas pelos italianos às partes distantes do mundo. As Cruzadas tinham aberto distâncias desconhecidas para a mente européia e despertaram em todos a paixão pelas viagens e a aventura. Pode ser difícil indicar precisamente o ponto onde esta paixão se aliou à sede de conhecimentos ou passou a servi-la; mas foi na Itália que isto aconteceu primeiro e mais completamente. Até mesmo nas Cruzadas o interesse dos italianos era mais amplo que o de outras nações, uma vez que já eram uma potência naval e tinham relações comerciais com o Oriente. Desde tempos imemoriais o mar Mediterrâneo dera às nações às suas margens impulsos mentais diferentes dos que governavam os povos do Norte; dada a própria estrutura de seu caráter, os italianos nunca puderam ser aventureiros, no sentido que tinha a palavra entre os teutônicos. Depois de se sentirem em casa em todos os portos orientais do Mediterrâneo, era natural que os mais empreendedores dentre eles fossem levados a se unir àquele vasto movimento internacional dos maometanos, que ali encontrava sua saída. Uma nova metade do mundo abria-se como recém-descoberta perante eles. Ou, como Polo de Veneza, viam-se apanhados pela corrente dos povos mongólicos e levados aos degraus do trono do Grande Khan. Num período muito inicial encontramos italianos compartilhando das descobertas feitas no oceano Atlântico; foram os

genoveses que, no século XIII, descobriram as ilhas Canárias. No mesmo ano de 1291, quando Ptolemais, o último bastião do Oriente cristão, foi perdida, são novamente os genoveses a fazer a primeira tentativa conhecida de encontrar uma passagem marítima para as Índias Orientais. O próprio Colombo não é senão o maior de uma longa lista de italianos que, a serviço das nações ocidentais, velejou para mares distantes. O verdadeiro descobridor, porém, não é o homem que tem a sorte de primeiro tropeçar em alguma coisa, mas sim quem encontra aquilo que vem procurando. Só um homem assim está ligado aos pensamentos e interesses de seus antecessores, e este relacionamento irá determinar também o relato que ele faz de suas buscas. Por esse motivo, embora suas reivindicações de terem sido os primeiros a chegar a este ou àquele lugar possam ser contestadas, durante toda a parte final da Idade Média, os italianos irão manter o título de constituírem proeminentemente uma nação de descobridores. A prova mais completa desta afirmação está na história dos descobrimentos. Voltamo-nos com admiração para a augusta figura do grande genovês, que solicitou, procurou e encontrou um novo continente além do oceano; que foi o primeiro a poder dizer: "*il mondo è poco*" – o mundo não é tão grande como os homens pensavam. Na mesma época em que a Espanha deu Alexandre VI aos italianos, a Itália deu Colombo aos espanhóis. Apenas algumas semanas antes da morte daquele papa, Colombo escreveu da Jamaica sua nobre carta (7 de julho de 1503) aos ingratos reis católicos, que será lida no futuro sempre com profunda emoção. Numa cláusula adicional a seu testamento, datada de Valladolid, em 4 de maio de 1506, ele legava a "sua amada terra natal, a República de Gênova, o livro de orações que lhe foi presenteado pelo Papa Alexandre, e que, na prisão, durante os conflitos, e todas as espécies de adversidades, tinha-lhe dado o maior dos confortos". Palavras que parecem lançar sobre o detestado nome dos Borgia um último brilho de graça e misericórdia.

O desenvolvimento das ciências geográficas e afins entre os italianos precisa ser comentado, como a história de suas viagens, ainda que muito brevemente. Uma comparação superficial entre seus feitos e os de outras nações mostra sua superioridade precoce e notável. Em meados do século XV, onde senão na Itália encontraríamos a união de conhecimentos geográficos, estatísticos e históricos de Æneas Sylvius? Não apenas em sua grande obra geográfica, mas em cartas e comentários, ele descreve com igual mestria as paisagens, cidades, costumes, indústrias e produtos, condições políticas e constituições, sempre que pode usar suas próprias observações ou testemunhas oculares. O que retira de livros é, naturalmente, de

menor importância. Até mesmo no curto esboço daquele vale nos Alpes tiroleses, onde recebeu um benefício de Frederico III, e ainda mais em suas descrições da Escócia, não deixa de mencionar nenhum aspecto da vida humana, e demonstra objetividade, poder e método de observação e comparação que só encontraríamos num conterrâneo de Colombo, treinado na escola dos antigos. Milhares viram e, em parte, souberam o que ele descrevia mas não sentiram qualquer impulso para registrar um esboço, nem perceberam que o mundo desejava tais esboços.

Na geografia[51], como noutras matérias, não adianta tentar distinguir o quanto deve ser atribuído ao estudo dos antigos, e à genialidade especial dos italianos. Eles tratavam as coisas deste mundo sob um ponto de vista objetivo, mesmo antes de se familiarizarem com a literatura antiga, em parte por serem eles mesmos um povo com raízes na Antiguidade, em parte porque suas circunstâncias políticas os predispunham a isso; mas não teriam atingido tão rapidamente tal perfeição se os antigos geógrafos não lhes houvessem mostrado o caminho. A influência das geografias italianas então existentes no espírito e nas tendências dos viajantes e descobridores também foi inestimável. Até mesmo o mais simples *dilettante* de uma ciência – se é que é justo dar a Æneas Sylvius posição tão modesta – podia difundir exatamente aquela espécie de interesse geral pelo assunto que prepara o terreno para os pioneiros, com o indispensável trabalho de terraplenagem da predisposição favorável na mentalidade pública. Em qualquer ciência os verdadeiros descobridores sabem muito bem o quanto devem a esse esforço.

AS CIÊNCIAS NATURAIS NA ITÁLIA

Para a posição dos italianos na esfera das ciências naturais temos de enviar o leitor aos tratados especiais sobre o assunto, dos quais o único com o qual estamos familiarizados é o de Libri, superficial e depreciativo. As discórdias sobre a prioridade de alguma descoberta em particular nos interessam menos ainda, uma vez que em qualquer época, e em quaisquer povos civilizados, pode aparecer quem, ainda que quase inteiramente despreparado, seja levado por impulso irresistível para o caminho da investigação científica e, com

[51] No século XVI a Itália continuou a ser a sede da literatura geográfica, numa época em que os descobridores pertenciam, quase que exclusivamente, a países às margens do Atlântico.

seus dons naturais, alcance o sucesso mais notável, como foi o caso de Gerbert de Rheims e Roger Bacon. O fato de terem dominado todo o conhecimento da época, em seus diversos níveis, foi conseqüência natural do espírito sob o qual trabalhavam. Quando o véu da ilusão foi rasgado e afastado, o temor da natureza e a escravidão aos livros e à tradição foram superados, incontáveis problemas surgiram diante deles, à espera de uma solução. A questão é bem diferente quando todo um povo sente um encanto natural pelo estudo ou a investigação da natureza, e outras nações são indiferentes; isto é, quando o descobridor não é ameaçado ou totalmente ignorado, mas conta com o apoio de simpatizantes. É inquestionável que este era o caso da Itália. Os estudantes italianos da natureza encontram com orgulho na *Divina comédia* indícios e provas do interesse científico de Dante pela natureza. Quanto à sua reivindicação de prioridade nesta ou naquela descoberta, temos de deixar a decisão para os homens da ciência; no entanto, qualquer leigo se espanta com a riqueza de suas observações sobre o mundo externo, revelada em comparações e descrições. Mais que qualquer outro poeta moderno, Dante observa a realidade – a natureza e a vida humana – e usa observações não como meros ornamentos, mas com o objetivo de proporcionar ao leitor uma idéia mais completa e adequada do que quer dizer. É na astronomia que ele aparece melhor como um conhecedor da ciência, embora não se possa esquecer que muitas alusões astronômicas do seu grande poema, que para nós agora aparecem hoje como prova de erudição, deviam ser incompreensíveis para o leitor comum de então. Erudição à parte, Dante apela para o conhecimento popular dos céus, que os italianos da época, pelo simples fato de serem um povo náutico, tinham em comum com os antigos. Este conhecimento do movimento das constelações tornou-se supérfluo no mundo moderno graças aos calendários e relógios, e com ele desapareceu o interesse pela astronomia que as pessoas podem ter tido. Hoje, com nossas escolas e livros, qualquer criança sabe que a Terra se move ao redor do Sol – coisa que Dante desconhecia –; mas o interesse outrora dedicado ao assunto deu lugar, exceto no caso dos especialistas em astronomia, à mais absoluta indiferença.

A pseudociência que lida com as estrelas nada prova contra o espírito indutivo dos italianos daquela época. Tal espírito era apenas vencido, e às vezes dominado, pelo desejo apaixonado de penetrar no futuro. Teremos de retornar ao tema da astrologia quando falarmos do caráter moral e religioso do povo.

A igreja tratava esta e outras pseudociências quase sempre com tolerância, e só era claramente hostil mesmo à ciência genuína

quando havia acusação de heresia, juntamente com necromancia, – o que certamente era coisa freqüente. Um ponto que seria interessante decidir é o seguinte: em que casos os dominicanos (e também os franciscanos) da Inquisição italiana estavam conscientes da falsidade das acusações, e assim mesmo condenaram o acusado, para agradar a algum inimigo do prisioneiro ou por ódio à ciência natural e, em particular, às experiências. Não há dúvida que isto ocorreu, mas não é fácil prová-lo. O que ajudou a causar tais perseguições no Norte, isto é, a oposição feita aos inovadores por parte dos que defendiam as idéias sobre a natureza em vigor, oficiais e escolásticas, foi de pouco ou nenhum peso na Itália. Pietro de Abano no início do século XIV, é bem conhecido por ter sido vítima da inveja de outro médico, que o acusou de heresia e feitiçaria perante a Inquisição; algo do gênero pode ter acontecido com seu contemporâneo de Pádua, Giovannino Sanguinacci, conhecido como um inovador em práticas médicas. Este, porém, escapou com um banimento. Não se pode esquecer que o poder inquisitorial dos dominicanos era exercido na Itália com menor uniformidade que no Norte. Às vezes, tiranos e cidades livres no século XIV tratavam o clero com tal desprezo que temas muito diferentes dos da ciência natural passavam sem punição. Mas, no século XV, quando a Antiguidade se tornou a força dominante na Itália, a abertura que causou no velho sistema foi posta a serviço de todos os ramos da ciência secular. O humanismo, porém, atraía para si a melhor força da nação, e, portanto, prejudicou a investigação indutiva da natureza. Aqui e ali a Inquisição se fazia sentir, e punia ou queimava médicos como blasfemadores ou feiticeiros. Em tais casos, é difícil descobrir quais eram os verdadeiros motivos por trás da condenação. Mas, assim mesmo, no encerramento do século XV, com Paolo Toscanelli, Luca Pacioli e Leonardo da Vinci, a Itália ocupava o ponto mais alto entre as nações européias na matemática e nas ciências naturais, e os eruditos de todos os países, mesmo Regiomontano e Copérnico, o confessavam a seus pupilos. Esta glória sobreviveu à Contra-Reforma, e até mesmo em nossos dias os italianos ocupariam neste aspecto o primeiro lugar, se as circunstâncias não houvessem impossibilitado que as mentes mais poderosas se devotassem serenamente à pesquisa.

Uma prova significativa do amplo interesse pela história natural é encontrada no zelo que se manifestou inicialmente pela coleta e estudo comparativo de plantas e animais. A Itália se declara criadora dos primeiros jardins botânicos, embora possivelmente eles possam ter servido a uma finalidade eminentemente prática, e a própria afirmativa quanto à sua prioridade possa ser disputada. De importân-

cia muito maior é o fato de que ao planejarem seus jardins, os príncipes e pessoas de posse instintivamente faziam questão de colecionar o maior número possível de plantas diferentes, em todas as espécies e variedades. Assim, no século XV, os nobres terrenos da *villa* Careggi, dos Medici, pelas descrições que temos parecem ter sido um verdadeiro jardim botânico, ostentando incontáveis espécimens de árvores e arbustos. Como também, no início do século XVI, a vila do Cardeal Trivulzio, na Campagna Romana, na direção de Tivoli, com cercas vivas de várias espécies de rosas, árvores de todas as espécies – as árvores frutíferas, em especial, em variedade espantosa – vinte espécies de videiras e uma grande horta. É evidente que isto era diferente dos poucos grupos de plantas medicinais encontradas no jardim de qualquer castelo ou mosteiro na Europa ocidental. Ao lado do cultivo cuidadoso de frutas para a mesa, encontramos o interesse pela planta em si, só pelo prazer que ela dá aos olhos. Pela história da arte, ficamos a par de quando foi abandonada a paixão pelas coleções botânicas, dando lugar ao que foi considerado o estilo pitoresco de paisagismo para os jardins.

As coleções de animais exóticos, também, não apenas gratificavam a curiosidade como serviam aos propósitos mais elevados da observação. A facilidade de transporte dos portos do sul e do leste do Mediterrâneo e a amenidade do clima italiano tornavam possível comprar os maiores animais do Sul, ou aceitá-los como presentes dos sultões. As cidades e príncipes tinham grande interesse em manter leões vivos, mesmo onde o leão não era, como em Florença, o emblema do Estado. Os felinos eram guardados geralmente no palácio do governo, como em Perugia e Florença, ou perto dele; em Roma, nas encostas do Capitólio. Às vezes as feras serviam como executoras em julgamentos políticos, e sem dúvida mantinham vivo um certo terror na imaginação popular. Sua condição era considerada um augúrio para o bem ou para o mal e sua fertilidade considerada um sinal da prosperidade pública. Um homem da importância de Giovanni Villani considerou necessário registrar que esteve presente durante o parto de uma leoa. Os filhotes muitas vezes eram dados a príncipes ou Estados aliados, ou aos *condottieri*, como recompensa por seu valor. Além dos leões, muito cedo os florentinos começaram a criar leopardos, e um guardião especial foi nomeado para isso. Borso de Ferrara costumava pôr seu leão a lutar contra touros, ursos e javalis.

Perto do final do século XV, essas coleções (*serragli*) eram consideradas adequadas a uma corte, e muitos príncipes as mantinham. "Compete aos grandes", diz Matarazzo, "manter cavalos, cães, mulas, falcões e outros pássaros, bobos da corte, cantores e animais de outros países." A coleção de animais selvagens de Nápoles, nos tempos de Ferrante, tinha até uma girafa e uma zebra, presenteadas, ao que parece, pelo governante de Bagdá. Filippo Maria Visconti possuía não só cavalos que valiam cada um 500 ou 1 000 peças de ouro, e valiosos cães ingleses, como também leopardos, trazidos de todas as partes do Oriente; as despesas com suas aves de falcoaria coletadas nos países da Europa Setentrional, chegavam a 3 000 peças de ouro por mês. Dom Manuel I, o Venturoso, rei de Portugal, sabia muito bem o que pretendia quando presenteou Leão X com um elefante e um rinoceronte. Foi assim que se criaram as bases da zoologia e da botânica científicas.

Um fruto prático desses estudos zoológicos foi a criação de coudelarias, pelas quais os mantuanos, comandados por Francesco Gonzaga, eram os mais reputados na Europa. O interesse e o conhecimento das diversas raças eqüinas são tão antigos quanto o próprio hábito de se montar a cavalo, e o cruzamento de raças européias com asiáticas deve ter sido comum desde a época das Cruzadas. Na Itália, um incentivo especial à criação era oferecido pelos prêmios nas corridas de cavalos efetuadas em todas as cidades de um certo tamanho. Nos estábulos mantuanos encontravam-se os vencedores infalíveis desse tipo de competição, assim como as melhores montarias militares e os cavalos mais apropriados, por sua aparência nobre, a serem presenteados a pessoas de importância. Gonzaga mantinha garanhões e éguas da Espanha, Irlanda, África, Trácia e Cilícia e, por causa destes últimos, mantinha relações de amizade com os sultões. Todas as experiências possíveis foram ali tentadas, para produzir animais perfeitos.

Não faltavam sequer coleções de tipos humanos. O famoso Cardeal Ippolito Medici, filho bastardo de Giuliano, Duque de Nemours, mantinha em sua estranha corte uma tropa de bárbaros que falavam nada menos que vinte línguas diferentes e eram, todos eles, espécimens perfeitos de sua raça. Entre esses soldados havia incomparáveis *voltigeurs* do melhor sangue dos mouros norte-africanos. Arqueiros tártaros, negros praticantes de luta livre, mergulhadores indianos e turcos, que em geral acompanhavam o cardeal em suas expedições de caça. Quando ele foi surpreendido por uma morte prematura (1535), este grupo variegado carregou o corpo nos ombros, de Itri a Roma, e mesclou sua confusão de idiomas e gesticulação violenta aos lamentos gerais pela morte do generoso cardeal.

Essas observações isoladas sobre o relacionamento dos italia-

nos com a ciência natural, e seu interesse pela riqueza e a variedade de produtos da natureza, são apenas fragmentos de um grande tema. O autor está consciente das limitações do seu conhecimento sobre este ponto. Da quantidade de obras especializadas nas quais o tema é tratado adequadamente, até mesmo os nomes ele só conhece de maneira imperfeita.

A DESCOBERTA DA BELEZA DA PAISAGEM

Fora da esfera das investigações científicas, há outra maneira de abordar a natureza. Os italianos foram os primeiros dos povos modernos a poder ver e sentir o mundo exterior como algo de belo[52].

Essa atitude é sempre o resultado de um desenvolvimento longo e complicado, cuja origem não é fácil de detetar, uma vez que um vago sentimento estético com relação à paisagem pode existir muito antes de se manifestar na poesia e na pintura, tornando-se assim consciente. Entre os antigos, por exemplo, a arte e a poesia haviam percorrido todo o círculo do interesse humano antes de se voltarem para a representação da natureza e, mesmo então, a poesia sempre ocupou um lugar limitado e subordinado. Ainda assim, desde Homero a impressão poderosa exercida pela natureza sobre o homem é testemunhada por versos incontáveis e expressões circunstanciais. As raças germânicas, que fundaram seus Estados sobre as ruínas do Império Romano, estavam especialmente aptas a entender o espírito do cenário natural; e embora o cristianismo as levassem a ver, por algum tempo, a obra de demônios malignos nas fontes e montanhas, lagos e matas que até então haviam adorado, mesmo assim este período de transição foi superado. Por volta do ano 1200, no apogeu da Idade Média, retornava o gozo genuíno e vigoroso do mundo externo, encontrando viva expressão nos menestréis de diferentes nações, dando testemunho da simpatia sentida com relação aos simples fenômenos da natureza – a primavera com suas flores, os campos e as matas verdejantes. Tais pinturas são sempre de um único plano, sem perspectiva. Até mesmo os cruzados, que viajavam tão longe e viam tanto, não deixam reconhecer essa experiência em seus poemas. A poesia épica, descrevendo tão detalhadamente as armaduras e os trajes, não faz mais do que esboçar a natureza exterior; e até mesmo o grande Wolfram von Eschenbach raramente nos dá, em

52 Quase não é necessário enviar o leitor aos famosos capítulos sobre tal assunto no *Kosmos,* de Humboldt, vol. II.

qualquer lugar, um retrato adequado do cenário no qual se movem seus heróis. A partir de tais poemas não podemos sequer imaginar que seus nobres autores, em todos os países, habitavam ou visitavam castelos, comandando a visão de horizontes distantes. Até mesmo nos poemas latinos dos eruditos errantes não encontramos indícios de uma visão mais ampla – de paisagens, propriamente ditas –, mas o que está por perto é descrito às vezes com um brilho e esplendor que nenhum dos menestréis cavalheirescos pôde ultrapassar. Que representação do Bosque do Amor poderia se igualar àquela do poeta italiano, supostamente do século XII?

Immortalis fieret
Ibi manens homo;
Arbor ibi quaelibet
Suo gaudet pomo;
Viae Myrrha, cinnamo
Fragrant, et amomo –
Conjectari poterat
Dominus ex domo etc.

Para a mentalidade italiana, em todos os acontecimentos a natureza a essa altura já perdera suas cores de pecado; haviam sido afastados todos os indícios de poderes demoníacos. São Francisco de Assis, no seu *Hino ao Sol,* elogia francamente o Senhor por ter criado os corpos celestiais e os quatro elementos.

No entanto, as provas inconfundíveis de um efeito mais profundo da natureza sobre o espírito humano começam com Dante. Não apenas ele desperta em nós, com algumas linhas vigorosas, a sensação do ar da manhã e o tremeluzir da luz no oceano distante, ou a grandeza da floresta batida pela tempestade, como também sobe a picos elevados com o objetivo exclusivo de gozar a vista – o primeiro homem a fazê-lo, talvez, desde os dias da Antiguidade. Em Boccaccio só podemos inferir como o cenário campestre o afetava; assim mesmo, nas romanças pastorais ele mostra como sua imaginação devia estar tocada pelo campo. Mas o significado da natureza para o espírito receptivo é claramente demonstrado por Petrarca – um dos primeiros homens verdadeiramente modernos. Aquela alma transparente que primeiro coletou na literatura de todos os países evidências da origem e do progresso da sensação da beleza natural e que ele mesmo, em seus *Quadros da natureza,* conseguiu fazer a mais nobre obra-prima da descrição – Alexander von Humboldt – não fez plena justiça a Petrarca; e, acompanhando os passos da grande ceifadora, ainda podemos esperar colher algumas espigas de interesse e valor.

Petrarca não foi apenas um famoso geógrafo – dizem que o primeiro mapa da Itália foi desenhado sob suas instruções – ou só um reprodutor de ditos dos antigos, mas ele próprio sentia a influência da beleza natural. A apreciação da natureza é, para ele, o acompanhamento favorito dos feitos intelectuais; para combinar as duas coisas vivia em estudioso retiro em Vaucluse e outros lugares, para onde, de tempos em tempos, fugia do mundo e de sua época. Não lhe faríamos justiça se inferíssemos, a partir de seu fraco e pouco desenvolvido poder de descrição do cenário natural, que ele não o sentia profundamente. Seu retrato do belíssimo golfo de la Spezia e de Porto Venere, que ele insere no final do sexto livro de *Africa,* simplesmente porque nenhum dos poetas antigos ou dos modernos já os tinha cantado, não passa de mera enumeração; Petrarca, porém, está também consciente da beleza do cenário de pedra, e é perfeitamente capaz de distinguir na natureza o pitoresco do útil. Durante sua estada nos bosques de Reggio, a visão repentina de uma paisagem impressionante o afetou tanto que ele retomou um poema que havia há muito posto de lado. Contudo, a impressão mais profunda lhe foi causada pela subida ao monte Ventoux, perto de Avignon. O anseio indefinível por um panorama distante foi crescendo nele, cada vez mais forte, até que, por fim, a visão acidental de uma paisagem em Lívio, onde o Rei Filipe, o inimigo de Roma, sobre o Hæmus, fez com que tomasse uma decisão. Ele achava que o que não se podia imputar como culpa a um monarca de cabelos brancos podia muito bem ser *desculpado* num rapaz, sem posição oficial. A escalada esportiva de uma montanha era algo de que ainda não se ouvira falar, e não se podia pensar em fazê-la na companhia de amigos ou conhecidos. Petrarca levou com ele apenas seu irmão mais novo e dois camponeses do último lugar onde parou. Ao pé da montanha um velho pastor pediu-lhes que voltassem, dizendo que ele próprio tentara a subida cinqüenta anos antes, e só trouxera para casa o arrependimento, ossos quebrados, roupas rasgadas. Explicou que, antes ou depois disso, ninguém mais se aventurara a repetir a experiência. Assim mesmo, eles seguiram em frente, penosamente, até as nuvens ficarem aos seus pés, e finalmente chegaram ao topo. Em vão procuraríamos uma descrição da vista do cume, não porque o poeta fosse insensível a ela, mas, pelo contrário, porque a impressão fora por demais marcante. Todo o passado, com suas loucuras, surgiu-lhe na mente; lembrou-se de que, dez anos antes, deixara Bolonha como um rapaz, e lançou um olhar ansioso em direção à terra natal; abriu um livro que era então seu companheiro constante, as *Confissões* de Santo Agostinho, e os olhos caíram sobre a passagem, no capítulo 10, que diz: "e os homens se adiantam e admiram as altas montanhas e os mares amplos, as torrentes caudalosas, o oceano e o curso das estrelas, e se esquecem de si mesmos enquanto o fazem". Seu irmão, para quem leu essas palavras, não conseguiu entender por que fechou o livro e nada mais disse.

Algumas décadas mais tarde, por volta de 1360, Fazio degli Uberti descreve, na sua geografia rimada, o amplo panorama descortinado das montanhas de Auvergne, com o interesse, é verdade, de geógrafo e arqueólogo, mas deixando bem claro que o vira pessoalmente. Ele deve ter subido a picos bem mais altos, pois está a par de fatos que só ocorrem a uma altura de pelo menos três mil metros acima do nível do mar – o enjôo das montanhas e males correlatos –, dos quais seu camarada imaginário, Solinus, tenta curá-lo com uma esponja mergulhada em essências. A subida ao Parnaso e ao Olimpo, das quais fala, talvez sejam mera ficção.

No século XV, os grandes mestres da escola flamenga, Hubert e Jan van Eyck, de repente levantaram o véu que cobria a natureza. Suas paisagens não são apenas o fruto de uma tentativa de refletir na arte o mundo real, mas, embora de maneira convencional, apresentam um certo sentido poético – em resumo, uma alma. Sua influência no conjunto da arte ocidental é inegável, e estende-se às pinturas de paisagens pelos italianos, sem impedir, porém, o interesse característico do olho nativo pelo encontro da sua expressão própria.

Neste ponto, como na descrição científica da natureza, Æneas Sylvius é, mais uma vez, uma das vozes mais importantes da sua época. Mesmo aceitando como justo tudo o que foi dito contra seu caráter, temos de admitir que nas obras de poucos autores encontramos um retrato tão completo de sua época e cultura, e que poucos chegaram sequer a se aproximar do padrão normal do homem do início da Renascença. Pode-se acrescentar, entre parênteses, que mesmo a respeito do seu caráter moral ele não será julgado com justiça se ouvirmos apenas as reclamações da Igreja alemã, que sua leviandade ajudou a afastar do Concílio que ela desejava tão ardentemente.

Ele nos chama a atenção aqui como o primeiro não só a apreciar a excelência da paisagem italiana como a descrevê-la com entusiasmo que chega aos menores detalhes. O Estado eclesiástico e o sul da Toscana – sua terra natal – ele conhecia profundamente e, depois de tornar-se papa, passava as horas de lazer, durante as estações favoráveis, principalmente em excursões pelo campo. Mais tarde, quando atacado pela gota, era rico o bastante para fazer-se transportar de liteira pelas montanhas e vales; e quando comparamos

suas diversões com as dos papas que o sucederam, Pio II, cujo principal prazer estava na natureza, na Antiguidade e na arquitetura simples e nobre, vai nos parecer quase um santo. No latim elegante e fluente dos *Comentários,* ele nos fala livremente da sua felicidade.

Seu olho parece tão aguçado como o de qualquer observador moderno. Ele aprecia com arrebatamento o esplendor panorâmico da vista do cume dos montes Albanos – do monte Cavo – de onde podia ver as praias de São Pedro de Terracina e o promontório de Circe, até o monte Argentaro, e a amplitude das terras ao redor, com as arruinadas cidades do passado e as cadeias de montanhas do centro da Itália mais além; seu olhar se volta então para as matas verdes dos vales abaixo e os lagos de montanha, entre elas. Sente a beleza de Todi, coroando encostas recobertas de vinhedos e oliveiras, acima das matas distantes, e dos vales do Tibre, onde cidades e castelos se erguem sobre o rio meândrico. Os adoráveis montes ao redor de Siena, com vilas e mosteiros em cada cume, são a sua terra de origem, e as descrições dos mesmos estão tocadas de um sentimento peculiar. Vislumbres pitorescos únicos também o encantam, como o pequeno promontório de Capo di Monti, que se projeta para dentro do lago de Bolsena. "Degraus de pedra sombreados pelas videiras descem até a beira d'água, onde os carvalhos sempre verdes se erguem entre os penhascos, vivos com o cantar dos tordos." No caminho ao redor do lago de Nemi, sob as castanheiras e outras árvores frutíferas, ele sente que ali, no esconderijo de Diana, mais que em qualquer outro lugar, a alma do poeta deve despertar. Muitas vezes realizava consistórios ou recebia embaixadores à sombra das enormes e velhas castanheiras, ou sob as oliveiras, nos gramados junto a alguma nascente murmurante. Uma visão como a de uma garganta estreitando-se entre montanhas, com uma ponte arqueando-se ousadamente, desperta de imediato seu senso artístico. Os menores detalhes lhe dão prazer, e neles encontra algo de belo, ou característico – os campos azulados de linho ondulante, o tojo amarelo que cobre as montanhas, moitas emaranhadas, árvores isoladas, ou fontes, que para ele parecem maravilhas da natureza.

O auge de seu entusiasmo pela beleza natural foi alcançado durante sua última estada no monte Amiata, no verão de 1462, quando a peste e o calor tornavam as terras baixas inabitáveis. Ele e sua comitiva se alojaram a meio caminho, subindo a encosta da montanha, no velho mosteiro lombardo de São Salvador. Ali, entre as castanheiras que recobrem a declividade íngreme, os olhos podem vagar por todo o sul da Toscana, vendo as torres de Siena à distância. Seus companheiros, e o embaixador de Veneza, subiram aos picos mais altos, onde encontraram dois grandes blocos de pedra, um sobre o outro – provavelmente o altar de sacrifícios de algum povo pré-histórico – e imaginaram que, muito ao longe, podiam ver a Córsega e a Sardenha erguendo-se do mar. O papa passava dias calmos de felicidade gozando o ar fresco das montanhas, entre velhos carvalhos e castanheiras, nos prados verdes onde não havia espinhos para machucar os pés, nem cobras ou insetos para ferir ou incomodar. Para a *Segnatura,* que acontecia em certos dias da semana, ele escolhia cada vez um novo retiro sombreado, *novos in convallibus fontes et novas inveniens umbras, quæ dubiam facerent electionem.* Nessas ocasiões os cachorros podiam forçar um veado adulto a deixar a toca. Depois de se defender um pouco com cascos e chifres, o animal finalmente subiria a montanha voando. O papa acostumou-se a sentar-se diante do mosteiro, à noite, no lugar de onde se via todo o vale de Paglia, mantendo conversas animadas com os cardeais. Os cortesãos, que se aventuravam a descer das alturas em suas expedições de caça, achavam o calor lá embaixo intolerável, e as planícies ressequidas o próprio inferno, enquanto que o mosteiro, com suas matas frescas e sombrias, parecia a morada dos bem-aventurados.

Tudo isso é genuína apreciação moderna, e não um reflexo da Antiguidade. Os antigos sentiam da mesma forma, tão certamente quanto eram tímidas as expressões dos autores a quem Pio II conhecia, parcas demais para despertarem nele tamanho entusiasmo.

A segunda grande época da poesia italiana, que se seguiu no final do século XV e no início do século XVI, bem como a poesia latina do mesmo período, é rica em provas do efeito poderoso despertado pela natureza na mente humana. Basta um primeiro olhar para os poetas líricos da época para nos convencer. São bastante raras as descrições elaboradas do cenário natural, pois nesta era cheia de energia os romances e a poesia épica ou lírica tinham outros temas para tratar. Em suas descrições Boiardo e Ariosto pintaram a natureza com vigor, mas o mais brevemente possível, e sem apelar para os sentimentos do leitor, que procuram alcançar apenas com a narrativa e as personagens. Os missivistas e os autores de diálogos filosóficos testemunham melhor, na verdade, o crescente amor dos poetas pela natureza. O romancista Bandello, por exemplo, observa rigorosamente as regras do seu gênero literário; em seus romances não dá uma palavra a mais do que o necessário para descrever o cenário natural onde se passa a ação de seus contos, mas nas dedicatórias que sempre as precedem encontramos descrições encantadoras da natureza como cenário para seus diálogos e retratos sociais. Entre os missivistas, Aretino, infelizmente, tem de ser chamado de o primeiro que retratou inteiramente

em palavras o efeito esplêndido da luz e da sombra num pôr-de-sol italiano.

Às vezes o sentimento dos poetas se associa também com ternura a cenas graciosas da vida campestre. Por volta de 1480, Tito Strozzi descreve numa elegia latina a residência da amante: uma velha casa revestida de hera, meio oculta entre árvores, adornada por afrescos de santos, manchados pelos elementos; perto uma capela, muito danificada pela violência do rio Pó, que corre ao seu lado; não longe, o padre ara seus poucos acres de terra nua com gado emprestado. Não se trata de quaisquer reminiscências dos elegíacos romanos, mas sim de sentimento autenticamente moderno; o paralelo disto – uma descrição sincera, não artificial da vida campestre em geral – será encontrado no final desta parte da nossa obra.

Podemos objetar dizendo que os pintores alemães do início do século XVI conseguiram representar com perfeita mestria essas cenas da vida no campo, como, por exemplo, Albrecht Dürer, na sua gravura sobre o filho pródigo. Mas uma coisa é um pintor, criado numa escola realista, introduzir tais cenas; outra bastante diferente um poeta, acostumado a uma estrutura ideal ou mitológica, ser levado ao realismo por um impulso interior. Além do que, a precedência no tempo cabe aqui, como nas descrições da vida campestre, aos poetas italianos.

A DESCOBERTA DO HOMEM

À descoberta do mundo exterior a Renascença acrescentou um feito ainda maior quando primeiro discerniu e trouxe à luz a natureza plena e integral do homem[53].

Conforme já vimos, este período primeiro deu o mais alto desenvolvimento à individualidade, e depois levou o indivíduo ao estudo mais zeloso e completo de si mesmo, em todas as formas e sob todas as condições. Na realidade, o desenvolvimento da personalidade se acha essencialmente envolvido no reconhecimento dela mesma dentro de nós e dos outros. Nossa narrativa colocou a influência da literatura antiga entre esses dois grandes processos, pois o modo de conceber e de representar tanto a natureza humana quanto a individual foi definido e colorido por tal influência. O poder de concepção e representação, porém, está na época e nas pessoas.

[53] Essas expressões marcantes são retiradas da Introdução ao sétimo volume da *Histoire de France*, de Michelet.

Os fatos que passamos a citar como evidência de nossa tese serão poucos em número. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar no curso desta discussão, o autor está consciente de que pisa o perigoso terreno da conjectura; aquilo que para ele parece uma transição clara, mesmo se delicada e gradual, do movimento intelectual dos séculos XIV e XV pode não ser igualmente evidente para outros. O despertar gradual da alma de um povo é um fenômeno capaz de produzir uma impressão diferente em cada espectador. O tempo irá julgar qual impressão é a mais fiel.

Felizmente o estudo do lado intelectual da natureza humana se iniciou não à procura de uma psicologia teórica – para isso Aristóteles ainda nos basta –, mas sim com o esforço para observar e descrever. O indispensável lastro da teoria ficou limitado à doutrina popular dos quatro temperamentos, e à sua então habitual união com a crença na influência dos planetas. Tais concepções podem permanecer enraizadas nas mentes das pessoas sem atrasar o progresso geral de uma época. É claro que nos causa uma impressão singular se as encontramos numa época na qual a natureza humana, em sua essência mais profunda e em todas as suas expressões mais características, não era conhecida apenas pela observação exata, mas sim representada pela poesia e arte imortais. Quase nos parece engraçado ver um observador considerado competente em outros aspectos classificar Clemente VII como de temperamento melancólico, mas desistir de sua impressão em favor daquela dos médicos, que declaravam ser o papa de natureza sangüíneo-colérica; ou quando lemos que o mesmo Gaston de Foix, o vitorioso de Ravenna pintado por Giorgione e esculpido por Bambaia, que todos os historiadores descrevem, era de temperamento saturnino. Não há dúvida de que os que usaram tais expressões queriam transmitir alguma coisa com elas; mas a forma que utilizaram parece estranhamente fora de moda na Itália do século XVI.

Como exemplos da livre expressão do espírito humano, primeiro falaremos dos grandes poetas do século XIV.

Se fôssemos coletar as pérolas da poesia cortês e cavalheiresca de todos os países do Ocidente, durante os dois séculos precedentes, teríamos uma grande massa de maravilhosas conjecturas e retratos isolados da vida interior, que, à primeira vista, pareceriam rivalizar com a poesia dos italianos. Deixando a poesia lírica de lado, Godofredo de Estrasburgo nos dá em *Tristão e Isolda* – uma representação da paixão humana – algumas feições imortais. Mas essas pérolas estão espalhadas no oceano do convencionalismo artificial, e são algo completamente diferente da visão completa e

objetiva do homem interior e sua riqueza espiritual.

Também a Itália do século XIII tinha, com os *trovatori,* sua parcela na poesia cortesã e o cavalheirismo. A eles devemos principalmente a *canzone,* cuja construção é tão difícil e artificial como as das canções de qualquer menestrel setentrional. Seus temas e modo de pensar representam simplesmente o tom convencional das cortes, seja o poeta um cidadão comum ou um acadêmico.

Com o passar do tempo, porém, dois novos caminhos se evidenciaram, ao longo dos quais a poesia italiana pôde avançar rumo a outro futuro, característico. Caminhos que não são menos importantes pelo fato de concernirem apenas ao lado formal e externo da arte.

Ao próprio Brunetto Latini – professor de Dante –, que, em suas *Canzoni,* adota o estilo comum aos *trovatori,* devemos os primeiros *versi sciolti,* versos brancos hendecassílabos em cuja aparente ausência de forma de repente se manifesta uma paixão genuína. A mesma renúncia voluntária ao efeito exterior através da confiança no poder da concepção interna pode ser observada, alguns anos mais tarde, nos afrescos e, mais tarde ainda, na pintura de modo geral, que deixou de depender da cor para seu efeito, usando simplesmente tonalidades mais claras e mais escuras. Numa época que depositava tanta importância na forma artificial da poesia, esses versos de Brunetto marcam uma mudança importante[54].

Na mesma época, ou até mesmo na primeira metade do século XIII, o soneto, uma das muitas formas métricas estritamente equilibradas que abundavam na Europa, tornou-se uma forma habitual e reconhecida na Itália. A ordem das rimas, e até mesmo o número de linhas variaram durante todo um século, até que Petrarca os fixou permanentemente. Nesta forma foram tratados todos os mais elevados temas líricos e meditativos, e, num período posterior, todos os assuntos possíveis; os madrigais, as sextinas e até mesmo as *Canzoni* se viram reduzidos em importância. Escritores italianos posteriores reclamam, às vezes de bom humor, outras vezes ressentidos, deste molde inevitável, um leito procustiano ao qual eram forçados a adaptar seus pensamentos e sentimentos. Outros se sentiram (e ainda se sentem) satisfeitos com esta forma de verso, que usam livremente para expressar quaisquer reminiscências pessoais ou cantarolas

[54] O verso branco tornou-se, num período posterior, a forma usual da composição dramática. Trissino, na dedicatória do seu *Sofonisba* a Leão X, expressou a esperança de que o papa pudesse reconhecer este estilo pelo que ele era – algo melhor, mais nobre e *menos fácil* do que aparentava. Roscoe, *Leone X,* ed. Bossi, viii, 174.

gratuitas, sem necessidade ou um propósito sério. Por isso são muito mais numerosos os sonetos ruins ou insignificantes do que os bons.

Apesar disso, é preciso conceder que o soneto foi uma grande bênção para a poesia italiana. A clareza e a beleza de sua estrutura, o convite à elevação do pensamento contido na segunda parte, mais rápida, e a facilidade com que pode ser aprendido de cor o tornaram valioso para os maiores mestres. Na verdade, os grandes poetas não o teriam mantido em uso até nosso século se não estivessem imbuídos do senso de seu valor. Esses mestres poderiam ter-nos dado os mesmos pensamentos em outras formas totalmente diferentes. Mas, tendo feito do soneto a forma normal da poesia lírica, obrigaram outros autores de valor elevado, se não superior, a concentrar suas sensações, evitando perder-se num mar de prolixidade. O soneto tornou-se, para a literatura italiana, um condensador de pensamentos e emoções, como nenhuma outra forma de poesia de outro povo moderno.

Desta forma o mundo do sentimento italiano nos chega numa série de retratos – claros, concisos, maximamente efetivos na sua brevidade. Houvessem outras nações possuído uma forma de expressão semelhante, talvez tivéssemos sabido mais de sua vida interior; poderíamos ter tido um grande número de retratos de situações internas e externas – reflexões sobre o caráter e o temperamento nacionais – e não dependeríamos tanto dos assim chamados poetas líricos dos séculos XIV e XV, poetas que mal podemos ler seriamente. Na Itália vislumbramos um progresso indubitável a partir do momento em que o soneto passou a existir. Na segunda metade do século XIII, os *trovatori della transizione,* como foram recentemente chamados, marcam a passagem dos trovadores para os poetas – isto é, para aqueles que escreviam sob a influência da Antiguidade. A simplicidade e força do seu sentimento, o vigoroso delinear dos fatos, a expressão precisa e a concordância de seus sonetos e outros poemas prenunciam a chegada de um Dante. Alguns sonetos políticos dos guelfos e dos gibelinos (1260-1270) já têm sinais da sua paixão; outros nos fazem lembrar suas notas líricas mais doces.

Infelizmente não conhecemos o ponto de vista teórico de Dante a respeito do soneto, pois os últimos livros de sua obra, *De vulgari eloquentia,* nos quais se propõe a tratar de baladas e sonetos, ou nunca foram escritos ou se perderam. Mas na verdade, ele nos deixou em seus sonetos e *Canzoni* um tesouro de experiência interior. E em que estruturas os colocou! A prosa de *Vita nuova,* onde nos dá conta da origem de cada poema, é tão maravilhosa quanto os versos, e forma com eles um todo uniforme, inspirado no mais profundo brilho da

paixão. Com franqueza e sinceridade inabaláveis, ele desnuda cada tonalidade de sua alegria e tristeza, e as molda resolutamente nas formas mais restritas. Numa leitura atenta desses sonetos e *Canzoni*, e dos maravilhosos fragmentos do diário de sua juventude, somos levados a imaginar que, em toda a Idade Média, os poetas fugiram propositadamente de si mesmos, e Dante foi o primeiro a procurar a própria alma. Antes de sua época encontramos muitos versos artísticos; ele porém é o primeiro *artista* no sentido pleno da palavra – o primeiro a moldar conscientemente a matéria imortal numa forma imortal. O sentimento tem aqui plena grandeza e veracidade objetiva, exposto em sua maior parte de modo que todas as épocas e povos possam dele se apropriar. Onde escreve com espírito inteiramente objetivo, e deixa que se adivinhe a força do seu sentimento apenas por algum fato externo, como nos magníficos sonetos "Tanto gentile" e "Vede perfettamente", ele parece sentir a necessidade de desculpar-se. O mais belo desses poemas pertence realmente a esta classe – o "Deh peregrini che pensosi andate" (Oh, peregrinos, que caminhais imersos em pensamentos, da *Vita nuova*.) Mesmo sem levar em conta a *Divina comédia*, Dante teria ficado conhecido por esses poemas juvenis, limite entre o medievalismo e os tempos modernos: o espírito humano dera um grande passo em direção à consciência da sua vida secreta.

As revelações a este respeito, na *Divina comédia*, são simplesmente imensuráveis; seria necessário repassar todo o poema, canto após canto, para fazermos justiça a seu valor, deste ponto de vista. Felizmente isto não é necessário, já que há muito vem sendo o alimento diário de todos os países do Ocidente. Seu plano e as idéias sobre as quais se baseia pertencem à Idade Média, e atraem nosso interesse apenas historicamente; a *Divina comédia* é, porém, o início de toda a poesia moderna, pela força e riqueza demonstradas na descrição da natureza humana, em todas as formas e atitudes[55].

Desta época em diante pode-se dizer que a poesia experimentou um destino desigual, e que demonstrou, pela metade de um século, uma 'recaída'. No entanto, seu princípio mais nobre e mais vital estava salvo para sempre; e, todas as vezes que, nos séculos XIV e XV, e no início do século XVI, um espírito original se devota a ela, representa um estágio mais avançado do que o encontrado em qualquer outro poeta de fora da Itália, admitida a igualdade de talento – algo que certamente não é fácil de estabelecer de maneira satisfatória.

[55] Para entender a psicologia de Dante, o início do *Purg.* IV é uma das passagens mais importantes. Vide também as partes do *Convito*, que tratam do assunto.

Aqui, como em outros aspectos na Itália, a cultura – na qual a poesia está incluída – precede as artes visuais, e, na verdade, dá-lhes seu principal impulso. Mais de um século se passou antes de o elemento espiritual na pintura e na escultura vir a atingir um poder de expressão análogo à *Divina comédia* sob qualquer aspecto. Até onde a mesma regra se mantém no referente ao desenvolvimento artístico de outras nações[56], e o quão importante pode ser esta questão, é algo que não nos concerne aqui. Para a civilização italiana, tem peso decisivo.

Sob este aspecto, a posição a ser atribuída a Petrarca deve ser estabelecida pelos muitos leitores do poeta. Aqueles que dele se aproximam com o espírito do inquisidor, procurando detetar as contradições entre o poeta e o homem, suas infidelidades no amor, e todas as outras facetas frágeis de seu caráter, podem, talvez, depois de se esforçarem, terminar por perder todo o gosto por sua poesia. Em lugar da simples apreciação artística podemos assim adquirir um conhecimento do homem em sua 'totalidade'. Que pena que as cartas que Petrarca expediu de Avignon contenham tão poucos mexericos, e que as cartas de seus conhecidos, e dos amigos desses conhecidos, tenham-se perdido (ou jamais existido)! Em vez de agradecermos aos céus quando não nos vemos forçados a indagar como e através de que lutas um poeta conseguiu salvar algo imortal de sua própria vida e sorte, esses 'restos' alinhavaram uma biografia de Petrarca que pode ser lida como um processo de acusação. O poeta pode se consolar, porém. Se se continuar a editar e publicar a correspondência de pessoas famosas por mais de meio século, como se tem feito na Inglaterra e na Alemanha, ele terá companhia suficientemente ilustre para sentar-se a seu lado no banco do arrependimento.

Sem fechar os olhos para o muito que há de forçado e artificial em sua poesia, onde o autor imita a si mesmo e continua a cantar a mesma nota, não podemos deixar de admirar a maravilhosa abundância de retratos do mais recôndito da alma – descrições de momentos de alegria e tristeza que devem ter sido completamente originais, já que ninguém antes nos deixou nada do mesmo tipo, e cujo significado se mantém para seu país e para o mundo. Seu verso não é igualmente transparente em todos os versos; ao lado dos pensamentos mais belos surge às vezes algum conceito alegórico ou truque sofista

[56] Os retratos de Van Eyck e da sua escola provariam o contrário para o Norte. Permaneceram por um longo período muito adiante de todas as obras executadas com palavras.

de lógica, completamente estranhos a nosso gosto atual. A balança, porém, pende para o lado da excelência.

Boccaccio, também, nos seus *Sonetos* imperfeitamente conhecidos, consegue às vezes oferecer uma descrição das mais poderosas e efetivas dos seus sentimentos. A volta a um lugar consagrado pelo amor (Son. 22), a melancolia da primavera (Son. 33), a tristeza do poeta que se sente envelhecido (Son. 65) são admiravelmente tratadas por ele. E em *Ameto* descreveu o poder enobrecedor e transfigurador do amor, de uma maneira difícil de se esperar do autor do *Decamerão*. Em *Fiammetta* temos outro grande e minucioso retrato da alma humana, cheio das mais agudas observações, embora executado com menos força uniforme, e prejudicado em certas partes pela paixão da linguagem de aparência culta e uma mistura infeliz de alusões mitológicas e citações eruditas. *Fiammetta*, se não nos enganamos, é uma espécie de contraparte feminina da *Vita nuova* de Dante – ou, de qualquer modo, deve sua origem a esta.

Não há dúvida de que os poetas antigos, particularmente os elegíacos, e Virgílio, no quarto livro da *Eneida*, influenciaram os italianos desta geração e das seguintes; contudo, a fonte do sentimento nesses poetas foi, apesar disso, poderosa e original. Se os compararmos sob este aspecto com seus contemporâneos de outros países, encontraremos neles a mais antiga expressão completa do sentimento europeu moderno. A questão, seja isto lembrado, não é saber se homens famosos de outras nações não tinham sentimentos igualmente profundos e nobres, mas sim quem primeiro deixou provas doumentadas de um conhecimento mais amplo dos movimentos do coração humano.

Por que os italianos da Renascença não fazem nada de primeira categoria, na tragédia? Esse era o campo onde se pode demonstrar o caráter, o intelecto e a paixão humana nos milhares de formas de seu crescimento, lutas e declínio. Em outras palavras, por que a Itália não produziu nenhum Shakespeare? Fora da Inglaterra, os italianos dos séculos XVI e XVII não tinham no teatro o menor motivo para temer comparações com outros países setentrionais; e com os espanhóis não podiam competir, uma vez que a Itália há muito perdera todos os resquícios de fanatismo religioso, tratando o código de honra do cavalheirismo apenas de modo formal, e era por demais inteligente e orgulhosa para se curvar perante seus amos tirânicos e ilegítimos. Temos, portanto, de considerar apenas o teatro inglês no período do seu breve esplendor.

Uma resposta óbvia é que a Europa toda produziu apenas um Shakespeare – uma mente como a dele é um dos mais raros dons divinos. É possível argumentar também que o teatro italiano estava a caminho de algo de grande expressão quando a Contra-Reforma caiu sobre ele e, ajudada pelo domínio espanhol em Nápoles e Milão (indiretamente, em quase toda a península), fez fenecer as melhores flores do espírito italiano. Seria difícil conceber o próprio Shakespeare sob um vice-rei espanhol, ou nas vizinhanças da Santa Inquisição, em Roma – ou mesmo, em seu próprio país, algumas décadas mais tarde, nos tempos da Revolução Inglesa. O teatro, que na sua perfeição é um produto tardio de toda civilização, precisa esperar pelo seu próprio tempo e sorte.

Não podemos, entretanto, encerrar este assunto sem mencionar certas circunstâncias que contribuíram para atrasar ou retardar o desenvolvimento do drama na Itália, até sua época ter passado.

A mais importante delas é, sem dúvida, o fato de que o gosto cênico do povo se achava ocupado principalmente com os mistérios e as procissões religiosas. Em toda a Europa o teatro secular teve origem na apresentação dramática da história e das lendas sagradas; mas na Itália, como se demonstrará de forma mais completa nos capítulos seguintes, gastava-se nos mistérios uma tal riqueza de esplendor decorativo que isso não podia deixar de inibir a atividade dramática. De todas as caras e incontáveis representações não surgiu sequer um ramo de poesia como os *Autos sacramentales* de Calderón e outros poetas espanhóis, e muito menos quaisquer vantagens ou fundamento para o drama secular.

E quando este finalmente apareceu, entregou-se imediatamente à magnificência dos efeitos cênicos, aos quais os mistérios já haviam acostumado o gosto público. Ficamos sabendo com espanto como eram ricos e esplêndidos os cenários na Itália, numa época em que no norte da Europa eles se limitavam a uma simples indicação de lugar. Isso poderia não ter exercido um efeito tão desfavorável no teatro se a atenção da platéia não fosse afastada da concepção poética da peça, em parte pelo esplendor do vestuário e principalmente devido aos fantásticos interlúdios (*intermezzi*).

O fato de que em muitos lugares, particularmente em Roma e em Ferrara, Plauto e Terêncio, bem como peças dos antigos trágicos, eram apresentados em latim ou italiano; de que as academias que já mencionamos fizessem disso um de seus principais objetivos; e que os poetas da Renascença seguissem servilmente esses modelos eram todas condições desfavoráveis ao teatro italiano no período em questão. Assim mesmo, considero-as de importância secundária. Não houvessem acontecido a Contra-Reforma e as ocupações estrangeiras, essas mesmas desvantagens poderiam ter atuado como

valiosos meios de transição. De qualquer maneira, para grande desgosto dos humanistas, por volta de 1520, era dada como certa a vitória da língua-mãe na tragédia e na comédia. Deste lado, nenhum obstáculo se erguia no caminho do povo mais desenvolvido da Europa para impedi-lo de elevar o teatro, em suas formas mais nobres, a constituir uma reflexão autêntica sobre a vida e o destino humanos. Foram os inquisidores e os espanhóis que intimidaram o espírito italiano, impossibilitando a representação dos temas mais sublimes, principalmente quando estavam associados às memórias patrióticas. Ao mesmo tempo, não há dúvida de que os *intermezzi* causavam sérios malefícios ao drama. Vamos agora considerá-los um pouco mais de perto.

Quando se celebrou o casamento de Alfonso de Ferrara com Lucrezia Borgia, o Duque Ercole, em pessoa, mostrou aos seus ilustres convidados os 110 trajes que iriam servir para a representação de cinco comédias de Plauto, a fim de que todos vissem que nenhum deles seria usado duas vezes. Mas toda essa exibição de seda e chamalote foi pouca coisa comparada aos bailados e pantomimas que serviam de interlúdio entre os atos dos dramas plautinos. É fácil entender que, por comparação, o próprio Plauto parecesse mortalmente tedioso para uma jovem como Isabella Gonzaga, e que enquanto a peça se desenrolava todos ansiassem pelos interlúdios, se pensamos no brilho pitoresco com que eram encenados. Havia combates de guerreiros romanos, brandindo suas armas ao som da música, danças das tochas executadas pelos mouros, uma dança de selvagens com cornucópias das quais brotavam línguas de fogo – tudo isso sob a forma de pantomima dançada, na qual uma donzela era salva de um dragão. Vinha então uma dança de bobos, em que estes se batiam com bexigas de porcos, e outras coisas do mesmo gênero. Na Corte de Ferrara nunca se apresentava uma comédia sem o "seu" balé (*moresca*). Não sabemos o estilo com que o *Amphitruo* de Plauto foi ali representado (1491, no primeiro casamento de Alfonso, com Anna Sforza). Possivelmente mais como pantomima musicada do que como drama. De qualquer maneira, os acessórios eram mais consideráveis que a própria peça. Houve uma dança coral de jovens vestidos em folhas de hera, movendo-se em figurações complicadas, feitas ao ritmo da música de uma orquestra de guizos; depois apareceu Apolo dedilhando a lira com o plectro, e cantando uma ode à casa de Este; em seguida, como um interlúdio dentro de um interlúdio, uma espécie de farsa rústica, após a qual o palco voltou a ser ocupado pela mitologia clássica – Vênus, Baco e acompanhantes – e por uma pantomima representando o julgamento de Páris. Só então foi

representada a segunda metade da fábula de *Amphitruo,* com referências inconfundíveis ao futuro nascimento de um Hércules na casa de Este. Numa representação anterior da mesma peça, nos pátios do palácio (1487), "um paraíso com estrelas e outras rodas" ficou ardendo constantemente, isto é, provavelmente, iluminado com fogos de artifício, que, sem dúvida, absorviam a atenção dos espectadores. Certamente era melhor quando tais representações eram feitas em separado, como acontecia em outras cortes. A propósito, precisamos falar das diversões oferecidas pelo Cardeal Pietro Riario, pelos Bentivogli de Bolonha, e por outros, quando formos tratar das festividades em geral.

Esta magnificência cênica tornara-se agora universal, tendo um efeito desastroso sobre a tragédia italiana. "Antigamente, em Veneza", escreve Francesco Sansovino, por volta de 1570, "além de comédias, tragédias escritas por autores antigos e modernos eram encenadas com grande pompa. A fama dos arranjos cênicos (*apparati*) trazia espectadores de longe. Hoje, as representações são montadas por particulares, em suas próprias casas, e há muito se criou o costume de passar o carnaval em comédias e outras diversões cheia de alegria." Em outras palavras, o exibicionismo cênico ajudou a matar a tragédia.

As várias tentativas desses modernos autores de tragédias – entre as quais a *Sofonisba* de Trissino (1515) foi a mais festejada –, pertencem à história da literatura. Pode-se dizer o mesmo da comédia elegante, modelada em Plauto e em Terêncio. Até mesmo Ariosto nada conseguiu escrever de primeira categoria nesse estilo. Por outro lado, a comédia popular, em prosa, conforme tratada por Maquiavel, Bibbiena e Aretino, poderia ter tido futuro, caso seus temas não a houvessem condenado. Por um lado, eram devassas ao último grau; pelo outro, visavam certas classes na sociedade que, depois de meados do século XVI, deixaram de fornecer motivo para ataques públicos. Se na *Sofonisba* a caracterização dava lugar à declamação brilhante, esta, com sua meia-irmã, a caricatura, foi usada muito livremente também na comédia.

A redação de tragédias e comédias, e a prática de se levar ao palco tanto peças antiga como modernas, continuou sem interrupção, mas servindo apenas como motivo para exibições. A índole nacional voltava-se noutras direções em busca de interesses vivos. Quando apareceram as óperas e as fábulas pastorais, estas tentativas foram, a longo prazo, totalmente abandonadas.

Somente uma forma de comédia era e permaneceu nacional – a *commedia dell'arte,* improvisada. Não prestava grandes serviços ao

delineamento de personagens, já que as máscaras usadas eram poucas em número e conhecidas de todos. Mas a nação sentia tamanha afinidade com este estilo que, muitas vezes, no meio de comédias escritas, os atores improvisavam, baseando-se na própria inspiração, de modo que uma nova forma mista de comédia passou a existir em alguns lugares. As peças montadas em Veneza por Burchiello, e mais tarde as das companhias de Armonio, Valeriano Zuccato, Lodovico Dolce, e outros, podem ter sido dessa espécie. De Burchiello sabemos que costumava aumentar o efeito cômico misturando palavras gregas e eslovenas ao dialeto veneziano. Uma *commedia dell'arte* completa, ou quase isso, foi representada por Angelo Beolco, conhecida como *Il Ruzzante* (1502-1542), cujas máscaras usuais eram de camponeses paduanos, com os nomes de Menato, Vezzo, Billora, etc. Ele estudou o dialeto desses campônios quando passava o verão na *villa* de seu protetor, Luigi Cornaro (Aloysius Cornelius), em Codevico. Gradualmente todas as máscaras locais conhecidas foram fazendo sua aparição, e algumas ainda deliciam o populacho italiano em nossos dias: Pantalone, o Doutor, Brighella, Pulcinella, Arlecchino e outros. Em sua maioria são bastante antigas, e talvez ligadas historicamente às máscaras das antigas farsas romanas; mas só no século XVI diversas dessas máscaras foram combinadas numa só peça. Atualmente isto não acontece tanto; mas cada grande cidade ainda se mantém fiel à sua máscara local – Nápoles a Pulcinella, Florença a Stentorello, Milão ao seu tão admirável Meneghino.

Isto é, na verdade, uma parca compensação para um povo que, talvez num grau muito maior do que qualquer outro, teve o poder de refletir e contemplar suas melhores qualidades no espelho do teatro. Este poder, porém, seria prejudicado durante séculos por fatores negativos, por cuja predominância os italianos só em parte foram responsáveis. Na realidade, o talento universal para a representação dramática não podia ser desenraizado, e na música a Itália fez valer seus direitos de supremacia na Europa. Aqueles que sabem encontrar no mundo do som uma compensação para o teatro, cujo futuro estava impedido, têm aí uma fonte de consolo nada desprezível.

Contudo, talvez possamos encontrar na poesia épica o que o palco deixa de nos oferecer. Ainda assim, a principal acusação feita à poesia histórica da Itália reside precisamente na representação insignificante e imperfeita de seus personagens.

Outros méritos lhe são concedidos, entre eles o de ter sido, por três séculos, efetivamente lida e constantemente reimpressa, enquanto quase toda a poesia épica de outras nações tornou-se assunto

de curiosidade histórica ou literária. Será que isto se deve ao gosto dos leitores, que exigem algo diferente daquilo capaz de satisfazer um público setentrional? Certamente, sem penetrar no sentimento italiano seria impossível apreciar a excelência característica desses poemas, e muitos homens famosos admitem que não conseguem entendê-los. Na verdade, se criticarmos Pulci, Boiardo, Ariosto e Berni tendo em vista exclusivamente seus temas e idéias, deixaremos de lhes fazer justiça. São artistas de um gênero particular, escrevem para um povo distinta e eminentemente artístico.

As lendas medievais persistiram depois da extinção gradual da poesia do cavalheirismo, em parte sob a forma de adaptações ritmadas, em parte como romances em prosa, que foi o que ocorreu na Itália durante o século XIV. Mas as memórias recém-despertadas da Antiguidade estavam crescendo muito depressa, alcançando proporções gigantescas, e logo punham na sombra todas as criações fantásticas da Idade Média. Boccaccio, por exemplo, no seu *L'amorosa visione* cita, entre os heróis do seu palácio encantado, Tristão, Artur, Galeotto e outros; de forma breve, porém, como se sentisse vergonha de falar neles; e os autores seguintes não os nomeiam ou os citam apenas para ridicularizá-los. Assim mesmo as pessoas os guardavam na memória, e do povo passaram às mãos dos poetas do século XV. Estes eram capazes agora de conceber e representar seus temas de maneira totalmente nova. E fizeram mais: introduziram um grande número de novos elementos e, na realidade, os remodelaram do princípio ao fim. Não podemos esperar que tratassem esses assuntos com o respeito sentido antigamente. Todos os outros países devem invejá-los pela vantagem de terem um interesse popular deste tipo a qual apelar; mas sem hipocrisia não poderiam tratar tais mitos com respeito.

Em vez disso, moviam-se com liberdade no mundo novo que a poesia ganhara. O que visavam principalmente parece ter sido que seus poemas, quando recitados, produzissem o efeito mais harmônico e estimulante possível. Tais obras, na verdade, ganham imensamente quando são repetidas não como um todo, mas aos poucos, com um leve toque de comédia na voz e nos gestos. Um retrato mais profundo e mais detalhado do personagem pouco faria para realçar esse efeito; embora o leitor possa desejá-lo, o ouvinte, que vê o rapsodo diante dele, e ouve apenas uma peça de cada vez, não pensa absolutamente nisso. Com respeito às figuras, que o poeta já encontrava prontas, sua sensação era dúbia; sua cultura humanística protestava contra o estilo medieval, e os combates, contrapartes das batalhas e torneios da própria época do poeta, serviam de exercício para todos os seus

conhecimentos e poderes artísticos; ao mesmo tempo, exigiam as qualidades mais elevadas do recitador. Mesmo em Pulci, de acordo com isso, não temos uma paródia do cavalheirismo, estritamente falando, embora o humor rude de seus paladinos muitas vezes chegue perto disso. Ao lado deles ergue-se o ideal da combatividade – o cômico e jovial Morgante – que domina exércitos inteiros com seu badalo de sino, e se projeta em contraste com o monstro Margutte, grotesco e interessante. Assim mesmo Pulci não dá nenhum realce especial a esses dois personagens rudes e vigorosos; muito depois de terem desaparecido, a história mantém seu curso singular. Boiardo tratava seus personagens com a mesma mestria, usando-os para finalidades sérias ou cômicas, como lhe agradasse; faz graça até mesmo com os seres sobrenaturais, aos quais retrata às vezes como grosseirões. Mas há uma finalidade artística, que ele e Pulci procuram com ansiedade: a descrição exata e viva de tudo o que acontece. Pulci recitava seus poemas, ao terminar um livro após o outro, diante da corte de Lorenzo, o Magnífico; da mesma forma, Boiardo recitava os seus na corte de Ercole de Ferrara. Pode-se imaginar facilmente que qualidade essas platéias exigiam, e o pouco reconhecimento que uma exposição psicológica profunda iria trazer para o poeta. Sob tais circunstâncias, os poemas naturalmente não formavam um todo completo, e poderiam muito bem ser a metade, duas vezes mais longos do que são agora. Sua composição não é a mesma de um grande retrato histórico, mas sim a de um friso ou uma fita entrançada entre grupos de figuras pitorescas. E precisamente nas figuras de um friso não esperamos a execução minuciosa das formas individuais, ou perspectivas distantes e planos diferentes, devemos, então, esperar igualmente pouco desses poemas.

A variada riqueza de invenção, que nos espanta continuamente, principalmente no caso de Boiardo, torna ridículas todas as nossas definições acadêmicas da essência da poesia épica. Para aquela época, esta forma de literatura era a diversão mais agradável dos estudos arqueológicos, e, de fato, o único meio possível de restabelecer uma classe independente de poesia narrativa. A versificação da história antiga só podia levar a caminhos falsos, pisados por Petrarca no seu *Africa,* em hexâmetros latinos, e, 150 anos mais tarde, por Trissino em *A Itália libertada dos godos,* composto em *versi sciolti* – um poema infindável de linguagem e versificação imaculados, que nos leva a hesitar entre dizer que esta aliança infeliz foi mais desastrosa para a história ou para a poesia.

E até que ponto o exemplo de Dante ilude aqueles que o imitaram? Os visionários *Trionfi* de Petrarca foram as últimas obras

escritas sob esta influência que satisfazem nosso gosto. A *Amorosa visione* de Boccaccio é, no fundo, nada mais que uma enumeração de personagens históricos ou fabulosos, arranjados sob categorias alegóricas. Outros prefaciam aquilo que têm a dizer com uma imitação barroca do primeiro canto de Dante, e fornecem alguma comparação alegórica, para ocupar o lugar de Virgílio. Uberti, por exemplo, escolheu Solino para seu poema geográfico – o *Dittamondo* – e Giovanni Santi elegeu Plutarco para seus encômios a Federigo de Urbino. A única salvação, nessa época de falsas tendências, estava na nova poesia épica, representada por Pulci e Boiardo. A admiração e a curiosidade com que foi recebida – algo igual talvez nunca mais se veja na poesia épica, até o final dos tempos – é uma prova clamorosa de como tal poesia era necessária. É inútil perguntar se o ideal épico formado por nossa época, a partir de Homero e do *Nibelungenlied,* é ou não alcançado nessas obras; certamente ela representou um ideal para sua própria era. Por suas infindáveis descrições de combates – para nós a parte mais cansativa desses poemas – eles satisfaziam, como já deixamos claro, a um interesse prático do qual nos é difícil formar uma concepção apropriada – da mesma maneira como é igualmente difícil entender o apreço que se tinha então pela reflexão viva e fiel do momento passageiro.

Um teste mais impróprio não poderia ser aplicado a Ariosto do que considerar o grau em que seu *Orlando Furioso*[57] serve à representação do personagem. Na realidade, há personagens, traçados com cuidado afetuoso; o poema, porém, não depende deles para seu efeito, e perderia, ao invés de ganhar, se recebessem uma ênfase maior. Não obstante, exigi-los é parte de um desejo mais amplo e mais generalizado que Ariosto deixa de satisfazer, da forma como em nossos dias gostaríamos de ver satisfeito. De um poeta de tal fama e de talento tão poderoso receberíamos alegremente algo melhor do que as aventuras de Orlando. Dele poderíamos esperar uma obra que expressasse os mais profundos conflitos da alma humana, os pensamentos mais elevados de seu tempo com respeito aos temas humanos e divinos – numa palavra, uma dessas sínteses supremas, como a *Divina comédia* ou *Fausto.* Em vez disso, ele se dispõe ao trabalho como os artistas visuais de seus próprios dias, sem se importar com a originalidade (no nosso sentido da palavra), reproduzindo simplesmente um círculo familiar de figuras, mesmo quando se ajusta a seus propósitos, fazendo uso de detalhes legados pelos antecessores. A excelência que ainda assim é atingida será ainda mais difícil de compreender para as pessoas nascidas sem senso artístico, na medida

[57] Primeira edição, 1516.

em que forem inteligentes e instruídas em outros terrenos. O objetivo artístico em Ariosto é brilhante, a ação viva ele a distribui igualmente pelo conjunto do grande poema. Por isso precisamos desculpá-lo, não apenas quanto à expressão mais profunda dos personagens, como também quanto à conexão estrita na sua narrativa. Deve-lhe ser permitido retomar temas perdidos e esquecidos quando e onde lhe aprouver; seus heróis devem ir e vir, não por causa do seu caráter, mas porque a história o requer. Assim mesmo, neste estilo aparentemente irracional e arbitrário, ele demonstra uma beleza harmoniosa, sem jamais se perder em descrições, dando apenas um esboço de cenas e pessoas incapaz de prejudicar o fluir do movimento da narrativa. Detém-se menos ainda em conversas e monólogos, mas mantém o elevado privilégio do verdadeiro poema épico, transformando tudo em narrativa viva. O *pathos* que nos apresenta não está nas palavras, nem sequer no famoso canto 23 e seguintes, onde a loucura de Orlando é descrita. O fato de as histórias de amor no poema heróico serem destituídas de toda ternura lírica deve ser considerado um mérito, embora, do ponto de vista moral, elas não possam todas ser aprovadas. Assim mesmo, às vezes são de tamanha veracidade e realismo, apesar de toda a magia e romance que as rodeiam, que poderíamos até pensar terem sido casos ocorridos com o próprio poeta. Na consciência plena do seu próprio gênio, ele não tem escrúpulos em intercalar no poema os acontecimentos de seus próprios dias e de celebrar em visões e profecias a fama da casa de Este. O fluir maravilhoso de suas oitavas transporta tudo com movimento digno e uniforme.

Com Teofilo Folengo, ou, como ele se intitula, Limerno Pitocco, a paródia de todo o sistema do cavalheirismo atingiu o objetivo que havia tanto perseguia. Mas aqui a comédia, com seu realismo, exigia necessariamente um delineamento mais estrito do personagem. Exposto a todos os maus-tratos dos meninos de rua meio-selvagens, em Sutri, uma cidade do campo romano, o pequeno Orlando cresce diante de nossos olhos transformando-se no herói anticlerical e contestador. O mundo convencional que vinha sendo aceito desde os tempos de Pulci, e servira como molde para as epopéias, cai em pedaços. A origem e a posição dos paladinos são ridicularizadas abertamente, como no torneio de burros no segundo livro, onde os cavaleiros aparecem com os armamentos mais ridículos. O poeta dá desculpas irônicas para a inexplicável carência de fé que parece implantada na casa de Gano de Mainz, a laboriosa aquisição da espada durindana, e assim por diante. A tradição, na verdade, serve-lhe apenas como substrato para os episódios: fantasias

burlescas, alusões e acontecimentos da época (algumas, como o encerramento do capítulo VI, são excelentes), e anedotas indecentes. No meio disso tudo, uma certa zombaria a Ariosto é inconfundível, e foi uma sorte para o *Orlando Furioso* que o *Orlandino,* com suas heresias luteranas, fosse logo afastado pela Inquisição. É evidente a paródia quando (Cap. VI, 28) o paladino Guidone deduz ser oriundo da casa de Gonzaga, uma vez que os Colonna reivindicavam Orlando, os Orsini a Rinaldo, e a casa de Este – de acordo com Ariosto – a Ruggiero, como ancestrais. Talvez Ferrante Gonzaga, o protetor do poeta, fosse solidário a este sarcasmo contra a casa de Este.

O fato de que na *Jerusalém libertada* de Torquato Tasso a delineação do personagem é uma das principais tarefas do poeta prova apenas como este modo de pensar diferia do prevalecente meio século antes. Esta obra admirável é um verdadeiro monumento da Contra-Reforma, que já se completara, do espírito e das tendências daquele movimento.

A BIOGRAFIA NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO

Fora da esfera da poesia os italianos foram também os primeiros europeus a exibir a capacidade e a inclinação para descrever com suficiente precisão o homem conforme aparece na história, com suas características internas e externas.

É verdade que na Idade Média foram feitas tentativas consideráveis na mesma direção; e as lendas da Igreja, como uma espécie de trabalho biográfico corrente, devem até certo ponto ter mantido vivos o interesse por tais descrições. Nos anais dos mosteiros e catedrais, muitos clérigos (Meinwerk de Paderborn, Godehard de Hildesheim e outros) são apresentados vividamente diante de nossos olhos; e existem descrições de diversos imperadores alemães, modeladas nos velhos autores – particularmente Suetônio – que contêm feições admiráveis. Na verdade, estas e outras *vitæ* profanas chegaram a tempo de formar uma contrapartida contínua para as lendas sacras. Assim mesmo, nem Einhard, nem Wippo, nem Radevicus podem ser citados ao lado da biografia de São Luís por Joinville, o qual certamente se ergue quase sozinho como o primeiro retrato espiritual completo do europeu moderno. Personagens como São Luís são escassos em todas as épocas, e ele foi favorecido pela boa sorte de ter o espírito de todos os acontecimentos e ações de sua vida captados e representados por um observador sincero e ingênuo. A partir de que fontes restritas somos obrigados a adivinhar a natureza interior de

Frederico II, ou de Filipe, o Belo! Muito daquilo que, até o encerrar da Idade Média, passava por biografia é narrativa contemporânea, escrita sem qualquer senso do que é *individual* na temática dessas crônicas.

Entre os italianos, ao contrário, a procura das feições características dos homens notáveis era uma tendência prevalecente; é isso que os separa dos outros povos ocidentais, entre os quais a mesma coisa só acontece raramente, em casos excepcionais. Esse olho aguçado para a individualidade pertence àqueles que emergiram da vida semiconsciente da raça, tornando-se eles próprios *indivíduos*.

Sob a influência do conceito de fama prevalecente, surgiu a arte da biografia comparada, deixando de considerar necessária a ordem de sucessão dinástica ou eclesiástica, como em Anastácio, Agnelo e seus sucessores, ou nos biógrafos dos doges venezianos. Sentia-se livre para descrever qualquer homem, desde que fosse notável; tomou por modelo Suetônio, Nepos (os *viri illustres*), e Plutarco, até onde este era conhecido e traduzido; para esboços de história literária, parecem ter servido como padrão as vidas dos gramáticos, retóricos e poetas que conhecemos como os *Appendices* a Suetônio, tão bem como a vida de Virgílio, muito conhecida, da autoria de Donato.

Já foi mencionado que as coleções biográficas – vidas de homens e mulheres famosos – começaram a aparecer no século XIV. Onde não descrevem contemporâneos, dependem naturalmente de narrativas anteriores. O primeiro grande esforço original é a *Vida de Dante,* de Boccaccio. Escrita de maneira leve e retórica, cheia de fantasias arbitrárias, apesar de tudo esta obra dá-nos uma sensação viva dos traços extraordinários da natureza de Dante. Seguem-se, no final do século XIV, as *vite* de florentinos ilustres, por Filippo Villani. São homens de todas as categorias: poetas, juristas, médicos, acadêmicos, artistas, estadistas e soldados; alguns deles ainda estavam vivos. Florença é ali tratada como uma família prendada, sendo descritos todos os membros nos quais o espírito familiar se expressa mais vigorosamente. As descrições são breves, mas mostram aguçado discernimento pelo que é característico, e são dignas de nota por incluírem no mesmo esboço a fisionomia interna e externa. Daquela época em diante os toscanos não deixaram mais de considerar a descrição do homem como algo de sua especial competência, e a eles devemos os mais valiosos retratos dos italianos dos séculos XV e XVI. Giovanni Cavalcanti, nos apêndices à sua história florentina, escrita antes de 1450, coleciona exemplos de virtudes cívicas e de abnegação, de discernimento político e valor militar demonstrado pelos florentinos. Pio II nos deixa, nos seus

Comentários, um valioso retrato de contemporâneos famosos; há não muito tempo foi reimpressa uma obra isolada de seus primeiros anos, preparatória desses retratos, com cores e feições singulares. A Jacopo de Volterra devemos mordazes esboços dos membros da Cúria nos tempos de Sisto IV. Já nos referimos várias vezes a Vespasiano Fiorentino: ocupa um lugar importante como autoridade histórica, mas seu dom como pintor de caracteres não se compara com o de Maquiavel, Niccolò Valori, Guicciardini, Varchi, Francesco Vettori e outros – pelos quais a literatura histórica européia provavelmente foi tão influenciada nesta direção quanto pelos antigos. Não se deve esquecer que alguns desses autores logo encontraram caminho nos países setentrionais, por intermédio de traduções latinas. E sem Giorgio Vasari, de Arezzo, e sua importante obra, talvez não tivéssemos até hoje uma história da arte setentrional, ou da arte da Europa moderna.

Entre os biógrafos do Norte da Itália, no século XV, Bartolommeo Fazio, de Spezia, tem um lugar importante. Platina, nascido no território de Cremona, em sua *Vida de Paulo II,* dá-nos exemplos de caricaturas biográficas. A descrição do último dos Visconti, escrita por Piercandido Decembrio – uma imitação ampliada de Suetônio – tem importância especial. Sismondi lamenta que tanto trabalho tenha sido dedicado a um objetivo sem valor, mas o autor, embora dificilmente tivesse sido capaz de tratar de um homem de maior grandeza, descreveu com muita competência a natureza mista de Filippo Maria, e representou com precisão as condições, formas e conseqüências deste tipo particular de despotismo. O retrato do século XV estaria incompleto sem esta biografia singular, característica até nos pormenores. Milão possuiu mais tarde um excelente retratista de personalidades no historiador Cório; depois dele veio Paolo Giovio, de Como, cujas biografias mais longas e curtos *Elogia* alcançaram reputação mundial, e se tornaram modelos para os escritores subseqüentes, em todos os países. É fácil provar, com centenas de trechos, como era superficial e até mesmo desonesto; e tampouco se deve esperar qualquer propósito elevado e sério da parte de um homem como ele. No entanto, o espírito da época se movimenta em suas páginas, e seu Leão, seu Alfonso, seu Pompeo Colonna vivem e agem perante nós com tamanho realismo e veracidade que penetramos nos mais profundos recessos de suas naturezas.

Entre os escritores napolitanos, até onde somos capazes de julgar, Tristano Caracciolo mantém o indisputável primeiro lugar sob este aspecto, embora seu objetivo não fosse estritamente biográfico.

Nas figuras que nos apresenta, a culpa e o destino estão mesclados de tragédias. A tragédia genuína, que então não encontrava lugar no palco, "passava como um furacão", pelo palácio, as ruas e as praças públicas. *Palavras e feitos de Alfonso, o Grande,* escrito por Antonio Panormita, estando vivo o rei, é notável como uma das primeiras coleções de anedotas e ditos sábios e espirituosos.

O restante da Europa seguiu neste particular o exemplo da Itália, mas devagar, embora os grandes movimentos políticos e religiosos houvessem quebrado tantos vínculos, e despertado tantos milhares de pessoas para uma nova vida espiritual. Os estudiosos e diplomatas italianos permaneceram ainda, em conjunto, a melhor fonte de informações quanto ao caráter dos homens que ocupavam a liderança em todas as nações da Europa. É bem conhecida a rapidez e a unanimidade com que os relatórios dos embaixadores venezianos dos séculos XVI e XVII foram reconhecidos como autoridades de primeira ordem no campo da descrição pessoal. Na Itália, até mesmo as autobiografias nos levam aqui e ali a um vôo ousado e vigoroso, trazendo-nos, juntamente com a mais variada gama de incidentes da vida externa, revelações notáveis sobre o homem interior. Em outras nações, mesmo na Alemanha na época da Reforma, elas tratam apenas das experiências externas, e nos deixam a tarefa de adivinhar o espírito a partir do estilo da narrativa. Parece que a *Vita nuova* de Dante, com o sopro inexorável de verdade que a percorre por inteiro, havia mostrado o caminho a seus conterrâneos.

Os primórdios da autobiografia podem ser encontrados nas histórias de família dos séculos XIV e XV, que, segundo se diz, não são raras nas bibliotecas florentinas – narrativas escritas sem afetação, enaltecendo o indivíduo ou sua família, como aquela de Buonaccorso Pitti.

Não se deve procurar uma auto-análise profunda nos *Comentários* de Pio II. O que ficamos sabendo sobre ele, como homem, parece, à primeira vista, restrito à narrativa dos vários degraus da sua carreira. Reflexões posteriores, porém, nos levam a uma conclusão diferente com respeito a este livro notável. Há homens que são, por natureza, espelhos daquilo que os rodeia. Seria irrelevante indagar incessantemente sobre suas convicções, suas lutas espirituais, vitórias e ações mais íntimas. Æneas Sylvius viveu totalmente mergulhado no interesse do que estava mais próximo, sem se preocupar com os problemas e contradições da vida. A ortodoxia católica dava-lhe toda a ajuda de que precisava. Depois de participar de todos os movimentos intelectuais que interessaram à sua época, e de ter dado um impulso considerável a muitos deles, nos seus últimos anos ainda

tinha forças para pregar uma cruzada contra os turcos, morrendo de tristeza quando ela fracassou.

A autobiografia de Benvenuto Cellini, como a de Pio II, também não se fundamenta na introspecção. Contudo, ela descreve todo o homem – nem sempre deliberadamente – com veracidade e integridade extraordinárias. Não é pouca coisa o fato de que Benvenuto, cujas obras mais importantes pereceram sem acabamento e que, como artista só é perfeito na sua pequena especialidade decorativa (em outros aspectos, julgado pelas suas obras que ficaram, é suplantado por muitos de seus maiores contemporâneos), irá interessar à humanidade, como homem, até o final dos tempos. Impressão que não desaparece quando o leitor deteta suas mentiras ou gabolices: permanece a marca de uma natureza poderosa, enérgica e completamente amadurecida. A seu lado os autobiógrafos modernos parecem seres incompletos, embora suas tendências e seu caráter moral possam elevar-se muito mais alto. Cellini é um homem capaz de fazer tudo, que ousa tudo fazer, e leva dentro de si sua medida. Gostemos dele ou não, ele vive, tal como era, como um tipo significativo do espírito moderno.

Outro nome merece uma breve menção – alguém que, como Benvenuto, não foi um modelo de veracidade: Girolamo Cardano, de Milão (nascido em 1500). Seu pequeno livro, *De propria vita,* vai sobreviver a ele e eclipsar-lhe a fama na filosofia e na ciência natural, exatamente como a *Vida* de Benvenuto, que embora tenha um valor de outra espécie lançou as obras de Cellini na obscuridade. Cardano é um médico que sente o próprio pulso e descreve com o melhor de sua habilidade, sincera e honestamente, sua própria natureza física, moral e intelectual, juntamente com todas as condições sob as quais as desenvolveu. Sem nunca ter sido prejudicado pelas máximas estóicas, foi capaz de ultrapassar neste particular a obra que declaradamente tomou por modelo – as *Meditações,* de Marco Aurélio. Não poupa nem a si e nem aos outros, e começa a narrativa contando que nasceu porque sua mãe tentou em vão fazer um aborto. É interessante notar que atribui os acontecimentos da sua vida e seus dons intelectuais não a suas qualidades morais, mas às estrelas que presidiram seu nascimento; confessa (capítulo 10) que a previsão astrológica de que não iria viver até a idade de quarenta ou cinqüenta anos prejudicou-o na juventude. Mas não é necessário fazermos citações de um livro tão conhecido e de fácil acesso; quem o abrir não o largará antes da última página. Cardano admite ter trapaceado no jogo, ter sido vingativo, incapaz de se arrepender, cruel no uso da palavra. Confessa-o sem vergonha ou fingida contrição,

sem pretender fazer de si mesmo um objeto de interesse, mas com o mesmo amor simples e sincero aos fatos que o guiou nas pesquisas científicas. E, o que nos causa maior repulsa, depois das experiências mais chocantes, desaparecida sua confiança nos homens, o velho por fim descobre-se toleravelmente feliz e confortável. Ainda lhe restam um neto, imensa erudição, a fama de suas obras, dinheiro, posição e crédito, amigos poderosos, o conhecimento de muitos segredos e, melhor que tudo, a crença em Deus. Depois de tudo isto, conta os dentes na boca, e descobre que tem quinze.

Quando Cardano escrevia, os inquisidores e os espanhóis já haviam chegado à Itália, inibindo livros dessa natureza ou, onde eles já existiam, de algum modo afastando-os. Há um hiato imenso entre o livro de Cardano e as memórias de Alfieri.

Assim mesmo, seria injusto encerrar a lista de autobiógrafos sem ouvir uma palavra de um homem que ao mesmo tempo foi feliz e teve grande valor pessoal. Trata-se do conhecido filósofo da vida prática, Luigi Cornaro, cuja residência em Pádua, clássica como uma obra arquitetônica, era, ao mesmo tempo, o lar de todas as musas. No seu famoso tratado *Sobre a vida sóbria* descreve o regime estrito com o qual, após uma juventude doentia, já tinha conseguido alcançar a idade avançada de 83 anos, com boa saúde. Ele responde a todos os que desprezam a existência depois dos 65 anos, considerando-a uma morte em vida, mostrando-lhes que sua própria vida nada tinha de morte. "Que venham e vejam, e se espantem ante minha boa saúde, de ver como monto a cavalo sem ajuda, como subo correndo escadas e montanhas, como sou alegre e me sinto satisfeito, livre de cuidados e pensamentos desagradáveis. A paz e a alegria nunca me deixam... Meus amigos são pessoas sábias, cultas, distintas, que gozam de boa situação; quando não estão comigo leio e escrevo; por intermédio da leitura e da escrita, ou por qualquer outro meio, tento ser útil aos outros. Cada uma dessas coisas eu faço na hora certa, segundo minha vontade, na minha casa, que é bela e fica na melhor parte de Pádua. Está preparada tanto para o verão quanto para o inverno, tem todos os recursos da arquitetura, está provida de um jardim com água corrente. Na primavera e no outono, afasto-me por algum tempo para minha colina na parte mais linda dos montes Eugâneos, onde tenho fontes e jardins e uma casa confortável; e lá me divirto com caçadas fáceis e agradáveis, como convém aos meus anos. Em outras ocasiões sigo para a *villa* que tenho na planície; lá todos os caminhos levam a um espaço aberto, no meio do qual ergue-se uma bela igreja; um braço do Brenta corre através das plantações – campos férteis e bem cultivados, agora inteiramente povoados, mas que outrora os pântanos e o ar malsão tornavam mais adequados às cobras do que aos homens. Fui eu quem drenou o terreno; o ar se tornou bom, as pessoas se estabeleceram ali e se multiplicaram, e a terra foi cultivada como o é agora, de modo que posso dizer sem inverdade: 'Neste lugar criei um altar a Deus, um templo e almas para adorá-Lo.' Este é meu consolo e minha felicidade, sempre que aqui venho. No outono e na primavera visito também as cidades vizinhas, para conversar com meus amigos, através dos quais travo conhecimento com outros homens distintos – arquitetos, pintores, escultores, músicos e agricultores. Vejo as coisas novas que fizeram, e revejo o que já conhecia; e aprendo muitas das coisas que me são úteis. Vejo palácios, jardins, antiguidades, terras públicas, igrejas e fortificações. No entanto, o que mais me alegra, quando viajo, é a beleza do país e dos lugares – as planícies, as encostas das montanhas, as margens dos rios e dos riachos, rodeados por *ville* e jardins. E essa alegria não é diminuída pela fraqueza dos olhos ou dos ouvidos; todos os meus sentidos (graças a Deus!) estão na melhor das condições, inclusive o paladar; aprecio mais a comida simples, que consumo agora com moderação, do que todas as especialidades que comi nos meus anos de desregramento."

Depois de mencionar as obras que empreendera em favor da República para a drenagem dos pântanos, e os projetos que defendia constantemente para a preservação das lagoas, conclui desta forma:

"São essas as verdadeiras recreações de uma velhice que Deus me permitiu fosse saudável, livre daqueles sofrimentos mentais e físicos que fazem sucumbir tantos jovens e tantas pessoas velhas e doentes. E, se me for permitido acrescentar o pequenino ao grandioso, a brincadeira à seriedade, mencionarei que, como resultado de minha vida moderada, aos 83 anos escrevi uma comédia das mais divertidas, cheia de ditos espirituosos. Essas obras são, em geral, assunto de jovens, assim como a tragédia é assunto de velhos. Como se considera a crédito do famoso grego o fato de escrever uma tragédia aos 73 anos, não deveria eu, 10 anos mais velho, ser mais alegre e saudável do que ele jamais foi? E, para que não falte nenhum consolo na minha taça transbordante de velhice, vejo diante de mim uma forma de imortalidade corporal, nos meus descendentes. Quando chego a casa vejo à minha frente não um ou dois, mas onze netos, entre as idades de dois e 18 anos, todos do mesmo pai e da mesma mãe, todos até onde se pode julgar saudáveis e dotados de talento e disposição para aprender e levar uma boa vida. Um dos mais jovens é meu companheiro de brincadeiras (*buffoncello*), já que as crianças, do terceiro ao quinto ano, amam os brinquedos; aos mais velhos trato

como companheiros, e como têm vozes admiráveis, adoro ouvi-los cantar e tocar instrumentos diversos. Eu também canto, e acho minha voz melhor, mais clara e mais alta do que nunca. Estes são os prazeres dos meus últimos anos. Minha vida, portanto, é cheia de vida, e não morta; e não trocaria minha idade pela do rapaz que vive a serviço de suas paixões."

Na "Exortação", que Cornaro acrescentou ao livro muito tempo depois, aos 95 anos, ele declara que entre os elementos da sua felicidade está o fato de que seu *Tratado* fizera muitos convertidos. Morreu em Pádua, em 1565, com mais de 100 anos.

Este dom nacional dos italianos não se limitou às críticas e descrições de indivíduos, mas lidou com qualidades e características de povos inteiros. Durante a Idade Média, as cidades, famílias e nações de toda a Europa persistiam no hábito de fazer críticas, insultar e zombar umas das outras. Ao lado da caricatura, esses ataques muitas vezes continham um grão de verdade. No entanto, desde o início os italianos sobrepujaram a todos os demais na sua ágil apreciação das diferenças mentais entre cidades e populações. Seu patriotismo local, provavelmente muito mais forte do que o dos outros povos medievais, logo encontrou expressão na literatura e aliou-se à concepção corrente da 'fama'. A topografia tornou-se a contraparte da biografia; enquanto todas as cidades mais importantes começavam a cantar seus próprios elogios em prosa e verso, apareceram escritores que fizeram das principais cidades e distritos o tema de descrições comparativas em parte sérias, em parte satíricas e, às vezes, de observações nas quais não é fácil distinguir o que é brincadeira e o que é sério. Ao lado de algumas passagens famosas da *Divina comédia,* temos o *Dittamondo* de Uberti (cerca de 1360). Como regra, apenas fatos e características isolados e notáveis são ali mencionados: a Festa das Gralhas em Santo Apolinário, em Ravenna, as fontes de Treviso, o grande celeiro perto de Vicenza, os impostos elevados em Mântua, a floresta de torres em Lucca. Ainda assim, misturadas a tudo isto, encontramos críticas laudatórias e satíricas de todos os tipos. Arezzo figura com a engenhosidade dos seus cidadãos; Gênova com os olhos e dentes artificialmente enegrecidos (?) de suas mulheres; Bolonha, com sua prodigalidade; Bergamo, com o dialeto rude e as pessoas de cabeça dura. No século XV, era moda louvar a própria cidade até mesmo às custas das outras. Michele Savonarola aceita que, em comparação com sua Pádua nativa, apenas Roma e Veneza são mais esplêndidas, e Florença, talvez, mais alegre – afirmativa que não contribui para aumentar nosso conhecimento. No final do século, Gioviano Pontano, em seu *Antonius,* descreve uma

viagem imaginária através da Itália, simplesmente como veículo para observações maliciosas. No século XVI, porém, deparamo-nos com uma série de estudos exatos e profundos sobre as características nacionais, com que nenhum outro povo da época pôde rivalizar. Maquiavel expõe, em alguns de seus valiosos ensaios, o caráter e as condições políticas dos alemães e franceses, de tal modo que o setentrional nativo, conhecendo a história de seu próprio país, sente-se grato ao pensador florentino por seus lampejos de introspecção. Os florentinos começam a sentir prazer em descrever a si mesmos; e, aquecendo-se à merecida luz de sua glória intelectual, orgulham-se de atingir seu ponto mais alto quando impõem a primazia artística da Toscana entre os italianos, não graças a quaisquer dons especiais da natureza, mas pelo trabalho duro e paciente. Aceitam como merecido tributo à sua supremacia a homenagem de homens famosos de outras partes da Itália, de que o *capitolo* décimo-sexto do poema de Ariosto é um exemplo esplêndido.

A respeito de uma descrição admirável dos italianos, com seus vários feitos e características, embora em poucas palavras e com ênfase especial dada aos habitantes de Lucca, a quem a obra foi dedicada, podemos citar apenas o título: *Forcianae questiones,* de Ortensio Landi (Nápoles, 1536). Leandro Alberti não é tão fecundo como se poderia esperar nas suas descrições do caráter das diferentes cidades. Um *Commentario* (de Ortensio Landi, Veneza, 1553) contém, entre muitos absurdos, algumas informações valiosas sobre as más condições prevalecentes por volta de meados do século.

Não sabemos dizer com precisão até que ponto este estudo comparativo de características locais e nacionais pode, por intermédio do humanismo italiano, ter influenciado o restante da Europa. À Itália, de qualquer modo, cabe a prioridade a este respeito, assim como no que se refere à descrição do mundo de modo geral.

DESCRIÇÃO DO HOMEM EXTERIOR

As descobertas feitas com relação ao homem não se confinaram às características espirituais de indivíduos e nações; sua aparência exterior era, na Itália, tema de interesse totalmente diverso do demonstrado pelos povos do Norte.

Não nos podemos aventurar aqui a falar da posição dos grandes médicos italianos com respeito aos progressos da fisiologia; e o estudo artístico da figura humana pertence não a uma obra como a presente, mas à história da arte. É preciso porém dizer algo sobre aquela

educação universal da percepção visual que tornou o julgamento dos italianos, quanto à beleza ou à feiura corporal, algo perfeito e definitivo.

Quando lemos atentamente os autores italianos desse período, espantam-nos a agudeza e a precisão com que as feições externas são avaliadas, e o modo completo como a aparência pessoal é quase sempre descrita. Mesmo hoje, os italianos, e em especial os romanos, detêm a arte de esboçar um retrato com apenas algumas palavras. A rápida apreensão do que é característico é uma condição essencial para perceber e representar o belo. Na poesia, é verdade, uma descrição circunstanciada pode ser um defeito, e não um mérito, pois um único traço, sugerido por paixão ou introspecção profunda, não raro desperta no leitor uma impressão mais poderosa do que a figura descrita. Em parte alguma Dante nos dá uma idéia mais esplêndida de sua Beatriz do que quando descreve apenas a influência que dela se irradia. Aqui, porém, não precisamos tratar particularmente da poesia, que segue suas próprias leis e procura seus próprios fins, mas sim da capacidade geral de pintar com palavras formas reais ou imaginárias.

Nisto Boccaccio é um mestre – não no *Decamerão*, onde o caráter dos contos proíbe descrições longas, mas nos romances onde se sente livre para caminhar sem pressa. No seu *Ameto* ele descreve uma mulher loura e uma morena muito mais como um artista de cem anos depois as teria pintado – pois aqui, também, a cultura precede em muito a arte. Na descrição da morena – ou, estritamente falando, da menos loura dentre as duas – há toques que merecem ser chamados de clássicos. As palavras *la spaziosa testa e distesa* provocam a sensação de formas mais imponentes, ultrapassando a graça atraente; para ele as sobrancelhas não se assemelham a dois arcos, como no ideal bizantino, mas a uma única linha ondulada; o nariz parece inclinar-se para o aquilino; o seio amplo e farto, os braços de comprimento moderado, o efeito da bela mão, enquanto descansa no manto púrpura – tudo isso antecipa o sentido da beleza de uma época ainda por vir, e, inconscientemente, aproxima-se daquela da Antiguidade clássica. Em outras descrições Boccaccio menciona uma fronte chata (e não medievalmente arredondada), olhos longos, sinceros e castanhos e um pescoço redondo, não escavado, assim como – num tom muito moderno – os "pés pequenos" e os "dois olhos travessos" de uma ninfa de cabelos negros.

Não sei se o século XV deixou por escrito alguma descrição do seu ideal de beleza. As obras dos pintores e escultores não tornam essa descrição desnecessária, como poderia parecer à primeira vista, uma

vez que, em oposição ao realismo dos artistas plásticos, um tipo ideal poderia ter sido favorecido e preservado pelos escritores. No século XIV, apareceu com a obra notável de Firenzuola sobre a beleza feminina. Nela precisamos distinguir claramente o que ele aprendeu com os velhos autores e com os artistas, tais como a fixação de proporções segundo o comprimento da cabeça, e certos conceitos abstratos. O que permanece é sua própria observação genuína, ilustrada com exemplos de mulheres e moças de Prato. Como sua pequena obra é uma espécie de conferência, feita diante das mulheres dessa cidade – o que equivale a dizer, diante de críticos muito severos – deve ter-se mantido muito perto da verdade. Seu princípio é, declaradamente, aquele de Zêuxis e Luciano – compor um ideal de beleza reunindo partes bonitas. Define as tonalidades de cor dos cabelos e da pele, e dá a preferência ao *biondo* como a mais bela cor para o cabelo: uma tonalidade de amarelo suave, inclinando-se para o castanho. Exige que o cabelo seja espesso, comprido e cacheado; a testa serena e de largura duas vezes superior à altura; a pele deve ser radiante e límpida (*candida*), mas não de um branco morto (*bianchezza);* as sobrancelhas escuras, sedosas, fortemente marcadas no meio, diminuindo de tonalidade em direção às orelhas e ao nariz; o branco do olho ligeiramente colorido de azul, a íris não realmente negra, embora todos os poetas elogiem os *occhi neri* como um presente de Vênus (apesar do que até mesmo as deusas eram conhecidas por seus olhos de um azul celestial, e todos admiravam olhos suaves, alegres e castanhos). Os olhos deveriam ser grandes e bem frontais; as pálpebras, brancas e marcadas com pequenas veias vermelhas quase invisíveis; os cílios não deviam ser longos, nem espessos, ou escuros em demasia. O côncavo ao redor dos olhos deve ter a mesma cor das faces. A orelha, nem grande nem pequena demais, colocada de modo firme e bem feito, tendo um colorido mais forte nas partes recurvas do que nas planas, com as pontas mostrando o vermelho transparente das romãs. As têmporas, brancas e iguais, e, para a beleza mais perfeita, não deveriam ser estreitas demais[58]. O vermelho deveria ser mais forte onde as faces fossem se arredondando. O nariz, que determina principalmente o valor do perfil, deve inclinar-se gentil e uniformemente em direção aos olhos; onde a cartilagem termina, pode haver uma ligeira elevação, mas não tão

[58] Referindo-se ao fato de que a aparência das têmporas pode ser completamente alterada pelo arranjo do cabelo, Firenzuola faz um ataque cômico ao excesso de flores nos cabelos, que faz a cabeça "parecer-se a um canteiro de cravos ou a um quarto de cabra no espeto". Nesse ponto, como sempre, ele se sente à vontade na caricatura.

marcada que torne o nariz aquilino, o que não é agradável nas mulheres; a parte inferior deve ter um colorido menos marcado que as orelhas, mas não deve ser de uma brancura gélida, a divisão média acima dos lábios ligeiramente colorida de vermelho. A boca, nosso autor preferia um tanto pequena, nem se projetando em ponta e nem muito chata, os lábios não muito finos, encaixando-se de forma perfeita; quando a mulher não estivesse rindo ou falando, não deveria revelar mais do que seis dentes superiores. Como pormenores, menciona uma covinha no lábio superior, uma certa abundância no lábio inferior, um sorriso tentador no canto esquerdo da boca, e assim por diante. Os dentes não deveriam ser pequenos demais, porém, regulares, com a separação entre eles bem marcada e a cor do marfim; as gengivas não deveriam ser escuras demais, nem se assemelhar a veludo vermelho. O queixo devia ser redondo, não pontudo ou curvado para fora, ligeiramente mais vermelho ao se curvar; sua glória é uma covinha. O pescoço devia ser branco e redondo, mais longo que curto, com o côncavo e o pomo-de-adão apenas ligeiramente marcados; a pele, a cada movimento deveria exibir linhas agradáveis. Os ombros ele os quer largos e na largura do colo vê a primeira condição para sua beleza. Nenhum osso pode ser visível, e seu levantar e abaixar tem de ser gentil e gradual, o colorido *candidissimo*. A perna deve ser longa, fina nos tornozelos, mas não descarnada, e sua parte posterior deve ser branca e cheia. Os pés ele os quer pequenos, mas não ossudos, o arco (ao que parece) alto, e a cor, branca como o alabastro. Os braços devem ser brancos e rosados nas partes salientes, carnudos e musculosos em sua consistência, contudo macios como os de Palas, quando ela se ergueu diante do pastor na montanha Ida – numa palavra, maduros, frescos e firmes. A mão deve ser branca, especialmente na direção do pulso, mas grande e cheia, de toque macio como a seda, as palmas rosadas marcadas com poucas linhas, distintas e não intrincadas; as elevações na mesma não devem ser grandes, o espaço entre o polegar e o indicador de coloração brilhante e sem rugas, os dedos longos, delicados, e quase imperceptivelmente mais finos na direção das pontas, com as unhas claras, iguais, nem muito compridas nem muito quadradas, cortadas de modo a mostrar uma margem branca, do tamanho aproximado das costas da lâmina de uma faca.

Os princípios estéticos de caráter geral ocupam um lugar subordinado, em relação a esses particulares. Os princípios máximos de beleza, de acordo com os quais os olhos julgam *senza appello*, são para Firenzuola um segredo, como ele confessa francamente; e suas definições de *leggiadria, grazia, vaghezza, venustà, aria, maestà* são, em parte, como ele mesmo observou, filológicas, e em parte vãs tentativas de pronunciar o impronunciável. O riso ele define muito bem, provavelmente seguindo algum autor antigo, como a radiância da alma.

No fim da Idade Média, a literatura de todos os países exibe tentativas isoladas de enunciar princípios teóricos de beleza, mas nenhuma outra obra se compara à de Firenzuola. Brantome, que apareceu um bom meio século mais tarde, a seu lado parece um crítico inábil, pois é governado pela lascívia, e não pelo senso da beleza.

DESCRIÇÃO DA VIDA HUMANA

Entre as novas descobertas feitas com relação ao homem, temos de considerar, em conclusão, o interesse pelas descrições da vida cotidiana.

A literatura cômica e satírica da Idade Média não poderia dispensar o retrato dos acontecimentos diários. Mas seu significado é outro, porém, quando os italianos da Renascença se detêm neste quadro em si mesmo – pelo seu interesse intrínseco – porque é parte daquela grande vida universal cujo sopro mágico sentiam a seu redor. Juntamente com a comédia satírica que nas casas, aldeias e ruas, no pároco, no camponês e no burguês procura temas para zombaria, e em seu lugar, vemos agora na literatura o início de um gênero muito antes de que ele encontre expressão na pintura. Esse gênero e a sátira que muitas vezes o acompanha são coisas totalmente diversas.

Quantos assuntos terrenos Dante não precisou observar atentamente antes de poder fazer-nos ver com nossos próprios olhos tudo o que acontecia no seu mundo espiritual! Os famosos retratos da azáfama no arsenal de Veneza, do cego deixado ao lado da porta da igreja e coisas assim não são os únicos exemplos: pois a arte de expressar o mais íntimo da alma pelo gesto externo, na qual é mestre, não pode existir sem um estudo profundo e incessante da vida humana. (Cf. "Inferno" xxi, 1-6, "Purgatório" xiii, 61-66). Os poetas que se seguiram raramente chegaram perto dele neste aspecto, e os romancistas estavam proibidos pelas leis do seu estilo literário de apresentar detalhes. Seus prefácios e narrativas podem ter a extensão que lhes queiram dar, mas o que compreendemos por gênero estava fora de seu domínio. O gosto por esta espécie de descrição não foi inteiramente despertado até a época do renascimento da Antiguidade.

E aqui encontramos novamente esse homem que teve interesse por tudo – Æneas Sylvius. Nas suas descrições temos não só a beleza natural, não só a que tem a ver com a geografia ou a Antiguidade, mas

qualquer cena viva da vida cotidiana. Entre as numerosas passagens de suas memórias nas quais há cenas que dificilmente qualquer de seus contemporâneos teria considerado merecedoras de reconhecimento, mencionaremos aqui apenas a corrida de barcos no lago de Bolsena. Não fomos capazes de detetar de que antigo missivista ou contador de histórias ele retirou o impulso ao qual devemos descrições tão vívidas. Na verdade, toda a comunhão espiritual entre a Antiguidade e a Renascença é cheia de delicadeza e mistérios.

A esta classe pertencem os poemas latinos descritivos de que já falamos – cenas de caçada, viagens, cerimônias, e assim por diante. Em italiano também encontramos coisas da mesma espécie, como por exemplo as descrições do famoso torneio mediciano, feitas por Poliziano e Luigi Pulci. Os verdadeiros poetas épicos – Luigi Pulci, Boiardo e Ariosto – são impulsionados mais depressa pelo fluxo da própria narrativa; assim mesmo, em todos eles temos de reconhecer a leveza e a precisão do seu toque descritivo como um dos elementos principais da sua grandeza. Franco Sacchetti se diverte com a repetição dos curtos discursos de um grupo de belas mulheres apanhadas nas matas por uma pancada de chuva.

Outras cenas de comovedora vividez podem ser encontradas nos historiadores militares. Num poema longo, datado de período anterior, temos um retrato fiel de um combate de soldados mercenários no século XIV – principalmente nas ordens, nos gritos de combate e nos diálogos.

No entanto, as produções mais notáveis desta espécie são as descrições realistas da vida no campo, encontradas mais abundantemente em Lorenzo, o Magnífico, e nos poetas de seu círculo.

Desde a época de Petrarca, estivera em voga um estilo irrealista e convencional de poesia bucólica, que, em latim ou italiano, era essencialmente uma cópia de Virgílio. Paralelamente, encontramos o romance pastoral de Boccaccio, e outras obras da mesma espécie, até a *Arcadia* de Sannazaro e, mais tarde, a comédia pastoral de Tasso e Guarini. São obras cujo estilo, em poesia ou em prosa, é admiravelmente bem acabado, mas no qual a vida pastoral não passa de um disfarce ideal para sentimentos pertencentes a uma esfera de cultura totalmente diferente.

Ao lado de tudo isto, mais para perto do final do século XV, apareceram na poesia italiana sinais de um tratamento mais realista da vida rústica. Isto não era possível fora da Itália, pois apenas ali o camponês, trabalhador ou proprietário, tinha dignidade humana, liberdade pessoal e o direito de fixar-se na terra – por difícil que fosse sua situação sob outros aspectos. Na Itália, a diferença entre o campo

e a cidade estava muito longe de ser tão marcante como nos países setentrionais. Muitas das cidadezinhas menores eram habitadas quase que exclusivamente por camponeses que, ao voltar para casa, no cair da noite, se transformavam em homens da cidade. Os pedreiros de Como percorriam quase toda a Itália; o menino Giotto era livre de abandonar seus carneiros para juntar-se a uma associação de trabalhadores em Florença; por toda a parte uma corrente humana fluía do campo para as cidades, e algumas populações montanhesas pareciam nascidas para alimentá-la. É verdade que o orgulho e a vaidade locais supriam os poetas e novelistas com motivos abundantes para ridicularizar o *villano*, e tudo o que deixavam por fazer era assumido de imediato pelos improvisadores cômicos. Mas em lugar algum encontramos traços daquele ódio de classe brutal e desdenhoso contra os 'vilões' que inspirou os poetas aristocráticos da Provença e, muitas vezes também, os cronistas franceses. Pelo contrário, os autores italianos de todas as espécies reconhecem e acentuam de bom grado o que há de grande ou de notável na vida do camponês. Gioviano Pontano menciona com admiração exemplos da fortitude dos habitantes selvagens dos Abruzzi; nas coleções biográficas e nos novelistas deparamos com a figura da camponesa-donzela heróica, capaz de arriscar a vida para defender a família e a honra[59].

Essas condições possibilitaram o tratamento poético da vida no campo. O primeiro exemplo a mencionar é o de Battista Mantovano, cujas éclogas, que já foram muito lidas e ainda merecem leitura, apareceram entre seus primeiros trabalhos, por volta de 1480. São uma mistura de rusticidade real e convencional, tendendo a prevalecer a primeira. Representam o modo de pensar de um clérigo de aldeia bem-intencionado, com uma certa inclinação para com as idéias liberais. Na condição de monge carmelita, o autor deve ter tido a oportunidade de misturar-se livremente com os camponeses.

Contudo, é com um poder de tipo totalmente diferente que Lorenzo, o Magnífico, se transporta para o mundo pastoril. Sua *Nencia di Barberino* pode ser lida como conjunto de extratos genuínos das canções populares das terras florentinas, fundidas num grande fluxo de oitavas. A objetividade é tal que nos deixa em dúvida sobre se o narrador – o jovem camponês Vallera, que declara seu

[59] Somos incapazes de particularizar mais as condições de vida dos camponeses italianos em geral e, em especial, as particularidades da sua situação nas diversas províncias. As proporções entre as propriedades alodiais (livres) e as arrendadas, e a tributação imposta sobre cada tipo, em comparação com a de hoje, é um assunto para obras especializadas, que não tivemos a oportunidade de consultar. Em tempos difíceis, a gente do campo tendia a recair de forma espantosa na selvageria.

amor por Nencia – desperta no autor simpatia ou o senso do ridículo. Há um contraste deliberado com a écloga convencional. Lorenzo entrega-se propositadamente ao realismo da vida campestre simples e rústica; apesar disso, sua obra nos deixa a impressão da verdadeira poesia.

A *Beca da Dicomano,* de Luigi Pulci, é admitidamente a contraparte da *Nencia* de Lorenzo, mas lhe falta um objetivo mais profundo. A *Beca* é escrita não tanto pela necessidade interna de retratar a vida popular, mas pelo desejo de ganhar a aprovação do mundo florentino culto, com um poema de sucesso. Daí a vulgaridade maior e mais deliberada das cenas e as anedotas indecentes. Não obstante, o ponto de vista do amante rústico é admiravelmente expresso.

Em terceiro lugar nesta relação de poetas encontramos Angelo Poliziano, com o seu *Rusticus,* em hexâmetros latinos. Sem imitar as *Geórgicas* de Virgílio, ele descreve o ano do camponês toscano, iniciando pelo final do outono, quando os homens do campo se aprontam com novos arados e preparam as sementes para o inverno. O retrato dos prados na "Primavera" é pleno e belo, e o "Verão" contém igualmente belas passagens; a festa da colheita no outono é uma das pérolas da poesia latina moderna. Poliziano escreveu poemas em latim e em italiano, e podemos inferir que no círculo de Lorenzo era possível apresentar um retrato realista da vida apaixonada das classes inferiores. Sua canção de amor cigano é um dos primeiros produtos da tendência totalmente moderna para transferir a outra classe a própria consciência poética. É provável que isto já viesse sendo tentado há séculos no terreno da sátira, e em Florença a cada carnaval surgia tal oportunidade através das canções dos mascarados. No entanto, a compreensão solidária dos sentimentos de outra classe era nova; e com ela a *Nencia* e esta *Canzone zingaresca* marcam um novo ponto de partida na história da poesia.

Aqui também precisamos indicar brevemente como a cultura preparou o terreno para o desenvolvimento artístico. Dos tempos da *Nencia* até a pintura de estilo rústico de Jacopo Bassano e sua escola passa-se um período de 80 anos.

Na parte V vamos demonstrar como as diferenças de nascimento haviam perdido seu significado na Itália. Muito disto devia-se, sem dúvida, ao fato de que ali os homens, e o gênero humano de modo geral, foram primeiro compreendidos inteira e profundamente. Este resultado único da Renascença é suficiente para merecer nossa perene gratidão. A noção de *humanidade* era bem antiga – mas na Itália ela se tornou um fato.

As concepções mais elevadas a este respeito foram enunciadas por Pico della Mirandola no *Discurso sobre a dignidade do homem,* que pode ser chamado com justiça um dos mais nobres dessa grande época. Diz-nos ele: Deus fez o homem, ao encerrar a Criação, para que conhecesse as leis do universo, amasse sua beleza, admirasse sua grandeza. Não o amarrou a nenhum lugar fixo, a nenhuma forma de trabalho e a qualquer necessidade absoluta, mas deu-lhe a liberdade de escolher e de amar. "Eu te coloquei" – diz o Criador a Adão – "no meio do mundo, para que possas mais facilmente ver e contemplar tudo o que nele existe. Criei-te como um ser nem terreno nem celestial, nem mortal nem imortal, para que possas ser livre, dar-te forma e superar a ti mesmo. Poderás rebaixar-te até te transformares num animal, e nascer de novo para a semelhança divina. As feras trazem do corpo da mãe aquilo que levarão consigo enquanto viverem; os espíritos superiores são, desde o princípio, ou logo depois, aquilo que serão para sempre. Só a ti é dado o poder de crescer e se desenvolver dependendo de tua própria vontade. Em ti levas os germes da vida universal."

PARTE V

AS FESTAS E A VIDA SOCIAL

IGUALDADE DE CLASSES

Todo período da civilização que forme um todo completo e coerente manifesta-se não apenas na vida política, na religião, na arte e nas ciências, mas deixa também seu cunho característico na vida social. Assim, na Idade Média havia maneiras e etiqueta corteses e aristocráticas, que diferiam muito pouco nos diversos países da Europa. De outro lado, a classe média tinha suas formas de vida peculiares.

Os costumes italianos da Renascença oferecem, a esse respeito, os contrastes mais marcantes com relação ao medievalismo. As bases sobre as quais se apóiam são totalmente diferentes. O intercâmbio social, na sua forma mais elevada e perfeita, ignorava agora toda distinção de casta, e baseava-se apenas na existência de uma classe culta, como hoje entendemos a palavra. O nascimento e as origens não tinham influência, a não ser na medida em que proporcionavam lazer e riqueza. De qualquer modo, esta afirmação não pode ser tomada num sentido absoluto, sem qualificação, uma vez que as distinções medievais às vezes se faziam sentir em grau menor ou maior, pelo menos como um meio de se igualar às pretensões aristocráticas dos países menos avançados da Europa. No entanto, a principal tendência da época dirigia-se firmemente no sentido da fusão de classes, no sentido moderno da expressão.

Foi de vital importância o fato de que, a partir do século XII, nobres e burgueses passaram a morar na parte cercada pelas muralhas das cidades. Os interesses e prazeres das duas classes foram assim identificados, e os senhores feudais aprenderam a olhar para a sociedade de um ponto de vista diferente do que tinham do alto do seu castelo nas montanhas. A Igreja, também, jamais se deixou usar, a

exemplo dos países setentrionais, como meio de sustento para os filhos de famílias nobres. Bispados, abadias e canonatos eram concedidos muitas vezes pelos motivos mais indignos; contudo, isso não se devia à linhagem dos candidatos; e se na Itália os bispos eram em número mais elevado, mais pobres e, via de regra, destituídos de todos os direitos de soberania, ainda viviam nas cidades onde se erguiam suas catedrais, e formavam um elemento importante na vida culta da sociedade local. Na era de déspotas e príncipes absolutistas que se seguiu, a nobreza, na maioria das cidades, tinha os motivos e o tempo disponível para levar uma vida particular isenta dos perigos políticos, adornada com tudo o que havia de elegante e agradável, mas que era difícil de distinguir daquela do burguês endinheirado. E depois dos tempos de Dante, quando a nova poesia e literatura se difundiram por toda a Itália[60], tendo renascido a cultura antiga e surgido novo interesse pelo homem como tal, quando o *condottiere* bem-sucedido se tornou príncipe, e não só o bom nascimento mas até mesmo o nascimento legítimo deixaram de constituir condições indispensáveis ao trono, pode muito bem parecer que a era da igualdade havia nascido, e a crença na nobreza desaparecido para sempre.

Do ponto de vista teórico, o apelo à Antiguidade podia tanto justificar como condenar a noção de nobreza, com base em Aristóteles. Dante, por exemplo[61], inspira-se na definição de Aristóteles, "a nobreza se apóia na excelência e na riqueza hereditária", para afirmar: "A nobreza se apóia na excelência pessoal ou naquela dos antepassados." Contudo, noutras ocasiões não se mostra satisfeito com sua conclusão. Culpa a si próprio[62] porque, mesmo no Paraíso, enquanto conversa com seu ancestral Cacciaguida, faz menção à sua nobre origem, que não passa de um manto que o tempo está sempre diminuindo, a não ser que nós mesmos lhe acrescentemos valor novo e diário. E, no *Convito*[63], desvincula o *nobile* e a *nobiltà* de qualquer condição de nascimento, identificando a idéia com a capacidade para a eminência moral e intelectual; dando ênfase especial à cultura, chama a *nobiltà* de irmã da *filosofia*.

---

60 Esse era o caso, muito antes da imprensa. Um grande número de manuscritos, dentre eles os melhores, pertenceram a artesãos florentinos. Se não tivesse havido a grande queima promovida por Savonarola, muitos poderiam ainda sobreviver.

61 *De monarchia,* ii. cap. 3.

62 *Paradiso,* xvi, no início.

63 *Convito,* praticamente em todo o *Trattato,* iv., e noutras ocasiões.

Com o passar do tempo, quanto maior a influência do humanismo sobre a mente italiana mais firme e mais difundida se tornava a convicção de que o nascimento nada decide quanto à qualidade de um homem. No século XV era essa a opinião prevalecente. No seu diálogo sobre a nobreza, Poggio concorda com seus interlocutores – Niccolò Niccoli e Lorenzo Medici, irmão do grande Cosimo – em que não existe outra nobreza além daquela do mérito pessoal. As farpas mais aguçadas do seu ridículo são dirigidas contra muito daquilo que o preconceito vulgar considera indispensável a uma vida aristocrática. "Um homem se acha tão mais distante da verdadeira nobreza quanto mais seus antepassados se tiverem dedicado ao banditismo. O gosto pelas caçadas e a falcoaria não recende mais a nobreza do que recendem a bálsamo os ninhos das próprias aves. O cultivo do solo, conforme era praticado pelos antigos, seria muito mais nobre do que este vagar insensato pelas montanhas e matas, pelo qual os homens se fazem assemelhar mais aos animais que a criaturas de razão. Pode servir muito bem como recreação, mas não como empenho de toda uma vida." A vida do cavaleiro inglês e francês, no campo ou nos bosques, lhe parece totalmente ignóbil, e pior que todos os feitos dos cavaleiros-ladrões da Alemanha. Lorenzo começa aqui a tomar o partido da nobreza, não – o que é característico – apelando para qualquer sentimento natural em seu favor, mas porque Aristóteles, no quinto livro da *Política,* reconhece a existência da nobreza, e a define com base na excelência e na riqueza hereditária. A isto Niccoli retruca que Aristóteles está transmitindo não sua própria convicção, mas uma impressão popular; na *Ética,* onde exprime seu pensamento, chama de nobre aquele que luta pelo que é verdadeiramente bom. Lorenzo lhe faz ver, em vão, que a palavra grega para nobreza *(eugeneia)* significa bom nascimento; Niccoli pensa que a palavra romana *nobilis* (ou seja, notável) é melhor, já que faz a nobreza depender das ações de um homem[64]. Juntamente com tais discussões, encontramos um esboço das condições dos nobres nas diversas partes da Itália. Em Nápoles eles não trabalham, não se ocupam com suas propriedades, com negócios ou o comércio, que consideram indignos; permanecem em casa à-toa, ou passeiam a cavalo. A nobreza romana também despreza o comércio, mas cultiva as próprias terras; o cultivo da terra chega mesmo a abrir caminho para a obtenção de um título[65],

---

64 Este desprezo ao nascimento nobre é comum entre os humanistas. Vide as passagens severas em Æneas Sylvius, *Opera,* p. 84 *(Hist. bohem.* cap. 2) e 640 (Histórias de Lucrécia e Euríalo).

65 Por toda a Itália era universalmente aceito que o proprietário de terras extensas estava em pé de igualdade com os nobres.

é uma nobreza respeitável, mas rústica. Na Lombardia os nobres vivem do aluguel de propriedades herdadas; a linhagem e a abstenção de qualquer negócio regular constituem a nobreza. Em Veneza os *nobili*, a casta governante, é toda de mercadores. De maneira similar, em Gênova nobres e os que não o são igualmente têm a profissão de mercador ou marinheiro, separados apenas pelo nascimento; é verdade que dos primeiros, uns poucos vivem ainda como bandidos em seus castelos nas montanhas. Em Florença, uma parte da antiga nobreza devotou-se ao comércio; outra, certamente de muito a menor, satisfazia-se com o gozo dos seus títulos e passava o tempo sem fazer nada ou caçando com falcões.[66]

O fato decisivo era que em quase toda a Itália, mesmo aqueles que podiam orgulhar-se do seu berço, não podiam fazer valer suas reivindicações contra o poder da cultura e da riqueza; os privilégios que tinham na política e na corte não eram suficientes para encorajar sentimentos de casta, mais fortes. Veneza representa uma exceção apenas aparente a esta regra, pois ali os *nobili* levavam a mesma vida dos outros cidadãos, e eram distinguidos com poucos privilégios honoríficos. O caso era certamente diferente em Nápoles, onde o isolamento e a vaidade da nobreza foi o que, acima de todas as outras causas, a excluiu do movimento espiritual da Renascença. As tradições da Lombardia e Normandia medievais e as influências aristocráticas francesas que se seguiram tendiam todas nessa direção – e o governo aragonês, estabelecido por volta de meados do século XV, completou a obra, e concluiu em Nápoles o que aconteceria um século depois no restante da Itália – uma transformação social em obediência às idéias espanholas, cujas principais feições eram o desprezo pelo trabalho e a paixão pelos títulos. Já antes do ano 1500 era evidente o efeito desta nova influência, mesmo nas cidades menores. Ouvimos reclamações de La Cava de que o lugar fora proverbialmente rico quando estava cheio de pedreiros e tecelãos, mas agora, ao invés de arados e trolhas só se viam esporas, arreios e cintos dourados, já que todos queriam tornar-se doutores em leis ou em medicina, ou então tabeliães, oficiais ou cavaleiros – e prevalecia uma pobreza intolerável. Em Florença parece ter ocorrido uma

[66] O julgamento severo de Maquiavel *(Discorsi,* I. 55) refere-se apenas àqueles membros da nobreza que ainda retinham direitos feudais, e que eram totalmente ociosos e politicamente traiçoeiros. Agrippa de Nettesheim, que deve suas idéias mais notáveis principalmente ao fato de ter vivido na Itália, dedica um capítulo à nobreza e aos príncipes (*De Incert. et Vanit. Scient.* cap. 80), cuja amargura excede a de qualquer outra obra que possamos encontrar; isso se deve à fermentação social então prevalecente no Norte.

mudança análoga na época de Cosimo, o primeiro Grande Duque; a ele se deve a adoção, como cavaleiros da ordem de Santo Estêvão[67], dos jovens que viriam a desprezar os negócios e o comércio. Isso ia diretamente de encontro ao velho e bom costume florentino[68], pelo qual os pais deixavam propriedades aos filhos sob a condição de que tivessem alguma ocupação. Mas o gosto por títulos curiosos e até ridículos às vezes distorcia, especialmente entre os florentinos, a influência niveladora da arte e da cultura. Assim foi a paixão pela sagração como cavaleiro, que se tornou uma das mais notáveis loucuras da época, num tempo em que a dignidade em si mesma perdera qualquer sombra de significação.

"Há alguns anos" – escreve Franco Sacchetti, já para o final do século XIV –, "todos viam como todos os trabalhadores se tornavam cavaleiros – até mesmo os padeiros, cardadores, agiotas, cambistas e peões de todas as categorias. Por que precisaria ser nobre o funcionário chamado a administrar uma cidadezinha de província? Que tem esse título a ver com qualquer ocupação comum? Quão baixo descestes, ó infeliz dignidade! De toda a longa lista de deveres cavalheirescos, qual o único que esses nossos cavaleiros executam? Gostaria de falar sobre tais coisas para que o leitor pudesse ver que o cavalheirismo está morto. E se fomos ao ponto de conferir tal honraria a mortos, por que não o fazer com estátuas de madeira ou de pedra, por que não com um boi?" As histórias que Sacchetti nos conta à guisa de ilustração falam por si só. Lemos que Bernabò Visconti conferiu o grau de cavaleiro ao vencedor de uma briga de bêbados, e depois fez o mesmo ao vencido, por ironia, como cavaleiros alemães, com seus capacetes e aparelhagens decorados, eram ridicularizados – e muito mais. Num período posterior, Poggio diverte-se zombando dos muitos cavaleiros sem cavalo e sem treinamento militar. Em Florença, os que desejassem fazer valer o privilégio de alguma ordem, e saíssem montados com lança e distintivos, descobriam que teriam de enfrentar tanto o governo quanto a ironia dos cortesãos.

Se considerarmos o assunto com mais cuidado, vamos descobrir que este cavalheirismo retardado, independente da nobreza inata, embora fosse em parte o fruto da paixão irrazoável pelos títulos, tinha um outro lado melhor. Os torneios ainda eram praticados, e neles só os cavaleiros podiam participar. O combate nas liças, porém,

[67] No Norte da Itália, o domínio espanhol ocasionou os mesmos resultados. Bandello, parte ii, nov. 40, é deste período.

[68] Quando, no século XV, Vespasiano Fiorentino deixa implícito que os ricos não deveriam tentar aumentar fortuna herdada, mas gastar toda a sua renda, na boca de um florentino isto só se poderia referir aos grandes proprietários de terras.

especialmente o difícil e perigoso encontro com lanças, visando derrubar o adversário, oferecia uma oportunidade favorável à exibição de força, perícia e coragem, que, numa era que colocava tal ênfase no mérito pessoal, ninguém, fosse qual fosse sua origem, seria capaz de desprezar.

Em vão os torneios foram denunciados como uma loucura perigosa, dos tempos de Petrarca em diante. O patético apelo do poeta não convenceu ninguém: "Em que livro lemos que Cipião e César foram peritos nos combates?" O costume tornou-se cada vez mais popular em Florença. Todo cidadão honesto passou a considerar seu torneio – agora, não há dúvida, menos perigoso que antes – um esporte da moda. Franco Sacchetti deixou-nos um retrato satírico de um desses cavaleiros de festival – um notário de setenta anos de idade. Ele vai montado a cavalo até Peretola, onde os torneios eram baratos – uma velha montaria, alugada a um tintureiro. Um brincalhão espeta um espinho sob a cauda do cavalo, que se apavora, sai correndo, e carrega o cavaleiro – de capacete, machucado e abalado – de volta à cidade. A conclusão inevitável é uma severa reprimenda da esposa, zangada com as perigosas loucuras do marido[69].

Pode-se mencionar como conclusão que os Medici demonstravam um interesse apaixonado por este esporte, como se quisessem indicar – cidadãos comuns que eram, sem sangue nobre nas veias – que a sociedade em que viviam não era sob qualquer aspecto inferior à de uma corte. Mesmo sob o governo de Cosimo (1459), e mais tarde, sob o de Pietro, o Velho, foram organizados torneios brilhantes em Florença. Pietro, o Moço, negligenciava suas obrigações no governo por tais diversões, e jamais se deixou retratar a não ser vestido de armadura. A mesma prática prevaleceu na corte de Alexandre VI, e quando o Cardeal Ascanio Sforza perguntou ao Príncipe turco Djem que tal ele achava o espetáculo, o bárbaro replicou, muito discretamente, que em seu país só havia combates desse tipo entre escravos, pois assim em caso de acidente ninguém saía prejudicado. Inconscientemente, o oriental concordava com os antigos romanos na condenação aos costumes da Idade Média.

Contudo, fora desta forma particular do cavalheirismo, encontramos aqui e ali na Itália, como por exemplo em Ferrara, ordens de cortesãos cujos membros tinham direito ao título de *cavaliere*.

---

[69] Esta é uma das mais antigas paródias dos torneios. Sessenta anos se passaram antes que Jacques Coeur, o ministro-burguês das finanças sob o governo de Carlos VII, encenasse um torneio de burros, nos pátios do seu palácio em Bourges (cerca de 1450). A mais brilhante de todas essas paródias – o segundo canto do *Orlandino* – só foi publicada em 1526.

Mas, por grandes que fossem as ambições individuais e as vaidades dos nobres e cavaleiros, o fato é que a nobreza italiana tinha seu lugar no centro da vida social. Habitualmente nós a encontramos misturada a outras classes, em pé de perfeita igualdade, buscando seus aliados naturais na cultura e na inteligência. É verdade que do cortesão se exigia um certo grau de nobreza, mas esta exigência era atribuída expressamente ao preconceito enraizado na mente popular – *per l'opinione universale* – e nunca se afirmou que implicava a crença de que fosse menor o valor pessoal de alguém que não tivesse sangue nobre, nem se obrigou o príncipe a partir desta regra a escolher o convívio com a nobreza. Significava, simplesmente, que ao homem perfeito – o verdadeiro cortesão – não devia faltar qualquer vantagem e, portanto, nem essa. Se em todas as relações de vida ele se sentia obrigado a manter um comportamento digno e reservado, o motivo para isso não devia ser procurado no sangue que lhe fluía nas veias, mas na perfeição de maneiras que dele se exigia. Encontramo-nos aqui na presença de uma distinção moderna, baseada na cultura e na riqueza, mas na última unicamente porque ela permite ao homem devotar a vida à primeira, e promover seus interesses e progresso.

VESTUÁRIO E MODA

Na medida em que as distinções de nascimento deixavam de conferir qualquer privilégio especial, o próprio indivíduo era compelido a tirar o máximo proveito de suas qualidades pessoais, e a sociedade a encontrar valor e encanto em si mesma. O comportamento das pessoas e todas as formas mais elevadas de inter-relacionamento social tornaram-se objetivos almejados com deliberado propósito artístico.

Na Itália, até mesmo a aparência externa dos homens e mulheres e os hábitos da vida diária eram mais perfeitos, mais bonitos e mais cultivados que em outras nações da Europa. Compete mais especificamente à história da arte estudar as moradias das classes superiores; mas, não podemos deixar de notar que, na Itália, o castelo e a mansão da cidade sobrepujavam em conforto, ordem e harmonia as residências dos nobres setentrionais. O estilo do vestuário variava tão continuamente que é impossível fazer uma comparação completa com a moda dos outros países, ainda mais porque, desde o fim do século XV, era freqüente a imitação de tais países. Os trajes da época, segundo os pintores italianos, eram os mais convenientes e agradáveis aos olhos de toda a Europa; mas não podemos ter a certeza de que

representam a moda prevalecente, ou de que foram reproduzidos fielmente pelos artistas. Assim mesmo, sem sombra de dúvida, em parte alguma dava-se tanta importância ao vestuário quanto na Itália. Os italianos eram e são vaidosos; e até mesmo os homens sérios consideravam um traje bonito e atraente um elemento na perfeição do indivíduo. Em Florença, é verdade, houve um breve período no qual o traje era puramente de gosto pessoal, e cada homem ditava a moda para si mesmo; já bem mais tarde, no século XVI, havia pessoas excepcionais que ainda tinham a coragem de fazê-lo; a maioria, contudo, se mostrava capaz de variar a moda de acordo com seus gostos pessoais. Quando Giovanni della Casa acautela seus leitores para que não sejam excêntricos e não se afastem da moda, este é um sintoma de declínio. Mesmo nossa época, que pelo menos com respeito ao vestuário masculino considera a uniformidade a lei suprema, muitas vezes deixa de aplicá-la. Mas ela permite poupar muito tempo e, de acordo com nossas noções, isso sobrepuja todas as outras desvantagens.

Em Veneza e Florença, na época da Renascença, havia regras e regulamentos prescrevendo o traje dos homens e restringindo o luxo das mulheres. Onde as modas eram mais livres, como em Nápoles, os moralistas confessam com pesar que não se podia diferençar o nobre do burguês. Deploram também as mudanças rápidas da moda e – se compreendemos corretamente suas palavras – a idolatria insensata a tudo o que vem da França, embora em muitos casos as modas recebidas dos franceses fossem originalmente italianas. Não nos concerne aqui examinar a medida em que tais mudanças freqüentes e a adoção de maneiras francesas ou espanholas contribuíram para a paixão nacional pela exibição externa, mas nelas encontramos evidência adicional das rápidas mudanças na vida italiana, por volta de 1500.

Podemos observar, em particular, os esforços das mulheres para alterar sua aparência, mediante o emprego de todos os meios que a moda pode proporcionar. Desde a queda do Império Romano, em nenhum outro país da Europa como na Itália dessa época tanto trabalho foi devotado à modificação do rosto, dos cabelos e da cor da pele. Tudo tendia à formação de um tipo convencional, às custas dos engodos mais extraordinários e mais óbvios. Deixando de lado os trajes em geral, que no século XIV[70] eram os mais variados possíveis

[70] Quanto às mulheres florentinas, vide as principais referências em Giovanni Villani, x. 10 e 152 (Regulamentos quanto aos trajes e seu repúdio); Matteo Villani, i. 4 (Vida extravagante em conseqüência da peste). No famoso edito sobre modas, no ano de 1330, as figuras bordadas só eram permitidas nos trajes das mulheres, excluindo-se aquelas que fossem pintadas (*dipinto).* A natureza de tais decorações parece duvidosa.

em cores, e carregados de enfeites e, num período posterior vieram a assumir um caráter de riqueza mais harmônica, limitamo-nos aqui mais particularmente à toalete, no sentido restrito.

Nenhum adorno era mais habitual do que os cabelos falsos, feitos muitas vezes de seda branca ou amarela[71]. A lei os denunciava e proibia em vão, até que algum pregador conseguiu tocar a mente mundana dos usuários. Fazia-se então, em plena praça pública, uma pira elevada (*talamo*) na qual, além de alaúdes, caixas de dados, máscaras, amuletos mágicos, livros de canções e outras vaidades, colocavam-se massas de cabelos falsos, que as fogueiras purificadoras logo transformavam em montes de cinzas. A cor ideal, procurada tanto nos cabelos naturais como nos artificiais, era o louro. E como se acreditava que o sol tinha o poder de tingir os cabelos desta cor, nos dias de sol muitas senhoras passavam todo o tempo ao ar livre. Corantes e outras misturas eram também usados livremente, com a mesma finalidade. Além disso, encontramos uma lista interminável de águas embelezadoras, emplastros e tintas para cada parte do rosto – até mesmo para os dentes e pálpebras – sobre os quais hoje não temos idéia. O ridículo dos poetas, as invectivas dos pregadores e a experiência dos efeitos maléficos de tais cosméticos na pele não impediam o esforço das mulheres para dar ao rosto uma forma e coloração artificiais. É possível que as freqüentes e esplêndidas representações dos Mistérios[72], nas quais centenas de pessoas apareciam pintadas e mascaradas, ajudassem a propagar o costume de se pintar na vida cotidiana. É certo que era de uso amplo, e que as mulheres do campo competiam neste aspecto com suas irmãs das cidades. De nada adiantava pregar que tais enfeites eram a marca da cortesã; as matronas mais honradas, que durante o ano inteiro nem tocavam em pinturas, usavam-nas nos feriados, quando se exibiam em público. Mas, quer consideremos esse mau hábito um remanescente do barbarismo, comparando-a à pintura dos selvagens, ou como uma

[71] Torres de cabelos verdadeiros eram chamadas de *capelli morti.* Como exemplo de dentes postiços de marfim, usados por um prelado italiano, embora apenas com a finalidade de tornar mais clara a articulação das palavras, vide Anshelm, *Berner Chronik,* iv. p. 30 (1508).

[72] Cennino Cennini, *Trattato della Pittura,* dá-nos, no capítulo 161, uma receita para a pintura do rosto, evidentemente, para o propósito dos mistérios ou disfarces, já que, no capítulo 162, ele adverte solenemente os leitores contra o uso generalizado dos cosméticos e assemelhados.

conseqüência do desejo por uma beleza jovem e perfeita em aparência e em cor, como a arte e a complexidade da toalete nos levaria a pensar, de qualquer maneira o que não faltavam eram bons conselhos, da parte dos homens.

O uso dos perfumes, da mesma forma, também ia além de todos os limites razoáveis. Eram aplicados em tudo aquilo com que os seres humanos entravam em contato. Nas festividades, até as mulas eram tratadas com essências e ungüentos, e Pietro Aretino agradeceu a Cosimo I um maço de dinheiro perfumado.

Os italianos daquela época viviam na crença de que eram mais asseados que outros povos. Na verdade, há razões que falam mais a favor do que contra tal reivindicação. A limpeza é indispensável à nossa moderna noção de perfeição social, que se desenvolveu na Itália, muito antes do que em qualquer outro lugar. O fato de os italianos terem sido um dos povos mais ricos dentre os que já existiram é outra conclusão a seu favor. Está claro que jamais poderão ser apresentadas provas favoráveis ou contrárias a tais pretensões e que, se precisássemos estabelecer prioridades no estabelecimento de regras de asseio, a poesia cavalheiresca da Idade Média talvez estivesse mais adiantada que qualquer outra coisa que a Itália nos pudesse apresentar. Apesar de tudo, é certo que o asseio e a limpeza singulares de certos famosos representantes da Renascença, especialmente quanto ao seu comportamento às refeições, foram expressamente notados. Na Itália, 'alemão' era sinônimo de sujo. Giovio registra os hábitos sujos que Massimiliano Sforza adquiriu no curso da sua educação germânica, e a atenção que atraía quando retornou à Itália. É, ao mesmo tempo, muito curioso que, pelo menos no século XV, as estalagens e hotéis estivessem principalmente nas mãos dos alemães, que provavelmente retiravam seu lucro sobretudo dos peregrinos que viajavam para Roma. Assim mesmo, as declarações sobre este ponto podem referir-se principalmente aos distritos campestres, uma vez que é sabido que nas grandes cidades os hotéis italianos ocupavam a primeira posição. A falta de estalagens decentes no campo também pode ser explicada pela insegurança geral da vida e das propriedades.

À primeira metade do século XVI pertence o manual de boas maneiras que Giovanni della Casa, florentino por nascimento, publicou sob o título *Il Galateo*. Não apenas a limpeza, no sentido estrito da palavra, mas o abandono de todos os hábitos que consideramos não apropriados são aqui prescritos com o mesmo tato infalível com que um moralista discerne as mais elevadas verdades éticas. Na literatura de outros países as mesmas lições são ensinadas,

embora de modo menos sistemático, pela influência indireta de descrições repulsivas[73].

Em outros aspectos também o *Galateo* é um agradável e inteligente guia de boas maneiras – uma escola de tato e delicadeza. Mesmo hoje pode ser lido com proveito por pessoas de todas as classes, e a polidez das nações européias provavelmente jamais abandonará seus preceitos. Considerando-se que o tato é assunto do coração, desde a alvorada da civilização ele é inato em alguns homens, e adquirido por outros através da força de vontade; os italianos, porém, foram os primeiros a reconhecê-lo como um dever social universal, marca de cultura e educação. A Itália mudara muito no curso de dois séculos. Sentimos, no fim desse período, que a época das brincadeiras pesadas entre amigos e conhecidos, das *burle* e *beffe*, tinha passado, dentro da boa sociedade; que as pessoas haviam emergido das muralhas das cidades e aprenderam uma consideração e polidez cosmopolitas. Mais tarde falaremos do inter-relacionamento da sociedade no sentido mais restrito.

Na verdade, no século XV e na primeira parte do século XVI a vida externa era polida e nobre como em nenhum outro povo do mundo. Conforme sabemos, foi na Itália que surgiu pela primeira vez um número incontável dessas pequenas e grandes coisas que se combinam para formar o que chamamos de 'conforto'. Nas ruas bem pavimentadas das cidades italianas, o transporte sobre rodas era universal, enquanto que nas outras partes da Europa o costume era caminhar ou montar a cavalo; e ninguém conduzia um veículo por prazer. Nos romancistas lemos a respeito de camas macias, elásticas, tapetes caros e mobília de quarto de dormir, coisas sobre as quais não ouvimos falar nos outros países. Muitas vezes ficamos conhecendo a abundância e a beleza da roupa de cama e mesa. Em boa parte isso tudo pertence à esfera da arte. Notamos com admiração os milhares de modos com os quais a arte enobrece o luxo: enfeitando com vasos nobres os enormes aparadores ou leves consolos; vestindo as paredes com o esplendor das tapeçarias e cobrindo as mesas de toalete com inúmeros objetos graciosos; absorvendo todos os ramos de trabalho mecânico – especialmente a carpintaria. Tão logo sua riqueza lhe permitiu isso no fim da Idade Média, toda a Europa Ocidental se dispôs ao trabalho da mesma forma. Seus esforços, porém, produziram alguns brinquedos infantis e fantásticos ou ficaram restritos pelos limites de uma arte estreita e puramente gótica,

---

73 Compreendendo, por exemplo, trechos na *Narrenschiff*, de Sebastian Brant, nos *Colóquios* de Erasmo, no poema latino *Grobianus*, etc.

enquanto que a Renascença se movimentava com liberdade, entrando no espírito de cada tarefa que se dispunha a fazer, e trabalhando para um círculo bem mais amplo de mecenas e admiradores do que o dos artistas do Norte. A rápida vitória da arte decorativa italiana sobre a do Norte, no decorrer do século XVI, deveu-se em parte a este fato, embora fosse parcialmente o resultado de causas mais amplas e mais gerais.

LINGUAGEM E SOCIEDADE

As formas superiores de inter-relacionamento social, que aqui se apresentam como obras de arte – um produto consciente e um dos resultados mais elevados da vida da nação –, não possuem outros fundamentos e condições mais importantes do que a linguagem. No período mais florescente da Idade Média, a nobreza da Europa ocidental procurara criar uma fala 'refinada' para o inter-relacionamento social e também para a poesia. Na Itália, também, onde os dialetos diferiam tanto uns dos outros, encontramos, no século XIII, um assim chamado *curiale,* comum às cortes e aos poetas. Para a Itália teve importância decisiva a tentativa feita ali de transformá-lo séria e deliberadamente na linguagem da literatura e da sociedade. A introdução às *Cento novelle antiche,* postas na sua forma atual antes de 1300, declara abertamente tal objetivo. Aqui a linguagem é considerada de maneira separada de seu uso na poesia; sua função mais elevada e a frase clara, simples e inteligente, usada em discursos curtos, epigramas e réplicas. Tal faculdade era admirada na Itália como em nenhum outro lugar, a não ser entre gregos e árabes: "quantos, no decurso de uma longa vida, mal chegaram a produzir um único *bel parlare".*

No entanto, o problema era dificultado pela diversidade de aspectos sob os quais era considerado. As obras de Dante nos transportam para o meio dessa luta. Sua obra *Sobre a língua italiana* não só tem máxima importância para o assunto em si como é o primeiro tratado completo sobre qualquer idioma moderno. Seu método e resultados pertencem à história da ciência lingüística, na qual ocuparão sempre um lugar de destaque. Temos aqui de nos contentar com a observação de que, muito antes da aparição desse livro, o assunto já deveria ser de importância capital e diária; os vários dialetos da Itália há muito eram objeto de estudos e debates interessados, e o nascimento de uma única língua ideal só foi conseguido com grande esforço.

Seguramente nada contribuiu tanto para esta finalidade quanto o grande poema de Dante. O dialeto toscano tornou-se a base da nova língua nacional[74]. Se esta afirmativa pode parecer a alguns um tanto exagerada, devemos ser desculpados, como estrangeiros, por seguirmos a crença geral numa questão onde prevalece tal variedade de opinião.

É provável que a literatura e a poesia tenham perdido mais do que ganho com o purismo controverso de há muito prevalecente na Itália, que perturbou o frescor e o vigor de muitos escritores capazes. Outros, ainda, que se sentiam mestres dessa língua magnífica, foram tentados a depender da sua harmonia e fluência, independentemente do pensamento expressado. Uma melodia insignificante, tocada num instrumento assim, pode produzir um grande efeito. Mas, mesmo que assim fosse, é certo que socialmente a língua tinha um grande valor. Era a coroa de um comportamento nobre e digno, e forçava o cavalheiro, tanto no seu comportamento do cotidiano como em momentos excepcionais, a observar o decoro externo. Não há dúvida de que, como a língua da sociedade ática, este manto clássico servia para cobrir muita coisa má e maliciosa, mas era também a expressão adequada do mais nobre e refinado. Do ponto de vista político e nacional, era de importância suprema, servindo como um lar ideal para as classes educadas em todos os Estados da península dividida. Também não era propriedade especial dos nobres ou de qualquer classe, já que o mais pobre e o mais humilde podia aprendê-la, se o desejasse. Mesmo hoje em dia – e talvez mais do que nunca – naquelas partes da Itália onde, via de regra, prevalecem os dialetos mais difíceis de se compreender, o estranho muitas vezes sente-se atônito ao ouvir o italiano puro e bem falado da boca de camponeses ou artesãos, e procura em vão fenômeno análogo na França ou na Alemanha, onde até mesmo as classes educadas guardam traços do linguajar provinciano. Certamente há na Itália um número muito maior de pessoas capazes de ler do que seríamos levados a esperar pela situação de muitas partes do país noutros aspectos – por exemplo, os Estados da Igreja; mas, o que é mais importante é o respeito geral e indiscutível pela linguagem pura e pela pronúncia, como coisas sagradas e preciosas. Gradualmente todo o país adotou oficialmente o dialeto

[74] O progresso gradual que este dialeto fez na literatura e no intercâmbio social poderia ser tabulado sem dificuldade por um estudioso nativo, demonstrando em que medida, nos séculos XIV e XV, os diversos dialetos mantiveram seu lugar, em todo ou em parte – na correspondência, nos documentos oficiais, nas obras históricas e na literatura em geral. As relações entre os dialetos e um latim mais ou menos impuro, que servia de língua oficial, deveriam também ser discutidas.

clássico. Veneza, Milão e Nápoles o fizeram no apogeu da literatura italiana e, em parte, devido à sua influência. Foi só neste século que o Piemonte se tornou por sua própria vontade uma província genuinamente italiana, ao compartilhar deste principal tesouro do povo – a língua pura[75]. Desde o início do século XVI, os dialetos foram deixados propositadamente para tratar uma certa classe de assuntos, tanto sérios quanto cômicos[76], e o estilo que foi então desenvolvido revelou-se à altura de todas as tarefas. Entre outras nações, só em período muito posterior houve uma separação consciente dessa espécie.

A opinião das pessoas educadas quanto ao valor de uma língua está exposta no *Cortigiano*[77]. No início do século XVI, havia pessoas que se apegavam propositadamente às expressões antiquadas de Dante e de outros escritores toscanos, só pelo fato de serem antigas. Nosso autor proíbe por completo o uso das mesmas na fala e não se mostra disposto a aceitá-las mesmo de forma escrita, que ele considera uma espécie de fala. Admite que o melhor estilo de fala é aquele que mais se assemelha a uma boa escrita. Reconhecemos claramente a impressão do autor de que as pessoas que têm algo de importante a dizer devem modular a própria fala, e que a linguagem é flexível e mutável porque é viva. É permissível o uso de qualquer expressão, por rebuscada que seja, desde que o povo a empregue; da mesma maneira, não se proíbem as palavras não toscanas, nem mesmo francesas ou espanholas, se o costume já as emprega para fins bem definidos[78].

---

75 O toscano, é verdade, era lido e escrito muito antes disso no Piemonte – mas se lia e escrevia muito pouco.

76 O lugar do dialeto no uso da vida cotidiana era claramente compreendido. Gioviano Pontano aventurou-se, em especial, a acautelar o Príncipe de Nápoles contra o uso do mesmo. Os últimos dos Bourbons foram notoriamente menos escrupulosos a este respeito. Vide Bandello, parte ii. nov. 31, sobre o modo como foi ridicularizado um cardeal milanês que desejou manter seu dialeto nativo em Roma.

77 Bald. Castiglione, *Il Cortigiano,* i. fol. 27 e ss. Em todo o diálogo podemos detetar a opinião pessoal do autor.

78 No entanto, havia um limite para isso. Os satiristas introduzem fragmentos de espanhol, e Folengo (sob o pseudônimo de Limerno Pitocco, no seu *Orlandino)* do francês, mas apenas para fazer rir. É excepcional que uma rua de Milão, que na época dos franceses (de 1500 a 1512, de 1515 a 1522) se chamava *Rue Belle,* ostente agora o nome de *Rugabella.* O longo domínio espanhol não deixou traços na língua, e só raramente o nome de algum governador permaneceu em rua ou edifício público. Não foi senão no século XVIII que, juntamente com as idéias francesas, muitas palavras e frases dessa língua encontraram lugar no italiano. O purismo de nosso século ocupa-se em removê-las.

Desta forma, o cuidado e a inteligência irão produzir uma língua que, não sendo ainda o puro toscano antigo, continua sendo o italiano, rico em flores e frutos como um jardim bem cuidado. É característico do *Cortigiano* que sua linguagem inteligente, maneiras polidas e sua poesia devam estar vestidas com este traje perfeito.

Quando o estilo e a linguagem se tornaram propriedade de uma sociedade viva, todos os esforços dos puristas e arcaístas foram vãos. A própria Toscana era rica em escritores e oradores de primeira classe, que ignoravam e ridicularizavam tais tentativas. Seria ridicularizado o sábio estrangeiro que explicasse aos toscanos o quão pouco eles sabiam da própria língua. Bastou a vida e a influência de um escritor como Maquiavel para varrer para longe todas essas teias de aranha. Seus pensamentos vigorosos, seu modo de expressar-se claro e simples tinham uma forma destituída de outros méritos a não ser aqueles dos *trecentisti.* Por outro lado, havia muitos italianos do Norte, romanos e napolitanos, gratos pelo fato de a pureza de estilo na literatura e na conversação não ser levada longe demais. Na realidade, eles repudiavam as formas e expressões idiomáticas de seu dialeto; e Bandello, com aquilo que um estrangeiro poderia suspeitar ser falsa modéstia, nunca se cansa de declarar: "Eu não tenho estilo; não escrevo como um florentino, mas como um bárbaro; não sinto ambição de dar novas graças ao meu idioma; sou um lombardo e, ainda por cima, da fronteira liguriana." Apesar disso, as reivindicações dos puristas eram recebidas com o máximo sucesso pela renúncia expressa às qualidades superiores de estilo e pela adoção, em seu lugar, de uma linguagem popular vigorosa. Poucos poderiam esperar rivalizar com Pietro Bembo, que, embora nascido em Veneza, escrevia o mais puro toscano, para ele um idioma estrangeiro, ou como o napolitano Sannazaro. O ponto essencial, porém, era que a língua, escrita ou falada, era considerada digna de respeito. Enquanto este sentimento prevaleceu, o fanatismo dos puristas – seus congressos lingüísticos e tudo o mais[79] – causava poucos males. Sua má influência não se fez sentir senão muito mais tarde, quando o poder original da literatura italiana cedeu lugar a outras influências muito piores. Finalmente, tornou-se possível que a Accademia della Crusca viesse a tratar o italiano como uma língua morta. No entanto, esta associação tornou-se tão inútil que sequer pôde obstaculizar a invasão do galicismo no século XVIII.

---

79 Um congresso desse tipo parece ter sido realizado em Bolonha, no final de 1531, sob a presidência de Bembo. Vide a carta de Claud. Tolomei, em Firenzuola, *Opere,* vol. ii. apend. p. 231 e ss.

Essa língua – amada, cuidada e treinada para todos os usos – servia agora como base do inter-relacionamento social. Nos países do Norte, os nobres e os príncipes passavam suas horas de lazer na solidão ou em caçadas, lutas, bebedeiras e coisas assim; os burgueses, em jogos e exercícios corporais, com diversões literárias ou festivas. Na Itália havia um terreno neutro, onde pessoas de todas as origens, se possuíam o talento e a cultura necessários, passavam o tempo em conversações e no intercâmbio educado de brincadeiras e assuntos sérios. Como comer e beber ocupavam apenas uma pequena parte de tais diversões[80], não era difícil manter à distância aqueles que procuravam a sociedade com esses objetivos. Se quisermos tomar literalmente os autores de diálogos, os problemas mais elevados da humanidade não eram excluídos das conversas dos homens de idéias, e os pensamentos nobres não eram, como acontecia comumente no Norte, fruto da solidão, mas sim do intercâmbio social. Contudo, temos de nos limitar aqui ao lado menos sério desse intercâmbio – aquele relacionado apenas com a diversão.

ETIQUETA SOCIAL

Como tudo, no início do século XVI, a sociedade era uma questão de arte, e se apoiava em regras tácitas ou declaradas de bom-senso e propriedade, exatamente o inverso de toda etiqueta. Em círculos menos polidos, onde a sociedade assumia a forma de uma corporação permanente, deparamos com um sistema de regras formais e um modo de entrada prescrito, como era o caso de todos aqueles grupos incultos de artistas florentinos, dos quais Vasari nos diz serem capazes de representar as melhores comédias da época[81]. No intercâmbio mais fácil da sociedade não era incomum escolher alguma senhora distinta como presidenta, e sua palavra naquela noite era lei. Todos conhecem a introdução do *Decamerão* de Boccaccio, e consideram a presidência de Pampinéia como ficção. O que é verdade neste caso em particular, mas uma ficção baseada em costume que se

80 Luigi Cornaro reclama, por volta de 1550 (no início do seu *Trattato della vita sobria*) que ultimamente o luteranismo, a glutoneria, as cerimônias espanholas vinham ganhando terreno na Itália. Com moderação no tocante ao divertimento oferecido aos convidados, desapareceram a liberdade e a afabilidade no inter-relacionamento social.

81 Vasari, xii, 9 e 11, *Vita di rustici.* Para a Escola de Escândalos dos artistas necessitados, vide xi. 216 e ss. *Vita d'Aristotile.* Os *Capitoli* de Maquiavel, para um círculo de amantes dos prazeres (*Opere minori*, p. 407), são uma caricatura desses estatutos sociais. A conhecida descrição do encontro noturno de artistas em Roma, de Benvenuto Cellini, i. cap. 30, é incomparável.

via com freqüência na realidade. Firenzuola, que quase dois séculos mais tarde (1523) prefacia de maneira similar sua coleção de contos, com referência expressa a Boccaccio, certamente chega mais perto da verdade quando coloca na boca da rainha da sociedade um discurso formal sobre o modo de passar as horas durante a excursão que o grupo se propunha a fazer ao campo. O dia deveria iniciar-se com um passeio pelas montanhas, com conversas filosóficas; seguir-se-ia o desjejum[82], com música e canto, após o qual a recitação, nalgum lugar fresco e sombreado, de um novo poema, sobre tema fornecido na noite anterior; à tarde o grupo caminharia até uma nascente, onde cada um contaria uma história; finalmente viria o jantar e uma conversa animada "de espécie tal que as mulheres poderiam ouvir sem sentir vergonha e os homens não pareceriam estar falando sob a influência do vinho". Nas introduções e dedicatórias de seus romances isolados, Bandello não nos apresenta discursos introdutórios como este, uma vez que os círculos perante os quais são contadas as histórias já estão formados; mas podemos ver, de outras maneiras, como deviam ser ricas, variadas, encantadoras as condições da sociedade. Alguns leitores podem pensar que nenhum bem poderia ter origem em um mundo inclinado a divertir-se com literatura tão imoral. Seria mais justo que nos maravilhássemos diante das bases tão firmes de uma sociedade que, apesar dessas histórias, ainda observava as regras de ordem e decência, e intercalava esses passatempos com discussões sérias. A necessidade de formas mais nobres de intercâmbio social era sentida como a mais forte de todas. Para nos convencermos disso, não somos obrigados a tomar como padrão a sociedade idealizada que Castiglione descreve ao discutir os sentimentos e objetivos mais elevados da vida humana na corte de Guidobaldo de Urbino, ou Pietro Bembo no castelo de Asolo. A sociedade descrita por Bandello, com todas as frivolidades que possamos lançar a seu débito, nos permite formar a melhor noção da dignidade educada, da gentileza urbana, da liberdade intelectual, da inteligência e graciosidade do diletantismo que distinguia tais círculos. Prova significativa do seu valor está no fato de que as mulheres, que eram o centro dos mesmos, podiam tornar-se famosas sem comprometer de modo algum sua reputação. Entre as patrocinadoras de Bandello, por exemplo, Isabella Gonzaga (nascida Este), era alvo de comentários desfavoráveis não por qualquer falta dela própria, mas devido às jovens senhoras de vida muito livre que enchiam sua corte. Giulia Gonzaga Colonna, Ippolita Sforza, casada com um

82 Que deveria ser feito por volta das dez ou onze horas da manhã. Vide Bandello, parte ii. nov. 10.

Bentivoglio, Bianca Rangona, Cecilia Gallerana, Camilla Scarampa, e outras, ou eram totalmente inatacáveis ou sua projeção social lançava na obscuridade tudo aquilo que fizessem de errado. A mulher mais famosa da Itália, Vittoria Colonna (nascida em 1490 e falecida em 1547), amiga de Castiglione e de Michelangelo, gozava da reputação de uma santa. É difícil traçar o retrato do relacionamento desembaraçado desses círculos na cidade, nos banhos ou no campo, e dar provas literais da superioridade da Itália sob este aspecto, em relação ao resto da Europa. Leiamos Bandello, porém, e perguntemo-nos depois se o mesmo poderia acontecer, digamos, na França, antes de essa espécie de sociedade ser introduzida ali por pessoas como ele próprio. Não há dúvida de que as grandes realizações da mente humana não dependeram da ajuda de conversas na sala de visita, mas seria injusto colocar essa influência num nível muito baixo em relação à arte e à poesia, mesmo se levarmos em conta o fato de que aquela sociedade ajudou a dar forma àquilo que não existia em nenhum outro país – um amplo interesse pela produção artística e uma opinião pública inteligente e crítica. Além disso, a sociedade do tipo que descrevemos era em si mesma uma flor natural daquela vida e cultura puramente italianas, que desde então se estenderam pelo resto da Europa.

Em Florença, a sociedade era influenciada fortemente pela literatura e política. Lorenzo, o Magnífico, era supremo em seu círculo, não, como poderíamos ser levados a acreditar, graças à posição principesca que ocupava, mas pelo maravilhoso tato, dando perfeita liberdade de ação à natureza variada dos que o cercavam. Vemos com que gentileza lidava com Poliziano, seu grande professor, e como a soberania do poeta e do erudito se conciliavam, não sem dificuldades, com a perspectiva de mudança na casa dos Medici, e em consideração à sensibilidade da esposa. Em retribuição ao tratamento recebido, Poliziano tornou-se o arauto e o símbolo vivo da glória mediciana. Como um autêntico Medici, Lorenzo se deliciava em dar expressão artística marcante às suas diversões sociais. No brilhante improviso – o Grupo de Falcoaria – dá-nos uma descrição humorística de seus camaradas, e no *Simpósio*, uma paródia deles, mas, em ambos os casos, de maneira tal a nos fazer sentir claramente sua capacidade para lidar com companhias mais sérias[83]. Sua

[83] O título *Simposio* é inadequado; deveria intitular-se "A volta da vindima". Numa paródia ao Inferno de Dante, Lorenzo nos faz uma narrativa divertida de seu encontro na Via Faenza com todos os seus bons amigos, ao voltarem do campo um tanto embriagados. Há um retrato extremamente cômico de Piovano Arlotto, no capítulo oitavo, quando ele parte em busca de sua sede perdida, armado de carne seca, um arenque, um pedaço de queijo, uma lingüiça e quatro sardinhas.

correspondência e os registros de suas conversas literárias e filosóficas dão amplas provas deste relacionamento. Algumas das sociedades que se formaram mais tarde em Florença eram, em parte, clubes políticos, não porém sem um caráter poético e filosófico. Desta espécie era a chamada Academia Platônica, que se reunia nos jardins dos Rucellai, depois da morte de Lorenzo.

Nas cortes dos príncipes, a sociedade dependia naturalmente do caráter do governante. Depois do início do século XVI, elas diminuíram em número, e perderam em importância. Roma, no entanto, possuiu dentro da corte sem par de Leão X uma sociedade para a qual a história do mundo não encontra paralelo.

A EDUCAÇÃO DO *CORTIGIANO*

Era para esta sociedade – ou melhor, por sua própria razão de ser – que o *cortigiano,* conforme nos é descrito por Castiglione, se educava. Ele era o homem de sociedade ideal, e era considerado pela civilização da época como sua melhor flor; a corte existia mais para ele do que ele para a corte. Na verdade, um homem como esse estaria fora de lugar em qualquer corte, já que ele próprio possuía todos os dons e o porte de um consumado governante, porque sua calma supremacia em todos os aspectos, tanto externos como espirituais, deixava implícita uma natureza por demais independente. Embora nosso autor não declare tal fato, este impulso interior que o inspirava não era direcionado a serviço do príncipe, mas à perfeição própria. Um exemplo esclarecerá este ponto. Em tempos de guerra, o cortesão recusa até mesmo tarefas úteis e perigosas, se não forem intrinsecamente belas e dignas, como, por exemplo, a captura de um rebanho de gado; o que o impele a tomar parte na guerra não é o dever, mas *l'onore.* A relação moral para com o príncipe, de acordo com o descrito no quarto livro, é singularmente livre e independente. A teoria do fazer amor bem-educado, exposta no terceiro livro, cheio de delicadas observações psicológicas, que talvez estivesse melhor colocada num tratado sobre a natureza humana em geral; e o elogio magnífico ao amor ideal, que ocorre no final do quarto livro, e que cresce para uma elevação lírica do sentimento, não tinha qualquer conexão com o objetivo especial do trabalho. Ainda aqui, como no *Asolani* de Bembo, a cultura da época se mostra na delicadeza com a qual este sentimento é representado e analisado. É verdade que esses escritores não devem ser interpretados literalmente em todos os casos; mas não se pode duvidar que os discursos que nos apresentam eram realmente freqüentes na boa sociedade. Veremos a seguir que não representavam uma afetação, mas uma paixão genuína.

Entre as habilidades físicas, esperava-se que o cortesão fosse perfeito nos assim chamados exercícios de cavalheirismo; e, além deles, em práticas baseadas na emulação pessoal, que só poderiam existir em cortes altamente organizadas, como não havia fora da Itália. Outros pontos se baseavam, obviamente, numa noção abstrata da perfeição individual. O cortesão devia sentir-se à vontade em todos os esportes nobres, entre os quais a corrida, os saltos, a natação e a luta livre; acima de tudo, exigia-se que fosse um bom dançarino e, como requisito básico, um exímio cavaleiro. Devia dominar diversos idiomas, sendo o latim e o italiano imprescindíveis; precisava conhecer literatura e ter alguns conhecimentos das belas-artes. Esperava-se dele alguma habilitação na música, a qual, contudo, devia ser tratada como um segredo, na medida do possível. Tudo isso não deveria ser levado demasiadamente a sério, exceto no tocante ao uso das armas. A interação mútua desses dons e qualidades tinha por resultado o homem perfeito, no qual nenhuma qualidade usurpava o lugar das demais.

Isso é tão certo que, no século XVI, os italianos tinham os outros europeus como alunos, na teoria como na prática, em todos os exercícios físicos nobres e nos hábitos e maneiras da boa sociedade. Seus ensinamentos e seus livros ilustrados sobre a equitação, a esgrima e a dança serviam de modelo para outros países. A ginástica como arte, dissociada do treinamento militar e da mera diversão, provavelmente foi ensinada pela primeira vez por Vittorino da Feltre e, depois dele, tornou-se essencial a uma educação completa. O importante é que era ensinada sistematicamente, embora não possamos dizer quais exercícios eram mais apreciados, e se se pareciam com os de hoje. Mas podemos concluir, não só pelas características gerais como pelas evidências positivas que nos foram legadas, que a graça dos movimentos (não só a força e a perícia) era um dos objetivos mais importantes do treinamento físico. Basta lembrar o grande Federigo de Urbino dirigindo os jogos noturnos dos jovens entregues aos seus cuidados.

Os jogos e competições das classes populares não diferiam essencialmente daqueles prevalecentes noutras partes da Europa. Nas cidades marítimas, as corridas de barcos faziam parte do repertório, e as regatas venezianas há muito tempo eram famosas[84]. O jogo clássico da Itália era e ainda é o de bola; e provavelmente jogava-se nos tempos da Renascença com mais zelo e brilho do que em qualquer outro lugar. Contudo, não temos disso nenhuma prova clara.

MÚSICA

Algumas palavras sobre a música não estarão fora de lugar nesta parte de nossa obra[85]. Até o ano de 1500, a composição musical estava principalmente nas mãos da escola flamenga, cuja originalidade e destreza artística eram grandemente admiradas. Lado a lado havia uma escola italiana, que provavelmente se aproxima mais do nosso gosto atual. Meio século mais tarde apareceu Palestrina, cujo gênio ainda está presente entre nós. Sabemos, entre outros fatos, que ele foi um grande inovador, mas só um crítico profissional pode dizer se ele ou outros desempenharam um papel decisivo na formação da linguagem musical do mundo moderno. Deixando de lado a história da composição musical, vamos limitar-nos à posição que a música ocupava na vida social da época.

Um dos fatos mais característicos da Renascença e da Itália é a especialização da orquestra, a busca de novos instrumentos e tipos de som, e, em íntima conexão com esta tendência, a formação de uma classe de *virtuosi,* que devotavam toda a sua atenção a determinados instrumentos ou a especializados ramos da música.

Dentre os instrumentos mais complexos, aperfeiçoados e amplamente difundidos num período bastante remoto, encontramos

---

84 Diz-se que surgiram nas travessias a remo até o Lido, onde aconteciam as competições de balestra. A grande regata na festa de São Paulo foi proibida por lei a partir de 1315. Nos primeiros tempos, montava-se muito em Veneza, antes de as ruas serem pavimentadas e as pontes planas de madeira serem substituídas pelas de pedra em arco. Petrarca (*Epist. Seniles,* iv. 2) descreve um torneio brilhante realizado em 1364, na praça de São Marcos, e o Doge Steno, por volta do ano 1400, possuía um estábulo tão bom quanto o de qualquer outro príncipe na Itália. Mas a equitação nas vizinhanças da praça foi proibida de modo geral a partir do ano 1291. Num período posterior, os venezianos eram tidos como maus cavaleiros.

85 Quanto à posição de Dante em relação à música, e quanto à música para os poemas de Petrarca e Boccaccio, vide Trucchi, *Poesie Ital. inedite,* ii. p. 139. Fora da Itália mal se podia aceitar que pessoas importantes fossem músicos; na corte flamenga do jovem Carlos V ocorreu uma séria disputa sobre isso. Um trecho notável e abrangente sobre a música pode ser encontrado num lugar inesperado – a *Macaroneide Phant.* xx. Trata-se da descrição cômica de um quarteto, da qual depreendemos que eram populares as canções espanholas e francesas; que a música já tinha seus inimigos (1520); e que a orquestra de Leão X e a do compositor Josquin des Prés, ainda mais antigo, cujas obras principais são mencionadas, ocupavam posição de destaque no mundo musical da época. O mesmo escritor (Folengo) revela, em seu *Orlandino,* publicado sob o pseudônimo de Limerno Pitocco, um fanatismo musical de tipo bastante moderno.

não só o órgão, mas o instrumento de cordas correspondente, o *gravicembalo* ou *clavicembalo.* Alguns deles, datando do início do século XIV, sobreviveram até nossos dias, embora incompletos, adornados com pinturas feitas pelas mãos dos grandes mestres. Entre os outros instrumentos o primeiro lugar era ocupado pelo violino, que conferia grande celebridade ao músico de talento. Na corte de Leão X, que quando cardeal enchera a casa de cantores e músicos, e gozava da reputação de bom crítico e executante, os judeus Giovan Maria del Corneto e Jacopo Sansecondo estavam entre os mais famosos. O primeiro recebeu de Leão o título de conde e uma pequena cidade; o segundo apareceu como Apolo no *Parnassus* de Rafael. No correr do século XVI, surgiram numerosas celebridades em todos os ramos da música, e Lomazzo (1584) nomeia os três mais famosos mestres da arte do canto, órgão, alaúde, lira, *viola da gamba,* harpa, cítara, trompa e clarim, e faz votos para que seus retratos sejam pintados nos próprios instrumentos[86]. Tal crítica comparativa multifacetada teria sido impossível em qualquer outro lugar exceto na Itália, embora os mesmos instrumentos pudessem ser encontrados noutros países.

Pode-se demonstrar o número e a variedade desses instrumentos com o fato de que havia coleções dos mesmos, motivadas pela curiosidade. Em Veneza, uma das cidades mais musicais da Itália, havia diversas dessas coleções, e quando se reunia um número suficiente de executantes improvisava-se um concerto. Num desses museus havia um grande número de instrumentos copiados de antigas gravuras e descrições, mas não sabemos se qualquer pessoa podia tocá-los, ou como soavam. Não se deve esquecer que muitas vezes eles eram decorados, e podiam ser arrumados de forma agradável ao olhar. Assim, vamos encontrá-los em coleções genéricas de objetos raros e obras de arte.

Além de executantes profissionais, os músicos eram amadores isolados ou então se organizavam em academias, que mantinham orquestras. Muitos artistas de outros ramos sentiam-se à vontade na música, e muitas vezes eram mestres nessa arte. As pessoas de posição eram avessas aos instrumentos de sopro, pelo mesmo motivo que os faziam antipáticos a Alcibíades ou a Palas Atena. Na boa

[86] Lomazzo *(Trattato dell'arte della pittura,* etc., p. 347), ao falar da lira menciona Leonardo da Vinci e Alfonso (Duque?) de Ferrara. O autor inclui em sua obra todas as celebridades da época, entre as quais diversos judeus. A lista mais completa dos músicos famosos do século XVI, dividida em uma geração anterior e outra posterior, pode ser encontrada em Rabelais, no "Novo Prólogo" do quarto livro. Um virtuoso, o cego Francesco de Florença (falecido em 1390), foi coroado com louros em Veneza pelo rei de Chipre.

sociedade era comum o canto, solo ou acompanhado pelo violino, mas eram comuns também os quartetos de cordas e o *clavicembalo* – apreciado pela variedade dos seus efeitos. No canto só se permitia o solo, "pois uma voz singular é ouvida, apreciada e julgada muito melhor". Em outras palavras, como o canto, apesar de toda a modéstia convencional, é uma exibição individual do homem de sociedade, é bem melhor que cada um seja ouvido em separado. Os sentimentos de ternura produzidos nos ouvintes de boa vontade eram contados como certos, e recomendava-se às pessoas idosas que se abstivessem de tais formas de arte, mesmo que fossem habilitadas a praticá-las. Julgava-se importante que o efeito da canção fosse ampliado pela impressão visual causada na audiência. Nada sabemos, porém, do tratamento da composição musical, como ramo independente de arte. Por outro lado, muitas vezes acontecia de o tema da canção ser algum acontecimento terrível que houvesse atingido o próprio cantor.

Esse clima de diletantismo, que se espalhava tanto pela classe média como pela superior, era, na Itália, mais difundido e mais genuinamente artístico que em qualquer outro país da Europa. Onde quer que deparemos com uma descrição de um acontecimento social, encontraremos sempre menção expressa da música e do canto. Há centenas de pinturas que nos mostram homens e mulheres, muitas vezes em conjunto, tocando ou empunhando algum instrumento musical, e os concertos angelicais representados nas gravuras eclesiásticas provam que os pintores estavam familiarizados com os efeitos vivos da música. Sabemos que Antonio Rota, tocador de alaúde em Pádua (falecido em 1549), ficou rico graças às suas aulas, e publicou um método de ensino do alaúde.

Numa época em que não havia a ópera para concentrar e monopolizar o talento musical, este cultivo geral da arte deve ter sido algo maravilhosamente variado, inteligente e original. Se essas formas de música nos satisfariam, se pudessem ser reproduzidas, é uma outra questão.

A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Para entender as formas superiores de relacionamento social nesse período, temos de manter diante dos olhos o fato de que as mulheres se encontravam em pé de perfeita igualdade com os homens. Não nos devemos deixar levar pelas afirmativas sofísticas e muitas vezes maliciosas sobre a presumível inferioridade do sexo feminino, que deparamos de quando em vez nos diálogos desse período, e

tampouco por sátiras tais como a terceira de Ariosto, que trata a mulher como uma perigosa "criança grande", que o homem precisa dominar, apesar do grande abismo que existiria entre eles. Há, efetivamente, uma parte de verdade naquilo que ele afirma. Embora a mulher instruída se colocasse no mesmo nível do homem, aquela comunhão de mente e espírito oriunda do senso de dependência e completamento mútuo não se pôde desenvolver no casamento dessa época como aconteceria mais tarde na cultivada sociedade do Norte.

A educação das mulheres, nas classes superiores, era essencialmente igual à dos homens. Os italianos da Renascença não sentiam quaisquer escrúpulos em colocar filhos e filhas, sem distinções, no mesmo curso de instrução literária e até mesmo filológica. Na realidade, considerando a cultura antiga o maior bem da vida, eles se alegravam quando suas filhas dela participavam. Vimos que perfeição foi atingida pelas filhas das famílias principescas no escrever e no falar o latim. Muitas outras mulheres devem ter sido capazes de pelo menos lê-lo, para poder acompanhar as conversas da época, que se voltavam em grande parte para os temas clássicos. Havia ativo interesse pela poesia italiana (improvisada ou não), na qual, desde os tempos da veneziana Cassandra Fedele (por volta do encerrar-se do século XV), numerosas mulheres italianas se tornaram famosas. Uma delas, Vittoria Colonna, pode até ser chamada de imortal. Se necessitássemos de uma prova da afirmativa acima, ela seria encontrada no tom viril dessa poesia. Até os sonetos de amor e os poemas religiosos têm caráter tão preciso e definido, tão distantes do terno crepúsculo dos sentimentos, e todo o diletantismo que comumente encontramos na poesia feminina, que não hesitaríamos em atribuí-los a homens, se não houvesse evidência clara do contrário.

No concernente à educação, a individualidade das mulheres nas classes superiores desenvolvia-se da mesma forma que a dos homens. Até a época da Reforma, a personalidade das mulheres fora da Itália, mesmo nas camadas mais elevadas, pouco se salientava. Exceções como Isabella da Baviera, Margaret de Anjou e Isabela de Castela são o resultado de circunstâncias muito pouco comuns. Na Itália, em todo o século XV, as esposas dos governantes, e ainda mais aquelas dos *condottieri,* possuíam quase todas personalidade distinta e reconhecível, e assumiam sua parcela de notoriedade e de glória. A estas gradualmente veio acrescentar-se um enorme grupo de mulheres famosas, dos tipos mais variados, entre as quais aquelas cuja distinção consistia no fato de que sua beleza, disposição, educação, virtude e piedade combinavam-se para torná-las seres humanos harmoniosos.

Não havia dúvidas quanto à emancipação feminina ou aos 'direitos da mulher' simplesmente porque esses direitos eram admitidos como coisa natural. As mulheres instruídas, tanto quanto os homens, lutavam naturalmente em busca da individualidade completa e característica. Exigia-se para a perfeição da mulher o mesmo desenvolvimento intelectual e emocional que servia à perfeição do homem. Não se esperava dela, porém, uma obra literária ativa, mas, se fosse poeta, uma poderosa expressão de sentimentos, e não as confidências do romance ou do diário. Essas mulheres não pensavam no público; influenciavam homens famosos, e moderavam os impulsos e caprichos masculinos.

O maior elogio que se podia fazer então às grandes mulheres italianas era de que tinham o cérebro e a coragem de um homem. Basta-nos observar o porte inteiramente masculino das mulheres nos poemas heróicos, especialmente os de Boiardo e Ariosto, para ficarmos convencidos de que estamos diante do ideal da época. O título *virago,* hoje um elogio equívoco, na época era só encomiástico. Era ostentado em toda a sua glória por Caterina Sforza, esposa e mais tarde viúva de Girolano Riario, cuja propriedade hereditária, Forli, ela defendeu galantemente, primeiro contra os assassinos do seu marido, e depois contra Cesare Borgia. Apesar de finalmente vencida, manteve a admiração dos seus conterrâneos e o título de *prima donna d'Italia.* Essa veia heróica pode ser detetada em muitas das mulheres da Renascença, embora nenhuma encontrasse oportunidade igual para demonstrar seu heroísmo. Reconhece-se claramente um caráter assim em Isabella Gonzaga.

Mulheres dessa estampa podiam ouvir romances como os de Bandello sem que seu relacionamento social sofresse por isso. O gênio regulador da sociedade não era, como agora, o princípio feminino, ou o respeito a certas pressuposições, mistérios e susceptibilidades, mas sim a consciência da energia, da beleza e de um estado social cheio de perigos e oportunidades. Por esse motivo, encontramos lado a lado com as mais comedidas e polidas regras sociais alguma coisa que nossa época rotularia de imodéstia, esquecendo-se daquilo que corrigia e contrabalançava tal fato – o caráter forte das mulheres.

O fato de não podermos encontrar qualquer evidência absoluta desses pontos, nos diálogos e nos tratados, é apenas natural, por mais livres que fossem as discussões sobre a natureza do amor e a posição e capacidade das mulheres.

O que parece ter faltado nessa sociedade são as jovens, que, mesmo quando não criadas em mosteiros, eram ainda cuidadosa-

mente resguardadas. Não é fácil saber se sua ausência era a causa de uma maior liberdade na conversação ou se, ao contrário, elas eram afastadas por esse motivo.

Mesmo o relacionamento com as cortesãs parece ter assumido um caráter mais elevado, lembrando-nos a posição das *hetairae* na Atenas clássica. Impéria, a famosa cortesã romana, era uma mulher de inteligência e cultura, tendo aprendido a arte de fazer sonetos com um certo Domenico Campana, e não era destituída de talento. A bela Isabella de Luna, de origem espanhola, considerada uma companhia divertida, parece ter sido uma mistura estranha de bom coração com uma língua chocante, o que mais tarde lhe trouxe problemas. Em Milão, Bandello conheceu a majestosa Caterina di San Celso, que tocava, cantava e recitava soberbamente. De tudo o que lemos sobre o assunto, fica claro que as pessoas que visitavam essas mulheres, e que com elas viviam de tempos em tempos, exigiam que tivessem um grau considerável de inteligência e instrução. As cortesãs famosas eram tratadas com grande respeito e consideração. Mesmo quando os relacionamentos com elas acabavam, ainda se buscava sua opinião, deixando claro que a paixão terminada deixara vestígios permanentes. De modo geral, porém, este intercâmbio intelectual não merece ser mencionado pelo ângulo sancionado pelas formas de vida social reconhecidas, e os traços que deixou na poesia e na literatura são, em sua maior parte, de natureza escandalosa. Poderemos espantar-nos de saber que entre as 6 800 pessoas dessa classe, que podiam ser encontradas em Roma em 1490 – isto é, antes do aparecimento da sífilis –, mal se poderia citar uma única mulher notável por quaisquer dons superiores. Aquelas que mencionamos pertencem todas ao período que se seguiu de imediato. A vida, a moral e a filosofia das mulheres públicas, que com toda a sua sensualidade e ambição nem sempre eram capazes de paixões mais profundas – e também a hipocrisia e malícia diabólica exibida por algumas delas nos seus últimos anos – são melhor expostas por Giraldi nos romances que formam a introdução para o *Hecatommithi.* Pietro Aretino, no seu *Ragionamenti,* nos oferece mais um relato da depravação do seu próprio caráter do que uma descrição real dessa infeliz classe de mulheres.

As amantes dos príncipes, como já dissemos, eram cantadas pelos poetas e pintadas pelos artistas, tornando-se assim pessoalmente conhecidas dos seus contemporâneos e da posteridade. No entanto, de Alice Perries sabemos pouco mais que o nome; de Clara Dettin, a amante de Frederico, o Vitorioso, e de Agnes Sorel só temos uma história meio legendária. Mas no que concerne às

concubinas dos monarcas da Renascença – Francisco I e Henrique II – o caso é bem diferente.

VIDA DOMÉSTICA

Depois de tratarmos do relacionamento das pessoas na sociedade, vamos passar os olhos por um instante na vida doméstica deste período. Comumente nos sentimos predispostos a considerar a vida familiar dos italianos dessa época como inquestionavelmente arruinada pela imoralidade nacional – um aspecto da questão que discutiremos com mais atenção a seguir. No momento precisamos nos contentar com a afirmativa de que a infidelidade conjugal não tem uma influência tão desastrosa sobre a vida da família na Itália como no Norte, pelo menos desde que certos limites não sejam ultrapassados.

A vida doméstica na Idade Média era um produto da moral popular, ou, se preferirmos nos expressar de outra forma, um resultado das tendências inatas da vida nacional, modificadas pelas variadas circunstâncias que as afetavam. O cavalheirismo, no seu tempo de esplendor, deixou a economia doméstica intocada. O cavaleiro vagava de corte em corte, de um campo de batalha para outro. Interessava-se sistematicamente por outras mulheres, não pela própria esposa; no seu castelo as coisas continuavam como deviam. O espírito da Renascença primeiro trouxe a ordem à vida doméstica, tratando-a como obra de planejamento deliberado. Uma visão econômica inteligente e um estilo racional de arquitetura doméstica contribuíam para esse propósito. Contudo, a principal causa da mudança foi a consideração cuidadosa de todas as questões relativas ao intercâmbio social, à educação, ao serviço e à organização doméstica.

O documento mais precioso a esse respeito é o tratado sobre a direção do lar de Agnolo Pandolfini (escrito, na verdade, por L. B. Alberti, falecido em 1472). Ele se apresenta como um pai falando aos filhos adultos e iniciando-os no seu método de administração. Somos introduzidos numa casa grande e muito rica que, se governada com moderação e economia razoável, promete felicidade e prosperidade às gerações por vir. Uma propriedade agrícola considerável, cuja produção abastece a mesa e serve de base para a fortuna da família, combina-se a algum empreendimento industrial, tal como a fiação de lã ou de seda. A moradia é sólida e a comida de boa qualidade. Tudo o que se relaciona com os planos e organização da casa é grande, durável e caro, mas a vida diária dentro da mesma é a

mais simples possível. Todas as outras despesas – desde as maiores, onde está em jogo a honra da família, até o dinheiro para os pequenos gastos dos filhos mais jovens – se relacionam entre si de forma racional, não meramente convencional. Nada é mais importante do que a educação, que o chefe da casa dá não só às crianças como a todos os membros da família. Primeiro ele educa a esposa, transformando-a de uma moça tímida, criada em cuidadosa reclusão, na verdadeira dona da casa, capaz de comandar e guiar os empregados. Os filhos são educados sem severidade indevida[87], cuidadosamente vigiados e aconselhados, e controlados "mais pela autoridade do que pela força". Finalmente, os criados são escolhidos e tratados dentro de princípios que os mantêm fiéis e alegres junto à família.

Há um aspecto desse livro ao qual precisamos nos referir, embora não seja tratado só nele, mas que é tratado ali com especial carinho – o amor do italiano instruído pela vida no campo. Nos países setentrionais, os nobres viviam no campo em seus castelos, e os monges das ordens superiores em seus mosteiros bem guardados, enquanto que os burgueses mais ricos viviam o ano todo nas cidades. Na Itália, porém, pelo menos no que concerne aos arredores de certas cidades, a segurança da vida e da propriedade era tão grande, e a paixão pelo campo tão forte, que as pessoas se dispunham a correr o risco de uma perda em tempos de guerra. Assim surgiu a *villa,* a casa de campo do cidadão rico. Renasceu assim essa preciosa herança do antigo mundo romano, logo que a riqueza e a cultura do povo se desenvolveram suficientemente.

Pandolfini encontra em sua *villa* tal paz e felicidade que o leitor precisará ouvi-lo pessoalmente. O lado econômico do problema diz que a mesma propriedade deveria, se possível, ter tudo – cereais, vinho, óleo, terras de pasto e florestas; nesses casos, a propriedade se pagava, já que nada era comprado no mercado. A satisfação proporcionada pela *villa* está demonstrada em algumas palavras da introdução: "Ao redor de Florença existem muitas *ville,* numa atmosfera transparente, dentro de um cenário alegre, e com vista esplêndida; há pouca neblina e não há ventos prejudiciais; tudo é bom, a água é pura e saudável. Dessas casas, muitas se assemelham a

[87] Uma história detalhada da aplicação de castigos corporais às crianças entre as raças germânicas e latinas, escrito com boa psicologia, valeria muitos volumes de despachos e negociações. Quando, e através de que influência, esses castigos se teriam tornado prática diária no lar germânico? Não antes de Walther cantar: *Nieman kan mit gerten kindes zuht beherten* (Ninguém pode educar uma criança com uma vara). Na Itália as surras terminavam cedo; uma criança de sete anos não apanhava mais.

palácios, muitas a castelos, caros e belos." Ele se refere àquelas *ville* extraordinárias, das quais em 1529 o maior número foi sacrificado pelos próprios florentinos, embora em vão, em defesa de sua cidade.

Nessas *ville* assim como naquelas às margens do Brenta, nas montanhas lombardas, em Posilippo e Vomero, a vida social assume um caráter mais livre e rural que nos palácios da cidade. Encontramos descrições encantadoras da convivência dos hóspedes, as caçadas, as brincadeiras e diversões ao ar livre. Os exemplos mais nobres da poesia e do pensamento aparecem às vezes nesses cenários de paz bucólica.

FESTAS

Não é por escolha arbitrária que, ao discutir a vida social desse período, somos levados a tratar das procissões e espetáculos que faziam parte das festas populares. O poder artístico demonstrado pelos italianos da Renascença em tais ocasiões, era atingido apenas por meio daquele livre intercâmbio entre todas as classes que formavam a base da sociedade italiana. Na Europa do Norte, os mosteiros, cortes e burgueses tinham suas festas e espetáculos especiais, como acontecia na Itália; de um lado, a forma e a substância dessas exibições diferiam de acordo com a classe que nelas tomasse parte; de outro, a arte e a cultura comuns a toda a nação lhes davam um caráter mais elevado e popular. A arquitetura decorativa que apoiava essas festas merece um capítulo à parte na história da arte, embora só possamos formar um retrato da mesma, com nossa imaginação, com base nas descrições que nos foram deixadas. Preocupamo-nos aqui em especial com as festas numa fase mais avançada na vida do povo, na qual suas idéias religiosas, morais e poéticas tomavam forma visível. As festas italianas, em sua melhor forma, marcam o ponto de transição da vida real para o mundo da arte.

As duas principais formas de exibição festiva foram aqui, como em todas as outras partes do Ocidente, o mistério, a dramatização da história e das lendas sacras, e a procissão, cujo motivo e caráter eram também puramente eclesiásticos.

Os desempenhos dos mistérios na Itália foram, desde o princípio, mais freqüentes e esplêndidos que em qualquer outro lugar, e afetados da maneira mais favorável pelo progresso da poesia e das outras artes. No decorrer do tempo se destacaram do mistério a farsa e o drama secular, como aconteceu nos outros países da Europa, e a pantomima, com seu acompanhamento de canto e dança, de cujo efeito dependiam a riqueza e beleza do espetáculo.

Nas ruas largas, planas e bem pavimentadas das cidades italianas, a procissão logo se transformou no *trionfo* ou seja, o desfile de figuras mascaradas a pé e em carruagens, cujo caráter eclesiástico foi gradualmente cedendo lugar ao secular. As procissões no carnaval e no feriado de *Corpus Christi* eram semelhantes em pompa e brilho, criando o padrão mais tarde seguido pelos avanços reais ou principescos. Outras nações estavam dispostas a gastar somas enormes nessas exibições, mas só na Itália encontramos um método de tratamento artístico, que arranjava as procissões como um todo harmônico e significativo.

O que sobrevive dessas festas são pobres restos do que havia antigamente. Tanto as exibições religiosas quanto as seculares abandonaram o elemento dramático – as fantasias – em parte pelo temor ao ridículo, em parte porque as classes cultas, que antes dedicavam todas as suas energias a tais coisas, perderam, por muitos motivos, o interesse pelas mesmas. Mesmo no carnaval, a grande procissão de máscaras está fora de moda. O que ficou, como as fantasias imitando certas confrarias religiosas, ou até mesmo a brilhante festa de Santa Rosália em Palermo, mostra claramente como a cultura superior do país se afastou dessas atividades.

As festas só alcançaram seu pleno desenvolvimento depois da decisiva vitória do espírito moderno, no século XV, mas pode ser que Florença, nisto como em outras coisas, estivesse mais adiantada do que o restante da Itália. Em Florença, nos primeiros tempos, os diversos bairros da cidade eram organizados com vistas a tais exibições, que exigiam um grande dispêndio de esforço artístico. Desse tipo foi a representação do Inferno, com um cadafalso e botes no Arno, realizada a 1º de maio de 1304, quando a Ponte alla Carraia desabou sob o peso dos espectadores. O fato de que, em período posterior, os florentinos costumassem viajar através da Itália como diretores de festas (*festaiuoli*) demonstra que a arte foi primeiro aperfeiçoada em casa.

Ao expor os principais pontos de superioridade das festas italianas com relação às de outros países, o que temos de observar primeiro é o desenvolvido senso de características individuais – em outras palavras, a capacidade de inventar uma dada máscara, e representar o papel com propriedade dramática. Os pintores e escultores não se limitavam a fazer seu papel no tocante à decoração do lugar onde a festa era realizada, mas ajudavam na escolha dos personagens, prescrevendo os trajes, as pinturas e os demais ornamentos a serem usados. O segundo fato a apontar é a familiaridade das pessoas em geral com a base poética do espetáculo. Os mistérios,

na verdade, eram igualmente bem compreendidos por toda a Europa, uma vez que a história bíblica e as lendas sobre os santos eram propriedade comum da Cristandade; todas as outras vantagens, porém, estavam do lado da Itália. Para as recitações, com heróis religiosos ou seculares, ela possuía uma poesia lírica tão rica e harmoniosa que ninguém podia resistir ao seu encanto. A maioria dos espectadores também – pelo menos nas cidades – compreendia o significado das figuras mitológicas, e podia adivinhar sem grandes dificuldades as tramas históricas e alegóricas, retiradas de fontes bem conhecidas pelo povo italiano.

Este ponto precisa ser discutido mais profundamente. A Idade Média foi, essencialmente, a época da alegoria. A teologia e a filosofia tratavam suas categorias como seres independentes, e a poesia e a arte tinham pouco a acrescentar para dar-lhes personalidade. Aqui todos os países do Ocidente se encontravam no mesmo nível. Seu mundo de idéias era bastante rico em tipos e figuras, mas quando estas adquirissem formas concretas provavelmente ficariam ininteligíveis, inadequadas ao gosto popular. Mesmo na Itália, isto acontecia com freqüência, e não só durante todo o período da Renascença, mas até num período posterior. Para produzir confusão, bastava que um predicado das figuras alegóricas fosse traduzido erradamente por um atributo. Mesmo Dante não se viu totalmente livre de tais erros, e, na realidade, orgulha-se da obscuridade de suas alegorias em geral. Petrarca, em seus *Trionfi,* tenta dar descrições claras, embora curtas, das figuras do Amor, Castidade, Morte e Fama. Outros ainda carregam suas alegorias de atributos não apropriados. Nas sátiras de Vinciguerra, por exemplo, a Inveja é retratada com ásperos dentes de ferro, a Gula mordendo os próprios lábios, os cabelos emaranhados, talvez para demonstrar sua indiferença a tudo o que não seja carne e bebida. Não cabe discutir aqui a má influência desses mal-entendidos sobre as artes plásticas. Elas, como a poesia, devem se considerar afortunadas se a alegoria puder expressar-se através de uma figura mitológica, cuja antiguidade a salve do absurdo – se Marte puder representar a guerra, e Diana, o amor à caça.

Assim mesmo a arte e a poesia tinham alegorias melhores do que essas a oferecer; podemos presumir, em relação às figuras que apareciam nas festas italianas, que o público exigia que fossem clara e vivamente características, visto que seu treinamento o deixara apto a ser um crítico competente. Noutros lugares, em particular na corte de Borgonha, as figuras mais inexpressivas, e até mesmo meros símbolos, eram aceitos, pois compreendê-los (ou parecer entendê-los) era

parte da educação aristocrática. Por ocasião do famoso 'Juramento do Faisão', no ano de 1454, a jovem e bela amazona, que aparece como 'Rainha do Prazer', é a única alegoria agradável. Os enormes centros de mesa, com figuras automáticas ou até mesmo vivas em seu interior, são meras curiosidades, ou então se destinam a transmitir uma canhestra lição de moral. Uma estátua de mulher nua, guardada por um leão vivo, deveria representar Constantinopla e o seu futuro salvador, o Duque de Borgonha. O restante, com a exceção de uma pantomima – Jasão em Cólquida –, parece misterioso demais para ser entendido, ou não tem de fato qualquer sentido. Olivier de la Marche, a quem devemos a descrição da cena (*Mémoires,* cap. 29), aparece fantasiado como 'A Igreja', numa torre no lombo de um elefante, e canta longa elegia sobre a vitória dos infiéis.

Contudo, apesar de na Itália o elemento alegórico na poesia, na arte e nas festas ser superior, em bom gosto como em unidade, à concepção que encontramos noutros países, não é com tais qualidades que ela é mais caraterística e única. O ponto decisivo de superioridade reside mais no fato de que, além das personificações de qualidades abstratas, eram introduzidas muitas representações históricas – de modo que tanto a arte plástica como a poesia estavam acostumadas a representar homens e mulheres famosas. A *Divina comédia,* os *Trionfi* de Petrarca, a *Amorosa visione* de Boccaccio – todas obras construídas com base nesse princípio – e a grande difusão da cultura que ocorria sob a influência da Antiguidade haviam familiarizado a nação com esse elemento histórico. Essas figuras apareciam agora nas festas, quer individualizadas, como máscaras definidas, ou em grupos, como atendentes característicos junto a alguma figura alegórica do primeiro plano. A arte do grupamento e da composição foi assim aprendida na Itália numa época em que as mais esplêndidas exibições noutros países eram feitas de simbolismos impossíveis de entender ou de puerilidades sem sentido.

Comecemos por aquela espécie de festividade que talvez seja a mais antiga de todas – os mistérios. Em suas características principais eles se assemelhavam àqueles representados no restante da Europa. Nas praças públicas, nas igrejas e nos mosteiros, eram construídos extensos palanques, o andar superior dos quais servia como Paraíso, podendo ser aberto e fechado à vontade, e o andar térreo de Inferno; entre os quais ficava o palco propriamente dito, representando o cenário de todos os acontecimentos terrenos do drama. Na Itália, como em outros lugares, a peça bíblica ou legendária iniciava-se muitas vezes com um diálogo introdutório entre os Apostólos, Profetas, Sibilas, Virtudes, e os Pais da Igreja, e às vezes

terminava por uma dança. Os *intermezzi* semicômicos de personagens secundários não faltavam na Itália, apesar de que tal característica era muito menos difundida que nos países do Norte. Os meios artificiais pelos quais tais figuras eram levadas a subir e a flutuar no ar – um dos principais deleites de tais representações – talvez fossem bem melhor entendidos na Itália que em qualquer outro lugar; e, em Florença, no século XIV, as dificuldades nessas representações eram motivo de ridículo. Logo depois Brunellesco inventou, para a Festa da Anunciação na Piazza San Felice, um aparelho maravilhoso, consistindo num globo celestial, rodeado por dois círculos de anjos, do qual Gabriel descia voando numa máquina de formato amendoado. Cecca inventou também mecanismos para tais exibições. As corporações religiosas ou os bairros da cidade que tomavam a seu cargo as festas, e em parte a representação de tais peças, não poupavam esforços e recursos, pelo menos nas grandes cidades, para torná-las tão perfeitas e artísticas quanto possível. O mesmo, indubitavelmente, acontecia nas festividades da grande corte, onde os mistérios eram encenados, assim como pantomimas e dramas seculares. A corte de Pietro Riario e a de Ferrara eram seguramente providas de tudo o que a invenção humana pudesse fornecer. Quando retratamos para nós mesmos o talento teatral e os maravilhosos trajes dos atores, os cenários construídos no estilo da arquitetura da época, enfeitados com guirlandas e tapeçarias, tendo ao fundo os prédios nobres de uma *piazza* italiana, ou as delgadas colunas de algum grande pátio ou claustro, o efeito é brilhante. No entanto, exatamente como o drama secular sofreu devido a essa paixão pelo exibicionismo, assim também o desenvolvimento poético superior dos mistérios foi retardado pelo mesmo motivo. Nos textos que nos ficaram, encontramos quase sempre o mais pobre trabalho dramático, aliviado aqui e ali por uma boa passagem lírica ou retórica, mas sem qualquer traço do grande entusiasmo simbólico que distingue os *Autos sacramentales,* de Calderón.

Nas cidades menores, onde havia menos exibição cênica, o efeito de tais peças religiosas sobre o caráter dos espectadores pode ter sido maior. Lemos que um dos grandes pregadores, de quem falaremos mais adiante, Roberto da Lecce, encerrou seus sermões da Quaresma durante a peste de 1448, em Perugia, com uma representação da Paixão. A peça seguiu de perto o Novo Testamento. Os atores eram poucos, mas todo o povo chorava alto. É verdade que em tais ocasiões recorria-se a estímulos emocionais tomados por empréstimo ao mais cru dos realismos. Lembramos das pinturas de Matteo da Siena, ou dos grupos de figuras de argila de Guido Mazzoni,

quando lemos que o ator que representava o papel de Cristo aparecia coberto de vergões, aparentemente suando sangue, e sangrando de um ferimento num lado do corpo.

As ocasiões especiais para esses mistérios eram as grandes festas da Igreja, os casamentos principescos e outras semelhantes. Quando, por exemplo, São Bernardino de Siena foi canonizado pelo papa (1450, foi promovida uma espécie de imitação dramática da cerimônia (*rappresentazione*), provavelmente na grande praça de sua cidade natal, onde se festejou durante dois dias, com carne e bebidas para todos. Dizem-nos que um monge erudito comemorou sua promoção ao grau de doutor em teologia dando uma representação da lenda sobre o santo padroeiro da cidade. Carlos VIII mal havia entrado na Itália e já era recebido em Turim pela enviuvada Duquesa Bianca de Savoia com uma espécie de pantomima semi-religiosa, na qual uma cena pastoral representava primeiro as Leis da Natureza e, durante uma procissão de patriarcas, a Lei da Graça. Seguiu-se a história de Lancelote do Lago, e a de "Atenas". E, tão logo o rei chegou a Chieri, já era recebido com outra pantomina, que mostrava uma mulher no leito de parturiente, cercada por visitantes ilustres.

Se havia uma festa da Igreja que exigia, por consenso universal, um excepcional esforço comemorativo era o *Corpus Christi*, que na Espanha deu origem a uma classe especial de poesia. Possuímos uma descrição excepcional da maneira como foi comemorada em Viterbo, por Pio II, em 1462. A procissão em si, que partiu de uma vasta e lindíssima tenda, defronte a San Francesco, seguindo ao longo da rua principal na direção da Catedral, foi a parte menos importante da festividade. Os cardeais e ricos prelados haviam dividido em partes o percurso, que presidiam individualmente, e decoravam com cortinas, tapeçarias e guirlandas. Cada um ergueu também um palco particular, no qual, quando a procissão passava, eram representadas curtas cenas históricas e alegóricas. Pela narrativa não está claro se todos os personagens eram seres vivos, ou se eram figuras cobertas de pano; as despesas certamente foram muito grandes. Havia um Cristo sofredor entre querubins cantores, a Última Ceia, com uma figura de São Tomás de Aquino, o combate entre São Miguel Arcanjo e os diabos, fontes de vinho e orquestras de anjos, o túmulo de Cristo com toda a cena da Ressurreição e, finalmente, na praça diante da Catedral, o túmulo da Virgem. Este abriu-se depois da Missa Solene e da Bênção, e a Mãe de Deus ascendeu cantando ao Paraíso, onde foi coroada pelo Filho e levada à presença do Pai Eterno.

Entre tais representações em praça pública, a oferecida pelo

Cardeal Vice-Chanceler Roderigo Borgia, mais tarde Papa Alexandre VI, foi notável pelo seu esplendor e obscuro simbolismo. Oferece um exemplo prematuro do gosto pelas salvas de artilharia, tão característica da casa dos Borgia.

Mais breve é a narrativa que Pio II nos dá da procissão efetuada em Roma no mesmo ano, quando da chegada do crânio de Santo André, da Grécia. Ali, também, Roderigo Borgia se distinguiu pela magnificência, mas esta festa teve um caráter mais secular do que a outra, já que, além do coro de anjos, outras máscaras foram exibidas, assim como "homens fortes", que parecem ter executado demonstrações de proezas musculares.

Representações desse tipo, de caráter total ou essencialmente secular, eram arranjadas, principalmente nas cortes principescas mais importantes, tendo em vista primordialmente efeitos cênicos esplêndidos e marcantes. Os temas eram mitológicos ou alegóricos, e a interpretação era quase sempre superficial. Não faltavam verdadeiras extravagâncias – animais gigantescos dos quais emergia de repente um grupo de figuras mascaradas, como aconteceu em Siena no ano de 1465 – numa recepção um grupo de balé formado por doze pessoas saiu de repente de dentro de uma loba dourada; ornamentos de mesa vivos, nem sempre, porém, exibindo os exageros sem gosto da corte de Borgonha – e semelhantes. A maioria mostrava algum sentimento artístico ou poético. A mistura de pantomima e drama, na corte de Ferrara, já foi citada quando falamos em poesia. As diversões oferecidas pelo Cardeal Pietro Riario em 1473, quando passava pela cidade Leonora de Aragão, a noiva prometida ao Príncipe Ercole de Ferrara, ficaram famosas bem além dos limites da Itália. As peças encenadas eram mistérios baseados em algum tema eclesiástico; as pantomimas, pelo contrário, eram mitológicas. Lá estavam Orfeu com as feras, Perseu e Andrômeda, Ceres arrastada por dragões, Baco e Ariadne por panteras, e, finalmente, a educação de Aquiles. Seguiu-se um balé dos amantes famosos dos tempos antigos, com um batalhão de ninfas, interrompido por ataque de centauros predadores, que, por sua vez, foram vencidos e postos a correr por Hércules. Característico do gosto da época era o fato, sem importância intrínseca, de seres humanos aparecerem em todas as festas primeiro como estátuas em nichos, ou em colunas e arcos do triunfo, e depois cantando ou falando, em seus trajes naturais, de modo a remover a sensação de incongruência; enquanto isso, na casa de Riario, foi exibida uma criança viva, dourada da cabeça aos pés, que esparzia à sua volta a água de uma fonte.

Pantomimas brilhantes do mesmo tipo foram oferecidas em

Bolonha, no casamento de Annibale Bentivoglio com Lucrezia d'Este. Em vez da orquestra, cantaram-se corais enquanto a mais bela entre as ninfas de Diana voava em direção a Juno Pronuba, e Vênus caminhava com um leão – neste caso, um homem disfarçado – entre um bando de selvagens. As decorações eram a representação fiel de uma floresta. Em Veneza, em 1491, as princesas da casa de Este foram encontradas e recebidas pelo Bucentauro, e distraídas por corridas de barcos e uma pantomima esplêndida, chamada *Meleager*, na corte do palácio ducal. Em Milão, Leonardo da Vinci dirigiu as festas do duque e de alguns cidadãos famosos. Uma de suas máquinas, que deve ter rivalizado com a de Brunellesco, representava em escala colossal os corpos celestiais com todos os seus movimentos. Sempre que um planeta se aproximava de Isabella, a noiva do jovem duque, a divindade cujo nome ele usava saltava fora do globo e cantava alguns versos escritos por Bellincioni (1490), o poeta da corte. Em outro festival (1493), o modelo da estátua eqüestre de Francesco Sforza apareceu com outros objetos, sob um arco do triunfo, na praça diante do castelo. Lemos em Vasari sobre o engenhoso autômato que Leonardo inventou para dar boas-vindas aos reis franceses como senhores de Milão. Mesmo nas cidades menores, faziam-se às vezes grandes esforços em tais ocasiões. Quando o Duque Borso foi a Reggio em 1453, para receber as homenagens da cidade, foi recebido à entrada por uma grande máquina, na qual São Próspero, o padroeiro da cidade, parecia flutuar, à sombra de um baldaquino seguro por anjos; abaixo dele havia um disco giratório com oito querubins cantores, dois dos quais receberam do santo o cetro e as chaves da cidade, que depois entregaram ao duque, enquanto anjos e santos lhe cantavam elogios. Adiantou-se então uma carruagem puxada por cavalos ocultos, trazendo um trono vazio, por trás do qual erguia-se a figura da Justiça, atendida por um gênio. Nos cantos da carruagem vinham quatro legisladores de cabelos brancos, circundados por anjos portando flâmulas; ao lado, porta-estandartes com armadura completa, montados a cavalo. Não é preciso acrescentar que a deusa e o gênio não permitiram que o duque passasse sem que lhe dirigissem a palavra. Um segundo carro, puxado por um unicórnio, trazia uma Cárites com uma tocha ardente; entre os dois vinha o espetáculo clássico do carro em forma de navio, movimentado por homens escondidos em seu interior. A procissão toda avançava diante do duque. Defronte à Igreja de São Pedro, parou novamente. O santo, atendido por dois anjos, desceu da fachada dentro de uma auréola, colocou uma coroa de louros na cabeça do duque e depois flutuou de volta à sua posição

anterior. O clero montou outra alegoria, puramente religiosa; a Idolatria e a Fé erguiam-se em dois pilares altos, e logo depois de a Fé, representada por uma bela moça, ter pronunciado suas boas-vindas outra coluna caiu em pedaços, com a figura leiga em cima. Mais adiante, Borso foi recebido por um César junto a sete lindas mulheres, apresentadas como as Virtudes que deveria seguir. Finalmente chegou-se à Catedral, mas, após a cerimônia, mais uma vez o duque tomou seu lugar no trono dourado, elevado, e pela segunda vez recebeu a homenagem de algumas das máscaras já mencionadas. Para concluir, três anjos desceram voando de um prédio adjacente e, entre canções de alegria, entregaram-lhe ramos de palma, símbolos da paz.

Vejamos agora aquelas festas cujo principal motivo era a procissão em si.

Não há dúvidas de que, desde um período muito inicial da Idade Média, as procissões religiosas deram origem ao uso de máscaras. Pequenos anjos acompanhavam o sacramento ou as pinturas e relíquias sacras nas suas caminhadas pelas ruas; ou os personagens da Paixão – tais como Cristo com a cruz, os ladrões e os soldados, ou a mulher cheia de fé – eram representados para edificação pública. Mas, desde um período muito remoto, as grandes festas da Igreja acompanhadas por uma procissão cívica, e a *naïveté* da Idade Média não achou nada de inadequado nos muitos elementos seculares que ela continha. Podemos mencionar especialmente o carro naval (*carrus navalis*) herdado dos tempos pagãos, e que, como o demonstra o exemplo já citado, era admissível em festas de diversas espécies, e se associou com uma delas em particular – o carnaval. Esses navios, decorados com todo o esplendor possível, continuaram a deliciar os olhos dos espectadores muito depois do seu significado original ter sido esquecido. Quando Isabel da Inglaterra encontrou seu noivo, o Imperador Frederico II, em Colônia, foi recebida por inúmeras carruagens desse tipo, puxadas por cavalos ocultos, repletas de padres, que lhe davam as boas-vidas, com música e cantos.

Contudo, as procissões religiosas não só se mesclavam com acessórios de todas as espécies, como eram muitas vezes substituídas por procissões de máscaras eclesiásticas. Sua origem talvez deva ser encontrada nos grupos de atores que caminhavam pelas ruas da cidade, até o lugar onde deveriam representar o mistério; é possível, porém, que num período muito remoto a procissão clerical possa ter sido uma espécie distinta. Dante descreve o *Trionfo* de Beatriz, com os 24 Patriarcas do Apocalipse, as quatro Bestas místicas, as três

Virtudes Cristãs e as quatro Virtudes Cardeais, São Lucas, São Paulo e outros Apóstolos de maneira tal que quase nos força a concluir que procissões desse tipo ocorriam realmente antes de sua época. Somos levados a tal conclusão principalmente por causa da carruagem na qual Beatriz é conduzida e que, na floresta miraculosa daquela visão, teria sido desnecessária ou pelo menos bastante fora de propósito. É possível, por outro lado, que Dante considerasse a carruagem um símbolo de vitória e triunfo, e que seu poema tenha servido mesmo para dar origem a tais procissões, cujo formato foi tomado de empréstimo ao 'triunfo' dos imperadores romanos. Seja como for, a poesia e a teologia continuavam a fazer uso livre do símbolo. Savonarola, em seu *Triunfo da Cruz*, representa Cristo numa carruagem da vitória, tendo sobre a cabeça a esfera brilhante da Trindade, à mão esquerda a Cruz, à direita o Velho e o Novo Testamentos; abaixo, a Virgem Maria; de ambos os lados, os Mártires e os Doutores da Igreja, com livros abertos; atrás dele, toda a multidão dos que alcançaram a salvação; à distância, o bando incontável de seus inimigos – imperadores, príncipes, filósofos, hereges – vencidos, seus ídolos quebrados e livros queimados. Um grande quadro de Ticiano, conhecido apenas por uma xilogravura, tem muito em comum com esta descrição. A nona e a décima das treze Elegias de Sabellico sobre a Mãe de Deus contêm uma descrição minuciosa do seu triunfo, ricamente adornado com alegorias, especialmente interessante dado o ar de naturalidade que também caracteriza a pintura realista do século XV.

Apesar disso, os *Trionfi* seculares eram muito mais freqüentes do que os religiosos. Eram modelados nas procissões dos imperadores romanos, conhecidas pelos velhos relevos e as obras dos autores antigos. Já discutimos os conceitos históricos então prevalecentes na Itália, com os quais esses espetáculos estavam intimamente relacionados (pág. 87).

De vez em quando lemos sobre o recebimento verdadeiramente triunfal de um general vitorioso, organizado dentro dos padrões antigos, mesmo contra a vontade do próprio herói. Francesco Sforza teve a coragem de recusar (1450) a carruagem triunfal que lhe fora preparada para sua volta a Milão, afirmando que tais coisas eram superstições monárquicas. Alfonso, o Grande, na sua entrada em Nápoles (1443), recusou a coroa de louros, que Napoleão não deixou de usar em sua coroação em Notre-Dame. Em tudo o mais, a procissão de Alfonso, que passou por uma brecha da parede, através da cidade até a catedral, era uma mistura estranha do antigo com o alegórico, e alguns elementos puramente cômicos. O carro no qual

vinha entronizado, puxado por quatro cavalos brancos, era alto e dourado; vinte patrícios carregavam os postes do pálio, em tecido de ouro, que lhe sombreava a cabeça. A parte da procissão que os florentinos de Nápoles haviam organizado compunha-se de cavaleiros jovens e elegantes, brandindo suas lanças com grande perícia; de uma carruagem com a figura da Fortuna, e as sete Virtudes montadas a cavalo. De acordo com a lógica inexorável da alegoria, com a qual até mesmo os pintores da época se conformavam, a própria deusa usava cabelos apenas na parte frontal da cabeça; a parte de trás era calva, e o gênio sentado nos degraus inferiores do carro, simbolizando o caráter fugidio da Fortuna, tinha os pés imersos numa bacia d'água. Seguia-se, equipada também pelos florentinos, uma tropa de cavaleiros vestidos nos trajes de diversas nações, fantasiados como príncipes e nobres estrangeiros; depois, coroado de louros e de pé sobre um globo giratório, vinha um Júlio César que explicou ao rei, em italiano, o significado das alegorias, retomando depois seu lugar na procissão. Sessenta florentinos, todos em púrpura e escalarte, fechavam esta magnífica exibição do que sua cidade natal podia realizar. Em seguida, um grupo de catalães avançava a pé, com representações de corpos de cavalo presas a eles, pela frente e por trás, empenhados num combate simulado contra turcos, como se zombassem do sentimentalismo florentino. No final de tudo vinha uma torre gigantesca, cuja porta era guardada por um anjo de espada em punho; sobre ela, quatro Virtudes, e cada uma se dirigiu ao rei com uma canção. O restante do espetáculo nada tinha de especialmente característico.

Na entrada de Luís XII em Milão, no ano de 1507, encontramos, além da inevitável carruagem com Virtudes, um grupo vivo representando Júpiter, Marte e uma figura da Itália apanhada numa rede. Depois vinha um carro carregado de troféus, e assim por diante.

E quando na realidade não havia um triunfo a celebrar, os poetas encontravam alguma compensação para si mesmos e para seus mecenas. Petrarca e Boccaccio haviam descrito a representação de todos os tipos de fama, como atendentes de cada uma das figuras alegóricas; as celebridades de épocas passadas eram transformadas em atendentes do príncipe. A poetisa Cleofe Gabrielli, de Gubbio, prestou esta homenagem a Borso de Ferrara. Deu-lhe como criadas, sete rainhas – as sete artes liberais –, com as quais ele subiu numa carruagem; seguiu-se uma multidão de heróis, com os nomes escritos na testa; todos os poetas famosos e, depois deles, os deuses, dirigindo suas próprias carruagens. Na verdade, nessa época simplesmente não havia limites para o uso de carruagens com figuras mitológicas e

alegóricas, e a obra de arte mais importante da época de Borso – os afrescos do Palazzo Schifanoia – nos mostra uma frisa inteira com tais motivos[88]. Quando precisou decorar a Camera della Segnatura, Rafael encontrou este padrão do pensamento já completamente vulgarizado. A nova e definitiva consagração que ele lhe deu é algo que vai maravilhar todas as épocas.

Estritamente falando, as procissões triunfais de generais vitoriosos eram uma exceção. Contudo, todas as procissões festivas, comemorassem ou não um evento, assumiam em alguma medida o caráter e quase sempre o nome de *trionfo*. É de espantar o fato de que os funerais não fossem também tratados da mesma forma.

No carnaval como em outras ocasiões, era costume representar os triunfos dos antigos comandantes romanos, tais como o de Paulus Æmilius, sob Lorenzo, o Magnífico, em Florença; e o de Camillus, na visita de Leão X. Ambos foram conduzidos pelo pintor Francesco Granacci. Em Roma, a primeira exibição completa desse tipo foi o triunfo de Augusto, depois da vitória sobre Cleópatra, sob Paulo II; nele além das máscaras cômicas e mitológicas, que nunca faltavam nos triunfos antigos, podia-se encontrar todos os outros requisitos – reis acorrentados, tábuas com decretos do senado e do povo, um senado vestido com trajes antigos, pretores, edis e questores, quatro carruagens cheias de máscaras cantantes e carros abarrotados de troféus. Outras procissões visavam mais realçar, de um modo geral, o império de caráter universal da antiga Roma; e, em resposta ao perigo muito real que ameaçava a Europa – os turcos – aparecia diante do povo uma cavalgada de camelos com mascarados representando prisioneiros otomanos. Mais tarde, no carnaval do ano 1500, Cesare Borgia, numa ousada alusão a si próprio, celebrou o triunfo de Júlio César com procissão de onze magníficas carruagens, escandalizando sem dúvida os peregrinos que haviam chegado para o Jubileu. Dois *trionfi* famosos por sua beleza e bom gosto foram dados por companhias rivais em Florença, quando da eleição de Leão X ao papado. Um deles representava as três Idades do Homem, o outro as Idades do Mundo, engenhosamente apresentadas em cinco cenas da história romana e duas alegorias à idade do ouro de Saturno e seu retorno final. Quando os grandes artistas florentinos tomavam a seu

88 Não são raras as pinturas antigas de cenas similares, e sem dúvida elas muitas vezes representam mascaradas que foram realmente representadas. As classes abastadas logo se acostumaram a seguir em carruagens cada solenidade pública. Lemos que Annibale Bentivoglio, filho mais velho do governante de Bolonha, regressou ao seu palácio, depois de presidir como árbitro exercícios militares rotineiros, *cum triumpho more romano.*

cargo esse trabalho, a imaginação exibida na decoração dos carros tornava o cenário tão impressionante que representações desse tipo passaram a ser um elemento permanente da vida popular. Até então as cidades-tema haviam se limitado a oferecer doações simbólicas – tecidos de luxo e velas de cera – no dia em que prestavam homenagens anuais. A corporação dos mercadores construíra dez carruagens, às quais outras mais tarde se somariam, não tanto para transportar como para simbolizar o tributo, e Andrea del Sarto, que pintou algumas delas, executou seu trabalho com perfeição. Tais carros, usados para transportar tributos ou troféus, faziam parte agora de todas as celebrações, mesmo quando não havia muito dinheiro a desembolsar. Em 1477, os sienenses anunciaram a aliança entre Ferrante e Sisto IV, com quem estavam associados, com o desfile de uma carruagem pela cidade, com "alguém, vestido como a deusa da paz, de pé sobre uma cota de malha e outras armas".

Nas festas venezianas, as procissões, não em terra, mas sobre a água, tinham um esplendor fantástico. O velejar do Bucentauro ao encontro da Princesa de Ferrara, no ano de 1491, parece algo saído de um conto de fadas. Naves incontáveis, com enfeites e guirlandas, cheias de jovens da cidade, ricamente trajados, moviam-se na frente; gênios, com atributos simbolizando os vários deuses, flutuavam em máquinas pendentes no ar; abaixo erguiam-se outros grupos, representando tritões e ninfas; o ar enchia-se de música, aromas suaves, o drapejar de flâmulas bordadas. O Bucentauro era seguido por um número tão grande de barcos de todos os tipos que por quase dois quilômetros (*octo stadia*), em todos os lados, não se podia ver a água. Em relação ao restante das festas, além da pantomima acima citada anotamos, como algo de novo, uma corrida de barcos entre cinqüenta moças atléticas. No século XVI, a nobreza estava dividida em corporações, tendo em vista tais festas, cujo item mais notável era uma espécie de máquina extraordinária, colocada num navio. Assim, por exemplo, no ano de 1541, no festival dos 'Sempiterni' um 'universo' redondo flutuou ao longo do Grande Canal, e um esplêndido baile foi ali realizado. Nessa cidade, o Carnaval também era famoso por seus bailes, procissões e exibições de todo tipo. A Praça de São Marcos era considerada espaçosa o bastante não só para torneios, mas também para *trionfi* semelhantes àqueles comuns no continente. Numa festa realizada na conclusão de um tratado de paz, as irmandades pias (*scuole*) tomaram parte na procissão. Entre candelabros dourados com velas vermelhas, multidões de músicos e meninos alados trazendo arcos dourados e cornucópias da fartura, via-se um carro onde Noé e Davi estavam entronizados lado a lado;

depois vinha Abigail conduzindo um camelo carregado de tesouros, e um segundo carro com figuras políticas – a Itália sentada entre Veneza e a Ligúria – e, num degrau mais elevado, três figuras femininas simbólicas, com as armas dos príncipes aliados. Seguia-se um grande globo com as constelações ao seu redor. Os príncipes em pessoa, ou melhor, seus representantes, apareciam em outras carruagens com servos e cotas d'armas, se é que interpretamos corretamente nosso autor.

Exceto por essas grandes marchas triunfais, o carnaval, propriamente, não tinha talvez em parte alguma um caráter tão variado como na Roma do século XV. Eram organizadas corridas de todos os tipos – de cavalos, burros, búfalos, homens idosos, jovens, judeus, e assim por diante. Paulo II distraía multidões diante do Palazzo di Venezia, no qual vivia. Os jogos na Piazza Navona, que talvez jamais tenham cessado desde os tempos clássicos, eram notáveis pelo esplendor bélico. Lemos sobre uma luta de cavalaria simulada, e de uma revista a todos os cidadãos em armas. Havia a maior liberdade com relação ao uso de máscaras, permitidas às vezes por diversos meses. Sisto IV aventurou-se a caminhar pela parte mais populosa da cidade – no Campofornio e perto dos Banchi – abrindo caminho entre multidões de mascarados, embora ele próprio se recusasse a recebê-los como visitantes no Vaticano. Sob o período de Inocêncio VIII, uma prática ignominiosa, que já aparecera entre os cardeais, atingiu seu apogeu. No carnaval de 1491, enviaram uns aos outros carruagens cheias de máscaras esplêndidas, cantores e bufões, cantando versos escandalosos, acompanhadas por homens a cavalo. Fora do carnaval, os romanos parecem ter sido os primeiros a descobrir o efeito de uma grande procissão à luz de archotes. Quando Pio II voltou do Congresso em Mântua, em 1459, o povo o esperava com um esquadrão de cavaleiros carregando archotes, que cavalgava em círculos brilhantes defronte a seu palácio. Sisto IV, porém, achou aconselhável recusar uma visita noturna do povo, que se propunha a homenageá-lo com archotes e ramos de oliveira.

No entanto, o carnaval florentino superava o romano numa certa espécie de procissão, que deixou marca até mesmo na literatura. Entre a multidão de mascarados, a pé e a cavalo, apareciam algumas enormes carruagens fantásticas, e sobre cada uma delas uma figura alegórica, ou um grupo de figuras com acompanhamento apropriado, tais como o Ciúme, com quatro rostos de óculos numa só cabeça; os quatro Temperamentos, com os respectivos planetas; os Três Fados; a Prudência entronizada sobre a Esperança e o Medo, que jazia preso; os quatro Elementos, Idades, Ventos, Estações, e assim por diante; e

também a famosa carruagem da Morte com seus ataúdes, os quais se abriam depois de algum tempo. Às vezes nos deparávamos com alguma cena esplêndida da mitologia clássica – Baco e Ariadne, Páris e Helena, e outros. Ou então, com um coro de figuras formando alguma classe ou categoria única, como a dos mendigos, dos caçadores e ninfas, as almas perdidas que durante a vida haviam sido mulheres de coração empedernido, eremitas, astrólogos, vagabundos, diabos, vendedores de diversos tipos de utensílios, e até mesmo, em certa ocasião, *il popolo,* o povo como tal, cujos integrantes se insultavam mutuamente com suas canções. As que ainda existem e foram coletadas dão explicações sobre a mascarada, às vezes em tom patético, noutras humorístico, e às vezes indecente. Algumas das piores neste aspecto são atribuídas a Lorenzo, o Magnífico, provavelmente porque o verdadeiro autor não se aventurou a identificar-se. Por verdadeiro que isso possa ser, temos porém de atribuir-lhe com certeza a bela canção que acompanhava a representação de Baco e Ariadne, cujo refrão ainda ecoa do século XV até nós, como um pressentimento pesaroso do breve esplendor da própria Renascença:

Quanto è bella giovinezza,
Che si fugge tuttavia!
Chi vuol esser lieto, sia:
Di doman non c'è certezza.

PARTE VI

MORALIDADE E RELIGIÃO

MORALIDADE E DISCERNIMENTO

O relacionamento dos vários povos com os interesses supremos da vida – Deus, a virtude e a imortalidade – pode ser investigado até um certo ponto, mas esta é uma matéria que não permite a comparação com absoluto rigor e certeza. Quanto mais claras pareçam ser as provas à nossa disposição, mais cuidadosamente devemos nos abster de presunções não qualificadas e generalizações apressadas.

Esta observação é especialmente verdadeira no que diz respeito a nosso discernimento em questões de moralidade. É possível indicar muitos contrastes e tonalidades de diferença entre nações diversas, mas o equilíbrio do conjunto não é um dado do entendimento humano. A verdade definitiva com respeito ao caráter, à consciência e à culpa de um povo permanece para sempre um segredo, ainda que exclusivamente pelo motivo de que seus defeitos têm outra faceta, onde aparecem como peculiaridades, e até mesmo como virtudes. Temos de permitir aos que têm prazer em censurar nações inteiras que façam como lhes aprouver. Os europeus podem maltratar, mas, felizmente, não podem julgar uns aos outros. Uma grande nação, entrelaçada a todo o mundo moderno por sua civilização, seus feitos e sua fortuna, pode-se permitir ignorar tanto seus advogados como seus acusadores. Ela vive com a aprovação dos teóricos ou sem ela.

Dessa forma, o que se segue não é um julgamento, mas uma seqüência de notas marginais, sugeridas por um estudo da Renascença italiana que tomou alguns anos. O valor a ser atribuído a essas notas é ainda mais qualificado pelo fato de que elas abordam a vida das classes superiores na Itália, sobre a qual nos encontramos muito melhor informados do que com relação a qualquer outro país da Europa nesse período. Entretanto, apesar de tanto a fama como a

infâmia parecerem mais visíveis ali que em qualquer outro lugar, não nos sentimos por isso capacitados a formular uma estimativa moral adequada.

Que olho pode penetrar nas profundezas onde o caráter e o destino de uma nação são determinados? – no que é inato e no que foi uma combinação de experiências para formar uma natureza total e nova? – no terreno onde mesmo aquelas capacidades intelectuais que à primeira vista deveríamos tomar como inteiramente originais são, na verdade, de evolução lenta e tardia? Quem pode dizer se os italianos de antes do século XIII possuíam aquela flexibilidade de ação e certeza em sua existência total – capacidade de dar forma a qualquer assunto com que lidassem, tanto em palavras como em formas, que mais tarde lhes foi peculiar? E, se não se pode encontrar resposta para essas perguntas, como seria possível julgar os canais infinitos e infinitamente intricados através dos quais o caráter e o intelecto exercem incessantemente sua influência um sobre o outro? Em cada um de nós existe um tribunal, cuja voz é a consciência. Mas vamos terminar com essas generalidades sobre nações. Para o povo que mais parece doente, a cura pode estar próxima; e aquele que parece saudável pode conter os gérmens da morte, que a hora do perigo irá procurar em seus esconderijos.

MORALIDADE E IMORALIDADE

No início do século XVI, quando a civilização da Renascença alcançara seu ponto mais alto e, ao mesmo tempo, parecia inevitável a ruína política da nação, não faltaram pensadores sérios que vissem uma conexão entre essa ruína e a imoralidade prevalecente. Não foi um desses moralistas sistemáticos, que em todas as épocas se julgam chamados a pregar contra a perversidade dos tempos, mas sim Maquiavel, que, numa de suas obras mais bem consideradas diz abertamente: "Nós italianos somos irreligiosos e corruptos acima de todos os demais." Outro homem talvez dissesse, "Somos altamente desenvolvidos individualmente; sobrepujamos os limites da moralidade e da religião que eram naturais em nosso estágio subdesenvolvido, e desprezamos as leis objetivas, porque nossos governantes são ilegítimos, e seus juízes e funcionários são homens maus". Maquiavel acrescenta: "... a Igreja e seus representantes nos dão o pior exemplo."

Devemos também acrescentar, "por que a influência exercida pela Antiguidade foi desfavorável, neste aspecto"? Uma afirmativa que só pode ser aceita com muitas qualificações. Pode, talvez, ser verdadeira quanto aos humanistas, especialmente no tocante à devassidão de suas vidas. De resto pode-se dizer com alguma medida de verdade que, depois de se familiarizarem com a Antiguidade, os homens substituíram a santidade – o ideal cristão de vida – pelo culto à grandeza histórica. Podemos entender, portanto, o quão facilmente seriam tentados a considerar pouco importantes tais defeitos e vícios, a despeito dos quais seus heróis alcançaram a grandeza. Provavelmente eles próprios estavam pouco conscientes disso; se formos chamados a citar declarações doutrinárias sobre o assunto, seremos forçados novamente a apelar para os humanistas como Paolo Giovio, que desculpa com o exemplo de Júlio César o perjúrio de Giangaleazzo Visconti, com o qual ele pôde fundar um império. Os grandes historiadores e estadistas florentinos jamais se curvam a estas citações servis. O que parece antigo em seus feitos e julgamentos é assim porque a natureza de sua vida política os conduzia necessariamente a um modo de pensar que tinha uma certa analogia com o da Antiguidade.

Não obstante isso, não se pode negar que a Itália, no início do século XVI, encontrou-se em meio a uma grave crise moral, para a qual os melhores tinham dificuldade em encontrar uma saída.

Comecemos por dizer algumas palavras a respeito da força moral que era então o mais importante baluarte contra o mal. O homem altamente dotado da época pensava encontrá-la no sentimento da *honra:* essa enigmática mistura de consciência e egoísmo que muitas vezes sobrevive no homem moderno depois de ele ter perdido, talvez por sua culpa, a fé, o amor e a esperança. Este senso de honra é compatível com o egoísmo e muitos vícios, e pode ser vítima de espantosas ilusões; assim mesmo, apesar de tudo, todos os elementos nobres restantes nas ruínas de um caráter podem se aglutinar em torno dele, e, a partir desta fonte, encontrar novas forças. Tornou-se, num sentido muito mais amplo do que comumente se acredita, um teste decisivo de conduta nas mentes dos europeus cultivados de nossos dias; e muitos daqueles que ainda se mantêm fielmente dentro da religião e da moralidade são guiados inconscientemente por esse sentimento, nas decisões mais graves de suas vidas.

Está fora dos limites de nossa tarefa demonstrar como os homens da Antiguidade também experimentavam esse sentimento, de maneira peculiar, e como, mais tarde, na Idade Média, um senso de honra especial veio a se tornar a marca de uma classe. Também não podemos rebater aqui aqueles que afirmam que a consciência, e não a honra, é a força motivadora. Seria, na realidade, muito melhor e mais nobre se assim fosse; mas, como até mesmo nossas resoluções mais

valorosas resultam de "uma consciência em maior ou menor escala ofuscada pelo egoísmo", é melhor chamar a mistura por seu nome correto. Certamente no italiano desse período nem sempre é fácil distinguir tal senso de honra da paixão pela fama, no qual ele se transforma com facilidade. Contudo, em essência os dois sentimentos são diferentes.

Não há falta de testemunhas sobre tal assunto. Guicciardini, que fala claramente, pode ser citado aqui como um autor representativo. Lemos nos seus *Aforismos:* "Aquele que estime muito a honra será bem-sucedido em tudo o que tentar fazer, uma vez que não temerá os problemas, os perigos e as despesas; assim o descobri em meu próprio caso, e posso dizê-lo e escrevê-lo; vãos e mortos são os feitos dos homens que não têm a honra como motivo." É preciso acrescentar que, pelo que se sabe da vida do escritor, ele pode estar falando aqui estritamente da honra, e não da fama. Talvez Rabelais tenha exposto o assunto mais claramente do que qualquer italiano. Na realidade, nós o citamos contra a vontade, nestas páginas. O que o grande barroco francês nos oferece é um retrato do que teria sido a Renascença, sem forma e sem beleza. Mas sua descrição de um estado de coisas ideal no mosteiro telemita é decisiva como testemunho histórico. Ao falar dos cavalheiros e damas da Ordem da Livre Vontade, ele nos diz o seguinte:

> *En leur reigle n'estoit que ceste clause: Fay ce que vouldras. Parce que gens liberes, bien nays, bien instruictz, conversans en compaignies honnestes, ont par nature ung instinct et aguillon qui tousjours les poulse à faictz vertueux, et retire de vice: lequel ilz nommoyent honneur.**

Essa é a mesma fé na bondade da natureza humana que inspirou os homens da segunda metade do século XVIII e ajudou a preparar o terreno para a Revolução Francesa. Entre os italianos, também, cada homem apela para esse instinto nobre em seu íntimo, e, embora no tocante ao povo como um todo – principalmente em conseqüência dos desastres nacionais – as apreciações mais pessimistas começassem a prevalecer, ainda se deve considerar de grande importância este senso de honra. Se o desenvolvimento incontido da individualidade, mais forte que a vontade do indivíduo, é obra da providência histórica, não menos o será a força oposta então

* "Nos seus regulamentos só havia esta regra: Faz o que desejares. Porque as pessoas livres, bem nascidas, bem instruídas, convivendo em companhia honesta, têm, por natureza, um instinto e estímulo que as levam sempre a feitos virtuosos, e as afastam do vício, ao qual chamam de honra." (N. do T.)

manifestada na Itália. Não podemos dizer com que freqüência, e contra que ataques apaixonados do egoísmo ela terá ganho terreno; nenhuma avaliação humana poderá calcular com certeza o valor moral absoluto da nação.

Uma força que devemos considerar constantemente, ao apreciar a moralidade do italiano mais altamente desenvolvido desse período, é a imaginação. Ela dá às virtudes e aos vícios um colorido peculiar, e sob sua influência o egoísmo desbragado se manifesta em sua forma mais terrível.

A força da sua imaginação explica, por exemplo, o fato de o italiano ter sido quem primeiro praticou jogos de azar em larga escala nos tempos modernos. Retratos da riqueza e dos prazeres futuros se erguem diante dos seus olhos com cores tão reais que ele está pronto a arriscar tudo para alcançá-los. Não há dúvida de que as nações maometanas se teriam antecipado neste aspecto, não houvesse o Corão, desde o início, colocado a proibição contra o jogo como a primeira defesa da moral pública, e dirigido a imaginação de seus seguidores para a busca de tesouros enterrados. Na Itália, a paixão pelo jogo alcançou uma intensidade tal que muitas vezes ameaçava ou chegava mesmo a pôr fim à existência do jogador. Florença já tinha, no final do século XIV, seu Casanova – um certo Buonaccorso Pitti, que, no decorrer de incessantes viagens como comerciante, agente político, diplomata e jogador profissional, ganhou e perdeu somas tão exorbitantes que ninguém mais, senão príncipes como os Duques de Brabante, da Baviera e de Savóia, podia competir com ele. Aquele grande banco lotérico, que se chamava a Corte de Roma, acostumara as pessoas à necessidade da excitação, e, entre uma intriga e outra elas encontravam satisfação em jogos de azar. Lemos, por exemplo, que Franceschetto Cibo, em dois jogos contra o Cardeal Raffaello Riario, perdeu nada menos do que 14 mil ducados, e mais tarde foi reclamar ao papa que seu oponente havia trapaceado. Desde aquela época a Itália já era a terra da loteria.

Deve-se à imaginação dos italianos o caráter peculiar que assumiram suas vinganças. O senso de justiça era, na realidade, único e igual por toda a Europa, e qualquer violação ao mesmo, desde que não se infligisse qualquer punição, devia ser sentida da mesma maneira. Outras nações, contudo, embora achassem difícil perdoar, esqueciam-se com mais facilidade, enquanto que a imaginação italiana mantinha viva a lembrança do erro, em apavorante realidade[89]. O fato de que, de acordo com a moralidade popular, é

89 Esta opinião, de Stendhal (*A cartuxa de Parma*), me parece apoiada em profunda observação psicológica.

obrigatório vingar o sangue derramado – dever muitas vezes levado a cabo de um modo que provoca calafrios – dá a tal paixão uma base peculiar e ainda mais firme. O governo e os tribunais reconhecem sua existência e justificação, e tentam apenas mantê-la dentro de certos limites. Mesmo entre os camponeses lemos sobre festins de Tiestes e assassinatos mútuos na mais ampla escala. Consideremos um exemplo.

No distrito de Acquapendente, três rapazes estavam vigiando o gado e um deles disse: "Vamos descobrir como são enforcadas as pessoas." Enquanto um se sentava nos ombros de outro, e o terceiro, depois de amarrar a corda ao redor do pescoço do primeiro, a amarrava a um carvalho, apareceu um lobo, e os dois que estavam livres correram e deixaram o outro pendurado. Mais tarde encontraram-no morto e o enterraram. No domingo, o pai da vítima apareceu, para trazer-lhe pão, e um dos dois confessou o acontecido, mostrando-lhe o túmulo. O pai então o matou a facadas; abriu-lhe o corpo, retirou o fígado e convidou o pai do menino para um jantar. Depois da refeição, disse-lhe como tinha obtido o fígado servido. Começou então uma série de assassinatos recíprocos entre as duas famílias e, dentro de um mês, 36 pessoas haviam sido mortas, tanto homens como mulheres.

Essas *vendette,* passadas de pai para filho, e estendendo-se a amigos e parentes distantes, não se limitavam às classes mais baixas, chegando até às mais altas. As crônicas e novelas da época são recheadas de exemplos, especialmente de vinganças pela violação de mulheres. O cenário clássico de tais brigas de famílias era a Romagna, onde a *vendetta* entrelaçava-se a intrigas e divisões de partidos de todas as espécies. As lendas populares apresentam um pavoroso retrato da selvageria na qual recaíra este povo bravo e enérgico. Contam-nos, por exemplo, de um nobre em Ravenna que reuniu todos os seus inimigos numa torre, onde os poderia ter queimado; em vez disso, soltou-os, abraçou-os e ofereceu-lhes um suntuoso banquete; por isso, a vergonha os enlouqueceu, e passaram a conspirar contra ele. Monges pios e santos exortavam incessantemente à reconciliação, mas não podiam fazer mais do que restringir até um certo ponto as inimizades já estabelecidas; sua influência quase nunca impedia o crescimento de novas inimizades. Os novelistas às vezes nos descrevem este efeito na religião – como sentimentos de generosidade e perdão eram repentinamente despertados, e depois novamente paralisados pela força do passado, que não podia ser desfeito. O próprio papa nem sempre tinha êxito como pacificador. Paulo II desejava extinguir a inimizade entre Antonio Caffarello e a família dos Alberino, e ordenou que Giovanni Alberino e Antonio Caffarello viessem à sua presença; fez com que se beijassem e ameaçou-os com uma multa de dois mil ducados caso renovassem a rixa; dois dias mais tarde, Antonio foi esfaqueado pelo mesmo Giacomo Alberino, filho de Giovanni, que já o ferira uma vez; irritado, o papa confiscou os bens dos Alberino, destruiu suas casas e baniu de Roma pai e filho. Os juramentos e cerimônias pelos quais os inimigos reconciliados tentavam proteger-se contra uma recaída eram muitas vezes inenarravelmente horrendos. Quando os partidários dos 'Nove' e dos 'Popolari' se encontraram e se beijaram, dois a dois, na Catedral de Siena, na véspera do Ano Novo de 1494, foi lido um juramento pelo qual a salvação eterna era negada ao futuro violador do tratado – "um juramento mais espantoso e pavoroso que qualquer outro jamais ouvido antes". Os últimos consolos da religião na hora da morte seriam para condenar à danação o homem que o rompesse. É evidente, porém, que uma cerimônia dessa ordem representa muito mais o ânimo de desespero dos mediadores do que qualquer garantia real de paz, partindo-se do pressuposto de que a reconciliação mais autêntica é aquela que tem menos necessidade de adquirir uma forma explícita.

Tal necessidade de vingança pessoal sentida pelo italiano das classes mais abastadas e mais cultivadas, apoiando-se na base sólida de um costume popular análogo, manifesta-se naturalmente sob mil aspectos diferentes, e recebe a aprovação não qualificada da opinião pública, conforme refletido nas obras dos novelistas. Todas afirmam que, no caso daquelas injúrias e insultos para os quais a justiça italiana não oferecia reparação, e mais ainda, no caso daquelas para as quais nenhuma lei humana poderia oferecer compensação adequada, todo homem é livre para fazer justiça com as próprias mãos. Só que é preciso haver arte na vingança, e a satisfação deve ser composta pela injúria material e a humilhação moral do ofensor. Um mero triunfo da força, brutal e desajeitado, não era considerado satisfatório pela opinião pública. O homem inteiro, com seu senso de fama e de ironia, devia sair vitorioso, não apenas os punhos.

O italiano daquela época não se esquivava de qualquer dissimulação para atingir seus fins, mas era totalmente isento de hipocrisia em questões de princípios. Nisto não tentava enganar os outros ou a si mesmo. A vingança era declarada com perfeita franqueza, como uma necessidade da natureza humana. As pessoas de cabeça fria declaravam que ela era mais digna de elogios quando estava desengajada da paixão, e era levada a efeito simplesmente por motivos práticos, "a fim de que os outros pudessem aprender a não nos prejudicar". Mas

esses casos devem ter formado uma pequena minoria, em comparação com aqueles nos quais a paixão buscava uma válvula de escape. Esse tipo de vingança difere claramente da vingança de sangue de que já falamos; enquanto esta se mantém mais ou menos dentro dos limites da retaliação – o *ius talionis* –, a primeira, necessariamente, vai muito além, requerendo não apenas a sanção do senso de justiça, mas ansiando pela admiração dos outros e chegando mesmo a tentar provocar suas gargalhadas.

Esse o motivo pelo qual os homens eram capazes de esperar tanto tempo por sua vingança. Uma *bella vendetta* exigia, como regra, uma combinação de circunstâncias pela qual era necessário esperar com paciência. O amadurecimento gradual de tais oportunidades é descrito pelos novelistas com uma delícia sentida no âmago do ser.

Não há necessidade de discutir a moralidade das ações nas quais o queixoso e o juiz são a mesma e a única pessoa. Se esta sede italiana de vingança pode ser mitigada de algum modo, deve ser pela prova da existência de uma virtude nacional correspondente, isto é, a gratidão. Da mesma força de imaginação que retém e amplia o erro pode-se esperar também a capacidade de manter viva a memória de uma gentileza recebida. Isto, porém, não é possível provar com respeito à nação como um todo, embora alguns resquícios possam ser encontrados no caráter italiano de hoje. Por exemplo, a gratidão demonstrada pelas classes inferiores para com o bom tratamento recebido, ou a boa memória das classes superiores, com relação às gentilezas da vida social.

Este vínculo entre a imaginação e as qualidades morais do italiano se repete continuamente. Porém, se encontramos mais freqüentemente o cálculo frio nos exemplos onde o setentrional segue seus impulsos, o motivo reside no fato de que o desenvolvimento individual na Itália não só se tornou mais marcante, e ocorreu mais precocemente, como também foi muito mais comum. Onde aconteceu o mesmo em outros países, os resultados são análogos. Encontramos, por exemplo, em comum na América do Norte e na Itália, a emancipação precoce do jovem da autoridade paterna e doméstica. Mais tarde, nos temperamentos mais generosos, um vínculo de afeição se desenvolve livremente entre pais e filhos.

Na verdade, é muito difícil julgar adequadamente o caráter e os sentimentos em relação a outras nações. Sob este aspecto um povo pode se encontrar altamente desenvolvido mas de maneira tão estranha que um forasteiro será totalmente incapaz de entendê-lo. Talvez todas as nações do Ocidente sejam igualmente favorecidas neste particular.

No entanto, foi no relacionamento ilícito entre os dois sexos que a imaginação exerceu a influência mais poderosa e despótica sobre a moral. Sabe-se que a prostituição era livremente praticada na Idade Média, antes do aparecimento da sífilis. Contudo, não nos compete aqui um exame de tais questões. O que parece característico da Itália nessa época é que, ali, o casamento e seus direitos eram desrespeitados com mais freqüência e maior deliberação do que em qualquer outro lugar. As moças das classes superiores eram cuidadosamente isoladas. Toda a paixão se dirigia às mulheres casadas.

Sob tais circunstâncias é notável que, até onde sabemos, não houvesse qualquer diminuição no número de casamentos, e que a vida familiar não sofresse a desorganização que uma situação similar teria produzido ao norte da Itália. Os homens queriam viver como lhes aprouvesse, mas não renunciavam à família de forma alguma, mesmo quando não se sentiam certos de que toda a prole era sua. Nem a raça degenerou, física ou mentalmente, por causa disso, pois o aparente declínio intelectual por volta de meados do século XVI pode ser creditado, com certeza, a causas políticas e eclesiásticas, mesmo se não quisermos presumir que o desenvolvimento da Renascença se tivesse completado. Apesar de seu desregramento, os italianos continuaram a ser, física e mentalmente, uma das populações mais saudáveis e eugênicas da Europa[90], e vêm mantendo essa posição, com a moral aperfeiçoada até nossa época.

Quando examinamos mais detidamente a ética do amor no período da Renascença, encontramos um contraste notável. Os romancistas e poetas cômicos dão-nos a impressão de que o amor consiste apenas no gozo sensual, e que para ganhá-lo todos os meios são permitidos – trágicos ou cômicos. Na verdade são interessantes na medida da sua audácia e falta de escrúpulos. Mas, se nos voltarmos para os melhores poetas líricos e autores de diálogos, encontraremos neles uma paixão profunda e espiritual de natureza mais nobre, cuja expressão mais alta e definitiva é um renascimento da crença antiga numa união original de almas com o Ser Divino. Os dois modos de sentir eram genuínos na época, e capazes de coexistir no mesmo indivíduo. Não é exatamente uma razão de orgulho, mas é um fato que, no homem culto dos tempos modernos, esse sentimento pode não só existir de forma inconsciente, nos seus estágios mais elevados e mais baixos, como manifestar-se abertamente, e até com

90 É verdade que quando se completou o domínio espanhol a população até certo ponto decaiu. Se tal fato se devesse à depravação dos costumes, teria ocorrido muito antes.

caráter artístico. O homem moderno, como o da Antiguidade, é também sob este aspecto um microcosmo, o que o homem medieval não era e não poderia ser.

Vamos começar pela moralidade dos romancistas. Eles tratam principalmente, como já vimos, das mulheres casadas, e, por conseqüência, do adultério.

A opinião que demos antes, quanto à igualdade dos sexos, é de grande importância em relação a este assunto. A mulher altamente desenvolvida e culta dispõe de si mesma com uma liberdade desconhecida nos países nórdicos; e sua infidelidade não lhe desarranja a vida da mesma forma terrível, desde que não decorram conseqüências objetivas. O direito à sua fidelidade, da parte do marido, não possui aquela base firme que tem no Norte, adquirida pela poesia e a paixão, pelo namoro e noivado. Depois da apresentação mais breve ao futuro marido, a jovem esposa sai do convento ou do lar paternal para entrar num mundo no qual seu caráter começa rapidamente a se desenvolver. Os direitos do marido são, por esse motivo, condicionais, e até mesmo o homem que os considere sob a luz do *ius quæsitum* só pensa neles através das condições externas do contrato, e não em termos de afeição. A jovem e bela esposa de um homem velho devolve as cartas e os presentes de um amante jovem, na firme resolução de manter a honra (*onestà*). "Mas ela se alegrava no amor do rapaz por sua excelência, e percebeu que uma mulher nobre pode amar um homem de mérito, sem prejuízos para sua honra." No entanto, é curto o caminho entre tal interesse e a entrega completa.

A segunda hipótese parece na realidade bastante justificada se há infidelidade por parte do marido. Consciente da própria dignidade, a mulher sente a infidelidade não apenas como uma dor, mas também como humilhação e falsidade, e se dispõe a agir, muitas vezes com a consciência perfeitamente tranqüila quanto àquilo que está prestes a fazer, imaginando a vingança que o marido merece. Seu tato irá decidir a medida da punição adequada ao caso em particular. A ferida mais profunda, por exemplo, pode preparar o terreno para uma reconciliação e uma vida pacífica no futuro, caso permaneça em segredo. Os novelistas, que também deviam sofrer tais experiências, ou as inventavam de acordo com o espírito da época, demonstram sua admiração quando essa vingança é engenhosamente adequada ao caso em particular, quando é uma obra de arte. Quase sempre acontece de o marido, no fundo, jamais aceitar tal direito de retaliação, e submeter-se por medo ou prudência. Quando tais motivos inexistem, onde a infidelidade da esposa o exponha ou possa

expor à ironia dos outros, o caso se torna trágico, e não raro termina em assassinato, ou outra vingança de caráter violento. É característico do motivo real pelo qual se originam tais ações o fato de não apenas os maridos, mas os irmãos[91] e o pai da mulher se sentirem justificados na vingança, e se disporem a praticá-la. O ciúme, portanto, nada tem a ver com o assunto, a reprovação moral muito pouco; o motivo real seria o desejo de impedir o triunfo alheio. "Atualmente" – diz Bandello – "vemos uma mulher envenenar o marido para gratificar sua lubricidade, pensando que uma viúva pode fazer tudo o que deseja. Uma outra, temendo a descoberta de um amor ilícito, manda o amante matar o marido. E embora os pais, irmãos e maridos se levantem para extirpar a vergonha com o veneno, com a espada, e por todos os outros meios, as mulheres continuam a seguir suas paixões, sem prestar atenção à honra e à própria vida." Noutra ocasião, com humor mais humilde, exclama: "Será que não seremos um dia forçados a ouvir contar que um homem matou a mulher por suspeitar de sua infidelidade; que outro matou a filha por causa de um casamento secreto; que um terceiro causou a morte da irmã porque ela não queria se casar como ele desejava! É grande a crueldade de exigirmos o direito de fazer tudo o que desejamos e não aceitamos que as mulheres façam o mesmo. Se elas fazem qualquer coisa que não nos agrada, lá estamos nós, de imediato, com cordas e punhais e veneno. Que loucura é essa que leva os homens a supor que sua própria honra e a honra de sua casa dependem do apetite de uma mulher!" A tragédia na qual tais casos, via de regra, terminavam era tão conhecida que o novelista considerava o galanteador como um homem morto, mesmo quando continuava vivo e feliz. Antonio Bologna, médico e tocador de alaúde, casara-se secretamente com a enviuvada Duquesa de Amalfi, da casa de Aragão. Logo depois o irmão dela teve sucesso no confinamento da irmã e dos sobrinhos num castelo, onde mais tarde os matou. Ignorando essa tragédia, e acalentando ainda a esperança de tornar a vê-los, Antonio permanecia em Milão, observado de perto por assassinos contratados; um dia, na companhia de Ippolita Sforza, cantou a história de seus infortúnios sob o acompanhamento do alaúde. Um amigo da família, Delio, "contou a história até esse ponto para Scipione Atellano, acrescentando que faria dela o tema para um romance, já que tinha

91 Um exemplo chocante de vigança realizada por um irmão em Perugia, no ano de 1455, pode ser encontrado na crônica de Graziani (*Arch. Stor.* xvi. p. 629). O irmão obriga o galanteador a arrancar os olhos da irmã e depois o põe para fora do palácio com uma surra. É verdade que a família era um ramo dos Oddi, e o amante apenas um cordoeiro.

certeza de que Antonio seria assassinado". A maneira como o crime aconteceu, quase que diante dos olhos de Delio e Atellaño, é narrada de maneira comovente por Bandello.

Apesar de tudo, os novelistas muitas vezes demonstram solidariedade para com todas as feições engenhosas, cômicas e astuciosas que podem acompanhar o adultério. Contam com prazer como o amante consegue se esconder na casa, todos os meios e esquemas pelo qual se comunica com a amante, as caixas com almofadas e guloseimas nas quais se pode esconder e ser levado para longe do perigo. O marido enganado é descrito, às vezes, como um tolo risível, às vezes como um vingador da própria honra, sedento de sangue; não há uma terceira hipótese, a não ser quando a mulher é pintada como perversa e cruel, e o marido, ou o amante, a vítima inocente. Pode-se observar, porém, que as narrativas deste último tipo não são romances, estritamente falando, mas sim exemplos de advertência tirados da vida real.

Quando, no decorrer do século XVI, a vida italiana caiu mais e mais sob a influência espanhola, talvez tenha aumentado a violência dos meios aos quais recorria o ciúme. Mas essa nova fase não deve ser confundida com a punição da infidelidade que existia antes, e que se fundava no espírito da Renascença italiana. Quando a influência da Espanha declinou, tais excessos de ciúmes também declinaram, até que, no fim do século XVII, já haviam desaparecido de todo, e seu lugar fora assumido por aquela indiferença que considerava o chichisbéu (*cicisbeo*) como figura indispensável em cada casa de família, e não se ofendia nem um pouco com um ou dois amantes simultâneos (*patiti*).

No entanto, quem poderá tomar a si comparar a enorme soma de maldades implicadas em tais fatos com o que ocorria em outros países? Teria sido o vínculo matrimonial mais respeitado na França, por exemplo, durante o século XV, do que na Itália? Os *fabliaux* e farsas nos levariam a duvidar disso, e a nos fazer pensar que a infidelidade era igualmente comum, embora suas conseqüências trágicas fossem menos freqüentes, pois os indivíduos eram menos desenvolvidos, e suas exigências sentidas de forma menos consciente do que na Itália. Uma evidência, porém, em favor dos povos germânicos reside no fato de que a liberdade social gozada entre eles por moças e mulheres impressionava de forma tão agradável os viajantes italianos na Inglaterra e nos Países Baixos. Assim mesmo, não devemos dar importância demasiada a esse fato. Sem dúvida a infidelidade era muito freqüente, e em certos casos levava à violência sanguinária. Temos apenas de recordar como os príncipes nórdicos

daquela época tratavam as mulheres à primeira suspeita de infidelidade.

Entretanto, não era apenas o desejo sensual, e nem o apetite vulgar do homem comum que entrava no terreno proibido entre os italianos da época, mas também a paixão pelo mais belo e o mais nobre; e isto não apenas porque a moça não casada não aparecia em sociedade, mas também porque o homem, proporcionalmente à sua própria maturidade, sentia-se mais fortemente atraído pela mulher já desenvolvida pelo casamento. São esses os homens que atingiram as notas mais elevadas na poesia lírica, e que em seus tratados e diálogos fizeram uma tentativa para nos dar uma imagem idealizada da paixão devoradora – *l'amore divino*. Quando reclamam da crueldade do deus alado, não pensam apenas na modéstia ou no coração empedernido do ser amado, mas na ilegalidade da paixão em si. Procuram elevar-se acima desta consciência dolorosa pela espiritualização do amor – que encontrou apoio na doutrina platônica da alma, e da qual Pietro Bembo é o representante mais famoso. Seus pensamentos quanto ao assunto são expostos por ele próprio no terceiro livro do *Asolani*, e indiretamente por Castiglione, que coloca em sua boca o discurso esplêndido com que termina o quarto livro do *Cortigiano*. Nenhum desses autores era estóico em sua conduta, mas naquela época significava algo ser ao mesmo tempo um homem bom e famoso, e tal elogio pode ser atribuído a ambos; seus contemporâneos tomavam o que esses homens diziam como a expressão verdadeira de seus sentimentos, e não temos o direito de desprezá-los, considerando-os afetados. Aqueles que se dão ao trabalho de estudar o discurso no *Cortigiano* verão como seria pobre uma idéia do mesmo dada por um simples extrato. Viviam então na Itália diversas mulheres famosas, devendo sua celebridade principalmente a relacionamentos desse tipo, tais como Giulia Gonzaga, Veronica da Correggio, e, acima de todas, Vittoria Colonna. A terra de devassos e zombeteiros respeitava tais mulheres e esse tipo de amor – que mais se pode dizer em seu favor? Não sabemos até que ponto a vaidade tinha a ver com o assunto, até onde Vittoria se sentia lisonjeada por ter ao seu redor as expressões sublimadas de amor desesperançado dos homens mais famosos da Itália. Se se tratava de um modismo, ainda assim não seria um elogio pequeno para Vittoria o fato de que ela, pelo menos, jamais saiu de moda, e em seus últimos anos provocava ainda as impressões mais profundas. Isso aconteceu muito antes de haver algo semelhante em outros países.

Na imaginação, que governava esse povo mais do que qualquer outro, está o motivo geral que explica por que o curso de cada paixão

era violento, e por que os meios empregados para a gratificação da paixão eram tão freqüentemente criminosos. Há uma violência incapaz de controlar a si própria, por ser nascida da fraqueza; na Itália, porém, descobrimos o que é a corrupção de naturezas poderosas. Às vezes tal corrupção assume uma forma colossal, e o crime parece adquirir uma existência pessoal só sua.

As restrições das quais os homens estavam conscientes eram muito poucas. Mesmo entre as camadas mais baixas do povo, o indivíduo se sentia internamente emancipado do controle do Estado e da sua polícia, cujo direito ao respeito era ilegítimo, e fundava-se também na violência; e homem algum acreditava mais na justiça da lei. Quando era cometido um assassinato, antes das circunstâncias do caso virem a ser conhecidas, as simpatias do povo pendiam instintivamente para o lado do assassino. Um comportamento orgulhoso e viril, antes e durante a execução, suscitava tal admiração que muitas vezes o narrador se esquece de nos contar por que crime o réu foi executado. Mas, quando acrescentamos a este desprezo interno pelas leis, e às incontáveis inimizades e antipatias que pediam satisfação, a impunidade gozada pelo crime em épocas de distúrbios políticos, só podemos nos espantar que o Estado e a sociedade não se dissolvessem por completo. Crises dessa ordem ocorreram em Nápoles durante a transição do governo aragonês para o francês e o espanhol, e em Milão, quando das repetidas expulsões e retornos dos Sforza; nessas épocas, aqueles homens, que jamais haviam reconhecido no íntimo os vínculos da lei e da sociedade, adiantavam-se para dar livre vazão aos seus instintos homicida e predatório. Vamos tomar, como exemplo, um quadro traçado a partir de esfera mais humilde.

Quando o Ducado de Milão sofria as desordens que se seguiram à morte de Galeazzo Maria Sforza, por volta de 1480, toda a segurança desapareceu nas cidades provincianas. Esse era o caso em Parma, onde o governador milanês, aterrorizado pelas ameaças de morte, consentiu em abrir as prisões e soltar os criminosos mais execrados. Os assaltos, a demolição de casas e assassinatos públicos eram eventos diários. A princípio os criminosos atacavam isoladamente, e mascarados; logo grandes bandos de homens armados vagavam pelas ruas todas as noites, sem disfarces. Cartas ameaçadoras, sátiras e brincadeiras escandalosas circulavam livremente; e um soneto ridicularizando o governo parece ter despertado a indignação dos governantes muito mais do que as condições pavorosas da cidade. Em muitas igrejas foram roubados os cálices com as hóstias consagradas, o que é característico do estado geral das coisas que levou a tais ultrajes. É impossível dizer o que aconteceria agora, em qualquer país do mundo, caso o governo e a polícia deixassem de agir, e ainda prejudicassem, com sua presença, o estabelecimento de um regime provisório; aquilo que ocorreu na Itália, porém, investe-se de um caráter próprio, pela importância que tinham o ódio e a vingança pessoal. Na verdade, a impressão que nos deixa a Itália desse período é que, mesmo em épocas de calma, os grandes crimes eram mais comuns do que nos outros países. É verdade que temos detalhes mais completos sobre a situação da Itália do que qualquer outra parte, e que a mesma força de imaginação capaz de dar um caráter especial aos crimes realmente cometidos fizesse com que se inventasse muito do que nos é dado como ocorrido. A extensão da violência talvez fosse igualmente grande noutros lugares. É difícil dizer, com certeza, se no ano de 1500 os homens estariam mais seguros, a vida humana mais bem protegida, na poderosa e rica Alemanha, com seus cavaleiros ladrões, mendigos violentos e ousados salteadores de estradas. Mas uma coisa é certa: os crimes premeditados, cometidos profissionalmente e por criminosos de aluguel, ocorriam na Itália com grande e apavorante freqüência.

Até então, com relação ao banditismo, a Itália, especialmente nas províncias mais afortunadas (tais como a Toscana) não era mais perturbada que os países do Norte. No entanto, os números de que dispomos são característicos do país. Seria difícil, por exemplo, encontrar em algum outro lugar o caso de um padre levado gradualmente pela paixão de um excesso a outro, até se tornar o chefe de um bando de ladrões. A época nos dá esse exemplo, entre outros: a 12 de agosto de 1495, o padre Don Niccolò de' Pelagati, de Figarolo, foi trancafiado numa jaula de ferro do lado de fora da Torre de São Juliano, em Ferrara. Ele celebrara sua primeira missa duas vezes; da primeira, havia cometido um assassinato no mesmo dia, mas posteriormente recebeu a absolvição em Roma; mais tarde matou quatro pessoas e casou-se com duas mulheres, com as quais viajava pelo país. Tomou parte em muitos assassinatos, violentou mulheres, seqüestrou outras, roubou ampla e largamente, e infestou o território de Ferrara com um bando de asseclas uniformizados, tomando à força alimentos e abrigo, cometendo toda a sorte de violência. Quando pensamos em tudo o que isso implica, a massa de culpa na cabeça desse homem deve ter sido algo tremendo. O clero e os monges possuíam muitos privilégios e eram mal supervisionados; entre eles havia muitos assassinos e malfeitores – mas um outro como Pelagati é difícil. A coisa era diferente, porém, embora não mais digna, quando pessoas arruinadas se abrigavam no hábito para fugir ao braço da lei, como no caso do corsário que Masuccio conheceu num convento de

Nápoles. Qual seria a verdade com relação ao Papa João XXIII, sob este aspecto, não se sabe com certeza.

A era do famoso chefe bandoleiro não se iniciou senão bem mais tarde, no século XVII, quando as brigas políticas dos guelfos e gibelinos, franceses e espanhóis, não mais agitavam o país. Então o ladrão tomou o lugar do guerrilheiro.

Em certos distritos da Itália, onde a civilização fizera poucos progressos, o povo estava sempre disposto a matar qualquer estranho que lhe caísse nas mãos. Tal era especialmente o caso nas mais distantes partes do reino de Nápoles, onde o barbarismo datava provavelmente dos tempos dos *latifundia* romanos, e quando *estranho* e *inimigo* (*hospes* e *hostis*) eram considerados, em toda a boa-fé, como a mesma coisa. Tais pessoas estavam longe de ser irreligiosas. Um condutor de rebanhos, certa vez, apareceu muito perturbado no confessionário, declarando que, quando fazia queijo, durante a Quaresma, algumas gotas de leite lhe haviam caído acidentalmente na boca. O confessor, perito nos costumes da terra, descobriu, no curso do seu exame, que o penitente e seus amigos costumavam roubar e assassinar viajantes, mas que, pela força do hábito, tal costume não lhes causava a menor dor de consciência. Já mencionamos antes a que grau de barbarismo os camponeses de todos os lugares podiam recair, em tempos de confusão política.

Um sintoma pior do que o banditismo, no que toca à moralidade da época, era a freqüência do crime por encomenda. Nesse aspecto Nápoles era considerada como a primeira colocada entre todas as cidades da Itália. "Nada" – diz Pontano – "é mais barato aqui que a vida humana." Outros distritos, porém, também podiam exibir uma lista terrível desses crimes. Na verdade, é difícil classificá-los de acordo com os motivos pelos quais eram encomendados, uma vez que os interesses políticos, o ódio pessoal, a hostilidade partidária, o medo e a vingança, todos se combinavam. Não é uma honra secundária para os florentinos, o povo mais altamente desenvolvido da Itália, o fato de que ofensas desse tipo ocorressem mais raramente entre eles, talvez porque houvesse um tribunal de justiça à disposição do povo para ouvir queixas legítimas; ou porque a cultura superior do indivíduo lhe dava um ponto de vista diferente quanto ao direito de o homem interferir nos decretos do destino. Em Florença, mais do que em qualquer outra parte, os homens eram capazes de sentir as conseqüências incalculáveis de um ato de sangue, e de compreender como é incerto para o autor do assim chamado crime lucrativo conseguir qualquer ganho real e duradouro. Depois da perda da liberdade pelos florentinos, o assassínio, especialmente aquele cometido por agentes contratados, parece ter crescido rapidamente em número, processo que continuou até que no governo do Grão-duque Cosimo I de' Medici a polícia finalmente se tornou capaz de reprimi-lo.

Por toda parte da Itália os crimes de aluguel eram provavelmente mais ou menos freqüentes, em proporção ao número de contratantes poderosos com dinheiro suficiente. Apesar de ser impossível fazer qualquer cálculo do seu total, se apenas uma fração das mortes que os relatórios públicos atribuíam à violência eram realmente homicídios encomendados, esse crime deve ter sido muito freqüente. O pior exemplo de todos era dado pelos príncipes e pelos governos que, sem o menor escrúpulo, consideravam o crime como um dos instrumentos de seu poder. E isso sem chegarem a participar da categoria de um Cesare Borgia. Os Sforza, os monarcas de Aragão e, mais tarde, os agentes de Carlos V recorriam ao crime sempre que ele se adequava a seus propósitos. A imaginação do povo acostumou-se tanto com fatos desse tipo que a morte de qualquer homem poderoso raramente era atribuída a causas naturais. Certamente subsistiam noções absurdas com relação ao efeito de diversos venenos. Pode haver alguma verdade na história daquele terrível pó branco usado pelos Borgia, que agia ao fim de um período definido, e é possível que realmente fosse um *venenum atterminatum* o que o Príncipe de Salerno entregou ao Cardeal de Aragão, com as palavras: "Dentro de alguns dias o senhor morrerá, porque seu pai, o Rei Ferrante, quis passar por cima de todos nós." Contudo, a carta envenenada que Caterina Riario enviou ao Papa Alexandre VI dificilmente teria causado sua morte, mesmo que ele a tivesse lido; e quando Alfonso o Grande foi aconselhado pelos seus médicos a não ler o Lívio que Cósimo de' Médici lhe presenteara, com justiça ele lhes respondeu que não dissessem tolices. Não é possível também que o veneno com o qual o secretário de Piccinino desejava untar a liteira de Pio II tivesse afetado qualquer outro órgão além da imaginação. A proporção com que eram usados os venenos minerais e vegetais não pode ser calculada com precisão. O veneno com que o pintor Rosso Fiorentino se matou (1541) foi evidentemente um ácido poderoso, impossível de administrar a qualquer outra pessoa sem seu conhecimento. O uso secreto de armas, especialmente do punhal, a serviço de indivíduos poderosos, era habitual em Milão, Nápoles e outras cidades. Na verdade, entre as multidões de sicários armados necessários à segurança pessoal dos grandes, e que viviam no ócio, era natural que ocorressem de tempos em tempos erupções de tal mania por sangue. Muitos feitos de horror jamais teriam sido cometidos se o amo não tivesse sabido que bastava fazer um sinal para seus seguidores.

Entre os meios usados para a destruição secreta de outras pessoas – ou melhor, a intenção de destruí-las – encontramos a feitiçaria, praticada, porém, com parcimônia. Onde *maleficii, malie,* e assim por diante, são mencionados eles parecem mais ser um meio de semear terror adicional na cabeça de algum inimigo odiado. Nas cortes da França e da Inglaterra, nos séculos XIV e XV, a bruxaria, praticada com vistas à morte de um oponente, assumia um papel bem mais importante do que na Itália. Nesse país, finalmente, onde a individualidade de qualquer espécie atingia seu mais alto desenvolvimento, encontramos exemplos daquela perversidade ideal e absoluta que se compraz no crime pelo crime, não como meio de atingir um fim, ou, de qualquer modo, como um meio para chegar a objetivos que nossa psicologia não pode medir.

Entre essas figuras espantosas, primeiro temos de fazer notar *condottieri* tais como Braccio da Montone, Tiberto Brandolino e Werner von Urslingen, cuja cota d'armas trazia a inscrição: "Inimigo de Deus, da piedade e da misericórdia." Essa classe de homens nos oferece alguns dos mais antigos exemplos de criminosos que rejeitam deliberadamente todas as restrições morais. Seremos mais reservados em nosso julgamento sobre eles quando nos lembrarmos de que a pior parte de sua culpa – na estimativa daqueles que a registraram – estava no fato de desafiarem ameaças e penalidades espirituais, e que a isso se deve o ar de horror com que são representados. No caso de Braccio,o ódio à Igreja ia tão longe que ele ficava furioso só de ver monges rezando seus salmos, e os mandava jogar do alto de uma torre; ao mesmo tempo, "era leal a seus soldados e um grande general". Via de regra os crimes dos *condottieri* eram cometidos para alcançar alguma vantagem definida, e podem ser atribuídos à sua posição, que não lhes permitia deixarem se desmoralizar. Até mesmo sua aparente crueldade gratuita tinha um propósito, mesmo se fosse apenas provocar terror. As barbaridades da casa de Aragão, como já vimos, deviam-se principalmente ao medo e ao desejo de vingança. A sede de sangue, o deleite diabólico na destruição são mais claramente exemplificados no caso do espanhol Cesare Borgia, cujas crueldades certamente eram desproporcionais à finalidade que tinha em vista. Pode-se também detetar o mesmo amor desinteressado pelo mal em Sigismondo Malatesta, tirano de Rimini. Não é apenas a corte de Roma, mas o veredicto da história que o condena por homicídio, estupro, adultério, incesto, sacrilégio, perjúrio e traição, crimes cometidos várias vezes. O mais chocante de todos – a tentativa de violação de Roberto, seu próprio filho, que a frustrou com o próprio punhal – pode ter sido motivada não por mera corrupção moral, mas talvez por alguma superstição mágica ou astrológica. A mesma conjectura já foi levantada para explicar o estupro do bispo de Fano por Pierluigi Farnese, de Parma, filho de Paulo III.

Se agora tentarmos resumir todas as principais feições do caráter italiano daquele período, de acordo com o que sabemos pelo estudo da vida das classes superiores de então, teremos como resultado algo semelhante ao que se segue. O vício fundamental desse caráter era, ao mesmo tempo, a condição da sua grandeza, isto é, o excessivo individualismo. O indivíduo primeiro se libertava internamente da autoridade de um Estado via de regra tirânico e ilegítimo, e o que ele fazia e pensava era, certo ou erradamente, classificado como traição. A visão do egoísmo vitorioso nos outros o impelia a defender seus direitos com as próprias mãos. E, pensando restaurar seu equilíbrio interior, pela vingança que executava caía nas mãos dos poderes das trevas. No amor, procurava outra individualidade igualmente desenvolvida, ou seja, a esposa do próximo. Em face de todos os fatos objetivos, das leis e restrições de qualquer espécie, guardava o sentimento da própria soberania, e em cada caso chegava a uma decisão de maneira independente, de acordo com a honra ou o interesse, a paixão ou o cálculo, a vingança ou a renúncia, para, a seu próprio ver, manter seu controle.

Assim, se o egoísmo no sentido mais amplo ou no mais restrito for a raiz e a fonte de todos os males, o italiano mais desenvolvido era, por esse motivo, mais propenso à maldade que os membros das outras nações daquela época.

Entretanto, esse desenvolvimento individual não aconteceu devido a alguma falta sua, mas por uma necessidade histórica. Não atingiu só o italiano, mas também, e principalmente, através da cultura do seu país chegou às outras nações da Europa e constituiu-se desde então na atmosfera superior que lá se respira. Ele em si mesmo não é bom nem mau, mas necessário; desenvolveu um padrão moderno de bem e de mal – um senso de responsabilidade moral – essencialmente diferente daquele conhecido pela Idade Média.

O italiano do Renascimento, porém, teve de suportar os primeiros choques poderosos dos novos tempos que surgiam. Com seus dotes e suas paixões, ele se tornou o representante mais característico de todas as alturas e profundezas do seu tempo. Lado a lado com a corrupção profunda, apareciam personalidades da mais nobre harmonia e de um esplendor artístico que deu à vida do homem um brilho

que nem a Antiguidade nem a Idade Média lhe tinham dado ou poderiam ter dado.

A RELIGIÃO NA VIDA COTIDIANA

A moralidade de um povo se ergue em mais íntima conexão com sua consciência de Deus, ou seja, com sua fé mais firme ou mais débil no governo divino do mundo, quer essa fé considere o mundo destinado à felicidade, à tristeza ou à rápida destruição[92]. A infidelidade então prevalecente na Itália é notória, e quem quer que se dê ao trabalho de procurar provas disso poderá encontrá-las às centenas. Nossa tarefa atual, aqui como em outras partes, é separar e discriminar, abstendo-nos de um veredicto final e absoluto.

A crença em Deus nos tempos antigos teve sua origem e principal apoio na Cristandade e no símbolo exterior da Cristandade, a Igreja. Quando a Igreja se tornou corrupta, os homens deveriam ter traçado uma distinção, mantendo apesar de tudo sua religião. Mas isto é mais fácil de dizer do que de fazer. Não são todos os povos que são suficientemente calmos, ou tolos o bastante para tolerar uma contradição duradoura entre um princípio e sua manifestação exterior. Mas a história não registra uma responsabilidade mais pesada que a representada pela decadência da Igreja. Ela apresentou como verdade absoluta, e pelos meios mais violentos, uma doutrina que distorcera para servir a seu próprio engrandecimento. Segura na idéia da própria inviolabilidade, abandonou-se à devassidão mais escandalosa, e, para se manter nesse estado, agrediu mortalmente a consciência e o intelecto das nações; impeliu multidões de espíritos nobilíssimos, dos quais se separou espiritualmente, para os braços da descrença e do desespero.

Aqui deparamos com a pergunta: por que a Itália, intelectualmente tão cheia de energia, não reagiu mais fortemente contra a hierarquia da Igreja; por que não promoveu uma reforma como aquela ocorrida na Alemanha, e por que não o fez num período anterior?

Já foi dada uma resposta plausível à pergunta. A mente italiana, segundo nos dizem, nunca passou da negação da hierarquia da Igreja, enquanto que a origem e o vigor da Reforma alemã deveram-se às

[92] Neste ponto, os sentimentos diferem de acordo com o lugar e o povo. A Renascença prevaleceu em tempos e cidades onde a tendência era gozar a vida com entusiasmo. O obscurecimento geral dos espíritos de homens de idéias só começou a se manifestar no período da supremacia estrangeira, no século XVI.

suas doutrinas religiosas positivas, e acima de tudo às idéias da justificação pela fé e da ineficácia das boas obras.

É certo que essas doutrinas agiram na Itália apenas através da Alemanha, e quando isto aconteceu o poder da Espanha era suficientemente grande para desenraizá-las sem dificuldade, por si mesma e por intermédio do papado e seus instrumentos[93]. Apesar de tudo, nos primeiros movimentos religiosos da Itália, desde os místicos do século XIII até Savonarola, houve um grande número de doutrinas religiosas positivas que, como a Cristandade muito definida dos huguenotes, só não tiveram êxito porque as circunstâncias estavam contra elas. Acontecimentos importantes como a Reforma escapam, em seus detalhes e desenvolvimento, às especulações dos filósofos, não importando o quão claramente se possa demonstrar que são necessários. Os movimentos do espírito humano, seus lampejos repentinos, suas expansões e pausas, podem permanecer um mistério para sempre a nossos olhos, uma vez que não podemos conhecer mais que esta ou aquela força em operação, nunca todas ao mesmo tempo.

Os sentimentos das classes alta e média na Itália com relação à Igreja, na época do apogeu da Renascença, eram compostos de uma aversão profunda e desdenhosa, da aquiescência aos costumes eclesiásticos externos, que entravam na vida diária, e de um senso de dependência quanto aos sacramentos e cerimônias. A grande influência pessoal dos pregadores religiosos pode ser acrescentada a esse quadro, como um fato característico da Itália.

A hostilidade à hierarquia, que se manifesta na literatura e na história italianas mais especialmente a partir da época de Dante, já foi discutida por diversos escritores. Nós (pág. 133) dissemos alguma coisa em relação à atitude da opinião pública com respeito ao papado. Aqueles que desejarem as provas mais convincentes que as melhores autoridades nos podem oferecer irão encontrá-las nas passagens famosas dos *Discorsi* de Maquiavel e na edição não-mutilada de Guicciardini. Fora da Cúria romana, parece que havia um certo respeito pelos melhores bispos, e por muitos elementos do clero paroquial. Por outro lado, os meros detentores de benefícios, os cônegos e os monges eram objeto de uma quase universal desconfiança, e muitas vezes das mais escandalosas denúncias, que se

[93] Aquilo que se denomina espírito da Contra-Reforma desenvolveu-se na Espanha, algum tempo antes da Reforma em si, principalmente através da aguçada supervisão e reorganização parcial da Igreja sob Fernando e Isabel. A principal autoridade neste assunto é Gómez, Vida do Cardeal Ximénez, em Rob. Belus, *Rer. Hispan., Scriptores,* 3 vols., 1581.

estendiam às suas ordens.

Diz-se que os monges eram transformados em bodes expiatórios para todo o clero pelo único motivo de que só eles podiam ser ridicularizados sem perigo. Mas isso é certamente incorreto. Eles aparecem com tanta freqüência nas comédias e romances porque esses gêneros exigem tipos fixos e bem conhecidos, sobre os quais a imaginação pode facilmente desenvolver o esboço apresentado pelo autor. Além do que, os romancistas nem sempre poupam o clero secular[94]. Em terceiro lugar, temos provas abundantes, no restante da literatura italiana, de que se podia falar com muita ousadia sobre o papado e a corte de Roma. Nas obras de ficção, não podemos esperar encontrar críticas dessa espécie. Em quarto lugar, os monges, quando atacados, eram capazes de mover uma terrível vingança.

Apesar disso, é verdade que os monges constituíam a classe mais impopular, e que eram tidos como prova viva do desvalor da vida no convento, de toda a organização eclesiástica, do sistema de dogmas e da religião como um todo, conforme parecesse, certa ou erradamente, aos homens, ao chegar a suas conclusões. Podemos presumir também que a Itália, mais do que os outros países, retinha uma lembrança clara da origem das duas grandes ordens mendicantes, e não se esquecera de que elas tinham sido os principais agentes da reação contra o que se chamou de heresia do século XIII – o que equivale a dizer, contra um movimento precoce e vigoroso do espírito italiano moderno. E a função de polícia espiritual permanentemente confiada aos dominicanos jamais excitou outro sentimento senão o ódio e o desprezo secretos.

Depois de ler o *Decamerão* e as novelas de Franco Sacchetti, poderíamos imaginar que o vocabulário injurioso dirigido aos monges e freiras já se esgotara. Perto da época da Reforma, porém, tais xingamentos se tornaram ainda mais ferozes. Para não falar em Aretino, que no seu *Ragionamenti* usa a vida conventual simplesmente como pretexto para dar livre vazão à sua natureza venenosa, podemos citar um autor como típico – Masuccio, nas dez primeiras de suas cinqüenta novelas. Foram escritas num tom da mais profunda indignação, e com a finalidade de tornar tal indignação geral; e são

94 Os prefácios ii. nov. i. de Bandello, com relação ao vício da avareza, são mais ofensivos aos padres que a qualquer outra classe, uma vez que eles não tinham famílias para sustentar. Nesse terreno ele justifica o desgraçado ataque a um presbitério, por dois soldados ou bandoleiros, contratados por um jovem cavalheiro, ocasião em que um carneiro foi roubado de um velho padre sovina e gotoso. Uma única história desse tipo serve melhor do que todas as dissertações para ilustrar as idéias sob as quais os homens viviam e agiam.

dedicadas a homens nas posições mais elevadas, tais como o Rei Ferrante e o Príncipe Alfonso de Nápoles. Muitas das histórias são antigas, e algumas já conhecidas dos leitores de Boccaccio. Outras, porém, refletem com apavorante realismo o verdadeiro estado de coisas em Nápoles. O modo pelo qual os padres enganam e roubam o povo por intermédio de milagres espúrios, somado a suas vidas escandalosas, é bastante para levar à desesperança qualquer observador consciente. Lemos o seguinte sobre os freis minoritas, que viajavam para coletar esmolas: "Eles trapaceiam, roubam e fornicam, e quando chegam ao final de seus recursos passam por santos e operam milagres, um exibindo o manto de São Vicente, outro, a caligrafia de São Bernardino, e um terceiro, os arreios do burro de Capistrano." Outros "trazem com eles cúmplices que passam por cegos ou pacientes de alguma doença mortal e que, após tocar a bainha do manto de um monge, ou suas relíquias, são curados diante dos olhos da multidão. Todos então gritam 'misericórdia', os sinos tocam e o milagre é registrado em solene protocolo." Acontece também que o monge no púlpito é denunciado como mentiroso por um outro, que fica embaixo, no meio do público; o acusador é imediatamente possuído pelo diabo, e depois curado pelo pregador. Tudo uma farsa, adrede preparada, com a qual o protagonista e seu assistente ganhavam tanto dinheiro que foram capazes de comprar um bispado no qual os dois sócios viveram confortavelmente até o final de seus dias. Masuccio não faz grande distinção entre franciscanos e dominicanos, achando estes bem dignos daqueles. "Mas assim mesmo os tolos se deixam levar por seus ódios e divisões, e os defendem em lugares públicos, intitulando-se 'franciscaninos' ou 'domenicaninos'." As freiras são propriedade exclusiva dos monges. Aquelas que de algum modo se envolverem com leigos são processadas e postas na cadeia, enquanto outras se casam na forma devida com os monges, com acompanhamento de missas, contrato de casamento e uma indulgência liberal de comida e vinho. "Eu mesmo" – diz o autor – "estive lá não uma, mas diversas vezes, e vi tudo com meus próprios olhos. Mais tarde as freiras dão à luz bonitos mongezinhos, ou então usam certos meios para impedir esse resultado. E se qualquer um me acusar de falsidade que vá procurar bem nos conventos, onde encontrará tantos pequenos esqueletos quanto em Belém, na época de Herodes." Essas coisas, e outras semelhantes, estão entre os segredos da vida monástica. Os monges se tratam mutuamente com leniência no confessionário, e impõem um Padre Nosso em casos onde teriam recusado absolvição a um leigo, como se fosse um herege. "Assim, que a terra se abra e engula vivos todos esses miseráveis,

junto àqueles que os protegem!" Noutro lugar, falando do fato de que a influência dos monges depende principalmente do medo do outro mundo, Masuccio expressa este desejo notável: "A melhor punição para eles seria se Deus abolisse o Purgatório; então não receberiam mais esmolas, e seriam forçados a voltar às enxadas."

Se nos tempos de Ferrante os homens estavam livres para escrever nesses termos, isto talvez se explique pelo fato de que o próprio rei ficara furioso por um falso milagre que lhe fora impingido. Fora feita uma tentativa de forçá-lo a perseguir os judeus, como se fizera na Espanha, e os papas tinham imitado, pela apresentação de uma tábua com inscrição trazendo o nome de São Cataldo, que se dizia ter sido enterrada em Taranto e mais tarde desencavada. Quando Ferrante descobriu a fraude, os monges o desafiaram. Ele conseguira também detetar e revelar um exemplo de jejum fraudado, como seu pai, Alfonso, o fizera antes dele. A corte, é claro, não queria ser cúmplice dessas superstições cegas.

Citamos um autor que escreveu com honestidade, e que não foi o único a apresentar essas idéias. Toda a literatura italiana da época está cheia de ridículos e invectivas associados aos frades mendicantes. Não se deve duvidar que a Renascença teria destruído essas duas ordens, se não fossem a Reforma alemã e a Contra-Reforma que se seguiu. Os santos e pregadores populares talvez não tivessem podido salvá-las. Teria sido necessário apenas que entrassem num entendimento, em momento favorável, com um papa como Leão X, que desprezava as ordens mendicantes. Se o espírito dos tempos as considerava repulsivas ou ridículas, elas não podiam ser senão um estorvo para a Igreja. E quem pode dizer que destino estaria reservado para o próprio papado, se a Reforma não o houvesse salvo?

A influência exercida por um padre inquisidor de um mosteiro dominicano na sua cidade era, na segunda metade do século XV, apenas o suficiente para irritar as pessoas cultas, mas não era forte o bastante para despertar quaisquer sentimentos restantes de medo ou obediência[95]. Não era mais possível punirem-se homens por seus pensamentos, como antes, e mesmo aqueles que criticavam mais livremente o clero conseguiam facilmente manter-se longe da heresia. Exceto quando algum partido poderoso tinha algum objetivo próprio, como no caso de Savonarola, ou quando se levantava a questão da prática da feitiçaria, como acontecia muitas vezes nas cidades do

[95] A história em Vasari, v. p. 120, *Vita di Sandro Botticelli,* demonstra que às vezes a Inquisição era tratada em forma jocosa. É verdade que o *Vicario* ali mencionado pode ter sido o representante do arcebispo, em vez de o inquisidor.

norte da Itália, raramente alguém era levado à fogueira. Os inquisidores, em alguns casos, satisfaziam-se com as retratações mais superficiais; em outros, aconteceu mesmo de as vítimas terem sido salvas a caminho do local da execução. Em Bolonha (1452), o padre Niccolò da Verona havia sido publicamente destituído da batina num cadafalso de madeira diante da Igreja de São Domingos, como feiticeiro e profanador dos sacramentos, e estava prestes a ser levado para a fogueira, quando foi libertado por um bando de homens armados, enviado por Achille Malvezzi, conhecido amigo de hereges e violentador de freiras. O núncio apostólico, o Cardeal Bessarion, só conseguiu prender e enforcar um membro do bando; Malvezzi continuou vivendo em paz.

Vale a pena observar que as ordens monásticas superiores – por exemplo, os beneditinos, com suas muitas ramificações – eram, apesar de sua grande riqueza e vida fácil, muito menos detestados do que os frades mendicantes. Para dez novelas que tratam dos *frati,* mal se pode encontrar uma onde um *monaco* seja o alvo e a vítima. Era grande vantagem para tais ordens o fato de terem sido fundadas anteriormente, não como um instrumento de policiamento, e de não interferirem com a vida privada das pessoas. Reuniam homens de sabedoria, talento e piedade, mas o tipo médio foi descrito por Firenzuola, um de seus membros, que diz: "Esses cavalheiros bem nutridos, com suas batinas folgadas, não gastam seu tempo em viagens de pés descalços e sermões; permanecem sentados, calçados com elegantes sapatilhas de cordovão, as mãos cruzadas sobre a barriga volumosa, em celas agradáveis, revestidas de painés de cipreste. E, quando são obrigados a sair de casa, viajam confortavelmente, como se se divertissem, em mulas e cavalos elegantes e mansos. Não sobrecarregam a mente com o estudo, por medo de que o conhecimento possa pôr o orgulho de Lúcifer no lugar da simplicidade monástica."

Aqueles que estão familiarizados com a literatura da época verão que mencionamos apenas o absolutamente necessário para a compreensão do assunto[96]. É óbvio que a reputação atribuída aos monges e ao clero secular deve ter destruído a fé de multidões para com tudo o que é sagrado.

Alguns dos julgamentos que lemos são terríveis; vamos citar um deles como conclusão, publicado recentemente e pouco conhecido. O historiador Guicciardini, que por muitos anos esteve a serviço dos papas medicianos, diz (1529) em seus *Aforismos:* "Homem

[96] Pio II era, em princípio, a favor da abolição do celibato para o clero.

algum se sente mais desgostoso que eu com a ambição, a avareza e a devassidão dos padres, não só porque cada um desses vícios é odioso em si mesmo, mas também porque são piores naqueles que se intitulam homens com um relacionamento especial com Deus, e também porque são vícios tão opostos que só podem coexistir em naturezas muito singulares. Apesar disso, minha posição na corte de diversos papas me forçou a desejar-lhes o bem, devido a meus próprios interesses. Contudo, não fosse por isso, eu teria amado Martinho Lutero como a mim mesmo, não apenas para me libertar das leis que o cristianismo, conforme geralmente entendido e explicado, nos impõe, mas a fim de ver esse bando de malfeitores (*questa caterva di scelerati*) colocados de volta em seu devido lugar, para que pudessem ser forçados a viver sem vícios ou sem poder."

O mesmo Guicciardini é de opinião que estamos todos no escuro no que se refere a tudo o que é sobrenatural, que os teólogos e filósofos nada têm a nos dizer, a não ser tolices; que milagres acontecem em todas as religiões, e não provam a verdade de nenhuma em particular, e que todos eles podem ser explicados como fenômenos naturais desconhecidos. A fé que move montanhas, então comum entre os seguidores de Savonarola, é mencionada por Guicciardini como um fato curioso, sem qualquer amargura.

Apesar da hostilidade de toda a opinião pública, o clero e os monges tinham a grande vantagem de que o povo estava acostumado a eles, e sua existência entrelaçava-se à vida diária de todos – uma vantagem de qualquer instituição antiga e poderosa. Todo mundo tinha algum parente com o hábito ou a batina, e alguma perspectiva de proteção ou lucros futuros associada ao tesouro da Igreja; e no centro da Itália ficava a Corte de Roma, onde homens às vezes se tornavam ricos num momento. Mas não devemos esquecer que tudo isso não impedia as pessoas de falarem ou escreverem livremente. Os autores das sátiras mais escandalosas eram, em sua maioria, monges ou padres. Poggio, que escreveu *Facetiae*, era um clérigo; Francesco Berni, o satirista, era dono de um canonato; Teofilo Folengo, o autor de *Orlandino,* era um beneditino – não dos mais fiéis; Matteo Bandello, que levou a própria ordem ao ridículo, era um dominicano, e sobrinho de um geral dessa ordem. Ter-se-iam sentido encorajados a escrever pela sensação de não correrem risco? Ou será que sentiam uma necessidade interna de se isentarem pessoalmente da infâmia ligada à sua ordem? Seriam talvez movidos por aquele pessimismo egoísta, que tem como máxima, "ela vai sobreviver a nosso tempo"? Talvez todos esses motivos. No caso de Folengo, deve-se acrescentar a influência inquestionável do luteranismo.

A sensação de dependência de rituais e sacramentos, que já citamos ao falar do papado (pág. 65), não é de se surpreender naquela parte do povo que ainda acreditava na Igreja. Entre os que eram mais ou menos emancipados, essa dependência testemunha a força das impressões juvenis e dos símbolos tradicionais. O desejo universal dos moribundos pela absolvição mostra que persistiam os últimos resquícios do medo do inferno, mesmo no caso de alguém como Vitelozzo. Seria pouco provável que encontrássemos um exemplo mais instrutivo. A doutrina ensinada pela Igreja, do *character indelebilis* do sacerdócio, independentemente da personalidade do padre, já havia dado o fruto de que era possível detestar o indivíduo, mas assim mesmo desejar seus dons espirituais. É verdade, porém, que havia naturezas rebeldes, como Galeotto della Mirandola, que morreu sem absolvição em 1499, depois de viver 16 anos excomungado pela Igreja. Durante todo esse tempo a cidade estava sob interdição por causa dele, de modo que não se celebrava a missa, e nenhum enterro cristão foi realizado.

Um esplêndido contraste é oferecido pelo poder exercido sobre uma nação por seus grandes pregadores do arrependimento. Outros países da Europa eram, de tempos em tempos, comovidos pelas palavras de monges santos, mas apenas superficialmente, se compararmos com o periódico despertar da consciência italiana. O único homem, na verdade, que produziu um efeito similar na Alemanha durante o século XV foi um italiano, nascido nos Abruzzi – Giovanni Capistrano. Os que levavam consigo essa vocação religiosa e zelo tinham, nos países do Norte, um aspecto intuitivo e místico. No Sul eram práticos e expansivos, e compartilhavam do dom nacional da perícia oratória. O Norte produzia uma *Imitação de Cristo,* que trabalhava em silêncio, a princípio dentro das paredes do mosteiro, mas obrando para os séculos; o Sul produzia homens que causavam uma impressão imediata e poderosa, mas passageira.

Essa impressão consistia principalmente no despertar da consciência. Os sermões eram exortações morais, isentos de noções abstratas e cheios de aplicações práticas, tornadas ainda mais impressionantes pelo caráter santificado e ascético do pregador, e pelos milagres que, mesmo contra sua vontade, a inflamada imaginação do povo lhes atribuía[97]. O argumento mais poderoso que

[97] Capistrano, por exemplo, limitava-se a fazer o sinal da cruz sobre os milhares de pessoas doentes que lhe eram trazidas e, com a bênção que lhes dava, em nome da Santíssima Trindade e de seu mestre, São Bernardino, alguns melhoravam, o que nada tinha de sobrenatural. As crônicas de Brescia dizem: "Ele operava belos milagres, mas não tantos quantos lhe são atribuídos."

usavam não era a ameaça do Inferno ou do Purgatório, mas os resultados vivos da *maledizione*, a ruína temporal do indivíduo causada pela maldição que se segue aos malfeitos. Os sofrimentos de Cristo e dos santos mostravam suas conseqüências nesta vida. E só assim os homens mergulhados na paixão e na culpa poderiam ser levados ao arrependimento e ao perdão – o objetivo principal desses sermões.

Entre tais pregadores estavam Bernardino de Siena, Alberto da Sarzana, Jacopo della Marca, Giovanni Capistrano, Roberto da Lecce e outros; e, finalmente, Girolamo Savonarola. Na época não havia preconceito mais forte do que aquele contra o frade mendicante, e isto todos eles superaram. Foram criticados e ridicularizados por um humanismo desdenhoso; mas, quando levantavam a voz, ninguém dava ouvidos aos humanistas. A coisa não era nenhuma novidade, e desde o século XIV os florentinos desdenhosos já haviam aprendido a caricaturá-los sempre que apareciam no púlpito. Contudo, bastava Savonarola se adiantar e já arrebatava o povo de forma tão triunfal que logo toda a sua amada arte e cultura se dissolviam nas fornalhas que o monge acendia. Até mesmo as mais grosseiras profanações à causa levadas a efeito por monges hipócritas, através de cúmplices, não conseguiam provocar o descrédito. Os homens continuavam a rir dos sermões vulgares dos monges, com seus milagres espúrios e relíquias fabricadas, mas não deixavam de homenagear os grandes e genuínos pregadores – uma verdadeira especialidade do século XV.

As ordens – em geral a de São Francisco e, mais particularmente, a dos chamados observantinos – enviavam os pregadores aonde fossem desejados. Esse era comumente o caso quando havia algum desentendimento público ou privado numa cidade, ou alguma eclosão alarmante de violência, imoralidade ou doença. Quando um pregador adquiria fama, todas as cidades queriam ouvi-lo, mesmo sem um motivo especial. Ele ia aonde seus superiores o enviavam. Uma forma especial desse trabalho era a pregação de uma cruzada contra os turcos, mas aqui teremos de falar mais particularmente das exortações ao arrependimento.

A ordem de tais exortações, quando eram tratadas metodicamente, parece ter seguido a costumeira lista dos pecados mortais. No entanto, quanto mais urgente fosse a ocasião, mais diretamente o pregador chegava ao seu principal objetivo. Ele começava, talvez, em uma das grandes igrejas da ordem, ou numa catedral. Logo, a maior praça era pequena demais para as multidões que chegavam de todas as partes para ouvi-lo, e ele mesmo mal se podia mexer sem correr risco de vida. O sermão era comumente seguido por uma procissão;

contudo, os primeiros magistrados da cidade, que o conduziam em seu meio, mal conseguiam salvá-lo da multidão de mulheres que se acotovelavam para beijar-lhe as mãos e os pés, e para cortar fragmentos da sua batina.

As conseqüências mais imediatas que advinham das denúncias do pregador quanto à usura, à luxúria e às modas escandalosas eram a abertura das prisões – o que significava nada mais nada menos do que a dispensa dos devedores mais pobres – e a queima de vários instrumentos de luxúria e de diversão – inocentes ou não. Entre eles estavam os dados, cartas, jogos de todas as espécies, encantamentos escritos, máscaras, instrumentos musicais, livros de canções, perucas e daí por diante. Tudo isso era arrumado num cadafalso (*talamo*), uma figura do diabo por cima, e ateava-se fogo.

Depois vinha a hora das consciências mais empedernidas. Homens que há muito não chegavam perto de um confessionário reconheciam seus pecados. Lucros desonestos eram devolvidos, e retratados insultos que poderiam dar frutos sangrentos. Oradores como Bernardino de Siena esquadrinhavam diligentemente todos os detalhes da vida cotidiana e as leis morais envolvidas. Hoje, poucos teólogos se sentiriam tentados a fazer um sermão matinal "sobre contratos, restituições, a dívida pública (*monte*) e o dote das filhas", como aquele que fez na Catedral de Florença. Oradores imprudentes caíam facilmente no erro de atacar certas classes, profissões ou ofícios com tal energia que levavam os ouvintes enraivecidos a cometer violências contra aqueles que o pregador denunciava. Um sermão que Bernardino pregou certa vez em Roma (1424) teve outra conseqüência além da fogueira das vaidades no Capitólio: "Depois disso" – lemos – "a bruxa Finicella foi queimada, pois através de suas artes diabólicas ela matara muitas crianças e enfeitiçara muitas outras pessoas; e Roma inteira foi ver o fato."

Entretanto, o objetivo mais importante do pregador era, como já foi dito, a reconciliação dos inimigos, e o persuadi-los a desistir de pensamentos vingativos. Provavelmente tal finalidade raramente era alcançada a não ser mais para o final de uma série de sermões, quando a maré de penitências inundava a cidade, e o ar reverberava com os gritos de todo o povo: "Misericórdia!" Seguiam-se aqueles abraços solenes e acordos de paz que até mesmo os banhos de sangue precedentes não conseguiam impedir. Os banidos eram chamados à cidade para participar das atividades sagradas. Parece que tais *paci* eram de modo geral fielmente observadas, mesmo depois de extinto o estado de espírito que as ocasionara; e a memória do monge era abençoada de geração em geração. Mas havia também crises terríveis

como aquela entre as famílias Della Valle e Croce, em Roma (1482), quando até mesmo o grande Roberto da Lecce ergueu a voz em vão. Pouco antes da Semana Santa ele pregara para multidões imensas, na praça diante de Minerva. Mas, na véspera da Quinta-Feira Santa, à noite, houve um combate terrível diante do Palazzo della Valle, perto do Ghetto. Na manhã seguinte, o Papa Sisto deu ordens para sua destruição e depois celebrou as cerimônias de costume. Na Sexta-Feira Santa, Roberto voltou a pregar com um crucifixo nas mãos, mas ele e seus ouvintes não podiam fazer nada senão chorar.

Pessoas de natureza violenta, que haviam caído em contradição consigo mesmas, muitas vezes resolviam entrar para um convento, levadas pela impressão deixada por tais homens. Entre eles estavam não só bandoleiros e criminosos de todas as espécies mas também soldados sem emprego. Tal resolução era estimulada por sua admiração pelo homem santo e pelo desejo de copiar pelo menos sua imagem.

O sermão concludente era uma bênção geral, resumido nas palavras: *la pace sia con voi!* Multidões de ouvintes acompanhavam o pregador até a cidade vizinha, e ali ouviam pela segunda vez toda a série dos sermões.

A enorme influência exercida por tais pregadores tornava importante, tanto para o clero como para o governo, não tê-los como adversários; um meio de atingir esse fim era só permitir que subissem ao púlpito monges ou padres que houvessem recebido, no mínimo, a consagração menor, de modo que a ordem ou corporação à qual pertencessem fosse, até certo ponto, responsável por eles. Mas não era fácil tornar absoluta tal regra, uma vez que as igrejas e o púlpito há muito eram usados como meios de publicidade de vários tipos – judicial, educativa, etc. – e porque às vezes os sermões eram feitos por humanistas e outros leigos. Existia também na Itália uma classe de pessoas que, mesmo não sendo monges ou padres, haviam renunciado ao mundo – a numerosa classe dos eremitas, que apareciam de tempos em tempos no púlpito por conta própria, e muitas vezes levavam o povo com eles. Um exemplo aconteceu em Milão, em 1516, depois da segunda conquista francesa, uma época em que a ordem pública estava muito perturbada. Um eremita toscano, Hieronymus de Siena, possível discípulo de Savonarola, manteve seu lugar por muitos meses a fio no púlpito da Catedral, denunciando a hierarquia com grande violência, fazendo com que um novo candelabro e um novo altar fossem armados na igreja, operando milagres e só abandonando o terreno depois de uma luta longa e desesperada. Durante as décadas

nas quais se decidiu o destino da Itália, o espírito da profecia esteve incomumente ativo, e em parte alguma se confinava a uma classe em particular. Sabemos do tom de verdadeiro desafio profético que os eremitas usaram antes do saque de Roma. Na falta de eloqüência própria, tais homens faziam uso de mensageiros, com símbolos de uma espécie ou de outra, como aconteceu com o asceta dos arredores de Siena (1496), que enviou um "pequeno eremita", ou melhor, um pupilo, à cidade aterrorizada, com um crânio sobre uma vara, à qual estava atado um papel com um texto ameaçador retirado da Bíblia.

Os próprios monges não sentiam escrúpulos em atacar os príncipes, autoridades, o clero e até mesmo as próprias ordens. Uma exortação direta para a derrubada de uma casa despótica, como a feita por Jacopo Bussolaro, em Pavia no século XIV, dificilmente voltaria a ocorrer no período seguinte, mas não faltaram críticas corajosas, dirigidas até mesmo ao papa em sua própria capela, bem como conselhos ingênuos dados na presença de governantes que não se consideravam absolutamente merecedores dos mesmos. Na Piazza del Castello, em Milão, um pregador cego vindo de Incoronata – um augustiniano – aventurou-se, em 1494, a exortar Ludovico, o Mouro, do púlpito: "Meu Senhor, acautele-se para não mostrar o caminho aos franceses, senão se arrependerá disso." Houve outros monges profetas que, sem pregar exatamente sermões políticos, traçavam quadros tão apavorantes do futuro que os ouvintes quase perdiam os sentidos. Depois da eleição de Leão X, no ano de 1513, uma associação inteira de tais homens, doze monges franciscanos, viajou através dos diversos distritos da Itália, cada um destinado a um pregador. Aquele que apareceu em Florença, Fra Francesco da Montepulciano, despertou terror em toda a gente. O alarme não diminuiu com os relatos exagerados dos que se encontravam longe demais para ouvi-lo. Depois de um de seus sermões, ele morreu de repente, "de dor no peito". O povo acorreu em tal número para beijar os pés do cadáver que ele teve de ser enterrado secretamente à noite. No entanto, o espírito recém-despertado da profecia, que se apossou até mesmo de cada mulher e dos camponeses, só pôde ser controlado com grande dificuldade. "A fim de restaurar o humor alegre do povo, os Medici – Giuliano, irmão de Leão, e Lorenzo – deram no dia de São João, em 1514, uma daquelas festas esplêndidas com torneios, procissões e caçadas, a que assistiram muitas personalidades famosas de Roma, entre elas, disfarçados, nada menos que seis cardeais."

Mas o maior dos profetas e apóstolos já havia sido queimado em Florença, no ano de 1498 – Fra Girolamo Savonarola, de Ferrara.

Temos de nos contentar em dizer apenas algumas palavras a seu respeito[98].

O instrumento com o qual ele transformou e governou a cidade (1494-1498) foi sua eloqüência. A esse respeito, os parcos relatos que nos foram deixados, tomados, em sua grande maioria, no próprio local, dão-nos, evidentemente, uma noção muito imperfeita. Não que ele possuísse qualquer vantagem externa notável, pois sua voz, sotaque e perícia retórica constituíam, precisamente, seu lado mais fraco; e aqueles que exigiam que o pregador fosse um estilista preferiam seu rival, Fra Mariano da Genazzano. A eloqüência de Savonarola era a expressão de uma personalidade dominadora e soberba, que não teria rivais até a época de Lutero. Ele mesmo afirmava que sua influência era resultado da iluminação divina, e podia por isso, sem presunção, destinar um lugar muito elevado para o ofício de pregador, que, na grande hierarquia dos espíritos, segundo ele, vinha logo abaixo dos anjos.

Esse homem, cuja natureza parecia feita de fogo, operou outro milagre ainda maior do que qualquer dos seus triunfos de orador. Seu próprio mosteiro dominicano de São Marcos, e depois todos os mosteiros dominicanos da Toscana, adotaram suas idéias e empreenderam voluntariamente a obra da reforma interna. Quando pensamos em como eram os mosteiros na época, e que dificuldades imensuráveis acompanhavam a menor das mudanças, ficamos duplamente espantados ante uma revolução tão completa. Enquanto a reforma ainda estava em progresso, um grande número de seguidores de Savonarola entrou para a ordem e, portanto, os planos dele foram grandemente facilitados. Filhos das famílias mais importantes de Florença ingressaram em São Marcos como noviços.

Essa reforma da ordem numa província em particular foi o primeiro passo na direção de uma Igreja nacional, inevitável se o reformador tivesse tido uma vida mais longa. Na realidade, Savonarola desejava a regeneração de toda a Igreja, e já para o final de sua carreira enviou exortações urgentes aos grandes potentados, pedindo-lhes que convocassem um Concílio. Mas, na Toscana, sua ordem e partido eram os únicos órgãos desse espírito reformista – o sal da terra – enquanto as províncias vizinhas permaneciam na condição antiga. A fantasia e o ascetismo tendiam a produzir nele cada vez mais um estado de espírito no qual Florença aparecia como o cenário do reino de Deus sobre a terra.

---

98 M. Perrens, *Jérôme Savonarole,* 2 vols., Paris, 1856, talvez a mais sistemática e sóbria dentre todas as muitas obras sobre o tema. P. Villari, *La Storia de Girol. Savonarola* (segunda edição, 2 vols., 8 vo., Firenze, Lemonnier, 1887).

As profecias, cujo cumprimento parcial conferiam a Savonarola um crédito sobrenatural, eram o meio pelo qual a imaginação italiana, sempre ativa, assumia o controle das naturezas mais seguras e mais cautelosas. A princípio os franciscanos da Observância confiantes na reputação que lhes fora legada por São Bernardino de Siena, pensaram poder competir com o grande dominicano. Puseram um de seus homens no púlpito da Catedral e superaram as jeremiadas de Savonarola com advertências ainda mais terríveis, até que Piero de' Medici, que então ainda governava Florença, forçou ambos ao silêncio. Logo depois, quando Carlos VIII chegou à Itália e os Medici foram expulsos – como Savonarola previra com clareza – passou-se a acreditar só nele.

Deve-se confessar francamente que ele jamais julgou suas próprias premonições e visões de maneira crítica, como fazia com as dos outros. Na oração fúnebre por Pico della Mirandola, tratou um tanto asperamente seu amigo morto. A despeito de uma voz interna que vinha de Deus, Pico não quis entrar na ordem, pelo que ele mesmo rezara a Deus para castigá-lo por sua desobediência. Certamente não desejara a sua morte, e donativos e preces haviam obtido a graça de que a alma de Pico estivesse segura no Purgatório. Em relação à visão confortadora que Pico experimentara no leito de enfermo, na qual a Virgem lhe prometeu que não iria morrer, Savonarola confessou que há muito temia que fosse um engodo do diabo, até lhe ser revelado que a Madona se referia à segunda morte, eterna. Se coisas como essa são provas de presunção, pode-se admitir que essa grande alma acabou pagando uma pena amarga por seus defeitos. Nos últimos dias, Savonarola parece ter reconhecido a vaidade de suas visões e profecias. Assim mesmo, encarou a morte pacificamente, como um cristão. Seus partidários apegaram-se às suas doutrinas e previsões por trinta anos mais.

Savonarola só empreendeu a reorganização do Estado porque seus inimigos teriam assumido o governo se assim não fosse. É injusto julgá-lo com base na constituição semidemocrática do início do ano de 1495, nem melhor nem pior que as outras constituições florentinas.

No fundo, ele era o homem menos adequado para tal trabalho. Seu ideal era uma teocracia, na qual todos os homens se deveriam curvar em abençoada humildade diante do Todo-Poderoso, e os conflitos da paixão nem sequer chegariam a surgir. Sua teoria está descrita naquela inscrição no Palazzo della Signoria, a substância da qual já era sua máxima desde 1495, e que foi solenemente renovada por seus partidários em 1527: *"Jesus Christus Rex populi Florentini S.P.Q. decreto creatus."* Sua posição em relação aos assuntos

mundanos e suas reais condições não diferia em nada da de qualquer outro residente de um mosteiro: o homem só devia cuidar das coisas pertinentes diretamente à sua salvação.

Tal estado de ânimo se revela claramente na sua opinião sobre a literatura antiga. "A única coisa boa que devemos a Platão e Aristóteles é que eles trouxeram à luz muitos argumentos que podemos usar contra os hereges. Assim mesmo, eles e outros filósofos estão no Inferno. Uma velha sabe mais sobre a fé que Platão. Seria bom para a religião se muitos livros que parecem úteis fossem destruídos. Quando não havia tantos livros e tantos argumentos (*ragioni naturali*) e discórdias, a religião crescia mais depressa do que vem fazendo agora." Ele desejava limitar a instrução clássica nas escolas a Homero, Virgílio e Cícero, e a suprir os outros autores a partir de Jerônimo e Agostinho. Não apenas Ovídio e Catulo deviam ser banidos mas também Terêncio e Tíbulo. Isso pode não passar de expressões de uma moralidade insegura, mas noutro lugar, numa obra especial, ele admite que a ciência como um todo é prejudicial. Afirma que poucas pessoas deveriam lidar com ela, para que a tradição do conhecimento humano não perecesse, e que, em particular, não deveriam faltar atletas intelectuais para refutar os sofismas dos hereges. Para tudo o mais, a gramática, a moral e o ensino religioso (*litterae sacrae*) bastariam. A cultura e a educação voltariam assim ao domínio total dos monges, e como, na sua opinião, os "mais letrados e mais piedosos" deveriam governar os Estados e impérios, tais governadores também seriam monges. Não precisamos especular se ele chegou realmente a essa conclusão.

Não se pode imaginar um método mais infantil de raciocínio. Parece jamais ter ocorrido ao bom homem que a Antiguidade recém-nascida e o aumento sem limites do pensamento e do conhecimento humanos, que se deviam a ela, poderiam ter dado uma confirmação esplêndida à religião que fosse capaz de se adaptar à mesma. Ele queria proibir aquilo que não conseguia tratar com outros métodos. Na verdade, era tudo menos um liberal, e estava pronto, por exemplo, a mandar os astrólogos para a mesma fogueira onde ele próprio mais tarde morreu.

Como deve ter sido poderosa a alma que morava lado a lado com esse intelecto tão estreito! E que chama deve ter brilhado dentro dele, para levar os florentinos, possuídos como eram pela paixão do conhecimento e da cultura, a se renderem ao homem capaz de raciocinar dessa forma!

Quanto de seu coração e do seu espírito mundano estiveram prontos a sacrificar é demonstrado por aquelas famosas fogueiras, ao lado das quais todos os *talami* de Bernardino de Siena, e outros, eram bem pequenos.

Mas tudo isso não poderia ter acontecido sem a ajuda de uma polícia tirânica. Ele não se esquivou às mais vexatórias interferências na muito prezada liberdade da vida privada italiana, usando a espionagem de criados junto aos patrões como meio de efetuar suas reformas morais. Aquela transformação da vida pública e privada que o férreo Calvino estava acabando de efetuar em Genebra, com a ajuda de um estado de sítio permanente, mostrou-se impraticável em Florença, e a tentativa só serviu para levar os inimigos de Savonarola a uma hostilidade ainda mais implacável. Entre suas medidas mais impopulares devemos citar aqueles grupos organizados de jovens que forçavam a entrada em casas particulares e deitavam mãos violentas em quaisquer objetos que parecessem adequados à fogueira. Como acontecia de às vezes serem mandados embora com uma surra, mais tarde passaram a ser assistidos por uma guarda formada por homens feitos, a fim de manter viva a ilusão de "uma geração emergente" piedosa.

No último dia do carnaval do ano de 1497, e no mesmo dia no ano seguinte, aconteceu o grande auto-de-fé na Piazza della Signoria. No meio da mesma ergueu-se uma alta pirâmide de muitos andares, semelhante ao *rogus* onde os imperadores romanos eram comumente cremados. Na parte de baixo foram arrumadas barbas falsas, máscaras e disfarces carnavalescos; em cima, volumes dos poetas latinos e italianos, entre outros, Boccaccio, o *Morgante* de Pulci, e Petrarca, parcialmente na forma de valiosos pergaminhos impressos e manuscritos com iluminuras; depois, ornamentos e artigos de toalete femininos, perfumes, espelhos, véus e cabelos falsos; mais para o alto, alaúdes, harpas, tabuleiros de xadrez, cartas de baralho; e, finalmente, nos dois últimos níveis, apenas pinturas, especialmente de belas mulheres, em parte retratos imaginários, portando os nomes clássicos de Lucrécia, Cleópatra ou Faustina, em parte retratos reais das lindas Bencina, Lena Morella, Bina e Maria de' Lenzi. Na primeira ocasião, um mercador veneziano, que por acaso estava presente, ofereceu à *Signoria* 22 000 florins de ouro pelos objetos na pirâmide, mas a única resposta que recebeu foi de que o seu retrato fora pintado e seria também queimado junto com os demais. Quando a pilha foi acesa, os membros da *Signoria* apareceram à sacada, e o ar ecoou com canções, o som de clarins e o bimbalhar de sinos. Os populares então se dirigiram à Praça de São Marcos, ao lado, onde dançaram a roda, em três círculos concêntricos. O círculo interior era composto por monges do mosteiro, alternando com meninos

vestidos de anjo; depois vinham os jovens leigos e eclesiásticos; e, no círculo externo, homens idosos, cidadãos e padres, estes coroados com ramos de oliveira.

Todos os motejos de seus inimigos vitoriosos, aos quais na realidade não faltava justificação ou talento para o ridículo, foram incapazes de desacreditar a memória de Savonarola. Quanto mais trágico se fazia o destino da Itália, mais brilhante se tornava o halo que, na memória dos sobreviventes, rodeava a figura do grande monge e profeta. Embora suas previsões não se tivessem confirmado em detalhes, a grande calamidade geral de que ele falara cumpria-se com apavorante realidade.

Grande como pode ter sido a influência de todos esses pregadores, e por mais brilhantemente que Savonarola possa ter justificado as reivindicações dos monges, assim mesmo a ordem como um todo não pôde escapar ao desprezo e à condenação do povo. A Itália demonstrou que só podia conceder seu entusiasmo a indivíduos.

A FORÇA DA VELHA FÉ

Se, independentemente de tudo o que concerne aos padres e monges, tentarmos medir a força da velha fé, ela parecerá maior ou menor de acordo com a luz sob a qual for considerada. Já falamos da necessidade dos Sacramentos como algo indispensável. Olhemos agora, por um momento, para a posição da fé e da adoração na vida diária, determinada em parte pelos hábitos das pessoas e parcialmente pela política e o exemplo dos governantes.

Tudo o que tem a ver com a penitência e a salvação através das boas obras estava mais ou menos no mesmo estágio de desenvolvimento ou corrupção do Norte da Europa, tanto entre os camponeses quanto entre os habitantes mais pobres das cidades. As classes instruídas eram às vezes influenciadas pelos mesmos motivos. Aqueles aspectos do catolicismo popular que se haviam originado nos velhos hábitos pagãos de invocar, recompensar e aplacar os deuses haviam se fixado de maneira inerradicável na consciência do povo. A oitava écloga de Battista Mantovano, citada anteriormente, contém uma prece de um camponês a Nossa Senhora, na qual ela é invocada como a padroeira de todos os interesses rústicos e agrícolas. E que conceitos as pessoas tinham de sua protetora no céu! O que haveria na cabeça da mulher florentina que deu um barril de cera como *ex voto* à Nossa Senhora da Anunciação porque seu amante, um monge, esvaziara gradualmente um barril de vinho sem que seu marido ausente o descobrisse! Na época, também, como ainda acontece em nossos dias, departamentos diferentes da vida humana eram presididos por seus respectivos padroeiros. Freqüentemente se tenta explicar os rituais mais comuns da Igreja Católica como resquícios de cerimônias pagãs, e ninguém duvida que muitos usos locais e populares, associados a festividades religiosas, são fragmentos esquecidos das velhas fés pré-cristãs da Europa. Na Itália, pelo contrário, encontramos exemplos em que a filiação da nova fé à antiga é conscientemente reconhecida. Assim, por exemplo, o costume de se reservar comida para os mortos quatro dias antes da festa do Trono de São Pedro, ou seja, a 18 de fevereiro, a data das antigas *Feralia*. Muitas outras práticas desse tipo podem ter prevalecido então, e depois desaparecido. Se dissermos que a fé popular na Itália teve uma base sólida apenas na proporção em que foi pagã o paradoxo talvez seja apenas aparente.

A extensão com que essa forma de crença prevaleceu nas classes superiores até certo ponto pode ser mostrada em detalhes. Como já observamos ao falar da influência do clero, ela teve a seu lado o poder do hábito e das primeiras impressões. O amor pela pompa eclesiástica e pela exibição ajudou a confirmá-la, e de quando em quando surgia uma daquelas epidemias de fé, a que poucos eram capazes de resistir – mesmo os céticos e os irônicos.

Mesmo em questões deste tipo é perigoso aceitarmos logo resultados absolutos. Podemos imaginar, por exemplo, que o sentimento dos homens instruídos para com as relíquias dos santos desse uma chave para compreender sua consciência religiosa. E, na verdade, pode-se demonstrar algumas diferenças de grau, embora não de maneira tão clara quanto poderíamos desejar. O governo de Veneza, no século XV, parece ter compartilhado inteiramente a reverência sentida por todo o resto da Europa com relação aos restos mortais dos santos. Até mesmo estranhos que viviam em Veneza achavam melhor adaptar-se à superstição. Se podemos presumir alguma coisa da erudita Pádua, a partir do testemunho de seu topógrafo, Michele Savonarola, as coisas deviam ser muito semelhantes por lá. Com uma mistura de orgulho e respeito pio, Michele nos conta que, em períodos de grande perigo, ouvia-se o suspiro dos santos à noite, pelas ruas da cidade; que o cabelo e as unhas do cadáver de uma freira santificada, em Santa Clara, continuavam a crescer; que o mesmo cadáver, quando havia algum desastre iminente, costumava fazer ruído e levantar os braços. Quando se põe a descrever a capela de Santo Antônio no Santo, o escritor se perde em exclamações e sonhos fantásticos. Em Milão, pelo menos, o povo demonstrava uma devoção fanática para com as relíquias, e quando certa vez, no ano de 1517, os monges de São Simpliciano tiveram a

imprudência de expor seis cadáveres sagrados, no curso de certas alterações no altar principal, fato que foi seguido por pesadas chuvas e enchentes, as pessoas as atribuíram ao sacrilégio, e surravam os monges quando os encontravam nas ruas. Noutras regiões da Itália, e até mesmo no caso dos próprios papas, a sinceridade de tal sentimento é bem mais dúbia, embora aqui, também, seja muito difícil chegar-se a uma conclusão positiva. Sabe-se o entusiasmo generalizado com que se assistiu a Pio II depositar solenemente a cabeça do Apóstolo André, trazida da Grécia, e depois a de São Mauro, na Igreja de São Pedro (1462); mas, a partir de sua própria narrativa, podemos entender que ele o fez apenas por uma certa vergonha, já que tantos príncipes competiam pelas relíquias. Só bem mais tarde ele teve a idéia de tornar Roma o refúgio comum para todos os restos de santos que haviam sido banidos de suas próprias igrejas. Sob Sisto IV, a população da cidade era ainda mais zelosa do que o próprio papa e a magistratura (1483) reclamou amargamente que Sisto enviara a Luís XI, o moribundo Rei de França, alguns exemplares de relíquias de São Latrão. Uma voz corajosa ergueu-se por volta dessa época, em Bolonha, aconselhando a venda do crânio de São Domingos ao Rei da Espanha, e a aplicação do dinheiro nalguma causa pública. Contudo, os que sentiam menor reverência pelas relíquias eram os florentinos. Entre a decisão de homenagear seu santo, São Zenóbio, com um novo sarcófago e a execução final do projeto por Ghiberti, dez anos se passaram (1432-42), e a confecção do sarcófago se deveu a que o mestre havia realizado uma encomenda menor, do mesmo tipo, com grande perícia (1428).

Talvez pelo fato de terem sido enganados por uma esperta abadessa napolitana (1352), que lhes enviou um braço espúrio da padroeira da catedral, Santa Reparata, feito de gesso e madeira, os florentinos começaram a se cansar de relíquias. Ou talvez seja mais correto dizer que seu senso estético fez com que se afastassem de corpos desmembrados e roupas emboloradas. Pode ser que seus sentimentos se devessem mais àquela sensação de glória que considerava Dante e Petrarca mais dignos de um túmulo esplêndido que todos os doze apóstolos juntos. É provável que, por toda a Itália, fora Veneza e Roma, sendo excepcionais as condições na última cidade, a adoração das relíquias há muito vinha dando lugar à adoração de Nossa Senhora, pelo menos em extensão bem maior que em qualquer outra parte da Europa; esse fato é uma prova indireta do desenvolvimento precoce do senso estético.

Pode-se questionar se ao norte, onde as maiores catedrais são quase todas dedicadas a Nossa Senhora, e onde um ramo extenso da poesia latina e nativa cantava loas à Mãe de Deus, era possível uma devoção maior a ela. Na Itália, porém, o número de retratos milagrosos da Virgem era bem maior, e o papel que desempenhavam no cotidiano das pessoas, muito mais importante. Toda cidade, de qualquer tamanho, continha uma quantidade deles, desde os antigos, ou aparentemente antigos, pintados por São Lucas, até as obras de contemporâneos, que não raro viviam para ver os milagres operados por suas próprias obras. As obras de arte, em tais casos, não eram tão inócuas como crê Battista Mantovano; em alguns casos adquiriam repentinamente uma virtude mágica. O anseio popular pelo miraculoso especialmente entre as mulheres pode ter sido plenamente satisfeito por tais pinturas; por esse motivo, talvez as relíquias fossem menos apreciadas. Não se pode dizer com certeza até que ponto o respeito genuíno pelas relíquias sofreu pelo ridículo que os novelistas lançavam sobre aquelas preciosidades espúrias. A atitude das classes educadas na Itália em relação à mariolatria, ou à adoração da Virgem, é reconhecida mais claramente que sua postura para com a adoração de imagens. Não podemos deixar de ficar surpresos com o fato de que na literatura italiana o "Paraíso" de Dante seja o último poema em louvor à Virgem, enquanto que entre o povo até nossos dias hinos em seu louvor vêm sendo constantemente produzidos. Os nomes de Sannazaro e Sabellico, e outros escritores de poemas latinos, provam muito pouco em contrário, já que foram escritos com objetivo principalmente literário. Os poemas escritos em italiano, no século XV e no início do século XVI, nos quais encontramos sentimentos religiosos genuínos – tais como os hinos de Lorenzo, o Magnífico, os sonetos de Vittoria Colonna e os de Michelangelo – poderiam muito bem ter sido compostos por um protestante. Além da expressão lírica da fé em Deus, notamos neles principalmente o senso de pecado, a consciência da libertação através da morte de Cristo, o anseio por um mundo melhor. A intercessão da Mãe de Deus só é mencionada por acaso. O mesmo fenômeno se repete na literatura clássica dos franceses, nos tempos de Luís XIV. Só nos tempos da Contra-Reforma a mariolatria reapareceu na poesia italiana superior. Enquanto isso, as artes visuais certamente haviam se esmerado na glorificação da Madona. Deve-se acrescentar que, entre as classes educadas, muitas vezes a adoração dos santos assumia uma forma essencialmente pagã.

Dessa forma, examinaremos com olhos críticos as várias faces do catolicismo italiano desse período, e assim estabeleceremos, com um certo grau de probabilidade, a atitude das classes instruídas em relação à fé popular. Assim mesmo, não podemos alcançar um

resultado positivo e absoluto, pois enfrentaremos contrastes de difícil explicação. Enquanto arquitetos, pintores e escultores trabalhavam nas igrejas com uma atividade incessante, no início do século XVI ouvimos as reclamações mais amargas sobre o abandono da adoração pública e das próprias igrejas.

Sabe-se bem que Lutero se escandalizava ante a irreverência com a qual os padres em Roma rezavam a Missa. E, ao mesmo tempo, as festas da Igreja eram celebradas com tal gosto e magnificência que os países setentrionais nem podiam imaginar. Parecia que a nação mais imaginativa entre todas sentia-se tentada a negligenciar as coisas do dia-a-dia, sendo tão facilmente cativada pelo extraordinário.

É a este excesso de imaginação que devemos atribuir a epidemia de reavivamentos da consciência religiosa, sobre os quais devemos novamente dizer algumas palavras. Devem ser claramente distintos da excitação gerada pelos grandes pregadores. Deviam-se, em vez disso, a calamidades públicas, ou ao temor delas.

Na Idade Média, de tempos em tempos, toda a Europa era inundada por essas grande vagas, que transportavam povos inteiros. As Cruzadas e o renascer dos penitentes são bons exemplos. A Itália participou de ambos os movimentos. A primeira das grandes companhias de penitentes apareceu, imediatamente após a queda de Ezzelino e sua casa, nas vizinhanças da mesma Perugia de que já falamos como a sede dos pregadores do redespertar religioso. Seguiram-se depois os penitentes de 1310 e 1334, e, mais tarde, a grande peregrinação sem flagelação, no ano de 1399, que Cório registrou. Não é impossível que os jubileus tenham sido fundados em parte para regular e tornar inócua essa paixão sinistra pela movimentação sem rumo que acometia populações inteiras em tempos de excitação religiosa. Os grandes santuários da Itália, tais como Loreto e outros, haviam se tornado famosos e, sem dúvida, desviavam uma certa parcela desse entusiasmo.

Contudo, crises terríveis ainda mantinham, em períodos muito posteriores, o poder de reavivar o brilho da penitência medieval, e o povo, de consciência pesada, muitas vezes ainda mais apavorado por sinais e presságios, procurava despertar a piedade dos céus com lamentos e flagelações. Assim aconteceu em Bolonha, quando a peste apareceu em 1457, e também em 1496, num período de discórdia interna em Siena, para mencionar apenas dois exemplos. Não se pode imaginar um cenário mais comovente do que aquele que lemos sobre Milão, em 1529, quando a fome, a peste e a guerra conspiraram com as extorsões espanholas para afundar a cidade nos níveis mais baixos de desespero. Coincidentemente, o monge a quem o povo escutava, Fra Tommaso Nieto, era ele mesmo um espanhol. A Hóstia Sagrada foi transportada, entre multidões descalças de velhos e de jovens, numa caixa decorada, apoiada nos ombros de quatro sacerdotes vestidos com trajes de linho – uma imitação da Arca da Aliança, que os filhos de Israel tinham carregado em torno das muralhas de Jericó. Dessa forma, as pessoas aflitas de Milão lembraram a seu antigo Deus Sua antiga aliança com o homem; e, quando a procissão voltou a entrar na catedral, parecia que o enorme prédio ia desabar com os gritos agoniados de "Misericórdia!". Muitos dos que ali se encontravam devem ter acreditado que o Todo-Poderoso ia subverter as leis da natureza e da história, e enviar-lhes uma libertação milagrosa.

Houve um governo na Itália, aquele do Duque Ercole I, de Ferrara, que assumiu a direção do sentimento público, e compeliu as manifestações de reavivamento religioso para canais mais regulares. Na época, quando Savonarola era popular em Florença, e o movimento iniciado por ele começava a se espalhar entre a população da Itália central, o povo de Ferrara entrou voluntariamente num período de jejum geral (no início de 1496). Um lazarista anunciou do púlpito a chegada de uma temporada de guerra e de fome como o mundo jamais vira, mas que a Virgem anunciara a algumas pessoas santificadas que tais males seriam evitados pelo jejum. Ao ouvi-lo, a própria corte não teve outra escolha senão jejuar, mas tomando a direção das devoções públicas em suas próprias mãos. No dia de Páscoa, a 3 de abril, foi publicado um édito sobre a moral e a religião, proibindo a blasfêmia, os jogos, a sodomia, a concubinagem, o aluguel de casas para prostitutas ou alcoviteiros e a abertura de todas as lojas em dias de festas, excetuando-se as dos padeiros e verdureiros. Os judeus e mouros, que se haviam refugiado dos espanhóis em Ferrara, foram novamente forçados a usar um O amarelo no peito. Contraventores foram ameaçados não só com as punições já previstas em lei, mas também "com severas penalidades, que o duque achasse adequado infligir". Depois disso, o Duque e a corte foram à igreja ouvir sermões diversos dias seguidos, e, a 10 de abril, todos os judeus de Ferrara foram forçados a fazer o mesmo. No dia 3 de maio, o chefe de polícia, Zampante, enviou o arauto para anunciar que quem houvesse dado dinheiro a oficiais da polícia para não ser denunciado como blasfemador poderia, caso se identificasse, recebê-lo de volta com uma indenização suplementar. Tais oficiais corruptos, disse, haviam chegado a extorquir dois ou três ducados de pessoas inocentes, com ameaças de dar informações contra elas. Haviam informado mutuamente uns contra os outros, e assim todos foram para a prisão. O

dinheiro, porém, fora pago precisamente para que nada precisassem tratar com Zampante, e é provável que a proclamação tenha induzido poucas pessoas a se identificar. No ano de 1500, após a queda de Ludovico, o Mouro, quando ocorreu nova eclosão similar de sentimento público, Ercole ordenou uma série de nove procissões, nas quais desfilaram quatro mil crianças vestidas de branco, portando um estandarte de Jesus. Ele próprio saiu montado a cavalo, já que andava com dificuldade. Mais tarde foi publicado um édito muito semelhante àquele de 1496. Sabe-se bem quantas igrejas e mosteiros foram construídos por esse governante, que chegou a mandar buscar uma santa viva, Soror Colomba, pouco antes de casar seu filho Alfonso com Lucrezia Borgia (1502). Um mensageiro especial foi buscar a santa, juntamente com 15 outras freiras em Viterbo, e o duque em pessoa a conduziu para um convento preparado para sua recepção, quando da chegada a Ferrara. Provavelmente, não lhe estaríamos fazendo injustiça se atribuíssemos todas essas medidas em grande parte ao cálculo político. Pela concepção de governo formada pela casa de Este, tal emprego da religião para assuntos de Estado obedecia a uma espécie de necessidade lógica.

A RELIGIÃO E O ESPÍRITO DO RENASCIMENTO

No entanto, para chegarmos a uma conclusão definitiva em relação ao senso religioso dos homens desse período, temos de adotar um método diferente. Da sua atitude intelectual, em geral, podemos inferir seu relacionamento com a idéia de Deus e com a religião existente em sua época.

Esses homens modernos, representantes da cultura da Itália, nasceram com os mesmos instintos religiosos que os outros europeus medievais. Contudo, sua poderosa individualidade fazia deles, na religião, tanto quanto em outros aspectos, seres inteiramente subjetivos, e o encanto intenso que a descoberta do universo interno e externo exercia sobre eles os tornava marcadamente mundanos. No restante da Europa a religião permaneceu, até um período muito posterior, algo vindo de fora, e, na vida prática, o egoísmo e a sensualidade se alternavam com a devoção e o arrependimento. Este não tinha competidores espirituais, como na Itália, ou, se os tinha, era apenas em muito menor extensão.

Ainda mais, as relações próximas e freqüentes da Itália com os povos bizantinos e maometanos produzira uma tolerância desapaixonada, que enfraquecia a concepção etnográfica de uma Cristandade privilegiada. E, quando a Antiguidade clássica, com seus

homens e instituições, se tornou um ideal de vida, assim como a maior das memórias históricas, as antigas especulações e o ceticismo passaram a exercer, em muitos casos, controle total sobre a mente dos italianos.

Como, mais uma vez, os italianos foram o primeiro povo moderno da Europa a especular ousadamente sobre a liberdade e a necessidade, e como o faziam sem leis e sob circunstâncias políticas violentas, onde muitas vezes o mal parecia obter uma vitória esplêndida e duradoura, sua crença em Deus começou a vacilar, e sua visão do mundo se tornou fatalista. E, quando suas naturezas apaixonadas se recusavam a descansar numa sensação de incerteza, eles passaram a recorrer a superstições antigas, orientais ou medievais, apelando para a magia e a astrologia.

Finalmente, esses gigantes intelectuais, esses representantes da Renascença, mostravam, a respeito da religião, uma qualidade bastante comum nas naturezas juvenis. Distinguindo claramente entre o bem e o mal, ainda assim não tinham consciência do pecado. Diante de qualquer perturbação da sua harmonia interna eles se sentiam capazes de fazer valer os recursos plásticos da própria natureza e, portanto, não sentiam qualquer arrependimento. A necessidade de salvação foi assim se tornando cada vez mais fraca enquanto as ambições e as atividades intelectuais do presente afastavam por completo quaisquer pensamentos do mundo ainda por vir ou faziam com que assumissem uma forma poética, ao invés de dogmática.

Quando consideramos tudo isto como um universo invadido, e muitas vezes pervertido pela todo-poderosa imaginação italiana, temos um retrato daquela época que certamente está mais de acordo com a verdade que as vagas declamações contra o paganismo moderno. E uma investigação mais cuidadosa revela-nos que, sob esta cobertura externa, muita religião genuína ainda podia sobreviver.

A discussão mais ampla sobre tais pontos terá de ser limitada a algumas das explicações essenciais.

Que a religião deveria voltar a ser um assunto do indivíduo e do seu sentimento pessoal era inevitável, quando a Igreja se tornou corrupta na doutrina e tirânica na prática, e é uma prova de que a mente européia ainda estava viva. É verdade que isso se manifestava sob muitos aspectos diversos. Enquanto as seitas místicas e ascéticas do Norte não perdiam tempo na criação de novas formas externas para seus modos de pensamento e sentimento, na Itália cada indivíduo seguia seu próprio caminho, e milhares vagavam pelo mar da vida sem qualquer orientação espiritual. Mais ainda, devemos admi-

rar aqueles que alcançaram uma religião pessoal e nela se mantiveram firmes. Não deviam ser culpados por terem sido incapazes de participar da velha Igreja; nem seria razoável esperar que todos devessem passar por aquele poderoso trabalho espiritual indicado pelos reformadores alemães. A forma e o objetivo dessa fé pessoal, conforme se demonstrava nas mentes melhores, serão mais claramente expostos na parte final da obra.

O mundanismo, com o qual a Renascença parece oferecer um contraste tão marcante com a Idade Média, deve sua origem à onda de novos pensamentos, propósitos e pontos de vista, que transformaram o conceito medieval da natureza e do homem. Seu espírito não é em si mais hostil à religião do que a 'cultura' que tomou o seu lugar, mas que só nos pode dar uma frágil noção do fermento universal que a descoberta de um novo mundo de grandeza então pedia. Essa mundanidade não era frívola, mas sincera, enobrecida pela arte e pela poesia. É uma necessidade maior do espírito moderno que essa atitude nunca mais seja perdida, que um impulso irresistível nos force à investigação dos homens e das coisas, e que mantenhamos essa indagação como nossa finalidade e obra. Quão logo, e por que caminhos tal busca nos conduzirá de volta a Deus, e de que maneiras o temperamento religioso do indivíduo será afetado por ela são questões que não podem ser respondidas de uma forma geral. A Idade Média, que se poupava do problema da indução e da livre indagação, não pode ter o direito de nos impor seu veredicto dogmático em matéria de tal importância.

Ao estudo do homem, entre muitas outras causas, deveu-se a tolerância e a indiferença com as quais a religião maometana era considerada. O conhecimento e a admiração da civilização notável que os islâmicos haviam atingido, em particular antes das invasões mongólicas, eram peculiares à Itália desde os tempos das Cruzadas. Tal simpatia era avivada pelo governo semimaometano de certos príncipes italianos, pelo desgosto e até mesmo desprezo com relação à Igreja existente e o constante intercâmbio comercial com os portos do leste e do sul do Mediterrâneo. Pode-se demonstrar que no século XIII os italianos já reconheciam um ideal maometano de nobreza, dignidade e orgulho, que associavam à pessoa de um sultão. Muitas vezes a referência é a um sultão mameluco; se algum nome for mencionado, é o nome de Saladino. Mesmo os turcos otomanos, cujas tendências destrutivas não eram segredo, causavam aos italianos apenas um meio temor, e um acordo pacífico com eles era considerado como algo possível.

A expressão mais verdadeira e mais característica dessa indiferença religiosa é a famosa história dos Três Anéis, que Lessing colocou na boca do seu Natan, depois de já ter sido contada séculos antes, embora com alguma reserva, nas *Cem novelas antigas* (nov. 72 ou 73), e mais ousadamente em Boccaccio (*Decamerão,* i, nov. 3). Em que idioma e em que canto do Mediterrâneo ela foi contada pela primeira vez não se poderá jamais saber; mais provavelmente, o original era formulado de maneira muito mais direta do que as duas adaptações italianas. O postulado religioso em que se apóia, isto é, o deísmo, será discutido mais adiante na significação mais ampla que tem nesse período. A mesma idéia é repetida, embora numa caricatura desajeitada, no famoso provérbio dos "três que enganaram o mundo, ou seja, Moisés, Cristo e Maomé". Se o Imperador Frederico II (em quem, diz-se, se originou esse ditado) pensava realmente assim, provavelmente ele se expressou com mais sabedoria. Idéias do mesmo tipo eram também comuns no islamismo.

No auge da Renascença, já para o final do século XV, Luigi Pulci nos oferece um exemplo do mesmo modo de pensar no *Morgante maggiore.* O mundo imaginário de que trata sua história é dividido, como em todos os poemas heróicos e romances, em um acampamento cristão e outro maometano. De acordo com o temperamento medieval, a vitória do cristão e a reconciliação final entre os combatentes foram conseguidas pelo batismo dos maometanos derrotados; os *improvisatori,* que precederam Pulci no tratamento desses temas, devem ter feito uso livre desse incidente-padrão. Era objetivo de Pulci parodiar seus antecessores, principalmente os piores entre eles, o que consegue com as invocações a Deus, a Cristo e a Nossa Senhora com que inicia cada canto; e mais claramente ainda pelas conversões e batismos repentinos, nos quais uma total falta de senso deve ter sido percebida por cada leitor ou ouvinte. Tal ridículo o impele ainda mais à confissão de sua fé na relativa bondade de todas as religiões, a qual, apesar da sua profissão de ortodoxia, se apóia numa base essencialmente teísta. Noutro ponto, também, ele se afasta largamente das concepções medievais. As alternativas nos séculos passados eram: cristão, ou pagão e maometano; crente ortodoxo ou herético. Pulci traça um retrato do gigante Margutte que, desconsiderando todas as religiões, confessa jovialmente seus vícios e sensualidade, e só reserva o mérito de jamais ter perdido a fé. Talvez o poeta pretendesse fazer alguma coisa a respeito deste monstro honesto – à sua maneira –, possivelmente para conduzi-lo ao caminho da virtude por Morgante, mas logo se cansou da própria criação, e no canto seguinte levou-o a um final cômico. Margutte vem sendo citado

como prova da frivolidade de Pulci, mas ele é necessário para completar o retrato da poesia do século XV. Era natural que estivesse presente nalgum lugar, em proporções grotescas, a figura de um egoísmo indomado, insensível a qualquer regra estabelecida, mas assim mesmo com resquícios de um sentimento honrado. Noutros poemas são postos sentimentos na boca de gigantes, demônios, infiéis e maometanos, como jamais um cavaleiro cristão se aventuraria a declarar.

A Antiguidade exerceu uma influência diferente da do islamismo, e isto não através da sua religião, que diferia demais do catolicismo do período, mas sim pela sua filosofia. A literatura antiga, respeitada como algo incomparável, está repleta da vitória da filosofia sobre a tradição religiosa. Um número infindável de sistemas e de fragmentos de sistemas foi repentinamente apresentado à mente italiana, não como curiosidade ou mesmo como heresia, mas quase com a autoridade de dogmas, que agora precisavam ser reconciliados, mais do que discriminados. Em quase todas essas diversas opiniões e doutrinas havia implícita uma certa crença em Deus; tomadas em conjunto, porém, elas faziam um contraste marcante com a fé cristã num governo divino para o mundo. E havia um problema central, que a teologia medieval tentara em vão resolver e que exigia agora uma resposta urgente da sabedoria dos antigos: a relação da Providência com a liberdade, ou a necessidade, da vontade humana. Para escrever a história deste questionamento, mesmo numa abordagem superficial, do século XIV em diante, precisaríamos de um volume inteiro. Algumas indicações serão suficientes aqui.

Se tomarmos Dante e seus contemporâneos como evidência, descobriremos que a filosofia antiga entrou em contato primeiramente com a vida italiana no aspecto em que ela oferecia o contraste mais marcante com o cristianismo – o epicurismo. As obras de Epicuro não tinham sido preservadas e, mesmo no fim da era clássica, um conceito mais ou menos unilateral já se formara com respeito à sua filosofia. Assim mesmo, aquela fase do epicurismo que pode ser estudada em Lucrécio e, principalmente, em Cícero é suficiente para familiarizar os homens com um universo sem Deus. Não é fácil dizer até que ponto os ensinamentos de Epicuro foram realmente entendidos, e se o nome do problemático sábio grego era mais uma palavra atraente para a multidão. É provável que a Inquisição dominicana o tenha usado contra aqueles que não era possível atingir com uma acusação mais definida. No caso dos céticos prematuros, dificilmente condenáveis por declarações heréticas positivas, a vida luxuosa num grau moderado já bastava para provocar essa acusação. A palavra 'epicurismo' é usada nesse sentido convencional por Giovanni Villani, quando ele explica os incêndios florentinos de 1115 e 1117 como castigo divino contra as heresias e, entre elas, "contra a seita lasciva e glutônica dos epicuristas". O mesmo escritor diz de Manfredo: "sua vida era epicurista, já que não acreditava nem em Deus nem nos santos, mas apenas no prazer corporal."

Dante fala ainda mais claro nos cantos nono e décimo do "Inferno". Aquele terrível campo em fogo, coberto com túmulos semi-abertos, dos quais partiam gritos de agonia desesperada, estava povoado pelas duas grandes categorias daqueles a quem a Igreja vencera ou expulsara, no século XIII. Uma era a dos hereges, que se opunham à Igreja pelo deliberado difundir de falsas doutrinas; a outra, a dos epicuristas, e seu pecado contra a Igreja estava na sua atitude geral, que se podia resumir na crença de que a alma morre com o corpo. A Igreja estava bem ciente de que esta única doutrina, se ganhasse terreno, poderia ser muito mais prejudicial à sua autoridade que todos os ensinamentos dos maniqueus e paterinos, uma vez que afastava todos os motivos para sua interferência nos assuntos humanos após a morte. O fato de que os meios que usou em sua luta terem sido precisamente aqueles que levaram as naturezas mais bem-dotadas à descrença e ao desespero era o que ela, naturalmente, não admitiria.

Naturalmente, a antipatia de Dante por Epicuro, ou o que ele tomava como sendo sua doutrina, era sincera. O poeta da vida ainda por vir não poderia deixar de detestar o negador da imortalidade; e um mundo nem feito nem governado por Deus, com os objetivos vulgares da vida terrena que aquele sistema parecia aprovar, não podia deixar de repugnar intensamente a uma pessoa como ele. Mas, se olharmos mais cuidadosamente, veremos que certas doutrinas dos antigos deixavam, mesmo nele, Dante, uma impressão que forçou para um segundo plano a doutrina bíblica do governo divino; a menos, é claro, que isso derivasse da sua própria reflexão, a influência de opiniões prevalecentes na época ou o ódio das injustiças que pareciam governar este mundo, que o fizeram desistir da crença numa providência especial. Seu Deus deixa todos os detalhes do governo do mundo nas mãos de um substituto, o destino, cujo único trabalho é mudar e voltar a mudar todas as coisas terrenas, e que pode desconsiderar os lamentos dos homens numa beatitude inalterável. Apesar disso, Dante nem por um instante deixa de insistir na responsabilidade moral do homem: ele acredita no livre-arbítrio.

A crença na liberdade da vontade, no sentido popular das palavras, sempre prevaleceu nos países ocidentais. Em todos os

tempos os homens foram responsabilizados por suas ações, como se essa liberdade fosse algo indiscutível. As coisas são diferentes com a doutrina religiosa e a doutrina filosófica, que agem sob a dificuldade de harmonizar a natureza da vontade com as leis do universo em geral. Aqui temos de lidar com a questão do mais ou do menos, que toda estimativa moral deve levar em conta. Dante não está totalmente isento das superstições astrológicas que iluminavam o horizonte de sua época com uma luz enganosa, mas elas não o impedem de erguer-se a uma concepção valorosa da natureza humana. "As estrelas" – faz seu Marco Lombardo dizer ("Purgatório", xvi, 73) – "dão o primeiro impulso a vossas ações, mas uma luz vos é dada para conhecer o bem e o mal, bem como o livre-arbítrio, o qual, se suportar as tensões dos primeiros embates com os céus, se for bem nutrido, finalmente conquistará a vitória total."

Outros podem procurar a necessidade que anulava a liberdade humana num poder outro que não as estrelas, mas a questão era, daí por diante, aberta e inevitável. Na medida em que esta é uma pergunta para as escolas ou os pensadores isolados, seu tratamento pertence ao historiador de filosofia. Mas como também estava presente na consciência do público, é necessário que digamos algumas palavras a respeito.

O século XIV foi principalmente estimulado pelas obras de Cícero, que, embora, fosse de fato um eclético, pelo hábito de expor a opinião das diferentes escolas, sem chegar a decidir entre elas, exercia a influência de um cético. A seguir em importância vinham Sêneca e as poucas obras de Aristóteles já traduzidas para o latim. O fruto imediato de tais estudos era a capacidade de refletir sobre grandes temas, se não em oposição direta à autoridade da Igreja, pelo menos, de forma independente.

No decorrer do século XV, as obras da Antiguidade foram descobertas e difundidas com rapidez extraordinária. Todas as obras dos filósofos gregos que possuímos agora estavam então nas mãos de todos, pelo menos sob a forma de traduções latinas. É curioso observar que alguns dos mais zelosos apóstolos dessa nova cultura eram homens da piedade mais estrita, e até mesmo ascetas. Fra Ambrogio Camaldolese, dignitário espiritual, tendo como principal ocupação os assuntos eclesiásticos, e, como homem de letras, ocupando-se com a tradução dos patriarcas gregos da Igreja, não conseguiu reprimir o impulso humanístico; a pedido de Cosimo de' Medici, tomou a seu cargo a tradução de Diógenes Laércio para o latim. Seus contemporâneos, Niccolò Niccoli, Gianozzo Manetti, Donato Acciaiuoli e o Papa Nicolau V, uniam-se num humanitarismo

multifacetado de profunda piedade e sabedoria bíblica. O mesmo temperamento pode ser notado em Vittorino da Feltre. O próprio Maffeo Vegio, que acrescentou um livro décimo-terceiro à *Eneida,* sentia entusiasmo pela memória de Santo Agostinho e sua mãe, Monica, o qual não pode ter deixado de exercer nele uma influência profunda. O resultado dessas tendências todas foi que a Academia Platônica de Florença escolheu deliberadamente como seu objetivo a reconciliação entre o espírito da Antiguidade e o do cristianismo. Foi um oásis notável no humanismo do período.

Na verdade, esse humanismo era pagão, e foi se tornando cada vez mais pagão, ao se ampliar, no século XV. Seus representantes, que já descrevemos como a guarda avançada de um individualismo sem freios, exibem como regra um tal caráter que até mesmo sua religião, às vezes professada de maneira muito definida, torna-se para nós assunto de indiferença. Se se mostrassem indiferentes à religião e falassem livremente contra a Igreja recebiam facilmente o nome de ateus, mas nenhum deles jamais professou, ou ousou professar, um ateísmo formal e filosófico. Se buscavam um princípio diretor, deve ter sido uma espécie de racionalismo superficial – uma inferência descuidada das muitas opiniões contraditórias da Antiguidade com as quais se ocupavam, e do descrédito no qual a Igreja e suas doutrinas haviam caído. Foi esse tipo de raciocínio que quase levou Galeotto Martio à fogueira, não fosse seu ex-aluno, o Papa Sisto IV – talvez a pedido de Lorenzo de' Medici – ir salvá-lo das mãos da inquisição. Galeotto aventurara-se a escrever que o homem que vivia de cabeça erguida e agia de acordo com a lei nascida dentro dele iria para o Paraíso, fosse qual fosse a nação a que pertencesse.

Tomemos como exemplo a atitude religiosa de um dos homens menos importantes desse grande exército. Codrus Urceus foi primeiro o preceptor do último Ordelaffo, o Príncipe de Forli, e, mais tarde, por muitos anos, professor em Bolonha. Sua linguagem é tão abusiva contra a Igreja e os monges como a de qualquer contemporâneo. Seu tom é em geral descuidado ao último grau, e ele está sempre se metendo em todas as histórias e mexericos locais. Sabe porém como falar para a edificação do verdadeiro Homem-Deus, Jesus Cristo, e reomendar-se por carta às preces de um padre santo. Numa ocasião, depois de enumerar as loucuras das religiões pagãs, continua dessa forma: "Nossos teólogos também discutem o sexo dos anjos, a Imaculada Conceição, o Anticristo, os Sacramentos, a Predestinação e outras coisas que seria melhor fossem deixadas em paz e não discutidas publicamente." Certa vez, quando não estava em casa, seu quarto e seus manuscritos foram incendiados. Quando ouviu a

notícia, ele parou diante de uma figura da Virgem na rua, e gritou: "Escuta o que eu te digo; não estou louco, estou dizendo o que quero. Se algum dia eu te chamar, na hora da minha morte, não é preciso que me ouças, ou que me leves entre os teus, pois irei passar a eternidade com o diabo." Depois de tal discurso, achou aconselhável passar seis meses em retiro, na casa de um lenhador. Com tudo isso, era tão supersticioso que prodígios e presságios davam-lhe sustos incessantes, deixando-o inapto a acreditar na imortalidade da alma. Quando seus ouvintes lhe faziam perguntas a respeito, respondia que ninguém sabia o que acontecia ao homem, à sua alma *ou* a seu espírito, depois da morte, e a conversa sobre a outra vida só servia para amedrontar velhas. Mas, quando veio a morrer, no seu testamento recomendou sua alma *ou* espírito a Deus Todo-Poderoso, exortou seus chorosos pupilos a temerem o Senhor e, especialmente, acreditarem na imortalidade da alma e na recompensa futura, e recebeu o Sacramento com muito fervor. Não temos a menor garantia de que outros homens famosos, por significativas que fossem suas idéias, na vida prática fossem mais coerentes. É provável que a maioria deles vacilasse intimamente entre a incredulidade e os resquícios da fé sob a qual haviam sido criados, e em público se apegassem à Igreja por razões de prudência.

Pela conexão do racionalismo com a recém-criada ciência da investigação histórica, aqui e ali podem ter aparecido algumas tentativas tímidas de crítica à Bíblia. Uma frase de Pio II foi anotada, parecendo disposta a abrir caminho para tais críticas: "Mesmo que o cristianismo não houvesse sido confirmado pelos milagres, deveria ser aceito por sua moralidade." As lendas da Igreja, até onde contivessem versões arbitrárias dos milagres bíblicos, eram ridicularizadas livremente, e isso provocava reação no sentimento religioso do povo. Quando são mencionados os hereges do judaísmo, temos de entender, em primeiro lugar, aqueles que negavam a Divindade de Cristo, provavelmente o crime que levou Giorgio da Novara a ser queimado em Bolonha, por volta do ano de 1500. Mas, também em Bolonha, no ano de 1497, o inquisidor dominicano foi forçado a deixar escapar com uma simples expressão de penitência o médico Gabriele da Salò, que contava com mecenas muito influentes, embora fosse seu hábito afirmar que Jesus não era Deus, mas sim o filho de José e Maria, concebido da maneira natural; que, com sua esperteza, enganara o mundo, levando-o à ruína; que pode ter morrido na cruz por causa dos crimes que cometeu; que sua religião logo chegaria ao fim; que seu corpo não estava realmente contido no sacramento, e que ele fizera seus milagres não através do poder divino, mas pela influência

de corpos celestiais. Esta última declaração é muito característica da época: a fé desaparecera, mas a magia continuava firme.

Com respeito ao governo moral do mundo, os humanistas raramente vão além de uma fria e resignada consideração sobre a violência e o desgoverno prevalecentes. Nesse estado de espírito foram escritas as muitas obras "Sobre o Destino", ou seja qual for o nome que levarem. Falam da virada da roda da sorte, da instabilidade das coisa terrenas, principalmente políticas. A Providência só é mencionada porque os autores ainda se sentiam envergonhados do fatalismo não disfarçado, da declaração da própria ignorância ou de reclamações inúteis. Gioviano Pontano ilustra engenhosamente a natureza daquela coisa misteriosa que os homens chamam de destino com uma centena de incidentes, a maioria dos quais da sua própria experiência. O assunto é tratado de forma mais humorística por Æneas Sylvius, como uma visão num sonho. O objetivo de Poggio, por outro lado, numa obra escrita na velhice, é representar o mundo como um vale de lágrimas, retratando no nível mais baixo possível a felicidade das diversas classes. No futuro, esse tom se tornou prevalecente. Homens distintos levantavam o balanço de débitos e créditos da felicidade e infelicidade em suas vidas, e geralmente achavam que esta última pesava mais do que a primeira. O destino da Itália e dos italianos, até onde se podia dizer no ano de 1510, foi descrito com uma dignidade e compaixão quase elegíacas por Tristano Caracciolo. Aplicando esse tom geral de sentimento aos próprios humanistas, Pierio Valeriano compôs mais tarde seu famoso tratado. Alguns desses temas, tais como o destino de Leão X, foram os mais sugestivos. Tudo o que há de bom e que poderia ser dito sobre ele politicamente foi resumido de maneira breve e admirável por Francesco Vettori; o retrato dos prazeres de Leão X é dado por Paolo Giovio, na sua biografia anônima; e as sombras que lhe obscureceram a prosperidade são traçadas com inexorável veracidade pelo mesmo Pierio Valeriano.

Por outro lado, não podemos ler sem espantar-nos acerca dos homens que às vezes se gabavam da sua sorte em inscrições públicas. Giovanni II Bentivoglio, governante de Bolonha, aventurou-se a gravar em pedra, na torre recém-construída junto a seu palácio, que seu mérito e o destino lhe haviam concedido abundantemente tudo o que se poderia desejar – isso alguns anos antes da sua expulsão. Os antigos, quando falavam nesse tom, tinham a sensação de que os deuses poderiam invejá-los. Na Itália, provavelmente, os *condottieri* foram os primeiros a apregoar tão alto sua boa sorte.

Contudo, o modo pelo qual a Antiguidade ressuscitada afetava

a religião de maneira tão poderosa não era através de doutrinas ou sistemas filosóficos, mas por uma tendência geral que fomentava. Os homens da Antiguidade, e em certos aspectos suas instituições, eram preferidos àqueles da Idade Média, numa ansiosa tentativa de os imitar e reproduzir; a religião era deixada à parte. Tudo era absorvido na admiração pela grandeza histórica. A isto os filólogos acrescentavam muitas loucuras especiais só deles, pelas quais tornaram-se alvos da atenção geral. Até onde Paulo II tinha razão ao acusar seus abreviadores e amigos de paganismo é, certamente, duvidoso; seu biógrafo e principal vítima, Platina, mostrou uma perícia de mestre ao explicar seu espírito vingativo em outros terrenos, e especialmente ao fazê-lo desempenhar um papel ridículo. As acusações de infidelidade, paganismo, negação da imortalidade e daí por diante só foram feitas contra os réus depois que a incriminação de alta traição foi derrubada. Na verdade, se estamos corretamente informados a seu respeito, Paulo não foi o melhor juiz de assuntos intelectuais. Foi ele quem exortou os romanos a só ensinarem aos filhos a ler e escrever. Sua mentalidade estreitamente clerical nos faz recordar Savonarola, com a diferença de que Paulo poderia ter sido justamente avisado de que ele e seus semelhantes seriam culpados, se a cultura tornasse os homens hostis à religião. Não se pode duvidar contudo de que ele sentia uma ansiedade real sobre as tendências pagãs que o rodeavam. E, na realidade, o que não se poderiam ter permitido os humanistas, na corte do devasso pagão Sigismondo Malatesta? Até onde esses homens, em sua maioria destituídos de princípios firmes, iriam se aventurar dependia exclusivamente da espécie de influências a que se encontrassem expostos. Não podiam tratar do cristianismo sem paganizá-lo. É curioso, por exemplo, o quão longe Gioviano Pontano levou tal confusão. Ele fala de um santo não só como *divus*, mas como *deus;* afirma que os anjos são idênticos aos antigos gênios da Antiguidade; e sua noção de imortalidade nos faz lembrar o velho reino das sombras. Este espírito aparece ocasionalmente sob as formas mais extravagantes. Em 1526, quando Siena foi atacada pelo partido exilado, o valoroso Canon Tizio, que nos conta pessoalmente a história, levantou-se da cama a 22 de julho, buscou na memória o que está escrito no terceiro livro de Macróbio, celebrou a Missa e depois pronunciou contra o inimigo a maldição que seu autor lhe fornecera, alterando apenas *Tellus mater teque Jupiter obtestor* para *Tellus teque Christe Deus obtestor.* Depois de ter feito isto por três dias, o inimigo se retirou. De um lado, essas coisas nos parecem simplesmente uma questão de estilo e moda; de outro, um sintoma de decadência religiosa.

INFLUÊNCIA DA ANTIGA SUPERSTIÇÃO

Mas, de outro modo, e este dogmático, a Antiguidade exerceu uma influência perigosa: transmitiu ao Renascimento suas próprias formas de superstição. Alguns fragmentos da mesma haviam sobrevivido na Itália através de toda a Idade Média, o que facilitava, portanto, sua ressurreição. A parte desempenhada neste processo pela imaginação não precisa ser muito expandida: só ela poderia ter silenciado o intelecto crítico dos italianos.

A crença no governo divino do mundo era, em muitas mentes, destruída pelo espetáculo de tanta injustiça e miséria. Outros, como Dante, rendiam-se, em todos os acontecimentos da vida, aos caprichos da sorte, e se, apesar de tudo, mantinham uma fé inabalável, era porque acreditavam que o destino superior do homem seria alcançado na vida ainda por vir. Mas, quando a crença na imortalidade começou a vacilar, o fatalismo ganhou a batalha; outras vezes, este veio primeiro, e aquela foi sua conseqüência.

O espaço assim aberto foi preenchido em primeiro lugar pela astrologia da Antiguidade, ou até mesmo pela dos árabes. Da relação dos planetas entre si e os signos do zodíaco inferiam-se acontecimentos futuros e o curso de vidas inteiras, e as decisões de maior peso eram tomadas como conseqüência. Em muitos casos a linha de ação assim adotada sob a sugestão das estrelas pode não ter sido mais imoral que a que teria sido seguida de qualquer forma. Muitas vezes, porém, a decisão deve ter sido alcançada às custas da honra e da consciência. É profundamente instrutivo observar a impotência da cultura contra tal alusão; ela tinha seu apoio na imaginação ardente do povo, no desejo apaixonado de desvendar o futuro e determiná-lo. A Antiguidade também estava do lado da astrologia.

No início do século XIII, essa superstição apareceu em primeiro plano na vida italiana. O Imperador Frederico II viajava sempre com seu astrólogo,Theodorus; e Ezzelino da Romano, com uma corte grande e bem remunerada de tais pessoas, entre as quais o famoso Guido Bonatto e Paulo de Bagdá, o sarraceno barbudo. Em todos os seus empreendimentos importantes, eles fixavam o dia e a hora, e as gigantescas atrocidades das quais ele foi culpado podem ter sido, em parte, inferências práticas das profecias. Logo cessaram todos os escrúpulos contra as consultas às estrelas. Não só os príncipes, mas cidades livres tinham seus astrólogos regulares, e as universidades, a partir do século XIV até o século XVI, nomearam professores dessa pseudociência, que lecionavam lado a lado com os

astrônomos. Os papas[99] comumente não faziam segredo de suas consultas estelares, embora Pio II, que também desprezava a magia, os augúrios e a interpretação de sonhos, seja uma honrosa exceção. Até mesmo Leão X parece ter pensado que a florescente situação da astrologia era um crédito para seu pontificado, e Paulo III jamais reuniu um consistório sem que os astrólogos lhe fixassem a hora.

Pode ser justamente presumido que as naturezas melhores não permitiam que suas ações fossem determinadas pelas estrelas, a não ser até certo ponto, e que havia um limite onde a consciência e a religião os fazia parar. Na verdade, as pessoas pias não apenas compartilhavam do engodo, mas também vieram a professá-lo publicamente. Uma dessas pessoas foi o Mestre Pagolo de Florença, em quem podemos detetar o mesmo desejo de transformar a astrologia em tema moral que encontramos no velho romano Firmicus Maternus. Sua vida é a de um santo asceta. Não comia quase nada, desprezava todos os bens temporais e só colecionava livros. Médico hábil, só clinicava entre amigos, e era condição de seu tratamento que confessassem os pecados. Freqüentava o círculo pequeno, mas famoso, que se reunia no Mosteiro dos Anjos, ao redor de Fra Ambrogio Camaldolese. Visitava sempre Cosimo, o Velho, (especialmente em seus últimos anos) que aceitava e usava a astrologia, embora provavelmente apenas para objetivos de menor importância. Via de regra, porém, Pagolo só interpretava as estrelas para seus amigos mais íntimos. Mas, mesmo sem essa severidade moral, os astrólogos podiam ser altamente respeitados e mostravam-se em todos os lugares. Havia muito mais deles na Itália do que em outros países europeus, onde só apareciam nas grandes cortes, e nem sempre com freqüência. Quando a moda estava bem estabelecida, todas as grandes famílias na Itália mantinham um astrólogo que, deve-se acrescentar, nem sempre tinha garantia da próxima refeição. Através da literatura dessa ciência, amplamente difundida mesmo antes da invenção da imprensa, também cresceu um diletantismo que, tanto quanto possível, seguiu os passos dos mestres. A pior classe de astrólogos era aquela que usava os astros como ajuda ou disfarce para as artes da magia.

Mesmo descartando estes últimos, a astrologia foi um aspecto triste na vida daquela época. Que figura fazem todos esses personagens originais, altamente dotados e multifacetados, quando a paixão cega pela adivinhação do futuro derruba sua vontade e resolução! De

[99] Por volta de 1260, o Papa Alexandre IV forçou um certo cardeal (e astrólogo desavergonhado), Bianco, a publicar um certo número de profecias políticas.

vez em quando, quando as estrelas lhes enviavam uma mensagem demasiadamente cruel, conseguiam se controlar, agir por conta própria e dizer com ousadia: *Vir sapiens dominabitur astris* – o homem sábio domina os astros – para depois recair no velho engodo.

Nas melhores famílias o horóscopo das crianças era traçado como costume corriqueiro, e às vezes acontecia de homens passarem metade de uma vida preocupados, na vã expectativa de acontecimentos que jamais ocorriam[100].

As estrelas eram consultadas sempre que um grande homem tinha de tomar uma decisão importante, e chegava-se até a consultar a que horas deveria começar um empreendimento. As viagens dos príncipes, as recepções a embaixadores estrangeiros[101], o assentamento de pedras fundamentais de prédios públicos, tudo dependia dessa resposta. Um exemplo notável deste último caso ocorreu na vida do já mencionado Guido Bonatto, que, por sua atividade pessoal e trabalho sistemático, merece ser chamado de restaurador da astrologia no século XIII. A fim de pôr um ponto final na luta entre guelfos e gibelinos, em Forli, ele persuadiu os habitantes a reconstruírem as muralhas da cidade, iniciando os trabalhos sob uma constelação indicada por ele. Se naquela oportunidade dois homens, um de cada partido, colocassem no mesmo instante uma pedra nos alicerces, daí por diante não haveria mais qualquer divisão em Forli. Um guelfo e um gibelino foram selecionados para tal fim; o momento solene chegou, cada um ergueu a pedra nas mãos, os trabalhadores ficaram a postos, com suas ferramentas. Bonatto deu o sinal, e o gibelino jogou sua pedra nos alicerces. O guelfo hesitou, porém, e finalmente se recusou, alegando que o próprio Bonatto tinha a reputação de ser um gibelino, e poderia estar preparando algum mal misterioso a cair sobre os guelfos. Nesse ponto o astrólogo dirigiu-se a ele: "Deus te amaldiçoe e ao partido guelfo, por tua malícia desconfiada! Esta constelação não aparecerá sobre nossa cidade nos próximos 500 anos." Na verdade, Deus logo depois destruiu os guelfos de Forli, mas o cronista escreve que, por volta de 1480, os dois partidos estavam inteiramente reconciliados, e seus nomes não eram mais sequer ouvidos.

[100] O pai de Piero Capponi, ele mesmo um astrólogo, pôs seu filho no comércio, a fim de que não sofresse um perigoso ferimento na cabeça que o ameaçava. O médico e astrólogo Pierleoni de Spoleto acreditava que morreria afogado, evitando assim todos os lugares com água, e recusando postos brilhantes oferecidos a ele em Veneza e em Pádua.

[101] Para exemplos na vida de Ludovico, o Mouro, vide Senarega, em *Murat.* xxiv. Assim mesmo seu pai, o grande Francesco Sforza, desprezara a astrologia, e seu avô, Giacomo, não seguira, de qualquer modo, suas advertências.

Nada que dependesse das estrelas era mais importante que as decisões em tempo de guerra. O mesmo Bonatto obteve uma série de vitórias, para o grande líder gibelino Guido da Montefeltro, dizendo-lhe a hora propícia para marchar. Quando Montefeltro perdeu sua campanhia[102], não teve mais coragem de manter seu despotismo e entrou num mosteiro minorita, onde viveu como monge por muitos anos, até sua morte. Na guerra com Pisa, em 1362, os florentinos encarregaram seu astrólogo de marcar a hora para a marcha, e quase se atrasaram, por terem recebido ordens para dar uma volta maior pela cidade. Noutras ocasiões, tinham saído da cidade pela Via di Borgo Santi Apostoli, e a campanha fora mal-sucedida. Era claro que havia algum mau presságio associado com a saída para Pisa através dessa rua, e, em conseqüência, o exército agora foi conduzido através da Porta Rossa. No entanto, como as tendas lá estendidas para secar ainda não haviam sido retiradas, as bandeiras tiveram de ser arriadas – outro mau presságio. A influência da astrologia na guerra era confirmada pelo fato de que quase todos os *condottieri* acreditavam nela. Jacopo Caldora permanecia de bom humor durante uma seriíssima enfermidade, sabendo que estava destinado a morrer em combate, o que de fato aconteceu. Bartolommeo Alviano estava convencido de que seus ferimentos na cabeça eram tanto um presente dos astros como seu comando militar. Niccolò Orsini-Pitigliano pediu ao médico e astrólogo Alessandro Benedetto para fixar uma hora favorável à conclusão de suas negociações com Veneza (1495). Quando os florentinos, a 1º de junho de 1498, investiram solenemente seu novo *condottiere* Paolo Vitelli em seu cargo, o bastão de comando que lhe entregaram estava, a seu próprio pedido, todo decorado com figuras de constelações.

Às vezes não é fácil saber se, em acontecimentos políticos importantes, as estrelas eram consultadas de antemão, ou se os astrólogos eram simplesmente impelidos pela curiosidade mais tarde a descobrir a constelação que decidira o resultado. Quando Giangaleazzo Visconti, por um golpe de mestre na política, aprisionou seu tio Bernabò e toda a família (1385), um contemporâneo nos diz que Júpiter, Saturno e Marte estavam na casa de Gêmeos, mas não podemos dizer se o feito foi resolvido em conseqüência disso.

[102] Quando apareceram as constelações que auguravam vitória, Bonatto subiu com seu livro e astrolábio à torre de São Mercurial, na Piazza, e, quando chegou o momento, deu o sinal para que o grande sino tocasse. Admitia-se que ele muitas vezes esteve longe da verdade, e não previu a própria morte, nem o destino de Montefeltro. Foi morto por ladrões, não muito longe de Cesena, no caminho de volta a Forli, de Paris e das universidades italianas onde estivera lecionando.

Também é provável que o conselho dos astrólogos fosse muitas vezes determinado por cálculos políticos, não menos que pelo curso dos planetas.

Toda a Europa, durante a última parte da Idade Média, já se havia deixado aterrorizar com previsões de pestes, guerras, enchentes e terremotos, e a este respeito a Itália não ficava atrás dos outros países. O infeliz ano de 1494, que abriu para sempre as portas da Itália para os estrangeiros, foi inegavelmente precedido por muitas profecias de infortúnios – só não podemos dizer se tais profecias não eram preparadas para cada ano.

Tal modo de pensar estendia-se com total coerência a regiões onde dificilmente deveríamos esperar encontrá-lo. Se toda a vida externa e espiritual do indivíduo é determinada pelos fatos de seu nascimento, a mesma lei governará também grupos de indivíduos e produtos históricos – o que equivale a dizer, nações e religiões; e quando a constelação que rege tais objetos muda, assim também o objeto. A idéia de que cada religião tem o seu dia apareceu primeiro na cultura italiana através de tais crenças astrológicas. A conjunção de Júpiter com Saturno ocasionou, segundo nos dizem, a fé de Israel; a de Júpiter com Marte, a dos caldeus; com o Sol, a dos egípcios; com Vênus, o maometanismo; com Mercúrio, o cristianismo; e a conjunção de Júpiter com a Lua um dia irá trazer a religião do Anticristo. Cecco d'Ascoli já havia calculado blasfemicamente a natividade de Cristo e dela deduzido a sua morte na cruz. Por isso foi queimado na fogueira, em 1327, em Florença. Doutrinas dessa espécie terminavam simplesmente por amortecer todas as percepções do homem com relação aos assuntos espirituais.

Muito mais valiosa era a guerra que o claro espírito italiano empreendeu contra tal exército de ilusões. Apesar da monumental glorificação da astrologia, como nos afrescos do Salone, em Pádua, e aqueles do palácio de verão de Borso (Schifanoia) em Ferrara, e apesar dos elogios desavergonhados de até mesmo um homem do porte de Beroaldus, o Velho, não faltavam mentes independentes e zelosas para protestar. Aqui, também, o terreno fora preparado pela Antiguidade, mas eram seu próprio senso comum e observação que lhes ensinavam o que dizer. A atitude de Petrarca em relação aos astrólogos, que conhecia por experiência pessoal, é de amargo desprezo; e ninguém via através de seu sistema de mentiras melhor do que ele. Os romances, desde a época em que começaram a aparecer – desde as *Cento novelle antiche* –, são quase sempre hostis aos astrólogos. Os cronistas florentinos mantinham-se ousadamente livres das ilusões que, como parte da tradição histórica, eram

forçados a registrar. Giovanni Villani diz mais de uma vez: "Nenhuma constelação pode subjugar o livre-arbítrio do homem, ou os conselhos de Deus." Matteo Villani declara ser a astrologia um vício que os florentinos haviam herdado, junto a outras superstições, de seus ancestrais pagãos, os romanos. A questão, porém, não era o tema de simples discussões literárias, mas os partidos contra e a favor da mesma a discutiam publicamente. Depois das terríveis inundações de 1333, e novamente em 1345, os astrólogos e teólogos discutiram minuciosamente a influência das estrelas, a vontade de Deus e a justiça de suas punições. Essas lutas nunca deixaram de existir em toda a época da Renascença, e podemos concluir que aqueles que protestavam o faziam sinceramente, uma vez que era mais fácil insinuarem-se junto aos grandes pela defesa do que pela oposição à astrologia.

No círculo de Lorenzo, o Magnífico, entre seus platônicos mais famosos, as opiniões se dividiam. Marsilio Ficino defendia a astrologia e traçou o horóscopo das crianças da casa, prometendo ao pequeno Giovanni, mais tarde Leão X, que um dia ele seria papa. Pico della Mirandola, por outro lado, marcou época no assunto, graças à sua famosa refutação. Ele descobre nessa crença a raiz de toda impiedade e imoralidade. Se o astrólogo acredita nalguma coisa, afirma, terá de adorar não a Deus, mas aos planetas, dos quais derivam todo o bem e todo o mal. As outras superstições encontram um instrumento pronto na astrologia, que serve como auxiliar da geomancia, quiromancia e da magia de todas as espécies. Quanto à moralidade, afirma, nada pode alimentar melhor o mal do que a opinião de que os céus são a causa do mesmo, e em tal caso a fé na felicidade eterna e na punição também deve desaparecer. Pico chegou a dar-se ao trabalho de estudar a astrologia indutivamente, e descobriu que, no decorrer de um mês, três quartos das suas profecias em relação ao tempo haviam falhado. Mas seu valor principal foi expor, no Quarto Livro, uma doutrina cristã positiva quanto à liberdade da vontade e o governo do universo, que parece ter causado mais impressão nas classes educadas de toda a Itália do que todos os pregadores religiosos juntos. Estes, na verdade, muitas vezes não conseguiam alcançar essas classes.

O primeiro resultado do seu livro foi que os astrólogos deixaram de publicar suas doutrinas, e aqueles que já as haviam impresso sentiram-se mais ou menos envergonhados de o terem feito. Gioviano Pontano, por exemplo, no seu livro sobre o destino, reconhecera a astrologia como ciência, e numa grande obra expusera toda a teoria astrológica, no estilo do velho Firmicus, atribuindo às estrelas o crescimento de todas as qualidades espirituais e corporais. Agora, em seu diálogo *Ægidius,* ele entregava os pontos, se não com respeito à astrologia, pelo menos com relação a alguns astrólogos, e cantava loas à livre vontade, pela qual o homem podia conhecer Deus. A astrologia permaneceu na moda em maior ou menor escala, mas parece ter deixado de governar a vida humana na forma que o fizera anteriormente. A arte da pintura, que no século XV fizera o possível para alimentar o engodo, agora expressava diferente modo de pensar. Rafael, na cúpula da Cappella Chigi, representa os deuses dos diferentes planetas e o firmamento estrelado, observados, porém, e guiados por belas figuras angelicais, e recebendo do alto as bênçãos do Pai Eterno. Outro fator começava também a ameaçar a astrologia na Itália. Os espanhóis não tinham o menor interesse pela mesma – nem sequer seus generais – e aqueles que desejavam seu favor declaravam guerra aberta à ciência meio herege e meio maometana. É verdade que Guicciardini escreve, no ano de 1529: "Felizes os astrólogos, que são acreditados se disserem uma verdade em cada cem mentiras, enquanto as outras pessoas perdem todo o crédito se dizem uma mentira em cem verdades." No entanto, o desprezo pela astrologia não levou necessariamente a um retorno da crença na Providência. Podia levar, com igual facilidade, a um fatalismo indefinido.

A esse respeito, como em outros, a Itália foi incapaz de abrir seu próprio caminho, de maneira saudável, em meio ao fermento da Renascença, prejudicada pelas invasões estrangeiras e a Contra-Reforma. Sem a interferência dessas causas, sua própria força ter-lhe-ia permitido livrar-se por completo de tais ilusões fantásticas. Aqueles que afirmam que o ataque dos estrangeiros e as reações católicas foram necessidades pelas quais o povo italiano foi o único responsável irão considerar a falência espiritual que produziu como uma retribuição justa. É uma pena, porém, que o restante da Europa devesse pagar, indiretamente, uma parcela tão grande da penalidade.

A crença nos augúrios parece mais inocente que a astrologia. A Idade Média os herdara em profusão de várias religiões pagãs; e nesse particular a Itália não foi diferente dos outros países. O que caracterizou a Itália foi o apoio emprestado pelo humanismo à superstição popular. A herança pagã foi ali reforçada por um desenvolvimento literário pagão.

A superstição popular dos italianos se apoiava em grande parte nas premonições e inferências de acontecimentos ominosos, com os quais se associava quase sempre de maneira inocente, uma grande quantidade de magia. Não havia, na verdade, falta de humanistas

eruditos que ridicularizassem corajosamente essas fraudes, e a tais ataques devemos o conhecimento que temos delas. Gioviano Pontano, o autor da grande obra astrológica já mencionada, enumera com pena, no seu *Charon,* uma longa série de superstições napolitanas – a tristeza das mulheres quando uma ave ou um ganso pegava pevide; a ansiedade profunda da nobreza se um falcão de caça não voltava para casa, ou se um cavalo torcia o pé; a fórmula mágica dos camponeses apulianos, recitada nas noites de três sábados, quando havia cães raivosos por perto. O reino animal, como na Antiguidade, era considerado especialmente significativo neste aspecto, e o comportamento dos leões, leopardos e outras feras mantidas pelo Estado davam ao povo mais alimento para reflexão, uma vez que passaram a ser consideradas símbolos vivos do Estado. Durante o cerco de Florença, no ano de 1529, uma águia ferida voou para a cidade, e a *Signoria* deu quatro ducados a quem a capturou, pois era um bom presságio. Certas épocas e lugares eram favoráveis, ou desfavoráveis, ou até mesmo decisivos, de um modo ou de outro, para certas ações. Os florentinos, segundo nos conta Varchi, consideravam o sábado um dia fatídico, no qual ocorriam todos os acontecimentos importantes, tanto bons quanto maus. Seu preconceito contra a marcha para a guerra através de uma rua em particular já foi mencionado. Em Perugia um dos portões, a Porta Eburnea, era considerado afortunado, e os Baglioni sempre saíam para a luta por ele. Durante a Idade Média, meteoros e aparições nos céus eram significativos, na Itália como em outros lugares, e a imaginação popular via exércitos em formações incomuns de nuvens, e ouvia o ribombar do combate muito alto no ar. A superstição tornava-se um caso mais sério quando se apoiava nas coisas sagradas – quando figuras da Virgem choravam, ou moviam os olhos, ou calamidades públicas eram associadas a algum alegado ato de impiedade, pelo qual o povo exigia expiação. Em 1478, quando Piacenza foi assolada por chuvas violentas e prolongadas, dizia-se que não voltaria a haver tempo seco até que um certo usurário, que havia pouco fora enterrado em San Francesco, deixasse de descansar em terra consagrada. Como o bispo não estava muito disposto a mandar exumar o cadáver, alguns jovens pegaram-no à força, arrastaram-no pelas ruas em meio a uma grande confusão, e finalmente o atiraram no rio Pó. Até mesmo Poliziano aceitava esse ponto de vista ao falar de Giacomo Pazzi, um dos principais membros da conspiração de 1478, em Florença, que recebeu o nome da sua família. Quando foi executado, entregou a alma a Satã com palavras terríveis. Nesse caso, também, chuvas se seguiram, ameaçando arruinar a colheita; e um grupo de homens, camponeses em sua

maioria, desenterrou o corpo da igreja; de imediato as chuvas cessaram, e o sol brilhou – "tão atencioso foi o destino com a opinião do povo", acrescenta o grande sábio. O cadáver foi lançado primeiramente numa cova em terreno neutro e, no dia seguinte, novamente desenterrado e, depois de uma horrível procissão, lançado no rio Arno.

Fatos como esse e outros semelhantes revelam uma característica popular, e poderiam ter acontecido tanto no século X como no século XVI. Agora, porém, aparece a influência literária da Antiguidade. Sabemos de fato que os humanistas eram peculiarmente sensíveis a prodígios e augúrios, e já citamos vários exemplos. Se fossem necessárias mais provas, elas seriam encontradas em Poggio. O mesmo pensador radical que negava os direitos do nascimento nobre, e a desigualdade entre os homens, não só acreditava em todas as histórias medievais de fantasmas e diabos como também cria nos prodígios ao estilo antigo, como aqueles que dizem ter acontecido na última visita do Papa Eugênio IV a Florença. "Perto de Como foram vistos, numa noite, quatro mil cães, que tomaram a estrada para a Alemanha; foram seguidos por um grande rebanho de gado, e este por um exército a pé e a cavalo, alguns soldados sem cabeça, outros com a cabeça quase invisível, e depois, um cavaleiro gigantesco, tendo outro rebanho de gado atrás dele." Poggio acredita também numa batalha entre pombos domésticos e gralhas. Chega a contar, talvez sem ter consciência disso, uma bem conservada peça da mitologia antiga. Na costa da Dalmácia, aparecera um tritão, barbado e de chifres, um genuíno sátiro marinho, terminando em nadadeiras e uma cauda; carregava mulheres e crianças da praia, até que cinco lavadeiras de muita coragem o haviam matado a pauladas e pedradas. Um modelo de madeira do monstro, exibido em Ferrara, torna a história plausível para Poggio. Embora não houvesse mais oráculos, não sendo mais possível aconselhar-se com os deuses, ficou na moda abrir Virgílio ao acaso, e tomar a passagem encontrada como um presságio (*sortes virgilianae*). Também não foi pequena, na Renascença, a influência da crença em demônios, corrente no período mais tardio da Antiguidade. A obra de Iamblichus ou Abammon, sobre os mistérios dos egípcios, que talvez tenha contribuído para tal resultado, foi impressa numa tradução latina, no final do século XV. A Academia Platônica de Florença não estava isenta dessas e de outras ilusões neoplatônicas da decadência romana. Deve-se dizer algumas palavras em relação à crença nos demônios e às mágicas associadas a tal crença.

A fé popular naquilo que se chama de mundo espiritual era na Itália quase a mesma que em outras partes da Europa. Na Itália,

como alhures, havia fantasmas, ou seja, reaparições de pessoas falecidas, e se, o ponto de vista quanto a isso diferia sob qualquer aspecto daquele prevalecente no Norte, a diferença se traía apenas pelo nome antigo de *ombra*. Mesmo atualmente, se uma sombra desse tipo se apresentar a alguém, manda-se celebrar algumas missas para seu repouso. Era crença geral que espíritos de homens maus apareciam numa forma pavorosa, mas, ao lado disso, encontramos a noção de que os fantasmas dos desaparecidos eram sempre malévolos. Os mortos, diz o padre numa novela de Bandello, matam as criancinhas. Parece ter havido a impressão de que a sombra era algo separado da alma, já que esta sofre no Purgatório e, quando aparece, não faz nada senão lamentar-se e chorar. Noutras ocasiões, o que aparece não é o fantasma de um homem, mas o de um acontecimento – de uma condição de coisas passadas. Assim, os vizinhos explicavam as aparições diabólicas no velho palácio dos Visconti, perto de San Giovanni em Conca, em Milão, já que ali Bernabò Visconti mandara torturar e estrangular vítimas incontáveis de sua tirania; não seria de espantar se coisas estranhas fossem vistas. Uma noite um grupo de pobres, com velas nas mãos, apareceu a um desonesto guardião de abrigo para pobres, em Perugia, e dançaram à sua volta; uma figura falou em tom ameaçador – era São Alò, o padroeiro da casa dos pobres. Tais modalidades de crença eram tão comuns que os poetas delas se podiam utilizar como algo que todo leitor iria entender. A aparição do corpo assassinado de Lodovico Pico, sob as muralhas de Mirandola sitiada, é representada artisticamente por Castiglione. É verdade que a poesia fazia o uso mais livre de tais concepções, mesmo quando o próprio poeta as havia abandonado.

A Itália compartilhava também a crença dos demônios com as outras nações da Idade Média. Os homens estavam convencidos de que Deus permitia às vezes que maus espíritos de todos os tipos exercessem influência destrutiva sobre alguns lugares e a vida humana. A única reserva que se fazia era a de que o homem a quem o Maligno aparecia para tentar podia usar seu livre-arbítrio para resistir. Na Itália, a influência demoníaca, especialmente a demonstrada em acontecimentos naturais, assumia facilmente um caráter de grandeza poética. Na noite anterior à grande inundação do vale do Arno, em 1333, um pio eremita, da região de Vallombrosa, ouviu um tumulto diabólico em sua cela, fez o sinal da cruz, deu um passo até a porta e viu uma multidão de cavaleiros negros e terríveis passarem galopando, de armadura. Quando conjurados a parar, um deles disse: "Temos de afogar a cidade de Florença por causa de seus pecados, se Deus nos permitir." Com essa pode-se comparar a visão

quase contemporânea, em Veneza (1340), que inspirou um grande mestre da escola veneziana – talvez Giorgione – a pintar um quadro maravilhoso retratando uma galera cheia de demônios, que se move com a rapidez de um pássaro sobre a laguna tempestuosa, para destruir a cidade-ilha, até que os três santos, que entraram, sem ser observados, no esquife de um pobre barqueiro, exorcizam os demônios e os mandam com seu navio para o fundo das águas.

A esta crença acrescentava-se agora a ilusão de que, por meio das artes da magia era possível entrar em contato com os entes do mal, e usar sua ajuda para alimentar desígnios de ambição e sensualidade. Provavelmente muitas pessoas foram acusadas de fazê-lo, antes da época em que isso foi realmente tentado por muitos; mas, quando os assim chamados magos e feiticeiros começaram a ser queimados, a prática deliberada da arte negra tornou-se mais freqüente. Com a fumaça das fogueiras, onde os suspeitos eram sacrificados, espalhavam-se os fumos narcóticos por intermédio dos quais inúmeras pessoas arruinadas se deixavam inebriar pelas artes da magia; com elas se associavam muitos impostores astuciosos.

A forma primitiva e popular pela qual as superstições haviam provavelmente sobrevivido de forma ininterrupta, desde os tempos dos romanos, era a arte da bruxa (*strega*). Desde que se limitasse a meras adivinhações a bruxaria podia ser inocente, não fosse o fato de que a transição da profecia à ajuda ativa podia tornar-se imperceptivelmente um fatal passo para a perdição. Ela era creditada não apenas com o poder de despertar amor ou ódio entre homem e mulher, mas também com artes puramente destrutivas e malignas; em especial, era acusada de causar enfermidade a criancinhas, mesmo quando obviamente a doença se devia ao desleixo ou à ignorância dos pais. É questionável até onde se esperava que agisse por meio de simples cerimônias e fórmulas mágicas, ou mediante uma aliança consciente com os demônios, sem falar nos venenos e drogas administrados com total conhecimento de seus efeitos.

A forma mais inocente da superstição, na qual o frade mendicante podia se aventurar a aparecer como competidor da feiticeira, é mostrada no caso da bruxa de Gaeta, de que nos fala Pontano. Um viajante, Suppatius, chega à sua casa quando ela está recebendo uma jovem e sua criada, que a procuram levando uma galinha preta, nove ovos postos numa sexta-feira, um pato e um pouco de linha branca – pois era o terceiro dia desde a Lua nova. São mandadas embora, com a recomendação de que voltem ao cair da noite. Espera-se que nada pior do que adivinhações serão tentadas. A ama da criada está grávida de um monge; o amante da moça demonstrou ser infiel e foi para um

mosteiro. A feiticeira reclama: "Desde que meu marido morreu eu me sustento dessa forma, e tenho de fazer meu trabalho direitinho, já que as mulheres de Gaeta têm muita fé, não fossem os monges me prejudicarem explicando sonhos, aplacando a ira dos santos por dinheiro, prometendo maridos às moças, filhos homens às grávidas, prole às estéreis e, além de tudo, visitando as mulheres à noite, quando seus maridos estão fora pescando, de acordo com encontros marcados durante o dia na igreja." Suppatius a acautela contra a inveja do mosteiro, mas ela não tem medo, já que o guardião do mesmo é seu velho conhecido.

As superstições, porém, também davam origem a uma espécie pior de feiticeiras, isto é, aquelas que privavam os homens da saúde e da vida. Em tais casos o mal, quando não suficientemente explicado pelo mau-olhado e recursos semelhantes, era atribuído naturalmente à ajuda de espíritos poderosos. A punição, como já vimos no caso de Finicella, era a fogueira; não obstante, muitas vezes era possível fazer um acordo com o fanatismo. Segundo as leis de Perugia, por exemplo, qualquer feiticeira poderia resolver um problema desse tipo mediante o pagamento de quatrocentas libras. O assunto portanto não era tratado com a seriedade e firmeza com que viria a ser mais tarde. Nos territórios da Igreja, em Norcia (Núrsia), terra de São Bento, nos altos Apeninos, havia um centro de bruxas e feiticeiras, e não se fazia segredo disso. O assunto é tratado numa das mais notáveis cartas de Æneas Sylvius, pertencente a seu período inicial, quando escreve ao irmão: "O portador desta veio procurar-me para perguntar se eu conhecia um certo monte Vênus, na Itália, onde as artes da magia são ensinadas; seu amo, um grande astrônomo saxão, está interessado em aprendê-las. Disse-lhe que conhecia um Porto Venere, não muito distante de Carrara, na costa rochosa da Liguria, onde passei três noites a caminho de Basiléia; descobri também que há uma montanha chamada Erix, na Sicília, que foi dedicada a Vênus, mas não sei se lá se ensina a magia. Contudo, enquanto falava, lembrei-me de que na Umbria, na velha Duchy (Spoleto), perto da cidade de Núrsia, há uma caverna sob uma rocha inclinada, de onde flui água. Lá, conforme me recordo de ter ouvido falar, há feiticeiras (*striges*), demônios e sombras noturnas, e os que têm coragem para isso podem ver fantasmas (*spiritus*), falar com eles e aprender as artes da magia[103]. Mas não vi essas coisas, nem me interessei por elas, pois tudo o que se

[103] No século XIV havia uma espécie de portão do inferno perto de Ansedônia, na Toscana: uma caverna, com pegadas de homens e animais na areia que, sempre que apagadas, reapareciam no dia seguinte.

aprende com pecado seria melhor se não fosse aprendido." Apesar dessas palavras ele dá o nome de seu informante e pede ao irmão que traga o portador da carta, caso ainda estivesse vivo. Æneas aqui vai longe demais para um homem de sua posição, mas pessoalmente não estava mais isento de superstições do que seus contemporâneos, mas passou por uma prova que nem todos os homens instruídos de nossos dias poderiam suportar. Na época do Concílio de Basiléia, quando esteve de cama com febre durante 75 dias, em Milão, nunca se deixou persuadir a receber tratamentos mágicos, embora fosse levado à sua cabeceira, um homem que pouco tempo antes, curara miraculosamente dois mil soldados doentes de febre no acampamento em Piccinino. Enquanto ainda enfermo, Æneas viajou pelas montanhas a caminho de Basiléia, e melhorou durante a viagem.

Aprendemos um pouco mais sobre as cercanias de Núrsia através do necromante que tentou dominar Benvenuto Cellini com seus encantamentos. Devia-se consagrar um novo livro de magia, e o melhor lugar para a cerimônia era nas montanhas daquele distrito. O mestre de magia havia certa vez feito a mesma coisa perto da Abadia de Farfa, mas lá encontrara dificuldades que não se apresentavam em Núrsia; ainda por cima, os camponeses desta última localidade eram gente de confiança, com prática do assunto, capazes de prestar ajuda em caso de necessidade. A expedição não foi realizada, senão Benvenuto provavelmente seria capaz de nos contar alguma coisa sobre os assistentes do impostor. Toda a região era conhecida, na época, por tais atividades. Aretino fala, em algum lugar de sua obra sobre um poço encantado: "lá residem as irmãs da sibila de Núrsia, e a tia da fada Morgana". E, por volta da mesma época, em seu grande épico, Trissino celebrou o lugar com todos os recursos da poesia e alegoria, como o lar da autêntica profecia.

Depois da famigerada Bula de Inocêncio VIII (1484), cresceu a feitiçaria e a perseguição de bruxas transformou-se num grande e revoltante sistema. Os principais representantes desse sistema de perseguições foram os dominicanos alemães; curiosamente, a Alemanha e as regiões da Itália mais próximas à Alemanha foram os lugares mais atingidos por tal praga. As bulas e ordens dos próprios papas referem-se, por exemplo, à província dominicana da Lombardia, a Cremona, às dioceses de Brescia e de Bérgamo. Através de Sprenger ficamos sabendo, no seu famoso guia prático-teórico, o *Malleus maleficarum,* que 41 feiticeiras foram queimadas em Como, no primeiro ano após a publicação da bula; multidões de mulheres italianas se refugiaram no território do Arquiduque Sigismundo, onde se acreditavam ainda em segurança. A feitiçaria acabou por ganhar

raízes firmes em alguns infelizes vales alpinos, especialmente no Val Camonica; o sistema de perseguição acabou por contagiar permanentemente com aquela ilusão as populações de algum modo predispostas. E é nessa forma essencialmente alemã de feitiçaria que devemos pensar quando lemos as histórias e novelas sobre Milão ou Bolonha. O motivo de ela não ter feito maiores progressos na Itália deve-se provavelmente ao fato de que ali já havia uma espécie mais desenvolvida de *stregheria,* com base num conjunto de idéias diferentes. As feiticeiras italianas exerciam um ofício, e precisavam dele para ganhar dinheiro, e, acima de tudo, para terem um papel a exercer. Nelas não encontramos os sonhos histéricos das bruxas do Norte, viagens maravilhosas pelo ar, íncubos e súcubos; a ocupação da *strega* era cuidar do prazer dos outros. Se fosse creditada com o poder de assumir formas diferentes, ou de transportar-se repentinamente a lugares distantes, estava bem contente com essa reputação, já que assim aumentava sua influência; por outro lado, quando o medo de sua maldade e vingança, e especialmente de seu poder de encantar crianças, o gado e as colheitas se tornava generalizado, isto representava um perigo. Inquisidores e magistrados estariam então de acordo com a vontade popular, ao mandá-las para a fogueira.

O campo de maior importância para a atividade da *strega,* porém, era, como já dissemos, o dos assuntos amorosos, e incluía fazer despertar o amor e o ódio, a prática de abortos, a pretensa morte do homem ou da mulher infiéis pelas artes da magia, e a fabricação de venenos. Devido à relutância de muitas pessoas em entrar em contato com essas mulheres, surgiu uma classe de praticantes ocasionais, que delas aprendiam secretamente uma ou outra de suas artes e depois usavam tal conhecimento por conta própria. As prostitutas romanas, por exemplo, tentavam aumentar sua atração pessoal com amuletos de uma outra espécie, no estilo da Canidia horaciana. Aretino pode não ter percebido, mas falou a verdade sobre elas nesse terreno. Ele dá uma lista das misturas nojentas a serem encontradas em suas caixas – cabelo, crânios, costelas, dentes, olhos de cadáveres, pele humana, umbigos de criancinhas, solas de sapatos e pedaços de mortalhas retiradas de túmulos. Chegavam a ir em pessoa a cemitérios e de lá traziam pedaços de carne apodrecida, que sorrateiramente davam de comer aos amantes – com outras coisas piores. Fragmentos de unhas e cabelos do amante eram queimados em óleo roubado das lamparinas perpétuas das igrejas. O mais inócuo de seus encantamentos consistia em fazer um coração de cinzas incandescentes e depois furá-lo, enquanto entoavam:

Prima che'l fuoco spenghi,
Fa ch'a mia porta venghi;
Tal ti punga mio amore
Quale io fo questo cuore.

Havia outros encantamentos praticados ao luar, com desenhos feitos no chão e figuras de cera ou de bronze que representavam os amantes e eram tratadas de acordo com as circunstâncias.

Essas coisas eram tão corriqueiras que se uma mulher, sem juventude ou beleza, exercesse um encanto poderoso sobre os homens tornava-se naturalmente suspeita de feitiçaria. A mãe de Sanga, secretário de Clemente VII, envenenou a amante do filho, uma mulher desse tipo. Infelizmente, o filho também morreu, bem como um grupo de amigos que comeram a salada envenenada.

A seguir vem o mago ou encantador, não como ajudante, mas como competidor das bruxas – o *incantatore* – que conhecia ainda melhor os mais perigosos negócios da sua arte. Às vezes era muito mais um astrólogo do que mago; provavelmente muitas vezes se apresentava como astrólogo, para não ser perseguido como mago – um certo conhecimento de astrologia era mesmo necessário, para que descobrisse a hora favorável a um processo de magia. Contudo, já que muitos espíritos são bons ou indiferentes, o mago às vezes conseguia manter uma reputação tolerável, e Sisto IV, no ano de 1474, teve de tomar atitudes expressas contra alguns carmelitas bolonheses que afirmaram no púlpito que não havia o menor mal em buscar informações com os demônios. Muita gente cria na possibilidade dessas coisas; uma prova indireta disso está no fato de que a maioria dos homens piedosos acreditava que pela oração poderia obter visões de bons espíritos. A mente de Savonarola estava repleta dessas idéias; os platônicos florentinos falam de uma união mística com Deus; e Marcellus Palingenius dá-nos a entender claramente que ele também se ocupava com espíritos consagrados. O mesmo autor está convencido da existência da Lua para baixo de toda uma hierarquia de maus demônios, sempre prontos a fazer algum mal à natureza e à vida humana. Conta-nos até mesmo seus encontros pessoais com alguns deles e, como o presente trabalho não tem por objetivo uma exposição sistemática da crença nos espíritos, prevalecente na época, a narrativa de Palingenius poderá ser dada como um exemplo entre muitos.

Em San Silvestro, no Soracte, ele estivera recebendo instruções de um piedoso eremita a respeito da nulidade das coisas terrenas e da insignificância da vida humana; e, quando a noite se aproximava, se pôs a caminho, de volta a Roma. Na estrada, sob a claridade da Lua

cheia, foi alcançado por três homens, um dos quais o chamou pelo nome e perguntou-lhe de onde ele vinha. Respondeu: "Venho do sábio da montanha." "Oh, tolo" – replicou o estranho – "acreditas mesmo que alguém na terra seja sábio? Só os seres superiores (*divi*) têm a sabedoria, como nós três – embora usemos a forma de homens. Meu nome é Saracil, e esses dois são Sathiel e Jana. Nosso reino fica perto da Lua, onde mora a multidão de seres intermediários, que mantém o controle sobre a terra e o mar." Palingenius então perguntou, com um calafrio, o que iam fazer em Roma. A resposta foi: "Um de nossos camaradas, Ammon, está sendo mantido em cativeiro pelas artes da magia de um rapaz de Narni, atendente do Cardeal Orsini; isso prova a imortalidade dos homens, que podem controlar um de nós: eu mesmo, certa vez, fiquei preso num cristal, e fui forçado a servir a um alemão, até que um monge barbado me libertou. Esse é o serviço que desejamos prestar a nosso amigo em Roma, e ele também terá a oportunidade de mandar um ou dois romanos famosos para o mundo lá de baixo." Nesse ponto, soprou uma brisa forte, e Sathiel manifestou-se: "Ouça, nosso mensageiro está voltando de Roma, e este vento o anuncia." Outro ser apareceu, a quem eles saudaram alegremente e depois perguntaram sobre Roma. Suas observações são fortemente antipapistas: Clemente VII havia se aliado novamente aos espanhóis, e esperava extirpar as doutrinas de Lutero não com argumentos, mas com a espada espanhola. Isso era totalmente do interesse dos demônios que, com o derramamento de sangue iminente poderiam levar milhares de almas para o inferno. No fim da conversa, na qual Roma, com todo o seu brilho, é representada como dedicada inteiramente ao Malévolo, as aparições sumiram, deixando o poeta seguir tristemente seu caminho (*Zodiacus vitae,* X, 770).

Aqueles que desejem ter uma idéia da medida em que a crença nas relações com os demônios podia ser declarada abertamente, apesar das penalidades impostas à feitiçaria, podem recorrer à conhecida obra de Agrippa de Nettesheim, *Sobre a filosofia secreta.* Ele parece tê-la escrito originalmente antes de ter ido para a Itália, mas, na dedicatória a Trithemius, menciona, entre outras, algumas autoridades italianas, pelo menos com o propósito de criticá-las. No caso de pessoas equívocas, como Agrippa, ou dos patifes e tolos (a maioria dos restantes poderiam ser assim divididos), há pouco de interessante no sistema que professam, com suas fórmulas, fumigações, ungüentos, etc. Contudo, esse sistema estava repleto de citações das superstições da Antiguidade, cuja influência na vida e paixões dos italianos é notável e fecunda. Poderíamos pensar que uma grande mente precisaria estar arruinada antes de se entregar a

tais influências; a força da esperança e do desejo, porém, levava muitas vezes até mesmo homens vigorosos e originais, de todas as classes, a recorrerem ao mago, e a crença de que isso era viável enfraquecia a fé até naqueles que guardavam sua distância na ordem moral do mundo. Ao custo de um punhado de dinheiro e algum perigo, parecia possível desafiar com impunidade a razão universal e a moral da humanidade, e poupar-se dos passos intermediários que de outra forma são necessários para que o homem atinja seus objetivos, legais ou ilegais.

Vamos olhar por um momento para uma forma de superstição mais antiga, e agora decadente. Desde o período mais negro da Idade Média, ou até mesmo desde os dias da Antiguidade, muitas cidades na Itália haviam guardado a lembrança da conexão do seu destino com o de certos prédios, estátuas ou outros objetos materiais. Os antigos haviam deixado registros sobre sacerdotes de consagração, ou *telestæ*, que haviam estado presentes na fundação de cidades, garantindo magicamente sua prosperidade pela construção de certos monumentos ou o enterro de determinados objetos (*telesmata*). Tradições dessa espécie muitas vezes viviam mais do que qualquer outra coisa, sob a forma de lendas populares não escritas; no decorrer dos séculos, porém, os padres se transformavam naturalmente em magos, uma vez que o lado religioso da sua função deixara de ser compeendido. Nalguns dos milagres virgilianos de Nápoles, as antigas lembranças de um desses *telestæ* conservou-se claramente, seu nome passando no decorrer do tempo a ser suplantado pelo de Virgílio. O encerramento da misteriosa pintura da cidade num receptáculo é, nada mais nada menos, que um genuíno e antigo telesma; e Virgílio, como fundador de Nápoles, não passa do sacerdote praticante que toma parte na cerimônia, apresentado em outros trajes. A imaginação popular continuou a trabalhar esses temas, até que Virgílio se tornou também responsável pelo cavalo de bronze, as cabeças da porta Nolan, a mosca de bronze sobre outro portão, e até mesmo a Gruta de Posilippo – coisas que, de um modo ou de outro, serviam para influenciar magicamente o destino; e as duas primeiras pareceram determinar todo o destino da cidade. A Roma medieval também preservava confusas lembranças da mesma espécie. Na Igreja de Sant'Ambrogio, em Milão, havia um antigo Hércules de mármore; enquanto ele se mantivesse no lugar, dizia-se, o império se manteria de pé. Provavelmente referiam-se ao dos alemães, já que nessa igreja se dava a coroação de seus imperadores em Milão. Os florentinos estavam convencidos de que o templo de Marte, mais tarde transformado no Batistério, iria se manter de pé

por todo o tempo, de acordo com a constelação sob a qual fora construído; como cristãos, removeram dali a estátua eqüestre de mármore; mas, desde que sua destruição iria trazer uma grande calamidade à cidade – também de acordo com outra constelação – colocaram-na sobre uma torre junto ao Arno. Quando Totila conquistou Florença, a estátua caiu no rio, e só foi recuperada depois que Carlos Magno voltou a fundar a cidade. Foi então colocada num pilar na entrada da Ponte Vecchio, e nesse lugar Buondelmonti foi assassinado, em 1215. A origem da grande inimizade entre guelfos e gibelinos ficou dessa forma associada com o temido ídolo. Durante a inundação de 1333, a estátua desapareceu para sempre.

O mesmo telesma, porém, reaparece noutras partes. Guido Bonatto, já mencionado, não se sentia satisfeito com a segunda fundação das muralhas de Forli, que requeriam certos atos simbólicos de reconciliação entre os dois partidos. Pelo enterro de uma estátua eqüestre de pedra ou de bronze, que ele produzira por artes de magia ou astrológicas, acreditava que defenderia a cidade da ruína, e até mesmo da captura e do saque. Quando o Cardeal Albornoz era governador da Romagna, uns sessenta anos mais tarde, a estátua foi desenterrada acidentalmente, e depois mostrada ao povo, provavelmente por ordens do cardeal, para que se soubesse por que meios o cruel Montefeltro se defendera contra a Igreja Romana. E mais uma vez, meio século mais tarde, quando falhou uma tentativa de surpreender Forli, voltou-se a falar na virtude da estátua, que talvez tenha sido salva e novamente enterrada. Foi a última vez que o puderam fazer, pois, um ano mais tarde, Forli foi realmente tomada. A fundação de edifícios, por todo o decorrer do século XV, esteve associada não apenas à astrologia como também à magia. Já se notou o grande número de medalhas de ouro e de prata que Paulo II enterrou nas fundações de seus prédios, e Platina não se zangou ao reconhecer nisso um velho telesma pagão. Nem Paulo nem seu biógrafo estavam cientes, de qualquer modo, do significado religioso medieval de tal oferenda.

No entanto, essa magia oficial, que em muitos casos se apoiava apenas na tradição oral, era comparativamente pouco importante ao lado das artes secretas praticadas com objetivos pessoais.

A forma que mais freqüentemente assumiam no dia-a-dia é mostrada por Ariosto em sua comédia sobre os necromantes. Seu herói é um dos muitos exilados judeus vindos da Espanha, embora também se faça passar por grego, egípcio e africano, e esteja constantemente mudando de nome e de trajes. Faz crer que seus encantamentos podem escurecer o dia e iluminar a escuridão, que

pode mover a Terra, tornar-se invisível e transformar homens em animais; essas gabolices, porém, não passam de propaganda. Seu verdadeiro objetivo é cuidar de casamentos infelizes ou problemáticos, e os rastros que deixa em seu caminho são como a gosma de uma lesma, ou muitas vezes como as ruínas deixadas pcr uma tempestade de granizo. Para atingir seus fins ele é capaz de persuadir as pessoas de que a caixa onde um amante se esconde está cheia de fantasmas, ou que pode fazer um cadáver falar. De qualquer maneira, é um bom sinal o fato de que poetas e novelistas podiam contar com o aplauso popular ao expor essa classe de homens ao ridículo. Bandello não só considera esse tipo de feitiçaria de um monge lombardo como uma farsa miserável e, em suas conseqüências, terrível, como também descreve, com indignação espontânea, os desastres que não deixam de perseguir o tolo crédulo. "Um homem espera, com a 'Chave de Salomão', e outros livros mágicos, encontrar tesouros escondidos no seio da terra, forçar sua dama a aceitar sua vontade, descobrir o segredo de príncipes e transportar-se, no piscar de um olho, de Milão a Roma. Quanto mais vezes é enganado, mais firmemente acredita... O senhor se recorda da ocasião, *Signor* Carlo, quando um amigo nosso, a fim de ganhar um favor de sua amada, encheu seu quarto de crânios e ossos, como um cemitério?" As tarefas mais detestáveis eram prescritas – arrancar três dentes de um cadáver, ou uma unha de seu dedo, ou coisas assim; e, durante a prática desses encantamentos, muitas vezes os infelizes participantes morriam de terror.

Benvenuto Cellini não chegou a morrer durante o conhecido encantamento (1532) no Coliseu de Roma[104], embora ele e seus companheiros houvessem testemunhado horrores nada comuns; o padre siciliano, que provavelmente esperava fazer dele um futuro coadjutor, fez-lhe o cumprimento de dizer que jamais encontrara um homem de coragem tão firme. Cada leitor fará suas próprias reflexões sobre os procedimentos. As fumaças narcóticas e o fato de que a imaginação dos espectadores estava predisposta a todos os erros possíveis são os principais pontos a notar, e explicam por que o rapaz que fazia parte de um dos grupos, e que ficara muito impressionado, viu mais que outros. Pode-se inferir também que o próprio Benvenuto era aquele a quem desejavam impressionar, uma vez que o perigoso início do encantamento não poderia ter outro motivo senão o de procurar despertar curiosidade. Pois Benvenuto, antes que a bela Angelica lhe ocorresse, tinha de pensar nela; e o mago lhe disse mais

[104] Autobiografia, I. Cap. 64.

tarde que o ato do amor era loucura, comparado ao descobrimento de tesouros. Além disso, não se deve esquecer que lisonjeava sua vaidade poder dizer: "Os demônios mantiveram a palavra, e Angelica caiu-me nas mãos, conforme haviam prometido, apenas um mês depois" (I, cap. 68). Mesmo que nos baseemos na suposição de que Benvenuto gradualmente se iludisse a si próprio, passando a acreditar em toda a história, ela seria de qualquer forma valiosa como evidência do modo de pensar prevalecente na época.

Via de regra, porém, os artistas italianos, mesmo aqueles "esquisitos, caprichosos e excêntricos", tinham muito pouco a ver com a magia. Um deles, em seus estudos anatômicos, pode ter cortado para si próprio uma jaqueta de pele de cadáver, mas, seguindo os conselhos do seu confessor, colocou-a de novo no túmulo. Na verdade, o estudo freqüente de anatomia talvez tenha feito mais que todo o resto para destruir a crença na influência mágica das várias partes do corpo; ao mesmo tempo, a observação incessante e a representação da forma humana familiarizavam o artista com uma magia de espécie totalmente diferente.

Apesar dos exemplos citados, de modo geral a magia parecia estar em marcado declínio no início do século XVI – o que equivale a dizer, quando primeiramente começou a florescer com vigor fora da Itália; e assim, as viagens de feiticeiros e astrólogos italianos pelo Norte parecem não se ter iniciado até que o crédito dos mesmos em casa já estivesse totalmente prejudicado. No século XIV era considerado necessário vigiar cuidadosamente o lago em monte Pilatos, perto de Scariotto, a fim de impedir os mágicos de ali consagrarem seus livros. No século XV encontramos, por exemplo, informações de que houve uma oferta para provocar tempestade a fim de afastar, pelo medo, o exército que assediava Città di Castello – mas o comandante da cidade sitiada – Niccolò Vitelli – teve o bom-senso de afastar os feiticeiros como pessoas sem Deus. No século XVI não há mais exemplos oficiais dessa espécie, embora na vida privada os magos ainda estivessem ativos. A essa época pertence a figura clássica do feiticeiro alemão, Dr. Johann Faust; o ideal italiano, por outro lado, Guido Bonatto, data do século XIII.

Deve-se acrescentar, porém, que o decréscimo da crença na magia não se fez acompanhar, necessariamente, do fortalecimento na crença em uma ordem moral, mas que, em muitos casos, como a fé decadente na astrologia, a ilusão que deixou para trás não passava de um fatalismo tolo.

Uma ou duas formas menores dessa superstição – a piromancia, a quiromancia e outras –, que alcançaram algum crédito quando a crença na feitiçaria e na astrologia entraram em declínio, podem ser postas de lado nesta obra; a pseudociência da fisiognomonia não teve absolutamente o interesse que o nome poderia levar-nos a esperar. Ela não aparece como irmã e aliada da psicologia, mas como uma nova forma de superstição fatalista, e – o que pode ter acontecido entre os árabes –, como rival da astrologia. O autor de um tratado de fisiognomonia, Bartolommeo Cocle, que se auto-intitulou 'metoposcopista', e cuja ciência, de acordo com Giovio, parecia assemelhar-se a uma das mais respeitáveis das artes liberais, não se contentou com as profecias que fazia para as muitas pessoas que o consultavam diariamente, mas escreveu um muito sério "catálogo de pessoas a quem esperam os grandes perigos da vida". Embora criado e amadurecido no livre pensar de Roma – *in hac luce romana* – Giovio opina que as previsões contidas no mesmo eram fidedignas. Sabemos, pela mesma fonte, como as pessoas visadas nessas e em profecias similares se vingavam de um vidente. Giovanni Bentivoglio fez com que Lucas Gauricus, pendurado numa corda pendente de um jirau, fosse projetado cinco vezes contra a parede, porque previra a perda da sua autoridade. Ermes Bentivoglio mandou um assassino atrás de Cocle, porque o infeliz metoposcopista havia inadvertidamente profetizado que ele iria morrer em uma batalha, como exilado. O assassino zombou do moribundo, em seus últimos instantes, dizendo que o próprio Cocle previra que ele iria em breve cometer um assassínio. O revitalizador da quiromancia, Antioco Tiberto, de Cesena, padeceu um fim igualmente triste nas mãos de Pandolfo Malatesta, de Rimini, a quem profetizara o pior destino – a morte no exílio, na maior pobreza. Tiberto era um homem inteligente, que supostamente dava seus vaticínios menos baseado em qualquer quiromancia metódica do que no seu arguto conhecimento do espírito humano; e pela grande cultura granjeou o respeito daqueles estudiosos que faziam pouco de suas adivinhações.

Para concluir, a alquimia, que na Antiguidade só é mencionada bem mais tarde, sob Diocleciano, desempenhou apenas um papel secundário no melhor período da Renascença. A Itália sofrera dessa doença mais cedo, quando Petrarca, no século XIV, confessou, em sua polêmica contra a alquimia, que a fabricação de ouro era uma prática generalizada. Desde então, aquele tipo particular de fé, devoção e isolamento que a prática da alquimia requeria tornou-se cada vez mais raro na Itália, exatamente quando os italianos e outros adeptos começavam a tirar pleno proveito dos grandes senhores do Norte. Sob Leão X, os poucos italianos que se ocupavam com ela eram chamados de *ingenia curiosa,* e Aurelio Augurelli, que dedicou a Leão

X (que desprezava o ouro) seu poema didático sobre a fabricação do metal, segundo dizem recebeu de volta uma linda bolsa – mas vazia. A ciência mística que, além do ouro, buscava a onipotente pedra filosofal, é um produto posterior do Norte, tendo nascido das teorias de Paracelso e outros.

A GENERALIZAÇÃO DO ESPÍRITO DE DÚVIDA

De modo geral, o declínio da crença na imortalidade tem a mais íntima conexão com essas superstições, assim como com os antigos modos de pensar. Esta é uma questão que tem a mais ampla e profunda relação com todo o desenvolvimento do espírito moderno.

Uma das grandes fontes geradoras da dúvida sobre a imortalidade era o desejo íntimo de não estar obrigado com a odiada Igreja. Já vimos que ela rotulava os que pensavam assim como epicuristas. Na hora da morte, muitos clamavam pelos sacramentos, mas, durante toda a vida, e especialmente durante os anos de maior vigor, multidões agiam e viviam sem pensar neles. Tal descrença, nesse ponto em particular, deve muitas vezes ter levado a um ceticismo generalizado, o que é evidente em si mesmo, e atestado por abundantes provas históricas. São esses os homens sobre os quais diz Ariosto: "Sua fé não vai mais alto que o teto". Na Itália, e especialmente em Florença, era possível viver como um declarado e notório incréu, desde que não se cometessem atos diretos de hostilidade contra a Igreja. O confessor, por exemplo, enviado a preparar um condenado a morte por crime político, começava indagando se o prisioneiro era um crente, "pois havia um falso rumor de que ele não tinha nenhuma crença".

O infeliz transgressor a que nos referimos – o mesmo Pietro Paolo Boscoli antes mencionado –, que em 1513 tomou parte numa tentativa contra a recém-restaurada família dos Medici, é um espelho fiel da confusão religiosa então prevalecente. Começando como partidário de Savonarola, mais tarde se deixou possuir pelo entusiasmo com relação aos ideais de liberdade da Antiguidade e ao paganismo em geral; mas, quando estava na prisão, seus antigos amigos retomaram a influência que tinham sobre ele, e lhe asseguraram o que consideravam um final piedoso. A terna testemunha que narra suas últimas horas é um membro da artística família Della Robbia, o sábio filólogo Luca. "Ah" – suspira Boscoli –, "tire Bruto de minha cabeça para que eu possa seguir meu caminho como cristão." "Se você quiser" – responde Luca –, "a coisa não é difícil, pois você sabe que esses feitos dos romanos não nos foram passados como realmente ocorreram, mas sim idealizados (*con arte accresciute*)." O penitente então força seu intelecto a acreditar, e lamenta sua incapacidade de

crer voluntariamente. Se ele ao menos pudesse viver por um mês com os piedosos monges, tornar-se-ia verdadeira e espiritualmente orientado. Torna-se evidente que esses partidários de Savonarola conheciam sua Bíblia de modo muito imperfeito; Boscoli só sabe dizer o Padre Nosso e a Ave Maria, e, sinceramente, pede a Luca que exorte os amigos a estudar as coisas sagradas, pois na morte um homem só tem aquilo que aprendeu em vida. Luca então lê e lhe explica a história da Paixão, de acordo com o Evangelho de São João; o pobre ouvinte, é estranho dizer, percebe claramente a Divindade de Cristo, mas fica perplexo diante de Sua natureza humana; deseja tomar posse firme da mesma "como se Cristo viesse a ter com ele, saindo do bosque". Seu amigo então o exorta a ser humilde, visto ser essa apenas uma dúvida enviada pelo Diabo. Logo depois ocorre ao penitente que ele não cumprira uma promessa feita na juventude de ir em peregrinação a Impruneta; seu amigo promete fazê-lo em seu lugar. Enquanto isso chega o confessor – um monge, conforme desejado, pertencente ao mosteiro de Savonarola – e, depois de lhe dar a explicação citada quanto à opinião de São Tomás de Aquino com relação ao tiranicídio, exorta-o a suportar a morte como um homem. Boscoli dá uma resposta: "Padre, não perca tempo; isso os filósofos já me ensinaram; ajude-me a suportar a morte pelo amor a Cristo." O que se segue – a comunhão, as despedidas e a execução – é descrito de maneira tocante. Um ponto merece atenção especial: quando Boscoli deita a cabeça no cepo, implora ao carrasco que atrase o golpe por um momento: "Durante todo o tempo, desde o anúncio da sentença, ele lutara por uma união íntima com Deus, sem a conseguir; agora, no momento supremo, pensava que, com um grande esforço, conseguiria entregar-se totalmente a Deus." Fica evidente que era alguma expressão de Savonarola semicompreendida o que o perturbava.

Se tivéssemos mais confissões dessa espécie, o retrato espiritual da época seria mais rico em muitos aspectos importantes que nenhum poema ou tratado preservou para nós. Veríamos mais claramente como era forte o instinto religioso inato, como era subjetiva e variável a relação do indivíduo com a religião, e poderosos os inimigos e competidores da religião. É evidente que homens com essa disposição íntima não são adequados à fundação de uma nova igreja; mas a história do espírito ocidental estaria imperfeita sem uma visão desse período de fermentação entre os italianos, enquanto outros povos, que não tiveram qualquer papel na evolução do pensamento, podem ser deixados de lado sem prejuízo. Mas temos de voltar à questão da imortalidade.

Se a descrença nessa idéia fazia um progresso tão notável entre as naturezas mais altamente cultivadas, isto se deve em parte ao fato de que a grande tarefa terrena de descobrir o mundo e representá-lo em formas e palavras absorvia a maior parte das faculdades espirituais superiores. Já falamos da inevitável mundanidade da Renascença. Essa investigação e essa arte se fizeram acompanhar por um espírito geral de dúvida e indagação. Se tal espírito é pouco visível na literatura, se, por exemplo, encontramos apenas exemplos isolados de inícios da crítica bíblica, não devemos por isso inferir que ele não existisse. Apenas, sua voz era abafada pela necessidade de representação e criação em todas as áreas – ou seja, por um instinto artístico; e ele foi contido, sempre que tentou se expressar de maneira teórica, pelo já existente despotismo da Igreja. Por motivos óbvios demais para necessitar discussão, esse espírito de dúvida deve ter-se ocupado principal e inevitavelmente com a questão do estado do homem após a morte.

E aqui aparece a influência da Antiguidade, trabalhando de maneira duplamente facetada. Em primeiro lugar, o homem dispunha-se a se assenhorar da psicologia dos antigos, e torturava os escritos de Aristóteles em busca de uma resposta decisiva. Num dos diálogos luciânicos da época, Caronte diz a Mercúrio o quanto interrogou Aristóteles sobre sua crença na imortalidade, quando o filósofo fazia a travessia na barca estigiana; mas o prudente sábio, embora já morto em corpo, e assim mesmo continuando vivo, declinava de se comprometer com uma resposta definida – e séculos mais tarde, como isto se coadunaria com a interpretação de suas obras? Discutia-se ansiosamente sua opinião, e a de outros, quanto à verdadeira natureza da alma, sua origem, preexistência, sua unidade em todos os homens, sua eternidade absoluta, suas transformações; e havia quem tratasse esses assuntos do púlpito. A discussão foi levada adiante calorosamente mesmo no século XV; alguns provavam que Aristóteles ensinara a doutrina da alma imortal; outros reclamavam da dureza do coração dos que não acreditavam que houvesse uma alma, até a verem sentada à sua frente; Filelfo, na sua oração fúnebre por Francesco Sforza, apresenta uma longa lista de opiniões dos antigos, e até mesmo de filósofos árabes, a favor da imortalidade, e encerra a miscelânea, que cobre página e meia de fólio impresso, com as palavras: "Além de tudo isto, temos o Velho e o Antigo Testamentos, que estão acima de toda a verdade." Depois vieram os platônicos florentinos, com sua doutrina da alma aprendida do mestre, suplementada às vezes, como no caso de Pico, por ensinamentos cristãos. No entanto, prevalecia no mundo instruído a opinião oposta. No

início do século XVI, o obstáculo que colocaram no caminho da Igreja era tão sério que Leão X emitiu uma constituição, no Concílio de Latrão, em 1513, defendendo a imortalidade e individualidade da alma, contra aqueles que asseguravam que só havia uma alma para todos os homens. Alguns anos mais tarde apareceu a obra de Pomponazzo, que afirma a impossibilidade de uma prova filosófica da imortalidade, e a competição passou a ser movida de maneira incessante, com refutações e apologias, até que fosse silenciada pela reação católica. A preexistência da alma em Deus, concebida em maior ou menor grau de acordo com as teorias platônicas das idéias, permanecia há muito como crença comum, e foi útil até para os poetas. Suas conseqüências, quanto ao modo de existência contínua da alma após a morte, não eram mais consideradas com atenção.

Havia uma segunda forma pela qual a influência da Antiguidade se fazia sentir, principalmente por meio daquele fragmento notável do sexto livro da *República,* de Cícero, conhecido como o Sonho de Cipião. Sem o comentário de Macróbio, provavelmente teria perecido, como o restante da segunda parte da obra; mas em vez disso era difundido em incontáveis cópias manuscritas e, depois da descoberta da tipografia, em forma impressa, editado por vários comentadores. É a descrição de um porvir transfigurado para os grandes homens, imbuído da harmonia das esferas. Este paraíso pagão, para o qual muitos outros testemunhos foram gradualmente sendo extraídos das obras dos antigos, veio a suplantar, passo a passo, o paraíso cristão, na proporção em que o ideal de fama e grandeza históricas lançava nas sombras o ideal de vida cristã, sem que o sentimento público se sentisse ofendido como o era pela doutrina da aniquilação pessoal após a morte. Até mesmo Petrarca fundamenta suas esperanças principalmente no Sonho de Cipião, nas declarações encontradas em outras obras ciceronianas, e no *Fédon* de Platão, sem fazer qualquer menção à Bíblia. "Por que" – pergunta noutro lugar – "eu como católico não deveria partilhar de uma esperança que foi demonstravelmente acariciada pelos pagãos?" Logo depois, Coluccio Salutati escrevia o seu *Trabalhos de Hércules* (ainda existente em manuscrito), no qual fica provado que os homens valorosos, que suportaram bem os trabalhos da vida terrena, têm direito a uma moradia entre as estrelas. Se Dante ainda sustentava com firmeza que os grandes pagãos, aos quais teria recebido alegremente no Paraíso, apesar disso não podiam ultrapassar o Limbo na entrada do Inferno, a poesia de um período posterior aceitava alegremente os novos ideais liberais da vida futura. Cosimo, o Velho, de acordo com o poema de

Bernardo Pulci, quando morreu foi recebido nos céus por Cícero, que foi também chamado de 'Pai da Pátria', pelos Fabii, por Curius, Fabricius e muitos outros; com eles, iria adornar o coro onde só os espíritos imaculados podiam cantar.

No entanto, havia noutros escritores um retrato menos animador do mundo ainda por vir – os reinos sombrios de Homero e daqueles poetas que não tinham suavizado ou humanizado essa concepção. Isso causava impressão em certos temperamentos. Em algum lugar Gioviano Pontano atribuiu a Sannazaro a história de uma visão que teve certa manhã, muito cedo, em semivigília. Pareceu-lhe ver um amigo falecido, Ferrandus Januarius, com quem discorrera muitas vezes sobre a imortalidade da alma, e a quem perguntou então se era verdade que as dores do Inferno eram realmente terríveis, e eternas. A sombra deu uma resposta semelhante àquela de Aquiles, quando Ulisses interrogou: "O que tenho a lhe contar e a dizer é que nós, que partimos da vida terrena, temos o maior desejo de retornar a ela." Depois disso, o amigo o cumprimentou e desapareceu.

Não se pode deixar de reconhecer que tais pontos de vista quanto ao estado do homem após a morte ao mesmo tempo pressupõem e contribuem para dissolver os dogmas mais essenciais da Cristandade. As noções de pecado e de salvação devem ter-se quase evaporado. Não nos devemos deixar enganar pelos efeitos dos grandes pregadores do arrependimento, ou pelas 'epidemias' de reavivamento da fé, descritas anteriormente. Mesmo admitindo que as classes das pessoas individualmente desenvolvidas compartilhavam das mesmas, como as outras, o motivo da sua participação era muito mais a necessidade de estímulo emocional, a reação emotiva das naturezas apaixonadas, o horror sentido ante as grandes calamidades nacionais, o clamor aos céus pela ajuda divina. O despertar da consciência não tinha como conseqüência, necessariamente, o sentido do pecado e a necessidade da salvação, e até mesmo uma penitência muito severa não envolvia, por força, o arrependimento no sentido cristão da palavra. Quando certas personalidades vigorosas da Renascença nos dizem que seu princípio é não se arrepender de nada, podem ter em mente apenas assuntos de indiferença moral, erros de imprudência ou falhas de raciocínio, mas a natureza deste desprezo pelo arrependimento pode se estender à esfera da moral – sua origem, isto é, a consciência da força individual, é comum a ambos os lados da natureza humana. A forma passiva e contemplativa do cristianismo, com suas referências constantes a um mundo superior além-túmulo, não conseguia mais controlar esses homens. Maquiavel aventurou-se a ir ainda mais longe, e afirmou que ele não poderia ser útil ao Estado e à manutenção da liberdade pública.

A forma assumida pelo forte instinto religioso que, apesar de tudo, sobrevivia em muitas naturezas, era o teísmo ou deísmo, como a preferirmos chamar. O último nome pode ser aplicado àquele modo de pensar que simplesmente eliminava o elemento cristão da religião, sem procurar qualquer outro substituto para lastrar seus sentimentos. O teísmo pode ser considerado a devoção definida a um Ser Supremo, com a qual a Idade Média não se familiarizou. Tal modo de fé não exclui o cristianismo, e pode aliar-se às doutrinas cristãs do pecado, redenção e imortalidade, ou então existir e florescer sem elas.

Às vezes essa crença se apresenta com ingenuidade infantil, e até mesmo com um ar meio pagão: Deus aparecendo como o provedor todo-poderoso dos desejos humanos. Agnolo Pandolfini nos conta que, depois do seu casamento, fechou-se com sua esposa, ajoelhou-se diante do altar da família, com um retrato da Madona, e rezou, não a ela, mas a Deus, para que Ele lhes outorgasse o direito de uso de sua propriedade, de uma longa vida de alegria e união conjugal, com muitos descendentes do sexo masculino. "Para mim, pedi riqueza, honra e amigos; para ela, irrepreensibilidade, honestidade e que pudesse ser uma boa dona-de-casa." Quando a linguagem usada tinha um forte sabor de Antiguidade, nem sempre era fácil manter separados o estilo pagão e a crença teísta.

Este temperamento muitas vezes se manifesta, em tempos de infortúnio, com sinceridade marcante. Alguns pronunciamentos dirigidos a Deus nos ficaram do último período de Firenzuola, quando ele passou muitos anos doente de febres, e embora se declare expressamente cristão, demonstra que sua consciência religiosa é essencialmente teísta. Seus sofrimentos não lhe parecem uma punição pelos pecados cometidos ou uma preparação para o mundo superior; são um assunto entre ele e Deus, que colocou o forte amor pela vida entre o homem e seu desespero. "Eu amaldiçôo, mas amaldiçôo apenas a Natureza, uma vez que Sua grandeza me impede de pronunciar Seu nome... Dê-me a morte, Senhor, agora, eu Lhe imploro!"

Nessas frases, e semelhantes, seria vão procurar um teísmo consciente e consistente; os que as pronunciavam acreditavam-se parcialmente cristãos, e por muitos outros motivos respeitavam as doutrinas existentes da Igreja. Mas, na época da Reforma, quando os homens foram levados a uma conclusão diferente, esse modo de pensar foi aceito com uma consciência mais plena; um número de protestantes italianos se apresentou como antitrinitários e socinianos; exilados em países distantes, fizeram uma tentativa memorável de

fundar uma igreja com base nesses princípios. A partir da exposição precedente, torna-se claro que, além do racionalismo humanista, outras idéias atuavam nesse campo.

Um dos principais núcleos do pensamento teísta era a Academia Platônica de Florença e, especialmente, o próprio Lorenzo, o Magnífico. As obras teóricas e até mesmo as cartas desses homens mostram-nos apenas metade de sua natureza. É verdade que Lorenzo, da sua juventude até a morte, expressava-se dogmaticamente como cristão, e que Pico foi atraído pela influência de Savonarola a aceitar o ponto de vista de um asceta monástico. Mas, nos hinos de Lorenzo, que somos tentados a considerar como o produto mais alto do espírito dessa escola, encontramos um teísmo sem reservas – teísmo que luta para tratar o mundo como um grande cosmo físico e moral. Enquanto os homens da Idade Média consideram o mundo um vale de lágrimas, tendo o papa e o imperador como guardiães contra a vinda do Anticristo; e enquanto os fatalistas do Renascimento oscilam entre surtos de energia transbordante e fases de superstição e resignação estúpida, aqui, neste círculo de espíritos escolhidos, aventa-se a doutrina de que o mundo visível foi criado por Deus com amor, que é uma cópia de um padrão Nele existente, e que Deus permanecerá para sempre seu movimentador e restaurador. Ao reconhecer Deus, a alma do homem pode trazê-Lo para seus limites estreitos, mas pode também, por amor Dele, expandir-se até o infinito – e isso será a beatitude na terra.

Aqui os ecos do misticismo medieval fluem numa só corrente com as doutrinas platônicas e com um espírito caracteristicamente moderno. Um dos frutos mais preciosos do conhecimento do mundo e do homem chega então à maturidade, e só por isso o Renascimento italiano poderia ser chamado de guia dos tempos modernos.

ÍNDICE